



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

**Imagens Presidenciais nos Discursos
de Tomada de Posse nos Cem Anos
da República Portuguesa**

Micaela Maria Assis de Aguiar

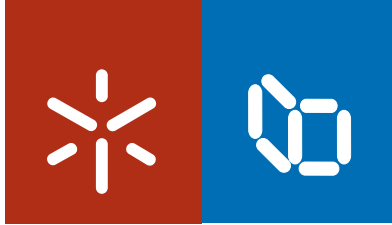
Micaela Maria Assis de Aguiar

**Imagens Presidenciais nos Discursos
de Tomada de Posse nos Cem Anos
da República Portuguesa**

UMinho | 2020

outubro de 2020

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Micaela Maria Assis de Aguiar

**Imagens Presidenciais nos Discursos
de Tomada de Posse nos Cem Anos
da República Portuguesa**

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Ciências da Linguagem
Especialidade em Análise do Discurso

Trabalho efetuado sob a orientação do
**Professora Doutora Maria Aldina de Bessa Ferreira
Rodrigues Marques**

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial
CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento é para a minha orientadora, a Doutora Maria Aldina Marques, pela amizade ao longo dos anos, pelo rigor, pelo trabalho incansável, pelo conhecimento e por uma perspetiva sobre a forma como usamos a língua e as ideias que procuram dar conta da sua complexidade que sempre admirei. Agradeço também a paciência e o carinho que deram espaço para que este trabalho ganhasse forma e pelo incentivo constante para valorizar esse trabalho. São lições que ficam para a vida.

Agradeço ao CEHUM e aos professores do nosso Instituto pelo apoio no curso do meu doutoramento, mas também ao longo de todo o meu percurso académico que foi feito nesta casa. Quero agradecer com carinho à Professora Pilar Barbosa por toda a ajuda ao longo destes anos e por sempre ter acreditado no meu potencial. Agradeço igualmente ao Professor José Teixeira por ter acompanhado o meu trabalho, nesta e noutras vertentes, e pela confiança contínua que depositou em mim para o fazer. Agradeço ainda à Professora Cristina Flores pelo apoio e o incentivo aos jovens investigadores, como eu.

Este trabalho foi financiado e contou com o apoio indispensável da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Um trabalho como este não é possível sem pessoas. É a essas pessoas na minha vida que agradeço. À Cátia, à Cláudia e à Sofia que me têm acompanhado e apoiado em “andanças” paralelas. Ao meu irmão Rui por ter estado lá quando precisei. Ao meu irmão Leonardo, pelo fascínio que é ver-te crescer. Aos meus avós, especialmente à minha avó Marçala pelo amor e pelo exemplo. Ao Bruno, claro. Por fazeres de mim tua família e por tudo aquilo que não preciso de dizer.

Este trabalho só foi possível pela força incomensurável de seguir em frente da minha mãe. És pétala de rosa, mas és também rosal. Este trabalho é em parte teu e é a ti dedicado.

Ponho já em prática uma dessas lições de vida e deixo uma palavra de apreço a mim própria por ter acabado uma tarefa que sempre me pareceu monumental.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Imagens Presidenciais nos Discursos de Tomada de Posse nos Cem Anos da República Portuguesa

O presente trabalho de dissertação doutoral tem como objeto de estudo os 27 discursos presidenciais de tomada de posse, proferidos no curso de cem anos da República Portuguesa (1911-2011) e assume três objetivos principais: (1) a análise das imagens presidenciais; (2) o estudo do género discursivo dos discursos de tomada de posse presidenciais na sua ligação com a construção das imagens presidenciais e (3) a constituição de um *corpus* de discursos presidenciais de tomada de posse.

Partimos da análise da organização enunciativa dos discursos e da construção do locutor, dos interlocutores e dos objetos do discurso, enquanto modalidades enunciativas, para a análise efetiva das imagens presidenciais – dos tipos de imagens que se constroem, da materialidade discursiva e dos mecanismos linguístico-discursivos locais que participam na sua construção e das suas diferentes configurações nos três períodos distintos da República Portuguesa.

Concluimos que há dois grandes tipos de construção de imagens: (1) a construção da imagem virada para o eu – as imagens que os Presidentes constroem de quem são enquanto pessoa e enquanto Presidentes; e (2) a construção da imagem virada para o outro – as imagens que os Presidentes constroem enquanto líderes de Portugal, do País e dos Portugueses. Concluimos que há uma imagem global de Presidente específica à Primeira República, ao Estado Novo e à Democracia, marcada pelas diferentes condições sociopolíticas, ideologias vigentes e objetivos discursivos de cada período. Concluimos que há também uma imagem de Presidente comum aos três períodos que se prende com o género discursivo e constitui um parâmetro de género dos discursos de tomada de posse.

Propusemos a existência de um *ethos* institucional para dar conta de como o estatuto institucional e as expectativas em relação à figura do Presidente condicionam e são condicionados pela construção das imagens presidenciais no discurso. Propusemos também uma tipologia para a descrição dos discursos presidenciais de tomada de posse e avançamos com alguns contributos para a descrição deste género discursivo. E propusemos ainda uma constituição possível do acervo dos discursos presidenciais de tomada de posse da República Portuguesa.

Palavras-chave: discurso político; discurso de tomada de posse; *ethos*, género discursivo; imagem presidencial.

Presidential Images in the Inaugural Addresses in Hundred Years of the Portuguese Republic

The present doctoral dissertation work has as an object of study the 27 presidential inaugural addresses, delivered in the course of one hundred years of the Portuguese Republic (1911-2011) and has three main objectives: (1) the analysis of presidential images; (2) the study of the presidential inaugural addresses as discourse genre, particularly, in its connection with the construction of presidential images and (3) the constitution of a *corpus* of presidential inaugural addresses.

We started with the analysis of the enunciative organization of the speeches and the construction of the speaker, the interlocutors and the discourse objects, as enunciative modalities, so that we could proceed to the actual analysis of presidential images – of the types of images that are constructed, their discursive materiality and the local linguistic-discursive mechanisms that participate in their construction and their different configurations in the three distinct periods of the Portuguese Republic.

We conclude that there are two major types of image construction: (1) the construction of the image regarding the speaker – the images that presidents build of who they are as a person and who they are as Presidents; and (2) the construction of the image regarding the other – the images that the Presidents build as leaders of Portugal, of the country and the of Portuguese people. We have shown that there is a global image of the President specific to the First Republic, to the Estado Novo and to the Democracy, influenced by the different socio-political conditions, the prevailing ideologies and the objectives of every speech. We have also concluded that there is an image of the President common to the three political periods which relates to the discourse genre and constitutes a gender parameter of the inaugural address.

We have put forward the existence of an institutional *ethos* to account for how the institutional status and expectations in relation to the figure of the President condition and are conditioned by the construction of presidential images in the speech. We have also proposed a typology for the description of the presidential inaugural addresses, and we have made contributions to the description of this discourse genre. We have also set forth a possible constitution of the collection of the presidential inaugural addresses of the Portuguese Republic.

Keywords: discourse genre; *ethos*; inaugural addresses; political discourse; presidential image.

ÍNDICE

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1
1.1. Os ESTUDOS DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE.....	4
1.2. HIPÓTESES E OBJETIVOS	5
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
2.1. Os FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO CONCEITO DE ETHOS OU IMAGEM DE SI	6
2.1.1. A Génese do Conceito de Ethos na Retórica Aristotélica	6
2.1.2. A Microsociologia Goffmaniana e o Ethos no Contexto da Interação	8
2.1.3. O Desenvolvimento da Teoria do Ethos no Âmbito da Análise do Discurso	10
2.1.4. O Estatuto Teórico do Conceito de Ethos ou Imagem de Si.....	12
2.1.4.1. Algumas Questões Teóricas e Terminológicas	13
2.1.4.2. Problemas e Implicações Metodológicas e Epistemológicas.....	16
2.1.5. As Modalidades da Construção Ethos	17
2.1.5.1. O Ethos Discursivo e o Ethos Pré-discursivo	18
2.1.5.2. O Ethos Individual e o Ethos Coletivo	20
2.1.6. A Construção do Ethos no Discurso Político	21
2.1.7. Problematização do Conceito de Ethos – do Ethos de Género ao Ethos nos Discursos.....	23
2.2. Os FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO CONCEITO DE GÉNERO DE DISCURSO.....	25
2.2.1. Breve Incursão Histórica – A Génese do Conceito de Género.....	25
2.2.2. O Conceito de Género nas Ciências da Linguagem.....	27
2.2.2.1. A Perspetiva Funcional – Tipologias Funcionais ou Comunicacionais.....	29
2.2.2.2. A Perspetiva Enunciativa – Tipologias Enunciativas	32
2.2.2.3. A Perspetiva Textual – Tipologias Textuais ou Cognitivas	35
2.2.2.4. A Perspetiva Comunicacional – Tipologias Situacionais	38
2.2.3. O Estatuto Teórico do Conceito de Género	41
2.2.3.1. Problemas e Implicações Metodológicas e Epistemológicas.....	43
2.2.3.2. Algumas Questões Teóricas e Terminológicas	45
2.2.3.3. Género enquanto Categoria de Análise.....	46
2.2.4. Tipologia para a Descrição dos Discursos Presidenciais de Tomada de Posse	48
CAPÍTULO III – OS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE	50
3.1. CONSTITUIÇÃO E DESCRIÇÃO DO CORPUS	50
3.2. O QUADRO COMUNICATIVO DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE	53
3.2.1. O Quadro Espaço-Temporal	55
3.2.1.1. A Primeira República (1910-1926)	55
3.2.1.2. O Estado Novo (1926-1974).....	59
3.2.1.3. O Estado Democrático (1974-).....	63
3.2.2. O Quadro Interativo – Canal, Modo e Ligação Comunicacionais.....	65
3.2.3. Os Participantes	67
3.2.3.1. O Presidente da República.....	67
3.2.3.1.1. Um (Breve) Perfil Político e Institucional do Presidente na República	67
3.2.3.1.2. Um (Breve) Perfil Histórico-social do Presidente na República	70
3.2.3.1.3. O Ethos Institucional de Presidente.....	71
3.2.3.2. O Auditório.....	79
3.2.4. O Objetivo Comunicativo.....	83

3.3. A Estrutura dos Discursos de Tomada de Posse.....	85
3.3.1. Sequência de Abertura	85
3.3.2. Corpo do Discurso.....	88
3.3.3. Sequência de Encerramento.....	89

CAPÍTULO IV – IMAGENS PRESIDENCIAIS NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE
..... 91

4.1. AS MODALIDADES ENUNCIATIVAS DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PRESIDENCIAL.....	91
4.1.1. Enunciação Locutiva – A Construção Discursiva do Eu	92
4.1.1.1. O EU Pessoal	92
4.1.1.2. O EU Presidencial	94
4.1.2. Enunciação Interlocutiva – A Construção Discursiva do NÓS	95
4.1.2.1. NÓS – Portugal	96
4.1.2.2. NÓS – o País	97
4.1.2.3. NÓS – os Portugueses	99
4.1.3. Enunciação Delocutiva – A Construção Discursiva do Mundo	100
4.2. A CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS PRESIDENCIAIS NOS DISCURSOS DE TOMADA DE POSSE	103
4.2.1. Liderança Presidencial e Construção do EU – Da Imagem dos Presidentes à Imagem de Presidente	103
4.2.1.1. Liderança e o Indivíduo – A Imagem dos Presidentes da República	104
4.2.1.1.1. Dar Corpo à Figura do Presidente – A Construção Discursiva da Corporalidade e do Carácter	105
4.2.1.1.2. Os Presidentes Antes da Presidência – A Recuperação das Imagens Públicas dos Presidentes	110
4.2.1.1.3. O Presidente Carismático – A Construção Discursiva do Carisma.....	115
4.2.1.2. Liderança e o Papel de Presidente – A Imagem de Presidente da República.....	121
4.2.1.2.1. O que Significa Ser Presidente? – A Construção da Imagem Dita de Presidentes.....	121
4.2.1.2.2. Palavra de Presidente – A Construção da Imagem Mostrada de Presidente	129
4.2.1.2.3. As Reeleições Presidenciais – A Construção da Imagem de Presidente no Contexto da Reeleição	134
4.2.2. Liderança Presidencial e o Outro – Da Imagem de Portugal, do País e dos Portugueses à Imagem Presidencial	138
4.2.2.1. O Presidente enquanto Líder da Nação e a Construção das Imagens de Portugal .	139
4.2.2.1.1. A Imagem Nacional – Como os Presidentes Constroem uma Imagem de Portugal no Mundo e o que Isso Diz sobre Eles	140
4.2.2.1.2. Imagens de Portugal e Imagens dos Presidentes – Como os Presidentes Gerem as Relações Internacionais de Portugal durante a República	144
4.2.2.2. O Presidente enquanto Líder do País e a Construção das Imagens do País.....	153
4.2.2.2.1. O País do Passado – A História do País e a História dos Presidentes.....	153
4.2.2.2.2. O País Atual – O Presidente e a Gestão do Clima Emocional do País.....	161
4.2.2.2.2.1. A Apreensão no País do Pós-Guerra da Primeira República	163
4.2.2.2.2.2. O Medo no Mundo Catastrófico do Estado Novo.....	165
4.2.2.2.2.3. A Esperança de um País em Mudança no Pós-25 de Abril.....	170
4.2.2.2.2.4. A Urgência num País em Crise nos Anos 2000	172
4.2.2.2.3. O País Idealizado – O Presidente enquanto Líder Visionário do País	176
4.2.2.2.3.1. O Presidente Solar – Uma Visão Otimista do Futuro do País.....	176
4.2.2.2.3.2. O Presidente-Comandante de Guerra – Uma Visão do País Sob Ameaça	178
4.2.2.2.3.3. O Presidente-Guia – Uma Visão do País Democrático e Europeu	180

4.2.2.2.3.4. O Presidente Interventivo – Uma Visão do País Próspero e em Crescimento...	183
4.2.2.3. O Presidente enquanto Líder do Povo e a Construção das Imagens dos Portugueses	185
4.2.2.3.1. Liderança, Autoridade e Afetividade na Relação dos Presidentes com os Portugueses	186
4.2.2.3.2. As (Re)construções do Carácter Nacional e o que Isso Diz sobre como os Presidentes Veem os Portugueses	192
4.3. A IMAGEM PRESIDENCIAL EM SINCRONIA E EM DIACRONIA – DA IMAGEM PRESIDENCIAL NOS CEM ANOS DA REPÚBLICA À IMAGEM DE GÉNERO DOS DISCURSOS DE TOMADA DE POSSE	199
4.3.1. A Imagem Presidencial nos Cem Anos da República Portuguesa	199
4.3.1.1. O Presidente na Primeira República – o Perfeito Cidadão Republicano	199
4.3.1.2. O Presidente no Estado Novo – o Homem-Novo da Ditadura	200
4.3.1.3. O Presidente na Democracia – o Líder Democrático.....	201
4.3.2. A Imagem Presidencial do Género dos Discursos de Tomada de Posse	203
4.4. AS MODALIDADES DE CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS PRESIDENCIAIS NO DISCURSOS DE TOMADA DE POSSE	204
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
5.1. CONTRIBUTOS PARA A DESCRIÇÃO DO GÉNERO.....	207
5.2. CONCLUSÕES.....	210
REFERÊNCIAS.....	214
ANEXOS – CORPUS DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE (1911-2011)..	229

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1 – Idade dos Presidentes da República

Tabela 1 – Proposta de Tipologia para a Descrição dos Discursos Presidenciais de Tomada e Posse

Tabela 2 – Descrição do corpus

Tabela 3 – A Construção do Clima Emocional da Primeira República

Tabela 4 – A Construção do Clima Emocional do Estado Novo

Tabela 5 – A Construção do Clima Emocional do Pós-25 de Abril

Tabela 6 – A Construção do Clima Emocional da Crise Financeira dos Anos 2000

Tabela 7 – Contributos para a Descrição do Género dos Discursos Presidenciais de Tomada de Posse

Capítulo I – Introdução

“O discurso presidencial de tomada de posse é um discurso cuja importância todos reconhecem, mas poucos elogiam” (Campbell & Jamieson, 1985, p. 394). Aliás, há quem, nos estudos da Retórica americana, o denuncie como uma forma de arte inferior (Schlesinger, 1965), outros questionam a validade de se considerar os discursos presidenciais de tomada de posse como um género (Solomon, 1988) e alguns preferem ainda abordar cada discurso de tomada de posse como um estudo de caso (Ryan, 1993).

O estudo do discurso presidencial de tomada de posse como um género discursivo não é, no entanto, novo (Guillaume, 2001, Álvarez & Chumaceiro, 2009, Mayaffre, 2012), ainda que, como veremos, não seja um objeto de estudo particularmente explorado. No entanto, a convulsão mediática em torno da cerimónia de tomada de posse, a especulação sobre o discurso do Presidente¹, a avaliação dos comentadores² e as reações na esfera política e pública³ dão provas da importância, reconhecida e aceite, dos discursos de tomada de posse dos Presidentes. É, em primeiro lugar, o uso da língua que legitima olhar para o discurso presidencial de tomada de posse como um género.

Este trabalho de investigação debruça-se sobre um objeto de estudo ainda não explorado: os 27 discursos presidenciais de tomada de posse dos 19 Presidentes que presidiram ao País no curso dos cem anos da República Portuguesa, do discurso de Manuel de Arriaga, o primeiro Presidente após a implantação da República em 1911, ao discurso de tomada de posse do segundo mandato do Presidente Aníbal Cavaco Silva, em 2011.

O discurso de tomada de posse é o primeiro ato do novo Presidente e dá o tom para o mandato presidencial: é através do discurso de tomada de posse que o Presidente se apresenta ao povo no papel de Presidente e (não só) de indivíduo. As expectativas sociais e institucionais em torno do discurso de tomada de posse ligam-se, como defenderemos, à reafirmação e/ou atualização daquilo que, no imaginário socio-discursivo, significa ser Presidente. É no discurso de tomada de posse que se procuram respostas a questões sobre o novo Presidente: sobre o tipo de pessoa que é, sobre o tipo de Presidente que vai ser, sobre o tipo de liderança que vai exercer e sobre tipo de líder que será para o povo, para as

¹ Nas eleições presidenciais de 2016, o jornal *O Observador* olhava para os discursos presidenciais de tomada de posse dos anteriores Presidentes da República (Mendes, 2016).

² Num artigo do jornal *Público*, após a tomada de posse do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, em 2016, oito personalidades políticas e públicas avaliam o discurso de tomada de posse, atribuindo-lhe efetivamente uma nota (Gomes & Crisóstomo, 2016).

³ O Presidente Cavaco Silva, após a tomada de posse de 2011, criticava interpretações “abusivas” do seu discurso de tomada (RTP, 2011).

instituições, entre as outras nações, e, finalmente, se sabe reconhecer a História e a identidade nacionais. Os Presidentes respondem a estas questões, através da construção de uma imagem de si no discurso.

No quadro teórico-metodológico de uma perspetiva interdisciplinar da Análise do Discurso (uma perspetiva linguística com contributos das ciências sociais), o objetivo central deste trabalho de investigação é, então, o estudo da construção das imagens (Amossy, 1999, 2010, Maingueneau, 1999, 2002, Charaudeau, 2005) presidenciais no género discursivo dos discursos de tomada de posse.

As expectativas sociais e institucionais em relação ao Presidente delineiam uma imagem do que é que se espera que o Presidente seja e esta imagem informa (e é informada) pelas constricções do género discursivo e pela confirmação e/ou atualização efetiva destas expectativas na construção da imagem de cada Presidente. As características do género discursivo constroem as imagens que se constroem: das propriedades do locutor e do seu auditório, aos temas abordados, à estrutura dos discursos, até ao espaço físico e institucional e ao contexto histórico-político em que é proferido, de tal forma que, como iremos propor, ao género discursivo liga-se uma imagem de género confirmada e atualizada por cada locutor.

A imagem presidencial assenta também no conceito de liderança. Liderança é, como observa Edwards (2009, pp. 1-3), um dos conceitos mais usados – mas também mais elusivos – na política; partindo das palavras de Neustadt⁴, Edwards (2009, p. 5) propõe que a liderança presidencial é o poder de persuadir. Enquadrar o conceito de liderança presidencial como uma questão de persuasão no quadro teórico da Análise do Discurso significa considerar a construção da imagem presidencial como um ato de persuasão, pois é através dela que o Presidente convida o povo a partilhar de um universo de sentido e de uma visão do mundo (Maingueneau, 2002). As imagens que o Presidente constrói de si no discurso partem de um ponto de vista (Rabatel, 2001) e propõem uma determinada visão do mundo – uma forma de se ver a si e à figura do Presidente, uma forma de ver os Portugueses e a identidade nacional, uma forma de ver o País (o seu passado, o seu presente e os seus futuros possíveis) e uma forma de ver Portugal (e a sua História) entre as outras nações.

A imagem presidencial é indissociável do seu contexto histórico. A República Portuguesa é constituída por três períodos políticos, com contextos socio-históricos distintos e com fortes ideologias a governar os princípios de cada regime – a Primeira República (1910-1926), o Estado Novo (1926-1974) e o Estado Democrático (1974-). Os contextos distintos destes períodos vão, como iremos defender, dar

⁴ Edwards (2009) atribui a Richard Neustadt (1990) a viragem, nos estudos presidenciais norte-americanos, de uma abordagem focada nos poderes formais do Presidente para uma centrada na persuasão, ficando célebre o postulado de Neustadt (1990, p. 11) de que “o poder presidencial é o poder de persuadir”.

origem, dentro das constrações do género discursivo e das expetativas sociais e institucionais de cada época, a imagens presidenciais distintas.

Este trabalho é constituído por cinco capítulos:

Capítulo I – Introdução: no presente capítulo, realiza-se o estado da arte dos estudos dos discursos presidenciais e traçam-se os princípios metodológicos, as hipóteses e os objetivos deste trabalho.

Capítulo II – Enquadramento Teórico: neste capítulo, fazemos a fundamentação teórica do nosso trabalho, focada nos conceitos centrais da nossa investigação – o conceito de *ethos* e de imagem e o conceito de género, com base em contributos interdisciplinares de investigadores na área da Análise do Discurso, da Argumentação, da Análise Textual, mas também de áreas periféricas como a Psicologia e o Marketing.

Capítulo III – Os Discursos Presidenciais de Tomada de Posse: neste capítulo, discute-se a constituição do *corpus* de investigação e faz-se a descrição do quadro comunicativo (Kerbrat-Orecchioni, 1992) dos discursos de tomada de posse, dando especial atenção às características institucionais e sociais do locutor, às especificidades do auditório, ao contexto histórico-político dos discursos, ao seu objetivo e à sua estrutura global.

Capítulo IV – As Imagens Presidenciais nos Discursos de Tomada de Posse: no capítulo central do nosso trabalho partimos da análise da organização enunciativa dos discursos e da construção do locutor, dos interlocutores e dos objetos do discurso, como modalidades enunciativas da construção da imagem (Charaudeau, 2005), para a análise da construção das imagens presidenciais nos discursos de tomada de posse que dividimos em dois subcapítulos – *Da Imagem do Presidente à Imagem de Presidente* e *Da Imagem de Portugal, do País e dos Portugueses à Imagem Presidencial*. No primeiro, partimos da construção enunciativa do EU e dos objetos de discurso para nos centrarmos na construção da imagem do Presidente, enquanto indivíduo, e na construção da imagem de Presidente, na sua dimensão institucional. No segundo, partimos da construção enunciativa do NÓS e dos objetos de discurso para a análise da construção da imagem de liderança do Presidente na sua relação com a construção da imagem de Portugal, do País e dos Portugueses. Dedicamos ainda três subcapítulos à análise, a partir dos capítulos anteriores, (1) da imagem de género dos discursos presidenciais de tomada de posse, (2) das especificidades da imagem de Presidente nos três períodos da República Portuguesa e (3) às modalidades de construção da imagem presidencial nos discursos de tomada de posse.

Capítulo V – Considerações Finais: retomamos, para sintetizar, os pontos essenciais da construção da imagem presidencial no género dos discursos de tomada de posse.

1.1. Os Estudos dos Discursos Presidenciais

O discurso político não esgota de forma alguma todo o conceito de político, como afirma Charaudeau (2005, p. 39), mas, não há, sem dúvida, “política sem discurso”; a instituição política é constantemente reconfigurada pelos géneros de discurso que torna possíveis e que são legitimados por ela (Maingueneau, 2010, p. 86) e como “a ação política e o discurso político” estão, indissociavelmente ligados, assim se legitima o “estudo do político pelo discurso” (Charaudeau, 2005, p. 29). Na literatura internacional, mas sobretudo nacional, como se estuda, então, o discurso presidencial e, em particular, os discursos de tomada de posse?

Num panorama geral, há duas tendências de investigação atual do discurso presidencial e dos discursos presidenciais de tomada de posse: (1) o estudo dos discursos de um Presidente – Daltoé (2011) analisa, por exemplo, as metáforas nos discursos do antigo Presidente brasileiro Lula da Silva e Vigil (2013) centra-se nos discursos de tomada de posse do antigo Presidente americano George W. Bush; e (2) o estudo de discursos delimitados por um período histórico-político determinado – como o de Mayaffre (2012) que se centra nos discursos presidenciais do período da Vª República Francesa ou Gasparini (2011) que analisa os discursos dos presidentes brasileiros desde o Golpe Militar até à tomada de posse do Presidente Lula. O nosso estudo enquadra-se na última categoria, com a novidade de abarcar os discursos presidenciais de tomada de posse da República Portuguesa na sua totalidade. Enquanto género discursivo, não há muitas propostas de descrição dos discursos presidenciais de tomada de posse (Campbell & Jamieson, 1985, Álvarez & Chumaceiro, 2009, Liu, 2012; Houessou, 2013) e nenhuma que se aplique às especificidades da realidade portuguesa.

Em Portugal, os estudos presidenciais convergem em três perspetivas (Marques, 2016): (1) os estudos da Ciência Política, que se centram na figura do Presidente, na instituição presidencial e na sua relação com outros órgãos políticos (Canotilho, 1991, Lucena, 1996, Freire & Pinto, 2005); (2) os estudos das Ciências da Comunicação, enquadrados numa perspetiva da Análise de Conteúdo e na identificação das temáticas privilegiadas nos discursos (Espírito Santo, 2006, 2007, Salgado, 2010); e, mais recentemente, (3) os estudos das Ciências da Linguagem, centrados na análise da materialidade discursiva em discursos presidenciais de comemoração (Marques, 2014, 2019, Ramos, 2019), manifestos de campanhas presidenciais (Pinto, 2012) e de votos de ano novo (Teletin, 2013).

O estudo das imagens nos discursos presidenciais realiza-se, sobretudo, numa perspetiva retórica, e em termos de carisma (Emrich et al, 2001; Mio et al, 2005), nos Estados Unidos; na Europa e na América do Sul, a imagem presidencial é considerada à luz do conceito de *ethos* ou imagem de si (Maingueneau, 2002, Amossy, 2010) e foca-se, essencialmente, na imagem de um Presidente; Jesus e

Teixeira (2015) analisam, por exemplo, a imagem da antiga Presidente brasileira Dilma Rousseff e Maizels (2014) analisa a imagem da antiga Presidente argentina Cristina Fernández.

1.2. Hipóteses e Objetivos

O presente trabalho doutoral tem como objeto de estudo os discursos presidenciais de tomada de posse da República Portuguesa e três objetivos principais que se interligam: (1) a análise das imagens (Maingueneau, 1999, Charaudeau, 2005, Amossy, 2010) que se constroem do Presidente e que o Presidente constrói de si; (2) o estudo do género discursivo na sua ligação com a construção das imagens presidenciais e (3) a constituição e proposta de um *corpus* de discursos presidenciais de tomada de posse, a disponibilizar eventualmente no âmbito do projeto de investigação Discurso do Presidente: Cem anos de Discursos Presidenciais, de que é investigadora principal a Doutora Maria Aldina Marques e no qual este trabalho de doutoramento de insere.

Enquadrado numa perspetiva interdisciplinar da Análise do(s) Discurso(s), que privilegia uma abordagem enunciativo-discursiva e que conta com os contributos da Teoria da Argumentação no Discurso, e também da Ciência Política e da História, este trabalho assenta, partindo dos objetivos traçados, nas seguintes hipóteses centrais: (hp1) as imagens que se constroem dos Presidentes são plurais, tendo em conta as diferentes funções e responsabilidades institucionais dos Presidentes, o quadro comunicativo dos discursos de tomada de posse e as expetativas sociais em relação à figura do Presidente; (hp2) considerando as condições histórico-sociais, as fortes ideologias políticas e as representações coletivas valorizadas em cada período político da República, existe uma imagem de Presidente que se liga respetivamente à Primeira República (1926-1974), ao Estado Novo (1926-1974) e à Democracia (1974-); (hp3) existe, por outro lado, uma imagem de Presidente comum aos três períodos que se prende com o género discursivo e constitui um parâmetro de género para a descrição dos discursos enquanto género discursivo; (hp4) o estatuto institucional e as expetativas em relação à figura do Presidente, como características do participante central do quadro comunicativo dos discursos de tomada de posse, condicionam e são condicionados pela construção das imagens presidenciais.

Capítulo II – Enquadramento Teórico

Partindo de uma perspetiva interdisciplinar da Análise do(s) Discurso(s) e tendo em conta os objetivos e as hipóteses propostas para este trabalho, há dois conceitos centrais para a fundamentação teórica da análise que pretendemos realizar: o conceito de *ethos* ou de imagem, tal como tem sido teorizado por autores como Maingueneau (1999, 2002), Amossy (1999, 2010) e Charaudeau (2005), e o conceito de género discursivo, tal como tem sido trabalhado no âmbito das Ciências da Linguagem, desde Bakhtine (1984), Adam (1997, 2002), Maingueneau (1984, 1998), Charaudeau (1997, 2000), Coutinho (2007) entre outros.

2.1. Os Fundamentos Teóricos do Conceito de *Ethos* ou Imagem de Si

Na investigação recente em torno da construção do *ethos*, no âmbito, sobretudo, das Ciências Sociais e Humanas, pode-se distinguir, como afirma Amossy (2010, p. 13), duas tendências principais: (1) as reflexões que consideram o *ethos* como uma ferramenta de persuasão, aplicada conscientemente de forma a melhor influenciar o outro e (2) os estudos que veem a construção de imagens como um fenómeno intrínseco das interações sociais e da vida quotidiana. Estas duas tendências decorrem de duas tradições teóricas marcadamente distintas, a da retórica aristotélica e a da microssociologia goffmaniana, respetivamente, que constituem, no entanto, a base teórica da atual investigação em torno do *ethos*, no quadro da Análise dos Discursos⁵.

2.1.1. A Génese do Conceito de *Ethos* na Retórica Aristotélica

A referência a Aristóteles é incontornável (Woerther, 2005, p. 82) em qualquer estudo sobre o fenómeno da construção de imagens, já que é na sua obra que encontramos a génese do conceito de *ethos*. Tal não significa, contudo, que encontremos em Aristóteles a estabilidade teórica de que o conceito, aliás, até hoje, carece (Grinshpun, 2014). A noção de *ethos* é sujeita, na verdade, como observa Maingueneau (2002, p. 4), a diferentes tratamentos quer na *Política* quer na *Retórica* e, mesmo nesta última obra, *ethos* é usado tanto para designar características do orador como do discurso. É, pois, com as precauções que a utilização do termo *ethos* exige – já que implica a reivindicação de uma herança

⁵ A pluralização é uma opção metodológica, que enfatiza a análise dos discursos enquanto objetos empíricos.

teórica (Woerther, 2005, p. 118) – que, de acordo com Maingueneau (2002, p. 4), se procura saber “à quel titre cette catégorie intéresse un secteur déterminé des sciences humaines contemporaines, en l’occurrence l’étude du discours”.

Enquanto instrumento exclusivo dos géneros retóricos (deliberativo, judiciário e epidítico), o conceito de *ethos* é apresentado como uma das três estratégias argumentativas ou provas (*pisteis*) técnicas (*ethos*, *logos* e *pathos*) de que o orador deveria fazer uso de forma a persuadir o auditório, sempre que, debatendo os assuntos da *polis*, fizesse publicamente uso da palavra, fosse nos tribunais, nos conselhos ou nas assembleias. O orador persuade, então, através da sua argumentação no discurso (*logos*), da sua capacidade de emocionar o auditório (*pathos*) e do carácter que o orador mostra no discurso (*ethos*), que Aristóteles considera como “o principal meio de persuasão” (1999, 1356a), afastando-se assim dos retóricos da sua época que secundarizavam o papel do *ethos* na persuasão (Eggs, 1999, p. 31).

O conceito de *ethos* é, pois, concebido como uma “prática de influência” (Amossy, 2010, p. 5), ou, por outras palavras, como uma atividade deliberada levada a cabo por um sujeito intencional que programa a construção da sua imagem em função de objetivos concretos. Não se coloca, assim, tal como observa Amossy, a questão da construção do *ethos* como intrínseca da prática discursiva e consequentemente como uma atividade, pelo menos em parte, não intencional.

Embora se ligue indubitavelmente ao orador, o conceito de *ethos* situa-se, para Aristóteles, na dimensão da discursividade, e não da realidade empírica do orador. Não é, pois, ao orador enquanto ser de carne e osso que se refere o conceito de *ethos*, mas à imagem que o orador constrói de si no seu discurso e “que deixa a impressão de o orador ser digno de fé” (1999, 1356a), sendo preciso que essa confiança seja “resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador” (1999, 1356a).

É este pressuposto aristotélico que introduz a problemática sobre a discursividade do *ethos*, que, como veremos mais à frente, dará origem a dois conceitos essenciais na investigação atual em torno do *ethos* – os conceitos de *ethos* discursivo e pré-discursivo. Ora se na retórica aristotélica o conceito de *ethos* é essencialmente discursivo, na tradição retórica romana de Isócrates e de Cícero a prova pelo *ethos* prende-se, não com imagens discursivas, mas com o carácter do orador, enquanto imagem anterior ao discurso, que é construída ao longo da vida do orador, e que, como tal, lhe confere credibilidade. São duas conceções de *ethos* que, embora pareçam inevitavelmente incompatíveis, chamam a atenção para dimensões distintas mas complementares do fenómeno global da construção de imagens.

A complexidade ligada a este conceito, seja pela heterogeneidade dos seus usos ou pelas problemáticas inerentes ao tratamento de textos antigos, não impede, contudo, que se delimitem pressupostos de interesse para os estudos do discurso. Maingueneau (2002, p. 4) sintetiza alguns, observando que (1) o conceito de *ethos* é essencialmente discursivo, revelando-se nas escolhas efetuadas pelo locutor, entre as múltiplas possibilidades linguísticas e estilísticas (Eggs, 1999, p.33), e nas modalidades da enunciação (Amossy, 2010, p. 22), ligando-se desta forma à enunciação e não ao locutor empírico; (2) funcionalmente, este conceito prende-se a um processo interativo de influência sobre o outro e (3) *ethos* é uma noção socio-discursiva, integrada forçosamente numa situação de comunicação concreta e numa conjuntura socio-histórica determinada, pelo que é necessário que o *ethos* se adegue ao quadro de comunicação e à dimensão social do orador, naquilo que Eggs (1999, p. 41) designa de o aspeto “processual” do *ethos* aristotélico; ou melhor, a construção do *ethos* como indissociável do género discursivo.

2.1.2. A Microsociologia Goffmaniana e o *Ethos* no Contexto da Interação

É com os contributos do sociólogo americano Erving Goffman que o fenómeno da construção de imagens – ainda que Goffman não faça menção ao termo *ethos* nos seus trabalhos – é enquadrado no contexto da interação.

Na perspetiva da microsociologia, Goffman (1990 [1973]) propõe a teoria de que, em qualquer interação, o indivíduo deixa, voluntária ou involuntariamente, uma impressão de si adequada aos objetivos da interação, e tal fenómeno é designado pelo sociólogo como “apresentação de si” (no original, “*presentation of self*”). Goffman atribui à apresentação de si um papel estruturante das interações, defendendo que não só contribui para regular o bom funcionamento das interações, como determina a própria existência em sociedade tal como a conhecemos, especialmente se considerarmos que Goffman defende que este fenómeno se verifica em qualquer interação da vida quotidiana, quer seja privada ou pública, informal ou institucional. O pressuposto de que a apresentação de si ocorre em qualquer interação, da mais quotidiana à mais formalizada, demarca claramente este conceito da noção de *ethos* aristotélica, circunscrita exclusivamente aos géneros retóricos.

Amossy (2010, p. 26) observa a proximidade dos conceitos de *ethos* aristotélico e da *apresentação de si* goffmaniana, na medida em que ambos se referem à construção de uma imagem, enquadrada numa troca social determinada; lembrando, contudo, que, se Aristóteles situa claramente a construção do *ethos* no plano da discursividade, para Goffman são os elementos extraverbais, como a

indumentária ou os gestos, que constroem, de facto, esta imagem que o indivíduo deixa de si mesmo. Para Goffman, a apresentação de si é, pois, perspectivada como um comportamento social não verbal. Como recorda a investigadora, são as Ciências da Linguagem, sobretudo, na perspetiva da Análise Conversacional (Levinson & Brown, 1987, Kerbrat-Orecchioni, 1996⁶) que recuperam o conceito goffmaniano de apresentação de si e, em especial, a noção de *face* (Goffman, 1967) e os recontextualizam de forma a incidirem na dimensão verbal das interações.

Goffman desenvolve a teoria da apresentação de si, apoiando-se numa metáfora da dramaturgia, segundo a qual os participantes, na interação, desempenham um determinado papel (*part*), de modo a transmitirem a imagem de si que melhor influenciará o interlocutor e que contribuirá para a finalidade da interação. Este tipo de representação (no original, *performance*) é concebida como “all the activity of a given participant on a given occasion which serves to influence in any way any of the other participants” (1999, p. 26) e é regulada por uma determinada fachada (no inglês, *front*), ou seja, a parte da representação que permanece relativamente estável. Goffman integra esta representação num *setting*, que é constituído pela (1) aparência (*appearance*) que se liga ao estatuto social do participante e pela (2) maneira (*manner*), que diz respeito ao papel que o participante desempenha na interação, ou melhor, ao modo como o participante desempenha esse papel. Toda a representação decorre numa determinada interação, que Goffman (1999, p. 26) define como “the reciprocal influence of individuals upon one another’s actions when in one another’s immediate physical presence”. Para Goffman, a apresentação de si prende-se com as interações face a face e não com a comunicação, no sentido geral, o que sublinha a perspetiva não verbal da teoria.

Amossy (2010, p. 32) observa que determinados conceitos desta teoria, como o de papel, designam modelos de comportamentos ou esquemas sociais e que é porque a apresentação de si se encontra sujeita à regulação sociológica que “elle dépasse largement l’intentionnalité du sujet agissant”. Com efeito, longe da ação deliberada do *ethos* retórico, a apresentação de si dá-se independentemente da vontade do indivíduo. Goffman (1999, p. 14) refere esta questão, apontando que “the individual will have to act so that he intentionally or unintentionally *expresses* himself”. Tal não significa que o indivíduo se encontre necessariamente inconsciente deste fenómeno e o sociólogo cita aliás diversos exemplos

⁶ Os conceitos de face e de figuração (no original, *face-work*), tal como propostos por Goffman (1999 [1973]), são retomados por Levinson & Brown (1987), na perspetiva interacionista da Análise Conversacional e trabalhados no quadro da Teoria da Cortesia, e, posteriormente, por Kerbrat-Orecchioni (1996), entre muitos outros investigadores.

⁷ Em *On Face-work*, Goffman (1967) defende que no momento da interação os participantes procuram a preservação da sua face, conceito que define como “the positive social value a person effectively claims for himself by the line others assume he has taken during a particular contact” (1967, p. 5). É a partir deste conceito que Goffman elabora um conjunto de táticas de preservação e de reparação da face, que denomina de figuração (no original, *face-work*).

em que a apresentação de si é, de facto, programada, de modo a melhor realizar os objetivos concretos dos indivíduos. Seja como for, a construção do *ethos* vê-se indubitavelmente reconfigurada, na perspetiva goffmaniana, ao inscrever-se num contexto interacional e ao adquirir uma dimensão constituinte das interações sociais.

2.1.3. O Desenvolvimento da Teoria do *Ethos* no Âmbito da Análise do Discurso

A construção da imagem⁸ do locutor no discurso encontra-se, invariavelmente, ligada à enunciação (Maingueneau, 2002, p. 1), pelo que encontramos nos trabalhos de Benveniste a procedência do interesse que as Ciências da Linguagem (Amossy, 1999), sobretudo, numa perspetiva enunciativo-discursiva, relativamente ao conceito de *ethos*. A linguística da enunciação coloca, com efeito, o locutor (e o interlocutor, considerando que a enunciação depende necessariamente da interlocução) numa posição privilegiada de análise.

É nesta perspetiva que Charaudeau (2005, p. 88) posteriormente refletirá na importância do papel do alocutário na construção do *ethos*, considerando que o *ethos* não é uma propriedade exclusiva do locutor, pois quando o locutor constrói a sua imagem discursiva, constrói também, além de uma imagem que os seus interlocutores poderão fazer de si, uma imagem dos próprios interlocutores, imagem essa que é indissociável da sua.

No contexto do estudo dos mecanismos linguístico-discursivos através dos quais o locutor se inscreve na linguagem e constrói a sua subjetividade, Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 20), na continuação de Benveniste (1966), reflete sobre o papel das imagens em interação, recuperando o princípio da construção em espelho de Pêcheux (1969) e afirmando que na competência cultural dos dois participantes da comunicação faz parte “l’image qu’ils se font d’eux-mêmes, qu’ils se font de l’autre, et qu’ils imaginent que l’autre se fait d’eux-mêmes”. Esta reflexão, como observa Amossy (1999, p. 12) colocava, ainda, a construção do *ethos* fora da discursividade, relegando-a para a da dimensão extralinguística dos dados situacionais.

Embora o conceito não fosse estranho às Ciências da Linguagem, o termo *ethos* é introduzido pela primeira vez neste domínio por Ducrot (1984) no quadro da sua teoria polifónica da enunciação, que, de acordo com Amossy (1999, p. 16), se liga à Teoria da Argumentação na Linguagem (TAL) exposta

⁸ Utilizamos os termos *imagem*, *imagem de si* e *ethos* de forma intercambiável. Importa notar que, tradicionalmente, os termos *imagem de si* e *ethos* referem-se especificamente à imagem que o locutor constrói de si, enquanto o termo *imagem* abrange não só a imagem que o locutor constrói de si, como a imagem que o locutor constrói dos outros, a imagem que os outros constroem do locutor, as imagens prévias e outros fenómenos de construção de imagem.

anteriormente (Anscombe & Ducrot, 1983). Para Ducrot (1984), é necessário distinguir o locutor L, responsável pelo enunciado, o enunciador, enquanto “voz” ou ponto de vista, e o locutor λ , o locutor enquanto pessoa do mundo. Considerando que o *ethos* é construído no discurso, pela aparência que lhe confere o débito, a entoação, calorosa ou severa, a escolha das palavras e dos argumentos (1984, p. 201), Ducrot defende que o *ethos* se liga ao L, ao locutor como tal, e que só enquanto fonte de enunciação é que o locutor se vê “affublé de certains caractères qui, par contrecoup, rendent cette énonciation acceptable ou rebutante”. É precisamente neste sentido que Ducrot menciona os “caracteres oratórios” de Le Guern (1977), que os distingue dos “caracteres reais”, ao inscrevê-los no discurso.

O *ethos* é, então, perspectivado como construção inerente ao discurso, sublinhando-se mais uma vez a centralidade da enunciação na construção da imagem de si. Neste sentido, Amossy (1999, p. 16) observa que duas teorias da argumentação divergentes – uma considera a argumentação como um conjunto de estratégias discursivas de persuasão, enquanto a outra considera que argumentação está inscrita na própria linguagem – apresentam, contudo, conceitos de *ethos* relativamente próximos (ainda que Ducrot não tenha desenvolvido mais a reflexão sobre o *ethos*).

As teorias de argumentação contemporâneas, como as desenvolvidas por Perelman (2005 [1958]) e Angenot (1982) que ligam a argumentação à teoria dos atos de fala, fazem, de acordo com Amossy (1999, p. 21), uma reatualização da noção de *ethos* enquanto instrumento de análise. São, contudo, as reflexões paralelas de Maingueneau (1984, 1991, 1999) que, numa perspectiva da Análise do Discurso, constituem o primeiro esforço para propor uma teoria consolidada do *ethos*.

Maingueneau (1999) recupera o conceito aristotélico de *ethos* enquanto instância intrinsecamente enunciativa, recontextualizando esta noção e propondo duas grandes reformulações. O conceito de *ethos* deixa, em primeiro lugar, de estar circunscrito à arte oratória, tal como acontecia na concepção aristotélica, e passa igualmente a integrar o suporte escrito, uma vez que, segundo Maingueneau (1999, p. 78), todo o texto escrito possui uma “vocalité spécifique” que permite associá-lo a uma fonte enunciativa. Tal só é possível através de um determinado tom e corporalidade que são reconstruídos pelo leitor através de índices textuais diversos (1999, p. 79).

Na linha de Goffman, Maingueneau propõe ainda que o fenómeno da construção do *ethos* ocorre, não só nos géneros retóricos, mas em todas as trocas verbais. Neste sentido, a construção do *ethos* abandona o campo exclusivo da argumentação e mesmo o das interações face-a-face e passa a ser concebido como um fenómeno da comunicação em geral e como “indissociable de l’utilisation de l’langage par un sujet parlant” (Amossy, 2010, p. 36)

Considerando o conceito de *ethos* como invariavelmente ligado à enunciação, Maingueneau (1991, 1999) integra-o na teoria da cena de enunciação, desenvolvida em trabalhos anteriores. É, pois, no enquadramento de um dado tipo de discurso (cena englobante), associado aos diferentes setores de atividade social, e de um dado género (cena genérica), enquanto instituição discursiva, que a construção do *ethos* se encontra parcialmente determinada. Como observa Amossy (2010, p. 37), é retomada de Goffman a importância dada aos quadros sociais que modelam as imagens de si, na medida em que, de acordo com Maingueneau (1991, p. 82), parte da cena da enunciação se encontra regulada por estes constrangimentos, o que leva a investigadora (2010, p. 37) a concluir que a imagem de si é condicionada pelos quadros sociais e institucionais preexistentes e estes quadros impõe uma distribuição prévia dos papéis e das suas possibilidades.

A elaboração do *ethos* não se encontra, contudo, completamente determinada pelo género, já que é uma construção de cada discurso. Para Amossy (2010, p. 37), a escolha livre do locutor, na proposta de Maingueneau, está limitada ao conceito de cenografia que o investigador define como um dos possíveis cenários fornecidos pelo género que o locutor escolhe para a enunciação do seu discurso e, pela sua seleção, constitui um espaço onde o locutor pode trabalhar a sua imagem. É, por outras palavras, a “atualização” do género.

Ainda no âmbito dos estudos do discurso, Amossy (2000) articula a análise argumentativa e o conceito de *ethos*, centrando-se na ancoragem da imagem de si em estereótipos e na exploração do conceito de *ethos* pré-discursivo (*ethos* prévio, na terminologia da autora), que analisaremos com atenção mais à frente. Na obra *La présentation de soi – ethos et identité verbale*, Amossy (2010) propõe ainda, confrontando as divergências e confluências dos conceitos, a assimilação total da noção de apresentação de si, na sua conceção alargada, além das interações face-a-face, a todas as trocas verbais, ao conceito de *ethos*. É precisamente o conceito de imagem enquanto fenómeno constitutivo da linguagem em uso (e, como tal, inerentemente ligado ao conceito de género) proposto por investigadores, como Maingueneau e Amossy, que adotaremos no nosso trabalho.

2.1.4. O Estatuto Teórico do Conceito de *Ethos* ou Imagem de Si

O conceito de *ethos*, tal como foi concebido por Aristóteles, apresentava, contrariamente às outras provas não-técnicas, *pathos* e *logos*, um estatuto permanentemente instável (Grinshpun, 2014, p. 7) e esta instabilidade ainda se verifica, como constata Woerther (2005, p. 82), no vocabulário crítico (e na investigação) contemporâneos.

Tal poderá justificar-se pela centralidade que o *ethos* ocupa enquanto dimensão integrante do discurso (Amossy, 2010, p. 7), a par de outras questões igualmente constitutivas, como o dialogismo, a argumentatividade ou o género, o que não é de todo surpreendente pois é, como afirma Maingueneau (2014, p. 46), um fenómeno que se estende a todo o uso da língua. Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 20) propõe, como já referimos, que este fenómeno deveria ser incorporado na “competência cultural” dos participantes da troca comunicativa, pois esta inclui necessariamente “l’image qu’ils se font d’eux-mêmes, qu’ils se font de l’autre, et qu’ils s’imaginent que l’autre se fait d’eux-mêmes”.

Nos estudos do discurso, o conceito de *ethos* constitui uma problemática fundamental, tal como observa Grinshpun (2014, p. 9) “Si la catégorie de l’*ethos* discursif occupe aujourd’hui un rôle important dans la boîte à outils d’un grand nombre de spécialistes du discours, c’est qu’elle entretient une relation privilégiée avec la visée même de l’analyse du discours”. E, se, por um lado, o conceito de *ethos* diz respeito, como afirma Amossy (2010, p. 42), a um fenómeno uniforme “dont il faut saisir les modalités et les enjeux à la fois dans leur similitude et dans leur diversité”, constitui igualmente uma problemática que a Análise do Discurso está longe de explorar em todo o seu potencial (Maingueneau, 2014, p. 47).

2.1.4.1. Algumas Questões Teóricas e Terminológicas

A investigação contemporânea no âmbito da Análise do Discurso, fomentada, sobretudo a partir de 1990, pela tradição retórica aristotélica e pelos avanços da microsociologia goffmaniana, como anteriormente referido, tem-se desenvolvido paralelamente, mas sem contacto imediato (Amossy, 2014, p. 13), em trabalhos de diferentes disciplinas das Ciências Sociais. Tal justificará possivelmente a coexistência, por um lado, e a pluralidade, por outro, de termos distintos e, por vezes, convergentes ou ainda a associação a um mesmo termo de concepções e problemáticas diversas.

Refletindo precisamente sobre os duplos contemporâneos do conceito de *ethos*, Amossy (2014, p. 17) observa como os trabalhos de Edward Jones (1990), no âmbito da psicologia social, embora partilhem conceitos e termos, diferem dos de Goffman. Pois, se para o sociólogo o essencial seria examinar em que medida a construção de imagens ajuda ou, pelo menos, afeta a regulação das interações sociais, para Jones e para investigadores que se inserem nesta perspetiva, como Baumeister (1982) ou Tedeschi & Riess (1981), a construção de imagem é sobretudo considerada como um meio de gerir as imagens que os outros criam do participante na interação. Como tal, não é surpreendente que a psicologia social tenha associada a noção de *self-presentation* à de *impression management*, ao ponto em que são frequentemente utilizadas como sinónimos (Amossy (2014, p. 17).

Ainda no domínio das Ciências Sociais, a noção de *identidade*, um conceito por si só de complexa definição, associa-se, por um lado, a características variadas, como género, raça ou sexualidade, bem como a crenças, disposições, atitudes e idiossincrasias, entre outros elementos, que poderão contribuir para a construção da identidade pessoal de um indivíduo; por outro, estabelecendo-se enquanto fenómeno social, relaciona-se ora com a posição e as funções sociais que cada um desempenha (*identidade social*), ora com a ideia de pertença a uma determinada coletividade, esteja esta relacionada com a nacionalidade, a etnia, a religião, a raça, o género ou a sexualidade, entre outros (*identidade cultural*).

O conceito de *identidade*, mesmo nas diferentes aceções que lhe são atribuídas, encontra-se indubitavelmente ligado à noção de imagem de si, considerando claro as especificidades de perspetivas teóricas e focos de análise distintos em que o conceito ocorre. Com efeito, categorias sociais, como o género, a etnia ou a raça, mas especialmente os *estereótipos* que, numa dada comunidade, lhe estão associados são partes constitutivas da imagem pré-discursiva (Amossy, 2000, p. 71), tal como o estatuto e as funções sociais que o locutor ocupa num determinado momento. Da mesma forma, as questões de integração grupal relacionar-se-ão certamente com a problemática da construção de imagens coletivas. Estes paralelos poderão explicar a aproximação dos conceitos de *identidade* e de *ethos*, o que, por vezes, leva ao uso quase intercambiável dos termos.

Já, na esfera do mundo empresarial e das suas preocupações marcadamente comerciais, ou melhor, de eficácia comercial, os conceitos de imagem corporativa (*corporate image*) e de *brand* (ou *branding*) centram-se igualmente, como observa Amossy (2014, pp. 18-19), na problemática da construção de imagens. Com efeito, a imagem corporativa ou a imagem de uma empresa é, essencialmente, uma imagem coletiva (Wei, 2000), construída, nas palavras de Amossy (2014, p. 19), numa interação motivada por interesses comerciais e financeiros e que se centra, sobretudo, na forma como a empresa é vista pelo mercado. *Brand* (ou a imagem de uma dada marca) é uma imagem fundamentalmente promocional e, como constata Amossy (2014, p. 20), se esta noção parece afastada da de *ethos discursivo* é importante recordar que o termo *branding* é comumente aplicado para referir as estratégias de promoção de figuras políticas, em períodos de eleição.

Também no âmbito da investigação literária se podem encontrar noções que estabelecem relações próximas com a de *ethos*, tais como o conceito de *imagem de autor* ou de *postura*, de tal forma que, segundo Dhondt & Vanacker (2013, p. 5), alguns investigadores, como Meizoz (2011), propõem

uma relação hierárquica entre elas⁹. Sendo o conceito de *ethos*, como afirma Grinshpun (2014), uma noção de grande plasticidade, a apropriação deste termo por diferentes disciplinas e perspectivas teóricas, que lhe atribuíram concepções mais ou menos distantes da sua aceção retórica, parece não só natural, como inevitável.

Em paralelo aos trabalhos desenvolvidos por Goffman (que, contudo, não emprega, como sabemos, o termo *ethos*), Kerbrat-Orecchioni (2005, p. 302) reconhece na investigação contemporânea no âmbito da pragmática contrastiva um prolongamento distinto das problemáticas do *ethos*. Com efeito, o termo *ethos* adquire, nesta perspectiva, o sentido de *perfil comunicativo* de uma determinada sociedade.

Ethos é, então, neste sentido, uma imagem necessariamente coletiva, tal como se pode comprovar pela definição avançada por Brown e Levinson (1978, p. 248), que consideram *ethos* como “a label for the quality of interaction characterizing groups or social categories of persons, in a particular society”. Este afastamento é, contudo, perfeitamente conciliável com a noção aristotélica de *ethos*, ainda que, na tradição retórica, *ethos* se refira a indivíduos, pois, como constata Kerbrat-Orecchioni (2005, p. 303), “l’*ethos* individuel s’ancre dans l’*ethos* collectif (...), et inversement, l’*ethos* collectif n’est appréhendable qu’au travers des comportements individuels dans lesquels il vient s’incarner”.

O termo *ethos* é, ainda, usado quase indistintamente, por vezes, como equivalente de *carisma*, sobretudo no âmbito dos estudos da retórica americana. Ora, o conceito de carisma liga-se, nas palavras de Weber (1971, p. 320), a uma qualidade extraordinária de uma determinada personagem que se vê, assim, dotada de características quase sobrenaturais ou sobre-humanas. Os conceitos de *ethos* e de carisma são, pois, distintos, mas, na medida em que, como refere Charaudeau (2015, p. 4), o carisma corresponde a algo que se liga ao indivíduo e que determina até certo ponto a construção de uma imagem particular, é necessariamente “une affaire d’*ethos*”.

Este breve elenco de termos e noções ligados direta ou indiretamente à construção de imagens discursivas não pretende explorar criticamente estes conceitos, mas dar conta do interesse científico, social (e até comercial) desta problemática e, sobretudo, da complexidade do fenómeno global da construção de imagens.

⁹De acordo com Dhondt e Vanacker (2013, p. 5), Meizoz (2011, p. 88) propõe que o *ethos* de autor é inferido através do discurso, enquanto a noção de postura é considerada como mais englobante, na medida em que ultrapassa a singularidade do texto. Esta proposta é, contudo, considerada, pelo próprio autor, como problemática.

2.1.4.2. Problemas e Implicações Metodológicas e Epistemológicas

Os problemas teóricos e implicações metodológicas ligadas à noção de *ethos* situam-se, como referem Dhondt e Vanacker (2013, p. 8), em diferentes níveis e dimensões de análise. E se algumas das questões levantadas por este conceito dependem puramente de decisões teóricas, outras, pela sua complexidade, mas sobretudo pertinência, elevam-se ao estatuto de categorias de análise operacionais e por direito.

Refletindo sobre os desafios metodológicos ligados ao conceito de *ethos*, Maingueneau (2002, p. 3) levanta a questão da natureza do material semiótico que contribui para a construção de uma determinada imagem de si. Com efeito, se julgarmos, à semelhança do investigador (e mais na linha de Goffman do que de Aristóteles), que a construção do *ethos* é, mais do que um produto meramente discursivo, um comportamento global (Maingueneau, 1998, p. 80), então deveremos reconhecer igualmente a importância do material não-verbal e paraverbal na construção de imagens e tal significa considerar a construção de imagens como um fenómeno decorrente da multicanalidade.

É, pois, tendo em consideração a relevância dos componentes não-verbais e paraverbais na construção do *ethos*, que escolhemos restringir, por questões de homogeneidade metodológica, a nossa análise das imagens presidenciais ao material propriamente verbal, já que, embora existam arquivos audiovisuais dos discursos presidenciais de tomada de posse, tal não se verifica em relação a uma parte considerável do corpus (que engloba os discursos da Primeira República e a maioria dos discursos proferidos no período do Estado Novo).

Além da questão da materialidade semiótica do *ethos*, Dhondt e Vanacker (2013, p. 8) consideram igualmente o papel do interlocutor como fundamental na problemática da construção de imagens, quer do ponto de vista da receção, como da emissão. Com efeito, o fenómeno da construção de imagens encontra-se intrinsecamente ligado à intersubjetividade e é neste sentido que Charaudeau (2005) considera, como já referimos e à semelhança do jogo especular proposto por Pêcheux (1969), a construção do *ethos* como uma questão de “cruzamento de olhares”:

L'ethos, en tant qu'image qui s'attache à celui qui parle, n'est pas une propriété exclusive de celui-ci; il n'est jamais que l'image dont l'affuble l'interlocuteur, à partir de ce qu'il dit. L'ethos est affaire de croisement de regards : regard de l'autre sur celui qui parle, regard de celui qui parle sur la façon dont il pense que l'autre le voit.

Ou, por outras palavras, a construção do *ethos* incluirá necessariamente a imagem que o locutor tem dos seus interlocutores e a imagem que este acredita que os seus interlocutores poderão fazer de si.

Sendo, por outro lado, um fenómeno essencialmente interativo, o interlocutor é elevado de uma receção puramente passiva para o desempenho de um papel ativo e fundamental na construção do *ethos*. É nesta perspetiva que Amossy (2010, p. 45) fala da elaboração de imagens como uma construção de leitura, enquanto Maingueneau (1999, p. 80), ao refletir sobre o fenómeno mais geral da adesão, considera essencial a mobilização do interlocutor para o fazer aderir “fisicamente” a um determinado universo de sentido.

Ainda neste sentido é importante distinguir, como referem Dhondt e Vanacker (2013, p. 9), a reconstrução do *ethos*, a partir dos diversos indícios discursivos, feita por um interlocutor da época da que é feita por um interlocutor contemporâneo. Esta distinção é de especial relevância num estudo que se quer diacrónico e sincrónico, tal como é o caso do trabalho desta dissertação doutoral.

É também uma questão de posicionamento a distinção que Maingueneau (2002, p. 3) estabelece entre *ethos* pretendido (*ethos visé*, no original) e *ethos* efetivo, que implica a adoção do ponto de vista do locutor ou do destinatário, respetivamente. Como observa o investigador, o *ethos* pretendido não é sempre o *ethos* de facto produzido, pelo que, de acordo com Marques (2008, p. 3), o *ethos* pretendido do locutor é “inacessível enquanto tal ao interlocutor e ao analista de discurso, pois só é ‘recuperado’ como *ethos* efetivo”. Para Maingueneau (2002, p. 10), o *ethos* efetivo que o destinatário constrói é resultado da interação de diferentes instâncias (*ethos* pré-discursivo e *ethos* discursivo, dito e mostrado).

Colmatar estes desafios metodológicos implica, pois, uma abordagem interdisciplinar, cujo objetivo será o de possibilitar a realização de uma análise e interpretação de dados informadas, sendo que estes proveem de contextos e problemáticas socio-históricas distintas, necessariamente modeladores das imagens construídas.

2.1.5. As Modalidades da Construção do *Ethos*

Ainda que seja um fenómeno unificado (Maingueneau, 2002, p. 11), a construção de imagens não deixa de ser uma problemática complexa e os diferentes posicionamentos teórico-metodológicos deram origem a modalidades de construção do *ethos* distintas, que, sendo operacionais em si, oferecem, na sua articulação, uma visão mais compreensiva deste fenómeno.

2.1.5.1. O *Ethos* Discursivo e o *Ethos* Pré-discursivo

A questão do posicionamento do *ethos* no plano das propriedades exteriores ou antes na dimensão da discursividade remonta, como já vimos, à retórica clássica de Isócrates e Aristóteles e prevalece nas reflexões sociológicas de Goffman e Bourdieu, por um lado, e nas considerações de Ducrot e Barthes, por outro. Amossy (2000, p. 69) observa, contudo, que uma discussão mais produtiva centrar-se-ia em ver como o discurso constrói um *ethos* assente em dados pré-discursivos diversos. No mesmo sentido, Maingueneau (2002) situa esta problemática em termos de género, ao considerar que a distinção entre discursivo e pré-discursivo não se deve colocar em absoluto, mas relativamente ao género discursivo. É, pois, nesta perspetiva que consideraremos como necessariamente complementares os conceitos de *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo.

A imagem discursiva decorre essencialmente, como defende Amossy (2000, p. 71), (1) da distribuição de papéis inerentes a cada género discursivo e (2) da imagem que o locutor projeta de si no discurso. Com efeito, a construção do *ethos* é, como temos vindo a afirmar, indissociável do género, uma vez que os constrangimentos genéricos modelam e predeterminam, em parte, a construção de imagens. O locutor não deixa, contudo, de poder escolher “livremente”, dentro dos limites impostos pelo género discursivo, a imagem que projeta no discurso e que, como refere a investigadora (2000, p. 71), se situa na enunciação mais do que no enunciado. Esta observação prende-se com as diferentes “modalidades de expressão do *ethos* discursivo” (Marques, 2008, p. 3), o *ethos* dito – aquilo que o locutor afirma de si – e o *ethos* mostrado – a imagem que o locutor mostra de si no discurso.

Ducrot (1984, p. 201), na sua reflexão sobre o *ethos*, chamava já atenção para esta questão, ao referir que “Il ne s’agit pas des affirmations flatteuses que l’orateur peut faire sur sa propre personne dans le contenu de son discours”. Também Barthes (1966, p. 212) aponta que “ce sont des traits de caractère que l’orateur doit montrer à l’auditoire pour faire bonne impression”. Maingueneau (1993, p. 138) problematiza esta distinção, afirmando que :

Ce que l’orateur prétend être, il le donne à entendre et à voir : il ne dit pas qu’il est simple et honnête, il le montre à travers de sa manière de s’exprimer. L’ethos est ainsi attaché à l’exercice de la parole, au rôle qui correspond à son discours, et non à l’individu “réel”, appréhendé indépendamment de sa prestation oratoire.

É, neste sentido, que Maingueneau (2014b) observa que “Si l’*ethos* montré fait partie intégrante de toute énonciation, l’*ethos* dit, lui, n’est pas obligatoire”.

Esta distinção é, como comenta Maingueneau (2014b), muitas vezes negligenciada nas análises atuais e são tratados indiferenciadamente índices textuais das duas modalidades de expressão, talvez por, como o investigador afirma (2013), esta distinção se inscrever “aux extrêmes d’une ligne continue puisqu’il est impossible de définir une frontière nette entre le ‘dit’ suggéré et le ‘montré’”.

A imagem pré-discursiva (ou prévia, na terminologia de Amossy (1999, 2000, 2010)) compreende, de acordo com Amossy (2000, p. 71), (1) o estatuto institucional do locutor, as funções e a posição que lhe conferem legitimidade e (2) a imagem que o auditório possui do locutor antes de este tomar a palavra, o que inclui as representações coletivas ou estereótipos que lhe estejam associados, a sua reputação individual e a história conversacional comum que o locutor possa partilhar com o auditório.

Considerar a importância dos quadros sociais na construção do *ethos*, como anteriormente referimos, e observar este fenómeno como um efeito da socialização (Amossy, 2010, p. 44), justifica, como defende Amossy (2000, p. 70), a integração de reflexões sociológicas. Deste modo, Amossy (1999b, p. 147) recupera as considerações de Bourdieu (1982) sobre o estatuto institucional do locutor, enquanto fonte prévia de autoridade, de forma a enquadrar aquilo que denomina de *ethos* institucional.

Na medida em que postula, nas palavras de Amossy (2000, p. 69), “la primauté absolue de la situation et du statu institutionnels de l’orateur dans l’échange”, a perspetiva de Bourdieu (1982) retoma a da retórica latina, ao considerar que é uma imagem prévia e não discursiva que confere autoridade ao locutor. Com efeito, para Bourdieu (1982) o material propriamente linguístico só adquire importância na sua articulação adequada entre a função social do locutor e o seu discurso. Neste quadro, Bourdieu (1982, p. 14) redefine o conceito de *ethos*, concebendo como a parte do *habitus* (ou disposições duráveis adquiridas pelo indivíduo no processo de socialização) que compreende os princípios interiorizados que guiam a nossa conduta. Amossy (1999b, p. 148) observa, numa abordagem marcadamente interdisciplinar, que na análise da construção do *ethos* se deve ter em conta a materialidade discursiva, em termos de enunciação e de género discursivo, e, mais do que meramente sublinhar a dimensão social do *ethos*, se deve relacioná-lo com as posições institucionais exteriores.

É, posto isto, que Amossy (1991, 1997) recupera o conceito de estereótipo das Ciências Sociais, enquanto representação coletiva fixa ou modelo cultural que circula no discurso (Amossy, 2010, p. 46) e lhe atribui um lugar de destaque, não só na construção da imagem, como no bom funcionamento da comunicação em geral, afirmando que a apropriação de uma imagem estereotipada de uma categoria social é indispensável tanto ao nível da construção da identidade com ao nível da eficácia da comunicação (Amossy, 2010, p. 44). Considera, pois, essencial a indexação do *ethos* a um stock de imagens preexistentes, de modo a ver como estas representações coletivas alimentam o *ethos* individual.

Para tal, Amossy articula o conceito de imaginário socio-discursivo de Charaudeau (2005, p. 85) – que postula que estes imaginários são construídos pelos discursos que circulam nos grupos sociais, constituindo verdadeiros sistemas de pensamento que determinam valores e permanecem na memória coletiva – com o conceito de *doxa* (ou o conjunto de opiniões, crenças e representações coletivas próprias de uma determinada comunidade), para concluir que todo o *ethos* se constrói a partir de representações preexistentes interiorizadas e valorizadas (ou desvalorizadas) pela comunidade. Estas imagens prévias são, claro, mutáveis e, porque não existem em si, dependem em cada caso das representações que o auditório tem do locutor, isto é, o conhecimento prévio que é ativado.

A imagem pré-discursiva define-se, então, como um conjunto de dados dos quais dispomos sobre o locutor no momento da sua apresentação de si (Amossy, 2010, p. 73) e que compreende o estatuto institucional do locutor, as representações coletivas que se lhe associam, a sua reputação individual (na linha da retórica latina) e as imagens que circulam na história conversacional comum. Uma vez que deixa marca tangíveis e recuperáveis no discurso (Amossy, 2000, p. 70), a imagem pré-discursiva é essencial para a análise do *ethos*, que de outra forma seria inevitavelmente redutora e fragmentária.

2.1.5.2. O *Ethos* Individual e o *Ethos* Coletivo

A problemática da representatividade do *ethos* – isto é, se o *ethos* diz respeito apenas à imagem do indivíduo ou se é passível de representar grupos e coletividades – já foi colocada por investigadores, como Maingueneau (2002) e Charaudeau (2005), embora permaneça uma questão “insuffisamment analysée” (Amossy, 2010, p. 158). Colocar a questão do *ethos* em termos de representatividade permite distinguir a imagem que é construída de um indivíduo ou *ethos* individual e a “imagem de uma entidade coletiva, uma classe, uma profissão, uma comunidade mais ou menos alargada” (Marques, 2008, p. 4) ou *ethos* coletivo.

Considerando que a construção do *ethos* (seja coletivo ou individual) se encontra ancorada, como já vimos, em representações sociais, Charaudeau (2005, p. 90) defende que o *ethos* coletivo se liga aos juízos que um determinado grupo tece em relação a um traço de identidade de um outro grupo e que, ao contrário do *ethos* individual, o *ethos* coletivo é construído apenas “par attribution apriorique, attribution d’une identité émanant d’une opinion collective vis-à-vis d’un groupe autre”, como é o caso dos estereótipos que se ligam a cada nacionalidade que o investigador refere. Esta conceção de *ethos* coletivo é semelhante à de Kerbrat-Orecchioni (1996, p. 78), que considera o *ethos* em termos de “perfil comunicativo” de uma determinada comunidade.

Outra perspectiva sobre a construção do *ethos* coletivo é a de que o locutor pode ser um porta-voz de um grupo e assumir-se como uma instância plural. Para Amossy (2014, p. 23), esta conceção de *ethos* coletivo permite articular a noção de *ethos* à análise de discursos institucionais, de empresas, de partidos ou de movimentos sociais, como o faz, por exemplo, Orkibi (2008).

A construção de um *ethos* coletivo não exclui, contudo, a construção de um *ethos* individual do locutor, como afirma Amossy (2010, p. 157), pelo que se estabelece um equilíbrio dinâmico e constantemente negociável entre a apresentação da coletividade e a da pessoa individual, que se articulam e influenciam mutuamente.

2.1.6. A Construção do *Ethos* no Discurso Político

O discurso político apresenta-se como um espaço relativamente complexo de construção de imagens, pois, além dos seus atores tomarem a palavra num espaço público, fazem-no investidos de um cargo ou de uma posição institucional que regula e condiciona a construção do *ethos*.

Personalidades mediáticas ou políticas veem associada à construção do seu *ethos* (1) a imagem que circula no imaginário socio-discursivo da categoria social, profissional, étnica, nacional, etc. em que o locutor se insere, (2) a imagem individual que circula do locutor no momento em que este toma a palavra e (3) as possíveis imagens diferentes (e antagónicas) do locutor, consoante o auditório em causa (Amossy, 2000, p. 72). É, neste contexto, que Amossy (2000, p. 73) recorda que a imagem de um locutor contemporâneo não pode ser analisada da mesma forma que a de locutores de outra época, pelo que a análise de textos do passado se deve apoiar necessariamente no arquivo.

Também Marques (2014, p. 298) refere, no contexto do discurso presidencial, que a construção de imagens presidenciais implica, não só a imagem prevista no género discursivo, como a imagem de Presidente da República que decorre da sua função social-política e a imagem pública de cada Presidente. Estão, pois, em causa dois aspetos fundamentais no discurso político: a legitimidade e a credibilidade.

Tomar a palavra num espaço público pressupõe que o auditório reconhece o direito de o locutor o fazer (Charaudeau, 2015, p. 7). A legitimidade constitui, ao contrário da credibilidade, uma posição atribuída por um determinado sistema de organização social reconhecido pelos membros dessa sociedade, pelo que a legitimidade assenta no reconhecimento e numa crença coletiva (Charaudeau (2015, p. 7).

Numa democracia representativa, é o voto popular que confere a legitimidade ao locutor incumbido de uma posição institucional, pelo que, de acordo com Le Bart (2010, p. 77), o discurso político, em democracia, é necessariamente condicionado, uma vez que os representantes políticos falam em nome dos representados, chegando mesmo a falar em vez deles, mas, em retorno, estes devem reconhecer-se naquilo que é dito em seu nome. A construção do *ethos* no discurso político encontra-se, então, sujeita a um “sous-ensemble relativement rigide de prescriptions qui encadrent précisément les prises de parole” (Le Bart, 2003, p. 103).

A credibilidade é, para Charaudeau (2015, p. 11), antes mais, uma questão de *ethos*, pelo que é construída (e não atribuída) no discurso. Como tal, o autor (Charaudeau, 2005, p. 118) faz o catálogo de algumas das “figuras identitárias” mais salientes no discurso político, agrupando-as em duas grandes categorias de *ethos*, os de credibilidade e os de identificação.

A credibilidade no discurso político é uma questão complexa, implicando a sinceridade do locutor, a sua capacidade de fazer o que promete (*performance*) e a sua eficiência ao fazê-lo (Charaudeau, 2005, p. 120). Como resposta a cada uma destas condições, Charaudeau defende que o ator político procura construir para si imagens que mostram a sua seriedade, a sua honestidade e a sua competência. Já as imagens que pretendem que o destinatário se identifique com o locutor podem centrar-se num trabalho de humanização do ator político (como as que mostram a inteligência, a força, o carisma e a humanidade do locutor) ou podem ser direcionadas para o cidadão (como as que revelam a autoridade e a solidariedade do locutor).

Uma vez que a construção do *ethos* parte sempre de uma relação triangular entre o eu, o outro e os valores de referência (Charaudeau, 2005, p. 137), as imagens associadas a cada uma destas dimensões baseiam-se em representações coletivas diversas que habitam o imaginário social e são atualizadas no discurso pelos atores políticos, pelo que dentro, por exemplo, da dimensão da autoridade inscrevem-se variantes distintas como a do comandante ou a do chefe.

A construção das imagens no discurso político requiere, pois, a consideração da (1) imagem prevista no género discursivo, (2) das funções sociais e institucionais do locutor (ou *ethos* institucional) que legitimam a sua palavra e (3) da reputação individual ou imagem pública do ator político a partir da qual constrói a sua credibilidade.

2.1.7. Problematização do Conceito de *Ethos* – Do *Ethos* de Género ao *Ethos* nos Discursos

O fenómeno da construção de imagens constitui uma problemática tão rica quanto complexa, que pode ser abordada tendo em consideração a sua natureza (*ethos* pré-discursivo/discursivo), as suas expressões (*ethos* dito/mostrado), a sua capacidade representativa (*ethos* individual/coletivo) e o ponto de vista que se adota (*ethos* pretendido/efetivo). E se o *ethos* se define comumente como a imagem que é construída do e/ou pelo locutor, parece, contudo, não existir uma discussão sistemática sobre o que constitui, de facto, essa imagem.

A imagem aproximar-se-á de uma definição enquanto atributo ou característica e, nesse sentido, será possível construir, por exemplo, uma imagem de competência ou de inteligência (Charaudeau, 2005, p. 120)? Ou será necessário considerar a imagem como um conceito mais complexo, difícil de parafrasear por um sinónimo? Poderemos considerar a construção do *ethos* como uma ocorrência singular e homogénea ou, por outro lado, como um desdobramento de imagens, à semelhança de caleidoscópio (Amossy, 2010, p. 27), que revela diferentes facetas de uma imagem global? Como se articula a imagem prevista no género com a imagem ou imagens que são efetivamente construídas em cada discurso? São questões pertinentes e interrelacionadas que acarretam implicações teóricas e metodológicas significativas.

Definiremos *imagem* como um conceito dotado de relativa complexidade, que não se reduz a uma qualidade, como ser inteligente ou ser honesto, mas é constituído por um conjunto de atributos e predicções cuja articulação resulta numa representação multidimensional. A redução aparente da imagem de um indivíduo ou de uma coletividade a um atributo, como, por exemplo, “Os portugueses são hospitaleiros” ou “Os brasileiros são calorosos”, é sobretudo o resultado de uma generalização de uma característica em detrimento de outras. Tal definição de imagem evitará equivaler o conceito de imagem ao de atributo, o que poderia levar a listagens mais ou menos desarticuladas de imagens-atributo e, conseqüentemente, a perderem-se implicações significativas que a organização destes atributos em imagens complexas poderá revelar.

A construção do *ethos* será considerada como um processo dinâmico e mutável (Amossy, 2010, p. 27), que permite a elaboração de imagens distintas e plurais no mesmo discurso. Claro que a capacidade do locutor de construir diferentes imagens de si está largamente regulada pelo género discursivo. É, pois, a articulação (e não a soma) destas imagens (mais ou menos plurais) que constituirá o *ethos* efetivo do locutor.

É neste sentido que consideraremos a imagem prevista no género discursivo também como um conjunto de atributos e predicções, mas, neste caso, necessariamente mais gerais, uma vez que o *ethos*

de género constitui um modelo de características previsíveis. Com efeito, dado que cada género discursivo predetermina, em parte, o *ethos* do locutor, defenderemos, à semelhança de Amossy (2010, p. 48), que a construção de imagens passa necessariamente por um processo de estereotipagem, alimentado pelo conjunto de representações coletivas que circulam numa determinada comunidade.

Propomos analisar a articulação do *ethos* de género e do *ethos* construído de facto em cada discurso, recuperando a distinção de Burger (1997) entre *ethos* tipificado (que corresponde ao modelo cultural interiorizado e se liga ao género) e *ethos* emergente (que se refere à atualização deste modelo no discurso) e propondo a aplicação dos conceitos de parâmetros de género (características genéricas previsíveis) e de mecanismos de realização textual (a sua atualização em cada texto) de Coutinho (2007, p. 644), com as devidas precauções teóricas, à construção do *ethos*.

O *ethos* de género será, então, constituído por um conjunto de atributos e predicções gerais previsíveis num determinado género discursivo, que denominaremos de parâmetros genéricos de *ethos*. Propomos que estes atributos e predicções se encontram associados a determinados núcleos temáticos (Amossy, 2010, p. 47) que, inseridos num determinado imaginário socio-discursivo (Charaudeau, 2007, p. 85), organizam representações coletivas atualizáveis no discurso. Considerando, à semelhança de Amossy (2010, p. 48), que a construção do *ethos* se encontra necessariamente ancorada em representações sociais, propomos que é a atualização destes modelos coletivos que constitui, em parte, a cenografia (Mainueneau, 1991, p. 69) do locutor, no sentido em que constitui o espaço em que o locutor, nos constrangimentos impostos pelo género, constrói livremente a sua imagem. O modo como o locutor escolhe atualizar em cada discurso, sob a forma de representações coletivas, os atributos previstos no género denominaremos de índices de realização textual do *ethos*.

Esta proposta pretende, então, articular a imagem prevista no género e a imagem ou imagens construídas de facto nos discursos, sob uma definição uniforme e abrangente do que constitui uma imagem e considerando simultaneamente a forma como as instituições e quadros sociais regulam a construção de imagens.

2.2. Os Fundamentos Teóricos do Conceito de Género de Discurso

2.2.1. Breve Incursão Histórica – A Génese do Conceito de Género

A questão dos géneros assenta em duas tradições distintas da Antiguidade Clássica (embora partam ambas do pensamento aristotélico) que chegaram à atualidade: a tradição retórica e a tradição literária.

Na Retórica, são três os géneros discursivos que Aristóteles distingue: o género judicial (ou forense), o género deliberativo (ou político) e o género epidíctico (ou demonstrativo). Esta tripartição possui uma atualidade relevante na investigação contemporânea sobre o género, especialmente no que aos critérios tipológicos diz respeito. A síntese dos géneros oratórios aristotélicos de Meyer, Carrilho e Timmermans (2002), embora numa perspetiva exclusivista da retórica, ilustra bem a multiplicidade de parâmetros classificatórios que distinguem estes três géneros discursivos. Para os autores, a classificação dos géneros oratórios aristotélicos considera, pois, (1) o destinatário, o seu estatuto e as suas funções sociais e institucionais; (2) o local, na sua dimensão social, que, como refere Branca-Rosoff (1999, p. 8), distingue o género judiciário que se exerce no tribunal, o género deliberativo praticado na assembleia e o género epidíctico que tem lugar nas festas públicas; (3) os macro atos de linguagem (acusação/defesa, persuasão/dissuasão e elogio/censura) que, tendo uma (4) finalidade pragmática concreta (ético, político e estético), possuem (5) uma orientação temporal particular que decorre da dimensão enunciativa dos discursos; e, tal como aponta Branca-Rosoff (1999, p. 8), estas intenções determinam o recurso a elementos linguísticos particulares, quer se trate dos (6) procedimentos ou dos (7) temas (ou a dimensão temática do discurso) privilegiados por cada género. A perspetiva de Aristóteles relaciona, assim, critérios de natureza externa, como os participantes, o local e as finalidades, e critérios internos, que dizem respeito à organização dos discursos, como as marcas enunciativas e os objetos temáticos, constituindo assim uma verdadeira tipologia discursiva, ao conjugar as dimensões enunciativa, situacional e funcional (Maingueneau, 1998, p. 49).

Contudo, com o declínio dos géneros retóricos, é, como comenta Maingueneau (2004), a tradição literária dos géneros que se impõe e toma um lugar de destaque no estudo dos géneros. É, de facto, em relação à Literatura, quer enquanto objeto, quer enquanto disciplina, que os estudos sobre o conceito de género mais proliferaram desde a Antiguidade Clássica até às Ciências da Literatura contemporâneas.

De acordo com Ceia (n.d.), o percurso da teoria dos géneros literários pode ser perspectivado em três fases distintas: a clássica (dos filósofos clássicos Platão, Aristóteles e Horácio até ao neoclassicismo), a romântica (com a *Estética* do filósofo alemão Hegel) e o formalismo russo (do século XX até à atualidade).

Com efeito, a primeira referência à problemática do género surge, segundo Ceia, no III livro da *República* de Platão, no qual o filósofo parte da definição do texto literário como “uma narrativa de acontecimentos passados, presentes ou futuros” para a distinção de três modalidades diegéticas (às quais se podem fazer corresponder diferentes géneros literários): a simples narrativa, a imitação ou mimese e uma modalidade mista. Segundo Aguiar e Silva (2009 [1967], p. 340), é nesta distinção que se encontra a génese da divisão tripartida dos géneros literários (que perdurará nas reflexões sobre o género durante toda a fase clássica), pois distingue e identifica “o género imitativo ou mimético” no qual se incluem a tragédia e a comédia, “o género narrativo puro”, ilustrado pelo ditirambo e o “género misto”, que tem a epopeia como exemplo máximo.

Na *Poética* de Aristóteles, é a imitação que constitui, nas palavras de Aguiar e Silva (2009, p. 343), “o princípio unificador subjacente a todos os textos poéticos, mas representa também o princípio diferenciador”, na medida em que abarca meios, objetos e modos de realização distintos. Assim, conclui o autor (2009, p. 345), a divisão proposta por Aristóteles baseia-se em critérios que derivam tanto de elementos de conteúdo, como aspetos formais e da organização estrutural dos textos.

Com a *Ars poetica* (ou *Epistola ad Pisones*) de Horácio, é apresentada, segundo Ceia (n.d.), “uma divisão elementar dos géneros literários segundo critérios temáticos, métricos e estilísticos” que é recuperada e celebrada no Renascimento, atingindo um estatuto de “evidência em si mesma”.

Contra a imutabilidade dos géneros sustentada pelos teóricos renascentistas, a estética romântica defende, ainda de acordo com o investigador, a historicidade, mas também a renovação e multiplicidade dos géneros. Já a divisão tripartida dos géneros é retomada pelos filósofos alemães, Schlegel, Schelling e Hegel, mas, como afirma Ceia (n.d.), “com uma nova enunciação, acrescentando-se agora a função subjetiva da lírica por oposição à função objetiva do drama”. Nesta fase, Ceia salienta ainda a importância dos contributos teóricos do século XIX, com os estudos de Brunetière, que defendia a normatividade dos géneros e ao mesmo tempo perspectivava o género como uma entidade viva e, como tal, passível de sofrer o ciclo vital, e Croce, que se opõe precisamente ao carácter prescritivo dos géneros, defendido por Brunetière.

No século XX, o formalismo russo contribui para um renovado interesse no conceito de género. Aguiar e Silva (2009, p. 371) sintetiza a perspectiva dos formalistas russos, ao afirmar que “conceberam

o gênero literário como entidade evolutiva” cujas mudanças se justificam na correlação do sistema literários e do sistema social, pelo que defendem “uma classificação historicamente descritiva dos gêneros”.

Neste período, as reflexões de Bakhtine (1984) sobre o conceito de gênero constituem um marco, não só nos estudos literários, mas igualmente nos estudos da linguagem, abrindo caminho para uma nova perspectiva linguística, centrada no discurso, contrariando as tendências da gramática lógico-formal.

Rastier (2004, p. 120) comenta que os estudos literários contemporâneos quase que renunciaram a refletir sobre a questão dos gêneros, na medida em que as teorias românticas e pós-românticas minimizam o interesse no estudo dos gêneros, ao postularem que o Literário, de um lado, e o Estilo, do outro, transcendem o gênero. O desinteresse atual dos estudos literários contrasta, contudo, com aquilo que Adam (1997, p. 669) denomina da irrupção do conceito de gênero na Análise do Discurso.

2.2.2. O Conceito de Gênero nas Ciências da Linguagem

Prova da importância, mas também da complexidade, do conceito de gênero nas Ciências da Linguagem encontra-se claramente manifesta na proliferação de perspectivas teóricas que abordam esta problemática e que, conseqüentemente, dão origem a propostas de tipologização igualmente diversas. Estas diferentes tipologias podem, em primeiro lugar, ser reagrupadas de acordo com três grandes tendências classificatórias, tais como foram definidas por Petitjean (1989), aqui, nas palavras de Coutinho (2003, p. 59):

Classificações homogêneas, que utilizam um critério único e homogêneo – como as marcas linguísticas de superfície, na tipologia proposta por E. Werlich;

Classificações intermédias, cuja base tipológica integra critérios heterogêneos como o modo enunciativo, a intenção de comunicação e as condições de produção – todos, no entanto, associados, de alguma forma, à dimensão situacional dos textos;

Classificações heterogêneas, construídas sobre uma base tipológica totalmente heterogênea – reunindo critérios de natureza diversa, como intenção de comunicação, modo enunciativo, estratégia ilocutória, conteúdo temático, marcas linguísticas de superfície, índices paratextuais.
(itálico nosso)

Coutinho (2003, pp. 59-60) comenta que estas classificações correspondem a objetos de estudo distintos: as classificações homogêneas ligam-se a tipos de textos (ou tipos de sequências na proposta de Adam (1992)); as classificações intermédias correspondem a tipos de discursos e, para Petitjean, englobam as tipologias enunciativas, comunicacionais e situacionais e as classificações heterogêneas dizem respeito a géneros.

Scheneuwly (1987) identifica seis tipos de tipologias: as que tem por base (1) critérios heterogêneos, (2) procedimentos cognitivos, (3) as funções da linguagem, (4) a situação de enunciação, (5) a situação de comunicação e (6) a estilística funcional. Já Branca-Rosoff (1999) distingue duas grandes vertentes: (1) as tipologias universalizantes, nas quais inclui as classificações com base em procedimentos de linguagem e as classificações com base nos grandes setores e atividade social, e (2) as tipologias de géneros sociais empíricos, como, por exemplo, os modelos da perspectiva escolar clássica e da análise dos géneros do quotidiano. Contudo, a classificação das tipologias em quatro grandes tipos – as tipologias enunciativas, as tipologias funcionais ou comunicacionais (quer se tenha por base as funções da linguagem ou as intenções comunicativas), as tipologias textuais ou cognitivas e as tipologias situacionais – continua a ser a mais relevante, tal como atestam Maingueneau (1998), Fuentes (2000) com base na tipologia de tipologias de Roulet (1991), Maingueneau & Charaudeau (2002) e Coutinho (2003). Esta classificação das tipologias em quatro tipos parece decorrer de quatro perspectivas teóricas distintas (que emergem da semiótica, da análise do discurso e da análise textual), tal como apontam Maingueneau & Charaudeau (2002, p. 278): uma perspectiva funcional, uma perspectiva textual, uma perspectiva enunciativa e uma perspectiva comunicacional.

Consideremos, então, os contributos teóricos de propostas tipológicas, que, embora, por vezes, se oponham, são essenciais na construção de uma tipologia abrangente – aquilo que Maingueneau (1998, p. 49) denominará de uma tipologia discursiva, ou, por outras palavras, uma tipologia que englobe critérios de natureza heterogênea, tais como critérios situacionais, funcionais e enunciativos. Para o autor (1998, p. 49), a investigação em torno dos géneros no âmbito da Análise do Discurso deverá apoiar-se idealmente em tipologias discursivas e, como tal, Maingueneau acredita que com o progresso dos estudos dos discursos estas tipologias não deixaram de se desenvolver.

2.2.2.1. A Perspetiva Funcional – Tipologias Funcionais ou Comunicacionais

As tipologias funcionais consideram que o parâmetro classificatório que permite a distinção entre os diferentes géneros assenta nas funções da linguagem, tal como foram inicialmente teorizadas por Jakobson (1963), e posteriormente desenvolvidas por Halliday (1974), no contexto da Gramática Sistémica-Funcional, e recuperadas por Brown & Yule (1983), no quadro da Análise do Discurso.

Tal como afirma Bouquet (2004, p. 5), podemos ver nas funções da linguagem de Jakobson o embrião de uma teoria linguística dos géneros. É, com base no trabalho de Bühler (1934), que propõe três funções primordiais – a expressiva, a conativa e a representativa, que Jakobson apresenta seis funções da linguagem, associadas aos diferentes elementos do esquema de comunicação verbal. Ligada ao emissor, concretamente, à atitude do emissor em relação ao conteúdo do seu enunciado, a função emotiva ou expressiva permite a manifestação de emoções, fazendo as interjeições, por exemplo, parte de uma dimensão puramente emotiva da linguagem. A função apelativa, por seu turno, centra-se no recetor e revela-se, sobretudo, através dos vocativos e do imperativo. Os participantes do ato comunicacional encontram-se necessariamente incluídos num dado contexto cuja perceção verbal ou verbalizável remete para uma função referencial da linguagem. Já a função fática diz respeito ao canal que conduz a mensagem do emissor ao recetor e serve para testar o funcionamento adequado do canal comunicacional através de unidades que virão a ser categorizadas como marcadores discursivos. A função metalinguística pressupõe a distinção de dois níveis da linguagem: a linguagem em si, enquanto código linguístico e a metalinguagem, que permite falar sobre esse mesmo código. Por último, a função poética refere-se à própria mensagem transmitida do emissor ao recetor.

Jakobson (1963, p. 218) afirma, em relação ao discurso poético, que a função poética não exclusivamente da arte da língua, é apenas a dominante, enquanto noutras atividades verbais tem um papel sobretudo acessório. Nesta perspetiva, é o domínio de uma dada função que serve de critério determinante para a delimitação do género. Jakobson exemplifica, distinguindo a poesia épica, na qual, sendo centrada na 3.^a pessoa, a função referencial prevalecerá e a poesia lírica, ligada ao uso da 1.^a pessoa e que, por sua vez, manifestará a prevalência da função emotiva ou expressiva.

Numa ótica diferente, fundada nas relações entre linguagem e estruturas sociais, Halliday (1974) propõe, com base na observação e no estudo dos diferentes estágios de desenvolvimento linguístico das crianças, sete funções primordiais. Segundo o investigador, numa primeira fase, desenvolvem-se as funções que permitem à criança a satisfação das suas necessidades básicas e essenciais, tais como, a

alimentação e a interação¹⁰; enquanto as restantes funções dizem respeito ao contacto da criança com o ambiente em que se encontra inserida¹¹.

De acordo com Halliday (1974, p. 65), numa fase adulta, existe um processo de “redução funcional”, que leva à simplificação do sistema funcional¹²: as sete funções iniciais dão lugar a três “macro funções”, na terminologia de Halliday, que refletem a multiplicidade de funções sociais da linguagem: a função ideacional serve para a transmissão de informação, mas, mais do que isso, constitui um meio de representação da experiência e da realidade do falante; já a função interpessoal serve para o estabelecimento e manutenção das relações sociais, pois é através dela que os grupos (e os papéis) sociais são definidos; por último, a função textual encontra-se ao serviço de tornar a linguagem contextualmente pertinente (Halliday, 1974, p. 70), isto é, o que permite ao falante construir “textos” como unidades coesas e não simples conjuntos de frases soltas.

Já, no quadro da Análise Conversacional, Brown & Yule (1983, p. 1) sublinham que a análise da linguagem em uso não se pode restringir à mera descrição das formas linguísticas e deve ter em consideração as funções e propósitos ao serviço dos quais são utilizadas, e, como tal, propõem duas funções fundamentais da linguagem – a função transacional e a função interacional – reconhecendo, contudo, que tal divisão constitui uma conveniência analítica, uma vez que estas funções se encontram interligadas e surgem simultaneamente no discurso. Esta proposta, como os investigadores apontam, recupera as dicotomias funcionais, não só de Jakobson (1963) – emotiva/ referencial e, conseqüentemente, de Bühler (1934) – expressiva/representativa, mas também de Halliday (1974) – interpessoal/ ideacional e de Lyons (1977) – descritiva/ social-expressiva. A função transacional é “message-oriented” (Brown & Yule, 1983, p. 2), podendo verificar-se, por exemplo, no discurso instrucional; já a função interacional encontra-se ligada ao estabelecimento e manutenção das relações sociais, permitindo, como afirmam os autores, a co-negociação dos papéis interacionais e a preservação da face dos interlocutores.

¹⁰ São elas a função instrumental, que corresponde à utilização da língua para a obtenção de bens materiais necessários, por exemplo, na formulação de pedidos; a função reguladora, que tem como objetivo controlar o comportamento dos outros; a função interpessoal, utilizada no estabelecimento de uma interação com o outro e, ainda, a função pessoal, centrada na manifestação da subjetividade da criança.

¹¹ A função imaginativa, presente no uso lúdico da linguagem, através da criação de histórias e de ambientes ficcionais; a função heurística, que se manifesta na procura de explicações e esclarecimento sobre aspetos da sua realidade e função informativa ou representativa, expressa na transmissão de informação (que o locutor considera como desconhecida ao seu interlocutor).

¹² Para o investigador (1974, p. 67), as funções específicas da linguagem da criança referem-se a *usos da linguagem*, enquanto as macro funções constituem um componente de significado do sistema.

As tipologias funcionalistas fundamentam-se, pois, no princípio de que, num leque de funções da linguagem, existe uma que é dominante¹³ e que tal permite distinguir os diferentes géneros discursivos. Contudo e como comenta Branca-Rosoff (1999, p. 11), este tipo de tipologia foi fortemente criticada, uma vez que a maior parte dos discursos mobiliza muitas funções.

Numa perspetiva diferente, existem ainda tipologias comunicacionais que se fundamentam nas finalidades do discurso ou no objetivo comunicativo, como, por exemplo, “informar” ou “persuadir”, para a categorização dos géneros discursivos.

Com efeito, segundo Askehave (1999, p. 15), Swales (1990, p. 58) afirma que o propósito comunicativo é ao mesmo tempo um critério privilegiado e aquele que opera para manter o escopo do género o mais estreitamente possível focado numa ação retórica. Reconhece, contudo, como aponta Askehave, que as dificuldades na identificação do objetivo comunicativo de um género poderão levar à consideração de conjuntos de objetivos, dando como exemplo o caso dos telejornais, que, além de possuírem uma função informativa, têm igualmente o objetivo de moldar/orientar a opinião pública em relação a um determinado assunto.

A tipologia de Aroutiounova (1992), citada por Dolinine, (1999, p. 29) para a categorização dos géneros dialogais, ao considerar a finalidade como um critério determinante para a classificação dos géneros, constitui um exemplo desta perspetiva. Para Aroutiounova, os géneros dialogais dividem-se em: (1) diálogo informativo (*make-know discourse*); (2) diálogo prescritivo (*make-do discourse*); (3) troca de opinião com o objetivo de tomar uma decisão ou estabelecer uma verdade (*make-believe discourse*); (4) troca destinada a estabelecer ou a gerir relações interpessoais e (5) e géneros “ociosos” (*phatic discourses*) afetivos, artísticos e intelectuais.

No entanto e como refere Dolinine e como reafirma Moirand (2003, p. 7), um nível tão alto de generalização prova-se contraditório perante a diversidade de géneros, o que está de acordo com as críticas ao carácter universalizante deste tipo de tipologias (cf. Branca-Rosoff, 1999, p. 11 e Bouquet, 2004, p. 5).

Para Dolinine (1999, p. 30), a delimitação dos tipos de discurso com base unicamente nas suas finalidades relaciona-se com os macro atos de linguagem, na denominação de Van Dijk (1981). Também Maingueneau (1996, 1998) define o conceito de género enquanto ato de fala¹⁴, considerando a dimensão

¹³ A ideia de um princípio de dominância como vetor classificatório dos géneros surgia já esboçada num texto de 1935 intitulado “The dominant”, no qual Jakobson (1981, p. 751) afirma, centrando-se na obra artística, o papel estruturante da função dominante: “The dominant may be defined as the focusing component of a work of art: it rules, determines, and transforms the remaining components. It is the dominant which guarantees the integrity of the structure”.

¹⁴ A conceção do género como um ato de fala traz, claro, implicações epistemológicas e metodológicas. Moirand (2003, p. 8) comenta que “l’acte relevant pour moi du niveau local ne peut en effet être confondu avec le niveau global”.

das condições de realização¹⁵. Embora a finalidade (ou finalidades) de um discurso não constitua um critério passível de, por si só, determinar o gênero discursivo, não deixa de ser uma componente essencial, na sua correlação com outros critérios, e a sua delimitação em termos de macro atos de linguagem oferece um quadro teórico substancial para a sua análise.

2.2.2.2. A Perspetiva Enunciativa – Tipologias Enunciativas

As tipologias enunciativas centram-se, de acordo com Fuentes (2000, p. 121), na influência das condições de enunciação (interlocutores, lugar e tempo) sobre a organização discursiva, ou, por outras palavras, na relação instaurada entre o enunciador e os três eixos da situação de produção que se realiza na célebre fórmula das coordenadas de enunciação “Eu/Tu-Aqui-Agora”.

Bouquet (2004, p. 5) aponta duas contribuições essenciais no âmbito da semântica dos tempos verbais que, nos anos sessenta, fizeram igualmente avançar teoricamente a linguística dos géneros: as propostas de Weinrich (1973) e de Benveniste (1966).

Weinrich, partindo da noção de “atitude de locução”, que define como a distinção entre “parler avec une certaine tension, ou au contraire d’une manière détendue, et le faire sentir à l’auditeur par des signes répétés pour qu’il y adapte son écoute” (1973, p. 30), identifica duas atitudes de locução principais¹⁶ que denomina de “mundo comentado” e “mundo relatado”. Para Weinrich, “mundo comentado” distingue-se pela preferência pelo uso de tempos verbais, como o presente e o futuro, e tem como exemplos o diálogo dramático, o editorial, o testamento, o ensaio filosófico, entre outros; enquanto o “mundo relatado” se caracteriza por “signaux linguistiques à valeur narrative, en particulière les temps du récit” (1973, p. 34) e pode ser encontrado em narrativas históricas e romances. Embora se fundamente sobretudo no emprego dos tempos verbais, a classificação de Weinrich faz já alusão ao aparelho formal da enunciação, na expressão de Benveniste (1966), particularmente, na sua ligação ao plano de enunciação do “mundo comentado”, pois, ao afirmar que “tout commentaire est un fragment d’action; si peu que ce soit, il modifie la situation des deux partenaires et les engage ainsi l’un et l’autre”, coloca o foco na relação entre um “eu” e um “tu”.

¹⁵ “Acte de langage d’un niveau de complexité supérieure, un genre de discours est soumis lui aussi à un ensemble de conditions de réussite” (Maingueneau, 1998, p. 51).

¹⁶ Weinrich (1973, p. 30) reconhece, no entanto, que, como em qualquer tipologia, existem grau variáveis. (“Elles se laissent pourtant réduire, jusqu’à un certain point, à quelques grands types, étant entendu que toute typologie comporte, à des degrés variables, une part d’arbitraire”).

Da mesma forma, Benveniste (1966, p. 238) identifica, partindo do sistema verbal francês, dois sistemas distintos e complementares que se traduzem em dois planos de enunciação diferentes, que o autor denomina de “discurso” e de “história” (ou “narrativa”).

Para Benveniste (1966, p. 239), o plano de enunciação histórica caracteriza-se pelo relato de acontecimentos passados, ou melhor, por eventos que “dès lors qu’ils sont enregistrés et énoncés dans une expression temporelle historique, ils se trouvent caractérisés comme passés”. Este relato de acontecimentos prescinde de qualquer intervenção do locutor, pois “personne ne parle ici, les événements se semble raconter eux-mêmes” (Benveniste, 1966, p. 241), pelo que, para Benveniste (1966, p. 239), o plano de enunciação histórica não faz uso do aparelho formal do discurso, que instaura uma relação entre um “eu” e um “tu”.

Além desta temporalidade específica, Benveniste defende ainda que ambos os planos de enunciação (histórica e de discurso) colocam restrições tanto ao nível dos tempos verbais, como das formas pessoais autorizadas, podendo ser perspectivados em termos de traços positivos (formas e tempos admitidos) e de traços negativos (formas e tempos excluídos).

Com efeito, Benveniste (1966, pp. 241-42) considera que as formas de 3.^a pessoa e o tempo verbal aoristo (“le temps de l’événement hors de la personne d’un narrateur”) caracterizam o plano de enunciação histórica, enquanto o plano de enunciação de discurso, que o autor define como “toute énonciation supposant un locuteur et un auditeur, et chez le premier l’intention d’influencer l’autre en quelque manière”, se distingue pelo uso de todas as formas verbais e de todos os tempos verbais (exceto o tempo aoristo).

Embora o plano de enunciação histórica se encontre reservado à escrita, como refere Benveniste (1966, p. 239), o modo de transmissão não se aplica aqui como critério distintivo, pois, como o autor indica, o plano de enunciação de discurso verifica-se tanto na oralidade como na escrita, pelo que “la distinction que nous faisons entre récit historique et discours ne coïncide donc nullement avec celle entre langue écrite et langue parlée” (1966, p. 242). São, pois, aspetos puramente enunciativos que caracterizam a distinção entre “história” e “discurso”.

Contudo e como refere Coutinho (2007, p. 640), as tipologias que se estruturam em torno de um critério, como as enunciativas, situacionais e funcionais, por serem necessariamente parcelares, “ficam inevitavelmente votadas ao insucesso”. Tal não impede, no entanto, como afirma Vion (1999, p. 108), que “sans prétendre que l’adoption d’une posture énonciative suffise à constituer une problématique d’analyse”, nous y trouvons tout de même plusieurs avantages décisifs”. E, de facto, investigadores como Adam (1996) e Bronckart et al. (1985) integram a dimensão enunciativa, como

uma das componentes constitutivas das suas teorias sobre a organização do texto, denominando o primeiro de “plano de organização enunciativa” e o segundo de “tipos de discursos”.

Bronckart (2004, p. 106) comenta as propostas de tipologias enunciativas, ao expor a sua teoria dos tipos de discursos ou (como o investigador também os denomina) dos modos de enunciação, afirmando que

Outre la distinction benvenistienne citée, celle posée par Weinrich (1973) entre “monde commenté” et “monde raconté”, comme celle posée par Simonin-Grumbach (1975) entre trois “plan énonciatifs”, ont bien trait à ces “modes de énonciation” ; elles décrivent des attitudes de locution générales, qui se traduisent, dans le cadre d’une langue naturelle donnée, par des configurations d’unités et processus linguistiques relativement stables.

É a abordagem de Simonin-Grumbach (1975) que, de acordo com o investigador, inspirou a proposta de Bronckart et al. (1985), ao procurar categorizar as propriedades linguísticas das configurações estáveis, que denomina de tipos de discursos e que realizam os três planos enunciativos. Partindo das proposições teóricas de Simonin-Grumbach (1975), a proposta de Bronckart desenvolve, de acordo com o investigador, três aspetos distintos.

O primeiro prende-se com a distinção entre textos (ou géneros de textos), enquanto “unidades comunicativas globais que resistem a qualquer inventariação que se pretenda estável e não se deixam identificar (exclusivamente) por características linguísticas” (Coutinho, 2006, p. 5) e tipos de discursos, que existem em “número limitado” e são “dotados de estabilidade linguística” (Coutinho, 2006, p. 5).

Já o segundo aspeto diz respeito à estruturação da análise em dois eixos binários: 1) eixo das coordenadas gerais do mundo que, numa relação de conjunção/disjunção, estabelecem a distinção entre a ordem do “contar”, caso em que “les coordonnées organisant le contenu thématique verbalisé sont explicitement mises à distance des coordonnées générales de la situation de production de l’agent” e a ordem do “expor”, nos casos em que tal não ocorre e 2) o eixo das relações com o ato de produção que podem ser de implicação, quando “les instances d’agentivité verbalisées sont mises en rapport avec l’agent producteur et sa situation d’action langagière” (Bronckart, 2004, p. 106), ou de autonomia, sempre as instâncias de agentividade sejam, de facto, autónomas do agente produtor e da situação de produção. O cruzamento destes eixos resulta na delimitação de quatro tipos de discursos – discurso interativo, relato interativo, discurso teórico e narração, que, como comenta Coutinho (2006, p. 5), não são necessariamente categorias estanques.

Coutinho (2006, p. 6) coloca ainda a hipótese de que os tipos de discursos possam desempenhar um papel fundamental enquanto “parâmetros de discurso” (que define como “possibilidades e/ou impossibilidades, relativas aos diferentes níveis organizacionais, que estabelecem a identidade de gênero e, como tal, regulam as tarefas de produção e de interpretação de um texto concreto”).

Com efeito, parece legítimo pensar que a emergência de um ou outro tipo de discurso não seja necessariamente aleatória – e que, a ser eventualmente suscitada por constrangimentos próprios da atividade em causa, eles tenham reflexo na formatação (relativamente estável, como já sabemos) do gênero texto.

Com efeito, os tipos de discursos têm o potencial de descrever parte da dimensão enunciativa dos gêneros, contudo, como afirma Branca-Rosoff (1999), se estes métodos são eficazes na abordagem de posturas enunciativas e das “relações de lugares” não são exaustivos, pois “[ils] ne disent rien du détail des contraintes langagières liées aux institutions de parole historiquement définies”.

2.2.2.3. A Perspetiva Textual – Tipologias Textuais ou Cognitivas

As tipologias textuais ou cognitivas procuram, de acordo com Branca-Rosoff, (1999, p. 12), reagrupar os textos em grandes operações de esquematização da realidade, tais como a narração, a descrição ou a explicação. Ainda segundo Branca-Rosoff (1999, p. 12), estas representações cognitivas do sentido esquematizam operações mentais e não discursos historicamente organizados, uma vez que se inserem numa dimensão pré-linguística (Fuentes, 2000, p. 121).

Werlich (1975) distingue cinco bases de textos principais – textos de base descritiva, narrativa, explicativa, argumentativa e instrucional, enquanto Beaugrande et Dressler (1981) consideram apenas três tipos – textos narrativos, descritivos e argumentativos. Na mesma ótica, a proposta tipológica de Adam (1985) identifica nove tipos de textos – os textos narrativos, descritivos, explicativos, argumentativos, injuntivos, predicativos, conversacionais, retóricos e poéticos.

Contudo, esta abordagem composicional dos textos enfrenta, como afirma Richer (2004, p. 121), a heterogeneidade constitutiva dos enunciados que a experiência intuitiva de leitura reconhece – um texto não é só narrativo, descritivo ou argumentativo. Também Adam (1992) reconhece que o texto

enquanto unidade é demasiado complexo e heterogéneo para ser classificado de acordo com vetores únicos e homogeneizantes.

Les découpages typologiques trop globaux, qui parlent de “ texte narratif”, de “ texte descriptif”, de “ texte argumentatif”, etc. ne permettent pas de tenir compte de l'hétérogénéité propre à la mise en texte. C'est évidemment la position - et, de ce fait, la limite - des typologies textuelles existantes. (Adam, 1990, p. 69)

Negando o conceito de “tipo de texto”, Adam (1997, p. 665) introduz a noção de “sequência”, que define como as unidades composicionais superiores à frase-período, mas inferiores à unidade global a que se chama texto, o que implica redefinir o conceito de texto enquanto uma estrutura hierárquica complexa que comporta n sequências de um tipo ou de diferentes tipos (Adam, 1992, p. 34). Adam considera cinco tipos de sequências: a sequência narrativa, a sequência argumentativa, a sequência descritiva, a sequência expositiva e a sequência conversacional.

Na mesma linha desta conceção do texto, Bronckart (1997, p. 138) defende igualmente que seja qual for o género de que decorrem os textos, estes são, de facto, compostos segundo modalidades muito variáveis, de segmentos de estatutos diferentes (segmentos de exposição teórica, de diálogo, etc.). Richer (2004, p. 123) comenta esta problemática, afirmando que tal conceção aditiva do texto “ne résiste pas à l'expérience ordinaire de lecture qui perçoit dans un texte des structurations surplombant la fragmentation séquentielle”. Com efeito, Richer (2004, p. 122) aponta que a homogeneidade sequencial surge raramente, e, sobretudo, em contexto escolar, após segmentação prévia.

Apesar dos contributos que teorizam unidades sequenciais e não tipos homogéneos de textos, e de investigadores como Adam (1992, p. 15) reconhecerem a importância do conceito de género nas reflexões teóricas sobre a comunicação verbal, até ao renovado interesse científico nesta noção, especialmente, pela Análise do Discurso, nos anos noventa, o conceito de género permanecera fora das teorizações da linguística textual.

A proposta teórica de Adam (1996) que considera o texto em termos de planos de organização, além de, como Richer (2004, p. 125) aponta, se demarcar de uma conceção aditiva da totalidade textual, introduz a noção de género, enquanto reguladora dos diferentes planos de organização. Esta proposta procura, assim, abarcar o carácter profundamente heterogéneo daquilo que Adam (1997, p. 665) considera como um objeto irreduzível a um único modo de organização. Tal tem implicações na própria

conceção de texto, que o investigador (1997, p. 666) define como uma configuração regulada por diferentes planos de organização ou subsistemas em constante interação.

Adam (1997, p. 666)¹⁷ distingue, assim, dois componentes basilares na composição da unidade textual – uma componente textual, que se prende com a coesão e a conexão textuais e uma componente pragmática, responsável pela coesão e coerência.

A componente pragmática é constituída, de acordo com o investigador (1997, p. 668), por três planos distintos: (1) o plano da organização semântico-referencial, que diz respeito à construção de objetos discursivos ou “mundos” (representações) e engloba desde unidades lexicais, ao nível micro, isotopias e temas ou tópicos globais, ao nível macro; (2) o plano da organização enunciativa, que se centra em fenómenos de responsabilidade enunciativa, como a focalização, a polifonia ou a modalização e (3) o plano de organização ilocutória, no qual se consideram as finalidades e os objetivos (construídos por meio de atos de linguagem) propriamente pragmáticos do texto.

Já a componente textual é constituída por dois planos de organização: (1) o plano da textura frásica (grafo-fónico, léxico-semântico, morfossintático, ritmo e prosódia, períodos) e transfrásica (cadeias anafóricas, continuidade e progressão, segmentação tipográfica), numa dimensão micro-linguística e (2) o plano da estrutura composicional, que articula as sequências prototípicas, que podem ser de naturezas diversas e apresentarem modos de combinação distintos (lineares ou encaixados), e os planos de textos.

Adam (1997, p. 669) defende ainda que a caracterização global de um texto é produto de um efeito de dominância que ditará o carácter mais ou menos narrativo, argumentativo, descritivo ou dialogal da totalidade de um texto (“L’effet de dominance est soit determine par le plus grand nombre de séquences d’un type donné, soit par le type de la séquence enchâssante.”); já no que diz respeito à estrutura global do texto, o investigador considera serem, sobretudo, os planos de textos (e não as sequências) os elementos principais na sua determinação e define-os como segmentações macro-linguísticas mais ou menos reguladas ou não pelos géneros, acrescentando que geralmente são fixadas pelo estatuto histórico de um género ou de um subgénero.

Considerando e revisitando os contributos e reflexões bakhtianas, Adam (1997, p. 671) atribui, na sua teoria dos planos de organização, uma função reguladora aos géneros: para Adam, os géneros regulam globalmente e de forma mais ou menos restrita os diferentes planos de estrutura dos textos.

Baseando-se na proposta tipológica de Maingueneau (1996), que propõe como critérios fundamentais: (1) o estatuto dos enunciadores e dos co-enunciadores; (2) as circunstâncias temporais e físicas da enunciação; (3) o canal e os meios de difusão; (4) os temas que podem ser introduzidos e (5)

¹⁷ Nos últimos modelos, Adam (2011) acaba por abandonar esta divisão entre componente pragmática e componente textual/sequencial.

a duração e o modo de organização. Adam (1997, p. 679) adapta-a à sua teoria dos planos de organização, aplicando-a aos discursos da imprensa escrita, distinguindo seis parâmetros: (1) o plano semântico ou temático, que diz respeito aos eventos; (2) o plano enunciativo, ligado ao grau de responsabilidade enunciativa do enunciador; (3) o plano pragmático, que se prende com os propósitos e objetivos comunicativos; (4) o plano composicional, ligado aos planos e às sequências textuais; (5) o plano da duração, que diz respeito à brevidade ou ao desenvolvimento; e (6) o plano estilístico.

2.2.2.4. A Perspetiva Comunicacional – Tipologias Situacionais

Numa perspetiva comunicacional (e mais geral, uma vez que engloba perspetivas heterogéneas), as tipologias situacionais assentam na análise da situação de comunicação e procuram ligar tipos de discursos a domínios de atividade social (ou “esferas de atividade verbal”, na terminologia de Bakhtine). De acordo com Charaudeau & Maingueneau (2002, p. 594), estas tipologias abarcam classificações com base nos géneros de discursos ligados a um determinado local, como, por exemplo, o discurso em contexto escolar ou em contexto hospitalar, ou com base em setores de atividade, como é o caso dos géneros dos discursos jornalísticos ou do discurso político. Tal permite, de acordo com Maingueneau (1998, p. 47), caracterizar uma determinada sociedade através dos discursos que ela torna possível e que, por sua vez, a tornam possível.

On divise ainsi la société en différents secteurs : production de marchandises, administration, loisirs, santé, enseignement, recherche scientifique, etc., qui correspondent à autant de grands types de discours. De tels découpages s'appuient sur des grilles sociologiques plus ou moins intuitives.

Bakhtine (1984, p. 265) aborda, pela primeira vez, a problemática dos géneros, numa perspetiva centrada no discurso, colocando o foco na natureza social dos enunciados ao afirmar que o emprego da língua se efetua através de enunciados que decorrem dos representantes de determinado domínio da atividade humana. De acordo com Bakhtine (1984, p. 265), é nestas esferas de atividade verbal que os géneros discursivos são elaborados enquanto tipos relativamente estáveis de enunciados. Considerar os discursos como práticas sociais verbais implica, por um lado, que a riqueza e variedade dos géneros se atualize de forma quase infinita, “car la variété virtuelle de l'activité humaine est inépuisable” (1984, p.

265), e, por outro, que os géneros discursivos acompanhem o desenvolvimento e complexificação das esferas de atividade.

Tendo em consideração o carácter extremamente heterogéneo do discurso (e, conseqüentemente, dos géneros discursivos), Bakhtine (1984) propõe a célebre distinção entre géneros primários (ou simples) e géneros secundários (ou complexos) que, embora, como Rastier comenta (2004, p. 121), não tenha “fait preuve d’une capacité descriptive notable”, faz parte de um manifesto teórico a favor de uma linguística dos géneros diferenciada e não universalizante (Bouquet, 2004, p. 6).

De acordo com Bakhtine (1984, p. 267), os géneros secundários surgem em contextos culturais (artísticos, científicos, sociopolíticos) e, sendo um produto de elaboração humana e não da espontaneidade comunicativa, são complexos e mais evoluídos e ocorrem principalmente na escrita. Bakhtine aponta ainda que os géneros secundários absorvem e transformam os géneros primários (produções da vida quotidiana com carácter espontâneo e de natureza, sobretudo, oral). São, pois, exemplos de géneros secundários o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, o discurso político, entre outros.

Numa perspetiva diferente, Maingueneau & Cossutta (1995, p. 112) procuram identificar e categorizar um tipo de discurso particular que, pela sua função na produção simbólica da sociedade (uma função de *archéion*), são denominados de “constituintes”. De acordo com os autores, esta função de *archéion* correlaciona o trabalho de fundação no e pelo discurso, a determinação de um lugar associado a um corpo de enunciadores consagrados e uma elaboração da memória (Maingueneau & Cossutta, 1995, p. 113). Maingueneau e Cossutta consideram, então, como discursos constituintes o discurso religioso, científico, filosófico, literário e jurídico¹⁸ e defendem que são “les garants de multiples genres de discours” (1995, p. 113).

Já Maingueneau (1998, p. 47) integra as noções de “tipo”, enquanto tipos de discursos associados a vastos setores de atividade social, e de “género” de discurso (que decorrem dos tipos de discursos) na sua teoria da cena de enunciação. Para Maingueneau, a cena de enunciação desempenha uma função articuladora entre a organização linguística do texto e o discurso como instituição de palavra e ainda o surgimento de um evento verbal no mundo (1998, p. 203) e é constituída por três cenas distintas: a cena englobante, que diz respeito ao tipo de discurso, a cena genérica, que corresponde ao género discursivo, e a cenografia, que diz respeito à cena construída no texto empírico. À conjunção da cena englobante e da cena genérica dá-se, de acordo com o investigador, o nome de quadro cénico do

¹⁸ Os autores consideram que o discurso político opera a um nível distinto dos restantes, “construisant des configurations mouvantes à la confluence des discours constitutants, sur lesquels il s’appuie, et les multiples strates de topoi d’une collectivité” (Maingueneau & Cossutta, 1995, p. 113)

texto e, como defende Maingueneau (1998, p. 70), é este que define o espaço estável no interior do qual o enunciado ganha sentido, o espaço do tipo e do género de discurso.

Na mesma linha, mas num quadro da linguística textual (e, como tal, com uma terminologia e uma orientação teórica distintas), Rastier considera, segundo Coutinho (2006, p. 4), que “qualquer situação de comunicação é determinada por uma prática social e que cada prática social está associada um conjunto de usos linguísticos a que chama discurso”. Tal implica, nas palavras de Coutinho (2006, p. 4), que “cada discurso compreende um certo número de géneros” e estes correspondem “à diferenciação de práticas no quadro de uma prática social”.

Também Kerbrat-Orecchioni & Traverso (2004, p. 4) consideram os géneros discursivos como tipos de interações ou, nas palavras das investigadoras, eventos comunicativos atestados numa dada sociedade, também denominados, na perspetiva da etnografia da comunicação, como eventos discursivos ou eventos comunicativos, associados a situações discursivas e a comunidades discursivas. Conceber os géneros discursivos como eventos comunicativos acarreta que a sua definição assente, pelo menos em parte, em critérios situacionais ou de natureza externa e que as tipologias se adaptem às especificidades dos géneros da oralidade.

Partindo da hipótese de que o emprego da língua é determinado por fatores externos, Dolinhe (1999) propõe seis variáveis para definir a situação de comunicação, às quais é atribuído um carácter normativo e que, de acordo com Moirand (2003, p. 7), não traz grandes inovações em relação a modelos anteriores: (1) o locutor (L), dotado de um estatuto sociopsicológico, que desempenha um papel convencional e que reúne um conjunto de traços de carácter e de personalidade; (2) o destinatário (D), com as mesmas características; (3) o observador (D), que assiste eventualmente ao ato de comunicação; (4) a situação referencial (SR), ou seja a situação descrita no enunciado; (5) o canal de comunicação (CAN), por exemplo, oral, escrito, telefónico, entre outros; (6) o contexto de ação (CA), que inclui o contexto verbal, mas também o tempo, o local e o ambiente do ato de comunicação.

Kerbrat-Orecchioni & Traverso (2004) baseiam-se no modelo SPEAKING de Hymes (1972) que, embora inclua uma componente genérica, é, como refere Moirand (2003, p. 7), sobretudo relevante no que diz respeito as noções de “quadro”, “participantes” e “finalidades”, como critérios externos. Kerbrat-Orecchioni apresenta, assim, uma versão revista e corrigida do modelo de Hymes, propondo uma lista aberta de critérios, que, como afirma a investigadora, quanto mais afinados forem, mais as categorias resultantes da sua aplicação serão igualmente finas. Para Kerbrat-Orecchioni & Traverso (2004), existem sete critérios: (1) a natureza do local (privado ou pública, fechado ou ao ar livre, comércio, escritório, escola, hospital, tribunal, por exemplo); (2) natureza do formato participativo (número de participantes

da interação, existência ou não de uma audiência, distribuição dos papéis); (3) natureza do canal (comunicação face a face, telefónica ou mediatizada); (4) objetivo; (5) duração da interação; (6) grau de formalidade e de planeamento da troca e (7) grau de interatividade.

Charaudeau (2000), considerando os múltiplos eixos descritivos das diferentes tipologias propostas, que, como observámos, podem centrar-se nas regularidades textuais, na natureza comunicacional, nos aspetos enunciativos, entre outros, procura apresentar uma proposta que, ao articulá-los, resolva, em parte, os problemas que estes diferentes eixos colocam separadamente. Para Charaudeau, existe (1) o nível situacional, que reúne os textos em torno das características de comunicação; (2) o nível dos constrangimentos discursivos, que diz respeito ao conjunto de procedimentos que ajudam a especificar a organização enunciativa e (3) o nível da configuração textual, cujas recorrências formais são demasiado voláteis para definir um texto, mas não deixam de constituir indícios.

Para Charaudeau (2000, p. 23), são os dados situacionais (que designa de “contrato global do domínio de comunicação”) que determinam a organização discursiva e as regularidades textuais e, como tal, nesta proposta tipológica, os géneros discursivos passam a ser denominados de “géneros situacionais”. Esta proposta, embora considere as condições externas ou situacionais como estruturantes e definitórias da organização discursiva e formal, aproxima-se daquilo que Maingueneau (1998, 2004) designa de uma tipologia discursiva.

Nesta ótica, também a proposta de Moirand (2003, p. 10) para a descrição dos géneros profissionais orais considera estas diferentes dimensões, organizando-as em três níveis distintos – o nível “micro” ou local, o nível “meso” ou mediano e o nível “macro” ou global. No nível macro, na esfera externa, Moirand considera a situação, os rituais e normas e os objetivos (é de notar que a autora coloca o *ethos* e o *pathos* nesta dimensão) e, na esfera interna, a morfologia, o *script* e a ordem do texto. Ao nível meso, na esfera macro, Moirand considera a função, o tipo textual, mecanismos de composição e dilatação e operações cognitivas e discursivas, e, na esfera micro, a diluição. Ao nível micro, na esfera macro, Moirand considera as marcas linguísticas, a reiteração e operações linguísticas e, na esfera meso, a prosódia, a pragmática e processos de nomeação, predicação e enunciação.

2.2.3. O Estatuto Teórico do Conceito de Género

A problemática dos géneros tem a sua génese na tradição retórica e na tradição literária da Antiguidade Clássica; é, contudo, com Bakhtine (1984, p. 285), que esta questão se alarga além dos

limites destas duas disciplinas teóricas e se cimenta enquanto estruturadora de toda a comunicação em sociedade:

Si les genres de discours n'existaient pas et si nous n'en avions pas la maîtrise, et qu'il nous faille les créer pour la première fois dans le processus de la parole, qu'il nous faille construire chacun de nos énoncés, l'échange verbal serait impossible. (itálico nosso)

De acordo com os postulados de Bakhtine (1984), mais do que uma questão retórica ou literária, o conceito de género diz respeito a toda a linguagem, quer seja ao nível da sua aquisição¹⁹, da sua produção ou da sua receção²⁰ e é, como tal, central na construção de um quadro teórico de reflexão sobre os discursos. E, com efeito, a ideia desta aptidão congénita essencial à comunicação leva diversos investigadores (Kerbrat-Orecchioni & Traverso, 2004, Bronckart, 2004) a defenderem a existência de uma competência genérica que constitui uma parte integrante de uma competência linguística (Van Dijk, 1972), ou melhor, de uma competência comunicativa global (Maingueneau, 1998, p. 27)²¹.

Constituindo uma das componentes da competência comunicativa, o carácter universal da competência genérica, ou, nas palavras de Dolinine (1999, p. 26) a propósito das propostas de Bakhtine, a hipótese da universalidade do fenómeno da estruturação genérica dos discursos²², não é de todo surpreendente e contribui, aliás, para explicar, em parte, a natureza heterogénea dos géneros, já afirmada por Bakhtine (“Il faut souligner tout particulièrement l'hétérogénéité des genres de discours (oraux ou écrits) ” (1984, p. 265)).

A complexidade evidente da questão dos géneros explica a proliferação teórica de propostas de tipologização e de definição dos géneros discursivos, pautadas tanto pela complementaridade como pela divergência; diversidade que, segundo Marques (2003, p. 191), é tanto “fruto de perspetivas diferentes,

¹⁹ Bakhtine (1984, p. 285): “Apprendre à parler c'est apprendre à structurer des énoncés (parce que nous parlons par énoncés et non par propositions isolées et, encore moins, bien entendu, par mots isolés)”.

²⁰ Maingueneau (1993, p. 45): “Le genre de discours a une incidence décisive sur l'interprétation des énoncés. On ne peut pas interpréter un énoncé si l'on ne sait pas à quel genre le rapporter.” ; Kerbrat-Orecchioni & Traverso (2004, pp. 11-12): “[les discours] ils sont soumis à des ‘règles du genre’, lesquelles sont intériorisées par les sujets dont la compétence générique fait partie intégrante de leur compétence communicative globale [...] que cette compétence soit envisagée du point de vue de la production ou de la réception des énoncés.”

²¹ Maingueneau (1998, p. 27) propõe que a competência comunicativa (“notre aptitude à produire et à interpréter les énoncés de manière appropriée aux multiples situations de notre existence”) é composta, para além de uma competência linguística (“la maîtrise de la langue”) e de uma competência enciclopédica (“[les] connaissances sur le monde”), por uma competência genérica.

²² Tal não implica considerar os géneros como “un ensemble de propriétés universelles” (Branca-Rosoff, 1999, p. 7), sendo o contexto constitutivo dos discursos e dos géneros de discursos.

de critérios tipológicos diversos”, como “da própria natureza heterogénea dos discursos, dificilmente redutíveis a uma classificação única e finita”.

Seja quais forem as razões para o ressurgimento do interesse pelo conceito de género (desde a procura no domínio da documentação ou na área de formação escolar e profissional ou ainda a necessidade científica de categorização (Moirand, 2003, p. 1)), é, nas palavras de Coutinho (2007, p. 1), “inegável a centralidade da noção de género (de texto/ de discurso), no âmbito dos estudos linguísticos sobre os textos e os discursos”. Inevitavelmente, esta centralidade do conceito de género nas reflexões teóricas sobre os discursos acarreta problemas de natureza metodológica e epistemológica.

Como refere Dolinine (1999, p. 25), embora os géneros possuam uma existência puramente teórica, encontram-se presentes na competência metalinguística dos falantes²³ (quer eles se interroguem ou não sobre esta questão), tal como atesta Maingueneau (1998, p. 45), entre outros investigadores²⁴, ao verificar a multiplicidade de termos existentes

[...] pour catégoriser l'immense variété des textes qui sont dans une société : “conversation”, “manuel”, “journal”, “tragédie”, “reality-show”, “roman sentimental”, “description”, “polémique”, “sonnet”, “récit”, “maxime”, “hebdo”, “tract”, “rapport de stage”, “mythe”, “carte de vœux”... on notera que la dénomination de ces genres s'appuie sur des critères très hétérogènes.

Contudo, tal como Maingueneau, também Branca-Rosoff (1999) alerta que qualquer classificação com base nesta atividade metalinguística dos falantes resultará numa lista aberta e heterogénea.

2.2.3.1. Problemas e Implicações Metodológicas e Epistemológicas

Considerando esta heterogeneidade, os problemas metodológicos e epistemológicos que decorrem da investigação em torno do conceito de género podem ser colocados em termos da delimitação do *corpus* de análise e da descrição dos géneros.

²³O que contribui para fundamentar a ideia de uma competência genérica.

²⁴ Também Branca-Rosoff (1999, p. 5) refere esta atividade metalinguística dos falantes ligada aos géneros discursivos (“Les usagers de la langue classifient spontanément leurs productions discursives”). Na mesma linha, Beacco (2004, p. 111) afirma que “la notion de genre de discours semblé révéler de cette activité classificatoire préalable a toute classification scientifique”.

Com efeito, Beacco (2004, p. 112) chama a atenção para a “circulation pernicieuse” que resulta da delimitação de um *corpus* para a análise de um determinado género, pois a escolha de um conjunto de textos empíricos implica desde já a hipótese de que esse *corpus* constituirá a atualização de um género, contudo, tal só poderá ser confirmado através da análise efetiva das suas regularidades. E, como refere o investigador, a atribuição das regularidades apuradas pela análise de tipos de textos ou a géneros discursivos implica, para o primeiro caso, a descrição como fim em si e, para o segundo, conceder aos géneros discursivos “le statut épistémologique (mais seulement épistémologique) de catégorie typologique”, considerando, como defende Beacco, que a análise dos géneros tem como objeto a apuração de regularidades classificáveis no âmbito de um dado género. No mesmo sentido, Marques (2003, p. 190) coloca “a questão dos tipos/géneros discursivos não como ponto de chegada da investigação mas como ponto de partida para a própria atividade de análise que, na construção de diferentes tipologias, procura assim confinar a diversidade de produções linguísticas”. Ditará, então, a prudência metodológica, nas palavras do autor, que a investigação se centre num “ensemble de textes dont on examine la consistance par rapport à des noms de genres attestant du caractère partagé des représentations sociales qui s’y attachent” (Beacco, 2004, p. 113), isto é, a categorização dos falantes.

Já, no que diz respeito às questões metodológicas levantadas pela descrição dos géneros, Coutinho (2007, p. 640) aponta como os dois principais argumentos que levam a questionar a “viabilidade de descrição de géneros” a diversidade e mutabilidade características dos géneros e a multiplicidade de critérios classificatórios ou eixos descritivos.

Mas, se, como afirma Bronckart (2004, p. 104) a natureza mutável dos géneros explica a impossibilidade de uma classificação estável e definitiva, tal não impede, nas palavras de Coutinho (2007, p. 640) o funcionamento dos géneros, isto é,

[...] diversidade e mutabilidade não parecem criar grandes dificuldades aos falantes e escreventes que, quando falam e escrevem (e quando ouvem e leem) recorrem, de forma mais ou menos explícita e consciente, aos géneros de que dispõem – seja individualmente, em função de uma experiência textual mais ou menos diversificada e desenvolvida, seja coletivamente, na sempre relativa instabilidade de uma época.

Por sua vez, a existência de diversos eixos descritivos possíveis possibilita, com efeito, a inserção de um texto em múltiplas classificações; facto atestado pelas diferentes tipologias que têm vindo a ser propostas (desde as funcionais, às enunciativas, passando pelas situacionais e pelas textuais).

Charaudeau (1997) comenta mesmo o conceito problemático de tipologia, que, de acordo com o autor, levanta questões em relação ao grau de generalidade das propriedades consideradas, ao nível da organização discursiva dos textos e à pertinência da atividade social associada a esses textos. Contudo e como refere Coutinho (2007, p. 640), a reserva metodológica de que “a impossibilidade de qualquer classificação exaustiva dos géneros não parece ter de corresponder necessariamente a uma impossibilidade de descrição” deve ser assumida na investigação em torno dos géneros.

2.2.3.2. Algumas Questões Teóricas e Terminológicas

A coexistência de perspetivas teóricas distintas na investigação em torno do conceito de género resulta na proliferação de denominações diferentes, tais como “géneros de discurso”, “géneros de textos”, “tipos de textos” e “tipos de discurso” que, por não serem apenas uma questão terminológica e terem implicações teóricas, importa considerar e distinguir.

Para Maingueneau & Charaudeau (2002), a questão dos “tipos de discurso” é atualmente perspetivada em duas dimensões: considerando os “tipos de discurso” como setores de produção verbal de uma sociedade, (o que implica a definição de “discurso” enquanto prática discursiva (ou prática linguística codificada, na terminologia de Rastier)), como, por exemplo, o discurso político ou o discurso científico e destes tipos de discurso decorrem múltiplos géneros; e considerando os “tipos de discurso” como “modes fondamentaux de structuration qui se combinent dans les textes effectifs”, o que significa definir “discurso” como, nas palavras de Coutinho (2003, p. 110), “segmentos que se podem diferenciar através de características linguísticas estáveis, e que constituem um conjunto limitado”, serão, pois estes “tipos de discurso” que entram na constituição dos géneros e permitem observar as suas regularidades (tal é a perspetiva adotada, como vimos, por autores como Bronckart).

Coutinho (2003, p. 123) acrescenta à discussão do conceito de “tipo” uma terceira perspetiva que diz respeito aos “tipos de textos” e consiste em considerá-los como o resultado da “identificação de objetivos e atitudes pragmáticas suscetíveis de diferenciarem identidades específicas, como sejam os discursos explicativo, argumentativo e injuntivo”. Como já referido, Adam (1992), negando a homogeneidade dos textos e, por consequência, o próprio conceito de “tipo de texto”, propõe a noção de “sequência” para contemplar esta dimensão.

Considerar “discurso” quer como prática discursiva quer como segmentos diferenciáveis e estáveis tem, para alguns autores, implicações no que diz respeito ao conceito de género, preferindo à

designação de “gêneros de discursos” a de “gêneros de textos”. São “gêneros de textos”, nas palavras de Coutinho (2003, p. 119),

[...] formas comunicativas relativamente instáveis (ou relativamente estabilizadas, num determinado período histórico, para uma sociedade ou grupo social), de que qualquer texto participa necessariamente (ainda que por divergência).

E tal implica uma definição de “texto” enquanto “unidades diversas e empíricas de produção verbal oral ou escrita, situada, acabada e autossuficiente, que realizam uma função comunicativa” (Coutinho, 2003, p. 109).

Sintetizando a questão dos “gêneros de discurso” e dos “gêneros de texto”, Charaudeau & Maingueneau (2002, p. 280) afirmam que estes dois termos se ligam a duas orientações principais, a da investigação ligada à noção de “texto” e que prefere a denominação de “gêneros de textos” (com as implicações teóricas que acima observámos) e a da investigação ligada às condições de produção do discurso, que privilegia a designação de “gêneros de discurso”.

2.2.3.3. Género Enquanto Categoria de Análise

Considerando os gêneros enquanto categorias, Adam (1999, 2002) aponta quatro princípios (dos quais comentaremos apenas os primeiros três)²⁵ fundamentais para uma teoria dos gêneros: a variabilidade, a normatividade e a prototipicidade.

A variabilidade ou heterogeneidade dos gêneros discursivos corresponde, como sintetiza Adam (1997, p. 673), à diversidade, que Bakhtine (1984, p. 265) considerava de uma riqueza infinita, das práticas sócio-discursivas possíveis.

La richesse et la variété des genres du discours sont infinies car la variété virtuelle de l'activité humaine est inépuisable et chaque sphère de cette activité comporte un répertoire des genres du discours qui va se différenciant et s'amplifiant à mesure que se développe et se complexifie la sphère donné.

²⁵O quarto princípio proposto pelo investigador inscreve-se na sua teoria dos planos de organização do texto e diz respeito à função reguladora dos gêneros relativamente aos diferentes planos de textos.

Assim e como conclui Adam (1997, p. 678), a análise dos géneros implicará necessariamente considerar os discursos ao nível da sua dimensão textual e, partindo do pressuposto de que os discursos são práticas discursivas, ao nível da sua dimensão discursivo-interacional. Nesta ótica, também Vion (1999) coloca a questão dos géneros enquanto “produit discursif d’une relation sociale déterminée”.

Esta variabilidade dos géneros encontra-se ligada, de acordo com Adam (1997, p. 678), ao seu carácter normativo, por dois princípios aparentemente contraditórios – um princípio de identidade²⁶, que se prende à repetição e à reprodução regulada e, consequentemente, com a dimensão normativa dos géneros, e um princípio de diferença, ligado à inovação, que só é possível através da variação. Também Kerbrat-Orecchioni & Traverso (2004, p. 12) afirmam, sublinhando a ação modeladora da dimensão interacional dos géneros, que as regras dos géneros “préexistent, tout en étant en permanence reactualisées voire reformatées dans le jeu de l’échange verbal”. Já Bakhtine (1984, p. 287) reconhecia precisamente este carácter normativo e, no entanto, flexível que caracteriza os géneros.

Le locuteur reçoit donc, outre les formes prescriptives de la langue commune (les composantes et les structures grammaticales), les formes non moins prescriptives pour lui de l’énoncé, c’est-à-dire les genres du discours – pour une intelligence réciproque entre locuteurs ces derniers sont aussi indispensables que les formes de langue. Les genres du discours, comparés aux formes de langue, sont beaucoup plus changeants, souples, mais pour l’individu parlant, ils n’en ont pas moins une valeur normative : ils lui sont donnés ce n’est pas lui qui les crée.

Com efeito, Beacco (2004, p. 114) caracteriza os géneros, não como uma norma linguística, mas como uma norma de comportamento verbal.

Considerando os géneros como “des catégories abstraites qui regroupent, sur la base d’un certain nombre de critères, des unités empiriques se présentant sous forme de ‘textes’ ou de ‘discours’”, segundo a definição de Kerbrat-Orecchioni (2003, p. 2), é necessário, como recorda Adam (1997, pp. 677-678), concebê-los enquanto categorizações prototípicas (e não como conjuntos de propriedades e características bem delimitadas) e, como tal, passíveis de serem definidas em termos tendenciais. Nesta medida, a correlação entre estas categorias ideais ou prototípicas e as suas realizações empíricas prender-se-á necessariamente com a gradatividade da conformidade ou do distanciamento dos objetos

²⁶ Adotámos a tradução de Coutinho (2007, p. 643) “principios de identidade” e “principio de diferença” para os termos no original francês, respetivamente, “principe de clôture” e “principe de ouverture”.

concretos em relação aos protótipos (Kerbrat-Orecchioni, 2003, p. 8). Este posicionamento epistemológico autoriza, como afirma Beacco (2004, p.114),

[...] l'examen de l'oscillation des textes par rapport à un 'bassin discursif' identificateur: il fonde la finalité des analyses linguistiques des genres discursifs, qui est d'établir quelles formes linguistiques constituent les traits prototypiques d'un genre discursif et quelles formes de variation par rapport à ce prototype sont constatables dans les textes.

Consideraremos, assim, o conceito de género enquanto uma categoria abstrata que, possuindo um carácter normativo, permite um elevado grau de variedade, uma vez que abarca e regula todas as práticas sócio-discursivas (isto é, toda a heterogeneidade do discurso) e que instaura uma relação gradativa entre os protótipos genéricos e as suas concretizações empíricas.

2.2.4. Tipologia para a Descrição dos Discursos Presidenciais de Tomada de Posse

Partindo do pressuposto metodológico de que todo o texto empírico se encontra necessariamente ligado (pelo menos) a um género (Coutinho, 2007), recolhemos um *corpus* de textos autênticos que recebem institucionalmente (mas igualmente como parte da categorização dos falantes) a denominação de “discursos de tomada de posse”, a partir do qual procuraremos, por um lado, identificar as características genéricas previsíveis na sua relação com a imagem ou *parâmetros de género* (Coutinho, 2007, p. 644), e, por outro lado, testar a conformidade/afastamento dos textos singulares relativamente aos parâmetros de género ligados à imagem, ou, nas palavras de Coutinho (2007, p. 644), “as escolhas de cada texto” que estabelecem “um recorte relativamente às possibilidades do género” e que a investigadora designa de *mecanismos de realização textual*.

Como tal, para a análise dos discursos presidenciais de tomada de posse adotaremos uma abordagem metodológica combinada *top-down* e *bottom-up*, tal como descrita por Marques (2000) e Kerbrat-Orecchioni & Traverso (2004). A abordagem *top-down* toma como ponto de partida as coordenadas situacionais do evento comunicativo para a descrição da própria interação, à semelhança do que acontece nas tipologias situacionais; enquanto a abordagem *bottom-up* reconstitui as características do evento “à partir de ce qui est ‘manifesté’ dans le texte même de l’interaction”, considerando-se que as características externas se encontram “internalisées” no texto, como é o caso de algumas investigações no âmbito da análise conversacional (Kerbrat-Orecchioni & Traverso, 2004, p.

8). Se, individualmente, o resultado de cada uma destas abordagens corre o risco de ser parcelar ou mesmo redutor, a combinação das abordagens *top-down* e *bottom-up* permite partir dos dados situacionais (como o espaço físico, social e institucional o estatuto dos participantes, a finalidade da interação, entre outros) para a delimitação do que Kerbrat-Orecchioni denomina de “promessa de género”, a qual servirá de ponto de partida para a análise e categorização dos mecanismos linguísticos que irão, em conjunto com os aspetos externos, definir, de facto, o modo como cada texto atualiza o género discursivo. Nesse sentido, propomos a seguinte tipologia (Tabela 1) para a descrição do género dos discursos presidenciais de tomada de posse.

Tabela 1

Proposta de Tipologia para a Descrição dos Discursos Presidenciais de Tomada e Posse

Quadro Cénico	Tipo de discurso	(ligado a um setor de atividade social)
	Género Discursivo	
	Subgénero	
	Ethos de género	(imagem prevista no género)
Quadro comunicativo	Participantes	
	Quadro espaço-temporal	(espaço e tempo institucionais)
	Finalidade	(intenção do falante)
	Suporte	(oral, escrito, escrito oralizado)
Quadro participativo	Formato de produção	
	Formato de receção	(destinatários diretos, indiretos)
Critérios Internos	Enunciativo	(modalidade; vozes discursivas, etc.)
	Valor e força ilocutória	(atos de linguagem)
	Semântico/ Temático	(objetos de discurso, temas)
	Composicional	(plano de texto e sequências textuais)
	Estilístico	(variações estilísticas)

Capítulo III – Os Discursos Presidenciais de Tomada de Posse

3.1. Constituição e Descrição do *Corpus*

Os discursos proferidos na cerimónia de tomada de posse presidencial, comumente conhecidos como discursos de tomada de posse, constituem o *corpus* deste projeto de investigação. Para a constituição do *corpus*, considerou-se a lista oficial de Presidentes, tal como aparece em Guimarães (2000, p. 15) como critério – exclui-se, pois, questões como a da eleição para a determinação dos discursos que fazem parte do *corpus* – Presidentes como Mendes Cabeçadas, Gomes da Costa, António Spínola ou Costa Gomes não chegaram, por exemplo, à Presidência como resultado de processos eleitorais, mas não deixam de fazer parte da lista oficial de Presidentes. São 19 os Presidentes que tomaram posse oficialmente, uma vez que Bernardino Machado toma posse duas vezes não consecutivas, contando, assim, na lista oficial, não como dois mandatos, mas como dois Presidentes diferentes. E, com base na lista de Presidentes oficiais e mandatos que exerceram, prevê-se um número total de 29 discursos presidenciais de tomada de posse, nos cem anos da República (1911-2011), pois, consideraremos o discurso de Óscar Carmona, proferido a 29 de novembro de 1926, aquando da sua nomeação interina como Presidente da República, por decreto, a 16 de novembro de 1926.

Nos Diários das Sessões, disponibilizados *online* pela Assembleia da República, foram recolhidos 21 discursos presidenciais de tomada de posse. O processo de transcrição dos Diários das Sessões é feito de forma automática, pelo que as versões em texto disponibilizadas apresentam, sobretudo nos períodos anteriores a 1974, erros de leitura e omissões de parágrafos. No caso da maioria dos discursos da Primeira República, estes encontravam-se, no momento em que a recolha foi efetuada, inteligíveis, na sua versão em texto. A recente disponibilização da versão digitalizadas dos Diários das Sessões permitiu-nos fazer a correção e, em certos casos, a transcrição manual dos discursos.

Foram recolhidos de outras fontes *online* os discursos de António Spínola e Costa Gomes, proferidos em 1974, nomeadamente através do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. O discurso de Sidónio Pais e os discursos de Óscar Carmona, proferidos em 1926, 1928 e 1935, foram recolhidos em publicações diversas apenas em formato impresso, não estando disponíveis *online*, respetivamente em Carvalho (1924), no Diário de Lisboa, número 1734, em Nunes (1942) e em Ameal et al. (1956).

Os discursos de Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa, de 1926, não foram até ao momento localizados e existe a possibilidade de não terem sido proferidos discursos de tomada de posse para a presidência da República. Verificámos que, embora a revolução de 28 de Maio de 1926 tenha sido um momento politicamente conturbado, não deixaram de se concretizar cerimónias de posse. Estas cerimónias de posse dizem respeito ao cargo da Presidência do Ministério, mas, em ambos os casos, foram acumulados os poderes e a chefia de Estado, de tal forma que tanto Mendes Cabeçadas como Gomes da Costa fazem parte da lista oficial de Presidentes da República.

No caso de Mendes Cabeçadas, Ameal *et al.* (1956, p. 42) relatam que “Pelos 20 horas [do dia 30 de maio de 1926], o comandante Mendes Cabeçadas segue para o Palácio de Belém, onde perante o Presidente da República, presta o compromisso de honra”. A presidência da República é-lhe transferida no dia seguinte, 31 de maio, através da resignação de Bernardino Machado que, em carta, afirma que “Em conformidade com a Constituição, o Ministério em conjunto assumirá a plenitude do poder executivo” (1956, p. 54).

Já, no caso de Gomes da Costa, existe também referência à tomada de posse do general após a demissão de Mendes Cabeçadas (“Toma-se a resolução de partir, porque se faz tarde e é urgente tomar posse” (1956, p. 190)) e existe adicionalmente registo fotográfico no jornal *O Século*, na edição de 18 de junho de 1926, mas, como o autor refere, há quem sublinhe a diferença entre “esta investidura do general Gomes da Costa no cargo de chefe do Governo e a do comandante Mendes Cabeçadas, constitucionalmente entronizado no poder pelo Dr. Bernardino Machado, presidente democrático da República”. Como no momento da posse não se encontrava nenhum funcionário na secretaria da Presidência do Ministério, a posse é realizada, de acordo com o que o autor afirma ser o registo de um jornalista presente, da seguinte forma (1956, p. 192):

– “Então de quem recebo a posse? Perguntou Gomes da Costa. Onde está o diretor geral ou outro funcionário superior?”

Como ninguém aparece, o chefe de Governo exclama:

– “Bem! Parece que era costume haver alguém que transmitisse a posse deste cargo. Como não aparece ninguém, tomo eu posse assim mesmo.”

E acrescenta:

– “Também é costume fazer-se nesta emergência um juramento. Não sei a fórmula do juramento. O que juro e garanto, porém, é fidelidade ao meu país, à República, ao regime em que estamos, e manter a ordem e a disciplina!”

Os poderes presidenciais são, contudo, só posteriormente, conferidos ao general Gomes da Costa, por decreto, publicado no Diário do Governo a 26 de junho (Ameal, 1956, p.15). Estas circunstâncias implicam, assim, que da constituição do nosso *corpus* não façam parte estes discursos (que não se conseguem apurar se existiram de facto), pelo que são 27 discursos presidenciais de tomada de posse que constituem o nosso *corpus*. Na transcrição digital dos discursos, procedeu-se à atualização ortográfica e à uniformização em termos de disposição gráfica dos discursos.

Tabela 2

Descrição do Corpus

Período Político	n.º	Presidente	Data	Mandato	Sigla
1ª República (1911-1926)	1	Manuel de Arriaga	24-08-1911	1.º mandato	MA1911
	2	Teófilo Braga	29-05-1915	1.º mandato	TB1915
	3	Bernardino Machado	06-08-1915	1.º mandato	BM1915
	4	Sidónio Pais	09-05-1918	1.º mandato	SP1918
	5	Canto e Castro	16-12-1918	1.º mandato	CC1918
	6	António Almeida	06-08-1919	1.º mandato	AA1919
	7	Teixeira Gomes	06-08-1923	1.º mandato	TG1923
	8	Bernardino Machado	11-12-1925	1.º mandato	BM1925
Estado Novo (1926-1974)	9	Mendes Cabeçadas	31-05-1926	-	-
	10	Gomes da Costa	17-06-1926	-	-
	11	Óscar Carmona	16-11-1926	-	OC1926
	11	Óscar Carmona	25-03-1928	1.º mandato	OC1928
	11	Óscar Carmona	17-02-1935	2.º mandato	OC1935
	11	Óscar Carmona	08-02-1942	3.º mandato	OC1942
	11	Óscar Carmona	13-02-1949	4.º mandato	OC1949
	12	Craveiro Lopes	21-07-1951	1.º mandato	CL9151
	13	Américo Tomás	09-08-1958	1.º mandato	AT1958
	13	Américo Tomás	09-08-1965	2.º mandato	AT1965
	13	Américo Tomás	09-08-1972	3.º mandato	AT1972
3ª República (1974)	14	António Spínola	15-05-1974	-	AS1974
	15	Costa Gomes	30-09-1974	-	CG1974
	16	Ramalho Eanes	14-07-1976	1.º mandato	RE1976
	16	Ramalho Eanes	14-01-1981	2.º mandato	RE1981
	17	Mário Soares	09-03-1986	1.º mandato	MS1986
	17	Mário Soares	09-03-1991	2.º mandato	MS1991
	18	Jorge Sampaio	09-03-1996	1.º mandato	JS1996
	18	Jorge Sampaio	09-03-2001	2.º mandato	JS2001
	19	Cavaco Silva	09-03-2006	1.º mandato	CS2006
19	Cavaco Silva	09-03-2011	2.º mandato	CS2011	

3.2. O Quadro Comunicativo dos Discursos Presidenciais de Tomada de Posse

O postulado de que o contexto determina e, ao mesmo tempo, é transformado pelo discurso (Kerbrat-Orecchioni, 1990) implica considerar que as imagens que se constroem no discurso são, em certa medida, determinadas pelo contexto, mas também transformadoras deste – desde as imagens (públicas, sociais, institucionais, partilhadas) que se ligam ao locutor, às imagens virtuais do auditório e que o locutor acha que o auditório tem de si, até às representações coletivas que povoam as *doxas* e os imaginários discursivos de cada época.

Para dar conta das coordenadas contextuais dos discursos presidenciais de tomada de posse, adotámos o conceito de quadro comunicativo, tal como proposto por Kerbrat-Orecchioni (1990), porque permite, como observa Marques (2000, p. 117), evitar termos problemáticos²⁷ como contexto e situação²⁸, e englobar os conceitos de “quadro participativo” (Goffman, 1981) e de “quadro interativo” (Burger, 1997). Kerbrat-Orecchioni (1990, p. 77), inspirando-se no modelo de Brown e Fraser (1979)²⁹, propõe três componentes constitutivos do quadro comunicativo: (1) o quadro espaço-temporal, (2) o objetivo comunicativo e (3) os participantes.

O quadro espaço-temporal refere-se tanto às configurações puramente físicas do espaço (o “physical setting”), como (e sobretudo) à dimensão social e institucional dos espaços, que se definem em função das utilizações a que se prestam (Kerbrat-Orecchioni, 1990, p. 77); e o objetivo comunicativo ocupa, para Kerbrat-Orecchioni (1990, p. 79), um lugar particular, na medida em que se situa entre o quadro espaço-temporal, que possui um propósito específico, e os participantes, que têm igualmente os seus próprios objetivos. Os participantes são o aspeto mais importante do quadro comunicativo (Kerbrat-Orecchioni, 1990, p. 80) e dizem respeito a características individuais de natureza diversa: biológicas ou físicas, como a idade, o género, o grupo étnico, entre outros, sociais, como a profissão e o estatuto, ou psicológicas, como a personalidade e o estado de espírito.

²⁷ Investigadores, como Kerbrat-Orecchioni, utilizam estes conceitos como equivalentes, enquanto outros investigadores, como Vion (1996, p. 106) que propõe a articulação dos termos contexto, texto e cotexo como aspetos distintos da situação, os consideram conceitos distintos.

²⁸ O conceito de situação é usado, como referimos, por alguns investigadores como equivalentes. Pode-se, contudo, fazer a distinção, como observam Charaudeau & Maingueneau (2002, pp. 533-535), entre situação de comunicação, que corresponde ao ambiente extralinguístico, situação de enunciação, que diz respeito às marcas de valor deíctico, anafórico ou ilocutório e ainda situação de discurso ou o conhecimento partilhado que regula o comportamento dos interlocutores.

²⁹ Brown & Fraser (1979) defendem que a situação é composta pelos participantes e pela cena (*scene*, no original). A cena é, por sua vez, constituída pelo quadro espaço-temporal (*setting*) e pelo objetivo (*purpose*).

A articulação entre estes sujeitos historicamente determinados e as representações discursivas realiza-se, assim, na integração do conceito goffmaniano de “quadro participativo” (*participation framework*, no original) – que traz a vantagem de designar não só o número de participantes como o seu estatuto interlocutivo – na globalidade do quadro comunicativo. Os participantes podem desempenhar, no curso da interação, diferentes papéis comunicativos (ou *footing*, na terminologia de Goffman), e cada um deles é um potencial locutor ou ouvinte. Marques (2000, p. 121) resume este conceito, definindo-o como “os momentos sucessivos constitutivos da interação que se caracterizam por configurações particulares, que, num dado momento, captam em ‘sincronia’ a dinâmica dos participantes”.

O quadro participativo é constituído por um formato de produção e por um formato de receção (Goffman, 1981), que organizam os múltiplos papéis comunicativos que os participantes podem desempenhar na interação. O formato de produção centra-se no locutor (ou *speaker*, na terminologia de Goffman) que se define e se identifica facilmente como aquele que fala e produz fisicamente o discurso – é o responsável pela articulação dos sons (“*animator*”), o autor das ideias expressas (“*author*”) e posiciona-se pelas palavras que pronuncia (“*principal*”).

O formato de receção acarreta maiores dificuldades na identificação dos ouvintes e do seu estatuto (Kerbrat-Orecchioni, 1990, p. 86). Goffman distingue, em primeiro lugar, os participantes oficiais (ou “participantes ratificados”), que são reconhecidos como tal, participando ativamente na manutenção da interação, e os “bystanders”³⁰. Os participantes ratificados dividem-se, por sua vez, em destinatários diretos e indiretos. Marques (2000, p. 124) caracteriza os primeiros por “estarem referidos no texto de forma explícita” e se relacionarem de forma hierárquica, como já observava Kerbrat-Orecchioni, tendo em conta que “o locutor não deixa de se dirigir a ambos, embora privilegiando um deles, mas também alterando, a todo o momento essa relação de “privilégio” (Marques, 2000, p. 125).

O quadro comunicativo engloba também o conceito de Burger (1997) de “quadro interativo”. Burger (1997, p. 20) relaciona no quadro interativo as noções de canal (oral, escrito, visual, audiovisual), modo de comunicação (as coordenadas espaciais e temporais dos participantes) e ligação comunicacional (unidirecional ou recíproca), que, segundo Marques (2000, p. 127), são essenciais para a compreensão do funcionamento dos participantes, uma vez que “diferentes actantes se relacionam com diferentes modos de interação”.

³⁰ A categoria dos “bystanders” compreende os “overhearers”, que se encontram no espaço perceptivo do locutor e dos quais o locutor está consciente, e os “eavesdroppers”, que se intrometem na interação sem conhecimento do locutor.

3.2.1. O Quadro Espaço-Temporal

Há, nas palavras de Kerbrat-Orecchioni (2005, p. 73), uma “elasticidade do contexto” (e, particularmente, das informações contextuais ou extralinguísticas relevantes para o estudo de determinado objeto). É, nesse sentido, que iremos “esticar” o contexto dos discursos presidenciais de tomada de posse a uma larga escala para englobar os três grandes períodos políticos da República – a Primeira República (1910-1926), o Estado Novo (1926-1974) e a Democracia (1974-) – e que iremos “encolher” o contexto para dar conta das condições socio-históricas em que cada discurso de tomada de posse é produzido e das Presidências que o produzem.

Mas, há também, no estudo de discursos do passado, um trabalho de reconstrução (Amossy, 2000, p. 76), a maior parte das vezes inevitavelmente fragmentário e incompleto, que tem por base o conhecimento enciclopédico, não só daquilo que mais diretamente ao locutor diz respeito (como a sua reputação ou imagem pública da época), mas também da *doxa*, definida por Amossy (2000, p. 94) como o conhecimento partilhado dos membros de uma comunidade numa determinada época, que compreende o fluxo dinâmico e incessantemente mutável da opinião pública, as crenças, as ideologias e as representações coletivas valorizadas e desvalorizadas a cada momento e que atravessam, sem este se aperceber, o locutor que o ignora, ainda que esteja profundamente imerso nele (2000, p. 94).

3.2.1.1. A Primeira República (1910-1926)

Nas três primeiras décadas do século XX, Portugal sofreu, como afirma Schwartzman (1981, p. 153), duas “transformações políticas de fundo”: com a revolução de 5 de Outubro de 1910, implantava-se a República e a Monarquia era substituída por uma democracia parlamentar, e, passados dezasseis anos, em 1926, a revolução militar de 28 de Maio, interrompia a República e instaurava uma ditadura militar que posteriormente daria lugar a um dos regimes ditatoriais mais longos da Europa Ocidental do século XX.

Saraiva (1991, p. 345) observa que, apesar das ideias republicanas em Portugal poderem ser rastreadas até aos ideólogos radicais de 1820, só em 1870 é que se reuniram as condições para se considerar a República como uma verdadeira opção política, nomeadamente, os exemplos europeus das Repúblicas de Espanha, em 1868, e de França, em 1870, um grupo de universitários politicamente preparados (a geração de 70, que contava com nomes como Teófilo Braga e Manuel de Arriaga) e a existência de uma pequena classe média em ascensão.

Reis (2016, p. 90) comenta, com efeito, que a Primeira República começou como um “projeto concebido e sonhado por intelectuais doutrinários portadores de uma visão do mundo e da História marcadamente evolucionista, positivista e determinista”. E de acordo com Catroga (1991, p. 222), em *Arte de viver*, Teófilo Braga defendia precisamente os princípios da "disciplina das paixões feita através do desenvolvimento de aspirações de ordem social conducentes ao aperfeiçoamento do indivíduo", da "responsabilização do meio pelas tristezas e males individuais" ou ainda do “culto do mais saudável altruísmo de modo a se obter a eternização da vida e o crescente aperfeiçoamento da humanidade”. A propaganda republicana centrava-se, por seu turno, segundo Saraiva (1991, pp. 346-347) em outras duas dimensões fundamentais do ideário republicano: o patriotismo e o anticlericalismo. Para Saraiva, o terceiro centenário da morte de Camões – que os republicanos faziam simbolizar a República – em 1880, marca a primeira vaga de propaganda patriótica do movimento republicano, que se materializou na forma de comemorações, carros alegóricos e estátuas do poeta. Saraiva observa aliás que

Conceitos como povo, progresso, máquina, ciência, obras públicas, não figuraram. Porque era aquela, não outra, a linguagem simbólica do público a quem o espetáculo se dirigia: Camões, galeões, trofeus, colónias, pretos, soldados, heróis, encanto da vida agrária. Era a linguagem que mais facilmente podia ser entendida que o partido falava.

Já o anticlericalismo, que Saraiva (1991, p. 347) descreve como uma consequência da “atitude filosófica dos mentores do movimento”, pois, para o historiador, “o anticlericalismo é o positivismo militante”, não atraía adeptos, prejudicando a aceitação do movimento nas províncias e entre as mulheres.

Mas, se a implantação da República se deu em 1910, só no ano seguinte é que o primeiro Presidente da República toma posse. Manuel de Arriaga, uma das principais figuras do republicanismo, toma posse a 24 de agosto de 1911, eleito pelo Congresso (pela Câmara dos Deputados e pelo Senado). Matos (2016, p. 49) observa que “poderá surpreender este protagonismo que [Manuel de Arriaga] veio a adquirir nos primeiros anos do novo regime, quando desde os finais de Oitocentos se retirara da vida pública” acrescentando que “era um homem sem grandes ambições políticas e que até tinha resistido à nomeação para alguns cargos”. Para Matos, a eleição de Arriaga resulta da necessidade da Primeira República de se legitimar, interna e externamente, com a elevação à chefia do Estado de um “homem prestigiado e já (no critério da época) de idade avançada: 71 anos em 1911”.

O mandato de Arriga é marcado pela “instabilidade política, a radicalização da questão religiosa, crescente conflituosidade social e profundas clivagens no seio do republicanismo” (Matos, 2016, p. 52)

e é interrompido, pela sua renúncia, a 16 de maio de 1914. A instabilidade política foi, aliás, um dos fatores que mais marcou a Primeira República: Wheeler (1978, p. 865) observa que “Com um total de quarenta e cinco governos, oito eleições gerais e oito presidentes em quinze anos e oito meses, a República Portuguesa foi o regime parlamentar mais instável da Europa ocidental”.

Mota Amaral (2016, p. 20) comenta sobre a presidência de Arriga que “em breve, o Presidente da República iria perceber o imbróglio em que fora metido”, isto porque “cabia-lhe nomear o Governo, mas não era livre a sua escolha, tendo de contar com os poderes do Parlamento”. A queda sucessiva dos Governos de nomeação presidencial (os de João Chagas, de Duarte Leite, de Afonso Costa e dois de Bernardino Machado) e o agravamento das disputas partidárias levam Arriaga a fazer o que Mota Amaral descreve como “uma jogada de alto risco” que acaba por perder: em janeiro de 1915, o Governo demite-se, no seguimento do que ficou conhecido como o Movimento das Espadas, procurando forçar Arriaga a fazer governo com Afonso Costa; mas Arriaga oferece a chefia do Governo ao General Pimenta de Castro, que prontamente encerrou o Parlamento e instaurou uma ditadura. A ditadura pimentista é de curta duração: a 14 de maio dá-se uma revolução armada – mais violenta que a de 5 de Outubro, com centenas de mortos e feridos – que resultou na prisão de Pimenta de Castro e na fuga de Arriaga que acaba por se demitir passados dois dias.

A 29 de maio, Teófilo Braga, outro vulto inconfundível do republicanismo, assume a Presidência, tendo sido eleito numa reunião extraordinária do Congresso – cuja legalidade, segundo Ramos (2016, p. 22) era “discutível”, uma vez que só tiveram presentes deputados e senadores radicais – exercendo, aquilo que Ramos caracteriza como uma “presidência silenciosa”, enquanto “simples ‘mandatário do Parlamento” até 5 de outubro, quando toma posse Bernardino Machado – o único Presidente a ser eleito duas vezes não consecutivas.

É a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que vai marcar o primeiro mandato de Bernardino Machado (1915-1917) e, como alguns autores sugerem, a própria Primeira República. Rosas (2010, p. 247) comenta, sobre a participação de Portugal na Primeira Guerra e especificamente sobre as tentativas, em última instância bem-sucedidas, de certas facções políticas de levar Portugal a intervir no conflito mundial que

Não deixa de ser surpreendente, mesmo para quem procure compreender o espírito da época e do que estava em jogo, a forma como, a golpes de puro voluntarismo ideológico, os afonsistas e seus apoiantes arrastaram o Portugal rural, massivamente analfabeto, rudimentarmente industrializado,

sofrendo já de uma terrível situação social económica e financeira, para a mais vasta, sofisticada, mortífera e dispendiosa guerra que a humanidade tinha até então conhecido.

Wheeler (1978) observa também que “A tragédia dos primeiros republicanos residiu no facto de a sua oportunidade de conquistar o poder ter coincido com a Primeira Guerra Mundial”; e, nesse sentido, Rosas (2010, p. 248) conclui mesmo que “Na realidade, a guerra foi a morte da Primeira República”. Em 1917, são, segundo Saraiva (1991, p. 353), as forças que se opunham a participação de Portugal na guerra que vão desencadear a revolta de 5 de Dezembro que Sidónio Pais vai liderar e resultará no exílio de Bernardino Machado.

É sob o nome de “República Nova” que Sidónio Pais vai tentar instituir uma “ditadura presidencialista e plebiscitária” (Freire & Pinto 2010, p. 21), ao convocar eleições por sufrágio universal e direto para Presidente da República, fazendo-se eleger Presidente “numa eleição sem concorrência” e tomando, assim, “o controlo total sobre o executivo”. Sidónio Pais toma posse a 9 de maio de 1918. Serra (2010, p. 125) considera, aliás, que o apoio popular de que Sidónio Pais gozava na época, materializado nas “multidões que o aguardavam e seguiam, vibrando com os seus gestos e as suas palavras” vão, de certa forma, “referendar o presidencialismo de Sidónio Pais, antes mesmo de a revisão constitucional ter sido proposta”. Martins (2016a, p. 28) comenta sobre a curta governação do quarto Presidente da República que “Sidónio foi precursor inconsciente do modelo fascista, que se tornaria ‘moda’ entre as duas guerras”, num período em que o fascismo ainda não existia em nenhum sítio do mundo. A 14 de Dezembro de 1918, Sidónio Pais é assassinado a tiro na Estação do Rossio.

Canto e Castro, quinto Presidente da República, é o sucessor de Sidónio Pais e, como observa Martins (2016b, p. 29), não só na ordem cronológica dos chefes de Estado, mas também porque “perfilhava as mesmas ideias e dele fora seguidor durante o seu consulado”. Martins (2016c, p. 52) descreve Canto e Castro como “um Presidente da República *sui generis*”, por não ter feito parte do movimento republicano, por não ter exercido qualquer outra atividade política exceto durante a ditadura de Sidónio Pais – foi diretor dos Serviços do Estado-Maior Naval – e quando foi deputado no último parlamento da Monarquia, mas sobretudo por nunca ter abdicado das suas “íntimas convicções monárquicas”. Martins (2016c, p. 52) comenta mesmo que “a sua algo paradoxal eleição pelo parlamento para Presidente da República” acaba por constituir “uma das não menores bizarras da Primeira República Portuguesa”. A 3 de junho, Canto e Castro apresenta a demissão ao Parlamento que a rejeita e a 5 de outubro acaba por transferir os poderes a António de Almeida, que, entretanto, fora eleito (Martins, 2016b, p. 29).

António de Almeida é o sexto Presidente da República e é o único Presidente da Primeira República a cumprir na sua totalidade o mandato de quatro anos. António de Almeida era, para Samara (2010, p. 72), “um dos mais populares políticos republicanos antes da implantação” e, segundo Almeida (2016, p. 55), já enquanto Presidente assumiu a transladação dos restos mortais dos soldados portugueses mortos em França, o que lhe valeu o “reconhecimento popular de grande patriotismo” e terminou o seu mandato com uma viagem “apoteótica” ao Brasil. Manuel Teixeira Gomes sucede a António de Almeida, a 5 de outubro de 1923. De acordo com Martins (2016d, p. 53), Manuel Teixeira Gomes, ao contrário da maioria dos Presidentes da Primeira República, não fora um combatente ativo da causa republicana e a Presidência surge por “insistência do Partido Democrático”; nas palavras de Martins, “Cansado com a complicação da vida política e social e com a ‘gaiola dourada’ de Belém, apresentaria a sua renúncia em finais de 1925”.

Em 1925, Bernardino Machado é novamente eleito Presidente da República. Para Saraiva (1991, p. 353), “O período de 1920 a 1926 foi a fase mais agitada da história da Primeira República”. Com o agravamento das condições económicas, financeiras e sociais do pós-guerra, as cisões no Partido Democrático e a crescente violência política – Saraiva recorda, aliás, o que ficou conhecido como a noite sangrenta, em 1921, quando algumas figuras políticas de destaque foram assassinadas – os militares começaram, como afirma Wheeler (1978, p. 870), a assumir um papel de maior importância na República que se debatia com “graves problemas de autoridade e de segurança”. De acordo com Wheeler (1978, p. 870), nos fins da República, já todos os partidos tinham incitado à insurreição militar para apoiar as respetivas causas partidárias e, segundo Saraiva (1991, p. 354), em 1924, a ideia de que “Só a ditadura nos pode salvar” era corrente; é neste contexto que começa a ressurgir, entre o corpo de oficiais, a “tradicional crença de que as forças armadas eram o ‘guardião e o baluarte da independência nacional, conquistador e guardião das liberdades públicas’” (Wheeler, 1978, p. 870). A 28 de maio de 1926 vai estalar a revolta militar que vai pôr termo à Primeira República.

3.2.1.2. O Estado Novo (1926-1974)

O alastramento daquilo que Reis (2010, p. 580) denomina de “síndrome ditatorial na opinião pública” e o “intenso ambiente conspirativo” (Silva, 2016a, p. 42) se vivia nas Forças Armadas em 1926 contribuíram para uma revolução que, se em última instância é bem-sucedida, começa, de acordo com Silva (2016a, p. 42), de forma improvisada, com alguns oficiais, em Braga, a partirem de carro para Lisboa à procura de um chefe para a revolução, que encontram no general Gomes da Costa. Enquanto

Gomes da Costa inicia as movimentações militares e a descida de Braga a Lisboa, formalizando-se a revolução a 28 de Maio, Mendes Cabeçadas comanda a revolta na capital e, segundo Castilho (2016, p. 36), Bernardino Machado demite-se a 30 de maio entregando o poder a Mendes Cabeçadas, que assume por inerência os poderes de Presidente da República, “numa derradeira tentativa para manter a legitimidade constitucional”, isto porque do lado de Cabeçadas se posicionou uma “fação republicana conservadora que defendia uma reforma do sistema político numa linha de continuidade da Constituição de 1911”.

Já do lado de Gomes da Costa perfilhavam a fação mais radical do movimento, que, nas palavras de Castilho (2016, p. 36), “apostava na rotura total com a constitucionalidade vigente e na instauração de um regime autoritário de direita”; e a 17 de junho exige a demissão de Mendes Cabeçadas, que “para evitar a guerra civil” (Castilho, 2016, p. 37), lhe entrega o poder no dia seguinte. É a vez de Gomes da Costa assumir os poderes de Presidente da República e do Executivo. Para Castilho (2016, p. 38), Gomes da Costa é levado a assumir posições que vão acabar por determinar o seu afastamento, “influenciado por setores radicais de tendência fascizante” e, como comenta Silva (2016b, p. 48), “ameaçava converter-se num caudilho autoritário, limitando o Exército a mero instrumento do seu poder”.

A 7 de julho, começavam as movimentações para afastar o general. No dia seguinte, o Exército retira, de acordo com Castilho (2016, p. 38), o seu apoio a Gomes da Costa e, segundo Silva (2016b, p. 50), alguns oficiais tentaram convencê-lo a trocar o poder pela Presidência da República. A recusa de Gomes da Costa leva a que, na madrugada de 9 para 10 de julho, o general fosse preso e no dia seguinte reencaminhado para o exílio em Angra do Heroísmo, nos Açores (Castilho, 2016, p. 38). O general Óscar Carmona substitui-o e a 20 de novembro toma posse como Presidente da República e passado dois anos a necessidade de legitimar o cargo leva a realização de eleições presidenciais e, como resultado, à tomada de posse de Carmona a 15 de abril de 1928.

A transição da Ditadura Militar para o Estado Novo foi, de acordo com Rosas (2013, p. 70), “um dos processos, política e militarmente, mais controversos e complexos da nossa história da primeira metade do século XX”, ainda que as representações do 28 de Maio e da subsequente passagem para o Estado Novo adotadas pelo regime assentassem nos mitos, para usar a terminologia de Rosas, da ação salvadora do Exército e da queda fácil da República. Com efeito, a oposição à Ditadura Militar foi feroz e o “fenómeno político e social revolucionário de conspiração e luta armada contra a Ditadura Militar” (Rosas, 2013, p. 65), que se materializou nas revoltas que se concretizaram entre 1926 e 1931, ficou conhecido como o reviralhismo. Em 1927, ocorre, aliás, a primeira tentativa de derrubar a Ditadura

Militar, como uma “breve mas sangrenta guerra civil” (Martins, 2016e, p. 90) que se travou sobretudo no Porto.

Mas, como comenta Rosas (2013, p. 70), a transição da Ditadura Militar para o Estado Novo foi também marcada por “um período de dura luta interna pela hegemonia entre as várias direitas que nela se reuniam”. Na ascensão do Estado Novo, a ação do general Óscar Carmona vai ser fundamental; segundo Rosas (2013, p. 97), “é esse título [o de Presidente da República], e a partir dessa posição, que ele desempenhará um papel decisivo na disputa entre os salazaristas e o influente republicanismo militar”. Freire & Pinto (2010, p. 29) observam, nesse sentido, que “A opção pela ‘constitucionalização’ da Ditadura e pela passagem a um regime ‘civil’ não foi, assim, obra exclusiva de Salazar, mas também um projeto de Carmona”. O general Óscar Carmona vai permanecer 25 anos, ao longo de quatro mandatos, na Presidência da República, até 1951, data da sua morte. A Constituição de 1933 formaliza o Estado Novo. E, se o Estado Novo se afasta, por princípio, do totalitarismo de regimes contemporâneos como o alemão ou o italiano, pela sua “formação católica” e pela “recusa de insubordinação do Estado ao Direito” (Braga da Cruz, 1982, p. 775), este não deixa de pertencer aos regimes de “vocaçãõ totalitária”, dos quais o Estado Novo, “com a sua indiscutível especificidade, também participou neste período histórico” (Rosas, 2001, p. 1054).

O discurso ideológico do Estado Novo nos anos 30 e 40 parte, segundo Rosas (2001, p. 1031), de um sistema de valores que pela sua natureza exigiu a criação de “um aparelho de inculcaçãõ ideológica autoritária, estatista, mergulhado no quotidiano das pessoas (ao nível das famílias, da escola, do trabalho, dos lazeres)”, que tinha o propósito de criar o “homem novo” do salazarismo. É já a partir de 1933 que se dá a criação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e o aparelho da educação nacional contava com a Mocidade Portuguesa (MP) e com a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) (Rosas, 2013, p. 334) que trabalhavam para a concretizaçãõ de “um projeto totalizante de reeducaçãõ dos «espíritos», de criação de um novo tipo de portuguesas e de portugueses regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador” (Rosas, 2001, p. 1032). Mas, se, como observa Rosas (2001, p. 1054), o perfil do “homem novo” salazarista é distinto daquele apregoado pelo regime de Mussolini ou do “homem ariano” do nazismo, todos convergem no “propósito de fabricar, pela força, sem alternativa, violentando os espaços tradicionais da privacidade ou da autonomia, um novo ser virtuoso que fosse o suporte da defesa e da reproduçãõ da «ordem nova»” (Rosas, 2001, p. 1054).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial havia, de acordo com Saraiva (1991, p. 360), a esperança de que com o “triumfo dos Aliados, se estabelecesse em Portugal uma situaçãõ democrática”

e é também daqui que data “o primeiro movimento generalizado de contestação aberta do regime”. Ainda que tenha sido uma “crise sem oportunidades reais de transição”, nas palavras de Rosas (2013, p. 236), este movimento de oposição contou com “frustradas conspirações golpistas”, do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), em 1944, e do Movimento de Unidade Democrática (MUD), no imediato pós-guerra, culminando, segundo Saraiva (1991, p. 360), na campanha de candidatura do general Norton de Matos (a qual posteriormente se vê constrangido a abandonar) à Presidência da República, em 1949.

Óscar Carmona é mais uma vez eleito, mas morre passados dois anos, sendo substituído por Craveiro Lopes, que, segundo Maia (2016, p. 44) apesar de não ser a “primeira escolha, seria a mais pragmática”, dado que a “adesão ao golpe de 28 de Maio de 1926, a carreira exemplar na Cavalaria e na Aviação, o estilo austero, a falta de carisma e a falta politização” faziam dele o candidato ideal para o regime. Mas, cedo Craveiro Lopes cai das boas graças do regime e antes das presidenciais de 1959 é informado por Salazar da “onda de oposição à sua recandidatura” (Maia, 2016, p. 45): o candidato do regime é o Almirante Américo Tomás. As eleições presidenciais de 1958 vão marcar a “a segunda crise histórica do Estado Novo” (Rosas, 2013, p. 236) com a candidatura do general Humberto Delgado às eleições presidenciais de 1958 e o *delgadismo*, que, segundo Rosas (2013, pp. 236-237), se repercute “em sucessivas vagas até 1961-1962” e, contrariamente às tentativas anteriores, constituía uma “possibilidade real de um processo de transição política conduzido, ao menos na sua génese, a partir do interior do regime”. Com efeito, Humberto Delgado, que inicialmente era o “candidato da mudança segura”, rapidamente se transmuta “no instigador da rebelião cívica” (Rosas, 2013, p. 243), naquilo que Raby (1982, p. 880) denomina “uma explosão popular sem paralelo antes do 25 de abril e que sacudiu os fundamentos do regime”. E se a candidatura do general Humberto Delgado não foi, em última instância, bem-sucedida, não deixou de, nas palavras de Figueiredo (1975, p. 256), ter “abalado o regime”, o que levou à revisão constitucional de 1959 e à consequente passagem de eleições presidenciais por sufrágio direto para um sistema eleitoral através de colégio eleitoral. Américo Tomás vai assumir a Presidência da República, durante dezasseis anos, sendo eleito sucessivamente, em 1965 e 1972. Segundo Martins (2016, p. 54), Américo Tomás assumiu-se como “um canal privilegiado da propaganda do regime” e focou-se no “desempenho das funções protocolares e de representação do Estado”. Para Pinto (2016, p. 49), o “ato mais relevante do último Presidente da República do Estado Novo” foi a substituição de Salazar por Marcelo Caetano nas funções de Presidente do Conselho de Ministros.

O sucesso do regime contra os movimentos oposicionistas deve-se, sem dúvida, aos sistemas de repressão do Estado Novo, que “com a sua ação intimidatória no dia-a-dia” contribuíam para um “clima de intimidação” e para uma “surda socialização do medo” (Rosas, 2013, p. 200). É certo que, como afirma Rosas (2013, p. 190), a violência está inscrita no “código genético” de todos os regimes fascistas, mas a apologia de Salazar (e do regime) pelos “safanões a tempo” (2013, p.195) enquadra a violência do Estado Novo nas especificidades da ditadura portuguesa. Há no Estado Novo uma “gestão politicamente racional” da violência (Rosas, 2013, p. 190), pensada de forma a adequar-se ao temperamento do povo português, que, para Salazar, padecia de um “doentio sentimentalismo” (Rosas, 2013, p. 194), incompatível com formas mais abertas de violência. Para Rosas (2013), articulava-se no Estado Novo uma violência punitiva, levada a cabo pela polícia política contra os que “ousavam desafiar a ‘ordem estabelecida’” e que se praticava através do “recurso sistemático à tortura e à prisão sem culpa formada” (2013, pp. 202-203), e uma violência preventiva, invisível e omnipresente, que assentava, sobretudo, nos “aparelhos oficiais de inculcação ideológica” que tinham como missão “vigiar o quotidiano e inculcar unívoca e autoritariamente” os valores do regimes (2013, p. 199).

Após a Segunda Guerra, as grandes potências vencedoras, de acordo com Saraiva (1991, p. 364), incluíram na Carta das Nações Unidas o direito dos povos à autodeterminação, agravando, assim, a questão ultramarina, isto porque, nas palavras de Saraiva, o Governo português recusou participar no processo de descolonização, defendendo que “Portugal era um Estado pluricontinental e plurirracial, modelado por alguns séculos de evolução histórica, não sendo os territórios situados fora da Europa verdadeiras colónias, mas, sim, parcelas integrantes do território nacional”. A posição de Portugal foi objeto de condenação internacional generalizada e em 1961 começam os primeiros movimentos de guerrilha em Angola, que se reproduzem, nos anos seguintes, na Guiné e em Moçambique (Saraiva, 1991, p. 365), e marcam o início da Guerra Colonial Portuguesa ou a Guerra do Ultramar. A 25 de Abril de 1974, um movimento das forças armadas derruba o regime autoritário e dá-se início em Portugal à Democracia.

3.2.1.3. O Estado Democrático (1974-)

A transição de Portugal para um regime democrático deu início, como afirmam Freire & Pinto (2010, p. 42), à “terceira vaga dos processos de democratização” na Europa do Sul; e, segundo os autores, o próprio carácter semipresidencial da democracia portuguesa deve-se em parte ao papel dos militares. O Movimento das Forças Armadas (MFA) designa o general António Spínola para receber a

rendição do Governo e, mais tarde, o MFA transmite o poder à Junta de Salvação Nacional (JSN) que vai nomear o General Presidente da República. Mas os desentendimentos entre o MFA e Spínola sobre a questão da descolonização e a desconfiança do General em relação ao MFA que, segundo Otelo de Saraiva (2016, p. 60), o faz “ver em cada militar do MFA que dele diverge um ‘perigoso comunista’” vão levar o General a demitir-se, a 30 de setembro, numa transmissão em direto da RTP. António Spínola sucede o general Costa Gomes, que Lourenço (2016, p. 63) descreve como “o principal agente da luta que a [a guerra civil] evitou, do cumprimento da promessa de levar o País a eleições livres para a Assembleia Constituinte, e da aprovação, também ela muito difícil, da Constituição da República”.

As eleições presidenciais de 1976 foram, nas palavras de Caetano (2016, p. 65), uma “disputa entre militares”, principalmente entre Otelo Saraiva de Carvalho e Ramalho Eanes – que vai acabar por se tornar o primeiro Presidente eleito democraticamente e cumprir dois mandatos presidenciais entre 1976 e 1986; isto porque, de acordo com Caetano, “Se existia algum entendimento entre praticamente todas as forças políticas é de que não havia ainda condições para um presidente civil” (2016, p. 66). Para Miranda (2016, p. 69), tal deve-se, não a uma vontade de poder, mas do “receio que os militares experimentavam de que o Comandante Supremo das Forças Armadas [arts.120º e 133º, alínea a), no texto constitucional hoje] fosse logo assumido por alguém sem conhecimento da realidade em que essas Forças se encontravam”. Ramalho Eanes vai observar a consolidação democrática: segundo Miranda (2016, p. 69), o principal objetivo do Presidente foi “completar a institucionalização da vida política e social do País no âmbito da ordem constitucional democrática” e tal passava, nas palavras de Miranda, “pelo funcionamento ou entrada em funcionamento dos órgãos de poder político a nível nacional, regional e local” e “pela normalização das estruturas económicas e financeiras e pela redução dos conflitos sociais”.

Nos anos oitenta, a classe média procurava, de acordo com Tavares (2015), “reproduzir os padrões de consumo das sociedades europeias mais avançadas”, mesmo com as intervenções do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1977 e 1982), com o surgimento dos centros comerciais e hipermercados e com a generalização do “acesso a equipamentos domésticos, como os televisores e os micro-ondas” e das “opções de lazer e cultura”. Como comenta Ferreira (2016), “O Vitinho mandava os meninos para a cama, mas o país estava a acordar. Para a CEE, para o consumo, para um admirável mundo novo”. Mário Soares é eleito em 1986 (e mais uma vez em 1991), o primeiro Presidente da República civil, – depois de uma campanha divisiva contra Freitas do Amaral, que chegou a ir à segunda volta –, poucos meses depois da adesão efetiva de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), depois União Europeia. Joana Stichini Vilela observa num artigo do Observador (Ferreira, 2016) que,

com a entrada de Portugal na CEE, em 1986, “Começam a entrar os fundos e o dinheiro torna-se um valor muito forte, o que é um contraste absoluto com os anos 70” e que “há uma sensação de que tudo é possível”, uma sensação que “atravessa toda a década, e é crescente”.

No início dos anos noventa, a preocupação com o crescimento económico e o desenvolvimento do País em relação aos níveis europeus começa a sentir-se. Para Almeida (2011), “O tom entusiasta de Soares é travado pelo tom contido do seu sucessor”, Jorge Sampaio, que toma posse em 1996 e depois no segundo mandato em 2001, momento em que, segundo Almeida, “Sampaio é claramente o antevisor da crise”. Neste período, Ferro Rodrigues (2016, p. 76) destaca o papel de Sampaio no processo de adesão à moeda única, na integração de Macau na China e na defesa da independência de Timor-Leste. Jorge Sampaio também vai ser o primeiro Presidente a fazer uso do poder presidencial, também conhecido como a “bomba atómica”: a dissolução do Parlamento, em 2004, após a demissão do então Primeiro-Ministro Durão Barroso, convidado a presidir a Comissão Europeia, e a tomada de posse de Santana Lopes, sem eleições.

Em 2006, Cavaco Silva é eleito Presidente da República. Passados dois anos, vai eclodir a crise económica e financeira de 2008, também conhecida por “*subprime mortgage crisis*” ou a crise do *subprime*, que teve origem num “sector específico do mercado de crédito hipotecário americano – o mercado de alto risco” (Delgado, 2014, p. 10) e que rapidamente abalou a economia global. Delgado (2014, p. 11) observa que o “fraco desempenho da economia portuguesa e do crescente endividamento face ao exterior” no período de 2008-2013, “não foi uma consequência, exclusivamente direta, da crise internacional de 2008”, comentando que desde os anos noventa que a convergência económica em relação à Europa estagnara. Em 2011, já no segundo mandato de Cavaco Silva, o governo de José Sócrates anuncia o pedido de resgate ao FMI, depois de a Grécia e de a Irlanda o terem feito, no ano anterior. A troika, constituída por membros do Banco Central Europeu (Rasmus Røffler), do FMI (Poul Thomsem) e da Comissão Europeia (Jürgen Kröger), apresentará um programa de assistência a Portugal no valor de 78 mil milhões de euros, do qual Portugal sairá em 2014.

3.2.2. O Quadro Interativo – Canal, Modo e Ligação Comunicacionais

Burger (1997), sem rejeitar o quadro participativo de Goffman, propõe o conceito de quadro interativo, para dar conta de “les relations entre les interactants saisies non pas en termes d’activités mais sous l’angle du support matériel où celles-ci se réalisent” (1997, p. 19). O quadro interativo, tal

como é proposto por Burger (1997), é, como vimos, composto pelo canal, pelo modo de comunicação e pela ligação comunicacional.

O canal é considerado por Burger (1997, p. 20) em termos de dominância e refere-se à escolha de um canal como, por exemplo, o escrito, o oral ou o visual. Os discursos presidenciais de tomada de posse têm um carácter escrito oralizado: são previamente escritos e preparados (e no Estado Novo sujeitos mesmo à aprovação de Salazar) e são proferidos publicamente na cerimónia de tomada de posse. Significa que os discursos presidenciais de tomada de posse, porque não resultam de um processo simultâneo de formulação/produção, não apresentam certas características do discurso oral espontâneo³¹ (hesitações, reformulações, bordões, entre outros).

A disseminação dos discursos presidenciais de tomada de posse é feita atualmente em diversos canais: são transmitidos na íntegra na RTP e noutros canais de televisão, são publicados em jornais físicos e digitais e na página *online* oficial da Presidência da República (*presidencia.pt*) e são ainda partilhados informalmente em redes sociais, como o Facebook ou o Youtube, nas suas versões escritas e audiovisuais. No período da Ditadura, nasce a Emissora Nacional de Radiodifusão, em 1935, e em 1955 é fundado o primeiro canal de televisão; sendo usadas como aparelhos do Estado, podemos, sem acesso às transmissões/emissões, conjecturar que os discursos presidenciais de tomada de posse poderiam ser transmitidos por estes meios. Sabemos sim que estes discursos (e discursos mais antigos) eram, por vezes, publicados na íntegra, em jornais.

O modo de comunicação refere-se ao tipo de presença (dada a distância espacial e temporal) dos participantes. Os discursos presidenciais de tomada de posse são – tirando algumas exceções como o discurso de Sidónio Pais proferido na Câmara Municipal de Lisboa, o de António Spínola no palácio de Queluz ou o de Costa Gomes, no palácio de Belém – proferidos geralmente no espaço físico e institucional da Assembleia da República. A cerimónia de investidura, com a estabilização dos mandatos presidenciais depois da Primeira República, passou a realizar-se no fim do mandato presidencial anterior (a 09 de agosto, a partir de Craveiro Lopes, durante o Estado Novo e a 09 de março, a partir de Mário Soares). Há, pois, participantes presentes e participantes não-presentes nos discursos presidenciais de tomada de posse. A constituição do auditório dos discursos de tomada de posse é, como exploraremos à frente, complexa, compreendendo participantes presentes no espaço físico da cerimónia, como, por exemplo, antigos Presidentes, membros do Governo e dos partidos, representantes diplomáticos de Países Estrangeiros e os restantes convidados, mas também participantes não presentes, como os portugueses.

³¹ Mesmo que estas características do discurso oral espontâneo existam efetivamente no momento em que o discurso é proferido, é possível que sejam omitidas no processo posterior de transcrição.

A ligação comunicacional dos discursos presidenciais de tomada de posse é unidirecional: estes discursos são monológicos – o que não significa claro que deixam de ser dialógicos, porque implicam sempre um auditório potencial (Bakhtine, 1981) –, mas o seu carácter monológico tem implicações quanto à gestão da construção do *ethos*. Como observa Amossy (2010, p. 131), os discursos monogeridos permitem ao locutor “dire et se dire sans être interrompu”, dispondo de um espaço que lhe pertence, sem ingerências do exterior³², ao contrário das interações face a face, nas quais o locutor deve reajustar constantemente a sua imagem em função das reações dos seus interlocutores. E, se, como afirma Amossy (2010, p. 132), a reação aos discursos monogeridos é importante, não deixa de fazer parte da receção e, assim, de uma fase posterior da construção de imagens.

3.2.3. Os Participantes

3.2.3.1. O Presidente da República

A figura do Presidente da República é complexa e para dar conta das suas diferentes dimensões consideraremos (1) a evolução do perfil político e institucional do Presidente da República – ou seja, dos poderes e das funções presidenciais nos diferentes regimes políticos, (2) o perfil histórico-social – isto é, as características biológicas, físicas e sociais – dos indivíduos que desempenharam o cargo durante a República e (3) o ethos institucional, que diz respeito às expetativas sociais ligadas à figura do Presidente da República e que cada Presidente, de alguma forma, confirma e atualiza nos discursos.

3.2.3.1.1. Um (Breve) Perfil Político e Institucional do Presidente na República

O perfil político e institucional do Presidente da República – isto é, a evolução dos poderes e das funções presidenciais e modo como a figura do Presidente navega os diferentes regimes políticos da República – é fundamental, na medida em que as expetativas políticas em torno do Presidente informam as imagens construídas nos discursos e como essas expetativas são atualizadas ou afirmadas.

³² Os aplausos – e, especialmente, a ausência de aplausos de determinados partidos – nos discursos da Democracia funcionam em certa medida como uma reação direta e imediata aos discursos, que as transcrições oficiais escolhem, aliás, incluir.

No período da Primeira República (1911-1926), vigorou um sistema de governo marcadamente parlamentarista³³, no qual o Presidente da República exercia “vastas funções” que, contudo, não correspondiam a poderes efetivos (Freire & Pinto 2010, p. 18). Embora, de acordo com Freire & Pinto (2010, p. 18), o Presidente pudesse nomear, suspender e demitir funcionários e ministros, declarar estado de sítio e promulgar leis³⁴; a subordinação do Presidente ao Parlamento revela-se na incapacidade do Presidente dissolver o Parlamento e de caber a este, por seu turno, o poder de o eleger.

Contudo, apenas seis Presidentes foram eleitos nestas condições³⁵, uma vez que a instabilidade que se fazia sentir “ao nível do aparelho de Estado” (Schwartzman, 1981, p. 155) se repercutia igualmente no exercício da presidência, aliás, a duração média dos mandatos presidenciais na Primeira República foi de dois anos, de acordo com (Schwartzman, 1981, p. 160).

Tal não significa que a figura do Presidente era meramente simbólica durante a Primeira República, pelo contrário, Freire & Pinto (2010, p. 23) afirmam que “apesar dos seus reduzidos poderes, os presidentes não deixaram de exercer as funções de arbitragem do instável sistema político da Primeira República”, excedendo até, por força das circunstâncias, os seus poderes constitucionais.

A Primeira República foi também marcada pelo golpe militar de 5 de dezembro de 1917 que abriu caminho para o presidencialismo sidonista. Para Freire & Pinto (2010, p. 23), Sidónio Pais tentou “institucionalizar uma ditadura presidencialista e plebiscitária”, ao instituir sufrágio universal e a eleição direta do Presidente. O Presidente passava assim a poder “nomear e demitir livremente o Executivo”, num mandato que não podia ser inferior a quatro anos (Serra, 2010, p. 126). É, com a concentração dos poderes no Presidente da República, que Sidónio Pais se torna, como refere Samara (2010, p. 377), “a figura central de um regime que assentava nessa espécie de personalização da política”.

A emergência do Estado Novo traz uma nova forma de regime político, que no texto constitucional de 1933 define o que Braga da Cruz (1982, p. 784) denomina de “presidencialismo bicéfalo”, uma vez que se verifica a distribuição dos principais poderes do Estado pelo Presidente da República e pelo Presidente do Conselho de Ministros, mas que “acabaria por se tornar uma ditadura autoritária, ao esvaziar de conteúdo o que consagrou na forma de sistema de governo”.

A Constituição de 1933 conferiu, de facto, como referem Freire & Pinto (2010, p. 30), vastos poderes ao Presidente da República, entre eles o de dirigir a política externa, negociar tratados

³³ De acordo com Schwartzman (1981, p. 153), na Primeira República prevaleceu uma democracia parlamentar que definia a constituição do Estado por um Presidente, um Governo e um Parlamento.

³⁴ Até estas funções se encontravam, contudo, condicionadas por terceiros, isto é, “todos os atos do Presidente da República deveriam ser referendados, pelo menos, pelo ministro competente” (Freire & Pinto, 2010, p. 18)

³⁵ Com efeito, apenas António de Almeida cumpriu na totalidade o mandato, que a Constituição estipulava ser de quatro anos.

internacionais, promulgar leis e, contrariamente ao que acontecia na Primeira República, vetar, dissolver o Parlamento e ainda o poder de demitir o Presidente do Conselho de Ministros.

Mas, como Braga da Cruz (1982, p. 784) refere, a organização dos poderes no Estado Novo permitia a existência de um Presidente da República forte e de um Presidente de Conselho de Ministros fraco ou de um Presidente de Conselho de Ministros forte e de um Presidente da República fraco, mas nunca a coexistência de uma governação forte por parte de ambos³⁶. É, neste sentido, que Freire & Pinto (2010, p. 39) apontam que durante este período o Presidente da República “se limitaria a efetuar visitas ao estrangeiro ou pelo país, procedendo a inaugurações”.

Com a revolução de 25 de Abril, adotou-se um sistema de governo presidencialista que constituía uma solução intermédia entre o “fracasso do parlamentarismo da Primeira República” e a “degenerescência do modelo presidencialista do Estado Novo” (Braga da Cruz, 1994, p. 238). Este sistema caracteriza-se pela eleição do Presidente da República por sufrágio universal, pelos poderes consideráveis do Presidente e pela coexistência com um primeiro-ministro e outros ministros que possuem o poder executivo e governamental (Freire & Pinto (2010, p. 57).

Antes da revisão constitucional de 1982, já no atual Estado Democrático, o protagonismo da presidência de Ramalho Eanes e as “intervenções permanentes e sucessivas na vida política nacional” levou à “conformação do poder presidencial como partilhando do poder executivo, como poder diretivo e orientador” (Braga da Cruz, 1994, p. 247). A revisão constitucional veio diminuir os poderes presidenciais, dificultando a sua capacidade de demitir o Primeiro-Ministro e o Governo e tal altera, segundo o Braga da Cruz (1994, p. 250), a natureza da responsabilidade do Governo perante o Presidente da República que de “*política* passou a ser meramente *institucional*”.

Após a revisão constitucional de 1982, são três os poderes presidenciais mais relevantes: o direito de veto dos diplomas da Assembleia da República e do Governo, o requerimento de fiscalização da constitucionalidade dos diplomas e o poder de demitir o Governo e de dissolver a Assembleia, ainda que com condicionantes (Freire & Pinto, 2010, p. 69). As intervenções públicas do Presidente da República permitem-lhe, ainda, “influenciar a agenda política nacional” (Freire & Pinto, 2010, p. 64).

Nos cem anos da República Portuguesa, o Presidente foi, assim, uma figura, por vezes, central do panorama político português – monopolizando os poderes governativos, como Sidónio Pais, ou orientando o poder executivo, como Ramalho Eanes – e, por vezes, quase cerimonial, como acontece

* Para Freire e Pinto (2010, p. 31), “a prática do sistema político consagrou uma ditadura do Presidente do Conselho, apesar de a Constituição não o declarar na forma” e tal passou, segundo Braga da Cruz (1982, p. 784), pelo “esvaziamento dos poderes da Assembleia Nacional”, pela “pessoalização da ação e da estrutura governativa” e “pela subalternização do chefe de Estado ao presidente do Conselho de Ministros”.

com os Presidentes do Estado Novo. Qual seja o caso, os textos constitucionais traçam um perfil político e institucional do Presidente enquanto árbitro e moderador da vida política e, invariavelmente como o representante da Nação.

3.2.3.1.2. Um (Breve) Perfil Histórico-Social do Presidente na República

O perfil social do Presidente da República permite-nos partir de aspetos físico-biológicos (Kerbrat-Orecchioni, 1990, p. 80), como a idade ou o género, e de indicadores sociais, como a escolaridade, a profissão ou a raça³⁷, para delinear os traços gerais dos seres empíricos que ocuparam o cargo da presidência, sobretudo, na medida em que estas características regulam as imagens que os Presidentes constroem de si.

Numa perspetiva geral, o cargo de Presidente foi exercido, nos cem anos da República, por homens brancos, com uma idade média de 58,5 anos, sendo o Presidente mais velho a tomar posse Bernardino Machado, com 75 anos, e o mais novo Ramalho Eanes, com 41 anos (ver Figura 1)³⁸. Todos os Presidentes possuem estudos ao nível do ensino superior (excetuando Teixeira Gomes que frequentou a Universidade de Coimbra, mas não concluiu o curso de medicina) ou estudos no âmbito da carreira militar. Na verdade, dez dos dezoito Presidentes seguiram a carreira militar e os restantes enveredaram por carreiras políticas de relevo

Na Primeira República, os Presidentes caracterizam-se, de acordo com Freire & Pinto (2010, p. 23), por serem, na sua maioria, intelectuais e professores, de idade avançada, que “ascenderam ao cargo já no termo de ativas carreiras políticas”. Já durante o Estado Novo, a presidência é, segundo os mesmos autores, “dominada por militares, no fundamental, obedientes a Oliveira Salazar” (2010, p. 25) e, com efeito, os três Presidentes da ditadura – Óscar Carmona, Craveiro Lopes e Américo Tomás – foram todos militares de carreira. Também os Presidentes, no período do pós-25 de Abril, antes da revisão constitucional de 1982, foram militares (António Spínola e Costa Gomes), incluindo o primeiro presidente eleito por sufrágio universal, depois da revolução, Ramalho Eanes. Após a revisão

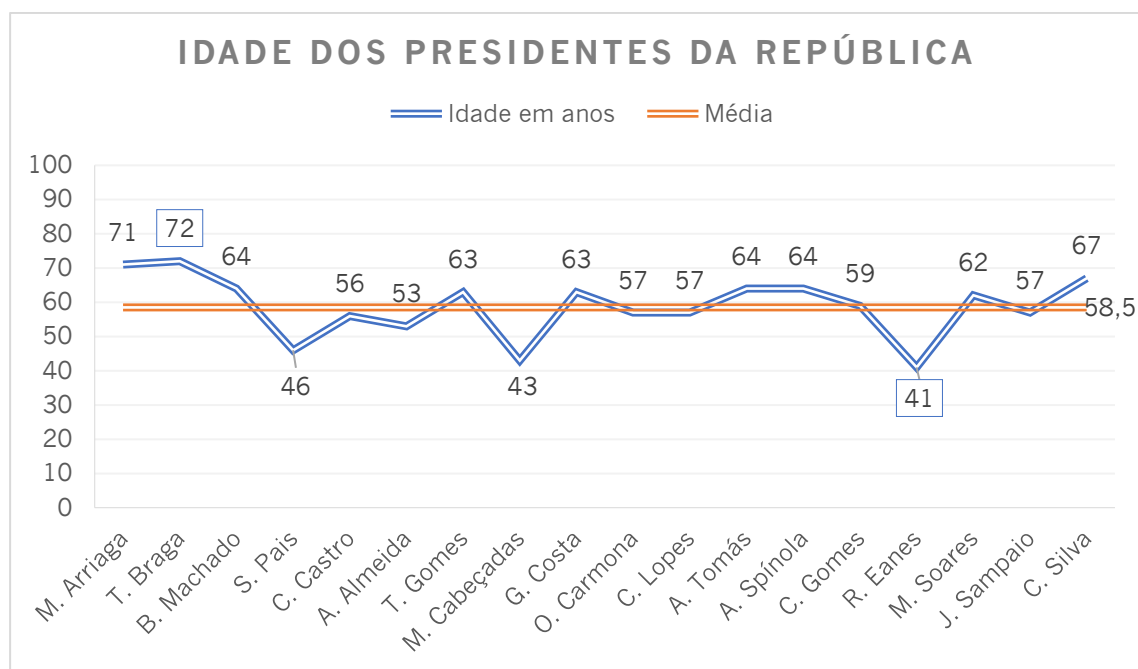
³⁷ Com o conceito de “raça” entendemos não a classificação biológica dos seres humanos em raças, que a Genética rejeita largamente, mas, no âmbito da Sociologia, como representações sociais ligadas a diferenças físicas, culturais e de estatuto social.

³⁸ Na Figura 1, considerámos apenas a idade dos indivíduos no momento em que exerceram pela primeira vez o cargo de Presidente, pelo que não considerámos as idades em casos de reeleição, como os de Óscar Carmona (57 anos, 66 anos, 73 anos e 80 anos, nos respetivos quatro mandatos), Américo Tomás (64 anos, 71 anos, 78 anos, nos respetivos três mandatos), Ramalho Eanes (41 anos e 46 anos), Mário Soares (62 anos e 67 anos), Jorge Sampaio (57 anos e 62 anos) e Cavaco Silva (67 anos e 72 anos).

constitucional de 1982, todos os Presidentes da República foram civis, – sendo o primeiro Presidente civil eleito por sufrágio universal, Mário Soares, – com longas e substanciais carreias políticas.

Figura 1

Idade dos Presidentes da República



3.2.3.1.3. O *Ethos* Institucional de Presidente

Amossy (1999b, p. 147) usa o termo “ethos institucional”, que abandona em trabalhos posteriores, ao abordar a problemática da autoridade/legitimidade do locutor, que desde a Antiguidade se atribui ora à imagem que se constrói no discurso, na perspetiva da tradição aristotélica, ora às imagens prévias do locutor, na linha da oratória romana. Para Amossy (1999b, p.147), o ethos institucional liga-se ao estatuto e à posição social do locutor e aos modelos ou representações coletivas que se lhe associam num determinado imaginário socio-discursivo. Dá-se, pois, nome ao modo como a dimensão institucional e social do estatuto do locutor contribui para a construção de imagens prévias que serão atualizadas em cada discurso.

Consideraremos aqui o conceito de *ethos* institucional como uma das imagens prévias que coabitam e se entrecruzam e que fazem parte da bagagem imagética (ou ética) do locutor; e avançaremos que o *ethos* institucional de Presidente ultrapassa (ainda que não deixe de ser significativa)

a mera descrição das funções presidenciais no texto constitucional e que resulta essencialmente de uma construção (sempre dinâmica) das expectativas sociais que habitam os imaginários socio-discursivos de cada época.

Mesmo no que diz respeito aos poderes constitucionais, a instituição presidencial encontra-se significativamente indefinida; e é precisamente a essa particularidade que Barber (1972, p. 4) se refere, ao afirmar que a Presidência é um cargo peculiar, sendo “an institution made a piece at a time by successive men”. A instituição presidencial vai sendo, em parte, construída pelo conjunto de indivíduos que ocuparam o cargo de Presidente da República; mas é sobretudo construída pelas expectativas e percepções populares, pois, dada a indefinição do cargo, a figura do Presidente pode tornar-se aquilo que as pessoas querem que ele seja (Hinckley, 1990, p. 8).

Para Hinckley (1990, p. 8), as instituições definem-se como padrões de ação e expectativas que prevalecem independentemente de indivíduos ou circunstâncias particulares. É, nesse sentido, que a instituição presidencial se constrói tanto pela conformidade de cada Presidente às expectativas que criam para o modo como o Presidente deve agir e os traços que deve apresentar – isto é, a imagem que deve construir de si enquanto Presidente; como pelas expectativas que os cidadãos constroem em relação ao que significa ser Presidente. Aliás, de acordo com Hinckley (1990, p. 137), os diferentes Presidentes, o público, os jornalistas e os académicos, todos contribuem para moldar as expectativas em relação ao cargo.

Este conjunto particular de expectativas sobre o cargo, mantidas pelo público, descritas pelos jornalistas e pelos professores e encorajadas pelos próprio Presidentes é o que Hinckley (1990, p. 130) defende ser a presidência simbólica; que podemos distinguir daquilo que concerne as funções e os poderes do Presidente previstas no texto constitucional – a dimensão constitucional da presidência. É à luz da articulação destas duas dimensões da presidência – simbólica e constitucional – que se deve entender o conceito de *ethos* institucional de Presidente, uma vez que as expectativas populares “form a portrait of the presidency that can be recognized when appears, traced across time, and distinguished from other portraits” (Hinckley, 1990, p. 130), que só é possível considerando o enquadramento constitucional do Presidente.

As considerações de Goldsmith (2017), antigo procurador-geral da administração Bush, sobre a presidência de Donald Trump, no artigo *Will Donald Trump Destroy the Presidency?*, publicado no jornal The Atlantic, são ilustrativas precisamente do modo como esta dimensão simbólica da presidência, ainda que habite os imaginários socio-discursivos e não os textos constitucionais, é indissociável da dimensão

constitucional da presidência e chega mesmo a ser constitutiva da própria presidência, quando afirma que

Trump has been less constrained by *norms, the nonlegal principles of appropriate behavior that presidents* and other officials tacitly accept and *that typically structure their actions*. Norms, not laws, create the expectation that a president will take regular intelligence briefings, pay public respect to our allies, and not fire the FBI director for declining to pledge his loyalty. *There is no canonical list of presidential norms*. They are rarely noticed until they are violated. (itálico nosso)

Estas normas presidenciais fazem precisamente parte das expectativas que existem, nos imaginários socio-discursivos, em relação ao Presidente e, mais do que regularem os comportamentos apropriados de um Presidente, referem-se a um conjunto de características e de princípios socialmente valorizados que se associam à figura do Presidente e delineiam a imagem que, num determinado momento, se espera que um Presidente construa de si mesmo. Alguns trabalhos, principalmente, no âmbito dos estudos presidenciais norte-americanos, procuram delimitar, pelo menos em parte, as expectativas e as conceções que existem em torno da presidência e as imagens que a partir destas se constroem da figura do Presidente.

Cronin (1974) partiu da análise de manuais universitários enquanto indicador da perspetiva de académicos e cidadãos sobre a presidência para determinar aquilo que denominou “textbook presidency”. Uma das suas principais características é, de acordo com Cronin, a da onipotência, isto é, a tendência para se exagerar os poderes e as capacidades do Presidente e ignorar as constrições presidenciais que restringem à ação do Presidente.

Mesmo no caso de Portugal em que vigora um sistema semipresidencialista, é possível referir, a título ilustrativo das conceções exageradas sobre os poderes presidenciais que prevalecem na cultura popular, a música “Se eu fosse Presidente” do rapper transmontano MK Nocivo, que começa com os versos “Se eu fosse o presidente, haveriam [sic] aqui várias mudanças/ Nada mais seria igual, nem sequer haveria semelhanças/ O meu primeiro passo, seria equilibrar balanças/ Nomeando um novo ministro, de Estado e das Finanças” que atribuem, erroneamente e entre outros, poderes executivos ao Presidente.

À semelhança, numa iniciativa das empresas bracarenses Creative Zone e a Photo Imagem (Público, 2016), no âmbito das celebrações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em 2016, crianças portuguesas responderam à questão “Se eu fosse Presidente”, listando

medidas que caem fora da ação presidencial, como “construir mais piscinas”, “dividir o dinheiro por toda a gente”, “reduzir a luz e a água” ou “retirar os testes do 5.º ano”; as crianças associam também à figura do Presidente uma dimensão de onipotência mágica, referindo uma que “Se fosse presidente fazia chover alimentos”, uma outra sugere “dinossauros para proteger o país” e ainda uma que afirma que se país ficasse como a cidade de Veneza “andávamos de barco e já não poluíamos nada”. E, com efeito, Cronin (1974) conclui que, na percepção que os cidadãos e os académicos têm da presidência, há “uma mistura de valores, lenda e realidade”.

A par da percepção de uma onipotência presidencial, Cronin aponta aquilo que denomina como uma “dimensão da moralidade/benevolência” na forma como se vê o Presidente para se referir à percepção de que o Presidente deve ser o líder moral da Nação e dos indivíduos. É, no mesmo sentido, que Hinckley (1990, p. 12) afirma que

They [Presidents] are assumed to be good – indeed, to be kind of secular high priest and moral leader for the nation. One [academic] writer describes the president as father and head of the political family, assuaging the deep-seated longings of his children. Another attributes to the president the following characteristics: humility, courage, sagacity, imagination and vision, moral convictions, nobility of spirit and an understanding heart.

Mais do que serem boas pessoas, acredita-se que o Presidente deve ter características que se enquadram no arquétipo dos heróis dos contos populares e que simultaneamente colocam o Presidente num papel de liderança e num papel parental em relação à Nação e aos indivíduos que dela fazem parte.

Na verdade e tal como afirma Barber (1972, p. 4), o Presidente é visto pelas crianças como um ‘líder benovelente’ que nutre, sustenta e inspira cidadania. Mas, também os adultos veem o Presidente num papel que é semelhante ao de um pai, como afirma Hinckley (1990, p. 10), ao referir que “As children sleep better when a trusted parent is watching over them, adults in child-like fashion, place the president in a parental role”. Ligada a esta dimensão paternal da figura do Presidente, Greenstein (1974, p. 144), examinando o que o Presidente significa para os americanos, menciona não só que o povo se identifica com o Presidente, mas também que o Presidente é, de certa forma, “an outlet for affect” e Barber (1972, p. 4) explicita que a presidência é muito mais do que uma instituição, é um foco de sentimentos.

Barber (1972, p. 4) afirma, aliás, que, na generalidade, os sentimentos populares em relação à política são discretos, superficiais, causais, exceto no que ao Presidente diz respeito; para Barber, a

Presidência é o foco das mais intensas e persistentes emoções na política americana, e esta ligação emocional é sobretudo visível quando o Presidente morre no cargo. No contexto da República Portuguesa, o assassinato de Sidónio Pais, a 14 de dezembro de 1918, e as cerimónias e o cortejo fúnebres, que Medina descreve como uma “imponente manifestação de pesar” e como um “enterro apoteótico”, ilustram bem o sentimento coletivo dos portugueses. Silva (2006, p. 365) nota ainda que

muitas pagelas e santinhos em *memória da alma do Presidente Sidonio Paes*, vários tipos de postais de *eterna saudade* e um caudal imenso de sonetos, quadras, poesias de variável extensão e de recorte literário muito desigual inundou as páginas dos jornais e nutriu o pranto coletivo, carpido semanas a fio.

Fernando Pessoa, anos depois, dedica-lhe, aliás, uma ode fúnebre, *À memória do presidente-rei Sidónio Pais* (1920), que celebrizou o epítome de Presidente-rei, pelo qual ainda hoje é conhecido.

E se Sidónio Pais era jovem e carismático, à semelhança do presidente norte-americano John Kennedy, Barber (1972, p. 4) aponta que mesmo no caso de presidentes menos populares – e inclusive os que caíram das boas graças da opinião pública – que morreram no cargo originaram a mesma onda de emoção profunda em todo o país. Tal deve-se, como afirma Barber, à perspetivação do Presidente como um “líder simbólico”, capaz de unificar o povo à sua volta, independentemente da popularidade do indivíduo que, em dado momento, ocupa o cargo presidencial.

Mas, mais do que um “líder simbólico” e, sem dúvida, contribuindo para as suas capacidades de unificação do povo, o Presidente é um símbolo da nação (Greenstein, 1974, p. 144), pois é, no caso português, o representante da República Portuguesa (de acordo com a definição do texto constitucional mais recente) e, através da “legitimidade representativa” (Charaudeau, 2005, p. 57) conferida pelo sufrágio universal e direto, é também um porta-voz dos portugueses.

Para Charaudeau (2009, p. 6), a legitimidade decorre da identidade social do indivíduo, pois liga-se a um estatuto (atribuído e reconhecido em sociedade) que confere uma autoridade institucional de – quando falamos de representatividade – falar ou agir em nome de uma entidade que vai além de nós e que nos delegou provisoriamente o poder de falar em seu nome (Charaudeau, 2005, p. 53). O estatuto de porta-voz – sobretudo quando dotado da legitimidade de uma eleição – é parte integrante do *ethos* institucional de Presidente, porque, entre outros aspetos, é também regulado por um conjunto de expectativas sociais.

Bourdieu (1982, p. 126) observa, aliás, como o ato da investidura (ou de tomar posse) “signifie à quelqu'un son identité”, estabelecendo – ou, nas palavras de Bourdieu, notificando com autoridade – o que o indivíduo é e aquilo que deve ser. O sociólogo nota ainda como a instituição de um estatuto transforma não só o modo como o indivíduo passa a ser percebido socialmente, mas condiciona o sujeito a conformar-se às expectativas ligadas a esse estatuto (e à imagem que daí se constrói nos imaginários socio-discursivos), ao afirmar que (1982, p. 124)

Par exemple, l'investiture exerce une efficacité symbolique tout à fait réelle en ce qu'elle transforme la représentation que s'en font les autres agents et surtout peut-être les comportements qu'ils adoptent à son égard (les plus visible de ces changements étant le fait qu'on lui donne des titres de respect et le respect réellement associé à cette énonciation); et ensuite parce qu'elle transforme du même coup la représentation que la personne investie se fait d'elle-même et les comportements qu'elle se croit tenue d'adopter pour se conformer à cette représentation.

O tratamento mediático da nomeação de Donald Trump enquanto candidato republicano às eleições presidenciais norte-americanas, de 2016, e da sua posterior eleição é ilustrativo da percepção pública desta necessidade de conformação. Leibovich (2016), especialista em política norte-americana do *The New York Times*, define o conceito de “pivot”, frequentemente usado na conversa mediática sobre esta questão e que significa literalmente “dar a volta”, afirmando que

Our political culture is governed by a set of tropes and traditions. Even if these tropes and traditions are often violated — and Trump has done so again and again — everybody clings to them. The “pivot” is a timely example. It refers to the expectation that at some point a leading presidential candidate will transform himself into a more suitable version of a likely nominee.

Já, no mandato presidencial de Donald Trump, Ezra Klein (2017), fundador do Vox, comenta que “It’s become a joke on politics Twitter that Trump’s pivot is always around the corner, that the media can’t stop announcing that *this* is the moment Trump finally became president”, equacionando, assim, a conformação às expectativas sociais do estatuto presidencial ao próprio ato de se tornar presidente.

Esta conceção de ser investido de uma identidade social, através da tomada de posse, à qual o indivíduo se deve conformar, leva-nos a uma questão central no que diz respeito à construção das

imagens presidenciais, a de que, ainda que molecularmente interligadas, as imagens presidenciais decorrem do modo como cada Presidente atualiza o que significa ser Presidente – distinção que Marques (2014, p. 298) denomina, respetivamente, de imagem *do* Presidente e imagem *de* Presidente.

Kantorowick (1984), no âmbito dos estudos de teologia política medieval, alude às questões daquilo que constitui a dimensão individual e a dimensão institucional de um estatuto, através da metáfora dos dois corpos do Rei: um deles é o “corpo natural”, sujeito, à semelhança dos outros homens, à morte e o outro é o “corpo político”, que não é perecível, pois neste corpo o rei nunca morre. Descontextualizando esta metáfora das suas especificidades em relação ao sistema político medieval, é possível estabelecer paralelismos entre a distinção dos seres empíricos que ocupam o cargo (da realeza ou da presidência) e a instituição real ou presidencial.

A própria imagem do corpo (não no sentido que Kantorowicz lhe atribui como corporação, em que os súbditos constituem os membros) do indivíduo e da presidência faz também ela parte do *ethos* institucional de Presidente. Há um certo *gravitas* que se espera do modo como o Presidente se apresenta ao mundo. Veja-se, por exemplo, como a postura com que o Presidente se senta, anda ou posa ao lado de líder políticos internacionais tem sido alvo de escrutínio mediático, desde a forma como a Chanceler alemã Angela Merkel coloca as mãos aos apertos de mão do presidente norte-americano Donald Trump, que acabam normalmente em extrapolações relativas às lutas de poder no panorama político internacional – o que exemplifica, aliás, a perceção do Presidente enquanto símbolo da nação.

É também expetável uma certa formalidade em aspetos que vão desde a roupa, à prosódia, aos gestos e até às atividades que o corpo presidencial é visto a praticar. A título ilustrativo, as fotos do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa em banhos marítimos (Domingues, 2020) contrastam com a formalidade que se associa à figura do Presidente – contribuindo para a imagem mais próxima e afetuosa que o atual Presidente procura construir e possivelmente atualizando as expetativas sociais em relação à figura presidencial. O próprio perfil dos indivíduos que historicamente desempenharam o cargo da Presidência – no caso da República Portuguesa, homens, brancos, geralmente acima dos 60 anos – faz parte das expetativas sociais em relação à imagem dos Presidentes.

É de notar que as expetativas sociais implementadas pela tomada de posse não terminam completamente quando o mandato presidencial chega ao fim. O Presidente que acaba as suas funções tem permanentemente associado à sua figura o estatuto (e a legitimidade) de ex-presidente, o que não acontece de forma tão marcada com a figura do ex-primeiro-ministro.

O estatuto de porta-voz e representante dos Portugueses e de Portugal constitui, por último, dimensão integrante daquilo que significa ser-se Presidente ou do *ethos* institucional de Presidente.

Guillaume (2001, p. 129) afirma até que “Le porte-parole donne un surcroît de vie à la présidence en l'incarnant”. Já Bourdieu (1982, p. 101) comenta a natureza duplamente transformadora do estatuto de porta-voz – da coletividade personificada num único indivíduo e do indivíduo que dá um corpo biológico à coletividade – ao afirmar que

Groupe fait homme, il personnifie une personne fictive, qu'il arrache à l'état de simple agrégat d'individus séparés, lui permettant d'agir et de parler, à travers lui “comme un seul homme”. En contrepartie, il reçoit le droit de parler et d'agir au nom du groupe, de “se prendre pour” le groupe qu'il incarne, de s'identifier à la fonction à laquelle il “se donne corps et âme”, donnant ainsi un corps biologique à un corps constitué.

A personificação dos portugueses enquanto nação no corpo do Presidente contribuirá, provavelmente, para a ligação emocional que o povo partilha com o Presidente, e não com outras figuras políticas. Esta representatividade, contudo, implicará, sem dúvida, o surgimento de imagens coletivas (*ethos* coletivo) na construção da imagem presidencial que contribuirá, decerto, para as expectativas sociais em relação às representações coletivas que o Presidente deve ou não alimentar, atualizando, de forma dinâmica, o *ethos* institucional de Presidente.

As expectativas sociais nas quais assenta o *ethos* institucional de Presidente podem, assim, ser categorizadas em seis dimensões interligadas:

- onipotência (tendência para se exagerar os poderes presidenciais);
- moralidade e benevolência (crença de que o Presidente é bom e puro de coração, pois é o líder moral da nação);
- parentalidade (perspetivação do Presidente enquanto figura parental);
- afetividade (ligação emocional à figura do Presidente);
- unificação (expectativa de que o Presidente deve ser capaz de unificar o povo);
- simbolismo e representatividade (perspetivação do Presidente como símbolo e representante da nação e do povo).

Estas expectativas sociais em relação à figura do Presidente têm de ser enquadradas à luz do conceito de liderança. Liderança é um conceito elusivo; apesar de mais de meio século de investigação, não há consenso em relação ao que significa, talvez, precisamente por ser um domínio interdisciplinar por excelência, despertando interesse das Ciências Sociais às Ciências Políticas, até à Psicologia e ao mundo empresarial.

Grint (2005) propõe uma taxionomia das diferentes perspetivas de liderança: (1) liderança enquanto pessoa, ligada às abordagens tradicionais dos traços de carácter ou da personalidade dos líderes (melhor exemplo disso é a área da liderança carismática e mais recentemente a da liderança autêntica); (2) liderança enquanto resultado, ligada ao que os líderes conseguem alcançar, (3) liderança enquanto posição, ligada ao estatuto institucional e (4) liderança enquanto processo, ligada aos processos de influência dos seguidores (como defende, por exemplo, a liderança transformacional).

As expectativas sociais em relação à figura do Presidente implicam, pois, a perspetivação do Presidente enquanto líder e nas diferentes capacidades ligadas à liderança: desde as que estão ligadas à pessoa (como a expectativa de que o Presidente é alguém com princípios morais), ao processo de influência (como a expectativa do Presidente enquanto figura parental) e aos resultados (como a expectativa do Presidente conseguir unir o povo). Estas expectativas ligam-se precisamente à posição de Presidente e resultam no *ethos* institucional de Presidente. E o próprio *ethos* institucional simultaneamente faz parte da liderança presidencial.

Espera-se, então, que o Presidente seja um líder. A complexidade do conceito de liderança resulta da sua multidimensionalidade e faz par, como veremos, à complexidade da construção da imagem presidencial.

3.2.3.2. O Auditório

O termo auditório vai ser usado aqui para descrever o formato de receção dos discursos presidenciais de tomada de posse, porque dá conta do carácter coletivo dos recetores dos discursos e porque, em termos da argumentação, designa o conjunto – muitas vezes heterógeno, daí Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) falarem em auditórios compostos – de quem se pretende influenciar, o que, como comenta Amossy (2010), faz da construção de imagens uma “*opération délicate et périlleuse*”, quando o locutor se esforça por conciliar imagens de si, por vezes, heterogêneas. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o auditório é sempre uma construção do orador, mesmo quando aqueles a quem o locutor se dirige estão presentes, porque, como observa Amossy (2000, p. 36), “*le locuteur doit se faire une image de son public s’il veut se figurer les ‘opinions dominantes’, les ‘convictions indiscutées’, les prémisses admises qui font partie de son bagage culturel*”. O auditório é, assim, nas palavras de Amossy (2000, p. 37) uma “*ficção verbal*” – construção do locutor e inconfundível com a realidade empírica do público.

A constituição do auditório liga-se ao espaço físico, nos termos de Burger (1997) de presença ou não presença – neste caso, o da Assembleia e daqueles presentes na cerimónia da investidura – e ao tipo de ratificação dos participantes, na terminologia de Goffman de destinatários diretos (que se explicitam no discurso através de formas de tratamento e outras designações) e indiretos (que se inferem a partir das características do género discursivo, de índices contextuais e de conhecimento enciclopédico).

Os destinatários diretos, presentes no espaço da cerimónia da investidura, encontram-se geralmente explícitos nas saudações iniciais³⁹ que abrem os discursos presidenciais de tomada de posse e são constituídos essencialmente por membros da classe política de diferentes estatutos e cargos (“*Srs. Senadores e Deputados da Nação*”) que acompanham a evolução dos regimes e dos sistemas políticos em vigor (“*Sr. Presidente da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*”), ao longo dos tempos.

1. Srs. Senadores e Deputados da Nação – **TG1923, BM1925**
2. Sr. Presidente da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa,
Sr. Deputados e dignos Procuradores – **CL1951, AT1958, AT1965, AT1972**

Na Democracia, com a repartição do poder político pelos órgãos de soberania, a Assembleia da República (“*Sr. Presidente da Assembleia da República*”) e o Governo (“*Sr. Primeiro-Ministro*”, “*Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados*”), e Tribunais (“*Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional*”) passam a ser destinatários diretos, bem como os representantes diplomáticos de outras nações que são convidados para a cerimónia (“*Srs. Chefes de Estado e mais Representantes de Estados Amigos de Portugal, Excelências*” e “*Ex. mos. Chefes de Estado, Primeiros-Ministros e Altos Representantes de Estados e Povos Amigos*”). De forma mais genérica, incluem-se também nos destinatários diretos presentes os convidados que participam na cerimónia de investidura (“*Srs. Convidados*” e “*Minhas senhoras e meus senhores*”).

3. Sr. Presidente da Assembleia da República,
Sr. Presidente da República cessante,
Sr. Primeiro-Ministro,

³⁹ É de considerar claro, que, por vezes, as saudações iniciais são omitidas durante o processo de transcrição, sem possibilidade de recuperação em discursos sem registo áudio ou audiovisual.

Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional,
Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados,
Srs. Chefes de Estado e mais Representantes de Estados Amigos de Portugal, Excelências,
Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, Eminência,
Srs. Convidados – **JS91996**

4. Sr. Presidente da Assembleia da República,
Ex. mos. Chefes de Estado, Primeiros-Ministros e Altos Representantes de Estados e Povos Amigos,
Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo e Altas Autoridades Portuguesas,
Srs. Deputados,
Minhas senhoras e meus senhores – **MS1986**

O Presidente da República cessante constitui, em contextos de não-reeleição e de continuidade do regime, um destinatário direto (“*ao meu ilustre antecessor, o Presidente da República cessante, general Ramalho Eanes*” e “*ao Presidente da República cessante, Dr. Jorge Sampaio*”), geralmente presente, na cerimónia de investidura; este reconhecimento do predecessor serve aquilo a que Campbell & Jamieson (1985, p. 399) se referem como a afirmação da passagem intacta da presidência aos seus sucessores.

5. É nessa qualidade que desejo prestar uma homenagem sincera, neste momento e neste lugar, ao meu ilustre antecessor, o Presidente da República cessante, general Ramalho Eanes. – **MS1986**
6. Quero nesta ocasião prestar a minha sincera homenagem ao Presidente da República cessante, Dr. Jorge Sampaio, pela dignidade, patriotismo e profundo sentido de Estado com que exerceu a sua magistratura. – **CS2006**

Os destinatários diretos não presentes dos discursos presidenciais de tomada de posse são entidades coletivas. Enquanto Comandante Supremo por inerência, o Presidente da República dirige-se diretamente às Forças Armadas, necessariamente não presentes (ainda que sem dúvida representadas) dada a sua natureza coletiva.

7. Em nome da Pátria, que represento e consubstancio, é meu dever saudar desta tribuna, com toda a gratidão, os militares de terra, mar e ar que, ao longo de mais de uma, década, têm sido exemplos sublimes e constantes de coragem, de abnegação e de amor ao seu País, saudação que envolve todos os restantes portugueses, pretos ou brancos, que em Angola, em Moçambique e na Guiné têm auxiliado devotadamente a ação dos militares. – **AT1972**

8. Quero aqui saudar as Forças Armadas portuguesas, garantia da defesa e da segurança nacional e cuja lealdade institucional foi decisiva para consolidar o regime democrático saído do 25 de Abril. – **JS1996**

Outras nações (assim como a comunidade internacional) também podem constituir um destinatário direto não presente, especialmente quando as relações entre os países não são necessariamente amistosas (“*a crescente expansão dos comunismos russo e chinês em África*”).

9. Mas a sucessão de acontecimentos internacionais, os constantes insucessos da política ocidental e a crescente expansão dos comunismos russo e chinês em África têm ajudado a esclarecer na opinião pública internacional, ainda que com lentidão, as posições tomadas pelos Portugueses. – **AT1965**

Os Portugueses fazem também parte dos destinatários diretos não presentes dos discursos presidenciais de tomada de posse, referidos explicitamente nas saudações iniciais (“*Portugueses*”), em apelativos no interior do discurso (“*Portugueses!*”) e em certos usos de nós (“*a nossa história, a nossa cultura, o nosso património natural e construído, a nossa geografia, as nossas raízes e os fundamentos da nossa identidade*”).

10. Portugueses – **AS1974, CG1974**

11. Portugueses! Conservai-vos unidos. Aqui vos afirmo solenemente pela minha honra que defenderei até à última gota de sangue a sagrada causa da Pátria e da República que é também a causa do Povo Português. – **SP1918**

12. Neste dia, quero incitar os portugueses – sobretudo os mais jovens – a estudarem e a conhecerem melhor a nossa história, a nossa cultura, o nosso património natural e construído, a nossa geografia, as nossas raízes e os fundamentos da nossa identidade. – **JS1996**

Da coletividade dos Portugueses, o Presidente da República pode ainda dirigir-se a pequenas fações que individualiza (*“aos idosos, aos cidadãos portadores de deficiência, aos desempregados e às vítimas de violência, destacando, de entre todas elas, as mais desprotegidas: as crianças”* e *“empresários ou trabalhadores, técnicos ou investidores, de todos os grupos sociais”*).

13. Refiro-me, especificamente, aos idosos, aos cidadãos portadores de deficiência, aos desempregados e às vítimas de violência, destacando, de entre todas elas, as mais desprotegidas: as crianças. – **CS2006**

14. Neste sentido, a participação de todos os agentes económicos sejam empresários ou trabalhadores, técnicos ou investidores, de todos os grupos sociais, no debate e na formulação da política económica geral não pode ser uma promessa vazia de conteúdo. – **RE1981**

E, se os Portugueses constituem um dos destinatários diretos dos discursos presidenciais de tomada de posse, não deixam de ser, contudo, o seu principal destinatário indireto, pois todas as vertentes da construção das imagens presidenciais (mesmo aquelas que têm a comunidade internacional em mente) tem os Portugueses na receção.

3.2.4. O Objetivo Comunicativo

O objetivo dos discursos presidenciais de tomada de posse liga-se ao próprio processo de que faz parte: o de investir (ou dar posse a) um indivíduo no cargo de Presidente da República, o que significa mostrar ao público que este consegue “falar e agir no papel presidencial e não pessoal” (Campbell & Jamieson, 1985, p. 404).

É, pois, fazer a apresentação ao País e ao mundo – do que era antes candidato e individual – no papel de Presidente da República que constitui o objetivo global deste género discursivo; e tal passa por agir como Presidente. É nesse sentido que Campbell & Jamieson (1985, p. 401) consideram os discursos de tomada de posse performativos, na aceção mais lata de quem desempenha um papel, e

apontam o seu principal propósito como o de realizarem “a apresentação formal do Presidente enquanto Presidente”.

Desempenhar o papel de Presidente da República é construir, no discurso de tomada de posse, uma imagem que se conforme e/ou atualize as expectativas sobre o que significa ser Presidente (o *ethos* institucional): tal implica mostrar as suas capacidades e atributos pessoais para liderar moral e efetivamente o País e mostrar-se enquanto símbolo e representante da nação em relação ao mundo e enquanto líder (simbólico e afetivo) em relação ao povo. Com efeito, Álvarez & Chumaceiro (2009, p. 4) sublinham o papel fundamental da construção de imagens no discurso de tomada de posse, ao afirmarem que

Este discurso también cumple un papel modelador, ya que por intermedio de él se construyen identidades y representaciones sociales como la del mandatario que lo pronuncia, la del auditorio que lo recibe con grandes expectativas, la de la nación que aspira a gobernar y la de sus aliados y adversarios internacionales.

Mostrar as capacidades de liderança moral e efetiva do País liga-se à apresentação/imposição de uma determinada visão do mundo. Bourdieu (1982, p. 100) comenta, aliás, que rituais como o da tomada de posse implicam ao menos a pretensão de uma autoridade que confere o poder socialmente reconhecido de impor uma determinada visão do mundo social.

Quando Álvarez & Chumaceiro (2009, p. 4) falam da natureza informativa do discurso de tomada de posse esta não deixa de abranger a visão do mundo que o Presidente apresenta no discurso, pois informam o público, por exemplo, sobre tipo de questões e problemáticas que o Presidente escolhe mencionar ou omitir e, mencionando, a quais escolhe dar enfoque; sobre a conceção que faz do cargo que vai exercer e dos poderes e responsabilidades que este acarreta ou sobre os valores e princípios a que concede maior importância.

Mostrar-se enquanto símbolo da nação e líder (simbólico e afetivo) do povo implica exibir as capacidades de unificar o povo; para Álvarez & Chumaceiro (2009, p. 4) o discurso de tomada de posse constitui, aliás, a ocasião ideal para procurar a harmonia e a unidade – especialmente depois da campanha eleitoral.

Mas, espera-se sobretudo que no discurso de tomada de posse o Presidente inspire (ou melhor, construa) um quadro de emoções em volta de si, do povo e do País, o que torna os discursos de tomada de posse inerentemente “emocionados” (Plantin, 1999). A título de exemplo, Lopes (2016) afirma, num

artigo do *Diário de Notícias*, por ocasião do discurso de tomada de posse de Marcelo Rebelo de Sousa, em 2016, que este “tentou devolver-nos a esperança lembrando-nos aquilo que somos”. O objetivo comunicativo dos discursos de tomada de posse é, então, o de fazer a apresentação do Presidente e apresentar o Presidente implica construir uma imagem presidencial cuja complexidade e especificidades passaremos a analisar nos capítulos seguintes.

3.3. A Estrutura dos Discursos de Tomada de Posse

A estrutura dos discursos presidenciais de tomada de posse apresenta particularidades em relação a outros discursos presidenciais, ligadas ao quadro interativo, ao estatuto e às expectativas em torno do Presidente da República e ao próprio objetivo destes discursos; e a sua descrição permite observar os processos de estabilização ao longo da República deste parâmetro de género, mas também balizar os espaços distintos de construção de imagem que os Presidentes gerem no mesmo discurso e que explicam, em parte, o carácter plural da imagem presidencial.

Dado a sua natureza oral e interacional (ainda que monologal ou monodirecional, nos termos de Burger), descreveremos a estrutura dos discursos presidenciais de tomada de posse com base na proposta de Kerbrat-Orecchioni (1990, p. 220) dos componentes básicos da interação: (1) sequência de abertura, (2) corpo da interação, que engloba um número indeterminado de sequências, e (3) sequência de encerramento.

3.3.1. Sequência de Abertura

É nas sequências de abertura (e de encerramento) que se concentram “elementos de cariz relacional/ritual” (Fonseca, 1996, p. 94) – como formas de tratamento ou saudações –, que, apesar do carácter fortemente ritualizado, nem sempre (especialmente no processo de estabilização do próprio género discursivo da interação) apresentam uma “frontière bien dessinée” (Kerbrat-Orecchioni, 1990, p. 220).

Os discursos presidenciais de tomada de posse são abertos por formas de tratamento, geralmente apelativos funcionais (Kerbrat-Orecchioni, 1992) do tipo “Senhores”, que, não só constituem marcas da “cortesia institucional” (Marques, 2000, p. 285) exigida pelo carácter cerimonial da investidura, mas também, como já vimos, ajudam a delimitar os destinatários diretos destes discursos.

Às formas de tratamento, seguem-se atos expressivos, mais ou menos ritualizados, como saudações, agradecimentos ou homenagens, e estes atos selecionam também destinatários que variam consoante as condições sociopolíticas de cada discurso. A título de exemplo, o agradecimento do Presidente ao eleitorado dá conta do próprio sistema de eleição presidencial de cada época, desde a eleição indireta pelo Congresso na Primeira República (*“Ao Congresso da República eu apresento os meus reconhecidos agradecimentos”*), à eleição por colégio eleitoral, após a revisão constitucional de 1959, no Estado Novo (*“Desvanecidamente agradeço essa confiança”*) à atual eleição universal e direta do Presidente da República (*“as minhas primeiras palavras serão para agradecer, com humildade sincera e pleno sentido das minhas responsabilidades, ao povo português”*).

15. Ao Congresso da República eu apresento os meus reconhecidos agradecimentos pela alta honra que se dignou confiar a quem, como eu, se acha desprovido dos precisos dotes para o cabal desempenho de tão elevada quanto espinhosa função. – **CC1918**

16. E confirmando esse parecer, o Colégio Eleitoral elegeu-me, por expressivo e consolador número de votos, para mais um septénio na chefia do Estado, o que exprime, sem dúvida, a continuação da confiança que a Nação em mim tem depositado. Desvanecidamente agradeço essa confiança, tão largamente manifestada, e procurarei continuar a merecê-la, servindo o País, como o tenho procurado fazer sempre, com toda a dedicação e entusiasmo que lhe são devidos. – **AT1972**

17. as minhas primeiras palavras serão para agradecer, com humildade sincera e pleno sentido das minhas responsabilidades, ao povo português, fundamento primeiro e último da soberania nacional, ter-me honrado de novo com a sua confiança – pela forma expressiva como o fez – para continuar a presidir aos destinos da República, nos próximos cinco anos. – **MS1991**

Outros atos de agradecimento e de saudação são também dirigidos às nações estrangeiras e os seus representantes (*“Muito me honra, também, a presença, neste ato solene, de Chefes de Estado, de Primeiros-Ministros e de Altos Representantes de nações amigas”*), à instituição militar (*“Quero aqui saudar as Forças Armadas portuguesas”*) e, no Estado Democrático, ao Presidente da Assembleia (*“agradeço as palavras que me dirigiu”*), que discursa antes do Presidente da República.

18. Muito me honra, também, a presença, neste ato solene, de Chefes de Estado, de Primeiros-Ministros e de Altos Representantes de nações amigas com que Portugal mantém relações especiais. Desejo agradecer-lhes e saudá-los calorosamente. – **MS1986**
19. Quero aqui saudar as Forças Armadas portuguesas, garantia da defesa e da segurança nacional e cuja lealdade institucional foi decisiva para consolidar o regime democrático saído do 25 de Abril. – **JS1996**
20. Ao Sr. Presidente da Assembleia da República, que desempenha com grande sentido de Estado a exigente missão de presidir à instituição onde a democracia e o pluralismo se realizam todos os dias, agradeço as palavras que me dirigiu. – **CS2011**

Um ato expressivo de particular importância nos discursos de tomada de posse é o da homenagem ou reconhecimento do predecessor (“*honrar a memória do nosso malogrado e saudoso Presidente, Dr. Sidónio Pais*” e “*uma homenagem sincera, neste momento e neste lugar, ao meu ilustre antecessor, o Presidente da República cessante, general Ramalho Eanes*”).

21. Diligenciarei, ao exercer o meu alto cargo, honrar a memória do nosso malogrado e saudoso Presidente, Dr. Sidónio Pais, procurando sempre seguir a sua grandiosa obra e inspirar-me, para o bem da República Portuguesa, nos ditames de honra, de justiça e de dignidade. – **CC1918**
22. É nessa qualidade que desejo prestar uma homenagem sincera, neste momento e neste lugar, ao meu ilustre antecessor, o Presidente da República cessante, general Ramalho Eanes. – **MS1986**

Para Campbell & Jamieson (1985, p. 399), o reconhecimento do predecessor tem menos a ver com o elogio das obras dos Presidentes passados e mais com a necessidade de o Presidente eleito afirmar que vai transmitir a instituição da Presidência intacta ao seu sucessor – aliás, a ausência do reconhecimento do predecessor em momentos de transformação política (como o 5 de Outubro de 1910, o 28 de Maio de 1926 ou o 25 de Abril de 1974) mostra precisamente a interrupção de uma continuidade que estes atos procuram conservar.

Nas sequências de abertura, o Presidente faz ainda o anúncio da entrada no cargo da presidência (“*recebo de novo o grave mandato da magistratura suprema da República*”, “*Ao assumir pela quarta vez o mandato em que a Nação me investiu*” e “*Ao iniciar funções como Presidente da República*”) – à semelhança do que Liu (2012, p. 2410) observa nos discursos de tomada de posse americanos –, o que se liga diretamente ao próprio objetivo dos discursos de tomada de posse – o de apresentar o indivíduo como Presidente da República.

23. É com profunda comoção de reconhecimento que recebo de novo o grave mandato da magistratura suprema da República. – **BM1925**

24. Ao assumir pela quarta vez o mandato em que a Nação me investiu, são para ela, nas pessoas dos seus diretos representantes, as minhas primeiras saudações. – **OC1949**

25. Ao iniciar funções como Presidente da República, quero começar o meu mandato saudando o povo português de uma forma muito calorosa. – **CS2011**

3.3.2. Corpo do Discurso

O corpo do discurso constitui-se por sequências, que, na proposta de Kerbrat-Orecchioni (1990, pp. 218-219), se definem por uma forte coerência semântica (ligada por uma temática) e/ou pragmática (ligada por um objetivo) e que se organizam de forma mais aleatória e polimorfa (1990, p. 220) em relação às sequências de abertura e de encerramento que são largamente ritualizadas.

Vion (1992, p. 151) distingue aliás as sequências de abertura e de encerramento que denomina “constituintes formais ou unidades funcionais” de “constituintes semânticos ou unidades temáticas” e, se Vion (1992, p. 153) reconhece as dificuldades levantadas pela delimitação de sequências centradas em torno de um tema, não deixa de referir que tal não deve impedir a formulação de hipóteses de sequências temáticas, “pourvu que celles-ci s’appuient sur l’existence d’un certain nombre de marques de continuité ou discontinuité”. Delimitámos, então, com base em critérios semânticos e pragmáticos, as seguintes sequências temáticas cuja recorrência as torna centrais nos discursos presidenciais de tomada de posse:

- (1) a instituição da presidência – a forma como os Presidentes perspetivam os deveres e as funções presidenciais;

- (2) os compromissos presidenciais – promessas (diretas ou indiretas) dos Presidentes;
- (3) a política nacional – diagnóstico das problemáticas do País e proposta de caminhos para o futuro e memória do passado recente;
- (4) a política internacional – relações, amigáveis ou hostis, de Portugal com outras nações;
- (5) o endereçamento do Povo Português – a forma como o Presidente se dirige (ou não) ao Povo Português;
- (6) a identidade nacional – reforço de imagens de Portugal e dos Portugueses que fazem parte da identidade nacional.

3.3.3. Sequência de Encerramento

As sequências de encerramento dos discursos presidenciais de tomada são menos ritualizadas que as sequências de abertura: os discursos encerram com uma multiplicidade de atos distintos, desde aclamações (“*Viva a República Portuguesa!*”) – especialmente na Primeira República, a votos (“*Muitas felicidades, para bem deste povo*”), a apelos (“*faço um vibrante apelo aos jovens de Portugal*”) e promessas (“*prometo solenemente, com a maior firmeza e até ao limite das possibilidades humanas, que tudo empenharei na alta missão de continuar Portugal.*”), entre outros.

26. Viva a República Portuguesa! – **BM1915**

27. Muitas felicidades, para bem deste povo que tanto precisa do nosso acordo e da nossa convergência de esforços. – CG1974

28. Agora, no momento em que tomo posse como Presidente da República, faço um vibrante apelo aos jovens de Portugal: ajudem o vosso País! Façam ouvir a vossa voz, este é o vosso tempo! Mostrem a todos que é possível viver num País mais justo e mais desenvolvido, com uma cultura cívica e política mais sadia, mais limpa, mais digna! Mostrem às outras gerações que não se acomodam nem se resignam! Sonhem mais alto, acreditem na esperança de um tempo melhor! Acreditem em Portugal, porque esta é a vossa terra. É aqui que temos de construir um País à altura das nossas ambições! Estou certo de que, todos juntos, iremos vencer! Obrigado. – **CS2011**

29. Pois bem, com a ajuda de Deus e dos Portugueses, prometo solenemente, com a maior firmeza e até ao limite das possibilidades humanas, que tudo empenharei na alta missão de continuar Portugal. – AT1965

O que une estas formas de encerramento é um timbre euforizante, que procura dar um tom otimista para o futuro e que não deixa de recordar a componente epidíctica que a Retórica atribui aos discursos presidenciais de tomada de posse.

Capítulo IV – Imagens Presidenciais nos Discursos de Tomada de Posse

Este capítulo dedicado à análise da construção das imagens presidenciais nos discursos de tomada de posse divide-se em três partes. Na primeira, daremos conta das modalidades enunciativas (Charaudeau, 2005, p.134) nas quais se vai ancorar a construção das imagens nos discursos. Na segunda parte, passaremos à análise efetiva das imagens presidenciais – dos tipos de imagens que se constroem, da materialidade discursiva da sua construção e das suas diferentes configurações nos três períodos distintos da República Portuguesa. Na terceira parte, lançamos um novo olhar sobre a análise das imagens presidenciais, desta vez, para dar conta da construção das imagens presidenciais numa perspetiva sincrónica, ligada a cada período da República, numa perspetiva diacrónica, ligada ao próprio género dos discursos presidenciais de tomada de posse e ainda na perspetiva das modalidades de construção das imagens presidenciais nos discursos de tomada de posse.

4.1. As Modalidades Enunciativas da Construção da Imagem Presidencial

A construção de imagens faz parte da enunciação (Maingueneau, 2002, p. 1). Como observa Amossy (2010, p. 103), não se pode pensar a construção da imagem fora da sua ancoragem num EU que toma a palavra com um TU em mente; é, pois, no dispositivo de enunciação de Benveniste que as análises da construção da imagem, no discurso, assentam, ao tomarem como ponto de partida o subsistema dos pronomes pessoais. Aqui, deve-se incluir, como refere Marques (2000, pp. 175-176), todas as formas de pronomes pessoais (e não só as de nominativo), possessivos, demonstrativos, mecanismos morfológicos de flexão verbal bem como outras construções léxico-gramaticais e ainda o conteúdo temático, uma vez que pode conter marcas da construção do locutor. Também no contexto se pode encontrar indícios que orientam o discurso para um indivíduo passível de assumir o papel de locutor. E, se, como comenta Amossy (2010, p. 108), é na materialidade da língua que articula a inscrição da subjetividade e a construção do *ethos*, importa igualmente considerar as marcas discursivas da subjetividade (os “subjectivèmes” de Kerbrat-Orecchioni, 1980, p. 32), ou seja os modalizadores, termos avaliativos, entre outros, através dos quais o locutor deixa a sua marca no enunciado. Tomamos como ponto de partida as modalidades enunciativas de Charaudeau (2005, p. 134), para dar conta de como o locutor se coloca em cena, implica os seus interlocutores e, através daquilo que diz, apresenta

uma forma de ver o mundo, uma vez que é nestas modalidades que assenta a construção das imagens presidenciais nos discursos de tomada de posse.

4.1.1. Enunciação Locutiva – A Construção Discursiva do EU

Já aludimos ao estatuto particular do Presidente-locutor quando referimos a metáfora de Kantorowick (1984) sobre os dois corpos do Rei. A Presidência da República é um cargo, por definição, unipessoal, ou seja, só pode ser exercido por uma pessoa num determinado período a que se chama de mandato; a investidura transmuta o indivíduo (nomeado ou eleito), num ato de verdadeira “magia social” (Bourdieu, 1982, p. 126), em Presidente da República, e o discurso de tomada de posse e a imagens que nele se constroem resultam naquilo que Guillaume (2001, p. 11) denomina de a ficção social da Presidência. O indivíduo – a sua reputação, a sua imagem pública, o seu carácter, o seu corpo, o seu carisma – continua a existir quando este se torna Presidente; passa, sim, agora a coabitar um espaço no qual, ainda que não seja privilegiado, não deixa de ter lugar: a construção do Presidente-locutor assenta precisamente nesta convivência entre um EU⁴⁰ presidencial e um EU pessoal.

4.1.1.1. O EU Pessoal

O EU pessoal refere-se ao indivíduo, à sua imagem pública, à sua reputação e aos estatutos que antes se agregavam à sua pessoa – ou seja, refere-se ao *ethos* prévio (ou pré-discursivo). Amossy (2010, p. 77) observa, aliás, que o *ethos* prévio é a imagem contextual do ser real, que não se confunde, contudo, com a realidade da pessoa, pois trata-se de uma esquematização de uma realidade preexistente. Para identificar este tipo de imagem, Amossy (2010, p. 79) propõe fazer uso de dois tipos de elementos socio-discursivos: (1) os que estão inscritos na materialidade do discurso, ou seja, aquilo que o locutor diz ou recorda explicitamente do seu passado e (2) aqueles que decorrem da memória coletiva e do conhecimento enciclopédico.

Nos discursos de tomada de posse, o EU pessoal no qual se ancoram as imagens prévias dos Presidentes liga-se a tempos verbais do passado (e outras expressões temporais que remetem para um passado pré-presidencial, como “*Até à última hora*” e “*há tantos anos*”), manifestando-se muitas vezes na morfologia da flexão verbal (“*estive à frente dum bravo e generoso partido*” e “*um percurso político*”).

⁴⁰ Como é conceito teórico e não a forma pronominal, escolhemos marcar essa distinção através do uso da maiúscula.

que inicie!") e aos dados contextuais que estão inscritos na materialidade do discurso – que são, no exemplo em questão, os passados políticos de António de Almeida e de Jorge Sampaio.

30. Até à última hora estive à frente dum bravo e generoso partido, que, embora ligado por fortes laços de camaradagem patriótica aos outros agrupamentos políticos, tinha a sua doutrina peculiar e adotava processos que acentuadamente lhe pertenciam. – **AA1919**

31. Esse é, sem dúvida, o património que mais valorizo e desejo valorizar de um percurso político que inicie há tantos anos. – **JS1996**

Noutros casos, o EU pessoal só é recuperável através da memória coletiva e do conhecimento enciclopédico; pois são estes que permitem, no exemplo abaixo, identificar Sidónio Pais não só como o candidato que juntou "*a maior votação que há memória em Portugal*" mas como o Chefe da Revolução de 5 de Dezembro de 1917 ("*à volta de um homem que tendo a honra de ser o Chefe da Revolução*").

32. O Povo Português, chamado a manifestar, em sufrágio universal e eleições livres, a sua vontade, acaba de consagrar a Revolução de 5 de Dezembro pela forma mais retumbante juntando a maior votação que há memória em Portugal à volta de um homem que tendo a honra de ser o Chefe da Revolução para ele encarna certamente os seus levantados ideais. – **SP1918**

Na interseção entre o indivíduo e a presidência, o EU pessoal refere-se também a uma corporalidade e a um carácter que participam de uma "conceção mais encarnada de ethos" (Maingueneau, 2002, p. 5), partindo da definição de Maingueneau de "carácter" enquanto um conjunto de traços psicológicos e de "corporalidade" como uma compleição física. No contexto do EU pessoal ("*minha gratidão*", "*Sou um homem*", "*por cima de mim*") gravitam lexemas que remetem precisamente para estas esferas semânticas, desde nomes ("*num velho que pouco vale*") a adjetivos qualificativos ("*simples e modesto*") ou ainda a verbos de movimentos ("*única a que me curvare*" e "*sem passar por cima de mim*") que contribuem para delimitação de uma corporalidade e de um carácter nos discursos.

33. E, a vós, o tributo inalterável da minha gratidão, por confiardes num velho que pouco vale, mas que poderá muito com o vosso auxílio. – **MA1911**

34. Sou um homem simples e modesto, sem qualidades que o distingam nem predicados que o imponham. – **AA1919**

35. Sinto-me orgulhoso de ser o teu Presidente eleito e procurarei, quanto em minhas forças caiba, corresponder à confiança que em mim depositaste, sendo o teu amigo de todas as horas e interpretando o teu sentir e a tua vontade soberana, única a que me curvarei, e a quem ninguém poderá desobedecer sem passar por cima de mim. – **SP1918**

O EU pessoal refere-se ainda ao carisma (e à imagem carismática). E, se o estatuto presidencial contribui decerto para a força carismática da imagem, o carisma prende-se ao indivíduo e a um EU pessoal, em parte, porque, como exploraremos mais à frente, o carisma é essencialmente “presencial” (Charaudeau, 2015, p. 6), ou seja, liga-se a um corpo, e alimenta-se da reputação e da imagem pública do locutor. O EU pessoal prende-se, então, com (1) as imagens prévias dos Presidentes e as representações coletivas que se agregam a essas imagens, (2) com a construção de uma corporalidade e de um carácter no discurso e (3) com a construção de uma imagem carismática.

4.1.1.2. O EU Presidencial

O EU presidencial é o valor padrão na construção do locutor nos discursos de tomada de posse. O EU presidencial ocorre no enquadramento de atos (Austin, 1962, Searle, 1969) mais ritualizados dentro do género dos discursos presidenciais de tomada de posse (especialmente quando se considera a sua dimensão cerimonial e pública), como os da saudação, do agradecimento ou da homenagem/reconhecimento.

36. Hoje, como Presidente da República, quero testemunhar-lhe, Sr. Dr. Mário Soares, o profundo reconhecimento do País por uma vida inteira dedicada à procura do melhor para Portugal e para os portugueses. – **JS1996**

O EU presidencial ocorre também no contexto de atos compromissivos (“*prometo solenemente*” e “*cumprirei escrupulosamente os compromissos*” e “*serei rigorosamente imparcial*”) – que se caracterizam por tempos verbais no futuro ou que projetam uma ação no futuro,

37. Pois bem, com a ajuda de Deus e dos Portugueses, prometo solenemente, com a maior firmeza e até ao limite das possibilidades humanas, que tudo empenharei na alta missão de continuar Portugal. – **AT1965**

38. Enquanto Presidente da República, cumprirei escrupulosamente os compromissos que assumi perante os Portugueses no meu manifesto eleitoral. No quadro de todos os poderes que me são conferidos pela Constituição, serei rigorosamente imparcial no tratamento das diversas forças políticas, mantendo neutralidade e equidistância relativamente ao Governo e à oposição. – **CS2011**

e ainda na recuperação de uma imagem de Presidente (“*todo o meu dever presidencial*”), nos contextos particulares de reeleição.

39. Quando em 5 de Outubro de 1915 o assumi pela primeira vez, o nosso programa governativo era a intervenção de Portugal na guerra, e orgulho-me de haver então cumprido todo o meu dever presidencial. – **BM1925**

O EU presidencial prende-se, então, a atos ritualizados de saudações, de agradecimento e de homenagem, e a ato compromissivos, que se ligam ao desempenho *do* Presidente do papel *de* Presidente, e com a recuperação de uma imagem pública de Presidente, em contextos de reeleição.

4.1.2. Enunciação Interlocutiva – A Construção Discursiva do NÓS

Consideramos a construção do NÓS como uma modalidade da enunciação interlocutiva, porque é através do NÓS que o outro é implicado na enunciação: no escopo do uso do NÓS, constrói-se uma imagem presidencial e uma imagem do outro visto pelo Presidente. Para identificar as diferentes entidades implicadas no uso do NÓS, partimos do estatuto institucional de Presidente e das expectativas em relação à figura do Presidente para a análise dos usos de NÓS nos discursos de tomada de posse e determinámos os três usos de NÓS, mais relevantes para a construção da imagem presidencial: NÓS – Portugal, NÓS – o País e NÓS – os Portugueses.

4.1.2.1. NÓS – Portugal

A comunidade internacional faz parte do auditório dos discursos presidenciais de tomada de posse e o Presidente enquanto representante de Portugal serve de interlocutor na política e nas relações externas de Portugal. O NÓS – Portugal (“*na nossa política externa*” e “*a nossa própria história*”) ocorre no contexto de topónimos (“*de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e, naturalmente, com o povo de Timor-Leste*”) e de gentílicos (“*os nossos irmãos brasileiros*”).

40. As relações com os Estados de língua oficial portuguesa ocupam, naturalmente, um lugar eletivo na nossa política externa. Essas relações representam um traço de união com a nossa própria história, uma longa história partilhada com os povos de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e, naturalmente, com o povo de Timor-Leste. – **JS1996**

41. E entre os nossos irmãos brasileiros, que o escutaram embevecidos, o seu verbo ardente criou tal atmosfera de simpatia, que o velho Portugal ali ressuscitou mais estimado do que nunca. – **TG1923**

O NÓS – Portugal (“*nossa inseparável aliada*” e “*vivermos nas melhores relações*”) ocorre ainda no contexto de expressões lexicais que referem, de forma mais generalizada, outros países (“*nações amigas*” e “*países do Ocidente*”). Aqui, os dados contextuais e o conhecimento enciclopédico ajudam a identificar os países em questão, por exemplo, no primeiro caso, é a Inglaterra que é referida como “inseparável aliada” e, no segundo caso, os países do Ocidente correspondem aos países da Europa Ocidental, mas também aos Estados Unidos, ao Canadá e ao continente Oceânia, particularmente, no período da Guerra Fria.

42. Sem embargo das resistentes dificuldades herdadas, muitas das quais dir-se-iam já irredutíveis, íamos afirmando eficazmente a ação salvadora do novo regime, fórmula fiel do nosso progressivo disciplinamento popular, quando sobreveio a formidável guerra atual – em que terçam armas nações amigas, uma delas mesmo nossa inseparável aliada – abrindo perante nós um período mais que difícil, inquietante para a obra de restauração social que iniciámos. – **BM1915**

43. Espero em Deus que as precauções tomadas pelos países do Ocidente serão suficientes para evitar que o Mundo – mal curado ainda de recentes feridas – seja lançado no mais sangrento e devastador conflito. Por nossa parte continuará a ser constante aspiração vivermos nas melhores relações com as nações amigas e por essa forma contribuirmos para a boa compreensão entre os povos, facilitando as condições em que a paz possa existir e consolidar-se duradouramente.
– **CL1951**

O uso de NÓS – Portugal prende-se, então, com a construção de uma imagem coletiva de Portugal e do Presidente enquanto líder da nação, em contextos que se ligam à posição de Portugal no mundo e às relações de política externa de Portugal com outras nações.

4.1.2.2. NÓS – o País

A interpretação de NÓS – o País é mais complexa, isto porque o seu escopo difere de acordo com os seus usos. Quando o Presidente observa a situação atual do País, o NÓS refere-se a uma coletividade, que, não deixando de significar uma entidade homogénea, inclui o Presidente e todas as instituições democráticas, mas que privilegia os portugueses, na sua experiência comum do País (“*de todas essas crises padecemos nós também*” e “*apto a envenenar a paz e harmonia em que vivemos*”): são os portugueses que as circunstâncias que o País atravessa – e as suas consequências, quer sejam financeiras, políticas ou sociais – afetam mais diretamente.

44. É quasi angustiosa a crise que atravessam todas as nações europeias que entraram na Grande Guerra: crise financeira, crise económica, crise política; de todas essas crises padecemos nós também. – **AA1919**

45. Ocorreu recentemente uma dessas ocasiões, que se caracterizou por nefasto clima de paixões, apto a envenenar a paz e harmonia em que vivemos. – **AT1958**

Este NÓS ocorre no cotexto de tempos verbais do presente (“*Vivemos num mundo que é cada vez mais global*” e “*Esta é uma realidade que se nos impõe*”) e de expressões lexicais com valor temporal de presente como é o caso de “hoje” em “*Hoje isso tornou-se impossível*” e de “atual” em “*o nosso atual regime*”.

46. Hoje isso tornou-se impossível e a verdade é pois outra: se o nosso atual regime viveu, e vive, é porque contém é em si mesmo a vida que o faz viver. – **AT1965**

47. Vivemos num mundo que é cada vez mais global, somos membros de uma União Europeia que se alargou para leste e, por isso, a produção nacional está sujeita a uma fortíssima concorrência nos mercados interno e externo. Esta é uma realidade que se nos impõe. – **CS2006**

Quando o Presidente fala sobre o futuro do País, o NÓS (“*Necessitamos de recentrar a nossa agenda de prioridades*” e “*Os sectores produtivos da nossa economia*”), não deixando de referir o Presidente e os Portugueses, privilegia desta vez as instituições democráticas, como a classe política (“*Muitos dos nossos agentes políticos não conhecem o país real*”), ou os sectores industriais do País (“*O investimento industrial tem de ser ainda mais encorajado*”).

48. Necessitamos de recentrar a nossa agenda de prioridades, colocando de novo as pessoas no fulcro das preocupações coletivas. Muitos dos nossos agentes políticos não conhecem o país real, só conhecem um país virtual e mediático! – **CS2011**

49. Os sectores produtivos da nossa economia, a indústria, sobretudo, não desempenham o papel que deviam desempenhar. O investimento industrial tem de ser ainda mais encorajado, através de uma política seletiva de apoios financeiros e da criação de estímulos à inovação científica e à modernização tecnológica. – **JS2001**

No contexto deste NÓS, ocorrem estruturas e formas verbais com carga modal deôntica (Campos, 1997, Carreira, 2004), quer pelo uso da 1.ª pessoa do plural do presente (“*precisamos de restaurar a confiança na relação entre o Estado e os cidadãos*”) com valor imperativo, quer por locuções verbais do tipo “há que”, “ter que”, “é x que”, que indefinem a origem deôntica (“*há, porém, que trabalhar muito mais*”).

50. Para isso, precisamos de restaurar a confiança na relação entre o Estado e os cidadãos. Precisamos de uma nova atitude, que vença suspeitas e rotinas que se vêm arrastando. Necessitamos de um Estado democrático moderno e reformista. – **JS2001**

51. Para o vencermos há, porém, que trabalhar muito mais e mais acertadamente ainda, que unir produtivamente todos os nossos esforços num sentido mais benéfico para a comunidade portuguesa, e evitar dissensões que a experiência nefasta do primeiro quartel deste século, em absoluto, condenou. – **AT1972**

Quando o Presidente fala sobre o passado do País, o NÓS (“*nos enleava e ameaçava subverter*”) refere-se às instituições políticas e governativas que administram o País e identifica-se com o regime político em vigor, uma vez que ocorre, muitas vezes, em contextos de transição de regime.

52. Durante eles pôs-se termo ao dissídio permanente que nos enleava e ameaçava subverter; iniciou-se e já vai longe a obra de reconstrução moral e material da Nação e esta readquiriu a confiança nos seus próprios destinos, sobretudo depois que pôde ver a sua atividade apontada como exemplo a povos de mais relevo na cena mundial. – **OC1935**

O uso do NÓS – o País diz respeito ao País enquanto entidade política e enquanto estado soberano, colocando em evidência as dimensões governativas, institucionais, políticas e administrativas, sem deixar de incluir os Portugueses; e é usado nos contextos em que se discute o passado, o presente e o futuro possível do País.

4.1.2.3. NÓS – os Portugueses

O valor de NÓS – os Portugueses não é, nos discursos de tomada de posse, tanto o do Presidente como porta-voz dos Portugueses, mas sobretudo o do Presidente como um interlocutor dos Portugueses – ou seja, o Presidente, mais do que falar em nome dos Portugueses, dirige-se diretamente ao povo. O NÓS – os Portugueses ocorre geralmente na forma da 1.^a pessoa do plural do conjuntivo (“*saibamos ser fortes e unidos*” e “*Sejamos por isso modestos*”), isto porque este NÓS é usado com valor exortativo: na Democracia (“*tenhamos orgulho no que somos*”) e no Estado Novo (“*trabalhemos antes por melhorá-lo*”).

53. Na história dos povos nunca é demasiado tarde para realizar o sonho e cumprir a esperança. Nunca é tarde desde que saibamos ser fortes e unidos, desde que tenhamos orgulho no que somos e desde que saibamos o que queremos ser. – **CS2006**

54. Sejamos por isso modestos, não ambicionando alterar em décadas a constituição do Mundo, mas trabalhemos antes por melhorá-lo em cada momento no que de nós dependa e o progresso da técnica, em certas épocas como a nossa, mais aceleradamente permita. – **AT1965**

A interpretação deste NÓS está, pois, ligada ao quadro comunicativo dos discursos presidenciais de tomada de posse e como tal às características deste género discursivo, uma vez que seleciona o povo português como destinatário por norma.

4.1.3. Enunciação Delocutiva – A Construção Discursiva do Mundo

Consideraremos que faz parte da enunciação delocutiva não só os casos que Amossy (2010, p. 187) chama de “desaparecimento ilocutório”, referindo-se à forma como o locutor se “apaga” no seu dizer, mas também aquilo que o locutor traz para o seu dizer – os objetos de discurso que escolhe construir e como estes se ligam à construção de um ponto de vista e, conseqüentemente, à construção das imagens presidenciais. É uma questão de referenciação (Mondada e Dubois, 1995, e Mondada, 2001).

Mondada (2001, p. 8) afasta-se da perspetiva clássica da representação do mundo em termos de verdade e de correspondência entre os referentes e o mundo real e centra a referenciação como uma questão das relações intersubjetivas e sociais nas quais versões do mundo são publicamente elaboradas e avaliadas pelos enunciadores. Aliás, como refere Marques (2018, p. 124), a referenciação é sobredeterminada pela enunciação e pelo posicionamento enunciativo do locutor. Os interlocutores constroem objetos de discurso – entendidos como entidades produzidas interativamente e discursivamente pelos interlocutores na sua enunciação, que não correspondem a categorias estanques e pré-definidas que devem refletir a materialidade do mundo, mas sim como elementos construídos, de forma dinâmica, no e pelo discurso que refletem múltiplos pontos de vista sobre o mundo (Mondada, 2001, p. 8) e que, precisamente por isso, orientam argumentativamente o discurso (Marques, 2018, p. 125).

Os objetos de discurso que contribuem para a construção das imagens presidenciais nos discursos de tomada de posse ligam-se à construção do EU e do NÓS – são eles o Presidente, o País, Portugal e os Portugueses.

No que diz respeito ao 'Presidente' enquanto objeto de discurso, este surge em contextos nos quais se procura definir o próprio cargo de Presidente e se reflete sobre os seus deveres e as suas competências ("*se ao Chefe do Estado cabe sempre estar atento*" e "*impõe-se ao Presidente da República que contribua para a definição de linhas de orientação*"); e apresenta diferentes categorizações no discurso (Presidente, Presidente da República, Chefe de Estado, para nomear as mais comuns). Esta imagem permite mapear as concepções do cargo de Presidente ao longo dos discursos e, conseqüentemente, no curso da própria República.

55. E se ao Chefe do Estado cabe sempre estar atento, compete-lhe sobretudo estar preparado para as emergências que possam surgir, pois é na sua consciência que pesará a responsabilidade das decisões a tomar. - **AT1965**

56. Neste contexto difícil, impõe-se ao Presidente da República que contribua para a definição de linhas de orientação e de rumos para a economia nacional que permitam responder às dificuldades do presente e encarar com esperança os desafios do futuro. – **CS2006**

A 1.^a pessoa não desaparece, contudo, nestes contextos, articulando-se continuamente com o apagamento do locutor; num "jogo" estratégico de aparecimento ("*Esse será o meu principal objetivo*") e desaparecimento ("*Presidente da República, pelas suas próprias funções, ser um fator essencial de estabilidade*") ilocutórios.

57. Para tanto, exige-se a responsabilidade solidária e a cooperação leal dos órgãos de soberania, cabendo ao Presidente da República, pelas suas próprias funções, ser um fator essencial de estabilidade, o natural mediador dos consensos possíveis. Esse será o meu principal objetivo. – **MS1986**

O Presidente constrói também 'Portugal' ("*Portugal já não é um país confinado no extremo ocidente*") e os 'Portugueses' ("*um grande povo*") como objetos de discurso e as imagens que se constroem de Portugal e dos Portugueses assentam na identidade nacional e manifestam a forma como os Presidentes veem Portugal e os Portugueses, o que se reflete diretamente na imagem de si que os Presidentes constroem enquanto líderes da nação e do povo.

58. Portugal já não é um país confinado no extremo ocidente; é um elemento desta civilização heleno-latina que a Renascença incorporou no mundo moderno com vinte séculos de cultura. – **TB1915**

59. Não esquecerei que passei a ser o chefe de um grande povo, que, através de longa e gloriosa vida, escreveu páginas das mais brilhantes da história da Humanidade. – **CL1951**

Os Presidentes constroem ainda o 'País' como objeto de discurso: constroem um País do passado ("*as forças estruturais do País*"), um País do presente ("*libertar o País desta situação*") e um País possível do futuro ("*O país tem condições de vida que são suficiente garantia do seu futuro*").

60. Há muitos anos que sirvo a nação: primeiro a servi como soldado, sem reservas, sem restrições, como é lei do soldado; depois na direção dos negócios públicos, desde que um movimento geral e profundo da opinião pública pôs fim a uma crise política que, pela sua longa duração e intensidade, vinha enfraquecendo e anarquizando as forças estruturais do País. – **OC1935**

61. Este quadro afetará negativamente o crescimento económico e a qualidade de vida das famílias, a não ser que os responsáveis políticos, económicos e financeiros correspondam, com firmeza e sem ambiguidades, à obrigação que têm de libertar o País desta situação. – **CS2011**

62. O país tem condições de vida que são suficiente garantia do seu futuro. – **AA1919**

Estas modalidades enunciativas não são, claro, estanques: a construção do EU, do NÓS e do MUNDO articulam-se de forma dinâmica na construção das imagens presidenciais e das imagens de Portugal, do País e dos Portugueses, que se refletem diretamente na construção da imagem do Presidente.

4.2. A Construção das Imagens Presidenciais nos Discursos de Tomada de Posse

Para abarcar a complexidade da imagem presidencial, dividimos a nossa análise em duas partes, partindo da distinção de Charaudeau (2005), em relação à imagem na política, de imagens viradas para o eu e imagens viradas para o outro: respetivamente, a primeira parte diz respeito às imagens ligadas à construção do EU e do locutor enquanto Presidente e a segunda parte diz respeito às imagens ligadas à construção do NÓS e dos objetos de discurso diretamente ligados à construção do NÓS (Portugal, o País e os Portugueses). A nossa análise parte, pois, da construção enunciativa e da referenciação para o estudo dos mecanismos linguístico-discursivos mais locais que participam na construção das imagens. Nestas duas partes, o estudo das imagens presidenciais encontra-se organizado com base nos diferentes tipos de imagens identificados através da análise dos discursos e para cada tipo de imagem observámos as diferentes configurações e atualizações em três períodos histórica, política e socialmente distintos da República – a Primeira República (1910-1926), o Estado Novo (1926-1974) e a Democracia (1974-).

4.2.1. Liderança Presidencial e Construção do EU – Da Imagem dos Presidentes à Imagem de Presidente

O discurso de tomada de posse faz a introdução do Presidente ao Povo, à Nação e ao mundo. É no discurso de tomada de posse que o Presidente define quem é enquanto pessoa e enquanto Presidente – a distinção é de Marques (2014, p. 298) quando fala, respetivamente, da imagem *do* Presidente e da imagem *de* Presidente.

A imagem do Presidente diz respeito, como em seguida observaremos, à forma como cada Presidente no curso da República constrói a sua personalidade no discurso – a pessoa que foi antes da Presidência, os traços de carácter e de corporalidade que revela e a forma carismática como se relaciona com o outro. Ignorar a natureza profundamente pessoal da Presidência, como alguns sugerem⁴¹, seria um erro; Herring (2011, p. 11) diz mesmo que o tipo de pessoa que o Presidente mostra ser liga-se intimamente ao significado que este dá à sua Presidência. Seria também descurar a relação emocional que se estabelece entre o Presidente enquanto líder e o povo – a liderança não é, aliás, como observa Grint (2005), inteiramente racional e as emoções constituem um elemento importante da liderança.

⁴¹ Campbell e Jamieson (1985, p. 403) desaconselham, numa perspetiva da retórica, o recurso a histórias pessoais nos discursos presidenciais de tomada de posse: "Personal narratives are inappropriate in a rhetorical genre designed for the formal display of the President as the President"

Edwards (2009, p. 3) comenta, sobre o uso do termo “liderança”, que escritores e comentadores denominam de liderança praticamente tudo o que alguém que ocupa uma posição considerada de liderança faz ou deve fazer; e se aqui Edwards chama a atenção para a forma como o conceito de liderança é difícil de definir, não deixa de aludir a uma dimensão essencial da liderança – as posições de liderança e as expectativas sociais em torno destas posições (aquilo que propomos tratar-se do *ethos* institucional).

A imagem de Presidente diz respeito, como veremos, à forma como cada Presidente se apresenta no discurso enquanto Presidente – a sua conceção do que significa ser Presidente, a sua demonstração do exercício das funções presidenciais e dos seus sucessos presidenciais no contexto de reeleições. Os Presidentes mostram que conseguem desempenhar o papel de Presidente e completam a transição de indivíduo para Presidente.

A análise destas imagens toma como ponto de partida o estudo da inscrição enunciativa do EU na superfície textual – enquanto EU pessoal e EU presidencial – e da construção do locutor no discurso e da construção do Presidente enquanto objeto de discurso para a observação de mecanismos linguístico-discursivos mais (ou menos) locais e outras estratégias discursivas que contribuem para a construção das imagens de Presidente e dos Presidentes.

4.2.1.1. Liderança e o Indivíduo – A Imagem dos Presidentes da República

Pressupõe-se que os Presidentes são boas pessoas (Hinckley, 1990, p. 12); mais do que isso, espera-se que os Presidentes sejam pessoas exemplares, precisamente porque são modelos a seguir, são os líderes morais da Nação. Charaudeau (2005, p. 105) denomina este fenómeno um processo de identificação irracional (ou melhor, emocional): o cidadão identifica-se com a pessoa do Presidente. Também Greenstein (1974, p. 144) alude a este processo, quando afirma que as pessoas se identificam com o Presidente da mesma forma que se identificam com heróis de livros e filmes.

O foco de emoções intensas em torno da figura do Presidente é resultado da nossa necessidade de ver no Presidente um símbolo nacional no qual depositamos as nossas esperanças e aspirações: o Presidente encarna a imagem que a Nação tem de si própria (Cronin & Genovese, 2005, p. 147). Nas palavras de Barber (1972, p. 9), espera-se que o Presidente personifique a nossa capacidade de ser melhor de uma forma inspiradora; aliás, para Barber (1972, p. 451), a legitimidade do Presidente é ameaçada, não tanto por aquele que quebra as regras, mas por aquele que coloca em causa a imagem do Presidente como alguém de carácter respeitável, episcopal, transparente e irrepreensível.

Nos capítulos seguintes, observaremos o modo como, na República, os Presidentes navegam estas expectativas e constroem a sua personalidade no discurso, em três dimensões (e formas de construir a imagem) distintas: (1) a construção da corporalidade e do carácter, (2) a recuperação da imagem pública dos Presidentes e (3) a construção da imagem carismática.

4.2.1.1.1. Dar Corpo à Figura do Presidente – A Construção Discursiva da Corporalidade e do Carácter

Dar conta do modo como a construção da corporalidade e do carácter nos discursos contribui para a construção da imagem significa ir ao encontro de uma “conceção mais encarnada de ethos”, tal como é proposta por Maingueneau (2002, p. 5). Para Maingueneau (1999, p. 79), a imagem construída – mesmo a partir de textos escritos – é sempre dotada de uma corporalidade e de um carácter, que são recuperados através de “índices textuais diversos” e cujo “grau de precisão varia consoante o texto”. Esta corporalidade e este carácter vão assentar “num conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas” (Charaudeau, 2005, p. 90), pois a visão (mais ou menos valorizada) que a sociedade tem dos corpos e dos caracteres que se constroem depende dos imaginários socio-discursivos que nela circulam: o *ethos* apoia-se, desta forma, num “duplo imaginário corporal e moral” (Charaudeau, 2005, p. 90). O que está em causa são os processos de identificação (essencialmente assentes nas emoções) que ligam os seguidores e a forma como os líderes constroem as imagens de quem são (ou melhor, de como escolhem definir-se e apresentar-se aos outros).

Na Primeira República, a construção da corporalidade e do carácter parte de uma estratégia de qualificação pela desqualificação. Gravitam em torno do EU pessoal (“*como eu*”, “*sou um homem simples e modesto*”) léxico com prefixos de negação (“*desprovido dos precisos dotes*”) e estruturas negativas (“*sem qualidades que o distingam nem predicados que o imponham*”) que contribuem para a construção do perfil de alguém simples, sem interesses ou ambições, que contrapesa a sua aparente falta de qualidades por um sentido de honra.

63. Ao Congresso da República eu apresento os meus reconhecidos agradecimentos pela alta honra que se dignou confiar a quem, como eu, se acha desprovido dos precisos dotes para o cabal desempenho de tão elevada quanto espinhosa função. – **CC1918**

64. Sou um homem simples e modesto, sem qualidades que o distingam nem predicados que o imponham. – **AA1919**

Também a construção da corporalidade se alinha com este perfil do homem honrado e sem qualidades excepcionais e assenta em mais processos de adjetivação (“*minhas débeis mãos*”) e de qualificação (“*num velho que pouco vale*”) marcadamente negativa. E se é impossível ignorar a idade avançada de Manuel de Arriaga que foi, aliás, um dos Presidentes mais velhos a tomar posse; a construção desta corporalidade ultrapassa, contudo, uma simples expressão de *captatio benevolentiae* para participar numa estratégia mais geral e sistemática de qualificação pela desqualificação.

65. Esta Assembleia Nacional Constituinte acaba de depositar nas minhas débeis mãos um tesouro quatro vezes precioso. – **MA1911**

66. E, a vós, o tributo inalterável da minha gratidão, por confiardes num velho que pouco vale, mas que poderá muito com o vosso auxílio. – **MA1911**

É verdade que todos os Presidentes participam de uma forma ou de outra na ideia de “humildade presidencial” (Vigil, 2003, p. 434), mas as ideologias prevalentes e os princípios socialmente valorizados em cada época resultam em atualizações distintas deste fenómeno de desqualificação valorativa do EU.

O perfil deste homem simples e honrado vê-se exponenciado quando deixa de se ligar a um EU pessoal e se aproxima de um EU ou de um NÓS marcadamente republicano. Há, aqui, a ideia de um carácter forte (“*com firme hombridade*”), construído não só pela adjetivação “firme”, pela escolha lexical de “*hombridade*” – que, no étimo espanhol, significa qualidade de homem –, como pela própria estrutura assertiva e negativa em que surgem, que se articula com vocabulário e conceitos do universo católico cristão, como o da abnegação (“*pusermos abnegadamente, como nos cumpre, o dever coletivo*”) e do amor altruísta à humanidade (“*o objetivo mais dileto do meu coração – os oprimidos*”) para construir um perfil de carácter e de corporalidade quase sobre-humano, que se assemelha ao dos santos e das figuras cristãs.

67. Não haverá, contudo, provação que possa abater-nos ou humilhar-nos, se, com firme hombridade, pusermos abnegadamente, como nos cumpre, o dever coletivo, que é também o

interesse comum, da defesa interna e externa da Nação acima de todas as nossas disputas e contenções divisórias. – **BM1915**

68. É necessário acalentar aquelas almas, enriquecer e arrotear aqueles corações perdidos para a Verdade, para a Justiça e para o Amor. Este o objetivo mais dileto do meu coração – os oprimidos. – **MA1911**

Ainda que o ideário republicano tenha sido marcadamente anticlerical e anticatólico romano, Medina (1990, p. 32) nota este fenómeno de santificação de figuras republicanas – ou, pelo menos, de um certo empréstimo da imagética cristã –, ao observar que “procurava-se atrair para o nome e o carisma de alguns líderes republicanos [...] a aura de que gozavam alguns santos da devoção popular” e procurava-se, assim “santificar estes homens”. Não é surpresa então que o perfil de pessoa que se constrói nestes discursos se aproxime e se sobreponha ao dos santos, quando os líderes republicanos procuravam ocupar o espaço social, mas sobretudo emocional, que os santos ocupavam no imaginário popular (é uma construção do *ethos* com fins patémicos, como observa Plantin (2011)).

É para o perfil de um homem simples, honrado e sem qualidades que a construção da corporalidade e do carácter na Primeira República contribui; este perfil é superlativado, quando se afasta de um EU pessoal para um EU ou um NÓS republicanos, e ganha os contornos de um figura quase santificada – forte na sua persistência e devoção, abnegada, altruísta em favor da humanidade. É também o perfil de homem português perfeito que a ideologia positivista e republicana idealiza.

No Estado Novo, constrói-se o perfil de alguém patriota, cumpridor do dever e habituado a servir, através da proliferação de léxico deontico (“*seguir o imperativo do dever*” e “*cumprirei mais uma vez e com toda a devoção o meu dever para com a Pátria*”) que surge ligado ao EU pessoal (“*obedecei*”, “*seguir*”, “*cumprirei*”, “*meu*”). Dever não é aqui, à semelhança dos discursos da Primeira República, um dever cívico para o bem comum ou em prol da coletividade, mas sim o dever de obedecer a uma autoridade superior.

69. Como homem consciente das responsabilidades do cargo e das dificuldades da época que atravessamos, não obedeci, com efeito à voz da comodidade, mas posso dizer que segui o imperativo do dever. – **OC1949**

70. Por isso nenhuma gratidão me é devida. Apenas cumprirei mais uma vez e com toda a devoção o meu dever para com a Pátria. – AT1965

Este perfil ganha corpo a partir de duas dimensões da imagem individual dos Presidentes do Estado Novo: a sua idade avançada e o seu estatuto militar. Constrói-se a ideia de uma longa idade e experiência através de léxico temporal (“*setenta anos de vida*”, “*o meu passado*”, “*poucos períodos de ócio conhec*”) e da temporalidade verbal (“*completei*”, “*conhec*”, “*habituei-me*”, “*continuei*”) que serve como penhor da coerência (“*coerente com o meu passado*”) de um outro traço de carácter (e de corporalidade) valorizados no Estado Novo, o do homem trabalhador (“*poucos períodos de ócio conhec*” e “*Habituei-me ao trabalho árduo*”).

71. Completei já setenta anos de vida e poucos períodos de ócio conheci durante ela. Habituei-me ao trabalho árduo e na Chefia do Estado continuei seguindo a mesma linha de conduta, coerente com o meu passado. – AT1965

A idade avançada (“*fui sempre escravo do Dever e da Honra*”, “*a coerência de todas as ações da minha vida*”, “*no decorrer de uma vida inteira*”) articula-se, por outro lado, ao estatuto militar e à representação coletiva do soldado para construir uma corporalidade anímica e bélica (“*meu sangue*”, “*as energias*”, “*o esforço*”) que supera as limitações da idade e se oferece ao sacrifício em nome do valor maior que é a Pátria, através de estruturas superlativas (como em “*até à última gota do meu sangue*” e “*que me restam*” e “*todo o esforço de que me for capaz*”). Há aqui mais uma vez uma construção sobre-humana do indivíduo.

72. Soldado, fui sempre escravo do Dever e da Honra; jurando defender até à última gota do meu sangue, se preciso for, a Pátria e a República, que hoje me são confiadas, dou por penhor do meu juramento a coerência de todas as ações da minha vida. – OC1928

73. Patrioticamente coagido a continuar o exercício da Presidência da República, quero somente dizer que, tendo aprendido a servir a Nação no decorrer de uma vida inteira, da melhor vontade lhe ofereço as energias que me restam e todo o esforço de que me for capaz para a sua sustentação inquebrantável dos seus direitos, para a defesa do seu maior prestígio, da sua integridade e independência. – OC1942

É de notar que o perfil de carácter e de corporalidade que se constrói em cada época reflete as representações coletivas socialmente valorizadas; mas, em períodos políticos com forte doutrinas ideológicas, como o Estado Novo e a Primeira República, encontra-se nos perfis que se constroem dos Presidentes a síntese do tipo de português ideal. A descrição que Rosas (2001, p. 1046) faz daquilo que denomina como o “homem-novo” – o modelo de cidadão que o projeto de inculcação ideológica do Estado Novo procura alcançar – não deixa de partilhar da mesma essência do perfil que se constrói nos discursos dos Presidentes.

O “homem-trabalhador” que disto avultava era um chefe de família esforçado, respeitador, obediente, simples, ancorado no pequeno mundo da sua família e da vizinhança, fiel às tradições de sempre e à “ordem natural das coisas”, mesmo quando o destino o arrancava à aldeia para o lançar nesse meio hostil e perigoso da fábrica e da cidade.

Os Presidentes do Estado Novo apresentam-se como um exemplo a seguir (trabalhador, esforçado, obediente) com o qual o povo se deve identificar, mas também como uma figura quase hercúlea de autoridade (sobre-humana, patriota, bélica) que os Portugueses devem admirar (se não mesmo temer).

Na Democracia, a desideologização da política (Freire e Pinto, 2010, p. 112) significou também um afastamento do culto de personalidade (popular em regimes antidemocráticos), o que resultou numa construção mais pontual de traços de personalidade nos discursos. Veja-se, por exemplo, a construção de Mário Soares e de Jorge Sampaio enquanto pessoas de convicções fortes (reminiscentes do seu passado político e de luta contra a ditadura, aos quais aludem também com a recuperação das suas imagens públicas, como veremos mais à frente).

74. Sou um homem de convicções e de fidelidade. – **MS1986**

75. Ao contrário deles, a experiência dos homens e das situações confirmou-me no essencial das minhas convicções. – **JS2001**

O apagamento dos traços do indivíduo nos discursos de tomada de posse não é necessariamente uma característica da Democracia. O crescente papel dos média e das redes sociais nos processos eleitorais e a progressiva personalização da política (Freire e Pinto, 2010, p. 112) poderão manifestar-se

no retorno do indivíduo aos discursos de tomada de posse. Marcelo Rebelo de Sousa começa, por exemplo, o seu discurso de tomada de posse⁴² por ancorar o seu juramento num percurso de vida ligado a Portugal (*“Aqui nasci, aqui aprendi com meus Pais a falar a língua que nos une e une a centenas de milhões por todo o mundo. Aqui eduquei os meus filhos e espero ver crescer os meus netos.”* (<http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=103410>)).

4.2.1.1.2. Os Presidentes Antes da Presidência – A Recuperação das Imagens Públicas dos Presidentes

A recuperação e o retrabalho da imagem pública é outra forma de os Presidentes se apresentarem no discurso e construírem a sua personalidade. Estas imagens vêm na linha da reputação do orador de Isócrates – servem de caução do carácter do Presidente – e alimentam-se das representações coletivas e dos estereótipos valorizados em cada época. E se os Presidentes foram filhos, pais e maridos, avôs, escritores, médicos, advogados e professores de diferentes áreas – para além da multiplicidade de aspetos particulares da identidade de cada um dos Presidentes – as imagens que trazem para o discurso são as que mais definem os indivíduos que ascendem à Presidência da República, a imagem do soldado e a imagem do político.

A imagem do soldado constrói-se no discurso através da proliferação de léxico deontico (*“cumprimento”, “cumprir”, “dever”*) que qualifica “soldado” como objeto de discurso e cria a ideia do soldado cumpridor do dever; constrói-se também através de estruturas negativas, nas quais sobressai o valor de exclusividade, (*“nunca quis outra coisa senão cumprir o seu dever”, “sem reservas, sem restrições”*) e estruturas apositivas que requalificam o sintagma “soldado” (*“um simples soldado como eu”, “como é lei do soldado”*), contribuindo para a ideia de que o serviço do soldado à Pátria é sem interesse e sem ambições pessoais ou políticas

76. Um soldado, um simples soldado como eu, habituado ao cumprimento do dever, e que nunca quis outra coisa senão cumprir o seu dever, sente-se naturalmente comovido ao ser investido nas mais elevadas funções a que um cidadão pode aspirar. – OC1926

⁴² Embora o discurso do atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, não faça parte do nosso *corpus* de análise que incide sobre os discursos dos cem anos da República (1911-2011), recorreremos pontualmente ao discurso de tomada de posse de Marcelo Rebelo de Sousa para ilustrar a continuidade dos mecanismos e das estratégias discursivas.

77. Senhores deputados, há muitos anos que sirvo a nação: primeiro a servi como soldado, sem reservas, sem restrições, como é lei do soldado depois na direção dos negócios públicos, desde que um movimento geral e profundo da opinião pública pôs fim a uma crise política que, pela sua longa duração e intensidade, vinha enfraquecendo e anarquizando as forças estruturais do País. – **OC1935**

Já o aspeto verbal (no exemplo acima, “*há muitos anos que sirvo a nação*”, e em baixo, “*habitudo ao cumprimento do dever*”) e outras expressões temporais (“*sempre*”, “*há muitos anos*”) vão ancorar esta imagem no passado e na experiência pessoal dos Presidentes. A imagem do soldado vai sobrepor-se à imagem de Presidente com identificação do exercício da Presidência como uma extensão do serviço do soldado à Pátria, através da articulação de tempos do passado, do presente e do futuro (“*Servirei o País com a mesma santa devoção com que sempre o servi, como soldado que me orgulho de ser*”).

78. Servirei o País com a mesma santa devoção com que sempre o servi, como soldado que me orgulho de ser; e desejo por isso concluir, com a afirmação de que a minha presença neste lugar deverá ser por todos entendida, antes de tudo e apenas, como firme e cabal garantia de que não serão traídas as esperanças despertadas nos corações portugueses na manhã de 25 de Abril. – **AS1974**

Os traços de carácter (e de corporalidade⁴³) associados à imagem do soldado – o patriotismo, a dedicação, o altruísmo, a honra – informam o povo sobre o tipo de pessoa que o Presidente é e servem ainda de caução, por provas dadas, do carácter do Presidente que acaba de ser empossado.

A imagem do homem político reveste-se de uma corporalidade energética e dinâmica “quase militar ou desportiva” (Charaudeau, 2005, p. 107) – bem mais, aliás, que a imagem do soldado – e esta corporalidade constrói-se no discurso com a concetualização da política como uma batalha e, conseqüentemente, dos Presidentes como combatentes de guerra (“*ação combativa*” e “*combate político*”).

79. De facto, eu mantive-me, até a última hora, na política ativa, exercendo uma ação combativa na imprensa e na tribuna parlamentar e popular. – **AA1919**

⁴³ O corpo do soldado é estereotipicamente masculino, bélico e dado ao sacrifício.

80. Foi em nome dessa responsabilidade e dessa convicção que, desde a Universidade, me empenhei no combate político. Continuo fiel a esse mandamento interior. – **JS2001**

Há, nesse sentido, uma dimensão grupal na construção da imagem do político. O político partilha com os seus companheiros (de partido e de ocupação – a classe política) uma experiência (“*invoque a praxe parlamentar, por mim tantas vezes aqui usada*”) e um conhecimento (“*conheço bem esta Casa*”) comuns, cuja familiaridade é, aliás, reforçada por estruturas superlativas como “*tantas vezes*” ou “*bem*”. O conhecimento da prática e da vivência políticas e a experiência acumuladas durante anos ajudam a construir, mais do que a ideia de competência, a de alguém que está por dentro, que sabe do que faz e do que fala, que está no seu ambiente.

81. Permita-me, contudo, Sr. Presidente, que, em vez desse direito, invoque a praxe parlamentar, por mim tantas vezes aqui usada num passado cuja recordação me é grata, e lhe peça licença para falar a esta Câmara, sede da representação plural da Nação, saudando todos os Srs. Deputados com respeito e apreço. – **JS2001**

82. Permita-me que diga que conheço bem esta Casa, onde vivi intensos anos de atividade parlamentar. – **MS1986**

Ser político eleva o indivíduo a uma posição dignificada – o léxico eufórico e afetivo que gravita em torno da Assembleia e da atividade parlamentar constroem o sentimento de orgulho (“*Honro-me de ter sido parlamentar*”, “*como estímulo que me honra*”); isto porque o “combate político” é considerado como um serviço à Pátria (“*um elevado sentido de serviço à República*”), e as batalhas que se travam no Parlamento, à semelhança das travadas pelo soldado, também são capazes de fazer História (“*vivi momentos históricos, exaltantes, neste hemiciclo*”).

83. Sempre considerei – e considero – a Assembleia da República como o centro vital da democracia. Honro-me de ter sido parlamentar. Deputado às Constituintes, fui sucessivamente reeleito em todas as legislaturas. Nos últimos dez anos vivi momentos históricos, exaltantes, neste hemiciclo, de que guardo indelével recordação. – **MS1986**

84. Agradeço-lhe muito, Sr. Presidente da Assembleia da República, a sua saudação. Moldada como é por uma larga experiência política, por um elevado sentido de serviço à República e por um laço de estima pessoal, recebo-a como estímulo que me honra e responsabiliza. – JS2001

Exercer o cargo de Presidente é também aqui visto como uma extensão do serviço ao País que o “combate político” representa (“*Ser eleito Presidente da República representa uma responsabilidade e uma honra incomparáveis na vida de um político*”); os traços de carácter do político são aqui semelhantes ao do soldado – os de alguém honrado, patriota, dedicado e altruísta.

85. Ser eleito Presidente da República representa uma responsabilidade e uma honra incomparáveis na vida de um político. – JS1996

A recuperação e o retrabalho destas imagens é, claro, contextual (ainda que padronizados): surgem em momentos de valorização destas representações coletivas. Os generais Óscar Carmona e António Spínola, por exemplo, foram, cada um na sua época, figuras emblemáticas de revoluções históricas, lideradas por militares – o 28 de Maio de 1926 e o 25 de Abril de 1974. Carmona, além de ter ascendido ao cargo da Presidência no seguimento do golpe militar de 1926, do qual tomou parte, tornou-se um elemento central na consolidação do Estado Novo (Freire & Pinto, 2010, p.35), ao “manter os militares sob controlo e evitar novos golpes” (Silva, 2016). Já António Spínola desempenhou um papel importante “na rendição do último Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo, Marcelo Caetano, e, conseqüentemente, na capitulação do antigo regime” (Freire & Pinto, 2010, p. 44), tendo sido apontado pela Junta da Salvação Nacional como o primeiro Presidente da República, depois do Estado Novo.

Também Mário Soares e Jorge Sampaio exercem o cargo da Presidência nas décadas após o 25 de Abril em que participar na vida política era contribuir para a Democracia e esta era sinónimo de Liberdade; sobretudo, no caso de Mário Soares, tendo em conta o seu passado na luta contra a ditadura. Mas, com efeito, na tomada de posse do segundo mandato de Jorge Sampaio há já indícios de uma alteração da opinião pública em relação à classe política.

Já, no caso de António de Almeida, a recuperação do seu passado político está mais relacionada com uma reputação pessoal, do que com um contexto socio-histórico particularmente favorável às representações do político, quando se considera a instabilidade política das primeiras décadas do século XX. António de Almeida, dada a sua atividade intensa tanto na imprensa da época como no Parlamento,

é descrito como “tribuno que inflamava as audiências”, o que lhe valeu “prestígio mesmo em setores republicanos que apoiaram inicialmente a ditadura” (Ventura, 2016, p. 30), e como “homem de discursos inflamados” (Almeida, 2016, p. 55) – e é o único Presidente da Primeira República a cumprir na sua totalidade o mandato.

A desvalorização destas mesmas representações sociais pode explicar o afastamento em relação a estas imagens noutros contextos. A título de exemplo, Cavaco Silva escolhe deliberadamente afastar-se da sua imagem pública de político enquanto candidato presidencial. Freire & Pinto (2010, p. 119) observam que Cavaco Silva “capitalizou de um certo descontentamento face aos partidos políticos e à classe política”, ao apresentar-se como um “político não profissional”, apesar de ter estado à frente do País, enquanto Primeiro-Ministro, durante quase dez anos.

As imagens públicas que se recuperam constituem, fundamentalmente, imagem ditas e assentam nos aspetos mais valorizados das representações coletivas de que partem, além de que fazem parte de um processo deliberado de construção de imagens. A construção da imagem pública pode, contudo, constituir igualmente um *ethos* mostrado e menos intencional. No último discurso de Cavaco Silva, a proliferação do vocabulário técnico (“*o crescimento potencial*”, “*reembolso do endividamento*”, “*o défice externo*”, “*deficit anual*”), apresentação de dados estatísticos (“*inferior a 1%*”, “*cerca de 25%*”, “*9% do produto*”) e a referência a instituições financeiras, como o Banco de Portugal, contribuem para construir uma imagem de Cavaco Silva, enquanto Ministro das Finanças (cargo que, aliás, desempenhou entre 1980 e 1981) ou de Primeiro-Ministro.

86. De acordo com as últimas estimativas do Banco de Portugal, o crescimento potencial da economia portuguesa, o qual determina a capacidade futura de reembolso do endividamento presente, é atualmente inferior a 1% e, em 2010, o valor real do investimento ficou cerca de 25% abaixo do nível atingido em 2001. – **CS2011**

87. O défice externo de Portugal tem permanecido em valores perto de 9% do produto, contribuindo, por força do pagamento de juros ao exterior, para a deterioração do saldo da balança de rendimentos, cujo deficit anual, de acordo com o Banco de Portugal, se aproxima rapidamente dos 10 000 milhões de euros, privando a nossa economia de recursos fundamentais para o seu desenvolvimento. – **CS2011**

João Lemes Esteves (2011) reage ao discurso de tomada de posse de Cavaco Silva num artigo publicado a 9 de março de 2011 no jornal *Expresso*, intitulado precisamente “Cavaco Silva: um discurso de Ministro da Economia/Finanças”.

A recuperação das imagens públicas é outra estratégia que os Presidentes usam para construir a sua personalidade – desta vez, assente na ativação contextual dos aspetos positivos das representações coletivas do “soldado” e do “político” –, garantindo assim ao povo que são o tipo de pessoa que se espera que o Presidente seja, um exemplo a seguir e uma espécie de líder moral da Nação.

4.2.1.1.3. O Presidente Carismático – A Construção Discursiva do Carisma

A imagem carismática é um tipo particular de *ethos*. É também uma imagem que se liga ao indivíduo – ao seu corpo, ao seu magnetismo pessoal e à forma como se relaciona com o outro. Como afirma Zúquete (2011, p. 31), o carisma é uma variável e o impacto carismático dos líderes deve ser considerado num contínuo. Das figuras presidenciais dos cem anos da República, há algumas a quem é atribuída uma natureza mais carismática, como António Almeida e Mário Soares e outras ainda que são considerados largamente anti-carismáticos, como Óscar Carmona ou Américo Tomás, mas há apenas um nome, cujo impacto o tornou um fenómeno carismático da sua época e que por isso será o foco da nossa análise da imagem carismática, o de Sidónio Pais.

Carisma é um conceito de origem cristã (do latim *charisma*, *átis*, graça divina) e é recuperado, no século XX, pelo sociólogo Max Weber que o define como a crença na qualidade extraordinária de alguém que aparenta ser dotado de forças ou de característica sobrenaturais ou sobre-humanas, ou, pelo menos inacessíveis à pessoa comum (Donot & Emediato 2015, p. 6)

A este carisma, que Weber qualifica de carisma mágico, vai opor-se a noção de carisma de função ou de autoridade, que se relaciona, sobretudo, com a função exercida ou com a posição ocupada – com o *ethos* institucional, na verdade. De acordo com Charaudeau (2015, p. 5), esta distinção remete respetivamente para os conceitos de credibilidade – ligado à imagem de quem fala – e de legitimidade – enquanto posição atribuída por um determinado sistema de organização social reconhecido pelos membros dessa sociedade (Charaudeau, 2015, p. 7). O conceito de carisma é, então, uma questão, sobretudo, de *ethos* (e de credibilidade), e não de legitimidade – ainda que a legitimidade de uma posição atribuída funcione, muitas vezes, como um ponto de partida para a construção da imagem carismática.

Mas, na sua relação com o *ethos*, o carisma constitui uma imagem que se liga a alguém excepcional ou extraordinário; Charaudeau (2015, p. 5) fala mesmo do carisma como um “excesso de *ethos*”. E é nesse sentido que o autor vai determinar as condições para a manifestação de um *ethos* carismático, a partir de parâmetros, como a origem da imagem carismática, o modo como esta imagem se exterioriza e as imagens que se constroem na relação com o outro.

Há, para Charaudeau, algo de “misterioso” e de “mágico” na origem da imagem carismática, o que não deixa de remeter para a ideia de algo “indefinível” e “impalpável” ou, até mesmo, de “divinal”, própria da etimologia cristã da palavra (Charaudeau 2015, p. 6), à semelhança, aliás, de Weber.

A manifestação da imagem carismática está também ligada a um corpo; é, como refere Charaudeau, “presencial” e esse corpo é o modo de apreender algo que é “indefinível que seduz” e que chega mesmo a “hipnotizar” (Charaudeau 2015, p. 6). Esta perspetiva do modo como a imagem carismática se manifesta vai ao encontro de uma “conceção mais encarnada de *ethos*” (Maingueneau, 2002, p. 5), como já vimos acima.

A imagem carismática vai servir, então, simultaneamente, como um espelho em relação ao outro, que desencadeia um “movimento de identificação”, mas também como um mediador desse algo carismático, como “um ideal” ao qual se aspira ou “um absoluto” que não deixa de ser “inatingível” na sua essência. É nesse sentido que Donot & Emediato (2015, pp. 6-7) referem o conceito de Ouedraogo (1993) de uma “comunidade emocional” que se constitui em torno da pessoa carismática e dos seus seguidores. E, com efeito, para Plantin (1998, p. 216), todo o *ethos* é sempre “emocionado” (ou seja, liga-se sempre às emoções), pelo que existe necessariamente uma estrutura patémica do *ethos*.

No discurso político, a imagem carismática vai constituir um *ethos* (sobretudo) de identificação (Charaudeau 2005, p. 105)⁴⁴ na medida em que assenta numa ligação emocional que se estabelece e se constrói também no discurso e, à semelhança das imagens construídas no discurso político, vira-se, ao mesmo tempo, para o eu e para o outro. E, claro, a construção das imagens (e da imagem carismática, por extensão) é regulada pela função social de quem fala (ou melhor, pelo *ethos* institucional), pela imagem de locutor prevista nos géneros discursivos, mas também pelas imagens que se ligam ao indivíduo.

O (curto) período de governação de Sidónio Pais tem início com o golpe de Estado de 5 de Dezembro de 1917, levado a cabo pelas forças que se opunham à participação portuguesa na Primeira

⁴⁴ Como já vimos, Charaudeau (2005) centra-se na construção das imagens no discurso político e propõe que as imagens construídas ora assentam num discurso de razão (*ethos* de credibilidade), ora assentam num discurso de afeção (*ethos* de identificação). As primeiras ligam-se à necessidade de se mostrar credível no discurso e as segundas prendem-se com as relações afetivas que se estabelecem entre o locutor e o(s) alocutário(s).

Guerra Mundial e que tinha Sidónio Pais como chefe da Revolução. É sob o nome de “República Nova” que Sidónio Pais vai tentar instituir uma “ditadura presidencialista e plebiscitária” (Freire & Pinto 2010, p. 21), ao convocar eleições por sufrágio universal e direto para Presidente da República, fazendo-se eleger Presidente “numa eleição sem concorrência” e tomando, assim, “o controlo total sobre o executivo”. Serra (2010, p. 125) considera, aliás, que o apoio popular de que Sidónio Pais gozava na época, materializado nas “multidões que o aguardavam e seguiam, vibrando com os seus gestos e as suas palavras” vão, de certa forma, “referendar o presidencialismo de Sidónio Pais, antes mesmo de a revisão constitucional ter sido proposta”.

A República Nova e a ascensão de Sidónio Pais ao poder só são compreensíveis à luz do fenómeno que virá a ser, muito adequadamente, denominado de sidonismo e que Serra (2010, p. 125) define como o casamento entre um “apelo sebastianista, recortado num fundo de tensões sociais e religiosas” e uma “protagonização carismática do sistema político”. A figura de Sidónio Pais, com efeito, não só contrastava com o “formalismo e a falta de autêntica vibração humana dos três primeiros chefes de Estado” da Primeira República, nas palavras de Medina (2016, p. 79), como, de acordo com Martins (2016, p. 27), ficou “na memória popular como uma vedeta, do ainda incipiente, embora impactante espetáculo mediático” da altura, tornando-se o chefe de Estado “mais popular desde D. Pedro V, e a mais palpável encarnação do mito sebastianista”.

No discurso de tomada de posse de Sidónio Pais, constrói-se uma imagem ligada a um corpo que é animado de uma energia bélica e que se define pela juventude e pela virilidade. Esta corporalidade constrói-se através de um empenho e de um compromisso pessoal, marcados por atos de promessa (“*defenderei até à última gota de sangue a sagrada causa da Pátria e da República*”) construídos por redes semântico-lexicais associadas ao belicismo (como “*defenderei*”) e a uma corporalidade anímica (“*última gota de sangue*”) e a um radicalismo que não recua nem perante a violência.

88. Aqui vos afirmo solenemente pela minha honra que defenderei até à última gota de sangue a sagrada causa da Pátria e da República que é também a causa do Povo Português. – **SP1918**

E, com efeito, constrói-se no discurso uma corporalidade que mimetiza o modo como Sidónio Pais se apresentava nas frequentes viagens pelo país e em outras aparições mais ou menos oficiais: fardado de general, montado num cavalo negro e rodeado dos “cadetes de Sidónio” que repetiam os seus “tiques e gestos altivos” (Medina 2016, p. 81) – sendo conhecido pela forma abrupta e enérgica como retirava o capote. Expressões de movimento, como “*sem passar por cima de mim*” – que lembra,

aliás, a expressão popular “só por cima do meu cadáver” –, animam este corpo daquilo que Charaudeau (2005, p. 106) descreve como uma energia física que brota das profundezas da terra e que impulsiona o corpo à ação.

89. Sinto-me orgulhoso de ser o teu Presidente eleito e procurarei, quanto em minhas forças caiba, corresponder à confiança que em mim depositaste, sendo o teu amigo de todas as horas e interpretando o teu sentir e a tua vontade soberana, única a que me curvarei, e a quem ninguém poderá desobedecer sem passar por cima de mim. – **SP1918**

Estruturas de superlativação como “*quanto em minhas forças caiba*”, “*única a que me curvarei*” contribuem também para hiperbolizar esta corporalidade. É, pois, um corpo que se constrói no limite, mas sobretudo na superação, das capacidades humanas e se posiciona no inventário de corpos heroicos – contrastando com as “figuras quase sempre débeis ou frágeis” (Medina 2016, p. 78) do panorama político da República até à altura. Tal não deixa, aliás, de ser uma recuperação do seu estatuto enquanto chefe da Revolução e de explorar através desta imagem de guarda protetor do país e do povo o imaginário das forças armadas.

Esta corporalidade excecional de herói da revolução, forte, combativo e protetor, complementa-se com uma emotividade que vai partilhar, na sua essência, da mesma natureza impalpável e inacessível.

90. Nenhum ódio, nenhuma inimizade pessoal, nenhum sentimento rancoroso encontra eco no meu coração, só tenho a aspiração veemente de conciliar todos os nossos interesses legítimos. Poderei errar, mas apenas me demonstrem o erro estou pronto a emendá-lo sem ressentimentos nem vaidades, sem teimosias ininteligentes, sem intransigências tiranizantes. – **SP1918**

91. Porque nenhum desejo pessoal ou ambição ilegítima tinha de me manter num cargo que só pelo dever de assegurar o êxito da Revolução assumi e que por experiência sei ser um permanente tormento físico e moral, na ânsia sempre insatisfeita de buscar a felicidade do Povo, único grande ideal que se alberga no meu coração e que absorve a minha existência. – **SP1918**

Constrói-se uma emotividade pura, muito à semelhança da que se associa à figura dos santos através da ocorrência de termos de emoção (na terminologia de Plantin (1999)) com valores disfóricos – “*ódio*”, “*inimizade*”, “*ressentimentos*” e “*rancoroso*” – em contextos de estruturas negativas

(“*Nenhum ódio, nenhuma inimizade pessoal*” ou “*sem ressentimentos nem vaidades*”), que evocam traços positivos. A ocorrência de termos de emoção positivos em estruturas de superlativação – “*só tenho a aspiração veemente de conciliar todos os nossos interesses legítimos*” e “*único grande ideal que se alberga no meu coração e que absorve a minha existência*” – contribui igualmente para hiperbolizar a dimensão emocional da imagem que Sidónio Pais constrói de si mesmo, ao colocar em evidência uma abnegação patriótica levada ao limite.

Na verdade, a comparação de Sidónio Pais a outra figura igualmente popular do imaginário socio-discursivo da época, a de D. Pedro V, deve-se, em parte, à percepção de uma certa sinceridade e pureza de coração: tanto Sidónio Pais como D. Pedro V ficaram, por exemplo, conhecidos por visitarem a população durante episódios de surtos epidémicos.

A imagem que Sidónio Pais constrói de si no discurso (orientada para o eu e para a definição do indivíduo enquanto pessoa) alimenta-se, pois, dos imaginários dos reis, dos santos e dos guerreiros para construir, de forma hiperbolizada, um corpo forte, viril e jovem e um coração puro e abnegado, que acabam por fazer a síntese da figura do herói, nas narrativas populares.

Esta figura do herói que vive no plano do imaginário popular e com a qual a imagem discursiva de Sidónio Pais se parece alinhar caracteriza-se precisamente pela sua natureza abstrata e impalpável e pela sua capacidade de fazer a síntese de certos valores, como os da pureza, do patriotismo, da força ou da coragem.

Quando, na perspetiva de Charaudeau (2015), a construção da imagem se orienta para o outro, há uma encarnação desta essência heroica num corpo que ganha forma através da construção discursiva de uma relação próxima com o outro. Esta relação constrói-se através do recurso a redes semântico-lexicais associadas ao corpo e uma afetividade física (“*abraçando-as abraço-te a ti, a todo o povo português*”) e do uso da forma de tratamento de 2.^a pessoa do singular (TU) para se dirigir ao povo português (“*a tua emanção*”, “*o teu sangue*” e “*teu grande desejo de justiça*”).

92. Essas forças são a tua emanção, são o teu sangue. Saudando-as abraço-te a ti, a todo o Povo Português, no teu grande desejo de justiça tão ardentemente manifestado na espontaneidade com que abraçaste a causa dos aliados. – **SP1918**

Quer ao nível corporal, quer ao nível emocional, procura-se construir uma imagem próxima que acaba por ser explicitada na superfície textual em “*Todo o povo português pode contar em mim um amigo*”. A construção desta proximidade discursiva faz parte, aliás, da forma como Sidónio Pais interagia

com o povo nas suas aparições públicas – nas quais, segundo Medina (2016, p. 81) “beija crianças, aperta mãos, saúda afetuosamente todos”.

93. Todo o povo português pode contar em mim um amigo, pronto a defender a sua justiça, ainda que seja o meu maior inimigo. – **SP1918**

É certo que a imagem de herói que é na sua essência a síntese de certos valores particularmente valorizados num determinado imaginário socio-discursivo é diametralmente oposta da imagem de alguém próximo, em quem se pode tocar e abraçar, que é um de nós, no meio de nós – como um amigo. Mas é talvez precisamente neste paradoxo que assenta a construção da imagem carismática, ao articular o desejo dos interlocutores de se reconhecerem na imagem de alguém que não deixa de ser uma versão idealizada e abstrata de si mesmo com o desejo de ver essa abstração acessível num corpo próximo e palpável.

A heroicização da imagem presidencial de que fala Cronin (1974, p. 60) e o carácter puro que se atribui ao Presidente, de acordo com Hinckley (1990, p. 12), são, efetivamente, atualizados no discurso de tomada de posse de Sidónio Pais, com a construção de uma corporalidade forte e jovem – que recupera também a sua imagem pública de militar e de chefe da Revolução, e com a construção de uma emotividade pura e abnegada – que é igualmente alimentada pela figura de D. Pedro V e dos santos do universo católico-cristão. É claro que não podemos argumentar, à semelhança de Weber, que a imagem carismática decorre exclusivamente do estatuto presidencial. Nem todos os Presidentes foram tão carismáticos como Sidónio Pais. Mas as expectativas sociais em relação à figura do Presidente (o *ethos* institucional) amplificam, sem dúvida, aquilo que a imagem tem de carismático.

Os Presidentes definem-se enquanto pessoas nos discursos de tomada de posse (1) através da construção de um carácter e de uma corporalidade que se alinham com as idealizações ideológicas de cada regime em relação ao modelo de português ideal; (2) através da recuperação e do retrabalho contextuais das imagens públicas (de soldado e de político) dos Presidentes, focada nos traços de carácter e corporalidade valorizados em cada uma delas e (3) através da construção da imagem carismática, ligada ao corpo e às emoções. Os Presidentes afirmam assim as expectativas sociais do *ethos* institucional no que diz respeito ao tipo de pessoa que se espera que o Presidente seja e apresentam-se como os líderes morais da Nação e como exemplos a seguir com quais o povo se deve identificar e, em última instância, aspirar a ser.

4.2.1.2. Liderança e o Papel de Presidente – A Imagem de Presidente da República

O discurso de tomada de posse demonstra liderança presidencial pelo próprio ato da sua pronúncia (Campbell & Jamieson, 1985, p. 401). Espera-se, então, que, no discurso de tomada de posse, o Presidente se apresente no seu papel presidencial e mostre a sua capacidade de desempenhar o cargo de Presidente – o que significa, na verdade, a sua capacidade de afirmar e de se conformar às expectativas sociais do *ethos* institucional de Presidente. Barber (1972, p. 450) chega mesmo a afirmar que o Presidente existe apenas na mente dos Homens, porque o que constitui a instituição presidencial não são mais que imagens, hábitos e intenções partilhadas por quem as inventa e por quem reage a elas. E Hinckley (1990, p. 8) observa que o cargo do Presidente é indefinido⁴⁵, e, por isso, os Presidentes acabam por ser o que as pessoas querem que eles sejam.

Nos capítulos seguintes, observaremos a forma como o papel presidencial é desempenhado, através da construção de uma imagem de Presidente nos discursos, pelos Presidentes da República – o que para Campbell & Jamieson (1985, p. 404) significa que cada indivíduo que desempenha o cargo deve, nos discursos de tomada de posse, falar e agir nas suas capacidades presidenciais (e não pessoais) – (1) ao mostrarem a sua capacidade de definir o que significa ser Presidente, (2) ao demonstrarem as suas capacidades de assumir efetivamente o papel de Presidente e (3) ao recuperarem uma imagem pública de Presidente, nos contextos de reeleição.

4.2.1.2.1. O que Significa Ser Presidente? – A Construção da Imagem Dita de Presidente

A Presidência constitui um cargo cujos poderes, especialmente, os informais, são indefinidos e, conseqüentemente, espera-se, em certas épocas mais do que noutras, que os Presidentes explicitem, no discurso de tomada de posse, o seu entendimento da Presidência, o que resulta na construção de uma imagem de Presidente – a partir da construção da Presidência enquanto objeto de discurso – e que permite mapear no curso da República as concepções distintas de um cargo que é, por definição, dinâmico e mutável. É, pois, uma imagem dita de Presidente.

Estão aqui em causa os deveres que os Presidentes consideram caber ao Presidente, pelo que a construção desta imagem se prende com questões de modalidade deontológica. A modalidade é um

⁴⁵ Óscar Carmona alude a esta indefinição do cargo da Presidência no seu discurso de tomada de posse de 1928, ao afirmar que as eleições presidenciais consagram “não o valor muito obscuro do Presidente da República que, neste momento, se investe no exercício da sua magistratura, mas antes e sobretudo o próprio pensamento de reabilitação nacional, que eu, modestamente, sou obrigado a personificar como sei e como posso”.

conceito explorado em diversas e distintas perspectivas teóricas, mas, que, na sua essência, diz respeito às diferentes atitudes que o locutor adota no discurso. Da mesma forma, autores de correntes teóricas distintas, como Neves (1997), Macário Lopes e Garça Rio-Torto (2007) e Oliveira (2013), apontam que a modalidade deôntica se liga a valores de obrigação e de permissão.

Carreira (2004, p. 692) aponta duas questões que melhor caracterizam a modalidade deôntica: a orientação para a concretização de um ato e a necessidade ou possibilidade de estes atos serem realizados por agentes moralmente responsáveis. Esta questão fundamental dos sujeitos e da sua responsabilidade é também referida por Campos (1997, p. 159), na medida em que a investigadora defende que a construção da modalidade deôntica implica uma “relação intersujeitos”, ou seja, existe um sujeito que é fonte e um sujeito que é alvo de obrigação. E se, em geral, o locutor assume o papel de fonte de obrigação e o interlocutor assume o de alvo de obrigação, veremos que estes papéis são dinâmicos e dependem dos destinatários (como os Portugueses ou o Governo) e dos objetivos particulares.

É no seio da doutrina republicana que o cargo de Presidente da República surge, pelo que não é surpreendente que Teófilo Braga, uma das figuras centrais do movimento, escolha, meia década após a implantação da República, o termo ‘magistrado’ (“*Que todo o cidadão elevado à Presidência da República se considere um magistrado*”) para categorizar o cargo do Presidente, o que – fora do âmbito judicial – significa um cidadão dotado de uma autoridade superior.

94. Que todo o cidadão elevado à Presidência da República se considere um magistrado, tendo por escopo o acatamento da soberania nacional e assistindo com interesse e amor, mas sem intervenção ilegítima, ao normal funcionamento do regime democrático parlamentar. – **TB1915**

Se considerarmos o projeto republicano de “consciencialização cívica” e de “elevação moral e espiritual” do povo (Proença, 2010, p. 170) e “a fé na perfeitibilidade humana” que, nas palavras de Catroga (1991, p. 220), o republicanismo propagandeava, contra o pessimismo católico-cristão, o cargo da Presidência é precisamente enquadrado como uma ascensão do cidadão – um estado superior de se ser cidadão. Aliás, a imagética do Presidente da República enquanto cidadão dotado de uma autoridade superior “assistindo com interesse e amor” (note-se o léxico afetivo que aponta para a ideia do Presidente como um cuidador do povo) ao normal funcionamento do regime parlamentar é remanescente do imaginário católico-cristão que a ideologia republicana rejeitava, ainda que simultaneamente procurasse,

como já vimos, santificar as suas figuras centrais e, de acordo com Medina (1990, p. 32), “substituí-los nos altares da religiosidade do povo”.

Mas, se a novidade do cargo de Presidente da República, após a implantação, poderia resultar numa maior necessidade de definição do cargo, não existe, contudo, de forma sistemática, na Primeira República, a apresentação do que significa para os Presidentes ser Presidente (ou seja, não há a construção de uma conceção de Presidente) nos discursos de tomada de posse, tal como a encontraremos nos discursos do Estado Novo e, sobretudo, nos do Estado Democrático. Não é de esquecer, no entanto, que, na Primeira República, a eleição do Presidente se dava de forma indireta pelo Congresso, naquilo que Catroga (1991, p. 304) considera uma rejeição clara do presidencialismo, que Sidónio Pais implementará brevemente, em 1918; esta eleição do Presidente pelos pares poderá explicar a dispensa de apresentação do Presidente, nos discursos de tomada de posse deste período – ser-se Presidente é conhecimento comum, que só há necessidade de reafirmar quando se considera que um Presidente agiu de forma imprópria para a sua condição⁴⁶.

Até a imparcialidade presidencial, formulada como um dever do Presidente, através da modalidade deontica de obrigação (“*o Chefe de Estado se deve conservar alheio a todas as lutas e paixões*”)⁴⁷ parece ser enquadrada de forma algo distinta pela eleição indireta do Presidente da República; mais do que uma questão de representatividade de todos os Portugueses, como o será após o 25 de Abril, aqui a imparcialidade refere-se sobretudo à função do Presidente como “uma instância coordenadora e moderadora, superior a todas as lutas e paixões partidárias” (Catroga, 1991, p. 303).

95. Apesar disso, o Congresso deliberou escolher-me para, numa República parlamentar, em que o Chefe de Estado se deve conservar alheio a todas as lutas e paixões, presidir aos destinos da Nação a que se condicionam todos os destinos partidários. – **AA119**

Na Primeira República, constrói-se, quando as circunstâncias socio-históricas o parecem exigir, uma imagem de Presidente imbuída dos princípios da doutrina republicana: o Presidente é cidadão-magistrado ou um cidadão superior, capaz de se colocar acima de quaisquer disputas partidárias, e cuja

⁴⁶ Teófilo Braga ascende ao cargo de Presidente da República no seguimento da Revolta de 14 de maio de 1915, na qual se põe fim à ditadura do general Pimenta de Castro. Considera-se que o anterior Presidente, Manuel de Arriaga, havia facilitado a situação ao ter convidado o general a formar governo (Serra, 2010, p. 116), o que levou a dissolução do Congresso e à instauração da ditadura, em janeiro desse mesmo ano.

⁴⁷ Também a necessidade de reafirmação do que significa ser Presidente no discurso de António de Almeida parece advir de imposições contextuais, ligadas à sua reputação política e à sua ação partidária.

função é a de observar, quase como um santo, o funcionamento do regime parlamentar e “os destinos da Nação”.

Das funções presidenciais no texto constitucional do Estado Novo é a defesa da independência e da integridade da Pátria (“*a independência e integridade da Pátria, cuja defesa de modo tão explícito a Constituição me impõe como Chefe de Estado*”) que, nos quase cinquenta anos de ditadura, constitui, nos discursos, o principal dever do Presidente, como a modalidade deontica de obrigação forte o indica (“*a Constituição me impõe como Chefe de Estado*”),

96. Nós o vimos bem claramente através de uma reação vivíssima quando receu pudessem ser atingidos alguns daqueles princípios fecundos a que tem obedecido a sua vida, o seu orgulho de nação livre, a independência e integridade da Pátria, cuja defesa de modo tão explícito a Constituição me impõe como Chefe de Estado. – **OC1949**

acima até dos restantes deveres presidenciais (note-se a modalidade deontica de permissão do verbo “poder” desta vez numa estrutura negativa em “*à defesa da integridade e da independência da Pátria não pode deixar de conceder-se preferência sobre qualquer outra causa, mesmo a da promoção do bem geral da Nação*”, no exemplo em baixo), sobretudo, quando a partir dos anos sessenta houve a necessidade de defender uma guerra que se tornará impopular (Lucena, 2002, p.11). Aqui a fonte de obrigação é a própria Constituição (“*cuja defesa de modo tão explícito a Constituição me impõe como Chefe de Estado*”, no exemplo 96).

97. Outro tanto não posso afirmar quanto ao restante do juramento, pois a promoção do bem geral da Nação, quando temos, efetivamente, de sustentar e defender a integridade e a independência da Pátria, sendo tarefa excepcionalmente aliciante e verdadeiro desafio à nossa capacidade realizadora, é já missão erçada de dificuldades na sua conjugação, porque à defesa da integridade e da independência da Pátria não pode deixar de conceder-se preferência sobre qualquer outra causa, mesmo a da promoção do bem geral da Nação, pelo menos ao ritmo a que poderia e deveria ser realizada em circunstâncias normais. – **AT1972**

A ideia do Presidente enquanto defensor da Pátria apela, claro, ao patriotismo que a ideologia do Estado Novo propagandeava e ao universo militar (“*defender*”, “*defesa*”, “*independência*”, “*missão*”) em que assenta, aliás, a imagem pública dos Presidentes da ditadura; mas a imagem de Presidente no

Estado Novo traduz-se também numa forma de ver a política e de ver a autoridade. A modalidade deontológica de obrigação (“*cabe estar atento*”, “*compete-lhe sobretudo estar preparado*”) e a proliferação de léxico ligado à esfera da autoridade (“*administra*”, “*preparado*”, “*emergências*”, “*responsabilidades*”, “*decisões*”) definem o Presidente como o responsável pela Nação: é ele “quem administra”, quem está “atento aos erros que se cometem”, quem está “preparado para as emergências” e quem tem a responsabilidade das decisões tomadas.

98. A quem administra cabe estar atento aos erros que se cometem e às deficiências que forem surgindo e animado do firme desejo e da preocupação constante de só ser útil à causa que serve. – **AT1958**

99. E se ao Chefe do Estado cabe sempre estar atento, compete-lhe sobretudo estar preparado para as emergências que possam surgir, pois é na sua consciência que pesará a responsabilidade das decisões a tomar. – **AT1965**

E se, no Estado Novo, “a política devia deixar-se para quem podia mandar” (Rosas, 2013, p. 200), o Presidente é quem manda, porque precisamente é quem pode – quem sabe e quem consegue – mandar: esta forma de autoridade não se constrói como algo a ambicionar ou a aspirar-se (implica responsabilidades, decisões, emergências), é o dever de quem o consegue fazer, neste caso, quem o consegue fazer é o Presidente (enquanto “a política dos que obedeciam era o trabalho” (Rosas, 2013, p. 200)). O cargo de Presidente chega mesmo a ser requalificado como “a autoridade em que acabo de ser investido”; e esta autoridade é enquadrada como algo que serve o bem coletivo dos portugueses (“*A autoridade em que acabo de ser investido existe para bem de todos os portugueses*”).

100. A autoridade em que acabo de ser investido existe para bem de todos os portugueses, e a todos os que comungam na unidade da Pátria, embora vivam ou cumpram a sua missão em terras distantes, se dirigem as minhas saudações e a expressão do meu reconhecimento. – **OC1942**

No Estado Novo, constrói-se, então, uma imagem de Presidente como quem manda, quem pode defender a Pátria, quem sabe administrar e quem consegue tomar as decisões; a imagem de Presidente na ditadura define-se, em parte, pela divisão entre aqueles que têm autoridade e aqueles que não a têm.

Após o 25 de Abril, o Presidente da República é qualificado como um garante: o garante do regular funcionamento das instituições, no seu papel em relação aos restantes órgãos de soberania (“*é o primeiro garante do regular funcionamento das instituições democráticas*”), o garante da unidade do Estado, na relação com os órgãos das regiões autónomas Madeira e Açores (“*Como garante da unidade do Estado, desejo saudar os órgãos próprios das regiões autónomas*”),

101. Julgo que o País necessita de mais do que a mera cooperação institucional, que os portugueses têm uma ambição maior em relação àquele que, nos termos da Constituição, representa a República e é o primeiro garante do regular funcionamento das instituições democráticas. – **CS2006**

102. Como garante da unidade do Estado, desejo saudar os órgãos próprios das regiões autónomas e assegurar-lhes uma leal e efetiva cooperação. – **MS1986**

e, em última instância, da própria democracia (“*o Presidente da República, como garante último da democracia e da unidade nacional*”).

103. O respeito permanente por este quadro de valores fundamentais determina a dimensão ética em que considero dever situar-se o Presidente da República, como garante último da democracia e da unidade nacional. – **RE1981**

Enquanto garante do regular funcionamento das instituições democráticas e da unidade de Estado, o Presidente deve adotar um papel de moderador (note-se mais uma vez a modalidade deontológica de obrigação em “*meu dever*” e “*cabendo ao Presidente da República*”), em permanente cooperação com os órgãos de soberania, com os quais mantem uma relação de solidariedade e lealdade (“*Considero assim ser meu dever trabalhar lealmente com os governos que tenham a confiança da Assembleia da República*”), e responsável pela promoção de consensos (“*cabendo ao Presidente da República, pelas suas próprias funções, ser um fator essencial de estabilidade, o natural mediador dos consensos possíveis*”).

104. Considero assim ser meu dever trabalhar lealmente com os governos que tenham a confiança da Assembleia da República ou que por esta sejam viabilizados, quaisquer que forem. Asseguro pois ao atual Governo, embora minoritário, o meu apoio leal e a minha solidariedade, nos termos expressos. – **MS1986**

105. Para tanto, exige-se a responsabilidade solidária e a cooperação leal dos órgãos de soberania, cabendo ao Presidente da República, pelas suas próprias funções, ser um fator essencial de estabilidade, o natural mediador dos consensos possíveis. Esse será o meu principal objetivo. – **MS1986**

Nesta qualidade, é, para os Presidentes democráticos, dever do Presidente (explicitado outra vez pela modalidade deontica de obrigação em “*compete-lhe*”, “*impõe-se*”) influenciar a agenda política, refletindo sobre a situação do País, oferecendo diagnósticos e apresentando linhas orientadoras para o futuro da Nação, como veremos, aliás, mais à frente (“*compete-lhe, no âmbito dos seus poderes, ser um fator de orientação e de referência*” e “*impõe-se ao Presidente da República que contribua para a definição de linhas de orientação*”).

106. O Presidente da República é portador de um desígnio nacional e compete-lhe, no âmbito dos seus poderes, ser um fator de orientação e de referência, em termos genéricos, que permita a realização progressiva daquele desígnio, com tempo, serenidade e moderação. – **MS1986**

107. Neste contexto difícil, impõe-se ao Presidente da República que contribua para a definição de linhas de orientação e de rumos para a economia nacional que permitam responder às dificuldades do presente e encarar com esperança os desafios do futuro. – **CS2011**

A eleição por sufrágio universal do Presidente da República com a chegada da Democracia torna o Presidente o representante máximo de Portugal, mas também dos Portugueses. O Presidente torna-se, mais do que um porta-voz, um interlocutor dos Portugueses (“*o Presidente da República pode ser um interlocutor privilegiado dos anseios e legítimas preocupações da sociedade civil*”), a quem compete auscultar e interpretar a vontade e os sentimentos do coletivo (“*Intérprete das expectativas dos cidadãos e da vontade coletiva*”) – o léxico de emoções (“*anseios*”, “*preocupações*”, “*expectativas*”, “*vontade*”)

aponta, aliás, para a dimensão afetiva da relação do Presidente e dos Portugueses, que exploraremos mais à frente.

108. Intérprete das expectativas dos cidadãos e da vontade coletiva, sem deixar de ser o garante do regular funcionamento das instituições, cabe-lhe exprimir um impulso transformador e reformista, pois só ele permite manter viva a ambição de um Portugal dinâmico, competitivo e solidário. – **JS2001**

109. Ouvindo os portugueses, escutando o País, o Presidente da República pode ser um interlocutor privilegiado dos anseios e legítimas preocupações da sociedade civil sem se assumir como porta-voz de interesses corporativos e sem interferir na esfera própria de competências de cada órgão de soberania. – **CS2006**

Ainda que a conceção do Presidente democrático enquanto garante do regular funcionamento das instituições, moderador dos consensos políticos e interlocutor do clima de emoções dos Portugueses seja transversal nos discursos da Democracia, cada Presidente procura a deixar o seu cunho pessoal na leitura que faz das funções presidenciais, através de uma modalidade epistémica ligada à inscrição do EU na superfície textual (“*Tal como a entendo*”, “*De acordo com a leitura que faço dos poderes presidenciais*”, e “*considero*”) que introduz a forma como cada Presidente conceptualiza a Presidência.

110. Tal como a entendo, a função presidencial não deve ser interferida por projetos pessoais nem por egoísmos partidários, sejam de que natureza forem. – **MS1986**

111. De acordo com a leitura que faço dos poderes presidenciais inscritos na Constituição, considero que o Presidente da República deve acompanhar com exigência a ação governativa e deve empenhar-se decisivamente na promoção de uma estabilidade dinâmica no sistema político democrático. – **CS2006**

Pois, após o 25 de Abril e com “impacto das eleições presidenciais sobre a vida política”, a “crescente influência dos *mass media*” e a “redução das diferenças programáticas entre os partidos” (Freire & Pinto, 2010, p. 117), observa-se aquilo que Freire & Pinto denominam de a personalização e desideologização da política, que ajudam, sem dúvida, a explicar a construção da imagem de Presidente na Democracia.

O Presidente vê-se como aquele que cuida da Nação, na Primeira República, como aquele que manda, no Estado Novo e como aquele que garante o funcionamento das instituições e da democracia e aquele que ouve e traduz as emoções dos Portugueses, na Democracia. A construção desta imagem passou de ser circunstancialmente motivada – em momentos de maior instabilidade ou oposição políticas, no Estado Novo, mas, sobretudo, na Primeira República – a paradigmática deste género discursivo, no Estado Democrático, com a crescente pessoalização da política. Mas, a imagem que os Presidentes constroem do que significa ser Presidente expressa mais do que uma conceção da Presidência, contem em si uma forma de ver mundo – o que é priorizado e valorizado, o que se entende por autoridade e quais as dinâmicas nestas relações entre os que a têm e os que não a têm.

4.2.1.2.2. Palavra de Presidente – A Construção da Imagem Mostrada de Presidente

A questão da liderança presidencial prende-se também com a capacidade do Presidente de desempenhar o papel de Presidente e apresentar-se a agir como se espera que um Presidente aja (aquilo que Campbell & Jamieson (1985, p. 403) denominam de a apresentação formal do Presidente como Presidente). Os Presidentes participam nesta “performance presidencial” (ou “encenação”, na terminologia de Marques (2019)) através da enunciação de compromissos, que, mais do que mostrarem a ação presidencial, evidenciam os princípios e os valores que vão reger a conduta dos Presidentes. É, pois, uma imagem mostrada de Presidente⁴⁸.

Na Primeira República, os Presidentes vão ancorar o exercício do cargo da Presidência (“*ao exercer o meu alto cargo*” e “*No desempenho das suas altas funções*”) nos princípios e os valores republicanos (“*nos ditames de honra, de justiça e de dignidade*” e “*na mais entranhável devoção cívica*”). Enquanto Presidente, os Presidentes fazem parte de obra nobre e prestigiante: o léxico valorativo prolifera, na qualificação do cargo (“*o meu alto cargo*”, “*altas funções*”), do mandato de Presidentes anteriores (“*a sua grandiosa obra*”), e da própria República (“*à grandeza e ao prestígio da República*”); até o compromisso de procurar inspiração para o exercício do cargo aponta nesse sentido (“*inspirar-me, para o bem da República Portuguesa, nos ditames de honra, de justiça e de dignidade*” e “*inspirando-me imperterritamente na mais entranhável devoção cívica*”).

⁴⁸ É, claro, que, como veremos, particularmente, com a construção da imagem do Presidente enquanto líder de Portugal, do País e dos Portugueses, a construção das imagens presidenciais é largamente mostrada e não dita (como é aliás o caso com a construção das imagens em geral que, nas palavras de Maingueneau (2002), se inscrevem numa linha contínua entre o dito e o mostrado). Trataremos aqui particularmente da construção da imagem mostrada de Presidente, nesta vertente de “performance presidencial” ou da imagem que se constrói quando o Presidente se apresenta no seu papel de Presidente.

112. Diligenciarei, ao exercer o meu alto cargo, honrar a memória do nosso malgrado e saudoso Presidente, Dr. Sidónio Pais, procurando sempre seguir a sua grandiosa obra e inspirar-me, para o bem da República Portuguesa, nos ditames de honra, de justiça e de dignidade. – **CC1918**

113. No desempenho das suas altas funções, de tamanha responsabilidade, que o Congresso mais uma vez só dignou confiar-me, desvelar-me-ei por corresponder à sua extremada benevolência, e inspirando-me imperterritamente na mais entranhável devoção cívica à grandeza e ao prestígio da República pelo estreitamento dos vínculos de concórdia e confraternização social, em fiel solidariedade com as aspirações palpitantes do progressivo génio da Pátria. – **BM1925**

Também a seleção lexical de verbos ligados à ideia de esforço (“*diligenciarei*” em 112 e “*desvelar-me-ei*” em 113) e de uma ação energética e quase corporal (“*combaterei*”, “*defenderei*”, no exemplo 114) articulada a uma assertividade, que decorre do empenhamento pessoal, verbalizado numa série de atos de promessa, contribuem para a imagem de alguém forte e dedicado no que diz respeito ao sucesso da obra grandiosa que é a República. Enquanto Presidente, os Presidentes da Primeira República assumem os valores da doutrina republicana para o exercício do cargo, observam a Presidência como parte de algo nobre e prestigante e apresentam-se como líderes fortes e dedicados em prol da República.

114. Respeitador de todas as ideias políticas e religiosas dos portugueses, como é próprio da minha tradição e do lugar que vou ocupar, só combaterei, segundo os ditames da Constituição, quem atentar contra a República, e, então, não defenderei só o estado republicano, mas defenderei, como me cumpre, a própria doutrina republicana. – **AA1919**

No Estado Novo, a mesclagem enunciativa do EU presidencial (como em “*procurarei*” ou “*ofereço*”) e do EU pessoal (ligado ao corpo e ao carácter como em “*mim*”, “*minha boa vontade*”, “*meu patriotismo*”) fazem a articulação de uma forma de ver o cargo de Presidente assente numa autoridade forte (o Presidente é, como vimos, quem manda) e de um indivíduo largamente desinteressado (e quase relutante) em assumir o cargo, movido apenas pelo patriotismo e pela vontade de servir a Nação. As estruturas de superlativação (“*com a ambição única*” e “*o que humanamente possa ser exigido*”) e as repetições (“*toda a minha boa vontade e todo o meu patriotismo*”) hiperbolizam a dedicação, o esforço e a abnegação do indivíduo, que se esvazia precisamente da sua individualidade ao assumir o papel de

Presidente. Enquanto Presidente, os Presidentes do Estado Novo constroem uma imagem do líder patriota, abnegado e sem interesse no poder do cargo.

115. Procurarei corresponder à confiança que em mim depositaram pondo toda a minha boa vontade e todo o meu patriotismo ao serviço da Nação, com a ambição única de contribuir para o bem e prosperidade dos Portugueses. – **CL1951**

116. E nela ofereço a todos que nasceram portugueses, vivam ou não em território pátrio, o que humanamente possa ser exigido em esforço e dedicação. – **AT1958**

Na Democracia, esta imagem de Presidente ganha novas dimensões. Com o fim da ditadura, o Governo e a Assembleia passam a ser efetivamente responsáveis – ainda que depois da revisão constitucional de 1982 essa responsabilidade seja apenas institucional e não política – perante o Presidente da República; e se o cargo da Presidência é, por definição, suprapartidário, o indivíduo não o é, especialmente, quando, como é norma na Democracia, usufrui de um passado e de uma cor política públicos. Frain (1995, p. 665) debruça-se, por exemplo, sobre a “coabitação conturbada” entre o Presidente Mário Soares e o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, entre 1991 e 1995, que deu origem a um clima de “guerrilha institucional” (Frain, 1995, p. 662), que já se verificara entre o Presidente Ramalho Eanes e o Primeiro-Ministro Mário Soares, na década anterior. O compromisso de cooperação e de solidariedade institucionais em relação ao Governo (“*Ao Governo e ao Sr. Primeiro-Ministro reitero o compromisso de cooperação*”) é sistemático, repetindo-se em cada discurso da Democracia: a assertividade forte do presente do indicativo (“*[quero] assegurar*”, “*reitero*”, “*pode contar*”) dá a ação como garantida.

117. Quero agradecer a V. Ex.^a, Sr. Presidente da Assembleia da República, as generosas palavras que me dirigiu, ao saudar-me em nome dos Srs. Deputados, e assegurar, a esta ilustre Assembleia, o meu respeito, como sede principal da democracia portuguesa, e a minha intenção de estreita cooperação e solidariedade. – **MS1991**

118. Ao Governo e ao Sr. Primeiro-Ministro reitero o compromisso de cooperação que há cinco anos assumi perante os Portugueses. Pela minha parte, pode contar o Governo com uma magistratura ativa e firmemente empenhada na salvaguarda dos superiores interesses nacionais. – **CS2011**

Mário Soares recorda numa entrevista, sobre os seus primeiros anos enquanto Presidente, que “O meu sentimento dominante era de que necessitava, urgentemente, de pacificar Portugal, que se encontrava, praticamente, dividido ao meio. Estas duas metades estavam muito radicalizadas, de uma parte e de outra” (Falcão, 2014); após umas eleições que a jornalista Catarina Falcão descreve como as “eleições presidenciais mais disputadas de sempre” e que chegaram à segunda volta. Isto porque a eleição presidencial por sufrágio universal e direto dá origem a um eleitorado que se divide entre os vários candidatos e que após a eleição é necessário reconsolidar – Campbell & Jamieson (1985, p. 396) falam num processo de reconstituição do povo. Este processo cristalizou-se na fórmula “Presidente de todos os Portugueses”, compromisso que Ramalho Eanes fazia, já no seu discurso de posse, em 1981 (“*como Presidente de todos os Portugueses*”), mas que se celebrou com o discurso de Mário Soares, em 1986 (“*serei o Presidente de todos os portugueses e não apenas daqueles que em mim votaram*”).

119. É neste quadro de esperança e de responsabilidade que assumo, como Presidente de todos os Portugueses, perante esta Assembleia e perante o País, o compromisso solene de defender, e de garantir a nossa democracia aberta, expressa nas suas dimensões de participação política, de desenvolvimento económico, de solidariedade social e de criação cultural, respondendo aos desafios do presente e construindo um futuro de progresso e de fraternidade. – **RE1981**

120. Disse-o aos Portugueses durante a campanha eleitoral e reafirmo-o hoje, com solenidade: serei o Presidente de todos os portugueses e não apenas daqueles que em mim votaram. – **MS1986**

Todos os Presidentes, desde então, reafirmam, nos seus discursos de tomada de posse, variações deste mesmo compromisso, de Jorge Sampaio (“*Serei o Presidente de todos os portugueses*”) a Cavaco Silva (“*De todos serei Presidente*”), e até mais recentemente Marcelo Rebelo de Sousa afirma no seu discurso de tomada de posse de 2016 que “O Presidente da República é o Presidente de todos”. Carlos Gaspar, do Instituto Português de Relações Internacionais, diz que a fórmula “É como um artigo da Constituição que não está escrito” e Carlos Blanco Morais afirma que esta mostra que o Presidente “não seria uma força de facção, nem de partidos, representando toda a nação portuguesa” (Dinis, 2016).

121. Quando me candidatei às altas funções de que acabo de ser empossada afirmei de forma inequívoca: não há maiorias presidenciais. Serei o Presidente de todos os portugueses. De todos, sem exceção. – **JS1991**

122. De todos serei Presidente. Serei Presidente dos Portugueses que me honraram com o seu voto, mas também daqueles que o não fizeram. – **CS2011**

Outros compromissos constituem uma demonstração de ação e de liderança presidencial em tópicos que vão desde o terrorismo ao papel da família na educação: mais uma vez o uso do futuro (“farei”, “apoiarei”) e de estruturas de superlativação (“tudo farei”, “sem tréguas”, “todos os esforços”) apontam para uma liderança energética e forte. Michel Siegel (2012) comenta, aliás, num artigo do The Washington Post, que, para ser um bom líder, o Presidente deve focar-se em alguns grandes objetivos de cada vez (podemos pensar, no contexto americano, da “war on crime” (guerra ao crime) de Johnson, da “war on drugs” (guerra às drogas) de Reagan e da “war on terrorism” (guerra ao terrorismo) de Bush). Enquanto Presidente, os Presidentes democráticos assumem a solidariedade e cooperação com os Governos, são os Presidentes de todos os Portugueses e exercem uma liderança ativa em questões que afetam a sociedade.

123. O terrorismo, flagelo até há pouco desconhecido em Portugal, não pode ser hoje arredado, infelizmente, das nossas mais instantes preocupações. Tudo farei para que lhe seja dado um combate efetivo e sem tréguas. – **MS1986**

124. No quadro das minhas competências, apoiarei todos os esforços que contribuam para encontrar formas que permitam aos pais investirem cada vez mais na educação dos seus filhos e para que se concilie a vida profissional dos pais e das mães com a vida familiar, pois tenho bem presente a crescente importância da afetividade na construção da vida de cada um de nós.
– **JS1996**

Quando os Presidentes se apresentam no papel de Presidente constroem uma imagem que reconcilia os traços de carácter (e de corporalidade) dos indivíduos, as conceções de cada época sobre o cargo de Presidente e a expectativa de que o Presidente faça algo em relação ao rumo da Nação (nas

palavras de Barber (1972, p. 9), o Presidente deve ser “a take-charge man, a doer, a turner of the wheels, a producer of progress”). Na Primeira República, os Presidentes assumem os valores da doutrina republicana para o exercício do cargo, observam a Presidência como parte de algo nobre e prestigiante e apresentam-se como líderes fortes e dedicados em prol da República. Os Presidentes do Estado Novo constroem uma imagem do líder patriota, abnegado e sem interesse no poder do cargo. E, na Democracia, assumem a solidariedade e cooperação com os Governos, são os Presidentes de todos os Portugueses e exercem uma liderança ativa em questões que afetam a sociedade.

4.2.1.2.3. As Reeleições Presidenciais – A Construção da Imagem de Presidente no Contexto da Reeleição

A história da presidência portuguesa é também uma história de reeleições: 10 dos 27 discursos presidenciais de tomada de posse foram proferidos em contexto de reeleição, o que significa que 37% dos discursos de tomada de posse correspondem a Presidentes que ocuparam o cargo anteriormente. Daqui resulta uma imagem pública única – a imagem de Presidente reeleito, cujo capital de credibilidade advém não só da presença, da palavra e da prática presidencial durante o primeiro mandato, mas também de uma (re)legitimação veiculada pela reeleição.

É sempre de bom tom que um homem político no poder recorde os seus conseguimentos (Amossy, 2010, p.90), isto porque se trata de mais do que um mero exercício de jactância; a recuperação da imagem pública de Presidente permite a apropriação e/ou o retrabalho de narrativas que, em alguns casos, como exploraremos mais profundamente nos capítulos seguintes, confundem intencionalmente a história do País e a história dos Presidentes.

Por exemplo, Óscar Carmona recapitula, através de uma sequência narrativa, o seu primeiro mandato (“*Vão decorridos mais de oito anos depois que me foi concedido esse pesado encargo*”), enumerando os passos, que, depois da revolução de 28 de maio, separavam o cenário de instabilidade política que marcou a Primeira República (note-se o léxico disfórico associado à Primeira República: “*dissídio permanente*”, “*enleava*”) daquilo que descreve como a regeneração triunfante da Nação (e note-se aqui o léxico positivo: “*reconstrução*”, “*confiança*”, “*exemplo*”).

125. Vão decorridos mais de oito anos depois que me foi concedido esse pesado encargo, tempo bastante para experimentar processos de atuação e para os condenar ou sancionar. Durante eles pôs-se termo ao dissídio permanente que nos enleava e ameaçava subverter; iniciou-se e

já vai longe a obra de reconstrução moral e material da Nação e esta readquiriu a confiança nos seus próprios destinos, sobretudo depois que pôde ver a sua atividade apontada como exemplo a povos de mais relevo na cena mundial. – **OC1935**

E, Bernardino Machado, recorda, através de outra sequência narrativa, o seu primeiro mandato (“*Quando em 5 de Outubro de 1915 o assumi pela primeira vez*”), reescrevendo a história da participação de Portugal – e dele próprio enquanto Presidente da República (veja-se o léxico de emoções positivo e a ideia de dever cumprido: “*e orgulho-me de haver então cumprido todo o meu dever presidencial*”) – na Primeira Guerra Mundial como uma de vitória, quando, na realidade, graves foram as consequências da Guerra para o País.

126. Quando em 5 de Outubro de 1915 o assumi pela primeira vez, o nosso programa governativo era a intervenção de Portugal na guerra, e orgulho-me de haver então cumprido todo o meu dever presidencial. – **BM1925**

Da reeleição, retira-se também o significado político de uma aprovação popular e maioritária. Nos discursos da Democracia, a reeleição traduz, através do sufrágio, um alinhamento entre o Presidente e os Portugueses, sobre o qual se faz corresponder sentidos diversos, desde o desempenho no primeiro mandato (“*o exercício do meu primeiro mandato*”), a conceção e a prática das funções presidenciais (“*o entendimento consistente das funções presidenciais*”) até a um sistema de ideias e de valores (“*a vitória é o êxito de um sistema de ideias*”). O sufrágio é, em suma, a voz que os Portugueses usam para aprovar o primeiro mandando presidencial e o estatuto do Presidente reeleito beneficia do capital acrescido de uma credibilidade de provas dadas (basta atentar na assertividade forte em “*a vitória é o êxito de um sistema de ideias*” e em “*de forma inequívoca*”).

127. O eleitorado sufragou, de forma inequívoca, o exercício do meu primeiro mandato, nomeadamente o entendimento consistente das funções presidenciais e o método utilizado para lhes dar corpo; sufragou as metas enunciadas e as áreas de intervenção prioritárias; sufragou, finalmente, o meu inabalável propósito de congregar os portugueses e de dinamizar o Estado e a Sociedade. – **JS2001**

128. Ainda que, como acontece nas eleições presidenciais, não exista, um confronto entre partidos nem entre programas de governo, a vitória é o êxito de um sistema de ideias e de conceções

que são comuns a muitos responsáveis políticos, que são democraticamente afirmadas e praticadas por organizações e instituições, que correspondem aos anseios e sentimentos da maioria dos portugueses. – **RE1981**

Mesmo sem o sufrágio universal ou direto, a reeleição é usada no discurso como uma expressão da aprovação do Presidente e das suas medidas (“*com o aplauso generalizado da Nação*”) – neste caso a manutenção do conflito armado nas colónias – por parte do povo português (“*bem ciente do meu firme pensamento em tão melindrosa matéria*”): mais uma vez observa-se assertividade forte em “não pode ter significado diverso”. É claro que, no Estado Novo, esta estratégia conflui para discurso mais global de manipulação, tal como Charaudeau (2009) o descreve, que apresenta o que são os interesses do regime como algo, em última instância, benéfico para o povo português.

129. A minha recente reeleição, com o aplauso generalizado da Nação, bem ciente do meu firme pensamento em tão melindrosa matéria, não pode ter significado diverso. E eu confio no sentido arguto do povo português que, em todos os transes da nossa vida como Nação, soube sempre apontar, com o seu exemplo, os caminhos que deviam ser trilhados pelos seus governantes. – **AT1972**

Os Presidentes reeleitos usufruem também do benefício da familiaridade. Esta familiaridade traduz-se numa ligação emocional com o povo e constrói-se através de visitas presidenciais que representam o contacto do Presidente com os Portugueses – daí o uso de expressões enfáticas em referência às visitas como em “*praticamente de lés a lés*”, “*em todos os sentidos, de norte a sul, do litoral ao interior, o continente e as ilhas atlânticas*” e “*contactei amplamente as populações, como porventura ninguém antes o fizera tão sistemática e intimamente*”. Mário Soares introduziu, aliás, o conceito das Presidências Abertas, que eram organizadas em diferentes cidades do País e abriam espaço para o contacto direto entre o Presidente e a população.

130. Conhece-me o País suficientemente, pois o tenho percorrido, praticamente de lés a lés, com exceção dos pedaços de Portugal situados na Ásia e na Oceânia. Não preciso, pois, de dizer-lhe quem sou, nem como sou. – **AT1972**

131. Conheço hoje melhor Portugal e os Portugueses. Percorri o País em todos os sentidos, de norte a sul, do litoral ao interior, o continente e as ilhas atlânticas; contactei amplamente as populações, como porventura ninguém antes o fizera tão sistemática e intimamente, procurando auscultar os seus diferentes segmentos sociais, tão diferenciados entre si, e ouvir as opiniões das pessoas responsáveis, dos mais distintos padrões culturais e condições sociais. – **MS1991**

É importante o povo conhecer o Presidente no seu papel de Presidente. Desde a primeira eleição presidencial, após o 25 de Abril, em 1976, todos os Presidentes foram sempre reeleitos, exercendo dois mandatos consecutivos (o limite constitucional). A tendência para se eleger representantes incumbentes não se verifica só em Portugal nem diz respeito apenas à figura do Presidente da República. J.T. Young (2019), o antigo diretor de comunicações da administração Bush, escreve, a propósito das eleições presidenciais americanas de 2020, para o *Washington Examiner* sobre a vantagem do incumbente (num artigo intitulado “Incumbent advantage: Why Trump is likely to win in spite of bad polls”), referindo que, nos últimos cem anos, apenas três presidentes americanos eleitos perderam a reeleição. Também Gowrisankaran, Mitchell e Moro (2004) comentam que, desde 1914, no Senado americano, 80% dos senadores que fizeram campanha para reeleição ganharam. Quando os Presidentes recuperam no discurso o seu estatuto de Presidente reeleito fazem-no, então, para construir uma imagem de um Presidente bem-sucedido, em todos os sentidos: bem-sucedido nos seus feitos durante o primeiro mandato, bem-sucedido porque tem a aprovação da população e bem-sucedido porque o povo o conhece e conhece-o enquanto Presidente.

Os Presidentes desempenham o papel de Presidente (1) através da forma como definem o que significa ser Presidente, (2) através da forma como assumem o seu papel de Presidente e (3) através da forma como recuperação uma imagem de Presidente, nas reeleições. Quando definem a Presidência, o Presidente vê-se como aquele que cuida da Nação, na Primeira República, como aquele que manda, no Estado Novo e como aquele que garante o funcionamento das instituições e da democracia e aquele que ouve e traduz as emoções dos Portugueses, na Democracia. E, enquanto Presidente, os Presidentes assumem, na Primeira República, os valores da doutrina republicana para o exercício do cargo, observam a Presidência como parte de algo nobre e prestigiante e apresentam-se como líderes fortes e dedicados em prol da República; os Presidentes do Estado Novo constroem uma imagem do líder patriota, abnegado e sem interesse no poder do cargo e, na Democracia, assumem a solidariedade e cooperação com os Governos, são os Presidentes de todos os Portugueses e exercem uma liderança ativa em questões que

afetam a sociedade. Na reeleição, os Presidentes recuperam uma imagem pública de Presidente que usam para legitimar a sua Presidência.

Neste capítulo, partimos da construção enunciativa do EU e do locutor para a análise de como, nos discursos de tomada de posse, os Presidentes definem quem são enquanto pessoas (ligado ao EU pessoal) e quem são enquanto Presidentes (ligado ao EU presidencial) e constroem imagens plurais e, por vezes, paradoxais que só podem ser compreendidas à luz da complexidade das expectativas que existem em torno da figura do Presidente e do seu papel enquanto líder (*ethos* institucional) e dos contextos sociais, históricos e ideológicos profundamente distintos que deram origem a estes discursos e que se refletem na forma como os Presidentes se veem a si, como veem a Presidência e como veem o mundo. Neste capítulo, observámos a forma como a liderança presidencial se liga à construção do EU nas suas diferentes dimensões; no próximo capítulo, atentaremos no modo como a liderança presidencial se prende com a construção do outro e como a construção do outro se reflete necessariamente na construção das imagens presidenciais.

4.2.2. Liderança Presidencial e o Outro – Da Imagem de Portugal, do País e dos Portugueses à Imagem Presidencial

O discurso de tomada de posse apresenta uma forma de ver Portugal, o País e os Portugueses e um modo de relacionamento com o outro – quer seja entre o Presidente e o povo, entre o Presidente e o Governo e outras instituições, quer seja entre Portugal e as outras Nações. Destas dinâmicas discursivas resultam imagens de Portugal, do País e dos Portugueses e estas imagens refletem-se na construção da imagem presidencial e das diferentes facetas de liderança que se espera que o Presidente assuma.

Quanto a Portugal, observaremos (1) o modo como os Presidentes constroem, no panorama internacional, uma imagem de Portugal, assente na identidade nacional e (2) o modo como o Presidente representa Portugal nas relações com outras nações no curso dos eventos históricos da República. Guillaume (2001, p. 10) comenta, aliás, que o discurso de tomada de posse dá a oportunidade ao Presidente de se apresentar, mas também de impor uma determinada imagem da Nação. O Presidente apresenta-se aqui na qualidade de representante de Portugal e líder internacional, que a própria Constituição lhe atribui.

Quanto ao País, examinaremos (1) a forma como os Presidentes se apropriam da História do País e assumem o direito de dizer ao povo o que é que essa História significa (Campbell & Jamieson,

1985, p.401), o modo como o Presidente assume a direção do País para (2) avaliar e diagnosticar os problemas que o País enfrenta no momento e para (3) construir uma visão das possibilidades para o futuro do País. O Presidente é aqui o líder do País – sábio, perspicaz e visionário, o que, segundo Cronin & Genovese (2004, p. 147), constitui a descrição não escrita do trabalho presidencial e é o que as pessoas esperam do Presidente.

Quanto aos Portugueses, analisaremos o modo como o Presidente assume o papel de líder do povo, (1) nas dinâmicas de liderança, autoridade e afetividade do relacionamento do Presidente com os Portugueses e (2) na forma como os Presidentes constroem uma imagem dos Portugueses que parte da identidade nacional, mas é informada pelo(s) ponto(s) de vista de cada Presidente. O Presidente mostra-se no papel do líder inspirador que une o povo à sua volta.

A análise destas imagens toma como ponto de partida o estudo da inscrição enunciativa do NÓS na superfície textual – enquanto NÓS – Portugal, NÓS – o País e NÓS – os Portugueses –, da construção do locutor, do interlocutor e da construção de ‘Portugal’, o ‘País’ e os ‘Portugueses’ enquanto objetos de discurso para a observação de mecanismos linguístico-discursivos mais (ou menos) locais e outras estratégias discursivas que contribuem para a construção das imagens de Portugal, do País e dos Portugueses na sua articulação direta com a construção das imagens presidenciais.

4.2.2.1. O Presidente enquanto Líder da Nação e a Construção das Imagens de Portugal

Enquanto líderes da Nação, observaremos a forma como os Presidentes negociam a imagem de Portugal em relação às outras nações e no panorama mundial e o que é que as imagens que constroem da Nação dizem sobre a imagem dos Presidentes: de seguida, veremos, então, como os Presidentes constroem ‘Portugal’ enquanto objeto de discurso e como as suas diferentes configurações servem para construir uma imagem da nação, assente na identidade nacional portuguesa, que contribui para a gestão da posição de Portugal no mundo e para o capital político dos Presidentes. Depois, exploraremos a posição do Presidente nas suas funções de representante de Portugal e a construção de uma imagem coletiva de Portugal, que os Presidentes constroem através do uso do NÓS, na gestão das relações internacionais da Nação.

4.2.2.1.1. A Imagem Nacional – Como os Presidentes Constroem uma Imagem de Portugal no Mundo e o que Isso Diz sobre Eles

Não se pode abordar a questão de uma imagem nacional sem referir o complexo conceito de “identidade nacional”, tal como é abordado em estudos antropológicos, sociológicos e da ciência política. Para quem estuda a identidade nacional significa muitas vezes ter de definir conceitos igualmente complexos, como os de *nação*, *nacionalismo*, *identidade* ou *cultura*. Não nos interessa aqui discutir longamente estes conceitos e as suas diferentes perspetivas teóricas, mas algumas das reflexões nestas áreas ajudam a informar uma imagem que assenta, em parte, na identidade nacional de Portugal (e também dos Portugueses), o papel do Presidente na construção desta imagem e o que é que a imagem que os Presidentes constroem de Portugal diz sobre eles.

De acordo com Wodak (2009, p. 18), há duas perspetivas em relação ao conceito de *nação*: a nação política (*Willensnation*, no alemão) e a nação definida pela cultura (*Kulturnation*), normalmente definida linguística e etnicamente. Com efeito, Smith (1991, p. 99), afirma que a identidade nacional compreende uma identidade política e uma identidade cultural e vive numa comunidade política e numa comunidade cultural. Para Anderson (1983, p. 15), as nações são comunidades imaginadas (*imagined communities*, no original inglês), porque, mesmo nas nações mais pequenas, os membros de uma nação nunca conhecerão os restantes membros, mas nas mentes de cada um vive uma imagem daquilo que os une; segundo Anderson, as nações distinguem-se uma das outras precisamente pela forma como são imaginadas.

Wodak (2009, p.21) sugere que as pessoas acreditam e se identificam emocionalmente com a imagem que resulta da forma como a nação é imaginada e, para a autora, esta imagem chega às pessoas através do discurso: nas histórias que se contam da nação na literatura, nos média e na cultura do dia-a-dia, que ajudam a criar uma ligação entre paisagens, cenários, eventos históricos e símbolos e rituais nacionais. Estas histórias não existem num vácuo, como refere Wodak (2009, p. 23), mas são apresentadas, reproduzidas e disseminadas por atores em contextos (institucionais) concretos; aliás, como afirma Smith (1999, p. 99) uma tentativa de forjar uma identidade nacional é uma ação política com consequências políticas. Enquanto atores políticos e institucionais, os Presidentes constroem uma imagem de Portugal que assenta e ao mesmo tempo participa na construção dinâmica da identidade nacional e esta imagem reflete de volta as capacidades do Presidente enquanto líder internacional de apreender a identidade nacional e de construir uma imagem de Portugal que o distinga das outras nações.

Os Presidentes constroem uma imagem de Portugal que parte da sua posição geográfica e da sua História. A posição geográfica de Portugal é uma desvantagem natural – a sua construção discursiva assenta em léxico marcadamente disfórico (“*país confinado*”, “*extremo ocidente*”, “*periferia*”, “*extremo sudoeste*”, “*um mundo que nos é adverso*”) – que acaba por se tornar uma vantagem na exploração marítima. Aliás, a recontextualização do que é considerado uma desvantagem natural em algo que os portugueses transformaram em oportunidade alinha-se com a história de superação e de triunfo contra todas as expectativas que encontra a sua origem nos Descobrimentos.

132. Portugal já não é um país confinado no extremo ocidente; é um elemento desta civilização heleno-latina que a Renascença incorporou no mundo moderno com vinte séculos de cultura. – **TB1915**

133. Para além disso, somos periferia da Europa, estamos geograficamente situados no seu extremo sudoeste. Aparentemente, olhamos para um mundo que nos é adverso. Mas, vendo bem, somos o espaço onde a Europa se abre ao Atlântico, o que pode ser uma enorme vantagem – **CS2006**

O estatuto de Portugal enquanto uma das nações mais antigas da Europa faz parte daquilo que, Wodak (2009, p. 24) descreve como o “mito fundacional” ou o “mito das origens” da nação, o que significa que, segundo a autora, a origem de uma nação se situa tão longe no tempo que passa a existir algures nos tempos míticos; e, com efeito, as referências à antiguidade de Portugal são feitas através de expressões temporais (“*à nossa História quase milenária*” e “*uma Pátria com mais de oito séculos de história*”) acompanhadas de estruturas de superlativação (“*quase milenária*”, “*com mais de oito séculos*”).

134. De resto o respeito devido à Constituição, à nossa História quase milenária e aos portugueses que ao longo dos séculos tudo sacrificaram e estão sacrificando em holocausto da Pátria, impõe que se mantenha, sem hesitações e sem tibiezas, a decisão que Salazar consubstanciou nas célebres palavras que proferiu em Abril de 1961. – **AT1972**

135. Depois de ter jurado por minha honra «cumprir e fazer cumprir a Constituição», as minhas primeiras palavras são para saudar o povo português, garante da perenidade da Pátria – uma Pátria com mais de oito séculos de história e que representa uma cultura, uma forma peculiar de estar no mundo e uma língua hoje falada por cerca de 150 milhões de seres humanos. –

MS1986

As referências à antiguidade de Portugal são também uma demonstração de força em relação às outras nações e uma manifestação de liderança presidencial: em 1972, Américo Tomás invoca a “História quase milenária” de Portugal para defender a decisão de Salazar, tomada em 1961, de enviar tropas para Angola e de dar início aos conflitos armados no Ultramar, que foram, largamente, condenados pela comunidade internacional; e, em 1986, Mário Soares sublinha os “mais de oito séculos de história” de Portugal, no seu discurso de tomada de posse três meses depois da entrada oficial de Portugal na Comunidade Económica Europeia (a atual União Europeia).

Mais que a própria fundação da nação, a época dourada de Portugal são, nos discursos de tomada de posse, os Descobrimentos: Ramalho Eanes alude aos Descobrimentos referindo a “nossa vocação universalista”; a escolha lexical de “vocação” vai precisamente ancorar os Descobrimentos na identidade da Nação e dos próprios portugueses. Os Descobrimentos foram, com efeito, cimentados na identidade portuguesa como numa narrativa de aventuras e de exploração marítima; mas também uma narrativa de David contra Goliath, ou melhor, do povo português contra o Adamastor para fazer referência à obra de Camões, também esta responsável, em parte, pela consolidação do período quinhentista e da empresa imperialista na identidade portuguesa. Duncan (2003, p. 67) refere que os discursos de tom nacionalista contam um tipo particular de história sobre a nação e a sua importância – uma história que apela emotivamente às pessoas, que glorifica a nação e que é facilmente transmitida e absorvida. A referência aos Descobrimentos é também um ato político. Os Presidentes reforçam, através da forma como constroem os Descobrimentos nos discursos, o impacto que a exploração marítima portuguesa teve na Europa e no mundo: mais uma vez, as escolhas lexicais (“*abertura*”, “*iniciando*”) contribuem para a ideia de que Portugal mudou o curso da História da Europa e do mundo.

136. Nascidos, como entidade política autónoma e dependente, da evolução histórica da Europa, das suas condicionantes económicas, sociais e religiosas, cedo manifestámos a nossa vocação universalista. Exercemos uma função crucial na abertura da Europa ao Mundo, iniciando o ciclo imperial europeu no momento exato em que as condições materiais permitam a expressão e o desenvolvimento da conceção universalista da Renascença. – **RE1981**

A língua portuguesa faz também parte da imagem de Portugal – aqui salienta-se novamente o impacto dos portugueses no mundo, através do uso da metáfora (“*os portugueses espalharam*”), da expressão hiperbolizante “pelas sete partidas do mundo” e da quantificação aproximativa do número de falantes da língua (“*falada por mais de 200 milhões de pessoas*”). O foco na língua é igualmente político, especialmente com a constituição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – uma organização política e internacional de países lusófonos, que conta atualmente com nove membros situados nos cinco continentes. A construção da imagem de Portugal é, pois, uma questão de capital político e este capital político é também o do Presidente: quanto maior for o prestígio e o poder político de Portugal mais robusta é a imagem do Presidente enquanto líder da nação.

137. Olho com confiança para o futuro de Portugal. Somos um País quase milenário. Temos uma cultura que tem sido capaz de manter a sua diversidade e riqueza, século após século. Uma língua que os portugueses espalharam “pelas sete partidas do mundo” e que é hoje falada por mais de 200 milhões de pessoas. Foi a coragem e a determinação de vencer do nosso povo que fez a riqueza da nossa história, cultura e língua. – **JS1996**

Subramanian (2017) alude à construção política e económica da imagem de uma nação num artigo do *The Guardian*, intitulado *How to sell a country: the booming business of nation branding* sobre o fenómeno do *nation branding*. Para Subramanian, todas as nações modernas foram construídas em torno de uma identidade considerada única, ainda que seja uma mistura de verdades e mentiras, omissões e exageros. Contudo, segundo Subramanian, a partir dos anos 90, com a crescente globalização e com os mercados globais, as nações passaram a ser perspetivadas à semelhança de corporações e como tal a identidade das nações passa, pela primeira vez, a ter de apelar ao resto do mundo, em vez de unir a nação contra o resto do mundo.

Os Presidentes constroem uma imagem de Portugal, que assenta na identidade nacional portuguesa e que reforça a posição política de Portugal no mundo, quer pelo seu estatuto de uma das

nações mais antigas, pela sua posição geográfica particular, pelo seu impacto histórico no mundo quer pelas suas atuais alianças políticas com outros países lusófonos; e, simultaneamente, reafirma as histórias da identidade nacional que apelam emocionalmente aos portugueses, porque falam de glórias passadas e oferecem um exemplo a aspirar. O capital político que se procura através da construção desta imagem de Portugal no mundo reflete-se diretamente no capital político do Presidente e na sua imagem de líder da Nação.

4.2.2.1.2. Imagens de Portugal e Imagens dos Presidentes – Como os Presidentes Gerem as Relações Internacionais de Portugal durante a República

Política externa e relações internacionais são, em parte, uma questão de imagem: são, claro, as imagens que se constroem da Nação, como acabámos de ver, mas também as imagens que se constroem da Nação nas relações com outras nações. Holsti (1962, p. 244) refere que a relação entre as imagens nacionais e o conflito internacional é clara: quem toma decisões age a partir da forma como define a situação e a partir da imagem da nações – da sua e dos outros; o que o leva Hoslti a comentar que o conflito internacional não é frequentemente entre nações, mas entre imagens distorcidas das nações. Os Presidentes participam na construção destas imagens, porque são os representantes de Portugal em questões de política externa: quando os Presidentes fazem uso de um NÓS para gerir as relações de Portugal com outras nações estão a construir uma imagem coletiva que assenta na gestão das emoções entre Portugal e as outras nações e que implica não só uma representação de Portugal, das outras nações, mas também do próprio Presidente da República.

Na Primeira República, as relações internacionais de Portugal, com algumas exceções, são essencialmente europeias e definem-se pelo seu carácter eufórico. Com os países com que Portugal participou na Primeira Guerra Mundial do lado dos Aliados, como França e Itália, as relações são designadas em termos de uma camaradagem, que parte de uma personificação das nações enquanto soldados companheiros de guerra: qualificação da relação como “nobre” (em “*nobre camaradagem*”) reflete-se positivamente em ambas as nações e reforça a ideia da participação de Portugal na Primeira Guerra como algo válido e honrado (e não algo desastroso, como muitos já consideravam na época) e a natureza da relação explicita-se através do termo de afetividade “amizades”, que se hiperboliza com a adjetivação “eternas”.

138. Com a França e a Itália a nossa participação na Guerra criou essa nobre camaradagem que garante as amizades eternas. – **TG1923**

Com Espanha, a construção da relação é mais contida – fala-se de uma cordialidade mútua entre as duas nações (*“reciproca e sincera estima”*) e observa-se um maior trabalho de gestão da relação com o recurso a estruturas de superlativação (*“Não se têm poupado esforços”*) e o uso da modalidade deôntica de obrigação (*“como deve suceder entre nações limítrofes e amigas”*), com um valor axiológico que procura estabelecer um consenso comum.

139. Não se têm poupado esforços para que as nossas relações com a Espanha se estreitem, como deve suceder entre nações limítrofes e amigas, sobretudo nos casos, como este, de recíproca e sincera estima. – **TG1923**

Nem uma década antes, Teófilo Braga recordava, contudo, o domínio filipino (*“combatia o imperialismo da Espanha no século XVII”*), que durou 60 anos e findou a 1 de dezembro de 1640, com a restauração da independência, e as invasões francesas em território nacional, em 1807, 1809 e 1810 (*“no século XIX desmoronava o imperialismo napoleónico”*); e o léxico bélico que se liga a estes países no discurso de Teófilo Braga (*“combatia”* e *“desmoronava”*) comprova, em comparação ao discurso de Teixeira Gomes, uma evolução na forma como os Presidentes constroem as relações entre estes países nos discursos.

140. A política externa de Portugal deriva completamente da sua situação geográfica; ela solidarizou-se com a Europa, quando combatia o imperialismo da Espanha no século XVII e quando no século XIX desmoronava o imperialismo napoleónico; ela nos fará cooperar na atividade mundial dos grandes estados com apoio no Atlântico. – **TB1915**

Com os Estados Unidos e por via dos fluxos de emigração, que remontam ao século XVII e que unem os dois países, trata-se já de um caso de fortalecimento e consolidação na relação: como a adjetivação (*“a profunda simpatia”*), as estruturas de superlativação (*“sempre nos ligou”*) e a designação dos Estados Unidos como “grande República” o mostram; aliás, Portugal foi dos primeiros países a reconhecer a independência dos Estados Unidos, em 1776.

141. Mantemos excelentes relações com todas as nações do Mundo e nos Estados Unidos da América os densíssimos núcleos de emigração portuguesa consolidam a profunda simpatia que sempre nos ligou à grande República. – **TG1923**

É com a Inglaterra, contudo, que, nestes discursos, os Presidentes na sua qualidade de representantes de Portugal constroem a relação mais afetivamente carregada. Os dois países ligam-se por uma das alianças diplomáticas mais antigas ainda em vigor – a Aliança Luso-Britânica (ou, como é conhecida em Portugal, a Aliança Inglesa), estabelecida no século XIV, em 1373; é precisamente esta relação de amizade e auxílio que se reconstrói nos discursos (“*os excelentes termos em que os dois países vivem*”). E, se esta relação se caracteriza pela sua longevidade (veja-se a quantificação em “*por muitos séculos*”), é a ideia de um projeto comum de uma política externa que acomoda e privilegia o outro que a define; este ideia traduz-se na designação afetiva da Inglaterra (“*nossa inseparável aliada*” e “*de mãos dadas com a Grã-Bretanha*”) e nos atos expressivos carregados de indicadores de emotividade (note-se a repetição em “*É esperança minha, é certeza minha*”, a escolha lexical de “*ufana-me*” e a inscrição do eu, por exemplo, em “*meu país*”).

142. Sem embargo das resistentes dificuldades herdadas, muitas das quais dir-se-iam já irredutíveis, íamos afirmando eficazmente a ação salvadora do novo regime, fórmula fiel do nosso progressivo disciplinamento popular, quando sobreveio a formidável guerra atual – em que terçam armas nações amigas, uma delas mesmo nossa inseparável aliada – abrindo perante nós um período mais que difícil, inquietante para a obra de restauração social que iniciámos. – **BM1915**

143. Quanto à Inglaterra, cuja aliança tem por muitos séculos servido de base à nossa política externa, as provas de estima recebidas ultimamente pelo país, nas honras prestadas à pessoa do Presidente eleito, bastariam, se outras razões não houvesse, para provar os excelentes termos em que os dois países vivem. É esperança minha, é certeza minha, que esta aliança continuará indefinidamente a servir de base à nossa política externa e ufana-me que o meu país trabalhe, para o progresso e a civilização da humanidade, de mãos dadas com a Grã-Bretanha. – **TG1923**

Outro país que se liga a Portugal através de laços afetivos é o Brasil; mas o que caracteriza esta relação é a ideia de familiaridade, que se constrói, no discurso, através de redes lexicais em torno do conceito de família (“*consanguinidade*”, “*irmãos*”), do uso da comparação (“*é o mais afim do povo*

português") para criar de uma semelhança que os identifica como membros da mesma família e o uso de um NÓS afetivo e grupal ("*os nossos irmãos brasileiros*").

144. A mais e mais nos temos aproximado do Brasil, cujo povo, pela consanguinidade e pelo sentimento, é o mais afim do povo português. – TG1923

145. E entre os nossos irmãos brasileiros, que o escutaram embevecidos, o seu verbo ardente criou tal atmosfera de simpatia, que o velho Portugal ali ressuscitou mais estimado do que nunca. – TG1923

Na Primeira República, as relações internacionais de Portugal são, sobretudo, europeias (Espanha, França, Itália e Inglaterra); mas as relações que os Presidentes constroem com mais marcas de afetividade, excetuando a Inglaterra, situam-se no continente americano (Brasil e Estados Unidos). De Portugal, constrói-se, nestes discursos, uma imagem de uma Nação que, com o fim de uma monarquia multissecular e com uma República nascente, procura forjar e consolidar relações com outros países – pela partilha de fronteiras, pela experiência da guerra, pela consanguinidade – e reforçar as suas ligações historicamente mais antigas. Dos Presidentes, constrói-se uma imagem de líder aberto a novas relações diplomáticas e leal às relações mais antigas.

No prelúdio do Estado Novo, no período da Ditadura Militar, as relações internacionais de Portugal são, na sua essência, idênticas às da Primeira República: Inglaterra é designada como "*nossa fiel aliada*", continuando a ser caracterizada pela aliança e pela sua constância ao longo dos tempos e o Brasil e a Espanha são designadas também de forma afetiva ("*nações amigas, duma amizade muito leal*"); outras marcas de afetuosidade são encontradas no uso de uma adjetivação enfática ("*repetidas*", "*fortes*") e de escolhas lexicais como "[demonstrações de apreço] *prodigalizadas*" ou "*prendem fortes vínculos*". A ênfase nas boas relações internacionais de Portugal está, claro, ligado à necessidade de legitimação da recém implementada Ditadura, que validava, aliás, a presidência de Óscar Carmona, com as eleições de 1928, dois anos depois de ter tomado posse através do golpe militar.

146. Que o Governo da Ditadura vai em boa estrada, prova-se bem pelo testemunho de repetidas demonstrações de apreço e consideração diplomática que lhe têm sido prodigalizadas pela Inglaterra, nossa fiel aliada, pelo Brasil e pela Espanha, nações amigas, duma amizade muito

leal, às quais nos prendem fortes vínculos de raça, e afinidades históricas que não é lícito esquecer, e, de modo geral, por todas as demais nações entre nós acreditadas. – **OC1928**

Depois da Ditadura Militar, já em pleno Estado Novo, a construção de outras nações enquanto objetos de discurso passa a ser cada vez mais pontual, fruto de quadros contextuais específicos – como aqui o da Segunda Guerra Mundial (“*A generosidade com que a América tanto material como moral e politicamente ajuda à recuperação europeia*”).

147. A generosidade com que a América tanto material como moral e politicamente ajuda à recuperação europeia marcará sob certo aspeto a fisionomia duma época, e, se for possível, mercê dessa política salvar a paz e com ela a civilização cristã do Ocidente, penso que a Humanidade deverá pelos séculos regozijar-se de ter sido possível preservados dos erros e loucuras que ameaçam o seu mais valioso património. – **OC1949**

Há um processo de generalização e prefere-se, ao invés, expressões mais genéricas como “nações amigas” (por exemplo em “*vivermos nas melhores relações com as nações*”, em 148) e as problemáticas internacionais passam a ser discutidas em termos da dicotomia Ocidente/Oriente. O Ocidente é retomado no discurso como “a civilização cristã do Ocidente” (em 147) – salientando-se a veia católico-cristã que separava, aliás, o Estado Novo de outros regimes autoritários da época e constrói-se nos discursos do Estado Novo como algo em perigo, gravitando em seu torno léxico disfórico de natureza bélica (“*devastador conflito*”, em 148, e “*da defesa do Ocidente sob o ponto de vista militar*”, em 149) e da esfera da doença (“*mal curado ainda de recentes feridas*”), e ainda de estruturas de superlativação (como em “*no mais sangrento*”, em 148, e “*o maior mal de todos*”, em 149).

148. Espero em Deus que as precauções tomadas pelos países do Ocidente serão suficientes para evitar que o Mundo – mal curado ainda de recentes feridas – seja lançado no mais sangrento e devastador conflito. Por nossa parte continuará a ser constante aspiração vivermos nas melhores relações com as nações amigas e por essa forma contribuiremos para a boa compreensão entre os povos, facilitando as condições em que a paz possa existir e consolidar-se duradouramente. – **CL1951**

149. Nem há que cuidar somente da defesa do Ocidente sob o ponto de vista militar, porque, se é indispensável, apesar dos pesados sacrifícios que impõe, para evitar o maior mal de todos, não tem ela conseguido obstar a que o Oriente, por caminhos menos aleatórios, vá atingindo os objetivos que visava alcançar. – **AT1958**

O Oriente é construído como um antagonista, traiçoeiro e dissimulado (“*o Oriente, por caminhos menos aleatórios, vá atingindo os objetivos que visava alcançar*”), e a retórica anti-oriente só se vai intensificar, nos discursos do Estado Novo, com a Guerra Colonial. De acordo com Saraiva (1991, p. 364), as potências vencedoras, na Segunda Guerra Mundial, incluíram na Carta das Nações Unidas a “declaração formal do direito de todos os povos à autodeterminação”, o que levou os colonizadores europeus a reconhecer a independência das antigas colónias; segundo o historiador, o Governo Português viu este processo como uma “manobra que visava a redistribuição, em seu benefício [das grandes potências], das áreas de influência e fontes de matérias-primas dos países africanos e asiáticos” e recusou-se a aderir ao movimento de descolonização, defendendo que Portugal se tratava de um “Estado pluricontinental e plurirracial”. A posição de Portugal foi, segundo Saraiva (1991, p. 365), “objeto primeiro de advertências, depois de condenações cada vez mais imperiosas na assembleia geral das O.N.U.”. E com efeito, a partir dos anos sessenta, a forma como os Presidentes manobram as relações internacionais de Portugal nos discursos do Estado Novo altera-se drasticamente. A oposição ao Oriente é feita de forma explícita, identificando-se o comunismo russo e chinês como os responsáveis pelos conflitos nas colónias (“*a crescente expansão dos comunismos russo e chinês em África*”);

150. Mas a sucessão de acontecimentos internacionais, os constantes insucessos da política ocidental e a crescente expansão dos comunismos russo e chinês em África têm ajudado a esclarecer na opinião pública internacional, ainda que com lentidão, as posições tomadas pelos Portugueses. – **AT1965**

o cenário bélico é reconstruído nos discursos e o adversário é caracterizado por uma falta de moralidade e de um ódio fundamental ao Ocidente (note-se o léxico negativo e disfórico em “*inimigos insidiosos, instruídos principalmente pelos que odeiam o Ocidente e a sua civilização milenária*” e em “*da ação insidiosa do inimigo, subtilmente infiltrado do exterior*”).

151. E na luta que se está travando em Angola, na Guiné e em Moçambique, junto das fronteiras de Estados recém-nascidos, de onde parte o terrorismo que nos tem assolado, deve-se às Forças Armadas o maior reconhecimento pelo seu abnegado e total esforço na defesa intransigente do torrão pátrio, contra inimigos insidiosos, instruídos principalmente pelos que odeiam o Ocidente e a sua civilização milenária. – **AT1965**

152. De então para cá temos estado permanentemente empenhados na manutenção da paz nessas parcelas de Portugal, protegendo todos quantos nelas vivem e trabalham honestamente da ação insidiosa do inimigo, subtilmente infiltrado do exterior, após ter sido instruído nas escolas marxistas da especialidade. – **AT1972**

As colónias são introduzidas no discurso e são construídas como vítimas de ataques devastadores, inesperados e sem provocação (“*o brutal choque pela espoliação dos nossos centenários territórios de Goa, Damão e Dio*”). Segundo Saraiva (1991, p. 365), em 1961, dá-se o primeiro conflito diplomático de gravidade quando a União Indiana, após anos de pressão para pôr fim à soberania portuguesa, invadiu as cidades de Goa, Damão e Diu. De acordo com o historiador, no mesmo ano, vão eclodir em Angola movimentos de guerrilha, que se reproduzem, nos anos seguintes, em Guiné e em Moçambique.

153. No primeiro, o brutal choque pela espoliação dos nossos centenários territórios de Goa, Damão e Dio, em Dezembro de 1961, por um país de formação recente e que se dizia pacifista. Eles continuam ainda e desoladoramente afastados da Mãe-Pátria, mas estão sempre presentes no seu pensamento. – **AT1972**

As colónias são recategorizadas como parte de Portugal, através do uso do NÓS – Portugal, como por exemplo em “*nossos centenários territórios*”. As fronteiras de um Portugal pluricontinental são reafirmadas nos discursos, numa altura em que a sua legitimidade era cada vez mais contestada no panorama internacional.

De Portugal, constrói-se, nos discursos do Estado Novo, a imagem de uma nação que se isola progressivamente das outras nações, generalizando as suas referências a outras nações e alimentando a dicotomia Ocidente/Oriente, com a vilificação hiperbolizante do segundo. A partir dos anos sessenta, constrói-se a imagem de um País vitimizado e injustiçado com os conflitos armados nas colónias – que

se consideram inesperados e sem provocação; e apesar da crescente condenação internacional não se abdica da ideia de um Portugal pluricontinental, cujo território se reconstrói nos discursos. Dos Presidentes, constrói-se uma imagem de líderes fortes, beligerantes, isolacionistas e fechados ao diálogo internacional.

Com o 25 de Abril, dá-se termo à Guerra Colonial e é iniciado o processo de descolonização: as colónias são retomadas pela designação dos seus nomes (Timor, S. Tomé, Cabo Verde, Moçambique, Angola e Macau), já não como parte do território português, e existe uma tentativa de construir uma relação nova e positiva com estas nações (observe-se a substituição do léxico bélico e negativo por léxico eufórico como em “*criação das condições de fraternidade, de respeito mútuo e de amizade*” e a multiplicação de atos compromissivos conciliadores como em “*tudo faremos para respeitar os legítimos interesses das populações locais*” ou “*Quanto a Moçambique iremos respeitar com meridiano rigor os compromissos assumidos nos acordos de Lusaca*”).

154. No processo de descolonização tudo faremos para respeitar os legítimos interesses das populações locais procurando o justo equilíbrio na criação das condições de fraternidade, de respeito mútuo e de amizade que substituirão laços anteriores historicamente ultrapassados. Timor, S. Tomé e Cabo Verde serão problemas diferenciados cuja única constante é a garantia de que a consulta das populações livremente expressa terá papel decisivo no curso do processo. Quanto a Moçambique iremos respeitar com meridiano rigor os compromissos assumidos nos acordos de Lusaca. Angola tem as coordenadas fundamentais desta fase do processo já definidas pela Junta de Salvação Nacional a que pertença e com as quais me identifico plenamente. Conforme já foi aceite nas Nações Unidas, Macau tem um estatuto especial. –
CG1974

Com o fim do processo de descolonização em 1975, estes países deixam de ser colónias portuguesas: são recategorizados como países de Língua Portuguesa, especialmente com a criação da organização política internacional Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, que assume como objetivo o “aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros”. As relações com países africanos de língua portuguesa, com o Brasil e, aquando da sua independência em 2002, com Timor caracterizam-se por uma afetividade, construída pela metáfora familiar (“*os laços fraternos*”, “*países irmãos de África*”) e pela partilha de uma história comum (“*um traço de união com a nossa própria história*”).

155. Portugal é hoje uma nação de paz e que luta, esforçadamente, pela paz no mundo. Fiel às suas alianças tradicionais, membro fundador da Aliança Atlântica e membro de pleno direito da CEE, Portugal não esquece os laços fraternos e de excepcional afetividade e solidariedade que o unem aos países irmãos de África de língua oficial portuguesa e à grande nação brasileira. – **MS1986**

156. As relações com os Estados de língua oficial portuguesa ocupam, naturalmente, um lugar eletivo na nossa política externa. Essas relações representam um traço de união com a nossa própria história, uma longa história partilhada com os povos de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e, naturalmente, com o povo de Timor-Leste. – **JS1996**

De Portugal, constrói-se a imagem de uma Nação que abandona completamente o isolacionismo da ditadura e privilegia as relações com países de língua portuguesa, especialmente enquanto um dos membros fundadores da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Dos Presidentes, constrói-se uma imagem de líder aberto à comunidade internacional e numa missão de recuperação e regeneração das relações diplomáticas de Portugal, especialmente com as antigas colónias.

Vimos como a construção da imagem de Portugal está diretamente ligada à imagem que os Presidentes constroem de si enquanto líderes da nação e líderes no panorama internacional. Os Presidentes mostram a sua capacidade de capturar a essência nacional e de construir, através dos objetos de discurso, uma imagem de Portugal que apela emocionalmente aos portugueses e que contribui, por sua vez, para a identidade nacional e, ao mesmo tempo, constroem uma imagem de Portugal que reforça a posição política da nação na Europa e no mundo. Vimos também que as políticas externas dos Presidentes dizem tanto da Nação e da imagem que estas transmitem às outras nações como do Presidente por detrás delas. O Presidente age como representante de Portugal e constrói uma imagem coletiva, através do uso do NÓS, que ajuda a gerir as relações internacionais da Nação e esta imagem reflete-se diretamente na própria imagem do Presidente e das suas políticas externas⁴⁹: desde a liderança aberta ao mundo e leal nas suas alianças da Primeira República, à liderança isolacionista e colonialista do Estado Novo, até à liderança novamente aberta à comunidade internacional da Democracia.

⁴⁹ A título ilustrativo, numa entrevista com o New York Times, Donald Trump, sobre a política externa não-intervencionista America First, afirma "I'm 'America First.'" (Rothman, 2016). identificando-se com esta posição política.

4.2.2.2. O Presidente enquanto Líder do País e a Construção das Imagens do País

Do Presidente da República espera-se que se apresente enquanto líder do País e espera-se, como veremos, que o Presidente se mostre capaz de (1) enquadrar o País nos momentos históricos do seu passado recente, (2) refletir sobre a situação atual do País, diagnosticar os principais problemas e obstáculos a ultrapassar e gerir o clima emocional do País e (3) apresentar uma visão para o futuro do País que apele emocionalmente aos portugueses. E, ao fazê-lo, o Presidente, não só constrói uma imagem de si, como constrói uma imagem do País passado, do País atual e das possibilidades do País futuro.

4.2.2.2.1. O País do Passado – A História do País e a História dos Presidentes

Falar sobre a História do País é falar também sobre a história dos Presidentes – especialmente nos discursos de transição de regime. Como afirmam Campbell & Jamieson (1985, p.401), é na qualidade de Presidente que este se apropria da História do País e assume o direito de nos dizer o que é que ela significa e se posiciona no discurso enquanto narrador da História do País. Mas, mais do que simples narradores da História do País, os Presidentes são atores dessa História, e, ao contarem a História do País, contam também a sua história.

Teófilo Braga conta, no seu discurso de tomada de posse de 1915, a história da revolução de 5 de Outubro de 1910, da implantação da República em Portugal e dos cinco anos que lhe sucederam e esta história é também, em parte, a de Teófilo Braga: desde o seu papel enquanto Presidente do Governo Provisório, imediatamente, após a proclamação, à sua eleição a 29 de maio de 1915, para completar o mandato presidencial de Manuel de Arriaga, que se demitira, após a queda do Governo do general Pimenta da Castro – que havia instituído brevemente uma ditadura que Manuel de Arriaga era acusado de ter facilitado quando permitira que o general formasse Governo – , com a revolução de 14 de maio de 1915.

O apagamento enunciativo no discurso de Teófilo Braga não é acidental: por um lado, assume-se como narrador objetivo da História da República, por outro, adota o papel de cidadão austero, que já desempenhara no Governo Provisório de 1910 e adere à teoria de que o Presidente não deveria dirigir-se ao Parlamento e muito menos aos portugueses, como fizera o seu antecessor (Ramos, 2016, p. 22). Aliás, a narração que Teófilo Braga faz da História da República no seu discurso é marcada pelos rancores pessoais do Presidente. Ramos (2016, p. 22) chega mesma a afirmar que Teófilo Braga “aceitou a

incumbência [o cargo de Presidente da República] como quem ajusta contas”, uma vez que nunca “perdoou à direita republicana, maioritária no Congresso em 1911 que elegeu Manuel de Arriaga, outro seu amigo da ‘Geração de 70’, para Presidente” e que Teófilo Braga acusa, no seu discurso de tomada de posse, de “ter imposto à República uma ‘uma ditadura de feição imperialista absolutamente repugnante às aspirações do país’”. A História da implantação da República passa a ser, então, também a história política e pessoal de Teófilo Braga.

157. Quando há quatro anos, nesta mesma sala, foi lida a proclamação da República Portuguesa, ficou formulado o princípio fundamental de onde derivam todos os poderes do Estado – a soberania nacional, postergada sempre pela frase “da graça de Deus”, com que as dinastias mascararam o seu poder pessoal absoluto. Reivindicaram esse princípio as revoluções de 1640, 1820, 1836, sempre desvirtuadas pelos seus mandatários. Na sua essência a revolução de 5 de Outubro de 1910 foi essa reivindicação, tendo como consequência imediata a fundação da República; e, para que a revolução não fracassasse como as anteriores, deu-se ao título da República, que abrange muitas modalidades de instituições, a forma nítida, iniludível da República Democrática Parlamentar. Como esta base estável não foi suficientemente compreendida, as novas instituições sofreram diversas vicissitudes e, ultimamente, a de uma ditadura de feição imperialista absolutamente repugnante às aspirações do país. Esquecera por completo a fundação de 5 de Outubro de 1910 e, para salvá-la, deu-se o conflito violento de 14 de Maio de 1915. São dois momentos históricos que se completam, integrando se em uma época nova que há de ser fecunda pelo sacrifício de um milhar de desinteressadas vítimas que cimentaram com o seu sangue a República Portuguesa. – **TB1915**

E, se a História do País conta a história dos Presidentes, como é que os Presidentes contam essa história, nos discursos? A História do País é, muito à semelhança das histórias populares, simplificada a uma dinâmica entre o Bem e o Mal, que, nestes discursos, vai corresponder respetivamente ao presente e ao passado: há, então, um Mal que perdurava (passado) e há um Bem que triunfa (presente). O passado corresponde aqui à Monarquia (“*as dinastias mascararam o seu poder pessoal absoluto*”, “*sempre desvirtuadas pelos seus mandatários*”) e à ditadura que se tentara implantar, em 1915 (“*uma ditadura de feição imperialista absolutamente repugnante às aspirações do país*”); o léxico é disfórico que se liga à (falta de) moralidade (“*mascararam*”, “*desvirtuadas repugnante*”), e as estruturas ao serviço da superlativação que acompanha as expressões (“*sempre*”, “*absolutamente*”)

contribuem precisamente para uma construção negativa do passado. Já a República corresponde ao presente (e ao futuro como extensão do presente) – é a “época nova” – e é através de uma batalha que o Bem triunfa (o léxico heroico confirma-o: “*para salvá-la, deu-se o conflito violento de 14 de Maio de 1915*”), pondo, assim, fim ao Mal do passado.

Esta “visão disfórica do passado” e esta “perspetivação eufórica” do futuro e do presente (Fonseca, 1998, p. 340) repetem-se treze anos depois, quando Óscar Carmona, ao ser empossado Presidente, pela primeira vez, em 1928, conta a história da revolução de 28 Maio de 1926 e de como esta pôs fim à Primeira República: a revolução é introduzida enquanto objeto de discurso (“*o movimento militar do 28 de maio*”) e é caracterizada também em termos heroicos (“*admirável e patriótica decisão pelo glorioso Exército*”) como uma luta contra o Mal da Primeira República (“*erros inveterados da governação do Estado*”).

158. O movimento militar do 28 de maio, executado com admirável e patriótica decisão pelo glorioso Exército português de terra e mar, numa explosão unânime de revolta contra erros inveterados da governação do Estado, traduziu à evidência os sentimentos e a vontade soberana da Nação rudemente experimentada, desde longe, por vicissitudes funestas e desilusões bem amargas. –
OC1928

No discurso de 1935, retoma-se a Primeira República enquanto objeto de discurso, desta vez recategorizado como “*crise política*” e “*dissídio permanente*”: o léxico predominante liga-se à ideia da Primeira República como uma força destruidora (“*enfraquecendo*”, “*anarquizando*”, “*enleava*”, “*ameaçava*”, “*subverter*”) que debilita o País como uma doença.

159. Há muitos anos que sirvo a nação: primeiro a servi como soldado, sem reservas, sem restrições, como é lei do soldado; depois na direção dos negócios públicos, desde que um movimento geral e profundo da opinião pública pôs fim a uma crise política que, pela sua longa duração e intensidade, vinha enfraquecendo e anarquizando as forças estruturais do País. –
OC1935

160. Durante eles pôs-se termo ao dissídio permanente que nos enleava e ameaçava subverter; iniciou-se e já vai longe a obra de reconstrução moral e material da Nação e esta readquiriu a confiança nos seus próprios destinos, sobretudo depois que pôde ver a sua atividade apontada como exemplo a povos de mais relevo na cena mundial. – **OC1935**

Já, em 1925, um ano antes da revolução de 28 de maio, Carmona desafiava a sua posição de acusador público ao pedir a absolvição dos camaradas, acusados de participarem numa tentativa de revolta, recorrendo precisamente à metáfora da Primeira República como uma doença, quando afirma “A Pátria doente manda acusar e julgar neste tribunal os seus filhos mais diletos!” (Silva, 2016a, p.40). Isto porque, como sabemos, a história da revolução de 28 de Maio faz também parte da história de Óscar Carmona, que, ao lado de Gomes Costa e Mendes Cabeçadas, constituiu uma figura fundamental, num movimento que pôs fim à Primeira República e, em última instância, abriu portas ao Estado Novo.

A História do País é também uma questão de memória coletiva; com o ato de contar a História do País, os Presidentes apropriam-se e simultaneamente fazem parte de um processo de construção de histórias que, quando têm sucesso, ajudam a cimentar a memória coletiva da Nação. Bernardino Machado, ao tomar posse pela segunda vez enquanto Presidente, em 1925, conta a história da Primeira Guerra Mundial numa narrativa de triunfo do Bem, na qual o povo português desempenha o papel heroico: note-se o estilo grandiloquente e uma construção do povo português, das outras nações e da Primeira Guerra permeada por um léxico militar (“*o lábaro republicano*”, “*exército augusto das nações livres*”, “*vitória*”) e heroico (“*valorosamente*”, “*lugar de honra*”, “*a vitória veio coroar o esforço ardente da nossa heroica democracia*”).

161. Quando em 5 de Outubro de 1915 o assumi pela primeira vez, o nosso programa governativo era a intervenção de Portugal na guerra, e orgulho-me de haver então cumprido todo o meu dever presidencial. O povo português, que erguera valorosamente nas suas mãos o lábaro republicano em prol dos destinos da Pátria, tomou altivamente o lugar de honra que lhe pertencia no exército augusto das nações livres. E a vitória veio coroar o esforço ardente da nossa heroica democracia. – **BM1925**

Esta narrativa de uma participação portuguesa triunfante na Primeira Guerra constitui apenas um vestígio do esforço sem sucesso de se construir uma memória de guerra em Portugal. Aliás, Vieira (2016, p. 26) afirma que, no auge da guerra, em 1916, Bernardino Machado, no seu primeiro mandato

presidencial, chega a ser “insultado por um soldado ferido, durante uma visita a um hospital”. Também, Correia (2010, p. 349) comenta que “o envolvimento português na Primeira Guerra Mundial torna-se estranho aos pouco familiarizados com a história de Portugal”. Para Correia, o caso português é singular, na medida em que, apesar dos oito mil mortos e mais de 25 mil feridos e desaparecidos, é baixo o “impacto do acontecimento na memória coletiva nacional” e são raros os “esforços portugueses em comemorar a guerra, comparando com o Reino Unido, França, Alemanha ou Itália”.

O insucesso da memória da Primeira Guerra em Portugal deve-se, segundo Correia, a diversos fatores, sobretudo institucionais, desde a ineptidão do País de receber e acomodar os soldados que regressavam, à ausência de combate em território nacional, às indecisões em relação à data comemorativa até à falta de capacidade ou decisão das gerações seguintes de não sustentar a memória de guerra – Correia (2010, p. 365) observa que no Estado Novo as comemorações da guerra diminuíram progressivamente, sendo completamente “abafadas” por Salazar, em 1941. Mas a questão que a autora levanta é se se trata da “inexistência de uma memória das metamorfoses políticas do país, ou de uma memória baseada no esquecimento do passado recente” (2010, p. 367), referindo a queda da Monarquia, da República e, mais tarde, da Ditadura como exemplos desta “narrativa do esquecimento de um passado político turbulento”. E, com efeito, se as histórias da queda da Monarquia, da revolução de 28 de maio e da Grande Guerra que analisámos só são possíveis num contexto em que se espera que o Presidente assuma uma posição de liderança que lhe permite apropriar-se da História do próprio País, estas histórias, pelo menos, até à democracia, não parecem sobreviver nos discursos que lhes sucedem, contribuindo mais para a construção de uma imagem presidencial que vai beber à imagem prévia dos Presidentes do que efetivamente para a construção de uma memória coletiva.

Com o fim da ditadura, o 25 de Abril estabelece-se, nos discursos, como a memória de um passado recente do País mais duradora, desde o início da República. A história que se conta da ditadura é, à semelhança das narrativas anteriores, uma história de consequências, não de nomes – tal como aqui não se fala do Estado Novo, também a Monarquia ou a Primeira República não chegam, como vimos, a constituir objetos de discurso. O Mal da ditadura representa-se, então, nos discursos, através do seu impacto: nas Forças Armadas (“*Vilipendiadas pelas atitudes servis de alguns dos seus chefes*”, “*injustamente acusadas dos erros dos políticos*”, “*violentadas a coberto do seu elevado sentido da honra e do dever*”, “*quase destruídas*”) e nos cidadãos, mesmo após a revolução (“*Arredados que andávamos da prática democrática*”, “*condicionados por um sistema totalitário que lançou raízes nas formas de organização e nos comportamentos individuais*”). O posicionamento do Presidente define por estes meso/macroatos de elogio e crítica.

162. São para as Forças Armadas as minhas primeiras palavras. Vilipendiadas pelas atitudes servis de alguns dos seus chefes, injustamente acusadas dos erros dos políticos, violentadas a coberto do seu elevado sentido da honra e do dever, quase destruídas, em suma, no que representavam de instituição eminentemente nacional, as Forças Armadas, pela mão dos seus quadros mais jovens, souberam apesar de tudo mobilizar a sua última reserva moral colocando-se ao serviço da Nação, de que há décadas haviam sido desviadas. – **AS1974**

163. Foi um movimento de juventude e de renovação, enraizado nas lutas de meio século, que não cedeu à tentação fácil de usar o poder em proveito próprio, antes soube devolver aos cidadãos a escolha do seu destino e a definição do seu futuro. Arredados que andávamos da prática democrática, inexperientes no campo da atividade sindical e cooperativa, condicionados por um sistema totalitário que lançou raízes nas formas de organização e nos comportamentos individuais, nem sempre as nossas experiências na construção difícil da democracia se ajustaram, nestes últimos dois anos, aos processos e às metas definidas pelos homens do 25 de Abril e por quantos se bateram para que Portugal e os Portugueses fossem efetivamente livres. – **RE1976**

O 25 de Abril representa o triunfo do Bem, numa narrativa de resgate e de salvamento (veja-se mais uma vez o léxico heroico em “*restituiu Portugal ao seu Povo*”, “*da gesta libertadora*” e “*salvaram o País da tragédia nacional*”), protagonizada pelos jovens militares das Forças Armadas (também aqui predomina o léxico do heroísmo em “*a chama do dever*”, “*na nobreza do seu idealismo*”, “*em rasgo de serena audácia e perfeita isenção*”, “*magníficos militares*”, “*ao seu patriotismo e ao seu sentido do dever como servidores do Povo sem partidarismos*”), que, ao incarnarem os valores do dever, da nobreza, do patriotismo, da coragem e do sacrifício, se alinham com as representações dos heróis populares e épicos⁵⁰.

⁵⁰ É chamada herói, na mitologia, toda a personagem que exerceu, sobre os homens e sobre os acontecimentos, uma determinada influência, que lutou com tanta bravura, ou realizou feitos de uma tal temeridade, que se elevou acima dos seus semelhantes, os mortais, e que pôde ousar aproximar-se dos deuses, merecendo assim depois da morte uma veneração e um culto particulares (Schmidt, 2002, p. 141).

164. A Pátria deve a hora grandiosa que hoje vive a esses jovens que souberam manter acesa a chama do dever, e que, na nobreza do seu idealismo, arrastaram com eles à vitória o Povo Português. Na consciência de que a plenitude da soberania pertence à Nação, cabendo às Forças Armadas a sua instantânea defesa, o Movimento das Forças Armadas, em rasgo de serena audácia e perfeita isenção, restituiu Portugal ao seu Povo. Jamais os Portugueses poderão esquecer o verdadeiro alcance da gesta libertadora destes magníficos militares que salvaram o País da tragédia nacional para que se caminhava. Devemos ao seu patriotismo e ao seu sentido do dever como servidores do Povo sem partidarismos, o momento histórico que a Nação vive. – **AS1974**

A verdade é que nos discursos das décadas seguintes a história do 25 de Abril passou a ser contada sem incluir a ditadura, participando talvez na tendência das “narrativas do esquecimento” de que falava Correia (2010, p. 367). Mesmo a história do 25 de Abril deixou tanto de ser a história de uma revolução, como a de valores fundamentais – é retomada como a origem dos valores da liberdade e da democracia (“*as instituições democráticas pluralistas, nascidas com o 25 de Abril*”, “*muitos pagaram com a liberdade e a vida a sua dedicação à causa da democracia*”). O 25 de Abril passa, com o tempo, a encapsular um conjunto de valores cuja universalidade talvez explique, em parte, a persistência desta história na memória coletiva da Nação.

165. No passado próximo, vivemos crises difíceis, um processo político-social complexo e sinuoso, ultrapassámos dificuldades económicas e financeiras que pareciam invencíveis, sofremos frustrações e choques de diversa índole, alguns de grande gravidade. A tudo resistimos. E resistimos sem nunca pôr em causa os interesses nacionais essenciais e sabendo preservar e aprofundar as instituições democráticas pluralistas, nascidas com o 25 de Abril. – **MS1986**

166. Hoje, às novas gerações que atingem a maioridade, essas duas grandes condições para a modernização de Portugal parecem óbvias, quase naturais. E ainda bem que assim é. Todavia, para que a liberdade e a democracia estivessem garantidas foi necessário o combate de várias gerações que, pela sua determinação e coragem, garantiram o exemplo do caminho a seguir. O 25 de Abril, que quero evocar neste momento com emoção, representa o fim de um longo percurso onde muitos pagaram com a liberdade e a vida a sua dedicação à causa da democracia.
– **JS1991**

A história do 25 de Abril interliga-se com a história destes Presidentes: desde António Spínola que recebe a rendição de Marcelo Caetano e preside à Junta da Salvação Nacional, a Ramalho Eanes que chefiou as operações de contenção do golpe de 25 de novembro de 1975, a Mário Soares que conta com décadas de oposição pública ao Estado Novo a Jorge Sampaio de quem Ferro Rodrigues (2016, p. 75) recorda mais de uma década de combate à ditadura.

Cavaco Silva, que não partilha de uma narrativa de Abril, escolhe contar uma história de um passado distante do País, mas que se encontra igualmente cimentada na memória coletiva portuguesa – a dos Descobrimentos (“*Faz hoje precisamente 506 anos que partiu a frota de Pedro Álvares Cabral para a sua viagem imortal de aventura e descoberta*”). À semelhança da do 25 de Abril, a história dos Descobrimentos apela também a valores que resistem ao tempo, como os da esperança num futuro melhor ou da audácia em enfrentar o desconhecido (“*Foi aí que desembarcaram em segurança no Novo Mundo*”).

167. Faz hoje precisamente 506 anos que partiu a frota de Pedro Álvares Cabral para a sua viagem imortal de aventura e descoberta. O embarque tinha ocorrido com grande pompa no dia 8 de março, data fixada para a partida. Todas as condições pareciam reunidas, mas faltou qualquer coisa. O vento mudou, e a frota de Cabral teve de aguardar no estuário do Tejo pelo dia seguinte, 9 de março de 1500. Foi só então que zarparam todas as naus e caravelas, com as brisas propícias por fim enfunando as suas velas. E dali a 44 dias arribaram a uma angra do outro lado do oceano. Porto Seguro, assim a batizou o Capitão-Mor. Foi aí que desembarcaram em segurança no Novo Mundo. – CS2011

A esta história de esperança e de futuro, Cavaco Silva procura articular, não a sua história pessoal, mas a da sua eleição e da sua tomada de posse (“*a minha eleição para Presidente da República fique associada a bom tempo para a vida do País*”), que partilha a data da viagem da frota de Pedro Álvares Cabral. Esta partilha é marcada pela construção do objeto de discurso “País”, recategorizado como “nau” (“*a nau coletiva*”).

168. Desejo que a minha eleição para Presidente da República fique associada a bom tempo para a vida do País, que brisas favoráveis o conduzam no rumo certo, que os portugueses reavivem a esperança e ganhem o ânimo e a crença que permitam conduzir a nau coletiva para além da distância, da incerteza e do desconhecido, até porto seguro. – CS2006

Os Presidentes, ao contarem a História do País, contam também a sua história (assente na imagem prévia de cada Presidente) e estas histórias são de batalhas e lutas, de triunfos e vitórias, do Bem contra Mal e os seus heróis – sejam os republicanos, os soldados da Grande Guerra, os jovens capitães de Abril ou Pedro Álvares Cabral e a sua frota – servem de metonímia para o povo português, daí assentarem largamente na memória (e, por vezes, no esquecimento) coletiva da Nação e, por extensão, dos próprios Presidentes que narram estas histórias que estão sempre em encontro direto com as suas histórias pessoais.

4.2.2.2. O País Atual – O Presidente e a Gestão do Clima Emocional do País

Os discursos de tomada de posse são discursos “emocionados”, do amor à Pátria, ao orgulho da função assumida ao afeto na relação com os Portugueses e à amizade entre Nações. Aliás, como referimos, as imagens que se constroem nos discursos de tomada de posse são, na terminologia de Charaudeau (2005), imagens de identificação, que, por definição, pressupõe uma ligação emocional com o outro. Quando o Presidente da República reflete sobre a situação atual do País, na qualidade de figura de liderança, constrói uma imagem do País, mas constrói também um quadro emocional do País que é sua função gerir. A gestão do clima emocional do País implica o diagnóstico da situação do País atual e a apresentação de uma visão para o futuro do País, uma vez que as emoções em relação ao estado atual do País dependem da forma como os Presidentes se apresentam como líderes visionários e idealizam as possibilidades do País futuro. De seguida, observaremos a construção das emoções no diagnóstico da situação atual do País e no capítulo seguinte veremos como o Presidente faz a gestão destas emoções através da construção da sua imagem e da idealização do futuro do País.

O conceito de emoção, tal como tem sido desenvolvido atualmente no quadro de abordagens discursivas (Micheli, 2008), argumentativas (Plantin, 1999) e interacionais (Kerbrat-Orecchioni, 2000), ultrapassa largamente a noção de *pathos* aristotélico, que se prende com as emoções que se suscitam no auditório para efeitos retóricos. Na verdade, esta noção corresponde apenas a um dos diferentes “modos de inscrição da afetividade no discurso” (Micheli, 2008, p. 4) – aquele que Kerbrat-Orecchioni (2000, p. 59) denomina de “emoção suscitada”, ligada, ao contrário do *ethos*, apenas ao auditório, e que se distingue das “emoções experienciadas” efetivamente pelo locutor e das “emoções expressas”, que estão presentes na materialidade discursiva dos enunciados. Enquanto categoria discursiva (Marques, 2012, p. 118), Micheli, Hekmat & Rabatel (2013, p. 4) distinguem as “emoções ditas”

inscritas no enunciado através de algum termo de sentimento (seja ele substantivo, adjetivo, verbo), das “emoções mostradas”, que não são determinadas, na medida em que se constroem no discurso através de outros meios, como as exclamações ou as interjeições.

Nem sempre existe uma “manifestação de emoções no discurso” (Marques, 2012, p. 119). É neste sentido que Plantin (1999, p. 6) defende que há certos enunciados que são passíveis de suscitar uma emoção, sem que haja um “termo de emoção” explícito ou qualquer expressão que o permita recuperar. Estes enunciados, porque possuem traços argumentativos emocionais (Plantin, 1998, p. 1314), constituem argumentos para uma emoção, ou melhor, orientam-se para uma emoção. A este tipo de emoção dá-se o nome de “emoção criada”, de “emoção induzida ou inferida” (Plantin, 1999, p. 210), não a partir de raciocínios lógicos ou casuais, mas de uma avaliação cognitiva da situação, assente nos lugares-comuns, nas convenções e nas normas culturais que vigoram em determinado imaginário socio-discursivo (Charaudeau, 2015).

Para dar conta da componente cognitiva deste tipo de emoção é necessário, como defendem Micheli, Hekmat & Rabatel (2013, p. 11), traçar um perfil de avaliação cognitiva para as emoções. Plantin (1999) parte dos contributos da retórica clássica, da Análise do Discurso, da pragmática e dos parâmetros de avaliação cognitiva delimitados pela psicologia, para os reformular em termos de tópicos das emoções (ou parâmetros tópicos, na perspetiva de Micheli, Hekmat e Rabatel (2013)). São estes tópicos de emoção que permitirão delimitar os traços argumentativos que orientam os enunciados para uma emoção (Plantin, 1999, p. 211)

O quê? (posição do ser ou do evento no eixo eufórico/disfórico, prazer/desprazer)

Quem? (tipo de seres afetados)

Como? (relação com as áreas em que a emoção se encontra socialmente estabilizada)

Quando? (modo de construção temporal)

Onde? (modo de construção espacial)

Quantidade, intensidade?

Causa, agente?

Consequência?

Possibilidade de controlo pelo lugar psicológico?

Conformidade ou incompatibilidade com as normas e os valores do lugar psicológico?

Distância do evento em relação ao lugar psicológico?

Este tipo de emoção depende, então, de um processamento cognitivo de avaliação dos estímulos (Micheli, 2008, p.9). É, assim, uma emoção calculada (Plantin, 1999, p. 211), à qual se acede através de razões (causas) e que, como tal, adquire um estatuto de conclusão de argumentação (1999, p.8). Num discurso argumentativo-persuasivo, por definição, como é o caso do discurso político, as emoções (e o recurso a efeitos patémicos) são uma dimensão constitutiva (Charaudeau, 2005), especialmente na sua associação com a construção do *ethos* ou das imagens de si. As imagens que são construídas do País vão assentar numa estrutura patémica (Plantin, 1998, p. 216) e é a partir destas que o Presidente faz a gestão do clima emocional e se posiciona para construir a sua imagem de líder do País.

4.2.2.2.1. A Apreensão no País do Pós-Guerra da Primeira República

Na Primeira República, é com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que os Presidentes começam a refletir sobre a situação atual do País nos discursos de tomada de posse, mas é sobretudo no período do pós-guerra que esta estratégia se começa a generalizar. A reflexão sobre a situação do País nestes discursos assenta numa representação da Primeira Guerra (*o quê?*) que vai orientar os discursos para uma emoção de apreensão, que se caracteriza pela sua natureza inesperada (*“quando sobreveio a formidável guerra atual”*), quase à semelhança de um desastre natural (veja-se a metáfora em *“O mundo, abalado nos seus fundamentos pela grande guerra”*), que ocorre repentinamente (*como?*) e deixa um rasto de destruição (*consequências?*) (note-se a recategorização da Guerra com a personificação *“furiosa devastação”*, as enumerações em *“crise financeira, crise económica, crise política”* e a predominância de léxico disfórico) – ainda que, como sabemos, a Primeira Guerra tenha durado quatro anos e a intervenção de Portugal, que se preparava desde 1915 e só se efetivou em 1917 com a partida para Flandres do primeiro contingente do Corpo Expedicionário Português (Rosas, 2010, p. 247), tenha encontrado resistência política e diplomática⁵¹.

⁵¹ De acordo com Rosas (2010), a participação de Portugal na Primeira Guerra só foi possível com a revolução de Maio de 1915 que derrubou o Governo de Pimenta de Castro que abriu caminho para os partidários de Afonso Costa continuarem os preparativos para a intervenção. Rosas (2010, p. 247) refere ainda que *“faltava ganhar a batalha diplomática, isto é, vencer a oposição britânica à beligerância portuguesa”* e que se venceu esta resistência *“quando a urgência de a Grã-Bretanha deitar mão aos navios dos impérios centrais estacionados no Tejo a convence a invocar a Aliança para pedir a Portugal o seu confisco como exercício de um direito de beligerância por parte de um aliado de guerra”*.

169. Sem embargo das resistentes dificuldades herdadas, muitas das quais dir-se-iam já irreduzíveis, vamos afirmando eficazmente a ação salvadora do novo regime, fórmula fiel do nosso progressivo disciplinamento popular, quando sobreveio a formidável guerra atual – em que terçam armas nações amigas, uma delas mesmo nossa inseparável aliada – abrindo perante nós um período mais que difícil, inquietante para a obra de restauração social que iniciámos. – **BM1915**

170. É bem difícil o momento em que assumo a Presidência da República. O mundo, abalado nos seus fundamentos pela grande guerra, durante muito tempo procurará debalde a fórmula do seu equilíbrio. Portugal que, cavalheirosamente, se envolveu na luta, ressente-se dos estragos que a furiosa devastação produziu nas suas finanças e na sua economia. Estamos num momento agudo da nossa história e, porventura, esse momento é decisivo. – **AA1919**

171. É quase angustiosa a crise que atravessam todas as nações europeias que entraram na Grande Guerra: crise financeira, crise económica, crise política; de todas essas crises padecemos nós também. – **TG1923**

Há, pois, na “*furiosa devastação*” ou na crise “*quase angustiosa*” (*causas? agente?*) que afetam o País e o mundo do pós-guerra, tal como são construídos nos discursos, o carácter de algo inesperado ou súbito, mas que terminou com o fim da Guerra (*quando?*): os efeitos da Guerra estão no passado (note-se os tempos verbais de passado em “*abalado nos seus fundamentos*” e “*produziu nas suas finanças*”) e no presente (aqui o tempo verbal presente em “*padecemos nós também*”), mas não necessariamente no futuro, como veremos no capítulo seguinte.

A Primeira Guerra veio e acabou, então, de forma repentina e assoladora, como um terramoto ou uma tempestade, e o País, ainda que se categorize a sua situação como um “*momento agudo da nossa história*” ou “*um período mais do que difícil*”, está já a restabelecer-se (como veremos à frente) – é um País transtornado (*intensidade?*), mas em convalescença. Não há aqui uma hiperbolização (disfórica) da realidade, à semelhança do que veremos nos discursos do Estado Novo, pelo contrário, pois, se a emoção que se constrói em torno da situação do País, no pós Primeira Guerra Mundial, é uma de apreensão (Tabela 3) – como, aliás, se explicita através de termos de emoção (Plantin, 1999), tais como “*inquietante*” ou “*quase angustiosa*” –, veremos, mais à frente, que a gestão emocional da situação se faz através de um otimismo, quase solar, em relação ao futuro País.

Tabela 3

A Construção do Clima Emocional da Primeira República

	Tópicos das Emoções	Mecanismos linguístico-discursivos	Exemplos
O quê?	Primeira Guerra Mundial	Recategorização da Primeira Guerra	<i>“formidável guerra atual”, “pela grande guerra”, “na Grande Guerra”</i>
Quem?	O País	Desinências verbais e pronomes de 1.º pessoa do plural (NÓS)	<i>“padecemos”, “estamos”</i>
Quando?	Passado e presente	Tempos verbais do presente Tempos verbais do passado com valor perfectivo	<i>“ressente-se dos estragos”</i> <i>“se envolveu na luta”</i>
Consequências?	económicos, sociais, políticos	enumerações	<i>“crise financeira, crise económica, crise política”</i>
Causas?	a Guerra e a crise após a Guerra	Personificação das causas	<i>“furirosa devastação”</i>
Intensidade?	Elevada	Léxico disfórico	<i>“abalado”, “ressente-se”, “estragos”, “furirosa devastação”, “crise”, “angustiosa”, “padecemos”</i>
Como?	Inesperadamente, repentinamente	Escolhas lexicais temporais	<i>“sobreveio”</i>
Conclusão emocional	(há razões para) haver angústia		

4.2.2.2.2. O Medo no Mundo Catastrófico do Estado Novo

Nos quase 50 anos do Estado Novo, são múltiplos e dinâmicos os quadros histórico-sociais pelos quais o País e o regime passaram, desde a crise dos anos 30, aos movimentos oposicionistas e à guerra colonial, nos anos 60; a visão da situação do País, ou melhor do Mundo no qual o País se insere, que se constrói nestes discursos é, contudo, relativamente estática e uniforme. Se nos discursos da Primeira

República a reflexão sobre a situação do País se apoia na construção da Primeira Guerra e de um mundo do pós-guerra, nos discursos do Estado Novo, constrói-se uma imagem do País atual que se alimenta da dramatização da realidade do País e do mundo (*o quê?*) – expressa em estruturas com valor temporal e locativo (“*a época em que vivemos*”) – que orienta o discurso para uma emoção que vai além da preocupação.

172. A época em que vivemos, tão perturbada e de futuro tão incerto, não nos permite – nem às nações nossas amigas – dedicar energias e haveres exclusivamente ao bem-estar das populações; é mister que nos apetrechemos para enfrentar os perigos que nos ameaçam. – **CL1951**

Contribuem também para a construção de um tempo (*quando?*) e de um espaço (*onde? distância?*) os tempos verbais no presente do indicativo, que enquadram a situação numa proximidade física e temporal, e outros lexemas com propriedades temporais (“*futuro tão incerto*”) que projetam a situação num futuro indeterminado. Já os pronomes e as desinências verbais de 1.^a pessoa do plural (como em “*vivemos*”, “*apetrechemos*” e “*nos ameaçam*”) constroem um locutor coletivo que identifica o País como aquele afetado pela situação que se descreve (*quem?*).

As consequências desta situação ocorrem, nestes discursos, na forma de enumerações paratáticas (“*Multiplicam-se os problemas; acumulam-se as dificuldades*”) que reforçam os valores semânticos dos verbos, inferindo-se uma falta de movimento e uma incapacidade para a mudança; e na forma de estruturas de comparação (“*mais problemas que soluções, mais dúvidas que certezas*”), que constituem mecanismos de intensificação disfóricos;

173. Multiplicam-se os problemas; acumulam-se as dificuldades; uma grave perturbação agita os espíritos; no mundo económico, no mundo social, no mundo político, nas relações entre Estados e no seio das Nações, os homens revelam mais perplexidades que seguranças, mais problemas que soluções, mais dúvidas que certezas. – **OC1949**

e são multidimensionais, pois ora englobam problemáticas económicas e sociais do País (note-se aqui também as enumerações paratáticas “*no mundo económico, no mundo social, no mundo político*”) ora questões de política interna e externa (“*nas relações entre Estados e no seio das Nações*”), ora ainda incidem sobre o estado de espírito dos Homens (“*uma grave perturbação agita os espíritos*”). As consequências desta situação, ainda que indefinidas (“*problemas*”, “*dificuldades*”), estão na intersecção

da vida financeira, social, privada, política do indivíduo e do indivíduo enquanto cidadão (*consequências*).

Há uma indeterminação das causas (*causas*) que resulta tanto de um processo de omissão do agente (como em “*o clima de incrível animosidade, que tão injustamente nos criaram*”) como de processos de personificação (tome-se o exemplo da personificação de crise em “*A crise mundial continua dominando todos os povos, invadindo todos os setores da atividade*”).

174. E não penso, nem é de pensar, porque a humanidade se está mostrando cada vez mais profundamente perturbada e porque a experiência trazida dos dois anteriores mandatos e o clima de incrível animosidade, que tão injustamente nos criaram e tão encarniçadamente está sendo mantido, não permitem otimismo inconvenientes. – **AT1965**

175. A crise mundial continua dominando todos os povos, invadindo todos os setores da atividade. No mundo assim conturbado, e por força da solidariedade que a todos une, as nações são vítimas não só das dificuldades que em cada povo se engendram e nascem, mas das que em outros povos se geram. – **OC1935**

As propriedades disfóricas desta concepção do mundo devem-se também à articulação de diferentes mecanismos de intensificação (*intensidade*), como o uso de estruturas de superlativação (“*no mais sangrento e devastador conflito*”) e de generalização (“*em quase todo o Mundo*”), de enumerações paratáticas e de repetições anafóricas (“*ao desrespeito, à indisciplina, à degradação e ao banditismo*”), ou ainda a predominância de redes lexicais disfóricas (“*sangrento*”, “*devastador*”, “*conflito*”, “*estragos*”, “*mal*”, “*feridas*”, “*danos*”, “*impunidade*”).

176. Espero em Deus que as precauções tomadas pelos países do Ocidente serão suficientes para evitar que o Mundo – mal curado ainda de recentes feridas – seja lançado no mais sangrento e devastador conflito. – **CL1951**

177. Os estragos que as forças do mal têm causado danos já muito profundos, pouco se tendo feito de positivo, até agora, para pôr termo ao desrespeito, à indisciplina, à degradação e ao banditismo que têm grassado, com estranha impunidade, em quase todo o Mundo (...). – **AT1972**

Na construção desta visão do mundo existe um processo global de hiperbolização disfórica da realidade (*como?*), do qual a legitimidade do Presidente da República também faz parte; e, com efeito, o Presidente explicita as emoções que devemos sentir perante o mundo que se constrói nos discursos, através do uso de termos de emoção, como, por exemplo, em “*hora conturbada*” ou “*justa apreensão*”.

178. Estas palavras do compromisso constitucional que podem, em épocas de calma normalidade, parecer simples manifestações da majestade do poder público, envolvem, nesta hora conturbada, responsabilidades que todos conhecem e a muitos causam justa apreensão. –

OC1942

Os discursos do Estado Novo orientam-se para o medo. A instrumentalização do medo no discurso político, ainda que constitua uma questão especialmente atual nas últimas décadas, e que tenha dado, aliás, origem ao surgimento de termos modernos, como o de *fearmongering*, que procuram descrever as especificidades desta prática, encontra-se já prescrita – ou proscriita, quando se fala de falácias – nas retóricas da Antiguidade Clássica, como, por exemplo, na argumentação *ad metum* ou *in terrorem*.

Al Gore (2004) comenta, a propósito da “Guerra ao Terror” da administração Bush, na década de 2000, que aquilo que denomina de “política do medo” tem como principal propósito distorcer a realidade política da nação ao provocar medo na população geral (2004, p. 779); e o sociólogo Bauman (2006, pp. 8-9), no seu livro sobre como o medo permeia a nossa experiência numa sociedade pós-moderna, refere o processo de alguém que interioriza “uma visão do mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade”, afirmando que

O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la.

Cria-se nestes discursos esta “visão do mundo que inclui insegurança e incerteza”, ao construir-se uma versão do mundo em que o País vive sob a ameaça de perigos e dificuldades indefinidas e que trespassam todas as esferas, do indivíduo à Nação (Tabela 4). No próximo capítulo, veremos como o Presidente gere e instrumentaliza o medo (que não chega a extravasar para um pânico descontrolado ou violento) para os propósitos autoritários do regime.

Tabela 4

A Construção do Clima Emocional do Estado Novo

Tópicos das Emoções		Mecanismos linguístico-discursivos	Exemplos
O quê?	Situação disfórica do País	Estruturas com valor temporal e locativo	<i>“A época em que vivemos”</i>
Quem?	O País	Desinências verbais e pronomes de 1.º pessoa do plural (NÓS)	<i>“apetrecemos” e “nos ameacem”</i>
Quando?	presente e futuro	tempos verbais do presente e lexemas com valor temporal	<i>“vivemos”, “futuro tão incerto”</i>
Consequências?	Problemas económicos, sociais, políticos	Enumerações	<i>“no mundo económico, no mundo social, no mundo político”</i>
Causas?	Indeterminadas	personificação omissão do agente	<i>“A crise mundial continua dominando todos os povos” “o clima de incrível animosidade, que tão injustamente nos criaram”</i>
Intensidade?	Elevada	Estruturas de superlativação, estruturas de generalização, enumerações paratáticas, repetições anafóricas, redes lexicais disfóricas, termos de emoção	<i>“estragos”, “mal”, “no mais sangrento e devastador conflito”, “à indisciplina, à degradação e ao banditismo”, “nesta hora conturbada”</i>
Como?	Processo global hiperbolização da realidade		
Conclusão emocional	(há razões para) ter medo		

E, com efeito, Rosas (2013, pp. 202-203) considera que mais do que a violência punitiva, levada a cabo pela polícia política contra os que “ousavam desafiar a ‘ordem estabelecida’” e que se praticava através do “recurso sistemático à tortura e à prisão sem culpa formada”, exercia-se no Estado Novo uma violência preventiva, invisível e omnipresente, que assentava, sobretudo, nos “aparelhos oficiais de inculcação ideológica” que tinham como missão “vigiar o quotidiano e inculcar unívoca e autoritariamente” os valores do regimes. Estes sistemas de dominação e de subjugação que operavam no Estado Novo “com a sua ação intimidatória no dia-a-dia” contribuíam para um “clima de intimidação”

e para aquilo a que Rosas (2013, p. 200) chama uma “surda socialização do medo” que tinha também lugar, como observámos, no discurso institucional.

4.2.2.2.3. A Esperança de um País em Mudança no Pós-25 de Abril

Nas décadas que sucedem o fim do Estado Novo, o País vive momentos de mudança, primeiro com a transição para um regime democrático e depois com o processo de entrada de Portugal na então chamada Comunidade Económica Europeia (CEE), iniciado em 1977 e efetivado em 1986, como Mário Soares reitera no seu discurso de tomada de posse de 1991 (*causas?*).

179. Tenho dito que a integração europeia foi decerto a mutação mais significativa que ocorreu na história contemporânea portuguesa, tendo apenas como paralelo o 25 de Abril. – **MS1991**

A imagem que se constrói do País (e as emoções que se constroem em torno desta imagem) vira-se precisamente para uma visão do País (*quem?*) que se projeta sobretudo no futuro (*o quê?*). A ideia de futuro (*quando?*) constrói-se no discurso através de léxico com valor temporal e uma carga eufórica (*intensidade?*), como, por exemplo, em “*neste iniciar de uma nova era na vida de uma Pátria*”, “*Outro [ciclo da vida portuguesa] começa*” e “*Podemos hoje olhar o futuro com esperança*”.

180. Estou certo de que todos assumiremos as responsabilidades históricas que nos cabem, neste iniciar de uma nova era na vida de uma Pátria que soube sempre escrever, a seguir a cada crise, uma nova página de grandeza. – **RE1976**

181. Completa-se hoje um ciclo da vida portuguesa. Outro começa, em plenitude democrática, que gostaria fosse marcado pela confiança dos Portugueses em si próprios e nas potencialidades de desenvolvimento de Portugal. Podemos hoje olhar o futuro com esperança. – **MS1986**

Estes tempos de mudança e transformação (*consequências?*) não são construídos em termos de incerteza e insegurança, como vimos nos discursos do Estado Novo, mas as transformações enumeradas (note-se as enumerações paratáticas, desta vez, para efeitos eufóricos em “*Vivemos tempos de transformações, de mudança, de superação de concepções tradicionais*”) que o 25 de Abril e a entrada de Portugal na CEE representam são encaradas, com entusiasmo e expectativa, como possibilidades e

desafios para o futuro (“*Temos perante nós, em aberto, exaltantes perspectivas de futuro*” e “*o desafio da construção do futuro*”).

182. Vivemos tempos de transformações, de mudança, de superação de conceções tradicionais.

Defrontamos novos problemas, reconhecemos novas condicionantes da vida em sociedade, encontramos, em toda a sua extensão, o desafio da construção do futuro. – **RE1981**

183. Portugal mudou muito nos últimos anos, e vai mudar muito mais ainda. Somos hoje uma Nação muito diferente, e muito melhor do que éramos em 25 de Abril. Temos perante nós, em aberto, exaltantes perspectivas de futuro. – **MS1991**

O discurso em torno do País no pós-25 de Abril e durante o longo processo de entrada de Portugal na CEE orienta-se para a esperança e para a expectativa de um futuro melhor⁵². Neste período, os Presidentes auscultam e alimentam estes sentimentos de otimismo e entusiasmo em relação ao futuro do País, com o recurso a termos de emoção (*como?*) em “*Esta hora é de otimismo e de esperança*” e em “*Nesta hora de responsabilidade e de alegria*”.

184. Esta hora é de otimismo e de esperança. – **RE1976**

185. Nesta hora de responsabilidade e de alegria, nesta sala de tantas e tão antigas tradições liberais, na presença dos nossos convidados, seja-me permitido reafirmar o meu compromisso nacional: unir os portugueses, servir Portugal. – **MS1986**

Nas primeiras décadas após o 25 de Abril, constrói-se um sentimento de esperança em torno do futuro de um País em mudança (Tabela 5), especialmente nos anos 80; e, se, a partir dos anos 90, este sentimento de esperança se traduz mais numa expectativa perante a incerteza, com a estagnação do desenvolvimento económico e crise financeira que eclodirá no fim dos anos 2000, a imagem e as emoções que se constroem em torno do País mudam, como veremos em seguida, drasticamente.

⁵² O single da banda portuguesa GNR, “Portugal na CEE”, de 1981 – cinco anos antes da entrada efetiva de Portugal na Comunidade Europeia – capta, ainda que com tons críticos, esta expectativa nacional de um futuro melhor, ao cantarem “Quero ver Portugal na CEE/ E agora, que já lá estamos/ vamos ter tudo aquilo que desejamos”.

Tabela 5

A Construção do Clima Emocional do Pós-25 de Abril

Tópicos das Emoções		Mecanismos linguístico-discursivos	Exemplos
O quê?	Situação futura do País	Sintagmas designativos com léxico eufórico com valor temporal futuro	<i>“neste iniciar de uma nova era na vida de uma Pátria”</i>
Quem?	O País	Sintagmas que designam o País	<i>“Portugal mudou muito nos últimos anos”, “na vida de uma Pátria”</i>
Quando?	futuro e presente	tempos verbais do presente e lexemas com valor temporal	<i>“começa”, “podemos olhar para o futuro”, “vai mudar muito mais”</i>
Consequências?	Mudança, transformação	Enumerações	<i>“Vivemos tempos de transformações, de mudança, de superação de conceções tradicionais”</i>
Causas?	25 de abril Entrada de Portugal na CEE	Introduzidos como objetos de discurso	<i>“a integração europeia”, “o 25 de Abril”</i>
Intensidade?	Média	Enumerações paratáticas, redes lexicais eufóricas,	<i>“exaltantes perspectivas de futuro”, “Defrontamos novos problemas, reconhecemos novas condicionantes da vida em sociedade, encontramos, em toda a sua extensão, o desafio da construção do futuro”,</i> <i>“Esta hora é de otimismo e de esperança” e “Nesta hora de responsabilidade e de alegria”</i>
Como?	Otimismo e entusiasmo	Termos de emoção	
Conclusão emocional	(há razões para) ter esperança		

4.2.2.2.4. A Urgência num País em Crise nos Anos 2000

É sobretudo a partir dos anos 2000 que a visão esperançosa do futuro do País e especialmente do futuro do País na União Europeia que perdurou nos discursos de tomada de posse dos anos 80 começa a perder força e a ser substituída por uma certa inquietação com o estado presente do País (*o quê?*) – *“Têm-se multiplicado, nos últimos tempos, os avisos sobre a situação económica portuguesa”*) –, que se explicita no termo de emoção “pessimismo”, que já antecipava a crise financeira de 2008;

aliás, Almeida (2011) defende mesmo que “Cinco anos depois, no início do seu segundo mandato, Sampaio é claramente o antecessor da crise”.

186. Têm-se multiplicado, nos últimos tempos, os avisos sobre a situação económica portuguesa.

Lembrando traumas antigos, algumas realidades, como o défice comercial e a subida das taxas de juro, geraram pessimismo. – **JS2001**

O alerta em relação à situação do País (*quem?*) sobe de tom no primeiro discurso de tomada de posse de Cavaco Silva, em 2006, dois anos antes da crise financeira. A imagem que se constrói do País já não se projeta no futuro, mas foca-se no presente (*quando?*) – como podemos observar na forma como a situação do País é introduzida no discurso (“*Num tempo de sérias dificuldades, como é aquele em que vivemos*” e “*Num momento de muitas preocupações*”). As estruturas superlativas (“*Num momento de muitas preocupações*”, “*em que há tanta coisa difícil para fazer*”) que a acompanham mostram já as tonalidades da crise (*como?*).

187. Num tempo de sérias dificuldades, como é aquele em que vivemos, são enormes as responsabilidades que impendem sobre os titulares de cargos políticos. – **CS2006**

188. Num momento de muitas preocupações, em que há tanta coisa difícil para fazer, os portugueses gostariam certamente de perceber que a classe política está, até onde em democracia é possível, disposta a juntar esforços para ultrapassar diferenças e fazer obra em comum. – **CS2006**

A crise económica e financeira de 2008, também conhecida pela crise do *sub-prime*, evoluiu para uma crise global a 9 de agosto de 2007, data em que, de acordo com Caetano (2017), se deu “o primeiro sinal de que a crise financeira não se limitaria aos EUA” (*causas?*). Em 2009, após os resgates da Grécia e da Irlanda, Portugal ficou, nas palavras de Jorge (2019), “como a última peça em pé antes do contágio da Espanha ou Itália”. E, de facto, o governo de José Sócrates faz o pedido de resgate ao FMI, à Comissão Europeia e ao Banco Central Europeu (BCE) a 6 de abril de 2011, um mês depois do último discurso de tomada de posse de Cavaco Silva. Neste discurso, constrói-se uma imagem de um País em estado de emergência e alerta com a crise a afetar (*consequências?*) não só economia (“*uma*

situação de emergência económica e financeira” e “Este quadro afetará negativamente o crescimento económico”),

189. Portugal vive uma situação de emergência económica e financeira, que é já, também, uma situação de emergência social, como tem sido amplamente reconhecido. – **CS2011**

190. Portugal está hoje submetido a uma tenaz orçamental e financeira – o orçamento apertando do lado da procura e o crédito apertando do lado da oferta. Este quadro afetará negativamente o crescimento económico e a qualidade de vida das famílias, a não ser que os responsáveis políticos, económicos e financeiros correspondam, com firmeza e sem ambiguidades, à obrigação que têm de libertar o País desta situação. – **CS2011**

mas também os portugueses (“*uma situação de emergência social*” e “*a qualidade de vida das famílias*”). A metáfora da “tenaz orçamental e financeira” (e a sua construção no discurso) que prende Portugal contribui para a ideia do País numa situação asfixiante (“*o orçamento apertando do lado da procura e o crédito apertando do lado da oferta*”) que é urgente (“*libertar o País desta situação*”) resolver (*intensidade?*).

A partir dos anos 2000, com o anunciar dos tempos de crise, os discursos de tomada de posse começam, então, a adotar um tom de preocupação em relação à situação presente do País que se vai transformar em alarme e urgência (Tabela 6), com o último discurso de Cavaco Silva, um mês antes do pedido de resgate de Portugal ao FMI.

Tabela 6

A Construção do Clima Emocional da Crise Financeira dos Anos 2000

Tópicos das Emoções		Mecanismos linguístico-discursivos	Exemplos
O quê?	Situação presente do País	Estruturas preposicionais e lexemas com valor temporal	<i>“ Num tempo de sérias dificuldades”</i>
Quem?	O País	Desinências verbais e pronomes de 1.º pessoa do plural (NÓS) País como objeto de discurso	<i>“ como é aquele em que vivemos”, “Portugal vive uma situação de emergência económica”</i> <i>“Portugal está hoje submetido a uma tenaz orçamental e financeira”</i> <i>“a uma tenaz orçamental e financeira”, “uma situação de emergência económica e financeira, que é já, também, uma situação de emergência social”</i>
Quando?	presente	tempos verbais do presente e lexemas com valor temporal	
Consequências?	Consequências financeiras, económicas e sociais	Metáforas, repetições	
Causas?	Crise financeira	-----	-----
Intensidade?	elevada	Estruturas de superlativação, adjetivações, metáforas, léxico disfórico	<i>“ Num momento de muitas preocupações, em que há tanta coisa difícil para fazer”, “ Num tempo de sérias dificuldades”</i>
Como?	Processo global de intensificação		
Conclusão emocional	(há razões para) ter urgência		

As emoções que se constroem quando o Presidente fala sobre a situação do País quer sejam uma auscultação dos sentimentos nacionais de cada época, quer sejam, no caso do Estado Novo, uma instrumentalização das emoções para os propósitos do regime, não deixam de ser uma oficialização de um mapa emocional e de uma galeria de imagens do País que contam a História dos primeiros cem anos da República Portuguesa. É também em relação a este quadro de emoções que o Presidente se apresenta como um eixo de controlo (Plantin, 1999) e constrói, como veremos em seguida, uma imagem de si, ao apresentar linhas de orientação e os caminhos para o futuro do País.

4.2.2.2.3. O País Idealizado – O Presidente enquanto Líder Visionário do País

As pessoas esperam que o Presidente as tranquilize e que garanta que tudo vai correr bem (Barber, 1972, p. 9): é o papel do Presidente enquanto gestor do clima emocional do País. Nesse sentido, espera-se que o Presidente tenha uma visão para o futuro do País e, quando se fala de visão, Greenstein (2010, p. 222) diz que muito provavelmente estaremos a aludir à capacidade do Presidente de usar o discurso para apelar à imaginação das pessoas e provocar nelas sentimentos intensos. O Presidente apresenta-se como um visionário e constrói uma imagem idealizada das possibilidades do País, um País do qual as pessoas podem desejar fazer parte; e, na sua qualidade de líder do País, propõe o caminho e os “princípios orientadores” (Marques, 2014, p. 307) para o alcançar.

4.2.2.2.3.1. O Presidente Solar – Uma Visão Otimista do Futuro do País

A República foi, durante muito tempo, “anunciada como uma cura de carácter mais ou menos milagroso para todos os cancros da sociedade portuguesa sob as instituições monárquicas” (Pereira, 2010, p. 89), e, já antes da implantação, se idealizava uma “Pátria Nova” (Catroga, 1991, p. 453); pelo que o País ideal que se constrói nos discursos da Primeira República é um País republicano.

Em a “Arte de viver”, Teófilo Braga defendia “o fomento da consciência da superioridade própria de cada homem” e considerava “os defeitos subjetivos como males hereditários e atávicos, passíveis de serem superados mediante os benefícios da educação” (Catroga, 1991, p. 222). E, com efeito, Manuel Arriaga, no primeiro discurso de tomada de posse da República, exortava à necessidade da cultivação das mentalidades, sob os princípios republicanos (“*É necessário acalentar aquelas almas, enriquecer e arrotear aqueles corações perdidos para a Verdade, para a Justiça e para o Amor*”); isto porque, nas palavras de Catroga, “É verdade que a necessidade de se educar um 'homem novo' e de se construir um 'mundo novo' é correlata da própria ideia de regeneração.” (1991, p. 454).

191. Há outro tesouro, principalmente, precioso: o Povo Português – este tutelado de séculos que está completamente desvalido, sem a luz da justiça moderna!... É necessário acalentar aquelas almas, enriquecer e arrotear aqueles corações perdidos para a Verdade, para a Justiça e para o Amor. – MA1911

O ideário republicano concebia assim uma “reconversão interior das consciências”, através da mediação de um Estado pedagogo e das elites iluminadas que “a si próprias se investiam de uma missão pedagógica em relação ao povo” (Catroga, 1991, pp. 453-455), que assenta, como veremos, numa atitude e numa visão paternalista do povo português.

Com a Primeira Guerra e o agravamento da “desordem sociopolítica” e do “desequilíbrio social acentuado” (Pereira, 2010, p. 89) no período do pós-guerra, os Presidentes não deixam de se pautar pelos princípios republicanos. E, com efeito, os operadores argumentativos “contudo”, “mas” e “porém” marcam a rejeição do desânimo e da preocupação e enquadram uma assertividade exortativa que apresenta o serviço à nação como antídoto para os males do País (“*Não haverá contudo provação que possa abater-nos ou humilhar-nos*”, “*Mas não devemos preocupar-nos além daqueles limites em que são legítimos a prevenção e o receio*”).

192. Não haverá contudo provação que possa abater-nos ou humilhar-nos, se, com firme hombridade, pusermos abnegadamente, como nos cumpre, o dever coletivo, que é também o interesse comum, da defesa interna e externa da Nação acima de todas as nossas disputas e contenções divisórias. – **BM1915**

193. Estamos num momento agudo da nossa história e, porventura, esse momento é decisivo. Mas não devemos preocupar-nos além daqueles limites em que são legítimos a prevenção e o receio, como estímulo de energias adormecidas. – **AA1919**

Abrça-se “uma visão otimista do futuro superadora da decadência da 'raça' e do pessimismo que tinham contaminado a alma e o corpo da Nação” (Catroga, 1991, p. 458) – como podemos observar nos mecanismos de atenuação em “*que se me afigura fácil*” e em “*por pouco que nos unamos*”.

194. Tão vastos são, porém, os recursos naturais da nossa abençoada Pátria, que se me afigura fácil vencer as duas primeiras, por pouco que nos unamos para as debelar. – **TG1923**

O altruísmo patriota com um “devotamento que podia ir até à abnegação” (Catroga, 1991, p. 461) (“*abnegadamente, como nos cumpre*”, em 192), o culto do trabalho (“*com trabalho ordeiro e disciplinado*”) e o “o apelo a uma 'moral da energia'” (veja-se por exemplo os atos exortativos em “*Tenhamos essa fé, essa certeza. Qualquer palavra de desânimo será criminosa*”) sintetizam aquilo que,

nas palavras de Catroga (1991, p. 464), a ideologia republicana idealizava como o verdadeiro cidadão, e aquilo que os Presidentes procuram em certa medida encarnar: “um herói épico e solar, e que, tal como Sísifo redivivo no fim da sua expressão, podia cantar 'Ergo nas mãos o sol'.”

195. O país tem condições de vida que são suficiente garantia do seu futuro. Com trabalho ordeiro e disciplinado e com uma economia severa, pautada, pelas mais austeras normas de moralidade administrativa, triunfaremos de todas as dificuldades. Tenhamos essa fé, essa certeza. Qualquer palavra de desânimo será criminoso. – **AA1919**

Constrói-se aqui uma visão otimista do futuro do País: é um País que ainda vai cumprir “o sonho da redenção social” (Catroga, 1991, p. 454) republicano; apontando um caminho para a “Pátria Nova”, os Presidentes adotam uma forma de liderança que encarna aquilo que a ideologia republicana via como o cidadão perfeito, não só nas medidas que apontam o futuro do País (união, altruísmo, trabalho), mas também no otimismo, na energia e na confiança com que contrapõem o desânimo e o abatimento nacional em relação à situação precária de um País que acabara de sair da Primeira Guerra.

4.2.2.2.3.2. O Presidente-Comandante de Guerra – Uma Visão do País sob Ameaça

No Estado Novo, cria-se uma visão de um mundo catastrófico no qual reina a insegurança e a incerteza e o modo como se fala do futuro do País valida e contribui para a “economia do terror” (Martins, 1998, p.45), que, segundo Rosas (2013, p.196) criou as condições que garantiram a durabilidade do regime. Há dois objetivos que, nos quase cinquenta anos de ditadura, cada Presidente que tomava posse antevia para o futuro do País: o aumento de nível de vida e do bem-estar das populações e a defesa da independência e da integridade da Pátria.

Quando se fala do bem-estar das populações, as “*melhores condições de vida*” que se enumeram (“*pão suficiente, lar condigno, desenvolvida educação e conveniente defesa da saúde*”) vão reduzir-se à imagem de uma “vida que embora modesta seja suficiente, sã, presa à terra” (Rosas, 2001, p. 1035), tal como Salazar apregoava, em 1953, ao falar sobre o I Plano de Fomento. A modalidade deontica de obrigação aqui é atenuada pelo uso do NÓS que indetermina a fonte de obrigação e inscreve o Presidente como alvo de obrigação, à semelhança dos Portugueses em “*devermos aplicar a nossa inteligência e a nossa capacidade de realização*”; já o facto desta tarefa ser, em certa medida,

redirecionada para os portugueses (“*é necessário que as pessoas que a compõem tenham espírito de entreatajuda*”) será explorado mais à frente.

196. Em remate acrescentarei, ainda, devermos aplicar a nossa inteligência e a nossa capacidade de realização no sentido de a todos os portugueses poderem ser proporcionadas melhores condições de vida, garantindo-lhes pão suficiente, lar condigno, desenvolvida educação e conveniente defesa da saúde. Além de que, numa sociedade bem constituída, é necessário que as pessoas que a compõem tenham espírito de entreatajuda, para que os beneficiados pela sorte se não esqueçam dos atingidos pela desdita. – **AT1972**

Mas é também um País sob ameaça que se constrói; e tal justifica, nos discursos, secundarizar o aumento do nível de vida e do bem-estar das populações (“*não nos permite – nem às nações nossas amigas – dedicar energias e haveres exclusivamente ao bem-estar das populações*”), de modo a armar o País para enfrentar os perigos (“*é mister que nos apetrechemos para enfrentar os perigos que nos ameacem*”) que dão prioridade à defesa da Pátria (“*não pode deixar de ser, no momento que vivemos, a defesa da integridade do solo pátrio*”). A modalidade deôntica de permissão (ou melhor, de proibição) aqui é forte: os verbos “poder” e “permitir” articulados com estruturas de negação entram já no domínio daquilo que é ou não proibido ou ilícito e as estruturas generalizantes (“*é mister*”) apresentam-se como um imperativo.

197. A época em que vivemos, tão perturbada e de futuro tão incerto, não nos permite – nem às nações nossas amigas – dedicar energias e haveres exclusivamente ao bem-estar das populações; é mister que nos apetrechemos para enfrentar os perigos que nos ameacem. – **CL1951**

198. Mas tudo isso, que representa um esforço quase sobre humano, tem de continuar sem desfalecimentos e, se possível, cada vez mais intensamente. Mas o essencial, repito, não pode deixar de ser, no momento que vivemos, a defesa da integridade do solo pátrio. – **AT1972**

Esta visão do País sob ameaça contribui para a orientação do discurso para o medo, validando as razões para se ter medo e projetando um futuro alarmante para o País. A gestão emocional destes discursos passa pela construção de imagens do Presidente da República, pois é, como sabemos, através

do Presidente que se vai apresentar o “eixo de controlo” (Plantin, 1999, p. 12) em falta para evitar que o medo se transforme em pânico e para o instrumentalizar ao serviço dos fins do regime. É necessário, para tal, que, nesta visão do mundo onde reina a incerteza e a insegurança, surja uma figura salvadora. Constrói-se, então, do Presidente uma imagem de comandante de guerra que vai beber à imagem pública de militares dos Presidentes do Estado Novo, mas que se afasta da figura agressiva do comandante pronto a declarar guerra – como Charaudeau a concebe (2005, p. 122).

199. Está assegurada a paz interna onde quer que flutue a nossa bandeira. Mas Portugal, que não vive isolado do Mundo, tem de partilhar das responsabilidades e riscos que pesam sobre o grupo de nações a que está ligado; e tal facto obriga o País a preparar-se moral e materialmente para satisfazer os compromissos que as circunstâncias internacionais impuserem. – **CL1951**

É um comandante que prepara o País para uma guerra, da qual se considera, como vimos, mais vítima do que participante (“*Portugal, que não vive isolado do Mundo, tem de partilhar das responsabilidades e riscos*”) e que se prepara para ser atacado, mais do que para atacar (“*obriga o País a preparar-se moral e materialmente para satisfazer os compromissos que as circunstâncias internacionais impuserem*”). Os objetivos da estratégia que toma lugar nos discursos presidenciais do Estado Novo e que coloca em cena um País mergulhado num mundo de incerteza e de medo e uma figura que, como acabámos de ver, parte do seu estatuto de autoridade para se apresentar como salvadora tornam-se claros com a análise, que exploraremos à frente, da relação entre o Presidente e os Portugueses.

4.2.2.2.3.3. O Presidente-Guia – Uma Visão do País Democrático e Europeu

Com o fim da ditadura em Portugal, começa o processo de consolidação da democracia a que Ramalho Eanes dá resposta, no discurso de 1976, como o primeiro Presidente da República eleito por sufrágio universal e direto. Num momento em que o Governo ainda respondia politicamente perante o Presidente, antes da revisão constitucional de 1982 (que diminui consideravelmente os poderes do Presidente da República), Ramalho Eanes traça o caminho para a consolidação da democracia, assumindo um estilo de liderança forte e interventivo (a que se poderia até chamar de uma liderança “*hands-on*”), delineando o que podemos considerar metas programáticas para o País e para o Governo.

Da promoção da melhoria das condições de vida (“*Importa prosseguir uma política de melhoria de condições de vida das classes mais desfavorecidas*”), do empreendedorismo, do combate ao desemprego (“*há que desenvolver condições que possibilitem a criação de novos postos de trabalho*”), à corrupção e à irresponsabilidade, da reforma do sistema educativo e da organização administrativa

200. Importa prosseguir uma política de melhoria de condições de vida das classes mais desfavorecidas, com prioridade para os trabalhadores cujos salários se situam ainda muito abaixo da média nacional, nomeadamente no sector da agricultura e da pesca, da função pública, das pequenas e médias empresas e reformados. – **RE1976**

201. Por outro lado, ao mesmo tempo que importa combater, na medida do possível, o aumento do custo de vida, há que desenvolver condições que possibilitem a criação de novos postos de trabalho, pondo termo à situação dramática dos desempregados e de muitos dos deslocados de África. – **RE1976**

ao apelo ao fim da violência e da exploração dos trabalhadores (“*é indispensável que todos os trabalhadores de facto trabalhem e produzam*”) define-se o caminho para um “Portugal novo e democrático”.

202. Mas para que a economia, a democracia e o próprio País se salvem, é indispensável que todos os trabalhadores de facto trabalhem e produzam como se impõe e, com uma crescente maturidade política e no cumprimento de um dever patriótico, recusem frontalmente demagogias irresponsáveis, ilusões utópicas, vantagens imediatas que se traduzem em prejuízos irreparáveis a curto prazo, reivindicações irrealistas e formas de atuação que neste momento só podem servir a falência do Portugal novo e democrático, com o conseqüente e inevitável regresso ao passado. – **RE1976**

As estruturas indeterminadas e o apagamento enunciativo (Amossy, 2010) (“*há que*”, “*é indispensável*”, “*impõe*”, “*importa*”) na configuração da modalidade deontica de obrigação são atenuantes de um poder que na Democracia não pode ser autoritário (ao fazerem desaparecer a fonte de obrigação), mas não deixam de afirmar uma assertividade forte, ao fazerem semblante de objetividade e apresentarem as medidas anunciadas como imperativos, consensuais e indiscutíveis.

Nos anos 80, os discursos presidenciais de tomada de posse são marcados pela esperança e pelo otimismo com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) e também por um estilo de liderança presidencial que, após a revisão institucional e a diminuição dos poderes do Presidente, se assume, menos como uma força de intervenção, e mais como um ponto de orientação. Por exemplo, o segundo discurso de Ramalho Eanes prende-se sobretudo com a reafirmação dos valores democráticos, já plenamente conseguidos (recategorizados aqui como imperativos: “*de solidariedade social e de satisfação das expectativas legítimas de segurança, de justiça e de bem-estar*”).

203. Nestes termos, o realismo que se impõe na decisão económica, olhando com coragem, para o futuro, sem ficarmos presos a considerações estereis sobre o que foi o passado, exige também que se assumam inteiramente os imperativos de solidariedade social e de satisfação das expectativas legítimas de segurança, de justiça e de bem-estar que os Portugueses alimentam.

– RE1981

Também os objetivos para o País passam a ser apenas enumerados (“*com a estratégia para o desenvolvimento, a reforma do Estado, a modernização da sociedade e a afirmação da vitalidade indesmentível da nossa cultura*”) e não sujeitos, como outrora, à delimitação de um plano concreto de realização, isto porque se trata de influenciar a agenda política, e não de a definir. A modalidade deontica de obrigação é também aqui é atenuada pelas estruturas indeterminadas (“*importa*”) e os atos exortativos (“*fazendo apelo aos portugueses de boa vontade*”).

204. Não hesito em identificar esse designio nacional, nesta nova fase da vida portuguesa, com a estratégia para o desenvolvimento, a reforma do Estado, a modernização da sociedade e a afirmação da vitalidade indesmentível da nossa cultura. São objetivos interligados que importa prosseguir sem perda de tempo, suscitando para tanto amplos consensos e fazendo apelo aos portugueses de boa vontade. – MS1986

Já, nos anos 90, a preocupação em relação ao crescimento económico e ao desenvolvimento do País redobram as orientações presidenciais (daí a o uso do NÓS para atenuar a carga deontica em “*temos de nos habituar a viver dos recursos próprios e da criatividade e força de trabalho dos Portugueses*”) com vista à convergência com a Europa,

205. Sem prejuízo de novos quadros de apoio que venham a ser negociados, temos de nos habituar a viver dos recursos próprios e da criatividade e força de trabalho dos Portugueses, em regime de duríssima competitividade na área dos Doze. É esta uma situação nova. Todos sabemos que não vai ser fácil, mas não há alternativa. As índias que hoje temos para descobrir resultarão da nossa capacidade de potenciar os recursos próprios, de valorizar o trabalho, a criação da riqueza e o espírito de criatividade nacional. – **MS1991**

transformando a esperança que se fazia sentir desde o 25 de Abril numa expectativa que, se já antevia a crise que vai assolar o País na década seguinte, não chega, contudo, a perder o tom otimista (“*nossa capacidade de potenciar os recursos próprios, de valorizar o trabalho, a criação da riqueza e o espírito de criatividade nacional*”). Os Presidentes são guias que orientam o País para um futuro democrático e europeu.

4.2.2.2.3.4. O Presidente Interventivo – Uma Visão do País Próspero e em Crescimento

Nos anos precursores da crise de 2008, há um retorno a uma forma de liderança que se assemelha mais à de Ramalho Eanes, logo a seguir ao 25 de Abril, do que à dos Presidentes das décadas anteriores. Mais uma vez, quando se fala dos caminhos para o futuro do País, é adotado um tom programático, são introduzidos no discurso “desafios” para o País, que acabam por determinar – ou, pelo menos, condicionar largamente – a própria agenda política do Governo (aqui fazendo uso das suas funções de interlocutor ou porta-voz dos portugueses: “*os portugueses esperam, com sentido de urgência, uma resposta da parte dos responsáveis políticos*”).

206. Um primeiro conjunto de desafios a que temos de fazer face respeita ao crescimento e ao desenvolvimento económico. – **JS2001**

207. É por tudo isto que me atrevo a deixar perante esta Câmara e perante os portugueses cinco grandes desafios que, nas circunstâncias em que o País se encontra, considero cruciais para abrir caminhos consistentes de progresso. Para eles, os portugueses esperam, com sentido de urgência, uma resposta da parte dos responsáveis políticos. – **CS2006**

É certo que reformas na justiça, a credibilização do sistema político e o investimento na educação constituem alguns dos “desafios” para o País, mas o objeto que é o foco dos alertas presidenciais é o de fazer frente à crescente crise financeira, que deu os primeiros sinais com a estagnação do crescimento económico e a subida dos custos acima da Europa (“*criação de condições para um crescimento mais forte da economia portuguesa*” e “*o reforço da nossa competitividade e o aumento da produtividade do trabalho e do capital*”) e culminou com a intervenção do FMI, meses depois do último discurso de Cavaco Silva. É à volta destes que se centra o léxico com valor mais disfórico (“*mais difícil*”, “*desemprego*”, “*atrasos*”, “*mais grave*”)

208. O primeiro desafio que quero destacar é o da criação de condições para um crescimento mais forte da economia portuguesa e, conseqüentemente, para o combate ao desemprego e para a recuperação dos atrasos face à União Europeia. Sem isso, tudo será mais difícil. – CS2006

209. Em paralelo, é essencial traçar um caminho que permita o reforço da nossa competitividade e o aumento da produtividade do trabalho e do capital. A perda de competitividade da economia portuguesa é talvez o sintoma mais grave das nossas fragilidades. – CS2011

E se estes “desafios” se traduzem em metas para o País, estas metas contribuem para a construção da imagem do País que se deseja para o futuro e que se traduz nas várias recategorizações que se faz do País enquanto objeto de discurso: é um País que converge com a Europa e se torna um membro forte da União Europeia (“*um ator muito mais credível e respeitado na cena internacional*”), é um País próspero (“*Um País estável e mobilizado*”) e é um País competitivo, empreendedor e em crescimento (“*um País que cresce e progride, um País que cria e inova, um País que é capaz de abraçar as oportunidades que se lhe oferecem*”).

210. A defesa dos interesses de Portugal na cena internacional será tanto mais fácil quanto mais confiantes nos sentirmos nas nossas capacidades. Um País estável e mobilizado, um País que cresce e progride, um País que cria e inova, um País que é capaz de abraçar as oportunidades que se lhe oferecem, será certamente um ator muito mais credível e respeitado na cena internacional. – CS2006

No período democrático, a imagem que os Presidentes constroem de si no exercício de liderança parece, pois, constituir uma resposta às conjecturas de cada época: em tempos de otimismo e de relativa estabilidade, como foram as décadas de 80 e de 90, privilegiou-se uma imagem do Presidente enquanto guia do País, um ponto de referência e de orientação; já, em tempos de crise, como o imediato pós-25 de Abril e a crise financeira dos anos 2000, o Presidente constrói uma imagem de líder interventivo, que responde ao sentimento de urgência que se viveu, nestes momentos.

A imagem dos Presidentes enquanto líderes do País que se atualiza e reafirma adota várias configurações – do Presidente solar, energético e otimista da Primeira República, ao Comandante de Guerra, pronto para as ameaças, do Estado Novo, até aos Presidentes da Democracia, guias em tempos de calma, interventivos em tempos de crise. Constrói-se também uma galeria de imagens do País, que se assemelham a fotografias, ao capturarem uma representação do País num determinado período histórico-social, visto através de uma lente ideológica, subjetiva e sincrónica dos Presidentes.

A liderança do País liga-se à capacidade dos Presidentes de contarem a História do País, de diagnosticarem as suas falhas e problemas e ao mesmo tempo de apontarem os melhores caminhos para o futuro; mas prende-se também com a capacidade de construir visões do mundo – daquilo que o País foi, daquilo que o País é e daquilo que o País pode ser – e de convidarem os portugueses a partilhar das memórias, das emoções e das esperanças que estas visões encerram.

4.2.2.3. O Presidente enquanto Líder do Povo e a Construção das Imagens dos Portugueses

Enquanto líder do Povo, o Presidente é uma figura de autoridade e é também um foco de sentimentos (Barber, 1972, p. 4), o que se traduz numa dinâmica particular de liderança, autoridade e afetividade na relação dos Presidentes com os Portugueses, que vamos explorar, de seguida, ao analisarmos a construção da imagem presidencial no contexto do endereçamento aos Portugueses. Depois, observaremos a forma como os Presidentes constroem uma imagem dos Portugueses e daquilo que cada Presidente considera ser o carácter nacional e o que é que esta imagem diz sobre os Presidentes.

4.2.2.3.1. Liderança, Autoridade e Afetividade na Relação dos Presidentes com os Portugueses

Hinckley (1990, p. 10) observa, sobre a forma como as pessoas veem o Presidentes, que até os adultos colocam o Presidente num papel parental e a figura do pai não deixa de informar, como defenderemos, aquilo que são as dimensões fundamentais da relação entre o Presidente e os Portugueses (e, claro, das imagens que nesta são construídas tantos dos Portugueses como dos Presidentes) – a afetividade e a autoridade.

Na Primeira República, o Presidente não convoca os Portugueses como destinatário direto: o NÓS que aqui ocorre refere-se a um NÓS – os republicanos (“*Não falemos mais nos erros dos contrários depois de os condenarmos*”, “*Orgulhosos de o merecermos*”), e não a um NÓS – os Portugueses (pelo menos, não todos os portugueses), como aliás a cocorrência deste NÓS com expressões que introduzem os Portugueses como objeto de discurso (“*o Povo Português*”, “*aquelas almas*” e “*o povo, a mulher e a criança*”) mostra.

211. Não falemos mais nos erros dos contrários depois de os condenarmos, porque as virtudes da democracia valem bastante para esquecermos os inimigos da Pátria. Há outro tesouro, principalmente, precioso: o Povo Português – este tutelado de séculos que está completamente desvalido, sem a luz da justiça moderna!... É necessário acalentar aquelas almas, enriquecer e arrotear aqueles corações perdidos para a Verdade, para a Justiça e para o Amor. – **MA1911**

212. Orgulhosos de o merecermos, com o pensamento em todos os nossos concidadãos de aquém e de além-mar, sobretudo naqueles que mais necessitam do carinho e amparo governativo – o povo, a mulher e a criança – conclamemos, com fé ardente, inextinguível, o verbo sagrado que resume esperançosamente os mais nobres anelos da alma nacional. – **BM1915**

A tradição do pensamento político português (que tem longas raízes monárquicas e que perdura também na ideologia salazarista), mais do que o próprio sistema, poderá ajudar a esclarecer este fenómeno: de acordo com Torgal & Homem (1982, p. 1439), defendia-se na tradição da literatura política portuguesa um certo paternalismo que resultava da crença de que o povo português “era um povo viril, mas de ‘brandos costumes’, dócil e de pronta obediência”. Também Medina (1990, p. 203) comenta, a propósito da figura do Zé Povinho (particularmente popular no final do século XIX e inícios do século XX),

que “a menoridade do povo o forçava a ser apenas um diminutivo e uma abreviatura de um nome próprio” e que

Esta forma de diminuir, pese embora *o seu lado carinhoso ou familiar*, não deixa de constituir uma forma de degradação social ou ideológica: o conceito de povo (quer seja entendido como Terceiro, quer como Quarto estado) reduz-se a uma alcunha, a uma abreviatura *um tanto terna*, e o nome de Todo-o-Mundo singulariza-se na abreviatura igualmente incaracterística de um protótipo banal. (itálico nosso)

O paternalismo do pensamento político da Primeira República não deixa justamente de se apoiar numa dimensão sentimental e o léxico afetivo que gravita em torno do povo português manifesta esta dinâmica (“*acalenta*” “*aquelas almas*”, “*arrotear*”, “*aqueles corações perdidos*” e “*carinho e amparo*”). São estas as imagens que se constroem: o Presidente como um pai carinhoso dos Portugueses e o povo conseqüentemente infantilizado. As idealizações republicanas do povo português via regeneração pressupõem, aliás, a menoridade do povo, ao conceberem que “o antigo Zé podia desembaraçar-se dos seus dois diminutivos e assumir-se como autêntico cidadão, livre e adulto, vigilante e esclarecido, em suma, Povo mesmo, sem outra adjetivação a não ser a de soberano” (Medina, 1990, p. 203). Com o Estado Novo, a ideia da maioridade do povo português fica interrompida.

Há, como temos vindo a observar, uma estratégia global nos discursos do Estado Novo que coloca em cena um mundo repleto de medo e incerteza e uma figura salvadora que encontra uma voz de autoridade largamente legitimada na pessoa do Presidente da República; é a relação do Presidente com os Portugueses que mais vai esclarecer os propósitos desta estratégia e como os diferentes enquadramentos históricos que se viveram durante o longo período do Estado Novo resultaram em “alterações do discurso e dos propósitos que animavam a sua divulgação” (Rosas, 2001).

É sobretudo no imediato pós-guerra quando os movimentos oposicionistas começaram a ganhar maior expressão⁵³ como o “primeiro movimento generalizado de contestação do regime” (Saraiva, 1991, p. 360) – que contou com a candidatura do general Norton de Matos às eleições presidenciais de 1949 e, culminou, anos mais tarde, na candidatura do general Humberto Delgado, em 1958⁵⁴, que havia

⁵³ Embora tenha sido uma “crise sem oportunidades reais de transição”, nas palavras de Rosas (2013, p. 236), este movimento de oposição contou com “frustradas conspirações golpistas”, do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), em 1944, e do Movimento de Unidade Democrática (MUD), no imediato pós-guerra.

⁵⁴ Tanto a candidatura do general Norton Matos como a de Humberto Delgado provocaram reações políticas fortes. Na revisão constitucional de 1951, após a candidatura do primeiro, Salazar pretendia já acabar com o sufrágio direto, ficando-se, contudo, pela resolução da “ameaça de apresentação de

“abalado o regime” e precipitado a revisão institucional de 1959 – que os Presidentes começam a fazer uso da “autoridade firme, mas paternal” (Torgal e Homem, 1982, p. 1439), clássica do pensamento político português da época.

213. E sendo assim, muito perigosa é para as sociedades a ânsia duma impossível renovação total, e falsa a ideia de que, para fazer de novo, se podem esquecer ou postergar os princípios que derivam da própria natureza humana e a experiência de séculos foi pouco a pouco revelando e cristalizando na consciência dos povos. – **OC1949**

214. Ocorreu recentemente uma dessas ocasiões, que se caracterizou por nefasto clima de paixões, apto a envenenar a paz e harmonia em que vivemos. Convém, no entanto, estar atento e sentimentos ou críticas que pareçam justificados. Em toda a obra humana nem tudo resulta bem feito ou executado em conformidade com os melhores intentos e, não se afigurando sério negar ou minimizar o muito que de bom se faça, não há, também, que falar apenas no que resulte bem, escondendo o que ficou por fazer ou se realizou mal. – **AT1958**

Como um pai que repreende os filhos, o Presidente admoesta os Portugueses com atos diretivos indiretos de advertência (“*muito perigosa é para as sociedades a ânsia duma impossível renovação total*” e “*Convém, no entanto, estar atento a sentimentos ou críticas que pareçam justificados*”) que não deixam de assentar numa dimensão afetiva, clara no tom pedagógico que os enquadra (“*não há, também, que falar apenas no que resulte bem, escondendo o que ficou por fazer ou se realizou mal*”), como uma lição ou que se procura ensinar depois do erro. Articula-se a modalidade deôntica e a modalidade avaliativa (que diz respeito a uma avaliação axiológica do locutor do tipo bom/mau) que contribui para um paternalismo que está aqui indubitavelmente ligado à dinâmica de poderes entre o Presidente e os Portugueses no Estado Novo e com a imagem infantilizada que se constrói dos Portugueses.

Estas “lições” presidenciais não se dirigem tanto aos movimentos e organizações políticas oposicionistas, mas sim à população geral que, em ambas as campanhas presidenciais, aderiu entusiasticamente aos candidatos da oposição; especialmente no caso de Humberto Delgado que constituía uma “possibilidade real de um processo de transição política conduzido, ao menos na sua gênese, a partir do interior do regime” (Rosas, 2001, pp. 236-237) e que rapidamente passou de ser

candidaturas ‘subversivas’, estabelecendo agora a Constituição o princípio de que os candidatos teriam de ser aceites pelo Conselho de Estado, com base na fidelidade aos valores do regime” (Pinto, 2016, p. 48). O abalo que a candidatura de Humberto Delgado provoca ao regime leva Salazar a acabar com o sufrágio direto do Presidente, na revisão de 1959, o que contribuiu, contudo, para o descrédito do salazarismo (Freire & Pinto, 2010, p. 41).

“candidato da mudança segura” para o “instigador da rebelião cívica” (Rosas, 2001, p. 243) naquilo que, Raby (1982, p. 880) descreve como “uma explosão popular sem paralelo antes do 25 de Abril”.

A expectativa de se instituir em Portugal um regime democrático, após a vitória dos Aliados na Segunda Guerra (1939-1945), a Guerra Colonial (1961-1974) que rapidamente se tornara impopular, pelos graves problemas humanos e financeiros que acarretou, e por ser atribuída a uma “obstinação colonialista” do Estado Novo (Lucena, 2002, p. 11) e a crescente condenação internacional faziam crescer a “vontade popular de mudança” (Raby, 1982, p. 869). O propósito aqui não é tanto “fazer fazer” (Charaudeau, 2007b, p. 5), mas é principalmente “fazer não fazer”: daí o predomínio de estruturas negativas ao serviço de atos agora explicitamente diretivos proibitivos (“*Sejamos por isso modestos, não ambicionando alterar em décadas a constituição do Mundo*”) e o paternalismo do uso de um nós injuntivo (“*não nos devemos deixar impressionar por ideias utópicas ou de inconveniente aplicação entre nós*”).

215. Fala-se hoje muito de um mundo novo, de uma sociedade nova e de um homem novo em gestação nos nossos dias, mas a evolução do ser humano é de si extraordinariamente lenta, e daí os atritos muitos, mais ou menos duros, entre o homem e o meio em que é obrigado a viver. Sejamos por isso modestos, não ambicionando alterar em décadas a constituição do Mundo, mas trabalhemos antes por melhorá-lo em cada momento no que de nós dependa e o progresso da técnica, em certas épocas como a nossa, mais aceleradamente permita. – **AT1965**

216. E ao examinarmos com toda a minúcia e conscienciosamente as soluções adotadas nos países mais avançados, para os problemas que tenhamos a resolver, não nos devemos deixar impressionar por ideias utópicas ou de inconveniente aplicação entre nós, só porque estão na moda. – **AT1972**

O que se procura independentemente das várias convulsões histórico-sociais que o regime viveu durante quase cinquenta anos é aquilo que Torgal e Homem (1982, p. 1439) denominam de uma “subordinação consentida” do povo português, à qual se aliava os aparelhos de inculcação ideológica que faziam a exaltação dos valores do Estado Novo e estes valores são apresentados como o remédio para um mundo de insegurança e incerteza.

Um exemplo disso é o da união⁵⁵ enquanto valor (expresso aqui num ato diretivo de apelo: “*É para essa união dos portugueses que apelo*”) que é transversal no ideário salazarista, seja na idealização

⁵⁵ O apelo à união é transversal em todos os períodos, mas adquire um significado particular no Estado Novo, pelo lugar que ocupa no ideário salazarista e pelo seu uso nos discursos de tomada de posse como solução para o mundo de insegurança que o regime constrói.

de um Estado corporativista, no qual estavam “representados os interesses económicos, sociais e morais dos diversos estratos da população, numa coexistência do consenso possibilitada pela polarização comum em torno do pretense engrandecimento da Pátria” (Torgal e Homem, 1982, p. 1438); seja no modo de representação política através do partido único – a União Nacional – seja ainda na questão do Império e do colonialismo.

217. Para que triunfem não basta porém que as sigamos; é necessário que a comunidade nacional de encontre espiritualmente unida na sua defesa. É para essa união dos portugueses que apelo, é essa união de espíritos que desejaria se fortalecesse cada vez mais, como indispensável à realização dos seus destinos. – **OC1949**

Outro exemplo ainda é o da exaltação do trabalho que contribui, por sua vez, para o apanágio do “homem-trabalhador” (Rosas, 2001, p. 1035). Mais uma vez a modalidade deontica de obrigação (“*há, porém, que trabalhar muito mais*”) torna-se pedagógica na articulação com a oração final (“*para o vencermos*”).

218. Para o vencermos há, porém, que trabalhar muito mais e, mais acertadamente ainda, que unir produtivamente todos os nossos esforços num sentido mais benéfico para a comunidade portuguesa, e evitar dissensões que a experiência nefasta do primeiro quartel deste século, em absoluto, condenou. – **AT1972**

Traça-se nestes discursos a estrutura prototípica dos contos populares e das histórias de aventuras: (1) uma situação inicial, marcada pela presença de um mal, neste caso, a construção de um mundo de incerteza e insegurança (como vimos no capítulo sobre o clima emocional do País), (2) a sua reparação através do surgimento de uma figura salvadora, neste caso, a construção da imagem do Presidente enquanto Comandante de Guerra (como vimos no capítulo sobre a construção da imagem do Presidente enquanto líder visionário) e da exaltação de valores e do apelo ao povo (como acabámos de exemplificar). Este tipo de “narrativa dramatizante” está na base de um discurso global de manipulação – típico, aliás de regimes totalitários (Charaudeau, 2009, p. 11) – na medida em que permite colocar em cena um locutor dotado de legitimidade (o Presidente), um projeto que se apresenta ao manipulado como benéfico (o de uma “subordinação consentida”) e uma credibilidade (que se liga, como sabemos, ao *ethos*) que se constrói no discurso (Charaudeau, 2009, p. 8).

Constrói-se no Estado Novo uma imagem do Presidente enquanto um pai austero e severo, que dá “pau”, mas também dá “pão” – para fazer uso da expressão popular. É uma espécie de páter-famílias, que se alinha não só com o “homem-novo” do regime (Rosas, 2001, p. 1053) –, mas também com a conceção de que, nas palavras de Torgal e Homem (1982, p. 1439), “o mando sobrelevava em dificuldade a mansa sujeição”, isto é, de que a autoridade é um fardo pesado que só, à semelhança dos contos populares alguns conseguem carregar, como vimos, aliás, no capítulo sobre a imagem da Presidência vista pelos Presidentes. Dos Portugueses, permanece uma imagem infantilizada – repreendidos, indefesos, conformados e resignados.

É com o 25 de Abril que o povo português atinge a maioria política; com o sufrágio universal e direto, são os Portugueses que elegem o Presidente da República, cidadão entre cidadãos, e a autoridade do Presidente sob os Portugueses é de ordem moral, e não mais autoritária ou intelectual. Os Presidentes apelam (“*quero incitar os portugueses*”), nos discursos, à união dos Portugueses em torno de um futuro comum.

219. Neste dia, quero incitar os portugueses – sobretudo os mais jovens – a estudarem e a conhecerem melhor a nossa história, a nossa cultura, o nosso património natural e construído, a nossa geografia, as nossas raízes e os fundamentos da nossa identidade. – **JS1996**

Em Democracia, a união dos Portugueses representa aceder a uma espécie de energia mítica (“*É ao reforço da nossa identidade que vamos buscar a energia e a confiança*”) que assenta na história, na cultura e numa identidade do povo português (“*fomos grandes sempre que deixámos as questões mesquinhas e pequenas que nos dividem e diminuem*”).

220. É ao reforço da nossa identidade que vamos buscar a energia e a confiança para partirmos desassombradamente para a aventura do futuro, sem medo, com arrojo, na convicção firme de que fomos grandes sempre que deixámos as questões mesquinhas e pequenas que nos dividem e diminuem. – **JS1996**

Estes apelos projetam uma visão eufórica do futuro, uma vez que o seu propósito é o de inspirar os Portugueses a unirem-se e a concretizarem este sonho coletivo: daí a abundância de léxico positivo, (“*Sonhem mais alto*”), exclamações (“*Façam ouvir a vossa voz, este é o vosso tempo!*”) e atos exortativos (“*Saibamos todos ser dignos dessa história e deste futuro*”, “*saibamos ser dignos do povo a que*

pertencemos”), que articulam este sentimento de euforia ao apelo à dimensão mítica da essência portuguesa e à perspectiva de futuro coletivo melhor.

221. Saibamos todos ser dignos dessa história e deste futuro; saibamos ser dignos do povo a que pertencemos – e que Portugal, com todos, se cumpra em Portugal. – **RE1976**

222. Agora, no momento em que tomo posse como Presidente da República, faço um vibrante apelo aos jovens de Portugal: ajudem o vosso País! Façam ouvir a vossa voz, este é o vosso tempo! Mostrem a todos que é possível viver num País mais justo e mais desenvolvido, com uma cultura cívica e política mais sadia, mais limpa, mais digna! Mostrem às outras gerações que não se acomodam nem se resignam! Sonhem mais alto, acreditem na esperança de um tempo melhor! Acreditem em Portugal, porque esta é a vossa terra. É aqui que temos de construir um País à altura das nossas ambições! Estou certo de que, todos juntos, iremos vencer! – **CS2011**

Constrói-se uma imagem dos Portugueses que se afasta largamente da visão infantilizada que o Estado Novo e a Primeira República construíam do povo: aqui os Portugueses são responsáveis e potenciadores do seu próprio futuro e o Presidente é uma espécie de figura inspiradora que deve motivar os Portugueses a realizarem o seu potencial.

Quando os Presidentes falam com os Portugueses, a autoridade e a afetividade que determinam esta relação traduzem-se, então, na construção de uma imagem do Presidente – do pai carinhoso da Primeira República, ao páter-famílias austero e severo do Estado Novo até à figura inspiradora da Democracia; e estas imagens refletem respetivamente uma imagem dos Portugueses – do povo infantilizado do republicanismo e da ditadura ao povo cheio de potencialidades da Democracia.

4.2.2.3.2. As (Re)construções do Carácter Nacional e o que Isso Diz sobre como os Presidentes Veem os Portugueses

A ideia de um carácter nacional ultrapassa largamente o simples estereótipo nacional – fundado sobretudo em generalizações que geralmente não encontram paralelo na realidade (Terracciano et al., 2005) – ainda que se tratem em ambos os casos de imagens coletivas. O carácter nacional liga-se ao conceito de identidade nacional, tal como vimos anteriormente, enquanto uma imagem politicamente motivada que se alimenta de histórias sobre a Nação e o Povo. Aqui, não se trata dos portugueses a

quem os Presidentes efetivamente se dirigem nos diferentes períodos em que os discursos de tomada de posse são proferidos: o carácter nacional diz respeito a uma conceção idealizada e quase mítica dos Portugueses enquanto Povo. Os Presidentes apropriam-se desta imagem e reconstruem-na nos discursos; e a imagem que os Presidentes constroem dos Portugueses prende-se com a forma como Presidentes veem os Portugueses e com a forma como os Presidentes se veem, por extensão, a si próprios. O carácter nacional assenta, nos discursos de tomada de posse, no universo dos Descobrimientos e vai-se traduzir em duas figuras dicotómicas da exploração marítima, tal como foram edificadas no imaginário popular com a obra de Camões, *Os Lusíadas* – os heróis navegadores e os velhos do Restelo.

Na Primeira República, o povo português é recategorizado no discurso como “povo heroico”, para se colocar em evidência a coragem dos navegadores portugueses ao partirem para a exploração marítima: estabelece-se, aliás, uma rede lexical de termos ligados a esta ideia de heroísmo (“*destino inconfundível*”, “*história*”, “*arrojo imortal*”). Aqui, contudo, o “destino inconfundível que a história traçou ao povo heroico” vai corresponder à realização da República e dos seus ideias da Regeneração; e, tendo em consideração a imagem infantilizada e indefesa dos portugueses que os próprios Presidentes constroem do povo, podemos colocar a questão de quem faz parte efetivamente deste “povo heroico”? O uso da 1.^a pessoa do plural em “comprovemos bem alto o nosso civismo” dá-nos algumas pistas: trata-se de um NÓS – os republicanos que se distingue dos monárquicos e se institui como uma versão já “atualizada” por meio da educação positivista do republicanismo dos portugueses.

223. Comprovemos bem alto o nosso civismo, para que deste penoso lance de ansiedade e de sacrifícios saíamos moralmente robustecidos para melhor prosseguirmos, sem o mínimo desdouro, a realização, tão contraminada pela reacionária decadência monárquica, do destino inconfundível que a história traçou ao povo heroico, que, colocado na vanguarda da Europa, teve o arrojo imortal de ir, à sua frente, implantar pelo mundo inteiro a definitiva hegemonia da sua civilização. – **BM1915**

O velho do Restelo surge na figura daquilo que António Almeida denomina, em 1919, como “os defectistas” – aqueles que consideram o povo apático e ocioso (“*os defectistas dizem que a raça é indolente*”), incapaz da energia e do vigor (“*eles fingem ignorar as provas de vigor*”) para acompanhar o resto do mundo: a figura do Velho do Restelo introduz assim uma dinâmica polifónica em relação à forma como os portugueses são vistos. O pessimismo dos velhos do Restelo encontra-se, pois, diretamente em

oposição ao otimismo solar que a doutrina republicana apregoava e é rejeitado, ficando os velhos do Restelo, de forma algo paradoxal, fora da dimensão grupal do povo português.

224. E quando os defectistas dizem que a raça é indolente, eles fingem ignorar as provas de vigor que ela tem dado sempre e ainda agora está manifestando, na ânsia indomável com que deseja acompanhar o movimento de renovação que vai pelo mundo. – **AA1919**

Num período como o da Primeira República, marcado pelo fim da Monarquia e pela Primeira Guerra Mundial, os traços que se atualizam do carácter do povo português – a coragem, a ambição, a honra, o heroísmo – refletem as motivações e as condições histórico-políticas deste período: com efeito, é à ideia da perfeitibilidade positivista que a coragem e ambição se ligam e o heroísmo e a honra do povo português prendem-se ao movimento e à luta republicana.

No Estado Novo, o conceito de um carácter nacional faz parte da própria ideologia do regime: Rosas (2001, p. 1034) aponta, na verdade, que o regime procurava estabelecer a ideia de uma “essencialidade portuguesa”, que serviria de ponto de partida para “«reeducar» os portugueses no quadro de uma nação regenerada e reencontrada consigo própria, com a sua essência eterna e com o seu destino providencial”). É precisamente a esta ideia de “essencialidade portuguesa” que a expressão “génio da raça”, tal como é introduzida no discurso, faz referência (“*incarnação viva das virtudes e do génio imortal da Raça*”, “*pela exaltação dos altos destinos da raça e das perspectivas que o seu génio saberá traçar*”).

225. Dois anos volvidos sobre a memorável data histórica, e postos em prática, através de circunstâncias aspérrimas, novos métodos e processos administrativos, caracterizados por uma honestidade irrepreensível e pela abnegação sem limites que à Pátria devemos todos nas horas de má fortuna, é uma grande consolação verificar como o povo – este bom e generoso povo da nossa terra, incarnação viva das virtudes e do génio imortal da Raça – chamado a exprimir em sufrágio direto e livre o seu juízo sobre o uso que o Governo da Ditadura tem feito da plenitude do poder, consagra solenemente, pela votação mais retumbante que ainda se fez em Portugal, não o valor muito obscuro do Presidente da República que, neste momento, se investe no exercício da sua magistratura, mas antes e sobretudo o próprio pensamento de reabilitação nacional, que eu, modestamente, sou obrigado a personificar como sei e como posso. – **OC1928**

226. A reconstrução nacional tem de ser, tem de continuar a ser, simultaneamente moral e material; obra moral de fortalecimento contínuo do ideal coletivo pela exaltação dos altos destinos da raça e das perspetivas que o seu génio saberá traçar, e pelo apaziguamento das paixões desvairadas, dos conflitos que dividem e por isso mesmo diminuem; obra material, que eleve o nível de vida da população e torne, se não mais fácil, pelo menos, mais útil o esforço dos que trabalham. – **OC1935**

Como explica Meireles (Candeias, 2004), o conceito de raça – e as comemorações do Dia da Raça, a partir de 1933, a 10 de junho – tem um sentido particular no Estado Novo: “Quando se tenta exaltar o Dia da Raça, é a raça do povo português entendida de uma forma geral, global’. O que está em causa é a ‘originalidade’ e ‘a capacidade dos portugueses’”. Raça significa então, segundo a historiadora, “um povo diferente, aparentemente frágil, mas com valores que lhe permitiram grandes realizações”.

Para Rosas (2001, p. 1034), a ideologia do Estado Novo articulava à ideia de uma essencialidade portuguesa traduzida no génio da raça uma “vocação histórico-providencial de colonizar e evangelizar” que já vinha da tradição republicana e monárquica. Esta vocação traduz-se nos discursos na celebração dos feitos da exploração marítima portuguesa, acentuando a antiguidade do povo (note-se a dupla adjetivação em “*através de longa e gloriosa vida*”) e a influência indelével dos portugueses na História (veja-se a superlativação em “*das mais brilhantes da história da Humanidade*”). E, com efeito, no discurso imperial do Estado Novo, seria, segundo Rosas (2001, pp. 1034-1035), o “fardo do homem português” continuar a “gesta heroica dos nautas, dos santos e cavaleiros”, e assim o “desígnio mítico da raça concretizava-se no ideal reencontrado do império”.

227. Não esquecerei que passei a ser o chefe de um grande povo, que, através de longa e gloriosa vida, escreveu páginas das mais brilhantes da história da Humanidade. – **CL1951**

Na Democracia, os traços que se reafirmam e atualizam deste carácter nacional servem de “fotografias” discursivas do contexto sociopolítico das tomadas de posse. Nos pós-25 de Abril, com o processo de descolonização recentemente concluído, o início do longo processo de adesão à Comunidade Económica Europeia e o retorno de milhares de portugueses ao País com o fim da ditadura, dá-se relevo à natureza pacífica do povo português, através da recategorização dos portugueses como “um povo amante da paz”.

228. Somos um povo amante da paz e queremos contribuir ativamente para uma solução pacífica dos problemas que afligem a vida dos povos. – **RE1976**

Em 1986, é o assassinato de Olof Palme, a 28 de fevereiro, Primeiro-Ministro sueco, fundador do partido de esquerda SAP (Sveriges socialdemokratiska arbetareparti) e crítico popular dos regimes autoritários europeus do século XX, incluindo o de Salazar, que leva Mário Soares a condenar o terrorismo e a qualificar o povo português como “tradicionalmente pacífico e tolerante”.

229. O povo português, tradicionalmente pacífico e tolerante, elegeu-me porque confia na minha capacidade para unir os Portugueses, contribuindo assim para criar condições de convivência cívica e de colaboração responsável entre todos, ao redor de objetivos claros que nos são comuns. – **MS1986**

Uma década depois, Jorge Sampaio reforça a abertura ao novo e ao desconhecido dos navegadores portugueses e retomando mais uma vez o arquétipo do herói quinhentista, num discurso proferido apenas meses antes da oficialização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a 17 de julho de 1996, qualificando o povo português como “um grande povo – aberto aos outros, ao universal, ao novo, ao desconhecido”.

230. A nossa cultura, tão rica e tão variada, nas suas formas populares e eruditas, tão forte nos seus traços caracterizadores; é o testemunho – de um grande povo – aberto aos outros, ao universal, ao novo, ao desconhecido – e de um País que, há cinco séculos, uniu a espécie humana e mundializou a comunicação, sabendo, embora pequeno, transportar-se até aos confins dos mares e da Terra, onde deixou as suas marcas, as maiores das quais são a língua e uma memória que ainda hoje perdura e de que recebemos, constantemente, sinais de reconhecimento. – **JS1996**

Com a estagnação do desenvolvimento e o espetro da crise a fazer sentir-se a partir dos anos 2000, apela-se à superação daquilo que sintetiza a figura do Velho do Restelo – desconfiança (“*a desconfiança secular por nós próprios*”), pessimismo (“*o pessimismo*” e “*o espartilho do pessimismo*”, “*atitude mental que nos faz apontar os males*”), resignação (“*a tirania da resignação*”, “*a nossa*

esperança é mais forte do que qualquer resignação”), desânimo (“*a nossa ambição supera qualquer desânimo*”) e melancólica (“*a nossa determinação é maior do que qualquer melancolia*”).

231. É chegada a hora de vencermos a desconfiança secular por nós próprios, de sacudirmos o pessimismo, a resignação, “o meu remorso de todos nós”, de que falava, com tanta inteligência crítica, Alexandre O'Neill. É chegada a hora de ultrapassarmos aquela atitude mental que nos faz apontar os males, arranjando logo alibis, desculpas e explicações para a sua continuação. – **JS2001**

232. Hoje, como ontem, vamos provar que somos capazes de vencer a tirania da resignação e o espartilho do pessimismo. Pela minha parte, estou profundamente convicto de que a nossa determinação é maior do que qualquer melancolia, de que a nossa esperança é mais forte do que qualquer resignação, de que a nossa ambição supera qualquer desânimo. Sei que os portugueses, tal como eu, não se resignarão a um destino menor. – **CS2006**

Mais uma vez, vemos o confronto entre a figura do Velho do Restelo e os navegadores traduzida aqui na comparação de Cavaco Silva: a determinação, a esperança e a ambição são os traços dos navegadores que se opõem diretamente à melancolia, resignação e desânimo do Velho do Restelo. É a adoção do primeiro e a rejeição do segundo que revelam o caminho para fora da crise e para o sucesso do País: a figura dos navegadores portugueses oferece, num período de crise, um modelo a seguir enquanto “agentes da história” e “senhores do nosso destino”, ambiciosos, insatisfeitos e capazes de estar à altura em momentos de dificuldade.

233. O que os momentos altos da nossa história nos ensinam é que somos um povo marcado pela insatisfação. Que nos marca a ambição de fazer mais e melhor. Marca-nos a ideia de que somos agentes da história, senhores do nosso destino. Somos um povo capaz de superar as dificuldades nas horas de prova. – **CS2006**

O carácter nacional que se constrói nos discursos de tomada de posse resulta do tronco comum de duas figuras dos Descobrimentos – os navegadores portugueses e o Velho do Restelo; mas as suas atualizações discursivas respondem às diversas condições particulares e motivações políticas de cada época: do povo heroico contra a monarquia da Primeira República, ao génio da raça e as suas vocações

imperiais no Estado Novo, até ao povo que se vê numa luta para livra-se do pessimismo e da resignação do Velho do Restelo e abraçar a sua verdadeira natureza ambiciosa, destemida e esperançosa – a dos navegadores. Os Presidentes alinham a cada momento a sua imagem com a dos portugueses.

Enquanto líder dos Portugueses, os Presidentes constroem imagens dos Portugueses nem sempre compatíveis, isto porque partem de conceções diferentes dos Portugueses: quando os Presidentes se dirigem aos Portugueses, são os Portugueses do período específico em que são proferidos os discursos, daí estabelecerem-se relações dinâmicas de autoridade e de afetividade; quando os Presidentes falam sobre os Portugueses, referem-se ao Povo Português, como uma entidade atemporal e mítica, daí partir-se da identidade nacional, para se reafirmar o carácter nacional. No primeiro caso, os Presidentes são figuras de autoridade, muitas vezes, assumindo dimensões paternas e, no segundo caso, os Presidentes identificam-se e reforçam uma visão do carácter nacional, informada pelas lentes ideológicas e as motivações políticas de cada período.

Neste grande capítulo da análise das imagens presidenciais nos discursos de tomada de posse, observámos a construção da imagem ligada ao EU e à liderança presidencial, centrada na forma como os Presidentes definem quem são enquanto pessoas (ligado ao EU pessoal) e quem são enquanto Presidentes (ligado ao EU presidencial) e observámos a construção da imagem ligada ao outro e a forma como os Presidentes assumem as diferentes facetas da liderança presidencial – a liderança de Portugal, a liderança do País e a liderança dos Portugueses, tendo em atenção que estas imagens são informadas (e informam, por sua vez) as expectativas sociais em relação à figura de Presidente (o *ethos* institucional). Vimos a construção destas imagens nos três períodos dos cem anos da República Portuguesa, organizando a nossa análise a partir dos diferentes tipos de imagem presidencial que identificámos nos discursos de tomada de posse. De seguida, partiremos desta análise para observar a imagem presidencial em sincronia e chegarmos a uma imagem global do Presidente em cada período da República e para observar a imagem presidencial em diacronia e como esta se traduz numa imagem de género dos discursos presidenciais de tomada de posse.

4.3. A Imagem Presidencial em Sincronia e em Diacronia – Da Imagem Presidencial nos Cem anos da República à Imagem de Género dos Discursos de Tomada de Posse

Neste capítulo, partimos da análise que fizemos das imagens presidenciais para dar conta da construção em sincronia e em diacronia das imagens presidenciais nos discursos de tomada de posse e para dar resposta a duas hipóteses de partida: (1) a de que existe, dado as condições histórico-sociais, as fortes ideologias políticas e as representações coletivas valorizadas que caracterizam cada período da República, uma imagem global de Presidente distinta na Primeira República, no Estado Novo e na Democracia; e (2) a de que existe uma imagem de Presidente ligada ao género dos discursos presidenciais de tomada de posse que cada Presidente atualiza e reafirma no seu discurso e que, como tal, constitui um parâmetro de género dos discursos presidenciais de tomada de posse.

4.3.1. A Imagem Presidencial nos Cem Anos da República Portuguesa

4.3.1.1. O Presidente na Primeira República – o Perfeito Cidadão Republicano

É, como vimos, através das lentes da ideologia republicana que as imagens que se constroem nos discursos de presidenciais de tomada de posse do primeiro quartel do século XX devem ser compreendidas: do indivíduo ao Presidente e às formas de ser Presidente, todas as imagens que se constroem nos discursos da Primeira República refletem, de uma forma ou outra, o ideal do “perfeito cidadão republicano”.

Há um foco, remanescente da reputação oratória, na construção do carácter e da corporalidade dos indivíduos que exerceram o cargo de Presidente; e o perfil que se constrói caracteriza-se por uma qualificação pela desqualificação: é o perfil do homem honrado, simples e sem qualidades, quando ligado ao EU, e o perfil do homem de convicções fortes, nobre, abnegado e altruísta, quando ligado a um NÓS republicano; e em ambos os casos projeta-se uma imagem do cidadão português, que se procuraria recriar entre o povo e que seria, em última instância, o resultado idealizado da missão pedagógica da Regeneração.

Já a figura do Presidente é vista como um magistrado – um cidadão dotado de uma autoridade superior que preside acima das disputas partidárias e, em ambos os casos, estas imagens parecem ir beber, como referimos, ao imaginário católico-cristão, num processo que Medina (1990, p. 32) apelida da santificação dos líderes republicanos.

A Primeira Guerra é encarada como um desastre natural – inesperada, repentina e que deixa um rasto de destruição, mas, o futuro do País é encarado com o otimismo. Os Presidentes republicanos são líderes “épicos e solares”, para emprestar a expressão de Catroga (1991, p. 464), apregoando um altruísmo patriota, o culto do trabalho e uma “moral da energia” (Catroga, 1991, p. 461) como resposta à devastação do País no pós-guerra.

No panorama internacional, o Portugal da jovem República procura consolidar relações com outros países – pela partilha de fronteiras (Espanha), pela experiência da guerra (França, Itália), pela consanguinidade (Brasil) – e reforçar as suas ligações historicamente mais antigas (Inglaterra e Estados Unidos); e os Presidentes são líderes abertos a novas relações diplomáticas e leais às relações mais antigas.

Os Portugueses são vistos, na sua essência nacional, na extensão do heroísmo colonial e quinhentista dos navegadores dos Descobrimientos – que não deixa de se alinhar com os traços republicanos da coragem, ambição, honra e dever. Mas, enquanto povo, os Portugueses da Primeira República alinham-se mais com a figura do Zé Povinho, à espera ainda da maioria e os Presidentes são os pais carinhosos de um povo infantilizado, num paternalismo que, como já vimos, fazia parte da tradição política portuguesa (Torgal & Homem, 1982, p. 1439).

O perfil dos Presidentes da Primeira República caracteriza-se, assim, por indivíduos humildes e honrados, uma visão da Presidência que remete ao imaginário católico-cristão, uma liderança otimista e confiante, um desejo de forjar e consolidar novas e velhas relações com outros países, uma idealização dos portugueses na extensão dos heróis quinhentistas e ao mesmo tempo uma visão infantilizada do povo que resulta de uma autoridade carinhosa e paternalista.

4.3.1.2. O Presidente no Estado Novo – o Homem-Novo da Ditadura

No Estado Novo, é a ideologia salazarista que vai largamente informar as imagens que se constroem nos discursos presidenciais de tomada de posse; e, à semelhança da Primeira República, há uma imagem idealizada do português – aquilo que Rosas (2001) denomina de “homem-novo” na ditadura – que os Presidentes do Estado Novo vão, em parte, refletir nas imagens que se constroem nos discursos.

A imagem que se constrói dos indivíduos que exerceram o cargo de Presidente no Estado Novo vai beber à imagem pública dos Presidentes da ditadura e às representações coletivas do soldado para

exaltar traços deste homem-novo que se idealizava – patriota, cumpridor do dever, habituado a servir e a sacrificar-se em nome da Pátria.

No exercício das suas funções, o Presidente é visto como o defensor da Pátria, mas também como alguém que aceita o “fardo” da autoridade (e das suas responsabilidades e problemas), porque esta existe para o bem dos portugueses e é, em parte, uma extensão do serviço à Pátria do soldado. O Presidente é “quem manda”.

No quase cinquenta anos do Estado Novo, as condições histórico-sociais do País evoluem, mas, nos discursos presidenciais de tomada de posse, constrói-se um País mergulhado num mundo catastrófico e aterrorizador e o Presidente, enquanto líder, posiciona-se como um salvador, como um Comandante que se prepara para a Guerra.

Portugal, especialmente, a partir dos anos 60, encontra-se cada vez mais isolado da comunidade internacional, que censurava a recusa de Portugal em participar nos processos de descolonização do pós-guerra, permanece em guerra no Ultramar e afirma a hostilidade em relação ao comunismo chinês e russo. Os Presidentes são líderes fortes, beligerantes, isolacionistas e fechados ao diálogo internacional.

Os Portugueses existem nas narrativas da identidade nacional do Estado Novo como raça que tem a “vocação histórico-providencial de colonizar e evangelizar” (Rosas, 2001, p. 1034) e, ao mesmo tempo, os Portugueses são infantilizados, repreendidos, indefesos e resignados, enquanto o Presidente se posiciona como Pater Familias, austero e severo, mas paternal.

O perfil dos Presidentes do Estado Novo caracteriza-se, assim, por indivíduos patriotas, cumpridores do dever e ao serviço da Pátria, uma visão da Presidência que se baseia na ideia de que “a política devia deixar-se para quem podia mandar” (Rosas, 2013, p. 200), uma liderança baseada no medo, uma relação hostil e isolacionista com o mundo, uma idealização dos portugueses enquanto raça e ao mesmo tempo uma visão infantilizada do povo que resulta de uma autoridade austera e paternalista.

4.3.1.3. O Presidente na Democracia – o Líder Democrático

Se após o 25 de Abril se verifica uma certa desideologização da política (Freire & Pinto, 2010, p. 112), as imagens que se constroem nos discursos da Democracia não deixam de refletir e, ao mesmo tempo, de serem informadas pelos valores democráticos.

Na Democracia, dá-se preferência à construção da figura de Presidente em detrimento da do indivíduo, aliás, até os traços de carácter que se constroem nos discursos são de Presidente e não do

indivíduo, mas, mais importante, de um Presidente democrático – o Presidente é imparcial, cooperante e solidário.

A figura de Presidente é construída como um garante do regular funcionamento das instituições, da unidade do Estado e da própria Democracia, um moderador dos órgãos institucionais, um influenciador da agenda política e um interlocutor das vontades dos portugueses.

O País do pós-25 de Abril é esperançoso e deseja ser plenamente democrático e um membro da União Europeia e o Presidente desempenha uma liderança virada para a orientação – é um guia e um ponto de referência. A partir dos anos 2000, o País mergulha numa situação preocupante de crise e sonha-se com um País em crescimento, competitivo e empreendedor; o Presidente é um líder forte e uma força de intervenção.

Portugal abre-se ao mundo: é um país lusófono integrado na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e é, pela posição geográfica, a extensão territorial, a antiguidade e a língua, uma nação segura de si e um ator por direito no mercado internacional. Os Presidentes são líderes abertos à comunidade internacional e numa missão de recuperação e regeneração das relações diplomáticas de Portugal, especialmente com as antigas colónias.

Os Portugueses continuam a ser identificados com os heróis quinhentistas – pacíficos de natureza no fim da ditadura e corajosos, ambiciosos, determinados, abertos ao mundo e agentes da sua História, no período da crise. Com a Democracia, os Portugueses atingem uma “maioridade” política e são responsáveis pelo seu futuro; o Presidente é o líder que deve inspirar esta essência portuguesa.

O perfil dos Presidentes da Democracia caracteriza-se, assim, por um Presidente imparcial, cooperante e solidário, uma visão da Presidência que se baseia na ideia do Presidente como um moderador, um interlocutor e um garante, uma liderança baseada na orientação, uma relação aberta com o mundo, com a Europa e com comunidade lusófona, uma idealização dos portugueses enquanto navegadores quinhentistas, corajosos, ambiciosos e determinados, e da visão de um povo politicamente responsável pelo seu futuro que resulta de uma autoridade que procura orientar e inspirar.

4.3.2. A Imagem Presidencial do Género dos Discursos de Tomada de Posse

A imagem presidencial constrói-se e é construída nos géneros discursivos em que o Presidente participa: o género discursivo, no cruzamento das expectativas sociais em relação à figura de Presidente da República, das representações coletivas valorizadas e das escolhas individuais de cada Presidente, oferece o guião para a construção da imagem presidencial que os Presidentes seguem e atualizam em cada discurso.

A imagem de género dos discursos presidenciais de tomada de posse assenta em três modalidades verbais da construção da imagem presidencial: a modalidade locutiva, que se liga ao EU e à construção do locutor enquanto Presidente, a modalidade interlocutiva, que se liga ao NÓS e à construção de imagens do EU e do outro e a modalidade delocutiva, que se liga construção dos objetos do mundo no discurso e à forma como estes informam as imagens presidenciais.

Construir uma imagem é construir um ponto de vista (Plantin, 1998, p. 214). O Presidente é, assim, um interlocutor legitimado de uma visão do mundo e desta visão do mundo faz parte uma forma de ver o Presidente e os seus deveres, uma forma de ver o indivíduo e as suas qualidades, uma forma de ver o País, a sua História, o seu presente e as possibilidades do seu futuro, uma forma de ver a Nação e o povo, uma forma de ver Portugal no contexto do mundo e de ver o Presidente na relação com os Portugueses. É esta visão do mundo que o Presidente apresenta nos discursos quando constrói a sua imagem, porque todas as imagens que se constroem do Presidente orientam-se, de uma forma ou de outra, para o objetivo central dos discursos presidenciais de tomada de posse – o de apresentar o indivíduo enquanto Presidente

A imagem de género dos discursos presidenciais de tomada de posse caracteriza-se pela apresentação do indivíduo (das suas qualidades e atributos) e do indivíduo enquanto Presidente (da sua conceção de Presidente e das suas capacidades para o ser) e pela apresentação do Presidente enquanto líder do País, do Nação e do Povo. Nos discursos presidenciais de tomada de posse, espera-se que o Presidente mostre que é (1) uma boa pessoa (alguém com princípios e morais), (2) capaz de desempenhar o cargo de Presidente, (3) capaz de gerir o clima emocional do País e diagnosticar os problemas do País, (4) capaz de propor uma visão do futuro do País que inspire os Portugueses, (5) capaz de se apropriar da história do País e de dizer o que esta significa; (6) capaz de ser um líder internacional e de criar uma imagem forte da Nação do mundo; (7) capaz de gerir as dinâmicas de liderança, autoridade e afetividade na relação com os Portugueses e (8) é capaz de apreender a identidade nacional para inspirar o povo e firmar a posição de Portugal entre as outras nações.

4.4. As Modalidades de Construção das Imagens Presidenciais nos Discursos de Tomada De Posse

A pluralidade das imagens presidenciais significa também uma pluralidade de modalidades de construção da imagem. Importa, pois, dar conta das diferentes modalidades que participam na construção das imagens presidenciais e do lugar que ocupam na Teoria do *ethos*, tal como tem sido desenvolvida pela Análise do Discurso. Partiremos da distinção (que precede todas as outras) entre imagem discursiva e imagem pré-discursiva (sabendo, claro, que são conceitos complementares e não mutuamente exclusivos) para categorizar as diferentes modalidades da construção da imagem presidencial.

No que diz respeito às imagens discursivas, observámos a construção do carácter e da corporalidade no discurso ligada a uma imagem “encarnada”, tal como Maingueneau (2002) propôs, ao defender que, mesmo em textos escritos, a imagem que se constrói é dotada de uma corporalidade e de um carácter, recuperáveis através de índices textuais diversos. Este tipo de imagem assenta, claro, em representações sociais pré-discursivas mais ou menos valorizadas que fazem parte daquilo que Charaudeau (2005) chama um “duplo imaginário corporal e moral”. Os Presidentes usam esta modalidade de construção de imagens para se definirem enquanto indivíduos, ao nível dos traços de carácter e de corporalidades mais valorizados em cada época e nos diferentes contextos da história pessoal dos Presidentes.

Demos conta da construção discursiva da imagem carismática como um tipo particular de *ethos*. A imagem carismática, tal como foi teorizada por Charaudeau (2015), articula harmoniosamente o magnetismo pessoal do locutor, a sua presença e a sua forma de se relacionar com o outro com a sua materialização efetiva no discurso. Esta imagem liga-se ao indivíduo e o seu impacto carismático deve ser considerado num contínuo, pelo que, nos discursos de tomada de posse, a análise da imagem carismática centrou-se no caso de Sidónio Pais, cuja popularidade é equiparável talvez apenas à do atual Presidente Marcelo Rebelo de Sousa.

Observámos também a construção da imagem dita e da imagem mostrada de Presidente, na linha de Maingueneau (2002). É claro que todas as imagens discursivas se posicionam algures na escala entre o dito e o mostrado, mas é nos modos como os Presidentes constroem a imagem de Presidente no discurso que esta distinção é mais significativa nos discursos de tomada de posse. Por um lado, os Presidentes explicam o seu entendimento da Presidência, dos deveres e das funções do Presidente, o que resulta na construção de uma imagem dita de Presidente; por outro lado, os Presidentes fazem uma encenação do papel de Presidente (ou seja, a sua apresentação na qualidade de Presidente e não de indivíduo), construindo uma imagem mostrada de Presidente.

Estas imagens são individuais: definem o locutor como Presidente e como pessoa. No âmbito das imagens coletivas, observámos o Presidente na sua qualidade de representante máximo da nação em termos de política externa a construir uma imagem coletiva de Portugal no contexto da gestão das relações diplomáticas de Portugal com outras nações.

Explorámos também a construção de uma imagem “emocionada” na sua relação com a construção das emoções no discurso, na linha de Plantin (1999). Como referimos antes, os discursos de tomada de posse são discursos “emocionados” e a construção das imagens presidenciais assenta, de uma forma ou de outra, numa estrutura patética (na sua ligação com o *pathos*). Aqui, observámos, em particular, como a construção das emoções participa da construção da imagem do Presidente enquanto líder à frente do futuro do País, ao apresentar-se como gestor do clima emocional do País.

Observámos ainda a construção da imagem presidencial na relação com os Portugueses. Não se tratando de uma interação face a face prototípica, não deixam de estar presentes o jogo especular (Pêcheux, 1969) e a construção da imagem como um cruzamento de olhares (Charaudeau, 2005). Desta relação, resulta uma imagem do Presidente e uma imagem de como os Presidentes veem os Portugueses.

Considerámos ainda a construção da imagem presidencial na sua relação com a construção de um ponto de vista. Construir uma imagem é afinal construir um ponto de vista, como afirma Plantin (1998, p. 214). A imagem presidencial constrói-se também naquilo que os objetos de discurso que os Presidentes escolhem trazer para o discurso e as configurações que lhes dão dizem sobre os Presidentes. Observámos esta modalidade de construção das imagens presidenciais na análise dos objetos de discurso ‘Portugal’, ‘País’ e ‘Portugueses’: a forma como os Presidentes falam sobre Portugal, sobre o País e sobre os Portugueses resulta numa imagem do Presidente e informa o ponto de vista que orienta cada discurso.

Outros fenómenos de construção de imagem como o de “nation branding” (Subramanian, 2017) decorrem também ao nível da construção discursiva das imagens.

No que diz respeito às imagens pré-discursivas, analisámos a recuperação da imagem pública, na linha da reputação do orador e da imagem prévia de Amossy (2010), dos indivíduos que desempenharam o cargo de Presidente e verificámos, no contexto particular da reeleição, a recuperação de uma imagem prévia de Presidente.

Numa perspetiva transdisciplinar, observámos como os conceitos de identidade e de carácter nacional ajudam a esclarecer a construção da imagem de Portugal e dos Portugueses, enquanto representações sociais coletivas das quais os Presidentes se servem para reforçar o lugar da nação no

mundo e apelar ao espírito nacional dos Portugueses e, conseqüentemente, para construírem uma imagem de si.

Considerámos, por fim, as expectativas institucionais e sociais em torno da figura do Presidente da República, na medida em que, como defendemos, constituem uma imagem prévia ligada ao próprio estatuto de Presidente que cada Presidente reafirma e/ou atualiza nos discursos de tomada de posse. A esta imagem chamámos de *ethos* institucional e, como verificámos através da nossa análise, esta imagem informa (e é informada) por todas as imagens que se constroem do Presidente.

Capítulo V – Considerações Finais

5.1. Contributos para a Descrição do Género dos Discursos Presidenciais de Tomada de Posse

As imagens não se constroem no vazio e não podemos separar as imagens dos géneros discursivos nos quais elas se constroem, pois, como vimos, o género discursivo condiciona as imagens que se constroem. E, se as imagens são primeiramente uma questão de enunciação e da inscrição do eu no discurso, a sua construção premeia todo o discurso e não podemos estudar a imagem sem, pelo menos lateralmente, estarmos a estudar o próprio género discursivo. Se é certo que este trabalho não se propõe a descrever exaustivamente os discursos presidenciais de tomada de posse enquanto género discursivo, a nossa análise permite-nos fazer observações sobre diferentes parâmetros de género que poderão contribuir para futuras descrições deste género discursivo (o do discurso presidencial e dos discursos presidenciais de tomada de posse) e de outros do mesmo tipo (o do discurso político, em geral). Os discursos presidenciais de tomada de posse constituem um subgénero do discurso presidencial que, por sua vez, se enquadra na categoria mais ampla do discurso político. Como decorrem de quadros espaço-temporais particulares (contexto de reeleição), têm objetivos distintos (não é tanto uma questão de apresentação mas uma de reafirmação e de validação) e dão origem a uma construção de imagem específica (uma imagem prévia de Presidente), consideramos que os discursos presidenciais de tomada de posse se particularizam no sub-subgénero dos discursos presidenciais de tomada de posse de reeleição. Este é o quadro cénico (Maingueneau, 1998, p. 70) dos discursos presidenciais de tomada de posse, e, neste quadro, inserimos a imagem de género.

O quadro comunicativo (Kerbrat-Orecchioni, 1990) destes discursos caracteriza-se por ter como participantes o Presidente da República e um auditório compósito, por ter a Assembleia da República como espaço físico e institucional e as condições socio-históricas dos três períodos políticos da República (Primeira República, Estado Novo, Estado Democrático) e ainda por ter como finalidade a apresentação do Presidente da República. Ao nível do quadro participativo (Goffman, 1981), o Presidente da República encontra-se no formato de produção e, no formato da receção, existem destinatários diretos presentes, como os Deputados, o Presidente da Assembleia, os antigos Presidentes da República, os convidados, destinatários diretos não presentes, como as Forças Armadas e os Portugueses, e destinatários indiretos, como os Portugueses. Ao nível do quadro interativo (Burger, 1997), os discursos presidenciais de tomada de posse caracterizam-se por serem discursos oralizados escritos (canal), por terem um auditório presente e não presente (modo comunicacional) e por serem unidirecionais (ligação comunicacional).

No que diz respeito aos critérios internos, de forma geral e não exaustiva, ressaltaram, ao nível temático, seis sequências temáticas: a instituição da presidência, os compromissos presidenciais, a política nacional, a política internacional, o endereçamento do Povo Português e a identidade nacional. Ao nível dos atos ilocutórios, sobressaíram atos expressivos de agradecimentos, saudações, homenagens, votos, ligados ao caráter cerimonial e ritualizado dos discursos, e, ligados à construção das imagens, atos assertivos, atos compromissivos de promessa e atos diretivos de apelo e de advertência. Ao nível composicional, destaca-se a sequência narrativa na construção da História do País e, ao nível estilístico, a construção da imagem carismática de Sidónio Pais. Ao nível enunciativo, destaca-se a construção das imagens a partir das modalidades enunciativas assentes no EU (EU pessoal e EU presidencial), no NÓS (NÓS – o País, NÓS – Portugal, NÓS – os Portugueses) e nos objetos de discurso e, ao nível local, o uso da modalidade deôntica (sobretudo de obrigação) e da construção da emoção.

Estas observações sobre parâmetros de género dos discursos presidenciais de tomada de posse (esquematizados na Tabela 7) pretendem ser um contributo e um ponto de partida para trabalhos futuros de descrição deste género discursivo e de outros do mesmo tipo e do estudo das suas características.

Tabela 7

Contributos para a Descrição do Género dos Discursos Presidenciais de Tomada de Posse

Quadro Cénico	<u>Tipo de discurso</u>	Discurso político
	<u>Género Discursivo</u>	Discurso presidencial
	<u>Subgénero</u>	Discurso presidencial de tomada de posse
	<u>(sub) subgénero</u>	Discurso presidencial de tomada de posse (reeleição)
	<u>Imagem de género</u>	Espera-se que o Presidente seja (1) uma boa pessoa, (2) capaz de desempenhar o cargo, (3) ciente das funções do Presidente, (4) capaz de diagnosticar e de propor soluções para os problemas do País, (5) que é capaz de inspirar o povo a acreditar num futuro melhor e num espírito nacional, (6) que é capaz de ser uma autoridade moderadora no País, par das outras Nações e afetiva com os Portugueses.
Quadro comunicativo	<u>Participantes</u>	Presidente da República Auditório compósito
	<u>Quadro espaço-temporal</u>	Assembleia da República (espaço físico e institucional) e término ou interrupção do mandato do Presidente anterior (tempo) Condições socio-históricas dos três períodos políticos da República (Primeira República, Estado Novo, Estado Democrático)
	<u>Finalidade</u>	Apresentação do Presidente da República
Quadro interativo	<u>Canal</u>	Oralizado escrito
	<u>Modo comunicacional</u>	Presente e não presente
	<u>Ligação comunicacional</u>	Unidirecional
Quadro participativo	<u>Formato da produção</u>	Presidente da República
	<u>Formato da receção</u>	Destinatários diretos presentes: Deputados, Presidente da Assembleia, antigos Presidentes da República, convidados Destinatários diretos não presentes: Forças Armadas, Portugueses Destinatários indiretos: Portugueses
Critérios Internos	<u>Enunciativo</u>	Nível macro: A construção da imagem a partir das modalidades verbais assentes no EU, no NÓS e no apagamento enunciativo Nível local: modalidade deôntica, construção da emoção,
	<u>Valor e força ilocutória</u>	Expressivos: Agradecimentos, saudações, homenagens, votos Compromissivos: promessas Diretivos: apelos, avisos Assertivos
	<u>Semântico/Temático</u>	A instituição presidencial; A política nacional; A política internacional; O apelo aos portugueses; O compromisso presidencial
	<u>Composicional</u>	Sequências narrativas
	<u>Estilístico</u>	A imagem carismática de Sidónio Pais (uso da 2ª pessoa do singular como forma de tratamento do povo português no discurso de Sidónio Pais)

5.2. Conclusões

O presente trabalho pretendeu estudar os discursos presidenciais de tomada de posse e para tal traçou três objetivos centrais: (1) a análise das imagens presidenciais nos discursos, (2) o estudo do género discursivo na sua ligação com a construção da imagem e (3) a constituição e proposta de um *corpus* para os discursos presidenciais de tomada de posse da República Portuguesa. Considerando estes objetivos delineámos quatro hipóteses de trabalho centrais que orientaram a nossa análise e às quais damos resposta.

Em relação à primeira hipótese de que as imagens que se constroem dos Presidentes são plurais, observámos que os diferentes destinatários e as expectativas institucionais e sociais em relação ao tipo de pessoa que o Presidente deve ser e à forma como se apresenta enquanto Presidente e ao papel de liderança que deve assumir perante o País e os Portugueses e as funções e os deveres constitucionais do Presidente, enquanto representante de Portugal em termos de política externa resultaram em imagens presidenciais em caleidoscópio, complementares e, por vezes, contrárias, numa paradoxalidade que só se resolve à luz das ideologias e dos propósitos políticos de cada época e de cada regime.

Concluimos que há dois grandes tipos, de imagens partindo da distinção de Charaudeau (2005): as imagens que se viram para o EU e as imagens que se viram para o outro. Observámos que as primeiras dizem respeito à imagem que os Presidentes constroem de quem são enquanto pessoa (ligada ao EU pessoal) e de quem são enquanto Presidentes (ligada ao EU presidencial e à construção de 'Presidente' enquanto objeto de discurso). Concluimos que os Presidentes constroem a sua personalidade no discurso através de três estratégias de construção de imagens: (1) a construção de uma corporalidade e de um carácter no discurso, (2) a recuperação de imagens públicas e das representações coletivas valorizadas a elas associadas e (3) a construção de uma imagem carismática. Concluimos que os Presidentes constroem uma imagem de quem são enquanto Presidentes através de três estratégias: (1) a definição do cargo e das funções presidenciais; (2) a construção da imagem de Presidente no exercício das suas funções, apoiada em atos compromissivos e (3) a recuperação, em contexto de reeleição, de uma imagem prévia de Presidente.

Observámos que as segundas referem-se às imagens que os Presidentes constroem de si enquanto líderes dos Portugueses, do País e de Portugal e ligam-se à construção enunciativa de um NÓS, que abarca, nas suas extremidades, uma imagem do EU e do outro e à construção de um universo de

sentido através dos objetos de discurso – o ‘País’, ‘Portugal’ e os ‘Portugueses’, que se reflete diretamente na construção da imagem presidencial. Concluimos que, enquanto líderes de Portugal, os Presidentes (1) agem como representantes da nação ao nível da política externa, gerindo as relações diplomáticas de Portugal com outras nações, construindo uma imagem coletiva que se reflete também na imagem do Presidente e (2) constroem uma imagem de Portugal, que assenta na identidade nacional portuguesa e que reforça a posição política de Portugal no mundo, aumentando assim o capital político do Presidente. Enquanto líderes do País, verificámos que os Presidentes (1) se apropriam do passado recente do País e ao contarem a história do País enquadraram-se como heróis e contam também as suas histórias pessoais, (2) ao refletirem sobre a situação atual do País, gerem o clima emocional e apresentam-se como eixos de controlo, (3) ao proporem uma visão eufórica para o futuro do País e delimitam os caminhos para lá chegar. Enquanto líderes dos Portugueses, (1) quando os Presidentes se dirigem aos Portugueses estabelecem-se relações dinâmicas de autoridade e de afetividade – os Presidentes são figuras de autoridade, assumindo, muitas vezes, dimensões paternais; (2) quando os Presidentes falam sobre os Portugueses, enquanto entidade atemporal e mítica, partem da identidade nacional, identificam-se com uma visão do carácter nacional, informada pelas lentes ideológicas e as motivações políticas de cada período.

A pluralidade das imagens presidenciais significa também uma pluralidade de modalidades de construção de imagens analisadas: no âmbito das Teoria do *ethos* desenvolvida pela Análise do Discurso e pelas Teorias da Argumentação, (1) a imagem incorporada de Maingueneau (2002), (2) a imagem pública, na linha da retórica romana e enquanto *ethos* prévio de Amossy (2010), (3) a imagem carismática, teorizada por Charaudeau (2015), (4) a imagem dita e a imagem mostrada, (5) a imagem coletiva, (6) a imagem nas suas ligações à emoção, como avança Plantin (1999), (7) a imagem na interação com o outro, (8) a imagem como construção de um ponto de vista, (9) e, numa perspetiva interdisciplinar, a identidade nacional, o carácter nacional e os fenómenos de *nation branding*.

Em relação à segunda hipótese de que existe uma imagem de Presidente ligada a cada um dos períodos da República, concluimos que os diferentes tipos de imagens que se constroem do Presidente – enquanto pessoa, enquanto Presidente e enquanto líder de Portugal, do País e dos Portugueses – contribuem para uma imagem global de Presidente específica na Primeira República, no Estado Novo e na Democracia. Na Primeira República, constrói-se um perfil de Presidente que se caracteriza por indivíduos humildes e honrados, uma visão da Presidência que remete ao imaginário católico-cristão, uma liderança otimista e confiante, um desejo de forjar relações com outros países, uma idealização dos portugueses na extensão dos heróis quinhentistas e ao mesmo tempo uma visão infantilizada do povo

que resulta de uma autoridade carinhosa e paternalista. No Estado Novo, constrói-se um perfil de Presidente que se caracteriza por indivíduos patriotas, cumpridores do dever e ao serviço da Pátria, uma visão da Presidência que se baseia na ideia de que “a política devia deixar-se para quem podia mandar” (Rosas, 2013, p.200), uma liderança baseada no medo, uma relação hostil e isolacionista com o mundo, uma idealização dos portugueses enquanto raça e ao mesmo tempo uma visão infantilizada do povo que resulta de uma autoridade austera e paternalista. E na Democracia constrói-se um perfil de Presidente imparcial, cooperante e solidário, uma visão da Presidência que se baseia na ideia do Presidente como um moderador, um interlocutor e um garante, uma liderança baseada na orientação, uma relação aberta com o mundo, com a Europa e com comunidade lusófona, uma idealização dos portugueses enquanto navegadores quinhentistas, corajosos, ambiciosos e determinados, e uma visão de um povo politicamente responsável pelo seu futuro que resulta de uma autoridade que procura orientar e inspirar.

Em relação à terceira hipótese de que existe uma imagem de Presidente comum aos três períodos que se prende com o género discursivo e constitui um parâmetro de género (Coutinho, 2007, p. 644) para a descrição dos discursos enquanto género discursivo, concluímos que a imagem de género dos discursos presidenciais de tomada de posse se caracteriza pela apresentação do indivíduo (das suas qualidades e atributos) e do indivíduo enquanto Presidente (da sua conceção de Presidente e das suas capacidades para o ser) e pela apresentação do Presidente enquanto líder do País, do Nação e do Povo. Nos discursos presidenciais de tomada de posse, espera-se que o Presidente mostre que é (1) uma boa pessoa (alguém com princípios e morais), (2) capaz de desempenhar o cargo de Presidente, (3) capaz de gerir o clima emocional do País e diagnosticar os problemas do País, (4) capaz de propor uma visão do futuro do País que apele emocionalmente aos Portugueses, (5) capaz de se apropriar da História do País e de dizer o que esta significa; (6) capaz de ser um líder internacional e de criar uma imagem forte da Nação do mundo; (7) capaz de gerir as dinâmicas de liderança, autoridade e afetividade na relação com os Portugueses e (8) capaz de apreender a identidade nacional para inspirar o povo e firmar a posição de Portugal entre as outras nações.

Neste âmbito, propusemos também, como base na revisão da literatura das diferentes perspetivas sobre o conceito de género nas Ciências da Linguagem, uma tipologia para a descrição do género dos discursos presidenciais de tomada de posse, com o objetivo de ter uma aplicação extensível a outros géneros do discurso político e possivelmente a géneros de outros tipos de discurso; e avançamos, a partir da nossa análise dos discursos de tomada de posse, com contributos concretos para a descrição deste género discursivo.

Em relação à quarta hipótese de que o estatuto institucional e as expectativas em relação à figura do Presidente, como características do participante central do quadro comunicativo dos discursos de tomada de posse, condicionam e são condicionados pela construção das imagens presidenciais, oferecemos fundamento para a existência de uma imagem ligada ao estatuto de Presidente moldada pelas funções presidenciais e pelas expectativas sociais, formadas ao longo dos tempos, pelos média, pela academia, pelos cidadãos e pelos próprios Presidentes, a que chamámos *ethos* institucional. Esta imagem institucional informa todas as imagens que se constroem do Presidente nos discursos, porque faz parte das características do Presidente enquanto participante central do quadro comunicativo do género dos discursos presidenciais de tomada de posse.

Constituímos ainda um corpus de 27 discursos presidenciais de tomada de posse que se pretende disponibilizar no âmbito do projeto de investigação Discurso do Presidente: Cem anos de Discursos Presidenciais, no qual este trabalho de doutoramento se insere. Este *corpus* serve também como uma proposta de constituição do acervo dos discursos presidenciais de tomada de posse da República Portuguesa.

Referências

- Adam, J.-M. (1985). Quels types de textes ? *Le Français dans le monde*, 192, 39-43.
- Adam, J.-M. (1990). *Éléments de linguistique textuelle*. Mardaga.
- Adam, J.-M. (1992). *Les Textes: types et prototypes*. Nathan.
- Adam, J.-M. (1996). L'argumentation dans le dialogue. *Langue Française*, 112, 31-49.
- Adam, J.-M. (1997). Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre. *Revue belge de philologie et d'histoire*. 75 (3), 665-681. doi: 10.3406/rbph.1997.4188
- Adam, J.-M. (1999). *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Nathan.
- Adam, J.-M. (2002). Le style dans la langue et dans les textes. *Langue française*, 135, 71-94.
doi: 10.3406/lfr.2002.6463
- Adam, J.-M. (2011). *Genres et récits. Narrativité et généricité des textes*. L'Harmattan Academia.
- Aguiar e Silva, V. (2009) [1967]. *Teoria da Literatura*. Edições Almedina.
- Almeida, S. J. (2011, Março 09). *Como os discursos de posse contam a história do regime*. Público.
<https://www.publico.pt/2011/03/09/politica/noticia/como-os-discursos-de-posse-contam-a-historia-do-regime-1483870>
- Almeida, C. (2016). António José de Almeida – O 'evolucionista'. *Visão História – Viva a República!*, 10, 55. Impresa Publishing, S.A.
- Álvarez, A. & Chumaceiro, I. (2009). El discurso de investidura en la reelección de Uribe y de Chávezy. *Forma y Función*, 22 (2), 13-42.
- Ameal, J., Mascarenhas, D. & Lapa, M. (1956). *Anais da Revolução Nacional*. Editora Eurico Lima de Magalhães e Augusto Dias Arnaut.
- Amossy, R. (1991). *Les idées reçues. Sémiologie du stéréotype*. Nathan.
- Amossy, R. & Herschberg, P. A. (1997). *Stéréotypes et clichés. Langue, discours, société*. Colin.
- Amossy, R. (1999). *Images de soi dans le discours – La construction de l'ethos*. Delachaud et Niestlé.
- Amossy, R. (1999b). L' ethos au Carrefour des disciplines. In Amossy, R. (Ed.), *Images de soi dans le discours – La construction de l'ethos* (pp. 127-154). Lausanne, Delachaux et Niestlé.
- Amossy, R. (2000). *L'argumentation dans le discours. Discours politique, littérature d'idées, fiction*. Nathan.
- Amossy, R. (2010). *La présentation de soi – Ethos et identité verbale*. Presses Universitaires de France.
- Amossy, R. (2014). L'éthos et ses doubles contemporains. Perspectives disciplinaires. *Langage et société*, 149 (3), 13-30.

- Anderson, B. (1983). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Verso.
- Angenot, M. (1982). *La parole pamphlétaire. Typologie des discours modernes*. Payot.
- Anscombre, J.C. & Ducrot, O. (1983). *L'argumentation dans la langue*. Pierre Mardaga.
- Aristóteles. (1999). *Retórica*. (M. Alexandre Júnior, Trad.). Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Aroutiounova, N. D. (1992). Janry obchtchenia [Genres de communication]. In Aroutiounova et al. (Eds.), *Chitchevovetchesky faktor v iazyke [...]*. Naouka.
- Askehave, I. (1999). Communicative Purpose as a Genre Determinant. *Journal of Linguistics*, 23.
- Austin, J. L. (1962) How to do things with words. Harvard University Press
- Bakhtine, M. (1981). *The Dialogic Imagination: Four Essays*. University of Texas Press, Austin.
- Bakhtine, M. (1984). *Esthétique de la création verbale*. Gallimard.
- Barber, J. D. (1972). *The Presidential Character: predicting performance in the White House*. Prentice-Hall, INC.
- Barthes, R. (1966). L'ancienne rhétorique. *Communications*, 16.
- Baum, Z. (2006). *Medo Líquido* (Trad. Carlos Alberto Medeiros). Zahar.
- Baumeister, R. F. (1982). A Self-Presentational View of Social Phenomena. *Psychological Bullentin*, 91 (19), 3-26.
- Beacco, J.-C. (2004). Trois perspectives linguistiques sur la notion de genre discursif. *Langages*, 153, 109-119. doi:10.3406/lgge.2004.939
- Beaugrande, R. & Dressler, W. (1981). *Introduction to Text Linguistics*. Longman.
- Benveniste, É. (1966). *Problèmes de linguistique général*. Gallimard.
- Bouquet, M. S. (2004). Linguistique générale et linguistique des genres. *Langages*, 153, 3-14.
- Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire – l'économie des échanges linguistiques*. Fayard.
- Braga da Cruz, M. (1982). Notas para uma caracterização política do salazarismo. *Análise Social*, XVIII (72-73-74), 773-794.
- Braga da Cruz, M. (1994). O Presidente da República na génese e evolução do sistema de governo português. *Análise Social*, XXIX (125-126), 237-265.
- Branca-Rosoff, S. (1999). Types, modes et genres: entre langue et discours. *Langage et société*, 87, 5-24.
- Bronckart, J.-P., Bain, D., Schneuwly, B., Davaud, C. & Pasquier, A. (1985). *Le fonctionnement des discours. Un modèle psychologique et une méthode d'analyse*. Delachaux & Niestlé.
- Bronckart, J.-P. (1997). *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme sociodiscursif*.

Delachaux et Niestlé.

- Bronckart J.-P. (2004). Les genres de textes et leur contribution au développement psychologique. *Langages*, 153, 98-108. doi : 10.3406/lgge.2004.938
- Brown, P. & Fraser, C. (1979). Speech as a marker of situation. In K. R. Scherer & H. Giles (Eds.), *Social markers in speech* (pp. 33-62). Cambridge University Press.
- Brown, P. & Levinson, S. (1978). Universals in Language Usage: Politeness Phenomena. In E. Goody (Ed.), *Questions and Politeness: Strategies in Social Interaction* (pp. 56-310). Cambridge University Press.
- Brown, P. & Levison, S. C. (1987). *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge University Press.
- Brown, G., & Yule, G. (1983). *Análisis del discurso* (Trad. S. I. Recuero). Visor Libros.
- Bühler, H. (1934). *Sprachtheorie: Die Darstellungsfunktionen der Sprache*. Fischer.
- Burger, M. (1997). *Positions d'interaction: une approche modulaire*. Cahiers de linguistique française, 19.
- Caetano, E. (2016). Militar para Belém, procura-se! *Visão História – Os 18 presidentes*, 33, 65-68. Impresa Publishing, S.A.
- Caetano, E. (2017). *9 de agosto de 2007. O dia em que “o mundo mudou”*. Observador. <https://observador.pt/especiais/9-de-agosto-de-2007-o-dia-em-que-o-mundo-mudou/>
- Campbell, K. K. & Jamieson, K. (1985). Inaugurating the Presidency. *Presidential Studies Quarterly*, 15 (2), *Priorities and Strategies in Foreign Policy: 1985-1989*, 394-411.
- Campos, M. H. (1997) *Tempo, aspecto e modalidade: estudos de linguística portuguesa*. Porto Editora.
- Candeias, P. (2004). Estado Novo: 10 de Junho é “Dia da Raça”. JPN. <https://jpn.up.pt/2004/06/09/estado-novo-10-de-junho-e-dia-da-raca/>
- Canotilho, J. J. Gomes & Moreira, V. (1991). *Os poderes do Presidente da República*. Coimbra Editora.
- Carreira, M. H. A. (2004). Modalités et verbe en portugais. *Revue belge de philologie et d'histoire*, 82 (3), 691-702.
- Carvalho, F. (1924). Um ano de ditadura: discursos e alocações de Sidonio Paes. Lusitânia Editora.
- Carvalho, O. S. (2016). António de Spínola – O general e o princípio de Peter. *Visão História – Os 18 presidentes*, 33, 58-61. Impresa Publishing, S.A.
- Castilho, J. T. (2016). Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa – Um Poder Efémero. *Visão História – Os 18 presidentes*, 33, 36-38. Impresa Publishing, S.A.
- Catroga, F. (1991). *O Republicanismo em Portugal – Da formação ao 5 de outubro de 1910*. Faculdade

- de Letras de Coimbra.
- Ceia, C. (n.d.). Géneros Literários. *E-Dicionário de Termos Literários*. Consultado em 15 de fevereiro de 2015 de <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/generos-literarios/>
- Charaudeau, P. (1997). Les conditions d'une typologie des genres télévisuels d'information. *Réseaux*, 81.
- Charaudeau, P. (2000). De la compétence situationnelle aux compétences de discours. *Actes du colloque de Louvain-la-Neuve sur Compétence et didactique des langues*.
- Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (2002). *Dictionnaire d'analyse du Discours*. Éd. du Seuil.
- Charaudeau, P. (2005). *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Vuibert.
- Charaudeau, P. (2007). Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux. In Boyer H. (Ed.), *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. L'Harmattan.
- Charaudeau, P. (2007b). De l'argumentation entre les visées d'influence de la situation de communication. In Boix, C. (Ed.), *Argumentation, Manipulation, Persuasion*. L'Harmattan.
- Charaudeau, P. (2009). Le discours de manipulation entre persuasion et influence sociale. Acte du colloque de Lyon.
- Charaudeau, P. (2015). Le charisme comme condition du leadership politique. *Revue française des sciences de l'information et de la communication*, 7.
- Correia, S. (2010). A memória da guerra. In Rosas, F. & Rollo, M., *História da Primeira República Portuguesa*, (pp. 349-370). Tinta da China.
- Cronin, T. (1974). The Textbook Presidency and Political Science. In Bach, S. & Sulzner, G. T. (Eds.), *Perspectives on the Presidency* (pp. 54-74). D. C. Heath
- Cronin, T. & Genovese, M. A. (2004). *The paradoxes of the American presidency*. Oxford University Press
- Coutinho, M. A. (2003). *Texto(s) e competência textual*. Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- Coutinho, M. A. (2006). O texto como objecto empírico: consequências e desafios para a linguística. *Veredas*, 10 (1-2), 1-13
- Coutinho, M. A. (2007). Descrever géneros de textos: resistências e estratégias. *Proceedings of the 4th International Symposium on Genre Studies, SIGET*.
- Daltoé, A. (2011). Divulgação do discurso político: as metáforas de Lula e suas formas de interdição. *Linguagem em (Dis)curso*, 11 (3), 585-606. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-76322011000300007&script=sci_arttext

- Delgado, M. (2014). *A crise económica e financeira na União Europeia: Portugal versus Polónia* [tese de mestrado não publicada]. Lisboa School of Economics & Management.
- Dhondt, R. & Vanacker, B. (2013). Ethos: pour une mise au point conceptuelle et méthodologique. *COnTEXTES*, 13.
- Dijk, T. A. van (1972). *Some aspects of Text Grammars*. Mouton.
- Dijk, T. A. van (1981). *Studies in the Pragmatic of Discourse*. Mouton.
- Dinis, D. (2016). Presidentes de todos os portugueses. A sério? Observador. <https://observador.pt/especiais/presidentes-os-portugueses-serio/>
- Dolinine, C. (1999). Le problème des genres du discours quarante-cinq ans après Bakhtine. *Langage et société, Types, modes et genres de discours*, 87, 25-40. doi:10.3406/lisoc.1999.2852.
- Domingues, R. (2020, Agosto 11). Marcelo Rebelo de Sousa vai a banhos antes de visita oficial. Correio da Manhã. <https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/marcelo-rebelo-de-sousa-vai-a-banhos-antes-de-visita-oficial>
- Donot, M., & Emediato, W. (2015). La construction de la figure des leaders. Ethos, identité et charisme en perspective comparée. *Revue française des sciences de l'information et de la communication*, 7.
- Ducrot, O. (1984). *Le dire et le dit*. Éditions de Minuit.
- Duncan, B. (2003). Mythscapes: memory, mythology, and national identity. *British Journal of Sociology*, 54(1), 63-81.
- Edwards, G. C. III. (2009). *The Strategic President: Persuasion and Opportunity in Presidential Leadership*. Princeton University Press.
- Eggs, E. (1999). Ethos aristotélicien, conviction et pragmatique moderne. In Amossy, R. (Ed.), *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos* (pp. 31-59). Delachaux & Niestlé.
- Emrich, C. G., Brower, H., Feldman, J. M. & Garland, H. (2001). Images in words: Presidential Rhetoric, Charisma, and Greatness. *Administrative Science Quarterly*, 46(3), 527-557.
- Espirito Santo, P. (2006). A mensagem política na campanha das eleições presidenciais. Análise de conteúdo dos slogans entre 1976 e 2006. *Comunicação & Cultura*, 2, 83-101.
- Espirito Santo, P. (2007). Comunicação e política nos discursos presidenciais de tomada de posse, 1976-2006. *Revista de estudos em comunicação*, 2.
- Esteves, J. L. (2011, Março 09). Cavaco Silva: um discurso de ministro da Economia/Finanças. Expresso. https://expresso.pt/blogues/blogue_politicoesfera/cavaco-silva-um-discurso-de-ministro-da-economiafinancas=f636632

- Falcão, C. (2014, Dezembro 07). *As 10 grandes decisões políticas da vida de Soares*. Observador.
<https://observador.pt/especiais/10-decisoes-politicas-da-vida-de-mario-soares/>
- Ferreira, A. D. (2016, Outubro 23). *Anos 80. A década em que “tudo era possível”*. Observador.
<https://observador.pt/especiais/anos-80-a-decada-em-que-tudo-era-possivel/>
- Ferro Rodrigues, E. (2016). Jorge Sampaio – Referência democrática e de esquerda. *Visão História – Os 18 presidentes*, 33, 75-77. Impresa Publishing, S.A.
- Figueiredo, A. (1975). *Portugal: cinquenta anos de ditadura*. Publicações Dom Quixote.
- Fonseca, J. (1996). O discurso de Corte na Aldeia de Rodrigo Lobo – O diálogo I. *Línguas e Literaturas*, XIII, 87-145.
- Fonseca, J. (1998). “O grau zero”: Discurso, representações ideológicas e construção do sentido. *Línguas e Literaturas*, XV, 333-375.
- Frain, M. (1995). Relações entre o Presidente e o primeiro-ministro em Portugal: 1985-1995. *Análise Social*, XXX (133), 653-678
- Freire, A. & Pinto, A. C. (2005). *O Poder dos presidentes. A República Portuguesa em debate*. Campo da Comunicação.
- Freire, A. & Pinto, A. C. (2010). O Poder Presidencial em Portugal – Os dilemas do poder dos presidentes na república portuguesa. Dom Quixote.
- Fuentes, C. R. (2000). *Linguística pragmática y análisis del discurso*. Arco/Libros.
- Gasparini, E. (2011). *A palavra do Presidente: análise dos discursos presidenciais de posse desde o Golpe Militar até Lula*. UNESP.
- Goffman, E. (1967). *Interaction Ritual: Essays on face-to-face behaviour*. Anchor Books.
- Goffman, E. (1981). *Forms of Talk*. University of Pennsylvania Press.
- Goffman, E. (1990) [1973]. *The presentation of self in everyday life*. Penguin Books.
- Goldsmith, J. (2017, Outubro). *Will Donald Trump Destroy the Presidency?* The Atlantic.
<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2017/10/will-donald-trump-destroy-the-presidency/537921/>
- Gomes, M. & Crisóstomo, P. (2016, Março 09). *As notas ao discurso de Marcelo*. Público.
<https://www.publico.pt/2016/03/09/politica/noticia/as-notas-ao-discurso-de-marcelo-1725649>
- Gore, Al. (2004). The Politics of Fear. *Social Research*, 71 (4), 779-798.
- Gowrisankaran, G., Mitchell, M. F. & Moro, A. (2004). Why do incumbent senators win? Evidence from a dynamic selection model. *NBER Working Paper*, 10748.

- Greenstein, F. (1974). What the President means to Americans. In Barber, J. D. (Ed.) *Choosing the President* (pp. 142-144). Prentice-Hall.
- Greenstein, F. (2010). *Presidents, Their Styles and Their Leadership*. Princeton University.
- Grinshpun, Y. (2014). Ethos discursif. *Langage & Société*, 149 (3).
- Grint, K. (2005). *Leadership: Limits and Possibilities (Management, Work and Organisations)*. Palgrave Macmillan
- Guillaume, L. (2001). *Les discours d'investiture des présidents américains ou les paradoxes de l'éloge*. L'Harmattan.
- Guimarães, A. L. (2000). Os Presidentes e os Governos da República no século XX. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Halliday, M. K. (1974). La base fonctionnelle du langage. *Langages*, 34, 54-73.
doi:10.3406/lgge.1974.2259
- Hinckley, B. (1990). *The symbolic presidency: how Presidents portray themselves*. Routledge.
- Herring, P. (2011). *Presidential Leadership – The political relations of Congress and the Chief Executive*. Transaction Publishers
- Holsti, O. R. (1962). The Belief System and National Images: A Case Study. *The Journal of Conflict Resolution*, 6 (3), 244-252.
- Houessou, D. (2013). Notes sur la généricité du discours d'investiture. *Laboratoire des Théories et Modèles Linguistiques*, 9.
- Hymes, D. (1972). Models of the Interaction of Language and Social Life. In Hymes, D. & Gumperz, J. (Eds.), *Directions on Sociolinguistics* (pp. 35-72). Holt, Rinehart and Winston.
- Jakobson, R. (1963). Linguistique et poétique (Trad. Nicolas Ruwet). In *Essais de Linguistique générale* (pp. 209-248). Les Éditions de Minuit.
- Jakobson, R. (1981). *Selected Writings* (Eds. Stephen, R. & Taylor, M.). Mouton.
- Jesus, M.S. & Teixeira, S. M. C. (2015). A construção do feminino no discurso de posse de Dilma Rousseff. *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*, 9 (1).
- Jones, E. (1990). *Interpersonal perception*. W.H. Freeman.
- Jorge, R. P. (2019, Maio 31). *2011: O FMI voltou a mandar aqui*. Jornal de Negócios.
<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/detalhe/2011-o-fmi-voltou-a-mandar-aqui>
- Kantorowick, E. (1985). *Mourir pour la partie*. PUF.
- Klein, E. (2017, Setembro 22). *There is no Trump pivot, and there never will be*. Vox.

<https://www.vox.com/policy-and-politics/2017/9/22/16346904/there-is-no-trump-pivot-there-never-will-be>

- Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1990). *Les Interactions Verbales, Tome I*. Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1992). *Les Interactions Verbales, Tome II*. Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1996). *La conversation*. Seuil.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2000). "Quelle place pour les émotions dans la linguistique du XXe siècle?"
Remarques et aperçus. In Plantin, C., Doury, M. & Traverso, V. (Eds). *Les Émotions dans les Interactions* (33-74). Presses Universitaires de Lyon.
- Kerbrat-Orecchioni, C. & Traverso, V. (2004) Types d'interactions et genres de l'oral. *Langages*, 153, 41-51.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2005). *Le discours en interaction*. Armand Colin
- Le Bart, C. (2003). L'analyse du discours politique: de la théorie des champs à la sociologie de la grandeur. *Mots. Les langages du politique*, 72. doi : <https://doi.org/10.4000/mots.6323>
- Le Bart, C. (2010). Parler en politique. *Mots. Les langages du politique*, 94. doi : 10.4000/mots.19867.
- Le Guern, M. 1977. L'ethos dans la rhétorique française de l'âge classique. In *Stratégies discursives*. Presses Universitaires de Lyon.
- Leibovich, M. (2016, Março 25). *Look out for the Trump pivot!* The New York Times Magazine.
<https://www.nytimes.com/2016/03/24/magazine/look-out-for-the-trump-pivot.html>
- Liu, F. (2012). Genre Analysis of American Presidential Inaugural Speech. *Theory and Practice in Language Studies*, 2 (11), 2407-2411. doi:10.4304/tpis.2.11.2407-2411
- Lopes, A. C. M. & Rio-Torto, G. (2007). *Semântica*. Caminho.
- Lopes, P. M. (2016, Março 10). *Marcelo, o povo é quem mais ordena*. Diário de Notícias.
<https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/pedro-marques-lobes/marcelo-o-povo-e-quem-mais-ordena-5069732.html>
- Lourenço, V. (2016). Francisco da Costa Gomes – O homem certo no momento certo. *Visão História – Os 18 presidentes*, 33, 62-64. Impresa Publishing, S.A.
- Lucena, M., (1996). Semipresidencialismo. Teoria geral e práticas portuguesas (1). *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, XXXI (4), 831-894.
- Lucena, M., (2002). Reflexões sobre a queda do regime salazarista e o que se lhe seguiu. *Análise Social*, XXXVII (162), 7-46
- Lyons, J. (1977). *Semantics*. Cambridge University Press.

- Maia, V. (2016). Craveiro Lopes – Incómodo para o regime. *Visão História – Os 18 presidentes*, 33, 44-45. Impresa Publishing, S.A.
- Maingueneau, D. (1984). *Genèses du discours*. Mardaga.
- Maingueneau, D. (1991). *L'Analyse du discours, Introduction aux lectures de l'archive*. Hachette.
- Maingueneau, D. (1993). *Le contexte de l'œuvre littéraire. Énonciation, écrivain, société*. Dunod.
- Maingueneau, D. & Cossuta, F. (1995). L'Analyse des discours constituants. *Langages*, 117, 112-25.
- Maingueneau, D. (1996). Les termes clés de l'analyse du discours. Éditions du Seuil.
- Maingueneau, D. (1998). Analyser les textes de communication. Dunod.
- Maingueneau, D. (1999). Ethos, scénographie, incorporation. In Amossy, R. (Ed.), *Images de soi dans le discours – La construction de l'ethos* (pp. 75-101). Lausanne, Delachaux et Niestlé.
- Maingueneau, D. (2002). Problèmes d'ethos. *Pratiques*, 133, 55-68.
- Maingueneau, D. (2004). *Le Discours littéraire. Paratopie et scène d'énonciation*. Armand Colin.
- Maingueneau, D. (2010). Le discours politique et son «environnement». *Mots Les Langages du politique*, 94. doi : 10.4000/mots.19868
- Maingueneau, D. (2013). L'èthos : un articulateur. *COntEXTES*, 13.
- Maingueneau, D. (2014a). Retour critique sur l'ethos. *Langage et société*, 149 (3), 31-48.
- Maingueneau, D. (2014b). Le recours à l'ethos dans l'analyse du discours littéraire. *Posture d'auteurs: du Moyen Âge à la modernité*.
- Maizels, A. L. (2014). Argumentación e imagen de sí de la presidenta argentina, Cristina Fernández, en el marco de la crisis con el sector Agropecuario. *Rétor*, 4 (2), 153-18.
- Marques, M. A. (2000). *Funcionamento do discurso político parlamentar: a organização enunciativa no debate da interpeção ao governo*. Universidade do Minho: Centro de Estudos Humanísticos.
- Marques, M. A. (2003). Renovação dos discursos - Novas formas de interação e legitimação dos interlocutores. *Diacrítica, Ciências da Linguagem*, 17(1), 189-219.
- Marques, M. A. (2008). Arrogância e Construção do Ethos no Discurso Político Português. *Actas do III Simpósio Internacional de Análise do Discurso* (pp. 1-10). UFMG.
- Marques, M. A. (2012). Emotions and Argumentation in the Portuguese Parliament. In Ionescu-Ruxandoiu, L, *Parliamentary Discourses across Cultures: Interdisciplinary Approaches* (pp. 117-132). Cambridge Scholars Publishing.
- Marques, M. A. (2014). Palavra de Presidente. Construção da autoridade nos discursos de Abril. *Forma breve*, 11, 297-311.
- Marques, M. A. (2016). Discours présidentiels au Portugal. Un regard pluridisciplinaire. *Mots. Les*

langages du politique, 112. doi : <https://doi.org/10.4000/mots.22534>

- Marques, M. A. (2018). Enunciação e referência. Os discursos de celebração de Abril. *Redis: revista de estudos do discurso*, 7, 120-140. doi 10.21747/21833958/red7a5
- Marques, M. A. (2019). Discursos políticos presidenciais de Ano Novo. Gerir a incerteza. *Gragoatá Niterói*, 24 (50), 717-736.
- Martins, H. (1998). *Classe, status e poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Martins, L. A. (2016a). Sidónio Pais, o Presidente-Rei. *Visão História – Os 18 presidentes*, 33, 27-29. Impresa Publishing, S.A.
- Martins, L. A. (2016b). Canto e Castro – O paradoxo de Belém. *Visão História – Os 18 presidentes*, 33, 29. Impresa Publishing, S.A.
- Martins, L. A. (2016c). Canto e Castro – O Presidente Monárquico. *Visão História – Viva a República!*, 10, 52. Impresa Publishing, S.A.
- Martins, L. A. (2016d). Manuel Teixeira Gomes – O diletante. *Visão História – Viva a República!*, 10, 53. Impresa Publishing, S.A.
- Martins, L. A. (2016e). Uma pequena guerra civil em 1927. *Visão História – O golpe militar de 28 de maio e a ascensão de Salazar*, 35, 48-51. Impresa Publishing, S.A.
- Martins, S. (2016). Américo Tomás – Guardião do Salazarismo. *Visão História – Os 18 presidentes*, 33, 54-55. Impresa Publishing, S.A.
- Matos, S. C. (2016). Manuel de Arriaga – O Presidente. *Visão História – Viva a República!*, 10, 49-53. Impresa Publishing, S.A.
- Mayaffre, D. (2012). *Le discours présidentiel sous la Ve République: Chirac, Mitterrand, Giscard, Pompidou, de Gaulle*. Sciences Po (Les Presses).
- Medina, J. (1990). *Oh! A República!... – Estudos sobre o republicanismo*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Medina, J. (2016). Sidónio Pais: O messias. *Visão História – Viva a República!*, 10. Impresa Publishing, S.A.
- Meizoz, J. (2011). *La fabrique des singularités. Postures littéraires II*. Slatkine.
- Mendes, I. (2016, Janeiro 20). *Presidenciais. O que prometeram eles quando tomaram posse?* Observador. <https://observador.pt/2016/01/20/presidenciais-prometeram-tomaram-posse/>

- Meyer, M., Carrilho, M. M. & Timmermans, B. (2002). *História da retórica*. Temas e Debates.
- Micheli, R. (2008). L'analyse argumentative en diachronie: le pathos dans les débats parlementaires sur l'abolition de la peine de mort.. *Argumentation et analyse du discours*, 1.
- Micheli, R., Hekmat, I., e Rabatel, A. (2013). Les émotions : des modes de sémiotisation aux fonctions argumentatives. *Semen*, 35.
- Mio, J. S., Riggio, R. E., Levin, S. & Reese, R. (2005). Presidential leadership and charisma: The effects of metaphor. *The Leadership Quarterly*, 16, 287–294.
- Miranda, J. (2016). António Ramalho Eanes – O militar-cidadão. *Visão História – Os 18 presidentes*, 33, 69-71. Impresa Publishing, S.A.
- Moirand, Sophie (2003). Quelles catégories descriptives pour la mise au jour des genres du discours? Les genres de l'oral. France, Lyon.
- Mondada, L. & Dubois, D. (1995). Construction des objets de discours et catégorisation : une approche des processus de référenciation. *Tranel (Travaux neuchâtelois de linguistique)*, 23, 273-302.
- Mondada, L. (2001). *Gestion du topic et organisation de la conversation*. Cad.Est.Ling., 41, 7-35.
- Mota Amaral, J. B. (2016). Manuel de Arriaga – Um idealista na tormenta. *Visão História – Os 18 presidentes*, 33, 18-21. Impresa Publishing, S.A.
- Neustadt, R. (1990). *Presidential Power and the Modern Presidents: The Politics of Leadership from Roosevelt to Reagan*. Free Press.
- Neves, M. H. M. (1997). A modalidade. In Koch, I.G.V. (Ed.) *Gramática do Português Falado IV Desenvolvimentos*. Ed. Unicamp.
- Nunes, L. (1942). *Carmona: estudo biográfico*. Editorial Império.
- Oliveira, F. & Mendes, A. (2013). Modalidade. In Raposo, E., Nascimento, M. F. B., Mota, M. A. C., Segura, L. & Mendes, A. (Eds.) *Gramática do Português, vol. I*. Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 623-669.
- Orkibi, E. (2008). Éthos collectif et rhétorique de polarisation: le discours des étudiants en France pendant la guerre d'Algérie. *Argumentation et analyse du discours*, 1.
- Ouedraogo, J.-M. (1993). La réception de la sociologie du charisme de Max Weber / The Acceptance of Max Weber's Sociology of Charism. *Archives de sciences sociales des religions*, 83.
- Plantin, C. (1998). Les raisons des émotions. In Bondi, M. (Ed.) *Forms of argumentative discourse / Per un'analisi linguistica dell'argomentare* (pp. 3-50). CLUEB.
- Plantin, C. (1999). La construction rhétorique des émotions In Rigotti, E. (Ed.), *Rhetoric and*

- argumentation. Proceedings of the 1997 IADA International conference,(pp. 203-219).
- Plantin, C. (2011). *Les bonnes raisons des émotions. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Peter Lang.
- Pêcheux, M. (1969). *Analyse automatique du discours*. Dunod.
- Pereira, D. (2010) A sociedade. In Rosas, F. & Rollo, M., *História da Primeira República Portuguesa*, (pp. 79-92). Tinta da China.
- Perelman, Ch. & Olbrechts-Tyteca, L. (2005). *Tratado da argumentação: a nova retórica*. (Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão). Martins Fontes
- Petitjean, A. (1989). Les typologies textuelles. *Pratiques*, 62, 86-125.
- Pinto, A. C. (2016). Os Presidentes de Salazar. *Visão História – Os 18 presidentes*, 33, 46-49. Impresa Publishing, S.A.
- Pinto, M. A. G. (2012). Marcas de dialogismo e polifonia nos manifestos políticos presidenciais de 2011. *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies*, 8, 195-212.
- Proença, M. C. (2010). A educação. In Rosas, F. & Rollo, M., *História da Primeira República Portuguesa*, (pp. 169-190). Tinta da China.
- Público. (2016, Junho 09). *Se eu fosse Presidente fazia chover comida*. Público.
<https://www.publico.pt/2016/06/09/politica/video/se-eu-fosse-presidente-fazia-chover-comida-20160609-230826>
- Salgado, S. (2010). *Os candidatos presidenciais. Construção de imagens e discursos nos media*. Minerva.
- Samara, M. A. (2010) O republicanismo. In Rosas, F. & Rollo, M., *História da Primeira República Portuguesa*, (pp. 61-78). Tinta da China.
- Saraiva, J. H. (1991 [1978]). *História concisa de Portugal*. Publicações Europa- América.
- Schmidt, J. (2002). *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Edições 70.
- Schwartzman, K. (1981). Contributo para a sistematização dum aparente caos político: o caso da Primeira República Portuguesa. *Análise Social*, XVII (65), 153-162
- Schlesinger, A. Jr. (1965). *The Chief Executive: Inaugural Addresses of the Presidents of the United States from George Washington to Lyndon B. Johnson*. Crown Publishers.
- Schneuwly, B. (1987). Quelle typologie de textes pour l'enseignement? Une typologie des typologies. In J. L. Chiss, J.P. Laurent, J.C. Meyer, H. Romian, B. Schneuwly (Eds.), *Apprendre/enseigner à produire des textes écrits*. De Boeck.
- Searle, J. (1969) *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge university Press.
- Serra, J. (2010). A evolução política (1910-1917). In Rosas, F. & Rollo, M., *História da Primeira*

- República Portuguesa, (pp. 93-127). Tinta da China.
- Siegel, M. (2012). What makes a president a great leader. The Washington Post.
https://www.washingtonpost.com/national/on-leadership/what-makes-a-president-a-great-leader/2012/11/06/2f0ef12c-2825-11e2-96b6-8e6a7524553f_story.html
- Silva, A. M. (2006). *Sidónio e Sidonismo – vol. 2. História de um caso político*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Silva, R. (2016a). 28 de maio: o dia que durou dez dias. *Visão História – O golpe militar de 28 de maio e a ascensão de Salazar*, 35, 40-47. Impresa Publishing, S.A.
- Silva, R. (2016b). Apogeu e queda do general de maio. *Visão História – O golpe militar de 28 de maio e a ascensão de Salazar*, 35, 48-51. Impresa Publishing, S.A.
- Simonin-Grumbach, J. (1975). Pour une typologie des discours. In J. Kristeva, J.-C. Milner & N. Ruwet (Éds.), *Langue, discours, société. Pour Emile Benveniste* (pp. 85-121). Seuil.
- Smith, A. D. (1991). *National Identity*. Penguin.
- Solomon, M. (1988). Review of Form. Genre and the study of Political Discourse. *Quarterly Journal of Speech*, 74.
- Subramanian, S. (2017, Novembro 07). How to sell a country: the booming business of nation branding. The Guardian. <https://www.theguardian.com/news/2017/nov/07/nation-branding-industry-how-to-sell-a-country>
- Swales, J.M. (1990). *Genre Analysis – English in academic and research settings*. Cambridge University Press.
- Rabatel, A. (2001). Les représentations de la parole intérieure : Monologue intérieur, discours direct et indirect libres, point de vue. *Langue française*, 72-95.
- Raby, D. (1982). O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado em 1958. *Análise Social*, XVIII, (72-73-74), 869-883.
- Ramos, R. (2016). Teófilo Braga – O radical. *Visão História – Os 18 presidentes*, 33, 22-23. Impresa Publishing, S.A.
- Ramos, R. (2019). Discursos do Presidente Mário Soares nas comemorações do 25 de Abril (1986-1995). In *Estudos atuais de linguística galego-portuguesa*, pp. 185-210. Edicións Laidvento, 2019.
- Rastier, F. (2004). Poétique et textualité. *Langages*, 153, 120-126. doi : 10.3406/lgge.2004.940
- Reis, A. (2010). Epílogo: o fim da Primeira República. In Rosas, F. & Rollo, M., *História da Primeira República Portuguesa*, (pp. 571-582). Tinta da China.

- Reis, A. (2016). Pensar o regime. *Visão História – Viva a República!*, 10, 90-91. Impresa Publishing, S.A.
- Richer, J.-J. (2004). Le genre: une possibilité de dépassement d'une conception additive de la totalité textuelle? In J.-B. G. J.-M. Adam, *Texte et discours : catégories pour l'analyse* (pp. 119-128). Éditions Universitaires de Dijon.
- Rosas, F. (2001). O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, XXXV(157), 1031-1054.
- Rosas, F. (2010). A República e a Grande Guerra. In Rosas, F. & Rollo, M., *História da Primeira República Portuguesa*, (pp. 247-248). Tinta da China.
- Rosas, F. (2013). *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. Tinta da China.
- Rothman, L. (2016, Março 28). The Long History Behind Donald Trump's 'America First' Foreign Policy. Time. <https://time.com/4273812/america-first-donald-trump-history/>
- Roulet, E. (1991). Une approche discursive de l'hétérogénéité discursive. *Études de Linguistique Appliquée*, 83, 117-130.
- RTP (2011, Março 11). *Cavaco lamenta leitura de sinais de guerra no discurso da tomada de posse*. RTP. https://www.rtp.pt/noticias/politica/cavaco-lamenta-leitura-de-sinais-de-guerra-no-discurso-da-tomada-de-posse_n423368
- Ryan, H. R. (1993). *The inaugural addresses of twentieth century American Presidents*. Greenwood Publishing Group.
- Ventura, A. (2016). António José de Almeida – O grande orador. *Visão História – Os 18 presidentes*, 33, 30-31. Impresa Publishing, S.A.
- Vieira, P. (2016). Quem vai à guerra... *Visão História – Viva a República!*, 10, 26. Impresa Publishing, S.A.
- Vigil, T. R. (2013). George W. Bush's First Three Inaugural Addresses: Testing the Utility of the Inaugural Genre. *Southern Communication Journal*, 78 (5), 427-446, doi:10.1080/1041794X.2013.847479
- Vion, R. (1992). *La Communication verbale. Analyse des interactions*. Hachette Supérieur.
- Vion, R. (1996). Les méthodes de description. In Ramognino, N. (Ed.), *Aubagne Magazine : une approche générale; Aubagne Magazine: analyse des éditoriaux*.
- Vion, R. (1999). Pour une approche relationnelle des interactions verbales et des discours. *Langage et société*, 87, 95-114. doi: 10.3406/lsoc.1999.2855
- Tavares, T. (2015, Maio 09). *Porque gostamos tanto dos anos 80?* Observador. <https://observador.pt/especiais/por-que-gostamos-tanto-dos-anos-80/>

- Tedeschi, J. T. & Riess, M. (1981). Identities, the Phenomenal Self, and Laboratory Research. In
 Tedeschi, J. T. (Ed.), *Impression Management Theory and Social psychological Research*.
 Academic Press, pp. 3-21.
- Teletin A. (2013). Les vœux présidentiels au Portugal, en France et en Roumanie, et la crise
 internationale. Les enjeux des formes d'adresse et des procédés d'atténuation/intensification.
Mots. Les langages du politique, 101, 31-46. doi: 10.4000/mots.21108
- Terracciano, A. et al. (2005). National Character Does Not Reflect Mean Personality Trait Levels in 49
 Cultures. *Science*, 310 (5745), 96-100. doi: 10.1126/science.1117199
- Torgal, L. R. & Homem, A. C. (1982). Ideologia salazarista e cultura popular – análise da biblioteca de
 uma casa do povo. *Análise social*, XVIII (72-73-74), 1437-1464.
- Weber, M. (1971). *Économie et Société*. Plon.
- Wei, Y. -K. (2002). Corporate Image as Collective Ethos: A Poststructuralist Approach. *Corporate
 Communication*, 7 (4), 269-276.
- Weinrich, H. (1973). *Le temps*. (Trad. Stuttgart W. Kohlhammer). Le Seuil.
- Werlich, E. (1975). Typologie der Texte. Entwurf eines textlinguistischen Modells zur Grundlegung einer
 Textgrammatik. Quelle et Meyer.
- Wheeler, D. L. (1978). A Primeira República Portuguesa e a história. *Análise Social*, XIV (56), 865-872.
- Wodak, R. (2009). *Discursive Construction of National Identity*. Edinburgh University Press.
- Woerther, F. (2005). Aux origines de la notion rhétorique d'èthos. *Revue des Études Grecques*, 118, 79-
 116. doi : 10.3406/reg.
- Young, J. T. (2019, Julho 29). Incumbent advantage: Why Trump is likely to win in spite of bad polls.
 Washington Examiner. <https://www.washingtonexaminer.com/opinion/op-eds/incumbent-advantage-why-trump-is-likely-to-win-in-spite-of-bad-polls>
- Zúquete, J. P. (2011). The flight of the eagle: The charismatic leadership of Sá Carneiro in Portugal's
 transition to democracy. *The Leadership Quarterly*, 22 (2), 295-306.

Anexos – Corpus dos Discursos Presidenciais de Tomada de Posse (1911-2011)

Primeira República

1. Manuel de Arriaga (1911)
2. Teófilo Braga (1915)
3. Bernardino Machado (1915)
4. Sidónio Pais (1918)
5. João do Canto e Castro (1918)
6. António de Almeida (1919)
7. Manuel Teixeira Gomes (1923)
8. Bernardino Machado (1925)

Estado Novo

9. Óscar Carmona (1926)
10. Óscar Carmona (1928)
11. Óscar Carmona (1935)
12. Óscar Carmona (1942)
13. Óscar Carmona (1949)
14. Craveiro Lopes (1951)
15. Américo Tomás (1958)
16. Américo Tomás (1965)
17. Américo Tomás (1972)

Democracia

18. António Spínola (1974)
19. Costa Gomes (1974)
20. Ramalho Eanes (1976)
21. Ramalho Eanes (1981)
22. Mário Soares (1986)
23. Mário Soares (1991)
24. Jorge Sampaio (1996)
25. Jorge Sampaio (2001)
26. Cavaco Silva (2006)
27. Cavaco Silva (2011)

Primeira República

Manuel de Arriaga (1911)

Presidente	Manuel Arriaga
Data	24 de agosto de 1911
Período	Primeira República
Sigla	MA1911
Localizado em	Diário da Assembleia Nacional Constituinte (legislatura 1, sessão legislativa 1, número 59, data da ata 24-08-1911) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.c1911&diary=a1911m08d24-0005&type=texto

Meus Senhores,

Esta Assembleia Nacional Constituinte acaba de depositar nas minhas débeis mãos um tesouro quatro vezes precioso: o da Liberdade, em nome da qual trataremos, com o auxílio de todos os que vierem em volta de nós de eliminar todos os privilégios que, sendo mantidos à custa da depressão e ofensa dos nossos semelhantes, são para mim malditos.

Depositou, além da Liberdade, uma cousa sagrada acima de todas: a Honra da Pátria.

Perante o estrangeiro e perante a nossa consciência, nós vamos honrar, com os nossos sacrifícios, por uma solidariedade inevitável, uma triste herança – a do passado, cheio de compromissos por culpas que não são nossas – encontraremos, no entanto, na alma do povo, energias bastantes para nos redirmos aos olhos do mundo.

Nas virtudes democráticas, buscaremos os elementos da nossa regeneração.

Não falemos mais nos erros dos contrários depois de os condenarmos, porque as virtudes da democracia valem bastante para esquecermos os inimigos da Pátria.

Há outro tesouro, principalmente, precioso: o Povo Português – este tutelado de séculos que está completamente desvalido, sem a luz da justiça moderna!...

É necessário acalentar aquelas almas, enriquecer e arrotear aqueles corações perdidos para a Verdade, para a Justiça e para o Amor.

Este o objetivo mais dileto do meu coração – os oprimidos.

Resta-me lembrar a simpática missão de chamar à conciliação, à paz, à ordem, à harmonia social a família portuguesa, em nome da Liberdade, em nome da República, em nome da nossa libérrima Constituição.

Segundo os princípios nela consignados, e sob a intervenção direta do povo soberano, deixarão de existir, como até agora, opressores e oprimidos; daí o antagonismo irritante das classes ligadas pela fatalidade e pela força e não, como de hoje em diante, pelo Amor e pela Justiça – cumpre-nos fazer do nosso Estatuto a Cidade Santa do Direito Moderno; conseguir que este direito seja tão invejado pelos nossos inimigos, como outrora o foram as cidades de Atenas e de Roma.

Hão de vir para nós os que de nós fugiram. Em nome da Pátria e da Liberdade, nós aqui estamos para os receber.

E, a vós, o tributo inalterável da minha gratidão, por confiardes num velho que pouco vale, mas que poderá muito com o vosso auxílio.

Teófilo Braga (1915)

Presidente	Teófilo Braga
Data	29 de maio de 1915
Período	Primeira República
Sigla	TB1915
Localizado em	Congresso da República (legislatura 1, sessão legislativa 4, número 15, data da ata 29-05-1915) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cr&diary=a1915m05d29-0007&type=texto

Quando há quatro anos, nesta mesma sala, foi lida a proclamação da República Portuguesa, ficou formulado o princípio fundamental de onde derivam todos os poderes do Estado – a soberania nacional, postergada sempre pela frase “da graça de Deus”, com que as dinastias mascararam o seu poder pessoal absoluto. Reivindicaram esse princípio as revoluções de 1640, 1820, 1836, sempre desvirtuadas pelos seus mandatários. Na sua essência a revolução de 5 de Outubro de 1910 foi essa reivindicação, tendo como consequência imediata a fundação da República; e, para que a revolução não fracassasse como as anteriores, deu-se ao título da República, que abrange muitas modalidades de instituições, a forma nítida, iniludível da República Democrática Parlamentar. Como esta base estável não foi suficientemente compreendida, as novas instituições sofreram diversas vicissitudes e, ultimamente, a de uma ditadura de feição imperialista absolutamente repugnante às aspirações do país.

Esquecera por completo a fundação de 5 de Outubro de 1910 e, para salvá-la, deu-se o conflito violento de 14 de Maio de 1915.

São dois momentos históricos que se completam, integrando-se em uma época nova que há de ser fecunda pelo sacrifício de um milhar de desinteressadas vítimas que cimentaram com o seu sangue a República Portuguesa.

Que se segurem as mãos dos que tocaram irreverentemente na arca santa das nossas liberdades. Que todo o cidadão elevado à Presidência da República se considere um magistrado, tendo por escopo o acatamento da soberania nacional e assistindo com interesse e amor, mas sem intervenção ilegítima, ao normal funcionamento do regime democrático parlamentar.

Nenhuma função mais difícil do que manter a harmonia dos poderes do Estado, e sua mútua independência e coexistência. Feliz quem, sob a sua chefatura, conseguir alcançar esta energia que realiza a ordem como condição de progresso.

Portugal já não é um país confinado no extremo ocidente; é um elemento desta civilização heleno-latina que a Renascença incorporou no mundo moderno com vinte séculos de cultura. Vivemos nesta espécie de solidariedade humana que corrige os excessos do egoísmo humano. Um outro equilíbrio europeu tem de fundar-se, conduzindo ao estabelecimento duma paz milenária.

A política externa de Portugal deriva completamente da sua situação geográfica; ela solidarizou-se com a Europa, quando combatia o imperialismo da Espanha no século XVII e quando no século XIX desmoronava o imperialismo napoleónico; ela nos fará cooperar na atividade mundial dos grandes estados com apoio no Atlântico.

Apresentando estes dois aspetos da política interna e externa da nação portuguesa, deles se deduz um plano de Governo. E, ao preferir as palavras de compromisso de honra, desta hora em diante só aspiro a que, ao regressar dignamente ao lar, se possa dizer: “Cumpriu o que prometeu; guiou-se pelo bom senso e pelo desinteresse”.

Bernardino Machado (1915)

Presidente	Bernardino Machado
Data	5 de outubro de 1915
Período	Primeira República
Sigla	BM1915
Localizado em	Congresso da República (legislatura 2, sessão legislativa 1, número 7, data da ata 05-10-1915) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cr&diary=a1915m10d05-0005&type=texto

Senhores,

Saudando deste lugar o meu eminente predecessor, Dr. Teófilo Braga, que deu logo ao Governo Provisório da República o auspicioso prestígio do seu grande nome mundial, apresento ao Soberano Congresso os protestos enternecidos do meu devotadíssimo reconhecimento pela suprema investidura que se dignou outorgar-me, tanto mais honrosa quanto mais grave é o solene momento que atravessamos.

Sem embargo das resistentes dificuldades herdadas, muitas das quais dir-se-iam já irredutíveis, iam afirmando eficazmente a ação salvadora do novo regime, fórmula fiel do nosso progressivo disciplinamento popular, quando sobreveio a formidável guerra atual – em que terçam armas nações amigas, uma delas mesmo nossa inseparável aliada – abrindo perante nós um período mais que difícil, inquietante para a obra de restauração social que iniciámos.

Não haverá, contudo, provação que possa abater-nos ou humilhar-nos, se, com firme hombridade, pusermos abnegadamente, como nos cumpre, o dever coletivo, que é também o interesse comum, da defesa interna e externa da Nação acima de todas as nossas disputas e contensões divisórias. Comprovemos bem alto o nosso civismo, para que deste penoso lance de ansiedade e de sacrifícios saíamos moralmente robustecidos para melhor prosseguirmos, sem o mínimo desdouro, a realização, tão contraminada pela reacionária decadência monárquica, do destino inconfundível que a história traçou ao povo heroico, que, colocado na vanguarda da Europa, teve o arrojo imortal de ir, à sua frente, implantar pelo mundo inteiro a definitiva hegemonia da sua civilização.

O acolhimento, de feliz augúrio, dispensado, dentro e fora do país, à eleição presidencial, enchendo-me a mim da mais confortadora gratidão, representa certamente o aplauso geral ao propósito de pacificação política que se viu nela, e, portanto, uma expectativa confiante na inquebrantável solidariedade dos nossos corações patriotas. E essa confiança é um verdadeiro mandato imperativo.

Orgulhosos de o merecermos, com o pensamento em todos os nossos concidadãos de aquém e de além-mar, sobretudo naqueles que mais necessitam do carinho e amparo governativo – o povo, a mulher e a criança – conclamemos, com fé ardente, inextinguível, o verbo sagrado que resume esperançosamente os mais nobres anelos da alma nacional.

Viva a República Portuguesa!

Sidónio Pais (1918)

Presidente	Sidónio Pais
Data	09 de maio de 1918
Período	Primeira República
Sigla	SP1918
Localizado em	“Um ano de ditadura: discursos e alocações de Sidonio Paes”, coligidos e ordenados por Feleciano de Carvalho com um estudo político de João Castro, Lusitania Editora, Lisboa, 1924

O Povo Português, chamado a manifestar, em sufrágio universal e eleições livres, a sua vontade, acaba de consagrar a Revolução de 5 de Dezembro pela forma mais retumbante, juntando a maior votação que há memória em Portugal à volta de um homem que, tendo a honra de ser o Chefe da Revolução, para ele encarna certamente os seus levantados ideais.

Inútil é dizer-se, da parte dos detratores da Revolução, que uma tal votação excedendo 500.000 votos não representa a vontade soberana do Povo Português.

Nunca a abstenção foi menor, apesar de três agrupamentos partidários a terem resolvido e dela terem feito em larga escala a propaganda, bem mais fácil e suscetível de ser coroada de sucesso do que a de chamar os eleitores às urnas.

Nunca a abstenção foi mais insignificante, apesar de faltar o estímulo da luta; ninguém se propôs a Presidente da Republica e, por parte dos defensores da atual situação, um nome estava em todas as bocas; por parte dos que a atacavam nenhum nome foi indicado como representando as suas aspirações comuns.

Nunca a abstenção foi mais reduzida, apesar dos boatos alarmantes de perturbações da ordem pública, de atentados pessoais, de movimentos revolucionários, para o que se pretendeu criar uma atmosfera de terror.

Nunca a ordem foi mais completa em um ato eleitoral, decorrendo sem incidentes em todo o país, apesar da propaganda revolucionária que se fez e do convite à Revolução que implicitamente se continha na campanha do abstencionismo.

Nunca a liberdade foi mais ampla em eleições, que se efetuaram sem a menor pressão por parte das autoridades ou de influências locais.

Nunca a legalidade foi maior em operações eleitorais, fiscalizadas de resto pela oposição.

Nunca a honestidade foi mais perfeita por parte do Governo, que deu ordens terminantes para que se não exercessem quaisquer subornos ou corrupções, por mais disfarçados que fossem, nem se fizessem desdobráveis, processo imoral, tantas vezes usado.

Propositadamente, e por dois motivos principais, não apresentei ao país a minha candidatura.

Primeiro, porque nenhum desejo pessoal ou ambição ilegítima tinha de me manter num cargo que só pelo dever de assegurar o êxito da Revolução assumi e que por experiência sei ser um permanente tormento físico e moral, na ânsia sempre insatisfeita de buscar a felicidade do Povo, único grande ideal que se alberga no meu coração e que absorve a minha existência.

Segundo, porque no momento atual e conhecendo o país bem o meu nome, necessário era deixá-lo em completa serenidade escolher independentemente de quaisquer sugestões, o homem que reputa digno da suprema honra de presidir aos destinos da Nação.

Nunca, por isso, foram mais espontâneos os votos que concorreram às urnas eleitorais, na ausência de solicitações de toda a ordem.

Debalde se fez durante os últimos cinco meses uma campanha antipatriótica e antirrepublicana, tendo por base a dupla calúnia de apresentar aos olhos dos aliados e aos olhos da Nação o governo saído da Revolução como hostil aos aliados e contrário às atuais instituições.

Essa campanha insidiosa, que começou pela tentativa de enganar, intrigar, indispor a marinha portuguesa, sempre briosa na defesa da Pátria e da República, chegou ao cúmulo de insinuar a intervenção estrangeira, última das ignomínias a que só a absoluta falta de patriotismo pode levar.

A calúnia, a intriga, a conspiração caíram diante da força invencível da verdade.

Todos os atos do Governo da República, sem uma única exceção, depois de 5 de dezembro, demonstram o seu cargo de cooperar com os aliados e todos foram realizados no mais perfeito acordo com eles.

Todos os atos do Governo da República, saído da Revolução de 5 de dezembro, foram inspirados na mais pura fé republicana e se encaminham para a consolidação da República, pela integração de todos os portugueses num grande movimento nacional; e essa política quaisquer que fossem os obstáculos encontrados teve o seu mais formidável sucesso na eleição que acaba de realizar-se, onde o Presidente da República reuniu à sua volta meio milhão de eleitores conscientes da necessidade de se entrar num período de calma, de ordem e de sossego, que permita o desenvolvimento de todas as forças úteis ao país.

O povo, na sua extraordinária clarividência, no seu infalível espírito de justiça e na sua nunca desmentida sinceridade, repudiou todas essas calúnias, julgou, sentenciou e coroou assim, com o seu espiritoso aplauso, a obra da Revolução.

Povo Português! Sinto-me orgulhoso de ser o teu Presidente eleito e procurarei, quanto em minhas forças caiba, corresponder à confiança que em mim depositaste, sendo o teu amigo de todas as horas e interpretando o teu sentir e a tua vontade soberana, única a que me curvarei, e a quem ninguém poderá desobedecer sem passar por cima de mim.

Nenhum ódio, nenhuma animosidade pessoal, nenhum sentimento rancoroso encontra eco no meu coração, só tenho a aspiração veemente de conciliar todos os nossos interesses legítimos. Poderei errar, mas apenas me demonstrem o erro estou pronto a emendá-lo sem ressentimentos nem vaidades, sem teimosias ininteligentes, sem intransigências tiranizantes.

Todo o povo português pode contar em mim um amigo, pronto a defender a sua justiça, ainda que seja o meu maior inimigo.

Nenhumas perseguições fiz, tomei somente as medidas indispensáveis para assegurar a ordem pública que a minha guarda estava confiada.

Povo Português! Ao assumir o exercício da Suprema Magistratura da Nação, as minhas primeiras saudações vão para as forças de terra e mar que heroicamente se bateram ao lado dos nossos aliados contra o inimigo comum pela causa da Liberdade, do Direito e da Independência dos Povos.

Essas forças são a tua emanção, são o teu sangue. Saudando-as abraço-te a ti, a todo o Povo Português, no teu grande desejo de justiça tão ardentemente manifestado na espontaneidade com que abraçaste a causa dos aliados.

Uma nova era de Liberdade, de Tolerância, de Respeito pelas crenças religiosas e pelas convicções políticas, surgiu. E só numa tal atmosfera que a nação poderá prosperar. Ela precisa duma base estável que não poderia encontrar-se senão na união espiritual de muitas almas. Essa união é hoje um facto e a força de atrações dela emanada alargará o seu âmbito e intensificará a sua potência. Um grande ideal nacional populariza este movimento.

A Revolução de 5 de Dezembro triunfou!

O ressurgimento da nossa Pátria é mais do que uma esperança, é uma consoladora certeza.

Portugueses! Conservai-vos unidos. Aqui vos afirmo solenemente pela minha honra que defenderei até à última gota de sangue a sagrada causa da Pátria e da República que é também a causa do Povo Português.

Viva a Pátria! Viva a República Nova!

João do Canto e Castro (1918)

Presidente	João do Canto e Castro
Data	16 de dezembro de 1918
Período	Primeira República
Sigla	CC1918
Localizado em	Congresso da República (legislatura 3, sessão legislativa 1, número 26, data da ata 16-12-1918) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cr&diary=a1918m12d16-0007&type=texto

Ao Congresso da República, eu apresento os meus reconhecidos agradecimentos pela alta honra que se dignou confiar a quem, como eu, se acha desprovido dos precisos dotes para o cabal desempenho de tão elevada quanto espinhosa função. Para tal confio, porém, no precioso auxílio de todos os seus membros e no de toda a família portuguesa.

Diligenciarei, ao exercer o meu alto cargo, honrar a memória do nosso malgrado e saudoso Presidente, Dr. Sidónio Pais, procurando sempre seguir a sua grandiosa obra e inspirar-me, para o bem da República Portuguesa, nos ditames de honra, de justiça e de dignidade.

António José de Almeida (1919)

Presidente	António José de Almeida
Data	05 de outubro de 1919
Período	Primeira República
Sigla	AA1919
Localizado em	Congresso da República (legislatura 4, sessão legislativa 1, número 8, data da ata 05-10-1919) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cr&diary=a1919m10d05-0005&type=texto

Agradeço ao Congresso da República Portuguesa a alta honra que me dispensou, elegendo-me Chefe de Estado.

Sou um homem simples e modesto, sem qualidades que o distingam nem predicados que o imponham. E, se fui elevado ao alto cargo em que me encontro, a dignidade que me concederam só pode ser atribuída à benevolência de quem me elegeu e porventura ainda à circunstância de o Congresso querer mostrar que não se esquecia da minha dedicação à causa pública, e da persistência convicta, inalterável e tenaz, com que, nesta casa do Parlamento, defendi, sem um desfalecimento, e nas condições mais variadas, a legítima causa dos Aliados, a que sempre considerei indissolúvelmente ligada a nossa sorte de povo livre.

E, procedendo assim, o Congresso quis significar, sem dúvida, que, perante aquelas razões fundamentais, não prevaleciam razões de ordem secundária, que, todavia, anteriormente, exerceram influência na vida e marcha do Estado. De facto, eu mantive-me, até a última hora, na política ativa, exercendo uma ação combativa na imprensa e na tribuna parlamentar e popular. Até à última hora, estive à frente de um bravo e generoso partido, que, embora ligado por fortes laços de camaradagem patriótica aos outros agrupamentos políticos, tinha a sua doutrina peculiar e adotava processos que acentuadamente lhe pertenciam.

Apesar disso, o Congresso deliberou escolher-me para, numa República parlamentar, em que o Chefe de Estado se deve conservar alheio a todas as lutas e paixões, presidir aos destinos da Nação a que se condicionam todos os destinos partidários. Este facto, que não deve ser olvidado, significa que a República Portuguesa está na resolução de pôr, acima dos interesses de grupo, os interesses genéricos da Pátria, e que só passageira e superficialmente se deixará impressionar pela modalidade técnica da política dos homens, para apenas ter em conta a superior expressão do seu patriotismo, contanto que eles sejam merecedores, pela sua lealdade, da confiança com que os honrem.

Mais ainda que o galardão que me conferiu, eu agradeço ao Congresso a segurança que atribuiu ao meu carácter e a certeza antecipada que se criou de que eu, no alto cargo a que ascendo, serei imparcial e sereno, sem outra paixão que não seja a do engrandecimento da Pátria e sem outro sentimento que não seja o do amor à República. Não se há de iludir o Congresso. Aqui cheguei sem qualquer espécie de tergiversação ou doblez. A nenhuma convenção ou pacto anterior tenho de subordinar os meus intuitos, a não ser àquele pacto fundamental, que regula toda a vida da Pátria: a Constituição. Essa, sim, respeitá-la-ei sempre, servindo-a ao mesmo tempo com consciência e amor, e de maneira tal que eu, zelando-a, a engradeça, e, engradecendo-a, não deixe de a zelar, até mesmo naquilo que são atribuições minhas, das quais não cederei jamais, na compreensão de que, se seria um atentado invadir a esfera dos outros, seria uma defeção consentir que os outros apoucassem ou deprimissem os direitos que me pertencem.

Tomei o meu compromisso há pouco. Aqui o formulei em voz bem alta, dando-lhe a garantia da minha honra e aí fica ele escrito sob a responsabilidade do meu nome. Saberei cumpri-lo.

É bem difícil o momento em que assumo a Presidência da República. O mundo, abalado nos seus fundamentos pela grande guerra, durante muito tempo procurará debalde a fórmula do seu equilíbrio. Portugal que, cavalheirosamente, se envolveu na luta, ressentido-se dos estragos que a furiosa devastação produziu nas suas finanças e na sua economia. Estamos num momento agudo da nossa história e, porventura, esse momento é decisivo. Mas não devemos preocupar-nos além daqueles limites em que são legítimos a prevenção e o receio, como estímulo de energias adormecidas.

O país tem condições de vida que são suficiente garantia do seu futuro. Com trabalho ordeiro e disciplinado e com uma economia severa, pautada, pelas mais austeras normas de moralidade administrativa, triunfaremos de todas as dificuldades. Tenhamos essa fé, essa certeza. Qualquer palavra de desânimo será criminosa. Erradamente se costuma dizer que o país é pequeno, parecendo ignorar-se que somos a terceira nação colonial, com imensos tratos de terreno virgem, onde se acumulam as mais extraordinárias riquezas. E quando os defectistas dizem que a raça é indolente, eles fingem ignorar as provas de vigor que ela tem dado sempre e ainda agora está manifestando, na ânsia indomável com que deseja acompanhar o movimento de renovação que vai pelo mundo.

Mas, para que o país possa desenvolver-se com intensidade e harmonia, é preciso que gozemos duma paz sem sofismas, e essa só é possível numa atmosfera de ordem, fecunda e acolhedora.

Para que essa atmosfera se crie pela solidariedade de todos, empregarei os melhores esforços e farei os maiores sacrifícios. Conto com o êxito. Acalmando as paixões, apaziguando as cóleras, moderando as ambições dos homens e estimulando as suas energias, o seu amor ao trabalho, o seu poder de iniciativa, conseguirei, pela concórdia e persuasão, aquilo que afinal tem sido o lema político de toda a minha vida: a Paz.

Alheio às lutas políticas, só nelas intervirei com o fim de as acalmar e aproveitando sempre o estímulo patriótico que delas derive. Respeitador de todas as ideias políticas e religiosas dos portugueses, como é próprio da minha tradição e do lugar que vou ocupar, só combaterei, segundo os ditames da Constituição, quem atentar contra a República, e, então, não defenderei só o estado republicano, mas defenderei, como me cumpre, a própria doutrina republicana.

O âmbito da minha ação política é – eu o sei – pequeno. E não sou eu homem que em caso algum o ultrapasse. Mas a esfera da minha influência moral pode ser vasta, enorme. E é precisamente essa grande e, por vezes, dominadora influência que eu vou empregar na missão elevada de conciliar os cidadãos portugueses.

Respeitador, por índole e dever, da Soberania Nacional, a minha ação de Chefe de Estado vai cifrar-se na palavra Fraternidade.

Só assim poderei dalguma forma merecer a liberalidade com que me haveis honrado, elegendo-me, e só dessa maneira eu serei digno da satisfação, por tantos modos revelada, com que a Nação aplaudiu esse ato.

Fui o presidente do Governo da União Sagrada. Esse facto impõe-me obrigações que corajosamente aceito e aponta-me um caminho que intrepidamente seguirei. Na minha fé sagrada, apesar da perturbante emoção que então senti, não tive um momento de hesitação ou desalento quando se tratou de sujeitar o país às provas dolorosas duma guerra atroz. Servindo a Pátria nos seus altos destinos e obedecendo às vozes da Raça, contribuí para que Portugal, graças ao heroísmo do seu exército e da sua marinha, assegurasse, com a integridade do seu território, a prosperidade e benefícios duma honrada independência.

Agora com devoção igual me dedicarei inteiramente à missão pacífica de harmonizar os meus compatriotas, trabalhando pela Paz com o mesmo afão patriótico com que empreguei todas as minhas energias nas horas angustiosas da guerra.

Só assim corresponderei ao vosso mandato e só assim não serei amaldiçoado pela memória daqueles que dormem o glorioso sono sob a terra em que, defendendo a Pátria, caíram prostrados.

Que a vossa benevolência e o vosso autorizado conselho me não faltem, Senhores Congressistas. Que me não falte o agasalho fraternal do povo. Que não me falte, em suma, a confiança generosa da Nação. E contando com esse amparo, que é ao mesmo tempo estímulo e fortaleza, deste lugar, onde imerecidamente cheguei, saúdo todos os portugueses sem excluir ninguém, na sentida aspiração de ver a Pátria engradecida – a Pátria a cujas virtudes, a cujo prestígio e a cuja glória rendo, neste momento, uma suprema homenagem, vitoriando-a no seu símbolo supremo.

Viva a República Portuguesa!

Manuel Teixeira Gomes (1923)

Presidente	Manuel Teixeira Gomes
Data	05 de outubro de 1923
Período	Primeira República
Sigla	MG1923
Localizado em	Congresso da República (legislatura 6, sessão legislativa 1, número 10, data da ata 05-10-1923) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cr&diary=a1923m10d05-0004&type=texto

Senhores Senadores e Deputados da Nação,

Muito lhes agradeço a honra que me fizeram elegendo-me Presidente da República.

O juramento que acabo de fazer torna ociosa e inútil qualquer declaração, ou promessa sobre o modo como tenciono cumprir as obrigações do meu cargo.

Certo de que não me faltará nunca a colaboração do Parlamento, nem o apoio do povo português, entro afoitamente no exercício das minhas funções.

Espinhoso é o cargo de Presidente da República, e mais difícil no meu caso por suceder no seu exercício à nobilíssima figura do Exmo. Sr. António José de Almeida.

Republicano prestigioso entre os que o são, patriota de alma e coração, exemplo de virtudes cívicas inigualáveis, ele soube durante um quadriénio dos mais agitados da República, conquistar o respeito e a admiração de todos os portugueses.

E entre os nossos irmãos brasileiros, que o escutaram embevecidos, o seu verbo ardente criou tal atmosfera de simpatia, que o velho Portugal ali ressuscitou mais estimado do que nunca.

Nas chancelarias por onde transitei, e nas conferências internacionais a que assisti, só ouvi pronunciar o seu nome com sentida veneração.

Em Portugal e fora dele, a passagem do Exmo. Sr. Dr. António José de Almeida pela suprema magistratura da Nação assinalou-se como um modelo de integridade e de patriotismo.

Oxalá me seja dado seguir-lhe as pisadas!

A política externa adotada pela República tem merecido o aplauso da Nação inteira.

A mais e mais nos temos aproximado do Brasil, cujo povo, pela consanguinidade e pelo sentimento, é o mais afim do povo português.

Não se têm poupado esforços para que as nossas relações com a Espanha se estreitem, como deve suceder entre nações limítrofes e amigas, sobretudo nos casos, como este, de recíproca e sincera estima.

Com a França e a Itália, a nossa participação na Guerra criou essa nobre camaradagem que garante as amizades eternas.

Mantemos excelentes relações com todas as nações do Mundo e nos Estados Unidos da América os densíssimos núcleos de emigração portuguesa consolidam a profunda simpatia que sempre nos ligou à grande República.

Quanto à Inglaterra, cuja aliança tem por muitos séculos servido de base à nossa política externa, as provas de estima recebidas ultimamente pelo país, nas honras prestadas à pessoa do Presidente eleito, bastariam, se outras razões não houvesse, para provar os excelentes termos em que os dois países vivem.

É esperança minha, é certeza minha, que esta aliança continuará indefinidamente a servir de base à nossa política externa e ufana-me que o meu país trabalhe, para o progresso e a civilização da humanidade, de mãos dadas com a Grã-Bretanha.

É quase angustiosa a crise que atravessam todas as nações europeias que entraram na Grande Guerra: crise financeira, crise económica, crise política; de todas essas crises padecemos nós também.

Tão vastos são, porém, os recursos naturais da nossa abençoada Pátria, que se me afigura fácil vencer as duas primeiras, por pouco que nos unamos para as debelar.

Fio do patriotismo do Povo Português, do seu ardente amor à Liberdade, da sua coragem em defender as regalias conquistadas à força de tantos sacrifícios e à custa de tanto sangue, pelo constitucionalismo e pela República, que a crise política em Portugal nunca atingirá, nem de leve, o livre exercício das instituições parlamentares.

Fio também desse mesmo povo que trabalhará sem descanso para fortalecer essas instituições, dignificando-as.

Viva a República Portuguesa!

Bernardino Machado (1925)

Presidente	Bernardino Machado
Data	11 de dezembro de 1925
Período	Primeira República
Sigla	BM1925
Localizado em	Congresso da República (legislatura 7, sessão legislativa 1, número 1, data da ata 11-12-1925) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cr&diary=a1925m12d11-0017&type=texto

Senhores Senadores e Deputados da Nação,

É com profunda comoção de reconhecimento que recebo de novo o grave mandato da magistratura suprema da República.

Quando em 5 de Outubro de 1915 o assumi pela primeira vez, o nosso programa governativo era a intervenção de Portugal na guerra, e orgulho-me de haver então cumprido todo o meu dever presidencial.

O povo português que erguera valorosamente nas suas mãos o lábaro republicano em prol dos destinos da Pátria; tomou altivamente o lugar de honra que lhe pertencia no exército augusto das nações livres.

E a vitória veio coroar o esforço ardente da nossa heroica democracia.

A missão que impende hoje sobre nós é outra, mas não é menos momentosa, nem menos imperativa.

Temo de assegurar aos nossos denodados compatriotas, sem a mínima perda de valores e de tempo, a justa compensação dos seus generosos sacrifícios, não deixando jamais de reivindicar a causa dos nossos direitos, direitos sagrados, que ninguém ainda conquistou mais legitimamente do que nós pela nossa ação civilizadora no mundo.

O inimigo secular, que tantas vezes nos flagelou ferinamente, arrastando-nos à decadência, é historicamente o mesmo, na paz como na guerra, hoje como ontem, dentro ou fora do país.

É a usurpação da soberania popular, o arbítrio, a ditadura do Poder, causa fatal da instabilidade e dissolução ruínosa da vida pública.

Conjuremos resolutamente tais atentados.

Governe o Parlamento, governe sem declinar nenhuma das suas nobres prerrogativas na plenitude fecunda das suas faculdades poderosas reconstituintes, fazendo da República, pela justiça das leis e pela austeridade dos seus mandatários, um regime cada vez mais zeloso de todas as liberdades, individuais, associativas, corporativas e de todas as renovadoras iniciativas, científicas, artísticas, industriais, protetor querido e abençoado de quantos infelizes só dele podem esperar o alívio e resgate das suas obras.

No desempenho das suas altas funções, de tamanha responsabilidade, que o Congresso mais uma vez só dignou confiar-me, desvelar-me-ei por corresponder à sua extremada benevolência, e inspirando-me imperterritamente na mais entranhável devoção cívica à grandeza e ao prestígio da República pelo estreitamento dos vínculos de concórdia e confraternização social, em fiel solidariedade com as aspirações palpitantes do progressivo génio da Pátria.

Viva a República Portuguesa!

Estado Novo

Óscar Carmona (1926)

Presidente	Óscar Carmona
Data	20 de novembro de 1926
Período	Estado Novo
Sigla	OC1926
Localizado em	(1926), "Diário de Lisboa", nº 1734, Ano 6, Segunda, 29 de Novembro de 1926, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31446 (2016-10-8) http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05744.008.02098#!8

Podem os que me escutam imaginar como é grato ao meu espírito este momento que, sendo embora de sacrifício, não deixa de ser de íntima satisfação. Um soldado, um simples soldado como eu, habituado ao cumprimento do dever e que nunca quis outra coisa senão cumprir o seu dever, sente-se naturalmente comovido ao ser investido nas mais elevadas funções a que um cidadão pode aspirar.

Sinto que vou encontrar dificuldades e espinhos no meu caminho. E sinto também não poder levar a cabo, com aquela grandeza que as necessidades do país exigem, a tarefa que me vai ser cometida.

É certo que tenho trabalhado pouco. Mas os que quiserem avaliar, com segurança e com lealdade, da natureza e do valor desse trabalho, hão de considerar que a acumulação de funções, a de chefe de Governo e a de ministro da Guerra, me vem impedindo de realizar por esta pasta, a tarefa que é necessário executar.

Mas, desassombradamente, posso afirmar que tenho procurado conciliar vontades e fazer desaparecer divergências que separam os portugueses. E que, embora não haja chegado a resultados concludentes, alguma coisa de útil e de proveitoso tenho conseguido.

É grata, agradável ao meu espírito a missão de conciliar. Agora como Chefe de Estado procurarei tornar mais profícuos ainda os meus intuitos de pacificação.

Torna-se necessário fechar o ciclo das lutas e das revoluções. Se o Governo a que presido conseguir que estas lutas e que essas revoluções acabem, terá prestado ao país o mais alto e valioso serviço.

Por mim, afirmo que tenho procurado integrar-me no espírito do movimento de 28 de Maio. O programa desse movimento não é de vinganças nem de retaliações. É um programa de paz, de concórdia. Cumpri-lo é uma honra para mim.

Óscar Carmona (1928)

Presidente	Óscar Carmona
Data	15 de abril de 1928
Período	Estado Novo
Sigla	OC1928
Localizado em	Anais da Revolução Nacional, vol. II, pp.207-209 (transcrito em História de Portugal, vol. XIII – Joaquim Veríssimo Serrão, pp. 114-115)

Meus senhores,

O movimento militar do 28 de Maio, executado com admirável e patriótica decisão pelo glorioso Exército português de terra e mar, numa explosão unânime de revolta contra erros inveterados da governação do Estado, traduziu à evidência os sentimentos e a vontade soberana da Nação rudemente experimentada, desde longe, por vicissitudes funestas e desilusões bem amargas.

Dois anos volvidos sobre a memorável data histórica, e postos em prática, através de circunstâncias aspérrimas, novos métodos e processos administrativos, caracterizados por uma honestidade irrepreensível e pela abnegação sem limites que à Pátria devemos todos nas horas de má fortuna, é uma grande consolação verificar como o povo – este bom e generoso povo da nossa terra, incarnação viva das virtudes e do génio imortal da Raça – chamado a exprimir em sufrágio direto e livre o seu juízo sobre o uso que o Governo da Ditadura tem feito da plenitude do poder, consagra solenemente, pela votação mais retumbante que ainda se fez em Portugal, não o valor muito obscuro do Presidente da República que, neste momento, se investe no exercício da sua magistratura, mas antes e sobretudo o próprio pensamento de reabilitação nacional, que eu, modestamente, sou obrigado a personificar como sei e como posso.

É cedo para julgar os homens e os acontecimentos. Dessa delicada missão se encarregará a História, algum dia. Mas, se o primeiro e mais grato dos meus deveres, nesta hora, é saudar toda a família portuguesa, sem restrições nem reservas, patenteando eterno reconhecimento eterno aos meus concidadãos que me honraram com a confiança do seu voto, do qual procurarei ser digno, julgo também oportuno afirmar a admiração de que me sinto possuído por todos os meus dedicados cooperadores, que, fazendo prova de um alto espírito de sacrifício, têm prestado relevantes e desinteressados serviços ao País, quer na metrópole, quer nas colónias, sendo para destacar a notável ação das comissões administrativas municipais, na faina nunca assaz louvada de reconstituírem a vida provincial, lamentavelmente decaída das suas antigas e preciosas tradições.

Esforçada tem sido a ação do Ministério a que presidi. É natural que haja nela erros cometidos, inerentes à experiência contingente e à facilidade da inteligência. Mas é de vulto a sua tarefa já cumprida, na preocupação absorvente de restabelecer sem violência a ordem nas ruas e nos espíritos, condição primeira de todo o programa de reconstituição em perspectiva; de reconquistar o crédito financeiro, saldando compromissos importantes no estrangeiro; de acalmar paixões sectárias, distribuindo justiça a uns e chamando outros, qualquer que seja o seu credo político, filosófico ou religioso, a colaborar com as suas ideias e o seu patriotismo na redenção da nossa Terra, que só pelo trabalho e pela virtude poderá alcançar tranquilamente o seu antigo prestígio.

Que o Governo da Ditadura vai em boa estrada, prova-se bem pelo testemunho de repetidas demonstrações de apreço e consideração diplomática que lhe têm sido prodigalizadas pela Inglaterra, nossa fiel aliada, pelo Brasil e pela Espanha, nações amigas, duma amizade muito leal, às quais nos

prendem fortes vínculos de raça, e afinidades históricas que não é lícito esquecer, e, de modo geral, por todas as demais nações entre nós acreditadas.

Meus senhores,

Nada contribuí com ambições que nunca tive para ascender a esta posição, que considero bem excessiva para a pobreza dos meus méritos. Soldado, fui sempre escravo do Dever e da Honra; jurando defender até à última gota do meu sangue, se preciso for, a Pátria e a República, que hoje me são confiadas, dou por penhor do meu juramento a coerência de todas as ações da minha vida; e só peço a Deus que, se algum prémio merece a minha dedicação à causa da Pátria, me dê a felicidade de ver reconciliada, em breve, numa perfeita unidade moral, toda a Família portuguesa. É a minha suprema aspiração.

Óscar Carmona (1935)

Presidente	Óscar Carmona
Data	17 de fevereiro de 1935
Período	Estado Novo
Sigla	OC1935
Localizado em	Nunes, Leopoldo – Carmona: estudo biográfico. 4ª ed . Lisboa : [s.n.], 1942

Senhores Deputados,

Agradeço a Vossas Excelências as palavras de saudação que me dirigistes e mais sentidamente, ainda, os votos que fizestes para que se (?) dirija com felicidade, neste novo período, o Governo do país.

Eu sei que o que procede em harmonia com os ditames de uma consciência reta cumpre perante a moral o seu dever, mas o homem público só realiza o seu destino quando os seus atos aumentam o património moral e material da Nação. Penso ter obedecido sempre aos ditames da minha consciência e espero confiadamente que a eles continuarei a obedecer, mas espero também que a Assembleia Nacional e os demais órgãos do Estado, ajuntando os seus esforços aos de todos os portugueses, darão aos meus propósitos a virtude de com eles servir os altos destinos de Portugal.

Senhores deputados, há muitos anos que sirvo a nação: primeiro a servi como soldado, sem reservas, sem restrições, como é lei do soldado; depois na direção dos negócios públicos, desde que um movimento geral e profundo da opinião pública pôs fim a uma crise política que, pela sua longa duração e intensidade, vinha enfraquecendo e anarquizando as forças estruturais do País.

Vão decorridos mais de oito anos depois que me foi concedido esse pesado encargo, tempo bastante para experimentar processos de atuação e para os condenar ou sancionar.

Durante eles pôs-se termo ao dissídio permanente que nos enleava e ameaçava subverter; iniciou-se e já vai longe a obra de reconstrução moral e material da Nação e esta readquiriu a confiança nos seus próprios destinos, sobretudo depois que pôde ver a sua atividade apontada como exemplo a povos de mais relevo na cena mundial.

É certo que o esforço para a reconstituição não pôde ainda atingir todos os objetivos visados pela revolução nacional, não só porque alguns demandam de si mesmos muito tempo para serem executados, mas também porque fomos surpreendidos pela crise mundial, que a todos os países fundamente perturbou, mesmos aos mais bem apetrechados, mais ricos do engenho do homem e das dádivas da natureza. Creio, porém, que os resultados merecem ser recordados e postos em relevo, e, se o digo, é, sobretudo, com o intuito de fazer justiça ao próprio esforço da Nação, sem o qual seria impossível obra de tão grande vulto e a colaboração dos homens de boa vontade que a têm servido.

A idade já longa e os trabalhos de muitos anos podiam-me fazer crer que sobre outros ombros a Nação lançaria o pesado encargo de a dirigir. Entendeu ela, porém, que poderia ser-lhe ainda útil a minha ação, e eu, acostumado a servir, não a recusei, embora não ignorasse a gravidade dos problemas que ensombram a hora presente.

A crise mundial continua dominando todos os povos, invadindo todos os setores da atividade. No mundo assim conturbado, e por força da solidariedade que a todos une, as nações são vítimas não só das dificuldades que em cada povo se engendram e nascem, mas das que em outros povos se geram.

Parece-me, por isso, que toda a governação deve ser orientada no sentido de cada país, organizando-se a si próprio e promovendo o seu progresso material e moral, evitando que as suas dificuldades sejam causa da perturbação nas outras nações. Assim, do mesmo passo que realiza o seu ideal nacional, realiza, ainda, o princípio da comunidade internacional, e esta atitude será, sem dúvida, o melhor e mais útil contributo que cada povo pode dar à obra de solidariedade das nações.

A reconstrução nacional tem de ser, tem de continuar a ser, simultaneamente moral e material; obra moral de fortalecimento contínuo do ideal coletivo pela exaltação dos altos destinos da raça e das perspectivas que o seu génio saberá traçar, e pelo apaziguamento das paixões desvairadas, dos conflitos que dividem e por isso mesmo diminuem; obra material, que eleve o nível de vida da população e torne, se não mais fácil, pelo menos, mais útil o esforço dos que trabalham.

Eis senhores deputados, no que pode resumir-se os objetivos que desejaria fossem realizados neste segundo período da minha presidência, para o que sei que posso contar com a ajuda da vossa colaboração valiosa.

Óscar Carmona (1942)

Presidente	Óscar Carmona
Data	15 de abril de 1942
Período	Estado Novo
Sigla	OC1942
Localizado em	Diário da Assembleia, II Legislatura sessão legislativa 04 número 1301942-04-15PÁGINA 273 http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/02/04/130/1942-04-15/273

Senhores Deputados,

As palavras de saudação que Vossas Excelências acabam de dirigir-me vieram obrigar mais ainda o agradecimento devido à Nação pelo entusiasmo e carinho com que decidiu renovar-me o mandato de continuar a presidir aos seus destinos.

A autoridade em que acabo de ser investido existe para bem de todos os portugueses, e a todos os que comungam na unidade da Pátria, embora vivam ou cumpram a sua missão em terras distantes, se dirigem as minhas saudações e a expressão do meu reconhecimento.

Não aludirei às deficiências da minha pessoa e da minha idade, para sopesar a mais alta magistratura do País, nem que não seja senão porque, ante a insegurança que avassala o mundo e a grandeza dos acontecimentos, já os maiores valores humanos se reputam insuficientes.

Patrioticamente coagido a continuar o exercício da Presidência da República, quero somente dizer que, tendo aprendido a servir a Nação no decorrer de uma vida inteira, da melhor vontade lhe ofereço as energias que me restam e todo o esforço de que me for capaz para a sua sustentação inquebrantável dos seus direitos, para a defesa do seu maior prestígio, da sua integridade e independência.

Estas palavras do compromisso constitucional que podem, em épocas de calma normalidade, parecer simples manifestações da majestade do poder público, envolvem, nesta hora conturbada, responsabilidades que todos conhecem e a muitos causam justa apreensão.

Mas jamais, em qualquer época da história, a missão altíssima de governar andou isenta das maiores dificuldades e perigos; para os vencer e conjurar se reuniram sempre à volta dos chefes todas as energias nacionais desde a força da tradição, pela qual as nações são o que são ao longo dos séculos, até aos sacrifícios mais devotados dos seus continuadores no presente; desde os designios, formados pela falível inteligência dos homens, até aos que encontram decisivo apoio no favor da Providência.

É rodeada de todas estas energias e valores que a voz de um homem, embora imperfeito ou alquebrado, se fala em nome de uma Pátria, assume ressonâncias infindas; nela ecoam direitos e obrigações dos antepassados, nela vibram as esperanças dos homens de hoje, nela vivem antecipadamente as ânsias de verdade, de ventura e de justiça dos homens de amanhã.

Sei bem que posso contar com esta admirável força patriótica no desempenho da minha árdua missão; conheço-lhe as raízes que prendem na história e tendo podido avaliar, nas altas funções que me foram confiadas, a sua fecundidade construtiva na preparação de novos tempos; e se é crucial o momento histórico que atravessamos, também sinto essa força patriótica cobrar novos alentos pela união dos corações e das inteligências à volta dos supremos interesses nacionais.

Vale a pena, Senhores Deputados, viver e morrer por uma Pátria que, ainda na hora em que parece o mundo tudo despreza e tudo subverte, encontra justos motivos para o respeito dos outros povos.

De muitos dos seus ilustres Chefes, como do Sumo Pontífice, tive a honra de receber palavras de apreço pela minha reeleição; quero renovar-lhes também os meus agradecimentos, em nome da Nação Portuguesa, que com todas tem procurado manter amistosas relações e só deseja poder continuá-las, animada do bom propósito de converter em proveito comum, não só a tranquilidade que felizmente disfrutam, mas ainda os sacrifícios que as lutas alheias imerecidamente lhe imponham.

Óscar Carmona (1949)

Presidente Óscar Carmona
Data 20 de abril de 1949
Período Estado Novo
Sigla OC1949
Localizado em

<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/04/04/189/1949-04-20/525>

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,
Senhores Deputados,

Ao assumir pela quarta vez o mandato em que a Nação me investiu são para ela, nas pessoas dos seus diretos representantes, as minhas primeiras saudações. Tributo-lhe ainda os meus reconhecidos agradecimentos pelo seu voto de confiança e manifesto a minha gratidão pelas palavras com que a Assembleia Nacional teve a bondade de receber-me. Faço-o por dever de cortesia e por imposição do sentimento, ainda que as reais limitações de uma idade avançada e o cansaço de uma vida de trabalho me agravem neste momento as preocupações com que, mesmo noutras circunstâncias, tomaria o encargo de presidir aos destinos da Nação.

Como homem consciente das responsabilidades do cargo e das dificuldades da época que atravessamos, não obedeci, com efeito à voz da comodidade, mas posso dizer que segui o imperativo do dever. Ao menos parece-me que a simpatia, o ardor, o entusiasmo com que a Nação se ergueu para designar o meu nome me impunham a obrigação de me dispor a servi-la com as forças que me restassem e enquanto humanamente o pudesse fazer. Sirvo-a em nome dos mesmos princípios que me tem conduzido e todos temos professado, nenhum outro interesse busco através de toda a ação além do interesse nacional.

Estamos, como todos reconhecem, numa das grandes viragens da História. Multiplicam-se os problemas; acumulam-se as dificuldades; uma grave perturbação agita os espíritos; no mundo económico, no mundo social, no mundo político, nas relações entre Estados e no seio das Nações, os homens revelam mais perplexidades que seguranças, mais problemas que soluções, mais dúvidas que certezas. É quase certo que desta fermentação social um novo mundo despontará; Esse outro mundo é porém para a mesma humanidade – isto é, para o mesmo homem que, à face da terra, terá sempre de trabalhar e sofrer, de conviver com os outros homens, disciplinar e condicionar a sua atividade, e continuará a partilhar a vida entre tendências inferiores, a caminho da materialidade das coisas, e magníficas florescências duma espiritualidade quase divina.

E, sendo assim, muito perigosa é para as sociedades a ânsia duma impossível renovação total, e falsa a ideia de que, para fazer de novo, se podem esquecer ou postergar os princípios que derivam da própria natureza humana e a experiência de séculos foi pouco a pouco revelando e cristalizando na consciência dos povos.

Eis porque Portugal se tem mostrado tão largo e aberto ante novas perspectivas – e algumas com imensos sacrifícios seus abriu ao mundo – e ao mesmo tempo tão apegado se mostra às diretrizes permanentes da sua História e aos princípios modeladores da consciência da Nação. Nós o vimos bem claramente através de uma reação vivíssima quando recebeu pudessem ser atingidos alguns daqueles princípios fecundos a que tem obedecido a sua vida, o seu orgulho de nação livre, a independência e integridade da Pátria, cuja defesa de modo tão explícito a Constituição me impõe como Chefe do Estado.

Essas claras indicações da consciência nacional são diretrizes a que tem de obedecer a ação do Estado, nos confusos tempos que vivemos. Para que triunfem não basta, porém, que as sigamos; é necessário que a comunidade nacional se encontre espiritualmente unida na sua defesa. É para essa

união dos portugueses que apelo, é essa união de espíritos que desejaria se fortalecesse cada vez mais, como indispensável à realização dos seus destinos.

Não podemos deixar de ver com satisfação que a Europa vai despertando para a consciência dos princípios básicos da sua própria civilização e que das recentes destruições e desgraças começa a ressurgir para uma vida mais conforme à solidariedade das nações que a constituem.

A generosidade com que a América, tanto material como moral e politicamente, ajuda à recuperação europeia marcará, sob certo aspeto, a fisionomia de uma época, e, se for possível, mercê dessa política salvar a paz e com ela a civilização cristã do Ocidente, penso que a Humanidade deverá pelos séculos fora regozijar-se de ter sido possível preservar dos erros e loucuras que o ameaçam o seu mais valioso património.

Concluo sobre essa esperança e sinceríssimo voto as minhas despretensiosas palavras e sobre ela começo o meu novo mandato que a Providência abençoe e torne feliz para todos os portugueses.

Craveiro Lopes (1951)

Presidente	Francisco Craveiro Lopes
Data	09 de agosto de 1951
Período	Estado Novo
Sigla	CL1951
Localizado em	Assembleia Nacional (legislatura 5, sessão legislativa 2, número 108, data da sessão 09-08-1951, data do diário 10-08-1951) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan&diary=anl5sl2n108-1026&type=texto

Senhores Presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa,
Senhores Deputados e Dignos Procuradores,

Saúdo em Vossas Excelências os ilustres representantes da Nação e agradeço-lhes a bondade das palavras que em vosso nome acabam de ser-me dirigidas.

Ao ser investido na suprema magistratura do País não quero deixar de significar a minha profunda gratidão pela forma por que ele se manifestou no momento melindroso em que teve de eleger o novo Chefe do Estado. Procurarei corresponder à confiança que em mim depositaram pondo toda a minha boa vontade e todo o meu patriotismo ao serviço da Nação, com a ambição única de contribuir para o bem e prosperidade dos Portugueses.

Desejo ardentemente que em minha volta se reúnam todos os que tiveram a honra de nascerem terras de Portugal, sem distinguir raças, religiões ou ideias, e que no Chefe do Estado vejam segura garantia do prestígio e da continuidade da Pátria. Os povos só prosperam e são fortes quando, espiritualmente unidos, formam um bloco sólido e homogéneo, invulnerável às investidas do tempo e dos homens.

A época em que vivemos, tão perturbada e de futuro tão incerto, não nos permite – nem às nações nossas amigas – dedicar energias e haveres exclusivamente ao bem-estar das populações; é mister que nos apetrechemos para enfrentar os perigos que nos ameaçam. No entanto, apesar das dificuldades que o Mundo atravessa, em Portugal as grandes realizações de toda a ordem têm podido continuar num ritmo que deve satisfazer os mais exigentes; e, em passo tão difícil da vida nacional, realizaram-se ou estão em curso importantíssimos trabalhos públicos, que contribuirão, sem dúvida, para elevar o nível de vida do nosso povo.

Não seria possível tal situação se não estivéssemos preparados com uma orgânica do Estado que não facilita a divisão dos valores nacionais, nem permite que as energias da grei sejam consumidas em lutas estéreis. A sensata reflexão da nossa gente mostrou mais uma vez, na última consulta ao País, que todos - indivíduos ou famílias, na metrópole ou no ultramar - desejam continuar a viver habitual e pacificamente a sua modesta, mas progressiva, existência.

Está assegurada a paz interna onde quer que flutue a nossa bandeira. Mas Portugal, que não vive isolado do Mundo, tem de partilhar das responsabilidades e riscos que pesam sobre o grupo de nações a que está ligado; e tal facto obriga o País a preparar-se moral e materialmente para satisfazer os compromissos que as circunstâncias internacionais impuserem. As nossas gloriosas forças armadas do mar, terra e ar adestram-se sem olhar a sacrifícios para poderem cumprir a alta missão que lhes compete, na defesa do património nacional e da civilização que tanto ajudámos a criar.

Espero em Deus que as precauções tomadas pelos países do Ocidente serão suficientes para evitar que o Mundo – mal curado ainda de recentes feridas – seja lançado no mais sangrento e devastador conflito. Por nossa parte, continuará a ser constante aspiração vivermos nas melhores

relações com as nações amigas e por essa forma contribuirmos para a boa compreensão entre os povos, facilitando as condições em que a paz possa existir e consolidar-se duradouramente.

Senhores Deputados e Dignos Procuradores, o juramento que prestei perante Deus e perante os homens ficou profundamente gravado no meu espírito e na minha consciência. Não esquecerei que passei a ser o chefe de um grande povo, que, através de longa e gloriosa vida, escreveu páginas das mais brilhantes da história da Humanidade.

Américo Tomás (1958)

Presidente	Américo Tomás
Data	09 de agosto de 1958
Período	Estado Novo
Sigla	AM1958
Localizado em	Assembleia Nacional (legislatura 7, sessão legislativa 1, número 45, data da sessão 09-08-1959, data do diário 10-08-1959) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan&diary=anl7sl1n45-0993&type=texto

Senhores Presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa,
Senhores Deputados e Dignos Procuradores,

O juramento que perante vós prestei nesta soleníssima sessão, para formal investidura nas funções do Presidente da República, impõe-me a obrigação de manter e cumprir leal e fielmente a Constituição, de observar as leis, de promover o bem-estar geral da Nação e de sustentar e defender a integridade e a independência da Pátria Portuguesa. Nas circunstâncias atuais, em que os espíritos se mostram, não só entre nós mas por toda a parte, perigosamente perturbados, o juramento a que fiquei vinculado exprime-se, o talvez mais do que nunca, por uma tarefa extremamente pesada e difícil, que só poderá ser integralmente executada desde que me não falte a indispensável ajuda dos Portugueses e possa verificar-se uma favorável evolução nos acontecimentos mundiais.

Salvo episódicas ocasiões, conseguimos viver em quietação política nos últimos trinta anos, com manifesta utilidade para o progresso e bom nome do País. Ocorreu recentemente uma dessas ocasiões, que se caracterizou por nefasto clima de paixões, apto a envenenar a paz e harmonia em que vivemos. Convém, no entanto, estar atento e sentimentos ou críticas que pareçam justificados. Em toda a obra humana nem tudo resulta bem feito ou executado em conformidade com os melhores intentos e, não se afigurando sério negar ou minimizar o muito que de bom se faça, não há, também, que falar apenas no que resulte bem, escondendo o que ficou por fazer ou se realizou mal. A quem administra cabe estar atento aos erros que se cometem e às deficiências que forem surgindo e animado do firme desejo e da preocupação constante de só ser útil à causa que serve. A obra a realizar, dentro desta orientação, é ainda imensa e para a sua consecução poderá contribuir em muito o II Plano de Fomento, cuja execução começará no próximo ano; e não deverá olvidar-se que entre os problemas mais instantes e só parcialmente resolvidos avultam os do nível de vida das classes mais desfavorecidas, da habitação dessas classes, da saúde e da educação. A eles terá de ser dedicado imediato e especial cuidado e para a sua realização serão necessárias a ajuda e a compreensão de todos os portugueses.

Apesar das aparências, tem-se vincado cada vez mais os dissídios entre os dois blocos em que o Mundo se encontra dividido, caracterizando-se um pela sua orientação desconcertante, mas sempre objetiva e dinâmica, e o outro por procedimentos muitas vezes desconexos, hesitantes, senão contraditórios. Dessa diferença de orientação, têm resultado apreciáveis ganhos para um deles e perdas, praticamente irrecuperáveis, para o outro. Nós estamos diretamente interessados no caso, porque aos Portugueses deve em grande parte o Ocidente a influência que dele perdurou em várias partes do Mundo, durante alguns séculos, e a eles deve ainda um dos pontos de resistência consciente aos abandonos geralmente consentidos. Para se evitarem as maiores catástrofes parece indispensável que o bloco ocidental defina e siga uma política homogénea e firme, não só capaz de lograr a paz geral entre os povos, mas de preservar-lhes a sua integridade e independência. Nem há que cuidar somente da defesa do Ocidente sob o ponto de vista militar, porque, se é indispensável, apesar dos pesados sacrifícios que impõe, para evitar o maior mal de todos, não tem ela conseguido obstar a que o Oriente, por caminhos menos aleatórios, vá atingindo os objetivos que visava alcançar.

Senhores Deputados e Dignos Procuradores, não se me tendo afigurado legítimo esconder as apreensões que naturalmente suscitam as dificuldades e os perigos do momento em que se inicia o meu mandato, não podem umas e outros dominar – e felizmente não dominam – a fé e a esperança de que estou possuído ao dirigir ao País, do seio da representação nacional, a minha primeira mensagem como Chefe do Estado, como resposta à confiança que em mim quis depositar.

Nela me cumpre agradecer – e desvanecidamente o faço – as palavras cativantes que acabei de ouvir e constituirão precioso incentivo no limiar da tarefa árdua que terei de enfrentar. Nela sinto ainda o dever de endereçar as mais cordiais saudações às nações aliadas e amigas, cujos representantes vejo presentes. E nela ofereço a todos que nasceram portugueses, vivam ou não em território pátrio, o que humanamente possa ser exigido em esforço e dedicação.

Crente de que a Providência continuará velando por Portugal e de que todos os portugueses, esquecendo as suas divergências de ocasião e unidos num mesmo patriótico pensamento, darão ao novo Chefe do Estado a colaboração de que venha a carecer, inicio o desempenho das funções em que fui investido com o firme propósito de acertar e de não desmerecer do exemplo deixado pelos meus ilustres antecessores – marechal Óscar Carmona e general Craveiro Lopes.

Américo Tomás (1965)

Presidente	Américo Tomás
Data	09 de agosto de 1965
Período	Estado Novo
Sigla	AT1965
Localizado em	Assembleia Nacional (legislatura 8, sessão legislativa 4, número 205, data da sessão 09-08-1965, data do diário 10-08-1965) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan&diary=anl8sl4n205-4899&type=texto

Senhores Presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa,
Senhores Deputados e Dignos Procuradores,

A mensagem que vou ler perante Vossas Excelências tem de começar, naturalmente, por agradecer a confiança que a Nação me reiterou, por via do seu Colégio Eleitoral, elegendo-me para novo septenato na Chefia do Estado. A exemplar dignidade em que funcionou o Colégio e a presença da quase totalidade dos possíveis eleitores conferiram ao ato a maior relevância e pareceram provar as vantagens do novo sistema, afinal semelhante ao existente em muitos outros países e até com a vantagem de mais larga e completa representação nacional. E a votação que o meu nome mereceu, além de muito me ter desvanecido, mostrou que a anuência por mim dada para segunda candidatura à chefia do Estado terá constituído talvez, na situação atual, a solução que o País esperaria.

Mas sinto-me no dever de esclarecer que muito hesitei em candidatar-me a novo mandato presidencial. Foi sempre minha intenção retirar-me após os sete anos que hoje precisamente findaram. Completei já setenta anos de vida e poucos períodos de ócio conheci durante ela. Habituei-me ao trabalho árduo e, na Chefia do Estado, continuei seguindo a mesma linha de conduta, coerente com o meu passado. E, se em tão alto cargo tive a suprema consolação de conquistar a geral simpatia popular, é igualmente certo não me ter eximido a qualquer esforço, por maior que fosse a sua violência.

Onde foi pedida a minha presença e ela se justificava não deixei de estar presente, e muitas foram as terras que em mim viram o primeiro chefe do Estado que as visitava. A saúde e o vigor físico permitiram sete anos de dedicação completa a causa pública e sem essa dedicação completa não é legítima, a meu ver, a presença em cargo de tão grande responsabilidade.

Por isso hesitei muito e resisti largo tempo às pressões que de tanto lado e tão simpaticamente se exerceram. E só as razões derivadas das circunstâncias especiais de guerra em que o País vive me convenceram. Por isso nenhuma gratidão me é devida. Apenas cumprirei mais uma vez e com toda a devoção o meu dever para com a Pátria. Em servi-la, não há sacrifícios que contem: mas só servindo-a exemplarmente se justificará continuar.

Não se afiguram fáceis os sete anos que hoje começam. Durante eles poderão surgir problemas da maior gravidade, a exigirem decisões prontas e firmes, mas que terão de ser consentâneas com os reais interesses da grei portuguesa. E, se ao Chefe do Estado cabe sempre estar atento, compete-lhe sobretudo estar preparado para as emergências que possam surgir, pois é na sua consciência que pesará a responsabilidade das decisões a tomar.

Quero crer só haja, por enquanto, que continuar enfrentando as dificuldades internas e externas que, de diversos modos, afligem também todos os outros povos. No caso português tais dificuldades quase se confundem, porque os problemas internos criados à Nação são sobretudo os que, tendo origem internacional, se desenvolvem no ultramar português. Mas a sucessão de acontecimentos internacionais, os constantes insucessos da política ocidental e a crescente expansão dos comunismos russo e chinês em África têm ajudado a esclarecer na opinião pública internacional, ainda que com lentidão, as posições

tomadas pelos Portugueses. E, no entanto, os sacrifícios que estas comportam não se traduzem em vantagens exclusivas da Nação Portuguesa. Antes e ao mesmo tempo se destinam a salvaguardar interesses essenciais do Ocidente. Não é de mais afirmar que estamos trabalhando e lutando sobretudo em benefício alheio.

E na luta que se está travando em Angola, na Guiné e em Moçambique, junto das fronteiras de Estados recém-nascidos, de onde parte o terrorismo que nos tem assolado, deve-se às Forças Armadas o maior reconhecimento pelo seu abnegado e total esforço na defesa intransigente do torrão pátrio, contra inimigos insidiosos, instruídos principalmente pelos que odeiam o Ocidente e a sua civilização milenária.

O moral com que os soldados de terra, mar e ar se batem e morrem, suportando as maiores inclemências, dá bem a medida do seu valor e, também, da plena consciência com que lutam. E tudo isso é possível e natural, porque o povo português se mantém patriota como nenhum outro e tem, como aliás teve sempre, o sentido exato do verdadeiro interesse nacional.

A luta terá de continuar até à nossa vitória final, que uma compreensão mais realista do Ocidente pode apressar. Mal tal determinação da nossa parte não obsta a que manifestemos sempre o nosso espírito e o nosso desejo de colaboração com todos os países, especialmente os que, sendo vizinhos em África, mais necessitam do nosso entendimento, de auxílio e apoio, e não de lutas.

E não podemos duvidar de que o Mundo, em muitas partes envolvido em guerras anseia por ter paz, embora pareça não saber já procurar os caminhos que a ela podem conduzir. A ambição é, no plano externo, a principal causa da guerra, sobretudo quando alimentada por certas ideologias que, sendo universalistas, em si mesmas contêm germes de agressão. E no plano interno sucede naturalmente o mesmo. A espécie de angústia espiritual do nosso tempo não se curará através da permanente e sôfrega procura de gozos e bens materiais, nem se curará com mutações políticas a cada momento procuradas, ainda que as instituições tendam a evolucionar à medida que as circunstâncias da vida económica e social apresentem alterações profundas. O otimismo criador que impulsiona a vida económica dos nossos dias tem de ser aproveitado para o bem comum, na criação e distribuição da riqueza.

Fala-se hoje muito de um mundo novo, de uma sociedade nova e de um homem novo em gestação nos nossos dias: mas a evolução do ser humano é de si extraordinariamente lenta, e daí os atritos, mais ou menos duros, entre o homem e o meio em que é obrigado a viver. Sejamos, por isso, modestos, não ambicionando alterar em décadas a constituição do Mundo, mas trabalhemos antes por melhorá-lo em cada momento no que de nós dependa e o progresso da técnica, em certas épocas como a nossa, mais aceleradamente permita. Esta tem sido, aliás, a orientação que temos seguido, pois não podemos esquecer não sermos ricos e que há quarenta anos nos encontrávamos em confrangedor atraso. O que se tem conseguido justifica que comemoremos, no próximo ano, as primeiras quatro décadas do regime em que vivemos. Temos usufruído, ao longo delas, uma quase contínua paz interna, que pôs termo a muitas outras de lutas políticas constantes e improdutivas. E tem sido possível, apesar de graves e demorados acontecimentos internacionais terem repercutido intensa e desfavoravelmente na vida nacional, um progresso económico e social muito além do que há anos atrás era possível ambicionar. Largas tarefas, no entanto, terão ainda de ser executadas, mediante completos e bem estruturados planos de fomento, para elevar os níveis de vida, de habitação, de educação e de saúde do nosso povo. Para tanto, porém, há que continuar usufruindo a mesma paz interna que o regime nascido em 28 de Maio de 1926 assegurou. E não pode afirmar-se, com seriedade, que tal regime só existe mantido pela força e contra a vontade do povo. Dificilmente, em qualquer época, houve força capaz de impor e manter em paz, um mesmo regime durante quarenta anos. Hoje isso tornou-se impossível e a verdade é pois outra: se o nosso atual regime viveu, e vive, é porque contém é em si mesmo a vida que o faz viver.

Senhores Deputados e Dignos Procuradores, alonguei-me demasiadamente, talvez, nesta minha mensagem, mas é meu dever, antes de concluir, agradecer as palavras gentis e encorajantes que escutei em vosso nome e manifestar a esperança de que as lutas africanas terminem em breve e de que as populações regressem à paz e tranquilidade do trabalho, essenciais ao seu progresso económico e social. E o regresso à ordem permitir-nos-á devotar-nos mais intensamente ao seu bem-estar. E ainda deste lugar me compete saudar as nações amigas dos seus representantes diplomáticos aqui presentes exprimir a todos os portugueses, vivam ou não em território nacional, a minha profunda simpatia. Em primeiro lugar o meu pensamento vai, muito naturalmente, para as Forças Armadas que defendem Portugal em África e para os portugueses do Estado da Índia, ainda sujeitos a iníquo e pesado jugo estrangeiro

E finalizo reiterando o juramento que prestei há pouco perante vós e com o qual iniciei o novo mandato que a Nação tão significativamente me conferiu. Esse juramento, apesar do seu significado transcendente, pode exprimir-se, como tudo que é grande, por poucas, mas belas palavras, apenas duas
Continuar Portugal

Pois bem, com a ajuda de Deus e dos Portugueses, prometo solenemente, com a maior firmeza e até ao limite das possibilidades humanas, que tudo empenharei na alta missão de continuar Portugal.

Américo Tomás (1972)

Presidente	Américo Tomás
Data	09 de agosto de 1972
Período	Estado Novo
Sigla	AT1972
Localizado em	Assembleia Nacional (legislatura 10, sessão legislativa 3, número 194, data da sessão 09-08-1965, data do diário 10-08-1972) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan&diary=anl10sl3n194-3868&type=texto

Senhores Presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa,
Senhores Deputados e Dignos Procuradores:

Perante Vossas Excelências e de acordo com o preceituado no artigo 75.º da nossa Constituição Política, assumi há pouco e pela terceira vez consecutiva as altas funções do Presidente da República.

No momento solene da posse e usando a fórmula de compromisso que o mesmo artigo prescreve, jurei, mais uma vez, manter e cumprir leal e fielmente a Constituição da República. As palavras do texto constitucional são intuitivas e aparentemente simples, mas, bem meditadas, representam um rosário, quase sem fim, de responsabilidades. E embora o sejam, também, para todos os portugueses, elas atingem, quanto ao Chefe do Estado, e logicamente, o máximo da sua intensidade, constituindo para ele preocupação permanente era todos os seus pensamentos, procedimentos e decisões.

O reconhecimento perfeito das responsabilidades e do seu constante incremento, derivado da já longa permanência na chefia do Estado, fez-me hesitar muito, muito mais ainda do que em 1965, no propósito de me candidatar a novo mandato presidencial, que se me afigurava pouco justificável, mas para que estava sendo insistentemente impedido por apelos de que a minha consciência nem sempre conseguia desprender-se com a indispensável tranquilidade. Não resultaram essas hesitações do aparecimento de quaisquer quebras de ânimo ou de súbito temor às responsabilidades, pois tais hesitações seriam irremovíveis. As suas causas derivavam do natural receio, bem compreensível, de ao cabo de tantos anos de exaustivos esforços e de idade, não conseguir desempenhar, por mais alguns ainda e com a eficiência plena que elas exigem, tão altas e difíceis funções. É certo existir em qualquer idade o risco da pessoa desaparecer da vida ou de se incapacitar nela, mas não deve esquecer-se que tal risco vai logicamente crescendo ao longo dos anos que se vão vivendo.

Porém e através de insistente argumentação, de que não consegui libertar-me convictamente, fizeram-me crer que o meu dever, no momento atual, era continuar. Por isso anuí em me candidatar e como fui eleito, continuo; e continuo porque a um português que sinta entranhadamente Portugal, não se afigura legítimo eximir-se ao cumprimento do seu dever, enquanto o puder e souber cumprir.

A minha candidatura foi recebida com geral simpatia e com manifesto entusiasmo em todo o morado português. De uma e de outra deram pleno eco os órgãos de informação e o excepcional volume de correspondência recebida, tudo parecendo mostrar ser a renovação dos meus anteriores mandatos a solução mais desejada. E confirmando esse parecer, o Colégio Eleitoral eleger-me, por expressivo e consolador número de votos, para mais um septénio na chefia do Estado, o que exprime, sem dúvida, a continuação da confiança que a Nação em mim tem depositado.

Desvanecidamente agradeço essa confiança, tão largamente manifestada, e procurarei continuar a merecê-la, servindo o País, como o tenho procurado fazer sempre, com toda a dedicação e entusiasmo que lhe são devidos. É, aliás, uma obrigação e pelo seu cumprimento não há lugar, evidentemente, a qualquer gratidão. Mas é oportuno repetir o que afirmei na mensagem há sete anos dirigida à Nação,

deste mesmo lugar. Em servir a Pátria não há sacrifícios que contem: mas só servindo-a exemplarmente se justificará continuar na chefia da Nação.

Não penso que venham a ser fáceis os anos que se avizinham, pois, se tal pensasse, seria agora e apenas mais um simples espectador desta solene cerimónia. E não penso, nem é de pensar, porque a humanidade se está mostrando cada vez mais profundamente perturbada e porque a experiência trazida dos dois anteriores mandatos e o clima de incrível animosidade, que tão injustamente nos criaram e tão encarniçadamente está sendo mantido, não permitem otimismo inconvenientes.

Infelizmente não voltarão, com a brevidade precisa, os tempos calmos que há anos atrás se viveram, embora a parte boa e sã da humanidade os deseje, como nós, com toda a compreensível ansiedade. Os estragos que as forças do mal têm causado são já muito profundos, pouco se tendo feito de positivo, até agora, para pôr termo ao desrespeito, à indisciplina, à degradação e ao banditismo que têm grassado, com estranha impunidade, em quase todo o Mundo e têm conseguido abalar, e de que maneira, os milenários alicerces em que se firmara, até há não muitos anos e com uma segurança que parecia indestrutível, a civilização ocidental e cristã.

É neste quadro bem pouco animador e até preocupante, mas sem dúvida realista, que inicio o meu terceiro mandato na Presidência da República. Mas não enceto a marcha de forma alguma vencido e antes animado de pertinaz empenho de vencer, pois sem este negaria o meu passado e renegaria o portuguesismo que, arraigadamente e para sempre, se fixou no meu coração e na minha alma. Usarei na minha ação, como armas inquebráveis, a calma, a paciência e a persistência, que sempre me têm acompanhado. Continuarei fiel ao meu pendor para a bondade, sem hesitar no uso da firmeza, quando ela se torne necessária. E não olvidarei que a bondade não significa abdicação, nem a firmeza implica, necessariamente, violência.

Conhece-me o País suficientemente, pois o tenho percorrido, praticamente de lés a lés, com exceção dos pedaços de Portugal situados na Ásia e na Oceânia. Não preciso, pois, de dizer-lhe quem sou, nem como sou. Mas apesar de assim ser, não me julgo dispensado de reafirmar, nesta mensagem, o que a Nação tem direito a esperar de mim, para que eu possa corresponder à confiança que, com tanta largueza, me reiterou. Além de tudo o mais que abnegadamente lhe tenho dado, tem a Nação todo o direito a exigir de mim o integral cumprimento da obrigação contraída no juramento que prestei no início desta solene sessão e com o qual fiquei empossado, pela terceira e última vez e sem soluções de continuidade, nas funções de Presidente da República. Segundo a fórmula de compromisso lida, jurei manter e cumprir leal e fielmente a Constituição da República, observar as Leis, promover o bem geral da Nação, sustentar e defender a integridade e a independência da Pátria Portuguesa. A manutenção e o cumprimento leal e fiel da Constituição que estiver em vigor e a observação das leis não é tarefa exaustiva no regime em que felizmente vivemos. Outro tanto não posso afirmar quanto ao restante do juramento, pois a promoção do bem geral da Nação, quando temos, efetivamente, de sustentar e defender a integridade e a independência da Pátria, sendo tarefa excecionalmente aliciante e verdadeiro desafio à nossa capacidade realizadora, é já missão eriçada de dificuldades na sua conjugação, porque à defesa da integridade e da independência da Pátria não pode deixar de conceder-se preferência sobre qualquer outra causa, mesmo a da promoção do bem geral da Nação, pelo menos ao ritmo a que poderia e deveria ser realizada em circunstâncias normais.

Desde que em Março de 1961, sem qualquer notória repulsa dos povos civilizados e até com a sua estranha e quase total indiferença, ocorreu imprevisivelmente canibalesco massacre no Norte da província de Angola, em que foram horrorosamente martirizados, mortos e trucidados mais de um milhar de brancos e de pretos, praticamente indefesos, não mais deixaram os perturbadores da paz alheia – com fins ocultos, diferentes dos alegados e que o tempo foi clarificando, pouco a pouco – de alimentar o terrorismo nas zonas fronteiriças de Angola e, seguidamente, da Guiné e de Moçambique, províncias infelizmente não apenas limitadas pelo mar, mas confinantes com alguns países de formação muito

recente, sem noção dos seus deveres e das suas responsabilidades, que qualquer nação já amadurecida não pode deixar de conhecer e respeitar.

De então para cá temos estado permanentemente empenhados na manutenção da paz nessas parcelas de Portugal, protegendo todos quantos nelas vivem e trabalham honestamente da ação insidiosa do inimigo, subtilmente infiltrado do exterior, após ter sido instruído nas escolas marxistas da especialidade. Esse empenhamento não tem, porém, obstado ao espetacular desenvolvimento realizado em grandes parcelas dessas províncias, nem à promoção social dos seus habitantes, em todos os aspetos que ela envolve. Mas tudo isso, que representa um esforço quase sobre humano, tem de continuar sem desfalecimentos e, se possível, cada vez mais intensamente. Mas o essencial, repito, não pode deixar de ser, no momento que vivemos, a defesa da integridade do solo pátrio. Nela estamos dolorosamente consumindo, por culpa que não é nossa e há mais de onze anos, vidas e haveres, sem preço, as primeiras, e, em grande parte irrecuperáveis, os segundos. De resto o respeito devido à Constituição, à nossa História quase milenária e aos portugueses que ao longo dos séculos tudo sacrificaram e estão sacrificando em holocausto da Pátria, impõe que se mantenha, sem hesitações e sem tibiezas, a decisão que Salazar consubstanciou nas célebres palavras que proferiu em Abril de 1961. A minha recente reeleição, com o aplauso generalizado da Nação, bem ciente do meu firme pensamento em tão melindrosa matéria, não pode ter significado diverso. E eu confio no sentido arguto do povo português que, em todos os transe da nossa vida como Nação, soube sempre apontar, com o seu exemplo, os caminhos que deviam ser trilhados pelos seus governantes.

Em nome da Pátria, que represento e consubstancio, é meu dever saudar desta tribuna, com toda a gratidão, os militares de terra, mar e ar que, ao longo de mais de uma, década, têm sido exemplos sublimes e constantes de coragem, de abnegação e de amor ao seu País, saudação que envolve todos os restantes portugueses, pretos ou brancos, que em Angola, em Moçambique e na Guiné têm auxiliado devotadamente a ação dos militares.

A prioridade que indubitavelmente merece a defesa da nossa integridade territorial, mediante a manutenção da paz em todas as parcelas portuguesas espalhadas pelo Mundo, de modo algum pode ser satisfação bastante para a nossa consciência. Há, para além desse grandioso esforço, que despender outro, também imenso, o de promover o bem geral da Nação, em escala sempre crescente, para assim nos aproximarmos, tanto quanto possível, dos padrões de vida dos países mais desenvolvidos. Seria ingratidão esquecer o muito que se tem feito nestas últimos quatro décadas e o caos em que Portugal se debatia no principio do século, mormente nos anos vinte. Partidos praticamente do zero e muito distanciadas dos países ricos, não podíamos, evidentemente, vencer o atraso e, conjuntamente, progredir ao ritmo desses países. Através dos planos de fomento e por fora (força?) deles, realizámos já uma obra de extraordinário valor que o futuro plano, o IV, com início no ano de 1974, certamente irá desenvolver com maior intensidade em todos os sectores da vida nacional, mormente na indústria, na agricultura, nos transportes e comunicações, na energia, na educação, na investigação, na saúde, na habitação e, de uma maneira geral, nos serviços da administração pública, obstando a que o mal da emigração prossiga e promovendo, ao contrário, o regresso de muitos portugueses, que passarão a encontrar na sua terra a melhoria de vida que têm buscado em terra alheia, à custa de sacrifícios sem conta.

A obra enorme que nos espera é, como já disse, um verdadeiro desafio à nossa capacidade realizadora, mas não é impassível de levar a bom termo. Para o vencermos há, porém, que trabalhar muito mais e mais acertadamente ainda, que unir produtivamente todos os nossos esforços num sentido mais benéfico para a comunidade portuguesa, e evitar dissensões que a experiência nefasta do primeiro quartel deste século, em absoluto, condenou. Evidentemente que se deverão discutir as soluções possíveis, mas sempre libertos de ideias feitas e com espírito compreensivo e construtivo, abdicando de preconceitos, de ressentimentos, de melindres e de excessos de amor-próprio, que sendo inconvenientes em qualquer caso, se tornam indesejáveis quando está em causa o bem e o progresso do País. E ao examinarmos com toda a minúcia e conscienciosamente as soluções adotadas nos países mais

avançados, para os problemas que tenhamos a resolver, não nos devemos deixar impressionar por ideias utópicas ou de inconveniente aplicação entre nós, só porque estão na moda. Aumentar os nossos conhecimentos, só nos pode trazer vantagens; aperfeiçoar as nossas qualidades e diminuir os nossos defeitos é da maior utilidade; mas não percamos as nossas especiais características, pois foram elas que asseguraram a nossa vida passada e continuam constituindo seguro penhor do nosso futuro. Em remate acrescentarei, ainda, devermos aplicar a nossa inteligência e a nossa capacidade de realização no sentido de a todos os portugueses poderem ser proporcionadas melhores condições de vida, garantindo-lhes pão suficiente, lar condigno, desenvolvida educação e conveniente defesa da saúde. Além de que, numa sociedade bem constituída, é necessário que as pessoas que a compõem tenham espírito de entreatajuda, para que os beneficiados pela sorte se não esqueçam dos atingidos pela desdita.

Antes de terminar esta mensagem, é meu elementar dever agradecer as cativantes palavras do Sr. Deputado que me saudou em nome dos componentes das duas Câmaras reunidas nesta sessão conjunta e dizer-lhe que apreciei muito o seu discurso, escutado com o crescente interesse que as judiciosas considerações feitas me foram provocando.

É igualmente dever meu, que cumpro com o maior aprazimento, saudar com muita simpatia as nações amigas, cujos representantes diplomáticos compareceram nesta cerimónia e afirmar que Portugal lhes oferece a mesma leal colaboração de sempre e lhes deseja venturoso porvir. E porque visitei há poucos meses o Brasil, numa missão de grande significado histórico e porque com ele constituímos uma Comunidade verdadeiramente fraterna, exprimo ao seu ilustre representante, numa palavra especial, a profunda estima que sinto pela nação irmã.

E, ainda, antes das últimas palavras desta mensagem, não posso deixar de recordar os acontecimentos que mais impressionaram o povo português, nos meus dois anteriores mandatos. No primeiro, o brutal choque pela espoliação dos nossos centenários territórios de Goa, Damão, e Dio, em Dezembro de 1961, por um país de formação recente e que se dúzia pacifista. Eles continuam ainda e desoladoramente afastados da Mãe-Pátria, mas estão sempre presentes no seu pensamento. No meu segundo mandato, que hoje termina, a incapacidade inesperada e o conseqüente afastamento do Doutor Salazar da vida política portuguesa, em que providencialmente entrara quarenta anos antes, e a sua substituição pelo Doutor Marcelo Caetano, na Chefia do Governo. Lembro o primeiro com imensa saudade e profunda gratidão; reitero ao segundo a confiança nele convictamente depositada em 27 de Setembro de 1968.

Vou terminar com um apelo, em que ponho toda a minha fé.

Peço a Deus que conserve em perfeita união todo o povo português. A união multiplica a força e nós carecemos dela, tanto como noutros momentos difíceis da nossa História, para vencer a crise em que nos debatemos. Unidos, conseguiremos defendermo-nos e progredir e, portanto, vencer e continuar Portugal. Sinto-me com autoridade para fazer este apelo, não apenas e já seria suficiente, pelas funções que continuo exercendo com plena confiança da Nação, como ainda pela circunstância, que só a título excecional aponto como exemplo entre os muitos que certamente existem, de poder afirmar, apesar de ter nascido na última década do distante século passado, nunca me ter sentido um português inútil, durante toda a minha já longa vida. Se o meu apelo for ouvido, o que espero; se todos nos conservarmos perfeitamente unidos naquilo que fundamentalmente interessa à nossa terra, como é mister: nunca deixaremos – todos – de nos sentirmos orgulhosamente portugueses, úteis à Pátria em que nascemos e queremos constantemente progressiva e eterna.

Democracia

António Spínola (1974)

Presidente	António Spínola
Data	15 de maio de 1974
Período	Democracia
Sigla	AP1974
Localizado em	Centro de Documentação 25 de Abril – Universidade de Coimbra

Portugueses,

Ao ser investido nas funções de Presidente da República por decisão da Junta de Salvação Nacional, sinto-me no dever de me vincular ao ideário do Movimento das Forças Armadas, à luz do qual se cumprirá a tarefa de construção do futuro e por cuja execução assumo, perante o País, o mais solene compromisso.

São para as Forças Armadas as minhas primeiras palavras. Vilipendiadas pelas atitudes servis de alguns dos seus chefes, injustamente acusadas dos erros dos políticos, violentadas a coberto do seu elevado sentido da honra e do dever, quase destruídas, em suma, no que representavam de instituição eminentemente nacional, as Forças Armadas, pela mão dos seus quadros mais jovens, souberam apesar de tudo mobilizar a sua última reserva moral colocando-se ao serviço da Nação, de que há décadas haviam sido desviadas.

A Pátria deve a hora grandiosa que hoje vive a esses jovens que souberam manter acesa a chama do dever, e que, na nobreza do seu idealismo, arrastaram com eles à vitória o Povo Português. Na consciência de que a plenitude da soberania pertence à Nação, cabendo às Forças Armadas a sua instante defesa, o Movimento das Forças Armadas, em rasgo de serena audácia e perfeita isenção, restituiu Portugal ao seu Povo. Jamais os Portugueses poderão esquecer o verdadeiro alcance da gesta libertadora destes magníficos militares que salvaram o País da tragédia nacional para que se caminhava. Devemos ao seu patriotismo e ao seu sentido do dever como servidores do Povo sem partidarismos, o momento histórico que a Nação vive. E por mais eloquentes que sejam as palavras, só a História e os vindouros saberão julgar toda a extensão e incomensurável serviço prestado à Pátria e ao Povo Português do Movimento das Forças Armadas.

Vividas as primeiras semanas de natural explosão emotiva, pontuada todavia por alguns excessos lesivos do clima de tranquilidade cívica cuja firme salvaguarda se impõe, o País vai entrar numa fase de refletida ponderação, iluminada pelo reconhecimento de que democracia não significa anarquia, e de que a confusão dispersiva de atuações descoordenadas não ajuda, de modo algum, a construção do futuro que o Povo Português anseia.

O desrespeito pela ordem social decorrente de uma sólida fundamentação democrática e do perfeito funcionamento de instituições representativas foi sempre, em todos os tempos e latitudes, a porta por onde entraram os ditadores. Bem gostaríamos de a ter encerrado definitivamente; mas só o conseguiremos quando cada português impuser a si próprio, em livre expressão da sua capacidade para o exercício da cidadania, o mais alto padrão de disciplina cívica, sem o qual jamais poderá edificar-se uma autêntica democracia.

Impõe-se-nos, antes de mais, fazer um profundo exame de consciência, para concluir se será, de facto, democrático o processo esboçado de decidir e aplicar decisões fracionárias antes de o Povo definir, em consenso, o tipo de sociedade em que deseja viver. E que a democracia e o governo do povo,

pelo povo e para o povo, não podendo entender-se senão na mais inteira liberdade de expressão, associação, reunião, debate e votação das decisões coletivas pela via de instituições legítimas, logo seguida da mais estrita observância das decisões assim tomadas. Creio firmemente ser essa a única forma de vida política onde cabe a dignidade humana; de resto, foi em nome desse ideal cívico que as Forças Armadas libertaram o País.

A democracia não se conquista; talvez mesmo se não construa; a democracia vive-se. E, assim, o nosso propósito não pode ser outro senão o lançamento de bases sólidas para essa vivência; propósito aliás claramente expresso no programa do Movimento das Forças Armadas que vale a pena evocar nos seus traços essenciais.

Reitero por isso o programa traçado, tendente a promover a estruturação partidária e associativa em clima da mais completa abertura, devendo o poder instituído assegurar que as liberdades de uns não sejam ameaçadas por excessos de outros. Empenhar-nos-emos em evitar, por todos os meios, que o processo de politização dos cidadãos possa ser entravado ou comprometido, constituindo ponto firme do nosso programa o desmantelamento do aparelho repressivo do antigo regime. Mas os caminhos que o País haverá de trilhar terão de ser definidos por instituições democráticas verdadeiramente representativas e solidamente implantadas, através das quais todos os cidadãos possam exprimir-se, onde todas as correntes de opinião se façam ouvir e em cujo topo se encontre, em lídima expressão final da soberania, uma Câmara Legislativa constituída por mandatários incontestáveis do Povo português. Serão as decisões dessa Câmara, depois de referendadas, que definirão o nosso estatuto político, económico e social. E só então nascerá, de facto, o Portugal renovado que ambicionamos.

Entretanto, os nossos esforços centrar-se-ão no restabelecimento da paz no Ultramar; mas o destino do Ultramar português terá de ser democraticamente decidido por todos os que àquela terra chamam sua. Haverá que deixar-lhes inteira liberdade de decisão; e em África, como aqui, evitaremos por todas as formas que a força de minorias, sejam elas quais forem, possa afetar o livre desenvolvimento do processo democrático em curso.

Nesta linha de pensamento, desejamos firmemente, em plena corporização dos ideais do Movimento triunfante, que a paz volte ao Ultramar. E pensamos que o regresso dos partidos africanos de emancipação ao quadro da atividade política livremente desenvolvida será a prova cabal do seu idealismo e o mais útil contributo para o pleno esclarecimento e a perfeita consciencialização dos povos africanos, em ordem a uma opção final conscientemente promovida e escrupulosamente respeitada.

Na ordem interna, empenhar-nos-emos em tornar representativas as organizações políticas, sociais e económicas, reparar injustiças sociais e cívicas, recuperar valores e assegurar o justo equilíbrio nas relações de trabalho.

Para tanto, haverá que acelerar o ritmo de expansão económica; garantir, dentro dos seus princípios da ordem democrática, a completa liberdade sindical dos trabalhadores e do patronato; desmantelar o antigo controlo corporativo e aniquilar os seus estrangulamentos; criar um clima propício à constituição de partidos e associações político-económicas que exprimam todas as correntes de opinião; promover a livre eleição da nova Assembleia Constituinte; sujeitar a referendo a Lei Fundamental que definirá o estatuto de livre escolha do Povo Português; e finalmente entregar o Poder às novas instituições livremente constituídas e como tal perfeitamente legitimadas.

É evidente que terá de proceder-se, em paralelo, ao saneamento moral do País e à reformulação de todo um complexo de conceitos de justiça social, delineando as bases em que irá moldar-se o perfil da nova sociedade portuguesa.

Na ordem externa, manteremos os nossos compromissos de natureza política, económica e militar, para os quais não há, de momento, outras razões limitativas senão as claramente decorrentes do circunstancialismo do momento que vivemos e da salvaguarda de riscos imediatos.

Entendo não dever ir mais longe nas minhas afirmações, pois a partir de amanhã o País terá à sua frente um Governo Provisório a quem será entregue a prossecução das tarefas que hão de corporizar

o ideal proclamado. Na verdade, se o Movimento das Forças Armadas libertou o País dos que agiam em seu nome mas sem mandato, não faria sentido que, ao ultrapassar o quadro traçado, voltássemos afinal ao mesmo sistema de decisões unilateralmente tomadas, embora sob outro rótulo e pela mão de outros poderes.

Nem se argumente que tais tarefas seriam legitimadas pela vontade do Povo expressa nas gigantescas demonstrações cívicas a que o País assistiu. Será bom recordar que os ditadores começaram sempre reformando à margem das instituições sob o eufórico aplauso popular. Foi aliás essa forma demagógica de transformar o Poder em tirania com o apoio das massas em delírio que esteve sempre na origem dos regimes totalitários. Ao contrário, o propósito que nos anima é o de criar e defender instituições democráticas estáveis, na serenidade de espírito com que devem tomar-se as decisões por que há de reger-se um povo.

Competirão, portanto, ao Governo Provisório as tarefas administrativas necessárias à vida quotidiana que não pode parar, e a ingente missão de, a par da construção do bem-estar económico e social, edificar e consolidar a democracia através da qual o Povo Português encontrará a autêntica liberdade.

Terá de ser, assim, um Governo sem partidos, porque é de todos os partidos; sem tendências, porque nele cabem todas as tendências; sem programas, porque o seu programa é o do Movimento das Forças Armadas. É nesse sentido de emanência nacional que se enquadra; e a essa luz governará a Nação até que esta tenha ultimado quanto carece para governar-se a si própria, no pleno exercício da soberania que enfim se lhe devolve.

A realização desta gigantesca tarefa de preparação e de recuperação do País tem necessariamente de basear-se na estabilidade social e na expansão económica, impondo-nos serenidade cívica e a obrigação moral de uma total entrega ao trabalho intenso em todos os sectores da vida nacional.

Não podemos, de forma alguma, deixar que pressões de qualquer ordem venham perturbar o nosso processo de evolução; e à imagem do Portugal Renovado que estamos construindo teremos de associar a afirmação de plena capacidade para evoluir politicamente sem convulsão social nem quebra do ritmo da formação de riqueza que a todos aproveite. Daí justificar-se, mais do que nunca, o apelo ao trabalho no sentido de um aumento de produtividade, sendo esta, de momento, a mais instante das reivindicações; apelo, por isso, à consciência coletiva do operoso Povo Português que por certo não desejará a sua libertação ensombrada pelo espectro desolador de uma crise económica com todo o cortejo de privações e sob o signo do desemprego.

E tão-pouco será em clima de ódio cego e de obstinação vingativa sobre os responsáveis dos males passados que construiremos a imagem que há de restituir-nos, perante o mundo, o lugar que nos cabe no contexto das Nações. Para tanto, impõe-se que sejamos coerentes e se entregue à isenção da Justiça o apuramento de responsabilidades pelos crimes e iniquidades cometidos à sombra do velho regime. E bem desejaria que, nesta hora de arranque para uma nova ordem, esse apelo à coerência encontrasse eco no espírito de todos os Portugueses, pois o Movimento das Forças Armadas triunfou para que as decisões arbitrárias e os anteriores métodos de repressão fossem banidos da vida nacional, e não para que houvesse apenas simples mudança de executores.

São estes os traços gerais da missão em que me empenharei durante o mandato que o Movimento das Forças Armadas me confiou. Tomo perante o Povo Português a responsabilidade do seu integral cumprimento; e faço-o de consciência tranquila, pois jamais a vida política se me revelou aliciente. Servirei o País com a mesma santa devoção com que sempre o servi, como soldado que me orgulho de ser; e desejo por isso concluir, com a afirmação de que a minha presença neste lugar deverá ser por todos entendida, antes de tudo e apenas, como firme e cabal garantia de que não serão traídas as esperanças despertadas nos corações portugueses na manhã de 25 de Abril. Cumprida essa missão, e entregue o testemunho ao Presidente da República que o País livremente escolher, recolherei de novo

ao seio das Forças Armadas de que nunca me afastei, e onde irei reintegrar-me com a consciência de ter cumprido o meu dever.

Costa Gomes (1974)

Presidente	Costa Gomes
Data	30 de setembro de 1974
Período	Democracia
Sigla	CG1974
Localizado em	Centro de Documentação 25 de Abril – Universidade de Coimbra http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa25

Portugueses

Ao aceitar o cargo de Presidente da República fi-lo pela convicção de que nenhum português tem o direito de se negar às responsabilidades que lhe sejam exigidas no período difícil que todos fraternalmente teremos que ultrapassar.

Quis o destino que eu suceda no cargo a um grande Homem, verdadeiro soldado, ao qual me une meio século da mais fecunda amizade.

Muitos momentos comuns, muitas horas de amargura, muitas noites de vigília cimentaram entre nós sentimentos fraternos tão vinculados que sempre ultrapassaram e ultrapassarão naturais diferenças de opiniões e conceitos.

Ninguém poderá negar que a sua última obra "Portugal e o Futuro" foi uma pedra angular no despertar da consciência coletiva de uma Nação desviada dos seus verdadeiros destinos.

Homem do Movimento das Forças Armadas, nunca se desvinculou dessa qualidade, e todos contamos com a sua dedicação à causa do Movimento, a cujas fileiras continua a pertencer, desde as primeiras horas de incerteza.

Profundamente idealista e exigente consigo próprio, o Sr. General António de Spínola comunicou ao País a sua decisão de rescindir ao cargo de Presidente da República, baseado na sua análise pessoal e subjetiva da situação nacional.

Perante o Conselho de Estado, cujos membros bem conhecem os meus esforços continuados para evitar este ato de resignação, fiz a devida justiça às suas qualidades de grande amigo e companheiro de armas e o meu desgosto perante a sua decisão.

Ainda perante o Conselho de Estado signifiquei as extensas divergências entre as afirmações de S. Exa. e a forma como o problema nacional pode ser apreciado.

Não seria cómodo, para quem me escuta, uma exposição extensa, mas não posso eximir-me a focar alguns pontos.

Na descolonização não houve qualquer desvio ao Programa do Movimento das Forças Armadas. Visto que em todos os atos políticos não haveremos de sujeitar-nos a esquemas rígidos preconcebidos, teremos sim de, em respeito pelos grandes princípios, orientar a evolução dos acontecimentos face à constante mutação da conjuntura política enquadrante.

Entendo dever referir que os responsáveis do Governo Provisório e todos os que têm colaborado no processo de descolonização em curso têm demonstrado inteligência, dedicação e talento. Credo que os resultados obtidos e a obter serão referidos como os melhores que, no momento histórico, seriam possíveis à luz dos interesses dos povos intervenientes.

Quanto ao curso da democratização do País, se nem sempre tem sido possível evitar desvios a quem aprende o caminho da liberdade autêntica, creio que poderemos continuar a perguntar-nos se outra Revolução no mundo soube ser simultaneamente tão profunda e tão pouco marcada por sangue, por dores ou por atentados graves ao civismo.

Há muito a melhorar e a corrigir; pois todos unidos nós o faremos.

Nenhum Português que ame o Povo a que pertence ignora hoje que o trabalho, a ordem e a unidade são os marcos essenciais que garantem as liberdades democráticas e o respeito pelos direitos fundamentais do Homem.

Em política, como em tudo na vida, quem planeia, a longo prazo, tem menos que se preocupar com o patamar em que se apoia do que com a tendência ascendente a imprimir ao fenómeno.

Estaremos todos unidos para trabalhar e progredir, sempre melhores, sempre mais disciplinados e conscientes do que no dia anterior. Resta-me agora, perante a Nação, definir algumas linhas mestras do meu pensamento quanto ao nosso futuro imediato. No plano geral, saberemos interpretar as leis constitucionais em vigor, onde são essenciais os pontos do Programa do Movimento das Forças Armadas.

Saberemos todos criar as condições sociais que permitam ao Povo escolher as suas instituições políticas, dentro do conceito basilar de democracia pluralista, único que garante espaço para projeção da verdadeira dimensão da dignidade humana.

No processo de descolonização tudo faremos para respeitar os legítimos interesses das populações locais procurando o justo equilíbrio na criação das condições de fraternidade, de respeito mútuo e de amizade que substituirão laços anteriores historicamente ultrapassados. Timor, S. Tomé e Cabo Verde serão problemas diferenciados cuja única constante é a garantia de que a consulta das populações livremente expressa terá papel decisivo no curso do processo.

Quanto a Moçambique iremos respeitar com meridiano rigor os compromissos assumidos nos acordos de Lusaca.

Angola tem as coordenadas fundamentais desta fase do processo já definidas pela Junta de Salvação Nacional a que pertenço e com as quais me identifico plenamente.

Conforme já foi aceite nas Nações Unidas, Macau tem um estatuto especial.

Ao entrar agora nos aspetos da política externa, desejo fazer uma referência a um novo país da comunidade internacional, à Guiné-Bissau. Procuraremos desenvolver em termos de respeito e interesses mútuos todos os laços políticos, económicos e culturais, que os dois povos entendam por bem.

Em relação à sociedade internacional continuaremos a garantir o respeito pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, sem interferências nos assuntos internos de outros países.

Respeitaremos os tratados internacionais em vigor, nomeadamente o da O.T.A.N., bem como os compromissos comerciais ou financeiros a que nos vinculámos.

O espírito da nova Constituição permitir-nos-á reforçar laços com os países amigos e negociar o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo.

Os laços históricos facilitar-nos-ão reforçar a Comunidade Luso-Brasileira, renovar as relações com os países do Terceiro Mundo, com os países árabes e outros de que nos encontramos afastados.

Desejaria terminar com uma palavra de tranquilidade.

Deixo-vos a certeza de que as Forças Armadas, militares e militarizadas -, se estão integrando rapidamente no espírito novo e vão-se tornando mais aptas a garantir ao Governo Provisório e ao Povo o clima de ordem e liberdade por que ansiamos para nos dedicarmos ao trabalho com a certeza de que vamos construir um futuro melhor, mais justo, mais democrático.

Estou plenamente convencido que essa colaboração, que já vem de há longo tempo, continuará nos mesmos moldes de lealdade, sinceridade e amizade, com que através dos tempos temos vindo a colaborar.

Muitas felicidades, para bem deste povo que tanto precisa do nosso acordo e da nossa convergência de esforços.

Ramalho Eanes (1976)

Presidente	Ramalho Eanes
Data	14 de julho de 1976
Período	democracia
Sigla	RE1976
Localizado em	Assembleia da República I (legislatura 1, sessão legislativa 1, número 6, data da sessão 14-07-1976, data do diário 15-07-1976) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&diary=s111s1n6-0111&type=texto

Sr. Presidente,
Srs. Deputados,
Portugueses,

Este ato de investidura de um Presidente da República, que apenas deve este cargo ao sufrágio dos seus concidadãos, culmina um longo e penoso caminho de resistência do povo português à opressão e é um marco decisivo na institucionalização da democracia.

Ao mesmo tempo, este ato de investidura de um Presidente da República que acaba de jurar a Constituição livremente elaborada pelos legítimos representantes do povo consagra a derrota das minorias que se opuseram às transformações políticas, económicas, sociais e culturais, agora traduzidas num projeto de vida coletiva baseado na justiça, na igualdade, no respeito pelas liberdades e no progresso partilhado por todos.

Foi um duro e difícil caminho de resistência até um 25 de Abril em que as Forças Armadas restituíram a este povo o seu próprio País, a este País o seu lugar no Mundo e a si próprias a sua verdadeira função social.

Foi um movimento de juventude e de renovação, enraizado nas lutas de meio século, que não cedeu à tentação fácil de usar o poder em proveito próprio, antes soube devolver aos cidadãos a escolha do seu destino e a definição do seu futuro. Arredados que andávamos da prática democrática, inexperientes no campo da atividade sindical e cooperativa, condicionados por um sistema totalitário que lançou raízes nas formas de organização e nos comportamentos individuais, nem sempre as nossas experiências na construção difícil da democracia se ajustaram, nestes últimos dois anos, aos processos e às metas definidas pelos homens do 25 de Abril e por quantos se bateram para que Portugal e os Portugueses fossem efetivamente livres.

Mas a firmeza com que o povo português soube responder a todas as situações ditatoriais. A sua determinação de viver a liberdade e a paz demonstraram a justeza do Programa do MFA e a firme adesão do povo português à sua mensagem, que em 25 de Novembro de 1975 ficou de novo claramente expressa.

Ao iniciarmos um novo período na vida da nossa Pátria, legitimamente constituídos os diversos órgãos de Soberania que caracterizam um Estado de direito, cabe aqui a evocação e a homenagem a quantos na resistência à ditadura ou no Movimento das Forças Armadas deram o melhor de si próprios, quantas vezes a vida, para que todos os portugueses pudessem decidir em liberdade a Pátria que queriam ser.

A uns e outros evoco e saúdo na pessoa do Presidente da Assembleia da República e nos camaradas de armas presentes nesta Assembleia ou nos seus postos de comando e trabalho.

Não quero aqui antecipar-me à história no registo de nomes. Ela o fará, certamente com perspetiva, certamente com verdade, inevitavelmente com justiça.

Apresentei-me aos Portugueses com o compromisso solene de cumprir a Constituição, não como um quadro de referência, mas como um projeto de vida coletiva, apontando para metas concretas e

estabelecendo como caminho o respeito permanente pela vontade do povo português livremente expressa.

Hoje jurei, perante o País e o Mundo, defendê-la; e ao fazê-lo, mais uma vez me comprometo a assegurar e desenvolver as condições que hão de garantir o primado do Estado de direito democrático e as bases de uma sociedade socialista.

A eleição do Presidente da República significou, de forma inequívoca e clara, a adesão a um projeto político que lhe foi apresentado sem ambiguidades e com realismo. Esta adesão responsabiliza todos os portugueses na participação efetiva na construção de um Estado e de um regime de que a Constituição é o principal fundamento.

Definido este quadro, está delimitado o campo de atuação das forças políticas. Não há, pois, lugar para atuações que visem a restauração de um passado que o povo português claramente rejeitou, nem serão toleradas quaisquer tentativas de criação de poderes paralelos, radicados em atividades de carácter insurrecional que só podem conduzir de novo à miséria e à ditadura.

Projeto de vida coletiva, quadro de garantia da democracia e do seu desenvolvimento, diretriz de todas as participações individuais ou coletivas, a Constituição representa a realidade e as conquistas revolucionárias que o 25 de Abril desencadeou e consagra a eliminação do golpismo e da anarquia a que o 25 de Novembro pôs termo definitivamente.

Jurei defender a Constituição e cumprirei com fidelidade o meu dever. Mas esse é também o dever de todos os cidadãos democratas e patriotas e de todos os outros órgãos, instituições e agentes do Estado. Estou certo de que todos assumiremos as responsabilidades históricas que nos cabem, neste início de uma nova era na vida de uma Pátria que soube sempre escrever, a seguir a cada crise, uma nova página de grandeza.

Exercerei o cargo de Presidente da República consciente de que um Estado de direito democrático se caracteriza pela pluralidade e independência dos órgãos e poderes constituídos. Comprometo-me a respeitar a esfera de cada um, a exigir de todos o cumprimento integral da sua missão e a todos garantir as condições do seu correto exercício.

As forças armadas assumiram, ao depor em 25 de Abril um regime antidemocrático, o pesado encargo de lançar os fundamentos de um Estado participado. Nos dois últimos anos, o exercício do poder político assentou na legitimidade revolucionária e na fidelidade a um programa que agora se concretiza na própria legalidade constitucional.

No prolongamento das responsabilidades que os militares assumiram em 25 de Abril de 1974, a Constituição consagra o Conselho da Revolução como a expressão política das forças armadas, como garante do seu cumprimento e da fidelidade ao espírito do 25 de Abril, a par de lhe atribuir funções legislativas em matéria militar.

A entrada em vigência plena da nossa lei fundamental e dos órgãos nela instituídos, representando a materialização de compromissos tomados, contribuirá eficazmente para a coesão e operacionalidade das forças armadas, no exercício da missão que lhes cabe na defesa da democracia e da independência nacional. Esta é também a melhor garantia de que o Conselho da Revolução cumprirá corretamente os fins que lhe são inerentes e lhe estão justamente atribuídos e contribuirá de modo decisivo para o equilíbrio e unidade de ação que ao Presidente da República compete assegurar.

Na Assembleia da República se consubstancia a própria democracia pluralista. A história do funcionamento dos parlamentos em Portugal constitui matéria de reflexão e fonte de ensinamentos. A oposição deve ter neste País um lugar e uma voz. Mas tem de constituir uma alternativa real e não um mero exercício lúdico de querelas partidárias, para que se não transforme de oposição a um Governo em oposição a uma democracia.

A vida na Assembleia Constituinte foi um capítulo de luta e coerência nos agitados tempos da sua existência. Envidarei todos os esforços para dignificar a atividade desta Assembleia, mas é no

ajustamento da sua prática à situação real do País e às aspirações concretas do povo que assentam as determinantes do seu prestígio.

Os tribunais são as únicas instituições a quem compete administrar a justiça, protegendo os interesses dos cidadãos e defendendo a legalidade. Ninguém ignora a diversidade do espectro político de algumas regiões do País. Da força moral que representa o funcionamento independente dos tribunais e da sua capacidade para verter na vida as regras constitucionais e as novas leis depende em larga medida o clima de autoridade democrática e a garantia de igualdade dos cidadãos. A cedência a quaisquer pressões, se por um lado não dignifica os tribunais, por outro ofende gravemente os princípios democráticos em que assenta a nova sociedade, uma sociedade em que não haja mais lugar para o medo nem para a impunidade do terrorismo e do crime.

Srs. Deputados, Portugueses:

A democracia em Portugal é possível; e, sendo possível, tem de ser viável. O País tem cada dia uma consciência mais clara das dificuldades que nos assoberbam. Generalizou-se, é verdade, a irresponsabilidade e a incompetência - quantas vezes usurpando o nome e os interesses dos trabalhadores - e avançou-se largamente no campo da irracionalidade económica, que poderia conduzir a muitos lugares, mas não por certo à democracia e muito menos ao socialismo.

Cabe ao Governo encontrar os caminhos da viabilidade em que assentam em larga medida os avanços - das conquistas das classes mais desfavorecidas, mas todas as forças políticas serão de cento modo responsáveis pela criação de condições que permitam a concretização do programa que esta Assembleia vier a aprovar. Não se espera o monólogo nem o diálogo de surdos. A consciência da gravidade - da situação presidirá à procura de formas de atuação política que, sem prejuízo de uma indispensável atividade política, saibam salvaguardar o essencial para este povo, que é a defesa da paz, da liberdade e de um progresso real e duradouro.

A recuperação da situação económica, passando por uma política de austeridade, não poderá limitar-se ao seu aprofundamento, num país que de há largos anos detém os padrões de vida mais baixos da Europa, essa Europa que constitui local de trabalho e ponto de referência para mais de um milhão de trabalhadores de Portugal.

A exploração não pode voltar ou continuar onde ainda exista, e esta recuperação não se fará em nenhum caso à custa dos legítimos direitos dos trabalhadores, das suas organizações e associações e, eventualmente, só os poderá favorecer.

Mas para que a economia, a democracia e o próprio País se salvem, é indispensável que todos os trabalhadores de facto trabalhem e produzam como se impõe e, com uma crescente maturidade política e no cumprimento de um dever patriótico, recusem frontalmente demagogias irresponsáveis, ilusões utópicas, vantagens imediatas que se traduzem em prejuízos irreparáveis a curto prazo, reivindicações irrealistas e formas de atuação que neste momento só podem servir a falência do Portugal novo e democrático, com o conseqüente e inevitável regresso ao passado.

A rentabilização do sector nacionalizado e a criação de condições de exercício aos empreendimentos privados que permitam o relançamento do investimento são objetivos que é imperativo atingir a curto prazo.

Importa prosseguir uma política de melhoria de condições de vida das classes mais desfavorecidas, com prioridade para os trabalhadores cujos salários se situam ainda muito abaixo da média nacional, nomeadamente no sector da agricultura e da pesca, da função pública, das pequenas e médias empresas e reformados.

Por outro lado, ao mesmo tempo que importa combater, na medida do possível, o aumento do custo de vida, há que desenvolver condições que possibilitem a criação de novos postos de trabalho, pondo termo à situação dramática dos desempregados e de muitos dos deslocados de África.

O País exige um ponto final no lamentável espetáculo de um sistema educativo que não funciona e que dia a dia continua a hipotecar o nosso futuro, pela sua demissão na formação das gerações que não de garantir ao nosso país as condições de progresso e de independência real.

Há que lançar programas ousados no domínio da habitação e da saúde e que encontrar soluções que melhorem a qualidade de vida das populações da cintura dos grandes centros urbanos, onde vivem desenraizados os que abandonaram os campos e as aldeias na procura de sobrevivência para si e para os seus.

O conjunto de transformações que se torna necessário dinamizar exige uma organização administrativa qualificada e eficiente e, em consequência, a dignificação da função pública, por forma a ultrapassar a situação de bloqueamento que se vem arrastando perigosamente.

Nos vários sectores de atividade, temos de terminar com quaisquer formas de irresponsabilidade e corrupção, impondo o primado da seriedade e da competência.

E, para atingir todos estes objetivos, precisamos ainda de órgãos de comunicação social que não sejam fatores de perturbação veículos de mentiras, difamações ou injúrias, campos de batalha fomentando a agressividade ou o ódio entre as pessoas, mas que sirvam antes, em todas as circunstâncias, para informar e esclarecer honesta e serenamente, contribuindo de modo decisivo para um consciente empenhamento do povo português nas ingentes tarefas da reconstrução nacional.

Srs. Deputados, Portugueses:

Esta hora é de otimismo e de esperança.

Mas julgo que trairia as expectativas do povo que me elegeu, se não tivesse dado testemunho de alguns dos principais problemas que a todos afligem.

Para os resolver, assegurarei ao Governo condições de autoridade e de eficácia que lhe permitam corresponder à esperança que é legítimo nele deposite um povo cansado de viver num país provisório e sucessivamente adiado.

É, neste país, com os seus recursos e com os seus filhos, que havemos de reencontrar a nossa dignidade e a nossa identidade nacional, criando uma sociedade mais rica e mais igual que todos sintam realmente como sua.

Somos um povo amante da paz e queremos contribuir ativamente para uma solução pacífica dos problemas que afligem a vida dos povos. Guiar-nos-emos pelo respeito dos outros na colaboração que com eles estabelecermos. Temos consciência da nossa dimensão e da nossa integração em espaços geográficos, económicos, culturais e afetivos que nos são afins

Intensificaremos a nossa participação nesses espaços, na Europa em que estamos integrados, no mundo de expressão portuguesa a que nos ligam profundos laços afetivos e culturais; e colaboraremos com todos os países que conosco quiserem percorrer os caminhos da paz e comungar o pão da esperança, num mundo sem blocos e sem o desvio de poderosos recursos para indústria de armamentos.

Não esqueceremos que da nossa realidade fazem parte muitas centenas de milhares de portugueses que noutros países procuram o que um regime padraço lhes negou. Estou certo de que a participação que já lhes é garantida nas eleições para a Assembleia da República será reforçada com outras formas que deem ao País que somos a dimensão de um povo que transcende o seu próprio território e procurar-se-á com pragmatismo encontrar, com os países de acolhimento, a solução para os problemas concretos que os afligem e nos afligem a nós.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugueses:

Encerrámos o “ciclo do império” e eis-nos perante a tarefa de continuar a Pátria nas primitivas dimensões das terras que nasceram portuguesas. Emergimos da noite totalitária e logo tivemos de fazer face a repetidas tentativas de regresso a um passado em que só porventura mudariam os dominadores. Estamos mais pobres, mas a experiência vivida nos ensinou que a liberdade é um bem inestimável que merece a vida e sem o qual não há democracia nem dignificação do homem.

Temos à nossa frente dificuldades que é imperioso vencer para assegurar a consolidação da democracia e abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito permanente pela vontade do povo português. Impõe-se que as dificuldades não nos façam esquecer os verdadeiros objetivos e antes reforcem a determinação do nosso povo em construir uma sociedade que claramente escolheu em três eleições livres nos últimos dois anos.

Para isso impõe-se também que se viva o ambiente de estabilidade social e tranquilidade cívica, um espaço de tolerância e diálogo entre os cidadãos, um clima de concórdia e reconciliação nacional no respeito mútuo pelas divergências de opinião legítimas no quadro das instituições democráticas.

Temos de acabar com o sectarismo, a intolerância, a violência, o ódio; temos de acabar com os atentados, as perseguições, a agressividade nas relações entre as pessoas e entre os grupos; temos de banir totalmente as sequelas do fascismo e realizar integralmente o 25 de Abril. E assim, nos caminhos da verdadeira justiça social, haveremos de construir um país em que haja uma liberdade igual para todos e todos possam viver em paz, com segurança e em bem-estar a sua liberdade; haveremos de fazer desta terra, que é a nossa terra, uma pátria com lugar para todos os portugueses.

Mas que fique bem claro: esta não é, não pode nem deve ser, tarefa de um homem, ou sequer de um Governo: tem de ser tarefa de nós todos, tem de ser uma missão do próprio povo de Portugal.

Como Presidente da República, espero a colaboração e contributo decisivo dos vários órgãos de Soberania, e também dos da Administração e do Poder Local, para a consecução destes grandes objetivos nacionais, mas, como Presidente da República, para os atingir, apelo sobretudo para o povo português, para uma experiência, para uma consciência e uma cultura que tem atrás de si oito séculos de história, para um sonho transformado em projeto e um projeto de vida que se quer transformar em realidade e que tem à sua frente, para isso, todo um futuro.

Hoje, como em muitas encruzilhadas da nossa história, o povo português há de reconciliar-se em torno de um projeto verdadeiramente nacional e erguer um mundo novo nos limites velhos das suas fronteiras.

Hoje há de fazê-lo, como sempre que esteve em causa o seu futuro.

Saibamos todos ser dignos dessa história e deste futuro; saibamos ser dignos do povo a que pertencemos - e que Portugal, com todos, se cumpra em Portugal.

Ramalho Eanes (1981)

Presidente	Ramalho Eanes
Data	14 de janeiro de 1981
Período	Democracia
Sigla	RE1981
Localizado em	Assembleia da República I (legislatura 2, sessão legislativa 1, número 16, data da sessão 14-01-1981, data do diário 15-01-1981) http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/02/01/016/1981-01-14/473

Sr. Presidente da Assembleia da República,
Sr. Primeiro-Ministro,
Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,
Srs. Conselheiros da Revolução,
Srs. Deputados,
Portugueses,

As condições em que, se realiza esta cerimónia de investidura são bem diferentes das que existam no início do meu primeiro mandato.

Então a incerteza e a insegurança ainda seriam os traços mais marcantes que se encontravam em todo o sistema político, mesmo que fossem ocultos pela nossa esperança democrática, pela convicção de que só a democracia permitiria resolver os graves problemas nacionais.

Apesar de termos depois atravessado um período de relativa estabilidade económica e social, persistiram tentativas de radicalizar o processo político.

As instituições, porém, resistiram e o resultado eleitoral de 7 de dezembro, por fim, consolidou-as.

Temos hoje experiências feitas e certezas adquiridas; temos a demonstração de que as provas que um sistema democrático prestarão sempre as suas melhores defesas.

Por isso, encontro o primeiro e mais importante resultado da minha reeleição da expressão clara da vontade do povo português em manter, sem ruturas, o processo democrático aberto em 25 de Abril e reafirmado em 25 de Novembro.

Reconhecendo o comportamento democrático, o realismo responsável e a fidelidade ao espírito do 25 de Abril, que procurei manifestar ao longo do meu primeiro mandato, a minha reeleição impõe um compromisso indeclinável.

Um compromisso indeclinável com o regime democrático, com um futuro de pluralismo, de convivência aberta e livre, de justiça e de tolerância, de estabilidade e de progresso.

Tendo sido critérios permanentes das minhas decisões, continuarão a ser os marcos orientadores da minha ação, por compromisso consciente e por imposição da vontade dos Portugueses.

Não interpreto a reeleição como uma vitória pessoal.

Em democracia, não pode haver vitórias pessoais.

Ainda que, como acontece nas eleições presidenciais, não exista, um confronto entre partidos nem entre programas de governo, a vitória é o êxito de um sistema de ideias e de concepções que são comuns a muitos responsáveis políticos, que são democraticamente afirmadas e praticadas por organizações e instituições, que correspondem aos anseios e sentimentos da maioria dos portugueses.

A democracia pluralista e a garantia de convivência livre e aberta entre concepções e interesses distintos são os principais valores políticos que saíram realmente vencedores. E importa reter o seu

significado, porque o pluralismo e a liberdade de expressão dos interesses sociais são valores, como sabem, permanentemente ameaçados.

Pudemos verificá-lo no período agitado e violento que antecedeu a institucionalização do regime democrático constitucional.

E mesmo depois disso, em múltiplas ocasiões e em diferentes oportunidades, foram defendidos projetos e concepções que admitiam o condicionamento das liberdades, que admitiam a limitação das relações e da legitimidade dos partidos políticos como fontes de representatividade do poder soberano dos eleitores ou que admitiam ainda a utilização das posições de autoridade do Executivo para condicionar a expressão, legítima de correntes de opinião.

Em democracia, o pluralismo e a liberdade de expressão são valores absolutos. Mas constituem também pressupostos indispensáveis para responder à crise, conseguir a modernização, conseguir o desenvolvimento.

Não haverá esforço coletivo realmente consistente baseado na exploração e na opressão.

Não haverá capacidade criativa se o nosso regime democrático não estiver aberto ao debate das alternativas, à capacidade crítica, à expressão das divergências. Só assim poderemos escolher o caminho mais eficaz e conhecer os sacrifícios que aceitamos suportar.

Competirá, sem dúvida, ao Estado democrático a, responsabilidade de afirmação do interesse nacional. Mas as suas decisões só serão ajustadas e compreendidas se se basearem num exame atento das possibilidades em confronto e numa pedagogia aberta dos fundamentos aceites como válidos.

Neste sentido, foram superados pela expressão eleitoral o voluntarismo, que se apoia na autoridade, e, os projetos de concentração formal dos poderes políticos, que esquecem o pluralismo das vontades, bloqueiam a alternância, ameaçam a continuidade democrática e dividem os cidadãos.

E igualmente superadas se encontram as concepções que se apoiam em conceitos de vanguardas políticas ou sociais, estejam elas orientadas para objetivos revolucionários ou para o restauracionismo de privilégios.

Consubstanciando a defesa do consenso e do pluralismo, da legalidade e da estabilidade, a expressão da vontade eleitoral representa também a vitória das condições legítimas de revisão constitucional.

Os significados políticos da reeleição assentam na minha ação política passada e no programa que apresentei ao País.

Por isso, considero que se impõe, no momento solene da investidura no cargo de Presidente da República e do juramento da Constituição, reafirmar o Quadro orientador que contém o critério dos meus atos, onde reside o conteúdo da responsabilidade política que assumo perante todos os Portugueses.

A democracia pluralista é o princípio superior a que se subordinam o Estado, o sistema político e o quadro orientador das relações sociais, no reconhecimento de que só a expressão diferenciada dos interesses políticos e sociais permite a realização plena da liberdade e da dignidade do homem, a afirmação responsável dos seus direitos e deveres, a garantia permanente dos vínculos de solidariedade que unem e obrigam todos os cidadãos.

A liberdade é valor indiscutível que a democracia pluralista garante e que assegura a todos e sem exceção os direitos de livre expressão, de livre associação, de acesso real às oportunidades, da sua realização no quadro das responsabilidades consagrado pelas regras democráticas.

A solidariedade social, resultante da integração de cada cidadão na comunidade nacional, impõe que se assumam inteiramente as exigências da vida coletiva em liberdade, garantindo condições de existência, de segurança e de apoio, a que todos têm direito numa sociedade que recusa a opressão e a exploração.

A justiça, assegurando a igualdade perante a lei democraticamente legitimada e assumida, é o valor permanente que uma sociedade livre, aberta e responsável não pode deixar transgredir, sob pena de se degradar na insegurança, na arbitrariedade, na luta fratricida e na violência.

A dignidade do homem é a finalidade e o valor último para que convergem a democracia pluralista, a liberdade, a solidariedade social e a justiça, pelo que não admite qualquer desvio ao seu respeito integral e exige a sua consideração como objetivo permanente de toda a ação política. A defesa da identidade, nacional corresponde ao compromisso patriótico inviolável de assegurar a continuidade e o desenvolvimento das nossas raízes históricas e culturais, dos valores permanentes da nossa sociedade, em independência e com dignidade, e constituía, exigência suprema que vincula quem, servindo à Pátria, serve todos os Portugueses.

O respeito permanente por este quadro de valores fundamentais determina a dimensão ética em que considero dever situar-se o Presidente da República, como garante último da democracia e da unidade nacional.

No plano específico da função política do Presidente da República, considero que, com uma legitimidade democrática própria, que se justifica e o responsabiliza no seu programa de candidatura, tem as suas funções na política interna e na política externa definidas pela Constituição, que respeita e se obriga a fazer respeitar.

A autoridade que para o Presidente da República decorre da sua eleição por sufrágio direto e universal permite-lhe ser, em termos efetivos, o garante da regularidade do funcionamento das instituições, o ponto de referência final do sistema, a última salvaguarda nos momentos de crise ou de emergência.

A dualidade de órgãos eleitos pelo mesmo processo exige, porém, no regime semipresidencialista, mais do que em qualquer outro, a solidariedade institucional. Esta não significa a identidade permanente de concepções ou de entendimentos. Traduz, sim, a estrita e rigorosa obrigação de respeito recíproco entre Presidente da República, Assembleia da República e Governo, no quadro das respetivas competências constitucionais, e de ação concertada, para além de todas as divergências que porventura possam existir.

O Presidente da República não faltará com a sua solidariedade institucional e com o apoio que desta deriva. A única condição do Governo é a sua legitimidade democrática. A partir daí qualquer Governo tem direito aos meios para governar e a obrigação de fazê-lo à única luz do interesse coletivo. De qualquer, Governo, sem aceção de partidos ou de pessoas, esperará sempre o Presidente da República correção, lealdade, transparência de processos, respeito pelas regras de relação entre os órgãos de soberania.

O Presidente da República exercerá o seu mandato sem nunca ultrapassar as suas competências ou usurpar poderes alheios. Mas jamais prescindirá do exercício da sua autoridade constitucional, conforme as circunstâncias e as necessidades. Realizado o objetivo que me propus, em 1976, de normalização das forças armadas, não acumularei as minhas funções políticas com quaisquer outras de natureza militar, salvo as que decorrem da qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas. Neste sentido, decidi que a transmissão de poderes para o novo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas se fará até ao final do próximo mês de fevereiro.

No entendimento rigoroso do que é a defesa e a garantia da evolução estável do regime constitucional, exercerei o meu mandato, como o fiz no passado, com os objetivos permanentes de garantir a paz, a liberdade e a segurança, com a firmeza que impõe a legitimidade democrática da minha investidura. Do mesmo modo, mantereí, no âmbito das minhas atribuições, os objetivos de procura dos consensos políticos e sociais, como fatores de estabilidade e de coerência, de resolução dos conflitos pela negociação e de promoção das ações de cooperação entre interesses distintos que contribuam para o reforço da solidariedade social.

Como está estabelecido na Constituição, não cabe ao Presidente da República qualquer função própria no processo de revisão constitucional. A responsabilidade pela revisão constitucional pertence integralmente aos parlamentares, que recebem o poder constituinte. Porém, o Presidente da República,

dentro dos limites das suas competências, assegurará o respeito pelas normas a que o próximo processo de revisão constitucional tem de obedecer.

Se estes são os princípios gerais a que se subordina a ação política do Presidente da República, em função dos seus poderes constitucionais e das responsabilidades assumidas com a reeleição, é em relação a eles que se determina a sua posição perante as questões políticas concretas.

O Presidente da República não tem, na nossa ordem constitucional, uma ação direta na área executiva.

Mas é sua obrigação estrita explicitar as coordenadas de interpretação das situações, realizando assim a sua missão de orientação superior da nossa vida política e criando as condições para que os grandes problemas nacionais sejam resolvidos em convergência de esforços.

A crise que atravessamos, onde os fatores internos se conjugam com os fatores externos, exige que os responsáveis políticos não abandonem os caminhos do realismo, da ponderação e da serenidade que têm vindo a ser percorridos nos últimos anos.

Conseguimos encontrar as bases da estabilidade política, assegurando as condições de alternância e obtendo, pelo menos em relação às questões essenciais, espaços de consenso significativos.

Esse é um contributo importante para que possamos agora enfrentar com determinação as exigências da democracia, da modernização e do desenvolvimento.

Só o conseguiremos se soubermos compreender a necessidade da transformação e da mudança.

Por isso, teremos de decidir, com coragem política, com adequação social e com fundamentação técnica, quais as melhores condições de organização da atividade económica que permitam obter melhores resultados dos capitais disponíveis, do trabalho e dos sacrifícios que impomos às gerações atuais. Só assim será possível um desenvolvimento assente, em condições sólidas e ajustadas aos novos desafios.

Teremos também de decidir, com igual coragem, quais os caminhos que queremos trilhar na modernização da agricultura, da indústria e do comércio, qual a nossa atitude perante a urgência de modernizar o sistema educacional, a produção e difusão de conhecimentos científicos, a criação cultural.

Só assim enfrentaremos os desafios do desenvolvimento do progresso.

É importante o debate ideológico para a formação de uma consciência coletiva informada das alternativas existentes. Mas ele não nos pode distrair das tarefas necessárias, nem nos pode fazer perder as oportunidades que estão ao nosso alcance.

Nestes termos, o realismo que se impõe na decisão económica, olhando com coragem, para o futuro, sem ficarmos presos a considerações estereótipos sobre o que foi o passado, exige também que se assumam inteiramente os imperativos de solidariedade social e de satisfação das expectativas legítimas de segurança, de justiça e de bem-estar que os Portugueses alimentam.

A modernização e o desenvolvimento não se atingirão se as realidades prometidas se colocarem apenas num horizonte longínquo, incapaz de motivar o esforço no presente e os sacrifícios que se exigem no imediato.

Neste sentido, a participação de todos os agentes económicos sejam empresários ou trabalhadores, técnicos ou investidores, de todos os grupos sociais, no debate e na formulação da política económica geral não pode ser uma promessa vazia de conteúdo.

Mas, igualmente, não pode ser esquecido o compromisso político de proteção e de apoio aos que, menos capazes de exercerem um poder reivindicativo, são mantidos afastados dos benefícios do desenvolvimento.

Em todo este caminho complexo que nos conduzirá pela consolidação da democracia política, pela concretização do princípio democrático nos domínios económico, social e cultural terá um papel

decisivo a comunicação social, como veículo da máxima importância na formação de uma consciência e de uma vontade coletivas.

Será, contudo, necessário que os meios de comunicação social, especialmente a rádio e a televisão, não sejam utilizados como instrumentos de pressão política ilegítima ou de adulteração deliberada de notícias ou de fundamentos de decisão para serem, como sempre devem ser, espaços de expressão pluralista, de alternativas e de concepções.

Se não for assim, a comunicação social trai a sua responsabilidade democrática, aviltando os seus profissionais e pervertendo um instrumento essencial na organização das sociedades modernas. Mais do que no passado recente, essencialmente orientado para a procura da clarificação e da estabilidade política, importa agora que o debate das alternativas que se colocam na determinação de uma política de modernidade seja enriquecido pela produção de uma informação séria, verdadeira e responsável.

Isso se espera, como condição conscientemente aceite, de todos os responsáveis pela comunicação social e de cada um dos seus profissionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vivemos tempos de transformações, de mudança, de superação de concepções tradicionais.

Defrontamos novos problemas, reconhecemos novas condicionantes da vida em sociedade, encontramos, em toda a sua extensão, o desafio da construção do futuro.

Já vencemos, na nossa história, outras crises globais, outras situações de transformação e de inovação, outros momentos em que a capacidade coletiva derrotou os que, fechados no seu conservantismo e dogmatismo, anunciavam a catástrofe.

Conhecemos bem os comportamentos de recusa perante o que é novo, a negatividade sistemática dos velhos do Restelo, a crença fantasista em salvadores iluminados, a tendência para os messianismos secularizados.

Nascidos, como entidade política autónoma e dependente, da evolução histórica da Europa, das suas condicionantes económicas, sociais e religiosas, cedo manifestámos a nossa vocação universalista.

Exercemos uma função crucial na abertura da Europa ao Mundo, iniciando o ciclo imperial europeu no momento exato em que as condições materiais permitam a expressão e o desenvolvimento da concepção universalista da Renascença.

Fizemos o mundo conhecido, relacionámos culturas, desenvolvemos a convivência fraterna com outros povos, contribuimos para a concepção aberta e ecuménica que marca a cultura europeia, no nosso modo singular de entender e realizar a relação entre os homens. Voltámos à unidade das terras que nasceram portuguesas, encerrando o grande ciclo da expansão europeia, quando as condições geopolíticas de afirmação da vontade, da concepção e da identidade europeias transformam e modelam em novos termos as possibilidades da sua expressão.

Regressados à Europa, partilhámos com o velho continente uma crise de orientação que, tendo aspetos específicos em cada país, marca profundamente as condições de expressão dos nossos valores de cultura e de civilização.

Nestes tempos de perturbação, em que teremos de responder aos que querem impor o seu dogmatismo imobilista, parece-nos bem que se recordem as palavras de um dos nossos pensadores:

[...] quando a crise, enfim, se manifesta a claro, a ideia que ocorre à maioria dos homens é a do simples regresso à estabilidade antiga [...]. Esta ideia, porém, tem o inconveniente de ser quimérica e de chegar semente a soluções transitórias, que não de desabar catastroficamente. É necessário um equilíbrio novo, que seja essencialmente um equilíbrio dinâmico, por assim - dizer, não a harmonia de uma coisa estática, mas o decorrer dialético de um movimento, o que torna evitáveis as revoluções sangrentas. A elite, que viveu até aí do tradicional, já não tem remédio senão inventar, conceber com audácia, corrigir seus rumos [...]. No que toca à sociedade e ao viver político, torna-se indispensável

avançar sem termo por «mares nunca dantes navegados» e passar a ideia dos Descobrimentos para o íntimo domínio do espiritual.

Inventar, revolucionar, andar, transformar pela história as instituições históricas, procurar a igualdade e a fraternidade entre os homens, desejando a aproximação de um ideal longínquo [...]. Só no momento em que a Nação Portuguesa adotar, enfim, esse modo de ver e essa mesma conceção da sua própria história, só então, digo, terá adquirido a consciência plena da sua personalidade e do seu destino e estará de posse das condições intelectuais do seu ressurgir e dos rumos progressivos da sua vida pública.

É em confronto com estas palavras que podemos estabelecer um juízo sobre o caminho já percorrido pela nossa democracia.

O nosso Estado democrático caminha para a plena consolidação. Dispõe das condições necessárias para orientar Portugal neste período difícil e de profundas transformações.

Demos nos últimos anos passos seguros, e que serão continuados, na via da descentralização e do respeito pela autonomia das regiões insulares, reconhecendo a legitimidade dos interesses diferenciados que aí encontram a sua expressão. Longe de enfraquecerem o Estado ou de lhe reduzirem a eficácia, essas condições aumentaram a capacidade de realização e de satisfação das necessidades das populações e deram uma consciência mais firme, porque mais flexível, à unidade nacional.

As exigências democráticas são claras e imperativas para a responsabilidade dos detentores do Poder, que não podem limitar a criação de condições para que cada comunidade local e regional possa desenvolver livremente as suas capacidades e assim participar, livre e conscientemente, na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

As linhas fundamentais da nossa política externa estão claramente definidas no que se refere à Europa, à Aliança Atlântica, aos Estados da África e da América Latina, a que nos ligam fortes laços de história e de interesse mútuo, e aos países árabes. Iniciámos uma ação de valorização das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, obra ainda incompleta e longe de, satisfazer as naturais expectativas dos emigrantes e os reais interesses de Portugal.

Permitem-nos afirmar a nossa capacidade singular no diálogo internacional, contribuir para a redução dos conflitos e das tensões, reforçando o prestígio de Portugal na comunidade das nações.

Permitem-nos ainda a afirmação dos nossos interesses, a maximização de oportunidades e o reforço das ligações externas através da organização de um sistema de relações económicas internacionais estável e equilibrado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É neste quadro de esperança e de responsabilidade que assumo, como Presidente de todos os Portugueses, perante esta Assembleia e perante o País, o compromisso solene de defender, e de garantir a nossa democracia aberta, expressa nas suas dimensões de participação política, de desenvolvimento económico, de solidariedade social e de criação cultural, respondendo aos desafios do presente e construindo um futuro de progresso e de fraternidade.

Os tempos atuais são exigentes pelas dificuldades que nos colocam.

Os tempos futuros são, pelas oportunidades que se nos oferecem, pela experiência que recolhemos e pela consciência e serenidade que saberemos manter, espaços abertos de realização e de afirmação do nosso destino coletivo.

Saibamos todos ser dignos da nossa história e do nosso futuro.

Saibamos ser dignos do povo a que pertencemos. Assim cumprimos Portugal.

Mário Soares (1986)

Presidente	Mário Soares
Data	09 de março de 1986
Período	Democracia
Sigla	MS1986
Localizado em	Assembleia da República I (legislatura 4, sessão legislativa 1, número 41, data da sessão 09-03-1986, data do diário 10-03-1986) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&diary=s1l4sl1n41-1395&type=texto

Sr. Presidente da Assembleia da República,
Ex. mos. Chefes de Estado, Primeiros-Ministros e Altos Representantes de Estados e Povos
Amigos,

Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo e Altas Autoridades Portuguesas,
Srs. Deputados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Depois de ter jurado por minha honra «cumprir e fazer cumprir a Constituição», as minhas primeiras palavras são para saudar o povo português, garante da perenidade da Pátria – uma Pátria com mais de oito séculos de história e que representa uma cultura, uma forma peculiar de estar no mundo e uma língua hoje falada por cerca de 150 milhões de seres humanos. É aos Portugueses, a todos os Portugueses, sem esquecermos emigrantes espalhados pelo vasto mundo, e que com o seu trabalho honram Portugal, que exprimo o compromisso do meu empenhamento e da minha solidariedade.

Fui eleito pelos Portugueses para desempenhar o alto cargo de Presidente da República nos próximos cinco anos, que considero decisivos para assegurar um futuro de desenvolvimento a Portugal, no quadro da Comunidade Europeia, a que agora pertencemos por direito. Findo o período de transição para a democracia plena, sou o primeiro Presidente civil eleito, diretamente, pôr sufrágio popular.

É uma escolha que me honra e que me responsabiliza.

Tudo farei para estar à altura da responsabilidade histórica que me foi confiada pelo voto livre dos Portugueses. Com isenção e independência, ao serviço, tão-só de Portugal e do que Portugal representa no mundo.

Sou um homem de convicções e de fidelidade. É com humildade que lhe agradeço, Sr. Presidente da Assembleia da República, as generosas palavras de confiança e de apreço que me dirigiu, com a autoridade democrática e o talento que lhe são unanimemente reconhecidos. Foi com igual humildade e com o sentido pesado das responsabilidades que assumi, perante os Srs. Deputados, legítimos representantes do povo português, o meu compromisso para com a Nação.

Sempre considerei – e considero – a Assembleia da República como o centro vital da democracia. Honro-me de ter sido parlamentar. Deputado às Constituintes, fui sucessivamente reeleito em todas as legislaturas. Nos últimos dez anos vivi momentos históricos, exaltantes, neste hemiciclo, de que guardo indelével recordação.

Num regime pluralista e pluripartidário, como o nosso, o papel do Parlamento é primordial e insubstituível. É da eficácia da sua ação, no plano político e no plano legislativo, que em grande parte depende o regular funcionamento das instituições democráticas, de que sou, a partir de agora, constitucionalmente, garante.

A Assembleia da República pode contar com o meu respeito, com a minha solidariedade e com a minha cooperação. Estarei atento, como é meu dever, às indicações desta Casa, que todos os

democratas têm o dever de prestigiar, e mantereí com V. Ex.^a, Sr. Presidente da Assembleia, e com todos os partidos aqui representados um diálogo atento e permanente.

Muito me honra, também, a presença, neste ato solene, de Chefes de Estado, de Primeiros-Ministros e de Altos Representantes de nações amigas com que Portugal mantém relações especiais. Desejo agradecer-lhes e saudá-los calorosamente.

A sua ilustre presença é um testemunho de solidariedade para com o povo português, que muito me sensibiliza. É mais uma prova de que Portugal saiu definitivamente do isolamento internacional, em que tantos anos viveu, e que é hoje, graças ao 25 de Abril, um país prestigiado e respeitado da comunidade internacional.

Há, no entanto, um lugar vazio nesta Sala que impede que o nosso regozijo seja completo. Esse lugar deveria ter sido ocupado por um grande estadista, por um humanista, defensor das causas nobres e generosas, um amigo sincero de Portugal. Refiro-me a Olof Palme. Um atentado brutal e absurdo - como todos os atos terroristas - roubou-lhe a vida. Curvo-me, respeitosamente, perante a sua memória. Foi um homem de diálogo, de tolerância e de paz. Honro-me de ter sido seu amigo e companheiro de ideal durante quase três décadas.

O terrorismo representa hoje uma das principais ameaças ao desenvolvimento da democracia. Nos planos nacional e internacional. Por isso, as democracias têm de saber defender-se, pondo-se de acordo numa ação concertada e eficaz de luta contra o terrorismo, fruto amargo da violência, do fanatismo e da intolerância. Nas sociedades abertas a segurança é um bem tão precioso quanto a liberdade. O terrorismo, flagelo até há pouco desconhecido em Portugal, não pode ser hoje arredado, infelizmente, das nossas mais instantes preocupações. Tudo farei para que lhe seja dado um combate efetivo e sem tréguas.

O povo português, tradicionalmente pacífico e tolerante, elegeu-me porque confia na minha capacidade para unir os Portugueses, contribuindo assim para criar condições de convivência cívica e de colaboração responsável entre todos, ao redor de objetivos claros que nos são comuns. Essa vontade de promover um clima de concórdia nacional não exclui firmeza e exigência, no respeito pelas regras democráticas e pelas leis da República. Nesse aspeto, serei inflexível. Consciente do perigo que sucessivas crises representam para o regime, tenho defendido que a estabilidade política e a paz social são condições indispensáveis para o desenvolvimento e a modernização de Portugal. O desenvolvimento, com a verdadeira dimensão social – o que pressupõe correções e aperfeiçoamentos do sistema político e económico –, é, com efeito, o grande desafio com que estamos confrontados, até ao fim do século, e que justifica o nosso empenhamento coletivo, com vontade de ganhar. É o desígnio capaz de unir os Portugueses nos próximos anos, congregando energias e boas vontades – a inteligência, a criatividade e o entusiasmo de muitos, e em especial dos jovens, para construir uma sociedade aberta, justa e de bem-estar, e lutar sem descanso contra a pobreza, a ignorância e a intolerância que ainda atingem, infelizmente, tantos portugueses.

Para tanto, exige-se a responsabilidade solidária e a cooperação leal dos órgãos de soberania, cabendo ao Presidente da República, pelas suas próprias funções, ser um fator essencial de estabilidade, o natural mediador dos consensos possíveis. Esse será o meu principal objetivo.

Conheço bem as dificuldades de governar e sei, portanto, medir a importância que tem, para a ação governativa, a compreensão e o estímulo do Presidente da República. Sempre considerei um erro opor maiorias que não devem ser, em termos de defesa do regime, oponíveis. Por isso afirmei, antes e após serem conhecidos os resultados eleitorais, que a maioria que me elegeu se esgotou no próprio ato da eleição. Para evitar ambiguidades. Considero assim ser meu dever trabalhar lealmente com os governos que tenham a confiança da Assembleia da República ou que por esta sejam viabilizados, quaisquer que forem. Asseguro, pois, ao atual Governo, embora minoritário, o meu apoio leal e a minha solidariedade, nos termos expressos.

Conheço e compreendo os problemas dos partidos, quer estejam no Governo quer na oposição. Os partidos são instituições essenciais à democracia – tão essenciais que sem eles não há democracia – e, por isso, é dever de todos os democratas prestigiá-los. Tendo renunciado a todos os cargos, direitos e deveres partidários, uma vez eleito Presidente da República – por os julgar incompatíveis com a função presidencial –, estou em condições de assegurar a todos os partidos, com imparcialidade, e designadamente aos que têm representação parlamentar, uma cooperação isenta e que tenha em conta tão-só o interesse nacional. Tal como a entendo, a função presidencial não deve ser interferida por projetos pessoais nem por egoísmos partidários, sejam de que natureza forem. Durante o meu mandato os Portugueses estão certos de que isso não acontecerá.

Vivi por dentro todas as crises políticas do regime e penso conhecer-lhes as razões e os mecanismos subtis. Sei o que custam ao País. Os Portugueses têm a garantia de que tudo farei para as evitar, poupando perdas de tempo irreparáveis e recursos que nos fazem falta e serão melhor aplicados numa estratégia nacional de desenvolvimento.

Disse-o aos Portugueses durante a campanha eleitoral e reafirmo-o hoje, com solenidade: serei o Presidente de todos os portugueses e não apenas daqueles que em mim votaram.

É nessa qualidade que desejo prestar uma homenagem sincera, neste momento e neste lugar, ao meu ilustre antecessor, o Presidente da República cessante, general Ramalho Eanes.

Conhecidas que são algumas divergências que pertencem agora ao passado, estou à vontade para enaltecer o papel que desempenhou o Presidente Eanes no processo político e militar complexo que conduziu à estabilidade democrática, ao longo dos seus dois mandatos.

Desejo igualmente saudar, com todo o respeito, os candidatos à Presidência da República que defrontei na primeira e na segunda volta das eleições presidenciais e o valioso contributo que deram para o esclarecimento democrático dos Portugueses.

Completa-se hoje um ciclo da vida portuguesa. Outro começa, em plenitude democrática, que gostaria fosse marcado pela confiança dos Portugueses em si próprios e nas potencialidades de desenvolvimento de Portugal. Podemos hoje olhar o futuro com esperança.

No passado próximo, vivemos crises difíceis, um processo político-social complexo e sinuoso, ultrapassámos dificuldades económicas e financeiras que pareciam invencíveis, sofremos frustrações e choques de diversa índole, alguns de grande gravidade. A tudo resistimos. E resistimos sem nunca pôr em causa os interesses nacionais essenciais e sabendo preservar e aprofundar as instituições democráticas pluralistas, nascidas com o 25 de Abril.

É o momento de prestar homenagem aos militares de Abril, sem a coragem e o patriotismo dos quais nada teria sido possível.

Não esqueceremos nunca o que lhes devemos. E é tempo, igualmente, de saudar a instituição militar – as Forças Armadas – que, na sua hierarquia, profissionalismo, disciplina e lealdade democrática tem contribuído decisivamente para consolidar, por forma que representa um grande exemplo, o regime saído da vontade popular.

Às Forças Armadas, de que sou a partir de hoje, por inerência, o Comandante Supremo, incumbe, constitucionalmente, o importante papel da defesa militar da República. Dotá-las das condições necessárias ao cumprimento das suas missões, à sua modernização e reestruturação, é pois uma exigência nacional.

A segurança dos Portugueses e a absoluta garantia dos seus direitos e liberdades, bem como dos seus direitos e deveres económicos, sociais e culturais, são imperativos constitucionais do Estado democrático. Os tribunais são órgãos de soberania a quem incumbe, na administração da justiça, assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados. Saúdo, respeitosamente, os magistrados portugueses, de todas as categorias, que são um pilar essencial na manutenção e aperfeiçoamento do Estado de direito.

Como garante da unidade do Estado, desejo saudar os órgãos próprios das regiões autónomas e assegurar-lhes uma leal e efetiva cooperação. A autonomia regional constitui uma das grandes realizações da nossa democracia, que importa prosseguir e desenvolver, visto que trouxe inúmeros benefícios às populações insulares.

É unanimemente admitido que o poder local constitui uma pujante realidade democrática. Por isso merece toda a minha solidariedade. Com efeito, as autarquias têm sido uma escola de democracia, possibilitando a participação e o empenhamento de milhares de cidadãos na vida da comunidade e em defesa dos interesses locais e regionais. Aprofundando a tradição municipalista, tão celebrada por Herculano, o poder local tem modificado, com as suas realizações, a própria estrutura de Portugal e trazido às populações melhoramentos sem paralelo na nossa história contemporânea.

Durante a campanha eleitoral assumi voluntariamente compromissos políticos e culturais, que desejo neste momento reiterar. Agirei no respeito escrupuloso das minhas competências, observando em relação aos outros órgãos de soberania a separação e interdependência estabelecidas na Constituição. Tudo farei para garantir a estabilidade política e institucional, de acordo com a responsabilidade que me foi conferida pelos Portugueses. É nesse quadro que considero ser meu dever tomar as iniciativas que entenda adequadas aos grandes objetivos nacionais. Sempre entendi que o Presidente deve acompanhar a ação governativa, mas não tem que se intrometer nas decisões de política corrente. O Presidente da República é portador de um desígnio nacional e compete-lhe, no âmbito dos seus poderes, ser um fator de orientação e de referência, em termos genéricos, que permita a realização progressiva daquele desígnio, com tempo, serenidade e moderação. Não hesito em identificar esse desígnio nacional, nesta nova fase da vida portuguesa, com a estratégia para o desenvolvimento, a reforma do Estado, a modernização da sociedade e a afirmação da vitalidade indesmentível da nossa cultura. São objetivos interligados que importa prosseguir sem perda de tempo, suscitando para tanto amplos consensos e fazendo apelo aos portugueses de boa vontade. É óbvio que há divisões, conflitos e contradições na sociedade portuguesa, que se exprimem livremente, como é próprio das sociedades abertas, e que se não podem ignorar. Mas longe de nos paralisarem devem estimular a nossa criatividade e capacidade de concertação, dado que em democracia os conflitos se dirimem pelo voto e pela aceitação da regra da alternância democrática.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero endereçar à população de Macau a expressão da minha solidariedade e apreço. Tudo farei para lhe garantir as melhores condições de estabilidade, de progresso e de desenvolvimento.

Desejo também exprimir aqui a minha preocupação relativamente à situação de Timor Leste, que tem sido acompanhada por Portugal, nos últimos anos, com realismo e persistência, de harmonia com as regras do direito internacional. Nos termos da Constituição, Portugal continua, relativamente a Timor Leste, vinculado às responsabilidades que lhe incumbem. É na fidelidade a esses princípios e responsabilidades que continuaremos a afirmar e a lotar, na medida das nossas possibilidades, pelo direito imprescritível do povo de Timor Leste à autodeterminação e independência.

Neste momento solene e na presença tão honrosa de ilustres personalidades nacionais e estrangeiras, seja-me permitido endereçar, em nome de Portugal, as nossas saudações à comunidade internacional.

Portugal é hoje uma nação de paz e que luta, esforçadamente, pela paz no mundo. Fiel às suas alianças tradicionais, membro fundador da Aliança Atlântica e membro de pleno direito da CEE, Portugal não esquece os laços fraternos e de excecional afetividade e solidariedade que o unem aos países irmãos de África de língua oficial portuguesa e à grande nação brasileira.

Não esquece, igualmente, a presença portuguesa que a história deixou repartida pelo mundo e que o trabalho dos nossos emigrantes, que efusivamente saúdo, rejuvenesce cada dia.

A fidelidade às nossas origens e o culto renovado da nossa identidade cultural são trunfos decisivos na batalha do futuro, em que estamos empenhados neste final do século. Ao Presidente da

República competirá dar o seu patrocínio a ações que visem promover externa e internamente a cultura portuguesa e a voz da Pátria.

Queremos fazer de Portugal uma terra de gente livre e solidária. Uma terra de progresso, de prosperidade e de cultura. É um sonho que está ao nosso alcance realizar. Retomemos a esperança e ganhemos confiança no esforço próprio. Muito depende de nós. Saibamos despertar a iniciativa criadora de trabalhadores e empresários. Façamos confiança à inteligência portuguesa aos nossos professores, cientistas, técnicos, escritores, artistas. Demos à juventude condições para construir, pelas próprias mãos, o futuro que lhe pertence. Sejam, sobretudo, solidários com os mais pobres e os mais carecidos – os idosos, os doentes, os deficientes. Com eles está a preocupação permanente e a solidariedade ativa do Presidente da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Nesta hora de responsabilidade e de alegria, nesta sala de tantas e tão antigas tradições liberais, na presença dos nossos convidados, seja-me permitido reafirmar o meu compromisso nacional: unir os portugueses, servir Portugal.

Mário Soares (1991)

Presidente	Mário Soares
Data	09 de março de 1991
Período	Democracia
Sigla	MS1991
Localizado em	Assembleia da República I (legislatura 5, sessão legislativa 4, número 53, data da sessão 09-03-1991, data do diário 11-03-1991) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&diary=s115sl4n53-1720&type=texto

Sr. Presidente da Assembleia da República,
Sr. Primeiro-Ministro,
Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional,
Srs. Membros do Governo,
Srs. Deputados, Srs. Embaixadores,
Sr. Cardeal-Patriarca, Eminência,
Srs. Convidados,

Proferido o compromisso constitucional de «defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição», perante a representação nacional, expressa neste Parlamento, e perante os altos corpos do Estado, aqui também reunidos, as minhas primeiras palavras serão para agradecer, com humildade sincera e pleno sentido das minhas responsabilidades, ao povo português, fundamento primeiro e último da soberania nacional, ter-me honrado de novo com a sua confiança - pela forma expressiva como o fez - para continuar a presidir aos destinos da República, nos próximos cinco anos. No desempenho das funções em que acabo de ser investido, tudo farei para ser em absoluto fiel a essa confiança reiterada e ao juramento solene que acabo de proferir, no entendimento que tenho da Constituição, da sua letra e do seu espírito, que é bem conhecido, e como garante que sou, por imperativo constitucional, do regular funcionamento das instituições democráticas, legitimadas pelo voto popular, e dos princípios inspiradores do Estado de direito, que somos, baseado na observância da lei e da legalidade, no respeito pelos direitos humanos e das minorias e na aceitação, a todos os níveis, do pluralismo e da alternância democrática.

Quero agradecer a V. Ex.^a, Sr. Presidente da Assembleia da República, as generosas palavras que me dirigiu, ao saudar-me em nome dos Srs. Deputados, e assegurar, a esta ilustre Assembleia, o meu respeito, como sede principal da democracia portuguesa, e a minha intenção de estreita cooperação e solidariedade.

Ao iniciar um segundo mandato, como Presidente da República, não devo furtar-me a uma breve reflexão sobre o caminho percorrido, nos últimos cinco anos, que hoje se completam - as grandes mudanças ocorridas na vida nacional e, principalmente, no plano internacional - considerando-as, obviamente, numa perspetiva de futuro. Trata-se de avaliar o percurso feito, o seu sentido e alcance, por forma objetiva, mas, sobretudo, de procurar discernir as linhas do futuro, para melhor o preparar para as gerações que despontam.

O meu compromisso de há cinco anos foi «unir os Portugueses e servir Portugal», com absoluta independência política, colocando-me numa posição de equidistância em relação aos partidos políticos, que respeito por igual, oferecendo uma solidariedade institucional sem falhas ao Governo legítimo, porque resultou do voto popular expresso nas eleições legislativas de 1985 e de 1987, observando, e fazendo observar, as regras de jogo normais numa sociedade aberta, que implicam concertação cívica, espírito de tolerância, respeito pelas minorias e plena igualdade entre os partidos, qualquer que seja a

sua representação parlamentar, em especial no acesso aos meios de comunicação social sob tutela do Estado.

O compromisso de então reassumo-o hoje, nos mesmos termos e fazendo a mesma leitura da Constituição, com plena consciência, todavia, de que os próximos cinco anos serão diferentes, porventura mesmo mais difíceis e com desafios bem mais complexos a vencer. Faço-o, entretanto, com idêntica determinação, fiel a mim próprio, com total devoção ao bem comum e à ideia que tenho de e para Portugal, repetidamente exposta em diferentes oportunidades, mas decerto com um conhecimento mais aprofundado dos problemas nacionais, e da sua ordem de prioridades, bem como das resistências burocráticas, dos grupos de pressão e dos mecanismos entorpecedores da sociedade civil e do Estado.

Conheço hoje melhor Portugal e os Portugueses. Percorri o País em todos os sentidos, de norte a sul, do litoral ao interior, o continente e as ilhas atlânticas; contactei amplamente as populações, como porventura ninguém antes o fizera tão sistemática e intimamente, procurando auscultar os seus diferentes segmentos sociais, tão diferenciados entre si, e ouvir as opiniões das pessoas responsáveis, dos mais distintos padrões culturais e condições sociais. Além disso, visitei os portugueses da diáspora dispersos pelos vários continentes – que daqui saúdo com especial carinho – e tenho procurado aperceber-me das pulsões do País profundo, do sentido e evolução dos costumes, dos modos de pensar, de reagir e dos sentimentos, frustrações e ambições dos Portugueses.

Portugal mudou muito nos últimos anos, e vai mudar muito mais ainda. Somos hoje uma Nação muito diferente, e muito melhor do que éramos em 25 de Abril. Temos perante nós, em aberto, exaltantes perspectivas de futuro. O mundo mudou, igualmente, por forma aceleradíssima, em especial a Europa, em que naturalmente nos inserimos. Os Portugueses devem ter plena consciência dessas mudanças e preparar-se para elas, com criatividade e sentido inovador. Por isso, a política, obviamente, e as conceções estratégicas para o desenvolvimento e adaptação de Portugal, ao mundo que aí vem, devem também mudar, bem como o discurso, as propostas e quiçá mesmo os objetivos políticos, a curto e a médio prazo. Não vamos navegar, como nos anos que passaram, com uma realidade internacional bem definida, com parâmetros seguros que pareciam imutáveis. Os condicionalismos mudaram. Tudo é agora incerto e complexo. Mas a navegação à vista, timorata e sem alma, que claramente é a que comporta menos riscos, não será porventura a mais compensadora no plano nacional.

Teremos que aceitar correr riscos ponderados e reaprender a navegar ao largo, na linha de uma grande ambição nacional que foi comum aos nossos melhores antepassados – aqueles que ainda hoje recordamos.

O ciclo da transição da ditadura para a democracia, que vivemos nas décadas passadas, está completo e encerrado. Não, que a nossa democracia não comporte aperfeiçoamentos ou não possa ser aprofundada, mediante uma maior participação e um mais amplo pluralismo. Claro que pode, deve e é importante que isso aconteça. Mas no sentido em que é inimaginável, na Europa de hoje, um regresso, em Portugal, a situações antidemocráticas e, portanto, que certo tipo de discursos radicalizados, num sentido ou noutro, de antagonismos e de contradições, que vivemos, e tanto nos ocuparam e preocuparam no passado recente, se encontram hoje definitivamente ultrapassados. Já não mobilizam ninguém. Julgo que os homens políticos e os partidos terão vantagem em ser os primeiros a aperceber-se disso, procedendo em conformidade.

A descolonização e todas as sequelas desse período tão dramático como inevitável, dado o condicionalismo anterior, constituem outro exemplo de uma temática esgotada, que pertence igualmente ao passado. Os historiadores, com certeza, em tempo próprio, oferecer-nos-ão os seus juízos, com a objetividade possível. Serão seguramente interessantes e válidos. Mas o potencial de controvérsia que a descolonização ainda encerra, por maior que seja, importa pouco à sociedade portuguesa de hoje e, muito menos ainda, aos países africanos lusófonos, abertos à paz e ao pluripartidarismo.

O que interessa agora – e isso, sim, é atualíssimo – é aprofundar a nossa cooperação com os países africanos de expressão portuguesa, a todos os níveis, na igualdade, no respeito mútuo e na

reciprocidade de vantagens, cimentando em bases sólidas a comunidade de afeto e de língua que nos une já e estimulando as tão necessárias relações de compreensão, amizade fraterna e de entreatajuda.

Nesse sentido, seja-me permitido saudar com satisfação e uma ponta de orgulho lusófono, a tão significativa e promissora evolução democrática de países como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – em especial os Presidentes eleitos Mascarenhas Monteiro e Miguel Trovoada e os seus respetivos Governos, países que se revelaram pioneiros, em África, dessa imensa mutação democrática que está em curso neste continente mártir, e que a nós. Portugueses, com manifesta vocação africana, importa seguir atentamente, estimular e ajudar, com todas as nossas forças. Saúdo igualmente os esforços perseverantes de paz que estão a ser feitos em Angola e Moçambique – com significativa participação portuguesa, no primeiro caso – e que representam uma condição imprescindível para o desenvolvimento desses países irmãos.

Somos hoje uma Nação plenamente inserida na Comunidade Europeia e desde há cinco anos participamos, ativamente, na sua construção. O choque europeu foi indiscutivelmente benéfico para Portugal, concorrendo para uma acelerada modernização global da sociedade e influenciando a evolução das próprias mentalidades. Tenho dito que a integração europeia foi de certo a mutação mais significativa que ocorreu na história contemporânea portuguesa, tendo apenas como paralelo o 25 de Abril. Os períodos de transição previstos no Tratado de Adesão estão, no entanto, a chegar ao seu termo. Sem prejuízo de novos quadros de apoio que venham a ser negociados, temos de nos habituar a viver dos recursos próprios e da criatividade e força de trabalho dos Portugueses, em regime de duríssima competitividade na área dos Doze. É esta uma situação nova. Todos sabemos que não vai ser fácil, mas não há alternativa. As índias que hoje temos para descobrir resultarão da nossa capacidade de potenciar os recursos próprios, de valorizar o trabalho, a criação da riqueza e o espírito de criatividade nacional. A modernização de Portugal – com todas as alterações profundíssimas que implica nas estruturas da sociedade civil e do Estado – é o nosso próximo objetivo, como antes foram a democratização, a descolonização e a plena integração na Comunidade Europeia.

É um objetivo que está ao nosso alcance, como os anteriores estiveram – apesar do que em contrário disseram os velhos do Restelo – mas que implica sacrifícios e gera contradições, desequilíbrios sociais e mesmo conflitos que têm de ser geridos com tato, inteligência, no tempo próprio, com um grande sentido da concertação social e da sempre tão necessária coesão nacional.

A modernização de Portugal é um imperativo nacional, uma vez que, se não ocorresse – ou viesse a dar-se parcialmente e apenas por simples arrastamento, conservando amplos espaços de arcaísmo e subdesenvolvimento na sociedade –, nunca nos conseguiríamos integrar, como um igual, na Europa dos Doze. O que quer dizer que os Portugueses – e sobretudo os jovens – para poderem aspirar, como é legítimo, a padrões de vida plenamente europeus, têm de ser capazes de criar novas formas de organização do trabalho e de estruturação das próprias vidas, empresas e atividades profissionais, em todos os domínios, com destaque para a produção científica, cultural, técnica e para a própria formulação de ideias novas – em liberdade, autonomia, pluralidade e em regime de pleno intercâmbio europeu mas também de grande competitividade. Digamos aqui, antecipando, que aquilo que vai acima de tudo contar nessa autêntica revolução pacífica, que é a modernização da sociedade portuguesa, e a libertação da sociedade civil, entendida também como sociedade de cidadãos – livres, conscientes, determinados, participantes – muito mais do que as reformas também igualmente necessárias do Estado, o qual deixará, pela força das coisas, de ser protecionista e em permanência interventor, para necessariamente ser, na Europa em construção, descentralizado, plural, aberto e supletivo, atento sobretudo às políticas de solidariedade, para poder corrigir as assimetrias regionais e as desigualdades sociais que a modernização não deixará de provocar, como um efeito perverso.

Nesse sentido, devemos estar muito atentos à erradicação das manchas de pobreza que subsistem – e aos novos pobres, marginalizados pelo progresso – e às condições inaceitáveis em que vivem, em autênticos ghettos sociais, os africanos imigrantes que trabalham em Portugal.

Os anos que aí vêm são, assim, de progresso, de grande mutação e de criatividade mas obrigam-nos, necessariamente, a grandes reajustamentos internos, de que muitos portugueses não terão ainda perfeita consciência. Para além do termo dos períodos de transição, com tudo o que para nós representa de concorrência acrescida, havemos de nos preparar, a partir de Janeiro de 1993, para as exigências do mercado único europeu, com a crescente liberdade de circulação no nosso território, de pessoas, serviços, mercadorias e capitais, da área dos Doze; teremos de nos preocupar com a segunda fase da união económica e monetária, que está em gestação e que implica uma obrigatória partilha de soberania; ter em conta a inevitabilidade da entrada do escudo no sistema monetário europeu; e, sobretudo, teremos de ser capazes de produzir ideias claras para a construção da união política europeia, que, quer se queira quer não, entrou na ordem das preocupações comunitárias uma vez verificada, com a guerra do Golfo e a crise do mundo comunista, a necessidade de uma coordenação efetiva das políticas externas e de defesa dos Doze, sem o que a Europa deixará de ter voz audível e peso no concerto internacional. Se a isso acrescentarmos que, a partir de julho deste ano, passaremos a fazer parte da troca comunitária e que, em janeiro de 1992 – num período decisivo para a Europa e para o mundo – assumiremos, pela primeira vez, a presidência da Comunidade, com todas as obrigações e responsabilidades internacionais que daí decorrem, havemos de reconhecer que o tempo urge - e não tem paralelo com o passado –, que os desafios que teremos de vencer são novos, enormes e estão calendarizados, tudo aconselhando um grande trabalho coletivo de consciencialização, de esclarecimento e de concertação dos interesses em conflito ou, pelo menos, divergentes.

Refira-se, como anotação à margem, que, a poucos meses de vista, por imperativo constitucional, teremos eleições legislativas, uma vez que se completa, pela primeira vez na história da II República – como o Sr. Presidente assinalou, e releve-se-me o orgulho com que o faço – uma legislatura, a atual, de quatro anos.

Não entro, obviamente, nessa problemática eleitoral que respeita principalmente aos partidos e que o povo português, em plena liberdade, deverá dirimir. Qualquer que seja, porém, o resultado, aceite-lo-ei, como obviamente me cumpre, animado tão-só pela preocupação de manter com o futuro governo a melhor cooperação institucional.

Mas não me dispensarei de referir, a esse propósito, que a proximidade de eleições – com a pré-campanha e a campanha que necessariamente as precedem – não deve servir de pretexto para desviar a atenção dos Portugueses dos desafios com que estão confrontados, na própria Pátria, na Europa comunitária e em África. Pelo contrário, aconselha um amplo – e prévio – debate nacional, sereno, informado e responsável, sobre toda esta problemática, que a meu ver deve iniciar-se quanto antes, e postula, como se compreende, uma estreita cooperação interpartidária – e entre parceiros sociais – na preparação dos dossiers comunitários, que responsabilizam a Nação no seu conjunto, de modo a não haver vazios e para que Portugal esteja bem preparado para enfrentar as dificuldades que aí vêm, seja qual for o resultado das eleições.

Esta insistência na importância do debate político responsável – sem esquecer as dimensões económica, social, cultural e ecológica que hoje também comporta – relaciona-se com a necessidade de reafirmar o pluralismo, em todos os escalões da sociedade e do Estado, pluralismo que representa uma condição sine qua non das sociedades abertas. O poder político, como qualquer poder, deve ser suscetível de contestação e de crítica, aceitando a controvérsia como um facto natural e mesmo salutar, decorrente da existência de uma opinião pública livre, informada e responsável. É assim que se estruturam as democracias modernas e essa é mesmo a sua mais efetiva superioridade sobre os regimes fechados e antidemocráticos.

O poder político, como o poder económico, que, em Portugal, sofreram as vicissitudes conhecidas, ao longo do nosso processo democrático, irão ser necessariamente repensados e reestruturados nos próximos anos – as privatizações são apenas um exemplo disso, e que importa

acompanhar de perto – à medida que se for aprofundando a nossa integração comunitária. É inevitável que assim aconteça. Por isso, quanto mais cedo todos nos dermos conta dessa exigência, melhor.

E aí terá um papel decisivo a desempenhar uma comunicação social verdadeiramente independente, ciosa das suas garantias deontológicas e qualificações profissionais – como lhe cumpre – mas responsável e responsabilizável perante órgãos jurisdicionais, eles também, em absoluto, independentes do poder político e do poder económico.

Numa sociedade democrática ninguém está acima da lei. Todos os assuntos são suscetíveis de ser discutidos, com sentido da responsabilidade e do interesse nacional, desde que o sejam no respeito pelo direito de cada cidadão ao seu bom nome e dignidade. Em caso de lesão desses direitos – ou de conflito – é aos tribunais, independentes do poder político e do poder económico, que cumpre aplicar a lei e dirimir os conflitos, presumindo-se a inocência dos arguidos até ao trânsito em julgado das sentenças.

Em Portugal, como exemplos recentes demonstram, as instituições funcionam e a independência dos tribunais é, felizmente, um facto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os próximos cinco anos serão decerto exaltantes. Grandes transformações estão em curso no mundo: tudo evolui com excepcional rapidez – países, instituições, as próprias concepções, as ideias e as pessoas. Está em via de se construir, pela força das coisas, uma nova ordem internacional. Qual ela seja, é a grande questão. Como a guerra no Golfo veio demonstrar, o precário equilíbrio criado em falta não atua mais, como antes, e novas realidades se impõem. O mundo deixou de ser bipolar. Poderemos esperar das Nações Unidas um reforço de prestígio e uma racionalização das regras do seu funcionamento, que as torne mais eficazes? Assistiremos ao renascer em força da Europa, tendo como centro motor a Comunidade, associada aos países da EFTA e solidária dos países da Europa Central e Oriental, em vias de democratização? Estaremos, como os otimistas previam, antes da guerra do Golfo, no limiar de uma nova era de paz, com a gradual universalização das regras do pluralismo democrático, a observância dos direitos humanos e o sentimento generalizado de que o mundo é um só, o que nos obrigará, por forma consequente, a retomar o diálogo Norte-Sul, as preocupações ecológicas à escala planetária e a um trabalho sério de erradicação das causas da miséria, da doença e da ignorância que continuam a afligir dois terços da humanidade?

Não me arrisco, obviamente, a entrar em futurologia, nem seria indicado fazê-lo neste momento. Mas que os problemas referidos estão no centro de todas as preocupações – e não podem, por muito mais tempo, ser iludidos – isso é evidente.

Portugal é um pequeno país, que tem a consciência das suas limitações, mas que sabe igualmente que o seu prestígio internacional e o peso da sua longa história não se medem pela extensão geográfica do seu território nem pela expressão numérica da sua população.

Espero que Portugal possa contribuir, validamente, para esse grande debate universal. Portugal, país euro-atlântico, fiel às alianças em que se insere, situado numa posição geoestratégica ímpar, na entrada do Mediterrâneo, com uma língua hoje falada por 170 milhões de seres humanos, em todos os continentes, e uma memória histórica que perdura. Integrado na Comunidade Europeia, em cujo desenvolvimento ativamente participa, ligado intimamente à África Lusófona e ao Brasil, por sólidos laços afetivos, culturais e de interesse, que estão a renovar-se intensamente, o mais próximo vizinho dos Estados Unidos, na Europa, Portugal é hoje uma nação segura de si, que sabe o que quer, com um rumo definido. A coesão nacional é um facto óbvio para todos os portugueses, que resulta diretamente da larga convergência existente quanto aos grandes objetivos nacionais, e como tal reconhecidos, da comunidade de interesses e da imensa consensualidade que foi possível estabelecer quanto às instituições que nos regem. Como Presidente da República, e por inerência Comandante Supremo das Forças Armadas, cumpre-me saudar a instituição militar, garante também dessa unidade e da independência nacional, nas pessoas dos seus chefes, aqui presentes. Devo também saudar o Sr. Cardeal-Patriarca, figura máxima da Igreja Católica portuguesa, cuja presença nesta sessão de investidura dá testemunho das

excelentes relações existentes entre o Estado e a Igreja, que representa a religião da maioria do povo português, relações hoje baseadas na separação, no respeito mútuo e na estrita observância pelo Estado da liberdade religiosa.

Quero ainda referir dois outros pontos, especialmente caros a Portugal. O primeiro respeita a Timor e à solidariedade que nos merece esse martirizado povo, que ainda não logrou ver reconhecido, pela comunidade internacional, o seu direito inalienável à autodeterminação e à independência, se essa for a vontade expressa do povo de Timor-Leste, em consulta totalmente isenta e livre.

Como repetidamente tenho afirmado em todos os areópagos internacionais, Portugal, como potência administrante de jure em relação a Timor-Leste, apenas deseja que a Carta e as resoluções das Nações Unidas sejam respeitadas, os direitos humanos observados, e que o mundo não continue a tolerar, ainda que pelo silêncio, uma invasão manu militari muito semelhante à que sofreu o Kuwait, com igual desrespeito das normas internacionais mas que, ao contrário do que sucedeu no Kuwait, não mereceu ainda, o repúdio generalizado da consciência universal e a rápida e eficaz reposição do direito internacional.

O segundo refere-se às responsabilidades de Portugal, relativamente a Macau, cujo território nos cumpre administrar, nos termos da Declaração Conjunta

Luso-Chinesa, até dezembro de 1999. Macau, como tenho dito, representa, para Portugal, um grande desígnio nacional que como tal deve ser assumido pelos Portugueses, na convergência de pontos de vista entre os órgãos de soberania da República e as autoridades da China Popular, quanto à estratégia do desenvolvimento integrado definida para aquele território, na base da Declaração Conjunta e numa perspetiva de futuro que ultrapassa de longe 1999 e se prolongará, pelo menos, até meados do próximo século. Aproveito este momento solene para saudar carinhosamente a população de Macau, na pessoa dos seus legítimos representantes, aqui presentes – o Presidente da Assembleia Legislativa, uma representação de deputados e o Presidente do Leal Senado – enviando-lhe uma mensagem de confiança no futuro, de tranquilidade e de progresso.

É tempo de terminar. No segundo mandato, que hoje inicio, continuarei a ser, como fui, reconhecidamente, no primeiro, o Presidente de todos os portugueses, isento, independente, solidário com os outros órgãos de soberania, intransigente na defesa da Constituição e da legalidade – nomeadamente, no que se refere às liberdades e garantias de segurança dos cidadãos – empenhado na defesa do prestígio de Portugal na ordem externa e no bem-estar e progresso dos Portugueses, principalmente os jovens, e os mais pobres e carecidos de solidariedade. Unidade nacional, solidariedade social e modernização da sociedade, em todos os planos, são as minhas ideias força e as minhas principais preocupações. Nesse sentido, tudo farei para ajudar e estimular as artes, as letras e as ciências que considero – bem como a educação – das nossas primeiras prioridades, sem o que não haverá modernização nem desenvolvimento.

Estarei atento aos abusos de poder, donde quer que partam, e denunciá-los-ei sem hesitação. Garantirei a estabilidade político-institucional, que tem sido uma das condições de desenvolvimento, estimulando, ao mesmo tempo, o espírito crítico dos cidadãos, a inovação, em todos os domínios da vida nacional e a criatividade da sociedade civil, tão necessárias. Serei sempre solidário com o poder local, expressão de desenvolvimento e de democracia, com as Regiões Autónomas, na definição de uma autonomia tranquila, radicada na liberdade e na unidade da Nação, e com todas as formas de associativismo e de descentralização que deem maior vigor à sociedade e maior participação aos cidadãos.

Estes são os meus compromissos solenes.

Os Portugueses sabem que podem contar comigo e que, aconteça o que acontecer, me encontrarão disponível sempre que de mim precisem. Alguns, considerando que não necessito mais de me submeter ao sufrágio popular, têm-se interrogado, de diferentes e imaginativas formas, sobre as minhas intenções e propósitos neste segundo mandato. Não há que alimentar dúvidas: são

transparentes. A resposta está no meu passado e na coerência política que me conduziu onde me encontro, por vontade expressa dos meus concidadãos. Não trairei a confiança que em mim depositaram.

Não deixarei de exercer a magistratura de influência a que habituei os Portugueses. Há, para além disso – digo-o com modéstia e sem querer usar expressões grandiloquentes – o julgamento da história e o da própria consciência. Esses são os mais exigentes. Obrigam-me a um rigor cada vez maior no exercício das minhas funções e a uma absoluta fidelidade a mim próprio. Os Portugueses poderão continuar tranquilos: de mim não virão surpresas. O caminho é claro e está bem definido.

Jorge Sampaio (1996)

Presidente	Jorge Sampaio
Data	09 de março de 1996
Período	Democracia
Sigla	JS1996
Localizado em	Assembleia da República I (legislatura 7, sessão legislativa 1, número 46, data da sessão 09-03-1996, data do diário 11-03-1996) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&diary=s1l7sl1n46-1378&type=texto

Sr. Presidente da Assembleia da República,
Sr. Presidente da República cessante,
Sr. Primeiro-Ministro,
Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional,
Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados,
Srs. Chefes de Estado e mais Representantes de Estados Amigos de Portugal, Excelências,
Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, Eminência,
Srs. Convidados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Ao fim de 20 anos de democracia e após uma década de integração europeia, Portugal encerrou um ciclo da sua história contemporânea. O regime democrático está consolidado. A adesão à Comunidade Europeia provou ser a aposta certa, permitindo ao País condições de desenvolvimento e transformação estrutural de outro modo impossíveis.

Hoje, às novas gerações que atingem a maioria, essas duas grandes condições para a modernização de Portugal parecem óbvias, quase naturais. E ainda bem que assim é. Todavia, para que a liberdade e a democracia estivessem garantidas foi necessário o combate de várias gerações que, pela sua determinação e coragem, garantiram o exemplo do caminho a seguir.

O 25 de Abril, que quero evocar neste momento com emoção, representa o fim de um longo percurso onde muitos pagaram com a liberdade e a vida a sua dedicação à causa da democracia.

Ser eleito Presidente da República representa uma responsabilidade e uma honra incomparáveis na vida de um político. Mas as circunstâncias ditaram que eu pudesse ter o prazer acrescido de receber a passagem de testemunho dessa figura ímpar da democracia portuguesa que é o Presidente cessante, Dr. Mário Soares.

O Dr. Mário Soares é, nacional e internacionalmente, um símbolo do combate constante pela Liberdade e pela Democracia. Um combate que não conheceu hesitações nem concessões.

O ciclo político que, coincidentemente, se encerra com o fim do seu mandato presidencial ficará sempre ligado ao seu nome. Ninguém, nas últimas décadas, mareou, persistentemente, de forma tão profunda, a vida política portuguesa

Hoje, como Presidente da República, quero testemunhar-lhe, Sr. Dr. Mário Soares, o profundo reconhecimento do País por uma vida inteira dedicada à procura do melhor para Portugal e para os portugueses.

Ao Presidente da República é difícil sintetizar a vida de V. Ex.^a numa palavra, tão diversificados foram os campos onde deixou a sua marca. Todavia, há uma que se impõe a todos os outros qualificativos. V. Ex.^a é um homem de Liberdade. Fiz questão que o primeiro gesto do meu mandato fosse, noutra cerimónia que hoje ocorrerá, a condecoração de V. Ex.^a com o Grande Colar da Ordem da Liberdade.

Sr. Presidente da Assembleia da República, agradeço-lhe sentidamente as palavras de apreço que me quis dirigir na sua eloquente intervenção. Esta é a sede da representação da vontade soberana do povo português. Permita-me que diga que conheço bem esta Casa, onde vivi intensos anos de atividade parlamentar. Creia, Sr. Presidente, que a Assembleia da República pode contar sempre com a cooperação institucional do Presidente da República que acaba de ser empossado.

Quero exprimir a honra que sinto pela presença, neste ato solene de posse, de Chefes de Estado, de Primeiros-Ministros e de altos representantes de países amigos. Quero a todos saudar calorosamente e agradecer a sua tão ilustre presença nesta cerimónia.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Os próximos anos são decisivos para o futuro de Portugal. O País tem perante si o desafio de garantir um importante esforço de modernização sem gerar fraturas políticas e sociais que minem a coesão nacional.

A estratégia nacional só pode passar pela firmeza na participação de Portugal na União Europeia, pela concretização de um esforço sustentado de modernização dos sectores produtivos e por uma atenção constante às políticas sociais.

Olho com confiança para o futuro de Portugal. Somos um País quase milenário. Temos uma cultura que tem sido capaz de manter a sua diversidade e riqueza, século após século. Uma língua que os portugueses espalharam “pelas sete partidas do mundo” e que é hoje falada por mais de 200 milhões de pessoas. Foi a coragem e a determinação de vencer do nosso povo que fez a riqueza da nossa história, cultura e língua. E ela que me fará sempre ter confiança no futuro.

Fui adquirindo e amadurecendo um conhecimento profundo dos portugueses. Esse é, sem dúvida, o património que mais valorizo e desejo valorizar de um percurso político que iniciei há tantos anos.

Sei que o povo português será sempre capaz de encontrar as energias e os meios necessários a garantir o futuro de Portugal. Mas sei, também, que o novo ciclo político corresponde a uma maior exigência dos portugueses no seu relacionamento com o sistema político, sobretudo, à necessidade de uma maior transparência e de uma renovada capacidade de dar respostas concretas às expectativas e ansiedades do quotidiano das pessoas.

Os portugueses conhecem a minha conceção sobre a função presidencial. Construí-a, tendo presente uma preocupação a que darei a maior atenção. Num mundo e num tempo cada vez mais submetidos à massificação, a violentas tensões desagregadoras e à perda da memória coletiva, é necessário o reforço dos valores da identidade. É necessário exercer uma magistratura que defenda, garanta e reforce a coesão nacional.

Sinto que se desenvolveram em Portugal fatores que afetam essa coesão. Há sinais inequívocos de aumento das desigualdades sociais. Acumularam-se, e atingiram níveis preocupantes, as profundas assimetrias regionais do desenvolvimento nacional bem como os fenómenos de exclusão e de marginalização de minorias. A quebra de solidariedade entre gerações aumentou. O papel da família e mesmo a sua articulação com o sistema educativo carecem de profunda reflexão.

Expressão desta quebra de coesão nacional são os crescentes indicadores de insegurança, o aumento dos fatores de conflitualidade, o acumular de tensões inter-regionais, a intolerância e a intransigência que vejo desenvolverem-se, aqui e acolá.

O reforço da coesão nacional, Excelências, exige reformas profundas, quer para realizar as políticas de descentralização quer para adaptar as políticas educativas e sociais. Seja para restaurar a confiança dos cidadãos no sistema político seja para garantir a eficácia do papel do Estado.

O reforço da coesão nacional exige dar resposta ao fortalecimento das instituições municipais e locais, assim como às formas organizadas de representação da sociedade. Na procura dessa solução a unidade do Estado não pode nunca ser posta em causa.

Mas o reforço da coesão nacional passa, também, por encontrar uma solução, consensualmente aceite e institucionalmente estável, para o problema da fórmula de descentralização política e administrativa do Continente. Este é um problema pendente de resolução há demasiado tempo.

Desejo saudar os órgãos próprios das regiões autónomas e garantir-lhes uma cooperação sempre empenhada. As autonomias regionais foram decisivas para a transformação da vida das populações dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. O modelo autonómico regional provou a sua validade e todo o nosso esforço tem de ser no sentido de o aperfeiçoar e consolidar.

Mas a coesão nacional depende ainda do modo como se respeitarem os direitos sociais adquiridos, garantindo a segurança mínima das famílias e as suas expectativas de reforma, sobretudo dos mais carenciados, tantas vezes sozinhos e ameaçados por uma modernização feita, passando por cima dos valores da solidariedade.

Como Presidente da República tudo farei para estimular os consensos na sociedade portuguesa. Só eles podem abrir caminho a uma nova concertação estratégica, capaz de responder às exigências da coesão nacional, num período de mudança acelerada e também de acelerada mobilização nacional.

Excelências, o mandato que recebi dos portugueses tem um sentido claro. O Presidente da República deve ser um garante da estabilidade política e institucional e exercer uma magistratura por forma a assegurar os equilíbrios institucionais.

Entendo, naturalmente, ser meu dever respeitar e fazer respeitar a vontade democraticamente expressa dos portugueses, tal como respeitarei rigorosamente as esferas de competências próprias dos outros órgãos de soberania.

Empenhar-me-ei na criação das condições necessárias para que o Parlamento e o Governo possam exercer as suas funções e cumprir os seus mandatos. A lealdade e a cooperação institucional, ao contribuírem para a estabilidade política, serão decisivas também para que os portugueses se revejam nas instituições da República.

O Governo presidido pelo Sr. Eng.º António Guterres, saído de eleições onde recolheu um inequívoco sufrágio do povo português, conta, naturalmente, desde hoje, com a minha cooperação institucional.

Exercerei os meus poderes constitucionais com imparcialidade. Cumpre-me trabalhar com todas as maiorias e com todos os Governos legítimos.

O princípio da cooperação institucional não pode ser sinónimo de unanimidade. O normal funcionamento das instituições políticas exige que todos – Presidente, Assembleia e Governo – exerçam os seus poderes com exigência e respeitem a manifestação das competências recíprocas.

Serei constante na expressão da minha cooperação institucional com o Governo, tal como serei firme no exercício dos poderes que me estão constitucionalmente conferidos.

Manterei com a Assembleia da República, centro por excelência da vida democrática nacional, uma relação de respeito e de solidariedade e manterei com todos os partidos um diálogo constante. As oposições sabem que têm em mim um observador atento e sensível à defesa dos seus importantes direitos constitucionais, como forma de manutenção de condições para a livre escolha das alternativas democráticas.

Quero aqui saudar as Forças Armadas portuguesas, garantia da defesa e da segurança nacional e cuja lealdade institucional foi decisiva para consolidar o regime democrático saído do 25 de Abril.

Ao assumir, por inerência, as funções de Comandante Supremo das Forças Armadas, quero reiterar o meu empenhamento total no sucesso da missão de paz na Bósnia Herzegovina, e de outras missões de paz noutros teatros, da qual depende, quanto à primeira, em parte, a estabilidade da Europa neste final de milénio.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O essencial do destino de Portugal joga-se na Europa. Esse é hoje um dado incontornável da inserção internacional do

País. Ele não se compadece com políticas expectantes e defensivas, antes aconselha políticas firmes e coerentes, afirmadas numa determinação clara dos nossos interesses nacionais.

Tanto as dificuldades dos últimos anos como as exigências da nova fase da construção europeia exigem o reforçamento dos consensos internos adequados a suportar as exigências permanentes da estratégia portuguesa para a Europa.

Essa estratégia não pode mais assentar no secretismo e no facto consumado, fatores que minaram os consensos anteriormente existentes. Hoje, ela terá de depender sempre de uma política transparente quanto às opções a tomar e suas exigências. Hoje, ela terá de assentar numa participação alargada das forças políticas e sociais e na consulta aos cidadãos. Só assim os portugueses poderão compreender que a União Europeia é uma comunidade de Estados soberanos, onde, portanto, não se pode apenas querer colher benefícios, sem nunca ter de partilhar as responsabilidades de agora e do futuro.

Os desafios que a União Europeia tem perante si na viragem do século, como a intensificação da integração económica, num quadro de coesão interna, a expansão de fronteiras, com o alargamento às novas democracias europeias, são também desafios para Portugal. A resposta a esses desafios não está na hesitação, mas, sim, na identificação de objetivos prioritários no estabelecimento de consensos nacionais e, necessariamente, numa política externa portuguesa firme e determinada.

Uma Europa unida e forte será uma Europa aberta para o exterior e preparada para garantir um quadro de estabilidade regional. Essa condição é relevante para a continuidade da comunidade transatlântica, designadamente da aliança entre os Estados Unidos e a Europa. A Organização do Tratado do Atlântico Norte continua a ser a trave mestra da nossa segurança, embora as circunstâncias atuais exijam o desenvolvimento efetivo do pilar europeu como uma real capacidade dos aliados europeus para assumirem responsabilidades acrescidas na sua defesa coletiva.

As relações com os Estados de língua oficial portuguesa ocupam, naturalmente, um lugar eletivo na nossa política externa. Essas relações representam um traço de união com a nossa própria história, uma longa história partilhada com os povos de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e, naturalmente, com o povo de Timor-Leste.

A língua, a rica diversidade de culturas expressas nessa mesma língua, a História e uma solidariedade efetiva entre os povos dos sete Estados e do território de Timor tornam necessária a concretização de uma comunidade de Estados e povos de língua oficial portuguesa, projeto a que temos dedicado e a que, naturalmente, dedicarei a maior atenção.

Infelizmente, Timor-Leste ainda não poderá participar nesse projeto como povo livre.

Portugal tem uma responsabilidade histórica inalienável em relação a Timor-Leste e à comunidade timorense. Como potência administrante do território, Portugal tem um dever claro perante a comunidade internacional: garantir a conclusão do processo de descolonização, com a realização de uma consulta livre, democrática e fiscalizada pelas Nações Unidas, através da qual os timorenses possam exercer, com dignidade, o seu direito à autodeterminação.

Para o cumprimento desse objetivo, os órgãos de soberania com responsabilidade nesta importante questão devem sempre procurar as formas e os meios que melhor se coadunem à evolução das circunstâncias internacionais. Portugal deverá continuar a lutar pela causa de Timor-Leste em todos os fora internacionais, bem como a apoiar os esforços do Secretário-Geral das Nações Unidas no cumprimento do seu mandato, na procura de uma resolução justa e internacionalmente aceite da questão de Timor-Leste, com a participação de todas as partes interessadas.

O empenhamento nacional, nesta matéria, é, aliás, feito em coerência com um valor essencial de referência na atuação externa do Estado português, ou seja, o da defesa da liberdade dos povos e dos direitos humanos.

O Presidente da República tem especiais responsabilidades em relação a Macau. Pela minha parte, entendo ser necessária uma estrita consonância com o Governo, tanto para a administração do território como no quadro das relações com a República Popular da China.

A política portuguesa tem um sentido claro: garantir a estabilidade e a prosperidade do território de Macau bem como a defesa dos direitos e interesses dos seus habitantes, nunca esquecendo que Portugal tem uma responsabilidade inalienável na defesa dos direitos de todos os cidadãos portugueses de Macau.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A moderna evolução das sociedades e dos sistemas políticos implica uma nova conceção das relações entre o cidadão e o poder político. Uma relação baseada na informação e na proximidade da decisão política, o que implica novas formas de participação democrática dos cidadãos, ampliando os seus direitos.

Sem incorporação no sistema político dessas novas exigências não será possível adaptar a democracia representativa à complexidade das relações sociais e de poder no final deste milénio.

A tendência das sociedades modernas vai no sentido do desenvolvimento de uma cultura de intervenção cívica e de uma saudável intransigência dos cidadãos na defesa dos seus direitos legítimos perante o Estado.

A pressão sobre o sistema político português é já grande, sobretudo porque uma persistente política centralista adiou o desenvolvimento natural de reformas institucionais de desconcentração e descentralização do poder.

Garantir a estabilidade da democracia significa um empenho constante na defesa do prestígio das instituições representativas e da participação política dos cidadãos.

Tenho, e assumo, a obrigação de estimular uma cultura de exigência democrática. Mas entendo imprescindível assegurar o respeito pelo Estado de Direito e a defesa do prestígio das instituições que o definem e aplicam, como forma de assegurar a confiança dos cidadãos nas instituições da República. O respeito pelo Estado de Direito é uma base fundamental do regime democrático. Sobre ela não pode haver quaisquer transigências.

Procurarei ser um Presidente próximo das pessoas. Farei dessa minha intenção o timbre do meu mandato. Ouvirei atentamente os portugueses. Ouvirei todos. Mas estarei, naturalmente, atento aos excluídos do sistema ou das políticas, remetidos, tantas vezes, a um estatuto de dispensáveis. Não há portugueses dispensáveis. Essa é uma ideia intolerável.

Dedicarei aos problemas das famílias portuguesas uma particular atenção. Estou consciente das múltiplas questões que afetam essas famílias, e não posso deixar de manifestar a minha preocupação sobre todas as formas de violência familiar, de que as mulheres e as crianças são, tantas vezes, as principais vítimas.

No quadro das minhas competências, apoiarei todos os esforços que contribuam para encontrar formas que permitam aos pais investirem cada vez mais na educação dos seus filhos e para que se concilie a vida profissional dos pais e das mães com a vida familiar, pois tenho bem presente a crescente importância da afetividade na construção da vida de cada um de nós.

A solidariedade deve ser um valor fundamental na sociedade portuguesa. Deve estar presente na formulação das políticas de modernização, de emprego e de reforma da segurança social. Essa é a única forma de modernizar o País, mantendo a coesão nacional e o sentido de partilha de um futuro coletivo.

A mais preocupante expressão da quebra do sentimento de solidariedade é o desenvolvimento de fenómenos crescentes de intolerância política, social e até religiosa.

Portugal, que é um País coeso, sem questões étnicas, religiosas, linguísticas ou regionais, tem de saber preservar este bem único, sem o qual, como temos visto em tantos países, tudo seria posto em

causa: a paz cívica, o progresso, a solidariedade, o prestígio e a afirmação no Mundo. Os portugueses têm consciência disto mesmo.

Um patriotismo forte, claramente assente em valores democráticos, culturalmente esclarecido e civicamente assumido, é a melhor defesa contra os nacionalismos agressivos, a xenofobia, o racismo, e é também a mais eficaz resposta à insegurança, ao medo do futuro.

Quero, hoje, aqui, reafirmar perante vós, com emoção, o orgulho que sinto em ser português e o meu amor a Portugal, que quero servir, com todas as minhas capacidades, honrando um mandato que recebi dos portugueses.

A nossa cultura, tão rica e tão variada, nas suas formas populares e eruditas, tão forte nos seus traços caracterizadores; é o testemunho – de um grande povo – aberto aos outros, ao universal, ao novo, ao desconhecido – e de um País que, há cinco séculos, uniu a espécie humana e mundializou a comunicação, sabendo, embora pequeno, transportar-se até aos confins dos mares e da Terra, onde deixou as suas marcas, as maiores das quais são a língua e uma memória que ainda hoje perdura e de que recebemos, constantemente, sinais de reconhecimento.

Procurarei ser um elo de união entre Portugal e as comunidades portuguesas vinculado à valorização da sua identidade e das suas raízes portuguesas, multiplicando os contactos diretos. É responsabilidade do Presidente da República manter vivos os sentimentos de solidariedade nacional para com essas comunidades portuguesas.

Neste dia, quero incitar os portugueses – sobretudo os mais jovens – a estudarem e a conhecerem melhor a nossa história, a nossa cultura, o nosso património natural e construído, a nossa geografia, as nossas raízes e os fundamentos da nossa identidade.

Temos de assegurar às novas gerações uma formação exigente, capaz de os habilitar para os desafios de um mercado aberto. Mas temos também de lhes garantir perspectivas de futuro, oportunidades, a capacidade de olhar com esperança para o início da sua vida profissional e familiar. Sem isso, dificilmente poderemos resolver muitos dos problemas que hoje afetam os jovens portugueses.

É ao reforço da nossa identidade que vamos buscar a energia e a confiança para partirmos desassombadamente para a aventura do futuro, sem medo, com arrojo, na convicção firme de que fomos grandes sempre que deixámos as questões mesquinhas e pequenas que nos dividem e diminuem.

Conseguimos realizar grandes obras e afirmarmo-nos como povo e como Nação sempre que nos soubemos unir e concentrar no essencial, sempre que nos abrimos à modernidade, aos valores da liberdade e do universalismo, praticando uma cultura de tolerância e curiosidade pelo diferente, um modo, que nos é tão próprio, de afetividade e de aproximação humana.

Esta é uma lição para o nosso tempo, que, mais do que nunca, precisa de assumir esses valores. Este é, por isso mesmo, o contributo original que podemos dar à construção de uma Europa de solidariedade e de cidadania, à edificação de um Mundo de paz e de liberdade.

Quando me candidatei às altas funções de que acabo de ser empossada afirmei de forma inequívoca: não há maiorias presidenciais. Serei o Presidente de todos os portugueses. De todos, sem exceção.

Viva Portugal!

Jorge Sampaio (2001)

Presidente	Jorge Sampaio
Data	09 de março de 2001
Período	Democracia
Sigla	JS2001
Localizado em	Assembleia da República I (legislatura 8, sessão legislativa 2, número 58, data da sessão 09-03-2001, data do diário 10-03-2001) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&diary=s1l8sl2n58-2312&type=texto

Sr. Presidente da Assembleia da República,
Excelências,
Minhas Senhoras e Meus Senhores

As minhas primeiras palavras dirijo-as aos portugueses, com quem quero partilhar este momento. Deles recebi legitimidade e confiança; a eles se destina a minha ação. Peço, neste dia, a todos os portugueses que reafirmemos juntos o amor que temos a Portugal, que reiteremos a vontade de reforçar os vínculos que nos unem e nos tornam uma comunidade nacional viva, solidária e voltada para o futuro. Dessa comunidade sou símbolo ativo e da sua unidade continuarei a ser o garante.

É na certeza de interpretar o sentimento de toda a comunidade que exprimo o meu profundo pesar pela tragédia de Castelo de Paiva, renovando as minhas sentidas condolências às famílias dos que morreram. Devemos à memória dos mortos e ao sofrimento dos vivos o apuramento rigoroso da verdade daquilo que aconteceu.

Agradeço-lhe muito, Sr. Presidente da Assembleia da República, a sua saudação. Moldada como é por uma larga experiência política, por um elevado sentido de serviço à República e por um laço de estima pessoal, recebo-a como estímulo que me honra e responsabiliza.

Nos termos da Constituição, o Presidente da República dirige-se à Assembleia por direito próprio. Permita-me, contudo, Sr. Presidente, que, em vez desse direito, invoque a praxe parlamentar, por mim tantas vezes aqui usada num passado cuja recordação me é grata, e lhe peça licença para falar a esta Câmara, sede da representação plural da Nação, saudando todos os Srs. Deputados com respeito e apreço.

Quero também manifestar, como é de inteira justiça, reconhecimento a todos os que apresentaram e defenderam as suas candidaturas às eleições presidenciais, num espírito de serviço ao País e à democracia. Essa expressão de reconhecimento alarga-se àqueles – e tantos foram! – que deram o seu contributo cívico à campanha eleitoral.

Portuguesas, portugueses:

No momento em que inicio um novo mandato, reitero os meus compromissos essenciais: prosseguirei uma magistratura de moderação e de equilíbrio, no escrupuloso respeito pela separação de poderes e empenhado na cooperação institucional com os restantes órgãos de soberania; defenderei o interesse nacional e darei atenção permanente às questões da presença portuguesa na Europa e no Mundo; terei uma preocupação redobrada com os desafios da modernidade, da cidadania, da justiça, da solidariedade e da coesão nacional, esta tão posta à prova nos dolorosos momentos que vivemos; desenvolverei uma ação próxima dos portugueses, dos seus problemas e das suas expectativas.

Estes são compromissos fundamentais, que decorrem da Constituição e da experiência histórica da função presidencial na Democracia Portuguesa. A eles tenho emprestado, naturalmente, a minha interpretação, de acordo com a análise que faço da situação do País e com a antecipação, que também me cabe fazer, das questões decisivas para o futuro dos portugueses.

O eleitorado sufragou, de forma inequívoca, o exercício do meu primeiro mandato, nomeadamente o entendimento consistente das funções presidenciais e o método utilizado para lhes dar corpo; sufragou as metas enunciadas e as áreas de intervenção prioritárias; sufragou, finalmente, o meu inabalável propósito de congregar os portugueses e de dinamizar o Estado e a Sociedade.

A renovação da confiança do eleitorado significa, antes de mais, que devo prosseguir o caminho traçado, dando à função presidencial o carácter de vértice estabilizador do sistema político. Interpretei-a sempre no sentido de prevenir bloqueios artificiais e inúteis, de estimular e apoiar as reformas necessárias. Assim continuarei a fazer, pois esse é o interesse do País.

A renovação da confiança impõe, igualmente, o exercício de uma magistratura ativa, atenta e vigilante que dê voz às necessidades de mudança, que aponte orientações nacionais de modo a garantir aos portugueses desenvolvimento, justiça, segurança e igualdade de oportunidades. E que tenha como causa a dignificação permanente da República, entendida tanto nos seus valores éticos de sempre, como nos valores modernos da promoção da liberdade e da tolerância, da integração social e da abertura cultural.

Cidadão escolhido pelos cidadãos para os representar todos, devo ser o cidadão mais atento, mais exigente, mais responsável e também mais solidário. Que fique claro: o sufrágio universal confere ao Presidente da República capacidade moderadora e magistério de iniciativa. Intérprete das expectativas dos cidadãos e da vontade coletiva, sem deixar de ser o garante do regular funcionamento das instituições, cabe-lhe exprimir um impulso transformador e reformista, pois só ele permite manter viva a ambição de um Portugal dinâmico, competitivo e solidário.

Esse impulso é hoje indispensável, todos o reconhecem. Estou atento às preocupações que perpassam na sociedade portuguesa e tenho o dever de ajudar a vencer os desafios nelas contidos. Quero garantir aos portugueses que mobilizarei as vontades necessárias e estimularei todas as competências e todas as capacidades de que dispomos para lhes dar respostas.

Sendo certo que todos, mas todos, temos responsabilidades, que cada um assuma integralmente as suas, sem transferência nem desculpa! Os portugueses sabem que eu assumirei as minhas. Por isso julgo que me reelegeram. Considero que a primeira dessas responsabilidades é contribuir para que se ganhe consciência clara dos problemas e dos desafios, pois esse é o primeiro passo para os enfrentar, assumir e resolver. É disso que vos falo, agora.

Um primeiro conjunto de desafios a que temos de fazer face respeita ao crescimento e ao desenvolvimento económico.

Têm-se multiplicado, nos últimos tempos, os avisos sobre a situação económica portuguesa. Lembrando traumas antigos, algumas realidades, como o défice comercial e a subida das taxas de juro, geraram pessimismo.

A economia portuguesa conheceu, nas últimas décadas, transformações profundas e logrou uma integração europeia bem-sucedida. Encurtou-se substancialmente a distância entre o nível de vida dos portugueses e a média da União Europeia. Portugal integrou o pelotão da frente da moeda única e o euro defendeu-nos já de sobressaltos que foram correntes no passado. Esses factos não devem, todavia, servir para ocultar os problemas que persistem.

No curto prazo, Portugal terá de corrigir alguns fatores que afetam o equilíbrio da sua economia, nomeadamente no que respeita ao rápido crescimento do endividamento externo, à inflação e às subidas de custos superiores à média da zona euro e, por conseguinte, à despesa nacional, com particular destaque para as despesas públicas e para a taxa de poupança das famílias.

Mas é no médio e no longo prazos que se joga o crescimento sustentado. Aqui, todo o esforço tem de ser dirigido para aumentar a competitividade e a capacidade produtiva da economia nacional.

Uma viragem impõe-se, neste aspeto, de forma absolutamente decisiva. Há que libertar recursos para os sectores produtivos, privilegiar o investimento em vez do consumo, fomentar o desenvolvimento

industrial, difundir as novas tecnologias e melhorar a gestão empresarial, reabilitar – com sentido ecológico – a agricultura, renovar o tecido urbano, corrigir assimetrias regionais.

Embora – e que ninguém o ignore! – as dificuldades a vencer sejam grandes e precisem de ser assumidas por todos, há que prosseguir e intensificar reformas estruturais em áreas como a da equidade fiscal, a da racionalização das despesas públicas, a do aumento da eficiência dos serviços públicos de saúde, de justiça e outros, a da melhoria da qualidade do ensino e da formação profissional, a da subida da produtividade na maior parte das atividades produtivas, a do desenvolvimento de uma política mais eficaz de defesa da concorrência no mercado interno e a da atracção do investimento estrangeiro produtivo, com as dificuldades que conhecemos.

Os sectores produtivos da nossa economia, a indústria, sobretudo, não desempenham o papel que deviam desempenhar. O investimento industrial tem de ser ainda mais encorajado, através de uma política seletiva de apoios financeiros e da criação de estímulos à inovação científica e à modernização tecnológica.

É igualmente crucial obter, cada vez mais, uma articulação mais exigente entre os sistemas de ensino, os centros de investigação e as empresas. A nossa sociedade tem de ser mais aberta à inovação e ao risco, a começar por muitos Srs. Empresários, mais apta a valorizar a qualidade e a aceitar a mudança.

A competitividade da economia portuguesa, em concorrência global, coloca também um inegável desafio à nossa capacidade de reinventar o pacto social. A renovação do pacto social significa que a sociedade é capaz de se fixar objetivos de médio prazo para criar mais valor acrescentado e gerar emprego de qualidade através de uma relação contratualizada entre os diversos sectores e interesses sociais. É um imperativo a que patrões e sindicatos dinâmicos não devem furtar-se, pois só ele garante sustentabilidade económica e coesão social.

Outros avisos têm surgido, alertando-nos sobre a possibilidade de crescermos menos do que a média europeia. Não podemos nem devemos ser precipitados nesta matéria e admito que uma divergência temporária não deva ser tomada como um desfasamento duradouro. Mas quero expressar a minha profunda convicção de que Portugal e os portugueses não se resignariam se, a prazo, a convergência real em relação à Europa não prosseguisse a ritmo sustentado e significativo.

Se a tendência de crescimento que animou a esperança dos portugueses estiver ameaçada, é necessário, sem demora, tomar as medidas que garantam uma mudança de orientação.

Trata-se de um desafio para o Governo, sem dúvida, mas também para todos os parceiros sociais, para todos os responsáveis políticos, para os técnicos, para o mundo das empresas, para o sistema de ensino e – convém não esquecermos – para os cidadãos em geral.

Esta é uma meta que só pode ser atingida com trabalho, disciplina e rigor, mas também com imaginação, criatividade, visão e ousadia.

A integração europeia e o crescimento económico coincidem num grande desígnio nacional que é precisamente o de atingirmos os padrões da Europa mais desenvolvida. Em nome desse desígnio demos vigor a um notável esforço coletivo que não pode ser desperdiçado.

A recuperação do atraso tem de continuar, a bom ritmo, em nome de uma solidariedade entre gerações, que é o cimento mais forte de uma comunidade que partilha valores históricos e projeta o seu futuro.

Um segundo desafio que quero assinalar respeita ao lugar de Portugal na Europa depois de Nice.

O alargamento da União Europeia às novas democracias da Europa Central e Oriental é indispensável e justo. No entanto, é um processo que exige de nós especial atenção, para prevenirmos os riscos e aproveitarmos as oportunidades que contém.

A negociação do Tratado de Nice mostrou que a perspectiva do alargamento da União tende a agravar as tensões entre os interesses próprios de cada Estado-membro e o interesse comum de todos

eles. Ninguém põe em causa, todavia, que o interesse nacional tem de ser hoje concebido também no quadro de um destino comum, do qual a União Europeia é o mais ambicioso intérprete.

Participar nesse projeto implica compromissos, por vezes mesmo sacrifícios, que são a contrapartida da segurança, da prosperidade e da união das democracias europeias, num mundo cada vez mais globalizado.

Feito o balanço, a União Europeia tem sido um insubstituível fator de prestígio, credibilidade e projeção internacional de Portugal e tem representado uma oportunidade única de desenvolvimento, que é nossa obrigação, face às gerações futuras, consolidar e aproveitar plenamente.

Para conseguirmos percorrer este caminho, beneficiámos, até agora, de um amplo acordo nacional sobre o sentido e o alcance da nossa participação na construção europeia. É indispensável que ele possa ser sempre assumido e invocado.

O Tratado de Nice não pôs em causa os fundamentos desse acordo, mas, reconheçamos, também não os solidificou. Suscitou mesmo algumas dúvidas e algumas apreensões. Importa, pois, refletir em conjunto sobre a marcha do projeto europeu, de modo a renovar permanentemente o consenso em torno de uma estratégia nacional que constitua suporte e orientação para a nossa ação política e diplomática no âmbito da União. Não tenho dúvidas de que esse consenso é do interesse nacional. Darei o meu empenhado contributo no sentido de o confirmar e consolidar.

Duas questões fundamentais avultam nessa reflexão. A primeira: como garantir condições para que Portugal continue no caminho da convergência com os países mais desenvolvidos da União? A segunda: como defender os interesses e a posição do Estado no modelo institucional reformado que a Europa do alargamento adotará?

Temos uma contribuição própria a dar para a definição do futuro comum. Seja qual for a direção que o debate venha a tomar entre os Estados-membros, é fundamental, desde já, evitar dois riscos: por um lado, a ilusão centenária de que terceiros, melhor do que nós próprios, defenderão os nossos interesses; e, por outro, o engano de que, isolados, estaremos melhor defendidos.

Projeto que assumimos e que queremos aprofundar, a União Europeia não esgota, porém, o âmbito da nossa afirmação internacional. Assim, a nossa posição na União será sempre valorizada pelo reforço das alianças e da cooperação externa do País com o resto do Mundo. Devemos também continuar o esforço de projetar melhor, cada vez melhor, a nossa cultura e a nossa língua. Portugal será tanto mais respeitado na Europa e no Mundo quanto souber cumprir a sua vocação universalista.

Essa afirmação na Europa e no Mundo passa igualmente pela capacidade de contribuirmos para a defesa comum e para a segurança coletiva, para o que precisamos de Forças Armadas modernas e adaptadas às necessidades do nosso tempo.

Também aqui o impulso reformista não pode abrandar. À democracia compete atualizar os objetivos estratégicos da defesa nacional e os meios para os realizar. É tarefa urgente que compete ao poder político democrático.

Como Comandante Supremo, quero saudar todos os militares portugueses, estejam onde estiverem, manifestando-lhes o reconhecimento do País pelas missões que têm desempenhado com tanta eficácia e dedicação, prestigiando Portugal e reforçando a sua posição internacional.

Sr. Presidente, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Um terceiro desafio que temos de ter presente é o que resulta da disseminação de fatores de insegurança e risco na nossa sociedade.

Nas sociedades modernas, a segurança tem de ser encarada como uma dimensão da cidadania. Ao cidadão, o Estado tem de garantir tanto o acesso a patamares de dignidade e bem-estar, como a segurança pessoal e patrimonial.

Sabemos que as causas da insegurança são diversificadas, múltiplas, pouco controláveis e que simplificar os dados do problema não ajuda a resolvê-lo. A violência que existe nas nossas sociedades é, em parte, resultado de uma sociedade que é desumana, agressiva e em que os fatores de exclusão social se acentuaram, provocando ruturas e antagonismos graves.

Mas reconhecer que a violência tem causas complexas não significa desculpá-la nem impede que o programa de combate seja claro, atuando-se sobre as causas profundas e sobre os efeitos imediatos.

É preciso, nesta matéria, adequar as capacidades do Estado, tornar ainda mais eficazes as ações de prevenção e dissuasão, prestigiar o papel social das forças de segurança, assegurar a cooperação entre o Estado central e as autarquias, obter a colaboração empenhada das organizações de solidariedade social, incluindo o voluntariado. É, ainda, fundamental ser firme, cada vez mais firme, na repressão das novas e sinistras formas de criminalidade, pois, como também sabemos, o crime está hoje globalizado.

Mas, para além da violência, existem na nossa sociedade novos fatores de risco, ligados a mudanças de tipo civilizacional, que geram também inseguranças de outro tipo.

Alguns deles vêm de trás, como os que resultam das tão conhecidas assimetrias regionais e das dificuldades do mundo rural em modernizar-se. Outros são consequência dos impactes, por vezes brutais, de uma competição económica e social sem regras, que precariza o emprego, enfraquece as estruturas sociais, a começar pela família, ou ainda do individualismo exacerbado que mina a responsabilidade coletiva. Por isso, tenho apelado incessantemente – e continuarei a fazê-lo! – ao reforço da cidadania e da coesão social.

O papel das famílias é essencial para este objetivo da coesão e da integração, não podendo ser transferido. Deve, por isso, promover-se uma articulação cada mais consistente entre a escola e as famílias, desde o pré-escolar. A escola não pode ser vista como uma oportunidade de transferir responsabilidades que cabem à família, mas como um assumir dessas responsabilidades num quadro cada vez mais amplo. O apoio à família implica igualmente políticas novas em domínios como o da fiscalidade, da diversidade de horários de trabalho e da partilha de responsabilidades familiares entre os seus membros.

Por outro lado, o sentimento de insegurança acentua-se ainda porque se rompem equilíbrios ecológicos e biológicos e se utilizam processos e materiais que representam perigos sérios para a vida e para a saúde humana. As mutações e as inovações surpreendem, abrem novos horizontes, sem dúvida, mas, por vezes, também provocam inquietação e temor.

Precisamos de estar mais atentos a estes temas dos quais depende o nosso futuro. Portugal tem de dispor de um aparelho técnico-científico sempre muito apto, que proporcione informação, conhecimento rigoroso e pontual em áreas estratégicas, como a agroalimentar, a saúde pública, o ambiente e o clima. O País não pode prescindir de dispositivos de fiscalização e controlo devidamente creditados dos ecossistemas e das intervenções que neles são operados pelas obras públicas e pela implantação de quaisquer equipamentos sociais.

Essa é uma exigência do nosso tempo. Se podemos e devemos aceder à investigação europeia e mundial, isso não pode, em caso algum, servir de pretexto para descurarmos os nossos próprios meios materiais, sobretudo as nossas inegáveis qualificações humanas nesses campos.

As nossas universidades e os nossos politécnicos têm aí um contributo fundamental a dar. Só assim, aliás, se pode cumprir cabalmente a responsabilidade que o Estado e os seus serviços têm perante os cidadãos.

Sabemos que, atualmente, a segurança e a tranquilidade dos portugueses dependem muito da credibilidade do Estado e da eficácia da Administração Pública. Só com o rigor e a transparência asseguraremos essa credibilidade; só com qualificação, modernização, racionalização de meios, garantiremos essa eficácia. Esta, Minhas Senhoras e Meus Senhores, é uma batalha que não podemos perder.

Por isso, o quarto desafio que importa referir diz precisamente respeito à reforma do Estado.

Como tenho repetidamente afirmado, há, em muitos domínios, uma descrença nas capacidades do Estado em servir os portugueses. Essa desconfiança é, aliás, crónica entre nós, e diria mesmo que é quase secular.

De facto, é frequente apontar-se situações em que o Estado falhou por inoperância ou por falta de meios aptos. Mas ainda há casos em que cedeu a grupos de pressão ou assumiu ele próprio uma lógica corporativa, onde devia ter assumido uma ética de serviço público. Quando age assim, o Estado torna-se parte, e parte do problema, em vez de árbitro e, portanto, parte da solução.

Este é um tema fundamental de cidadania. Penso que não deve ser aprisionado – e sublinho penso que não deve ser aprisionado – na luta político-partidária. É um imperativo da democracia, pois a democracia exige um Estado democrático forte, justo, eficaz, imparcial e prestigiado.

Para isso, precisamos de restaurar a confiança na relação entre o Estado e os cidadãos. Precisamos de uma nova atitude, que vença suspeitas e rotinas que se vêm arrastando. Precisamos de um Estado democrático moderno e reformista.

Como tenho dito, precisamos de serviços públicos que sejam verdadeiramente o que são: serviços e públicos. Serviços, porque estão ao serviço dos cidadãos; públicos, porque não estão ao serviço de interesses ou conveniências privadas, em detrimento do interesse geral e do bem comum.

Necessitamos – estes dias tão dolorosamente o demonstram! – de maior igualdade regional na oferta e na utilização dos serviços e dos recursos. Precisamos de assegurar o acesso e a utilização efetiva dos serviços, e serviços descentralizados, por parte das pessoas a quem se destinam. Só assim garantiremos eficazmente a educação, a saúde, a justiça a que os portugueses têm direito. Só assim o Estado será um instrumento de progresso e de desenvolvimento da sociedade e da economia - e não um peso, uma inércia, um fator de asfixia e de opacidade das decisões.

Refiro, por fim, Sr. Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores, como quinto desafio, que se prende com este, o da reforma do sistema político.

É hoje patente, no comportamento dos cidadãos face à política – e ninguém pode atirar a primeira pedra! – aquilo que vários observadores vinham diagnosticando: o risco de um divórcio entre os cidadãos e a política. De facto, sinto desencanto e, por vezes, até desinteresse dos meus concidadãos pela vida política. Há sinais de desmotivação e de despolitização que me preocupam, que preocupam todos os que querem uma democracia viva e dinâmica, uma República moderna e solidária.

Não esqueçamos que a liberdade e a democracia nunca estão adquiridas definitivamente. Temos de cultivar os seus valores, o seu espírito, os seus ideais, os seus princípios: a autoridade democrática, a igualdade dos cidadãos perante a lei, o pluralismo, a participação, a tolerância e, digo mesmo, a fraternidade.

Temos de fortalecer as associações cívicas e políticas, a começar pelos partidos políticos, tornando-os mais abertos e mobilizadores. Temos de prestigiar todas as instituições representativas que devem demonstrar mais eficácia e prestar contas da sua ação em defesa do interesse público. Temos de impor uma ética da responsabilidade na vida democrática e na ação política, subordinando os interesses pessoais ao interesse coletivo.

A vida, tantas vezes, Sr. Presidente e Srs. Deputados, parece correr à margem do sistema político. Por isso, temos também de fortalecer todas as formas de associativismo social, o voluntariado, as organizações dinâmicas da comunidade.

Uma das causas do afastamento dos cidadãos está provavelmente na convicção de que o poder político está longe dos problemas e é pouco eficaz na sua solução. Esta questão põe às instituições da vida democrática, designadamente aos partidos, os mais sérios reptos.

Temos de criar organizações menos fechadas e mais abertas à cidadania. Esta é a razão por que, em democracia, não é adequado falar-se em classe política. Os políticos não podem nem devem constituir uma classe assente numa qualquer solidariedade corporativa de interesses ou privilégios. O

exercício de funções políticas, sempre transitório, é um serviço prestado à comunidade, de quem se recebe legitimidade e a quem se tem de prestar contas.

Temos de ser capazes de quebrar o ciclo vicioso que leva os cidadãos a distanciarem-se da política porque a acham pouco influente, contribuindo, com esse mesmo afastamento, para a perda de influência da política. Quebrar o ciclo vicioso implica garantir que o cidadão tem a palavra, que o seu voto conta, que a sua participação é querida e respeitada.

Temos também de aperfeiçoar o recenseamento eleitoral, realizando com determinação uma mudança profunda no atual sistema.

Durante o meu primeiro mandato, chamei a atenção do País e dos responsáveis políticos para a necessidade de uma reforma do modo de fazer política. Num mundo que mudou tanto, só a política parece ter mudado tão pouco, ficando agarrada a formas de intervenção pouco motivadoras.

Algumas alterações foram, no entanto, experimentadas. A campanha eleitoral das presidenciais decorreu já sob uma nova lei de financiamento das campanhas eleitorais que contém inegáveis aspetos positivos. Com a experiência entretanto adquirida, julgo estar em condições, e ser, aliás, meu dever, de sobre ela me pronunciar, o que farei proximamente em mensagem a esta Assembleia.

A desconfiança que, por vezes, se manifesta em relação à política e aos políticos tem de ser contrariada, não apenas com palavras, mas com atos, com rigor nos comportamentos e com exemplos de dedicação à causa pública. Falo à vontade, pois penso, e tenho-o dito, que os portugueses devem muito aos eleitos que os representam e servem nas mais diversas instâncias – tantos deles ignorados! – desde as juntas de freguesia e câmaras municipais até às Regiões Autónomas e à Assembleia da República. Esse reconhecimento é devido e não será regateado, se mostrarmos capacidade de vivificar o poder local, de aprofundar as autonomias, de aproximar os representantes dos representados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os desafios que enumerei decorrem, como disse, de preocupações que sinto presentes na sociedade portuguesa. Decorrem também das ambições e expectativas dos portugueses. Ambições e expectativas naturais. A sociedade portuguesa é hoje menos resignada, mais crítica e mais complexa. Ainda bem que o é.

Não podemos, por isso, ficar surdos perante as críticas, quando justas, e inertes perante as exigências, quando legítimas. Pior do que uma resposta, mesmo incompleta, é a indiferença, o deixa andar. Os portugueses sabem que não terei nunca contemplação com a desatenção, com a falta de empenhamento na solução dos problemas, com o arrastamento das decisões. A minha única ambição é Portugal – e quero que Portugal seja digno da ambição dos portugueses. Os desafios de que vos falei devem ser tomados como metas.

A meta do crescimento económico, da convergência real com os padrões europeus e da competitividade da economia nacional.

A meta de um Portugal forte numa União Europeia alargada e num Mundo globalizado.

A meta de um Portugal seguro, coeso e solidário.

A meta de um Estado responsável e responsabilizado.

A meta de uma República moderna e participada.

Pela minha parte, quero transmitir ao Estado e à sociedade os impulsos transformadores e modernizadores que, no âmbito da minha magistratura – e sublinho no âmbito da minha magistratura – , considero prioritários: na formação, no ensino, na cultura e na ciência; na vida empresarial; na justiça; na saúde; nas Forças Armadas e de segurança pública; na vida política.

Trabalharei, como é meu timbre, com todos os órgãos, instituições e partidos, no apreço e respeito pela diversidade plural de opiniões de que se faz a democracia. Agora, como no mandato anterior, serei fiel aos princípios que regem o exercício da função em que fui investido: a isenção, a imparcialidade, a cooperação institucional.

Sei que há capacidades e vontades que se podem congregam, mobilizando os portugueses residentes no Continente e nas Regiões Autónomas, e em ligação com os portugueses que se encontram emigrados em vários países do Mundo. A todos saúdo afetuosamente neste dia.

Saúdo também os imigrantes que vivem entre nós, acatando as nossas leis e contribuindo com o seu trabalho para o nosso desenvolvimento. Dirijo-lhes uma palavra de solidariedade nas suas dificuldades de integração.

Considero meu primeiro dever impulsionar e unir os portugueses para mudarmos o que está mal, consolidarmos e ampliarmos o muitíssimo que conseguimos, prosseguirmos a modernização e o desenvolvimento do País. Não podemos, porém, realizar este objetivo sem uma clara visão global, com desprezo absoluto por aquilo que é profundamente paroquialista e sem interesse. Os problemas que temos de enfrentar têm uma natureza e uma dinâmica que não é estritamente nacional. O mesmo se pode dizer das respostas a esses problemas.

Chegámos ao século XXI com alguns problemas velhos, mas tendo como fundo um Mundo que é novo. Nele, os velhos problemas mudam a sua dimensão e a esses juntam-se novos problemas. Não há mais lugar para receitas gastas ou soluções de facilidade. A chave que nos abriu a porta do novo milénio não é a chave das certezas, é a das interrogações.

A história ensina-nos, contudo, que se estas são épocas de riscos, são também de exaltante invenção de novas possibilidades de viver e de construir um Mundo melhor. Nos tempos de grandes mudanças, apareceram algumas das obras mais admiráveis criadas pelo génio humano. A obra de Camões, por exemplo, é de um tempo de mudança, de incerteza e de globalização. É disso que, afinal, nos fala.

Portuguesas e portugueses, não devemos, pois, ficar paralisados pelo medo ou pela descrença. Nem assustados pela grandeza da obra a fazer. Ousemos, norteados por valores que, sobretudo nas épocas de crise, nos devem dar ânimo. Esses valores traduzem-se na responsabilidade de sermos mais humanos e na convicção profunda de que só a liberdade é criadora e apenas a justiça funda o que é duradouro.

Foi em nome dessa responsabilidade e dessa convicção que, desde a Universidade, me empenhei no combate político. Continuo fiel a esse mandamento interior. Diferentemente de alguns, a quem a passagem dos anos ou a vida desiludiu, afundando-os num ceticismo cínico ou resignado, a que às vezes chamam pragmatismo, mantenho intacto e atualizado o sonho da minha juventude. Ao contrário deles, a experiência dos homens e das situações confirmou-me no essencial das minhas convicções.

Minhas senhoras e meus senhores, acredito com a mesma força de então que é possível, necessário e urgente lutar por um Mundo de maior dignidade para todos os seres humanos, por um Portugal mais solidário e mais equânime, com menos discriminações entre homens e mulheres, entre filhos de ricos e filhos de pobres, entre habitantes do interior e habitantes do litoral, entre jovens e mais velhos.

A possibilidade de concretização desse sonho de um país livre e justo abriu-se para nós em 25 de Abril de 1974. Quero evocar com emoção essa data fundadora do novo Portugal democrático.

Lembro todos os que, durante décadas de coragem e de dádiva pessoal, lutaram pela liberdade. Presto homenagem aos capitães de Abril que, nesse dia em que “a poesia estava na rua”, nos fizeram reencontrar o futuro.

Para sermos fiéis ao inicial, grande e generoso impulso transformador do 25 de Abril, temos o dever de estar à altura da esperança dos portugueses.

É chegada a hora de vencermos a desconfiança secular por nós próprios, de sacudirmos o pessimismo, a resignação, “o meu remorso de todos nós”, de que falava, com tanta inteligência crítica, Alexandre O'Neill. É chegada a hora de ultrapassarmos aquela atitude mental que nos faz apontar os males, arrançando logo alibis, desculpas e explicações para a sua continuação.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o meu apelo é este: sejamos exigentes connosco, sejamos ambiciosos com Portugal.

Viva a República!

Viva Portugal!

Cavaco Silva (2006)

Presidente	Cavaco Silva
Data	09 de março de 2006
Período	Democracia
Sigla	CS2006
Localizado em	Assembleia da República I (legislatura 10, sessão legislativa 1, número 100, data da sessão 09-03-2006, data do diário 10-03-2006) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&diary=s1110sl1n100-4691&type=texto

Sr. Presidente da Assembleia da República,
Sr. Dr. Jorge Sampaio,
Sr. Primeiro-Ministro,
Sras. e Srs. Deputados,
Ilustres Convidados,

Quero, em primeiro lugar, saudar o povo português. Saúdo todos os portugueses que me honraram com a sua escolha para Presidente da República.

A todos asseguro que darei o melhor de mim mesmo para corresponder à confiança que em mim depositaram, honrando o juramento solene que acabei de pronunciar, quando assumo os poderes e as responsabilidades do cargo de Presidente da República Portuguesa.

Quero ser e serei o Presidente de todos os portugueses. Aqui afirmo o meu propósito de fortalecer os vínculos que a todos nos unem e de estar atento às preocupações e anseios de todos os meus concidadãos e também daqueles que, não tendo nascido portugueses, escolheram a nossa terra para viver e se realizarem como pessoas. Ao Sr. Presidente da Assembleia da República, que, com tão grande dignidade e saber, dirige esta que é a Casa-mãe da democracia portuguesa, agradeço, sentidamente, as palavras de saudação que me dirigiu.

Aos Srs. Deputados, legítimos representantes da pluralidade da Nação portuguesa, manifesto o meu respeito e a minha inteira disponibilidade de leal cooperação, para que a Assembleia da República cumpra com eficácia as elevadas responsabilidades que lhe cabem na construção de um País de mais progresso, justiça e solidariedade.

Aos chefes de Estado e de Governo e aos altos representantes de países amigos, que tanto honram o nosso País com a sua presença nesta cerimónia, agradeço e saúdo calorosamente.

Num momento em que as dificuldades que Portugal atravessa estão suficientemente diagnosticadas e reconhecidas, reafirmo ao Sr. Primeiro-Ministro e ao seu Governo a minha inteira disponibilidade e empenhamento numa cooperação leal e frutuosa.

Quero nesta ocasião prestar a minha sincera homenagem ao Presidente da República cessante, Dr. Jorge Sampaio, pela dignidade, patriotismo e profundo sentido de Estado com que exerceu a sua magistratura. É para mim uma honra fazer-lhe a entrega do Grande Colar da Ordem da Liberdade, numa outra cerimónia que hoje terá lugar.

Num tempo de sérias dificuldades, como é aquele em que vivemos, são enormes as responsabilidades que impendem sobre os titulares de cargos políticos.

No respeito pelas diferenças e pelo debate de ideias, os portugueses esperam e exigem dos políticos, que democraticamente escolheram, que deixem de lado divisões estereis, minudências e querelas que pouco ou nada têm a ver com a resolução dos problemas nacionais. Que não percam tempo e energias em recriminações sobre o passado e pensem no futuro do País, porque é esse que agora interessa.

Os diagnósticos estão feitos. O que os portugueses esperam dos seus representantes, cada um com a sua própria responsabilidade, é ação, mais ação.

Num momento de muitas preocupações, em que há tanta coisa difícil para fazer, os portugueses gostariam certamente de perceber que a classe política está, até onde em democracia é possível, disposta a juntar esforços para ultrapassar diferenças e fazer obra em comum.

Há seguramente domínios onde podem e devem ser procurados entendimentos alargados entre Governo e oposição e mesmo com organizações da nossa sociedade civil.

É por tudo isto que me atrevo a deixar perante esta Câmara e perante os portugueses cinco grandes desafios que, nas circunstâncias em que o País se encontra, considero cruciais para abrir caminhos consistentes de progresso. Para eles, os portugueses esperam, com sentido de urgência, uma resposta da parte dos responsáveis políticos.

O primeiro desafio que quero destacar é o da criação de condições para um crescimento mais forte da economia portuguesa e, conseqüentemente, para o combate ao desemprego e para a recuperação dos atrasos face à União Europeia. Sem isso, tudo será mais difícil.

Na vida das nações, cada geração tem o dever de legar à geração seguinte uma sociedade social, cultural e economicamente mais desenvolvida. É isso que os jovens têm o direito de esperar da nossa geração.

Vivemos num mundo que é cada vez mais global, somos membros de uma União Europeia que se alargou para leste e, por isso, a produção nacional está sujeita a uma fortíssima concorrência nos mercados interno e externo. Esta é uma realidade que se nos impõe.

Para além disso, somos periferia da Europa, estamos geograficamente situados no seu extremo sudoeste. Aparentemente, olhamos para um mundo que nos é adverso. Mas, vendo bem, somos o espaço onde a Europa se abre ao Atlântico, o que pode ser uma enorme vantagem.

Acresce que, hoje, a periferia já não é ditada pela geografia. A periferia é onde mora o atraso competitivo. É este, e só este, o fator crítico.

O desenvolvimento, a melhoria das condições de vida das populações moram onde moram a inovação, a criatividade, a investigação e o desenvolvimento tecnológico, a excelência no ensino, onde as universidades interagem com as empresas, onde o Estado não é entrave à atividade dos cidadãos mas, sim, uma entidade que regula e fiscaliza o cumprimento das regras de uma concorrência saudável.

Que este caminho está ao nosso alcance demonstram-no muitas das nossas empresas, nos mais variados sectores, que têm elevada produtividade, apostam na qualidade e na inovação e são altamente competitivas nos mercados internacionais.

É este o caminho que tem de ser seguido, porque não há outro.

Não podemos também esquecer que somos um País fortemente dependente e ineficiente em matéria energética e que temos pela frente importantes desafios relacionados com os altos preços do petróleo, com a segurança dos abastecimentos, as alterações climáticas e as exigências do Protocolo de Quioto. A sustentabilidade do crescimento da nossa economia passa também por uma política energética ajustada às novas realidades.

O segundo desafio refere-se à recuperação dos atrasos em matéria de qualificação dos recursos humanos.

O futuro de Portugal está indissociavelmente ligado ao que formos capazes de fazer no plano da qualidade da educação dos nossos jovens e da formação dos nossos trabalhadores. Trata-se não só de um elemento central da estratégia de desenvolvimento, mas também de um fator decisivo para a realização de uma efetiva igualdade de oportunidades, princípio fundamental de uma democracia moderna.

O combate ao insucesso e abandono escolar não pode deixar de ser uma prioridade de todos os responsáveis políticos, por forma a que uma percentagem maior dos nossos jovens complete o ensino

secundário, para o que é crucial o empenho dos professores e a cooperação ativa dos pais, na certeza de que a melhor herança deixada aos filhos é a educação.

No mundo em que vivemos é preciso que a escola, mais do que ensinar, ensine a aprender. Mais ainda, é decisivo aprender a empreender. A empresa de hoje faz apelo a quem seja capaz de empreender, seja ao seu modesto colaborador seja àquele que a gere e organiza. O empreendedorismo chegou tarde às nossas escolas e agora é preciso acelerar o passo.

O terceiro desafio é o da criação de condições para o reforço da credibilidade e eficiência do sistema de justiça.

É hoje indissociável que se têm vindo a avolumar entre nós as preocupações acerca do funcionamento do sistema de justiça. Não se trata apenas de preocupações centradas na morosidade dos processos judiciais, mas também de sintomas de degradação da qualidade e prestígio das instituições.

A justiça constitui um valor superior da ordem jurídica, um fim irrenunciável do Estado e a primeira e última garantia dos direitos e liberdades das pessoas.

Constitui responsabilidade inadiável das forças políticas, ouvindo os operadores judiciários, gerar os consensos indispensáveis para se poder assegurar o funcionamento de um sistema de justiça eficaz, caracterizado pela qualidade, pela certeza e pela responsabilidade das suas decisões.

É uma responsabilidade de todos contribuir ativamente para que, em Portugal, tenhamos uma justiça que inspire a confiança dos cidadãos quanto à defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, que reprima as violações da legalidade e não seja obstáculo ao desenvolvimento equitativo do País.

O Presidente da República dará sempre o seu apoio às mudanças que se mostrem necessárias ao fortalecimento da legitimação democrática das instituições judiciárias, à garantia da sua independência, ao prestígio dos seus titulares e à eficácia da imprescindível função que a Constituição lhes atribui.

O quarto desafio diz respeito à sustentabilidade do sistema de segurança social.

Tem vindo a desenvolver-se na sociedade portuguesa, tal como noutros países da União Europeia, um crescente sentimento de ansiedade quanto à capacidade do Estado assegurar no futuro o pagamento das pensões àqueles que completam o seu ciclo de vida ativa.

É uma questão muito séria, que exige dos responsáveis políticos uma atenção especial.

Urge aprofundar os estudos técnicos e promover um amplo debate nacional sobre a sustentabilidade a médio e longo prazo do financiamento do nosso sistema de segurança social. Seria desejável alcançar um consenso político alargado quanto à estratégia adequada para enfrentar a tendência para o envelhecimento da população portuguesa, a par do declínio da taxa de natalidade.

O quinto desafio que quero referir é o da credibilização do nosso sistema político, um domínio de crescente insatisfação dos cidadãos que importa não ignorar.

Numa sociedade fundada no princípio democrático, a política é uma das mais nobres atividades, porque tem a ver com a realização do bem comum e com a preservação e reforço dos interesses perenes de uma comunidade nacional. E, precisamente por isso, a democracia não se esgota em eleições e alternância no poder. Ela é, acima de tudo, um código moral e é daí que advém a sua supremacia em face dos demais regimes políticos.

Os agentes políticos têm de ser exemplo de cultura de honestidade, de transparência, de responsabilidade, de rigor na utilização dos recursos do Estado, de ética de serviço público, de respeito pela dignidade das pessoas, de cumprimento de promessas feitas.

Um Estado ao serviço de todos, como se exige em democracia, deve ser servido pelos melhores e, por isso, a escolha dos altos responsáveis não eleitos não pode senão nortear-se exclusivamente por critérios de mérito, onde as considerações político-partidárias não podem contar.

Um regime que se funda neste conjunto de valores é um regime que tem de ser firme no combate à corrupção, porque, justamente, ela corrói a democracia, porque lhe subverte os valores matriciais, cava injustiças num regime que tem a justiça como princípio essencial e porque prejudica o desenvolvimento.

Exige-se, por isso, em nome da democracia, uma luta permanente e sem tréguas a este seu inimigo: a corrupção.

Exige-se firmeza nas leis, que urge ajustar para melhor combater as formas mais correntes de corrupção, e exige-se firmeza na investigação e na punição.

Um dos princípios fundamentais da ação política é o respeito pela dignidade da pessoa humana, de que resulta como corolário que o desenvolvimento é económico para poder ser social. Daí que a busca da coesão social, do desenvolvimento justo que a todos aproveite, não possa deixar de constituir uma prioridade para todos os responsáveis políticos.

Devem preocupar-nos, em particular, aqueles que, em virtude da sua especial vulnerabilidade, se encontram mais expostos à adversidade e ao infortúnio.

Refiro-me, especificamente, aos idosos, aos cidadãos portadores de deficiência, aos desempregados e às vítimas de violência, destacando, de entre todas elas, as mais desprotegidas: as crianças.

A melhoria da justiça social, o combate à exclusão, o apoio aos mais desfavorecidos da nossa sociedade é uma razão superior para fazer com que o País volte a abraçar a batalha da criação de riqueza.

O desenvolvimento, para ser justo, tem também de ser sustentável, tendo em devida conta a herança que nos compete transmitir às gerações futuras.

As políticas de defesa da qualidade ambiental e de correção do desordenamento na ocupação do território, quando prosseguidas com bom senso, devem ser encaradas não como limites ao desenvolvimento mas como elementos de inovação e modernização que tornam o País mais competitivo.

Se é verdade que a Pátria não é só a língua portuguesa, não é menos certo que ela constitui o maior símbolo de identidade coletiva de um povo que se caracteriza também pela sua vocação humanista e universalista.

Saúdo, assim, de uma forma particularmente calorosa, os países africanos de expressão oficial portuguesa, o Brasil e Timor. A todos nos ligam fortíssimos laços que a história teceu, com todos mantemos relações privilegiadas, falamos um idioma comum, formamos a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Podemos de alguma maneira dizer que constituímos uma comunidade de destino.

Não me pouparei a esforços para valorizar esta comunidade que somos, convicto de que, em conjunto, seremos capazes de construir algo que é muito maior que a soma das suas partes.

“Nesga de terra debruada de mar”, assim qualificou Miguel Torga o nosso Portugal. É tempo de prestar ao mar uma nova atenção. A vasta área marítima sob jurisdição nacional, que nos posiciona como uma grande Nação oceânica, ponte natural entre a Europa, a África e a América, encerra potencialidades económicas e um valor estratégico que não podemos ignorar. O mar, para além do seu significado histórico, constitui, para Portugal, uma enorme oportunidade.

Portugueses: é uma ilusão pensar que basta a ação do Governo, da Assembleia da República e do Presidente da República, por mais empenhada e certa que ela seja, para que Portugal ultrapasse as atuais dificuldades e vença os desafios que tem à sua frente.

Como tenho dito repetidamente, neste momento que não é fácil, Portugal precisa de todos. Todos somos responsáveis pelo nosso futuro coletivo. A situação do País é demasiado complexa para que alguém pense que isto não é consigo, é só com os outros.

É errado pensar que o Estado resolve tudo ou quase tudo. O Estado não é o legatário de todos os problemas que nos afligem. Como Presidente da República, empenhar-me-ei para que na sociedade portuguesa, ao lado dos direitos, se afirme uma cultura cívica de responsabilidade, em que cada um

compreenda que é seu dever contribuir para o progresso do País, melhorando por essa forma a sua própria situação pessoal.

Ajudem Portugal a vencer as dificuldades, é o apelo que nesta ocasião dirijo a todos.

Portugal precisa de todos os portugueses numa atitude de dedicação ao trabalho, de rigor e persistência, num esforço redobrado para fazer bem e com qualidade o que lhes compete fazer, numa nova atitude de iniciativa criadora e de um otimismo fundado na certeza de que os nossos problemas não são maiores do que a nossa vontade coletiva de os vencer.

Dos trabalhadores e dos seus sindicatos exige-se uma atitude realista, que possibilite a defesa do emprego e do poder de compra dos salários, no quadro internacionalmente exigente em que se insere a nossa economia.

Precisamos de aumentar a produtividade e ser mais competitivos. Mas não se pense que a produtividade é baixa porque os trabalhadores portugueses trabalham pouco. Pelo contrário! O que acontece é que o trabalho é pouco eficiente e, na grande maioria dos casos, não é por culpa dos trabalhadores.

Se os desafios do presente fazem apelo aos trabalhadores, eles exigem muito dos nossos empresários e gestores. À classe empresarial cabe ser o agente motor da mudança nas empresas, fomentando a modernização tecnológica, a inovação nos produtos e nos processos, promovendo a qualificação dos recursos humanos, incentivando a criatividade e premiando o mérito.

Cabe aos empresários e gestores apostar na especialização em produtos de maior valor acrescentado, na melhoria da qualidade da gestão, na conquista de novos mercados e saber aproveitar as oportunidades que a globalização encerra. É assim que se produz o sucesso empresarial.

Tentar preservar a competitividade à custa de salários baixos é uma estratégia sem futuro.

Às universidades e politécnicos exige-se também que compreendam o mundo novo em que vivemos. Exige-se que apostem na excelência a todos os níveis, que se integrem nas redes internacionais, que vão ao encontro das empresas e com elas interajam, por forma a que o conhecimento científico e tecnológico se traduza em reforço da capacidade competitiva do País.

O momento é exigente para os servidores do Estado. A eles se pede que se empenhem em servir melhor os cidadãos e as empresas e que, com o sentido de responsabilidade que os caracteriza, procurem ser agentes dinamizadores da mudança e não travão da vida económica e social do País.

Estou convencido de que são os primeiros a reconhecer a necessidade de avançar na reforma da Administração Pública, de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados, reduzir a burocracia, aumentar a transparência e reduzir gradualmente o peso da despesa pública.

Às famílias e aos professores relembro a responsabilidade que lhes cabe na formação da juventude. Aos pais e à escola exige-se um empenho permanente para que os nossos jovens concluam pelo menos o ensino secundário, por forma a que possam singrar na sociedade do conhecimento e no mundo globalizado.

Às autarquias locais que, ao longo das três décadas de democracia que o 25 de Abril tomou possível, têm dado um contributo inestimável para a melhoria das condições de vida das populações, cabe-lhes agora a responsabilidade de ajustarem a sua ação à difícil situação financeira em que se encontra o sector público português e às novas condições de desenvolvimento que o País enfrenta. A preocupação pela competitividade das empresas e a sua capacidade para criar empregos tem também de ser assumida pelo poder local.

Aos portugueses espalhados pelo mundo, a quem expresso o meu apreço e solidariedade, peço que, na medida em que lhes for possível, lancem um novo olhar sobre as oportunidades de investimento e criação de riqueza no País que é de todos nós.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sras. e Srs. Deputados: Não é possível pensar a política externa independentemente da realidade interna do País.

A defesa dos interesses de Portugal na cena internacional será tanto mais fácil quanto mais confiantes nos sentirmos nas nossas capacidades. Um País estável e mobilizado, um País que cresce e progride, um País que cria e inova, um País que é capaz de abraçar as oportunidades que se lhe oferecem, será certamente um ator muito mais credível e respeitado na cena internacional.

Acredito num Portugal forte e digno da sua história. Um país que traga a esse projeto extraordinário que é a União Europeia uma contribuição própria e uma participação ativa. A União Europeia alargou-se e outros alargamentos se preparam. E tal acontece porque a União Europeia é um projeto de sucesso.

Neste período de reflexão sobre o futuro da Europa, é bom que não nos esqueçamos disso.

Mas não nos iludamos: há o risco de que os cidadãos se não revejam nesta União Europeia que vamos construindo, seja porque se sentem demasiado longe dos seus processos de decisão, seja porque nela não encontram resposta para os problemas que os preocupam.

Acredito firmemente no projeto de integração europeia. A União Europeia constitui um quadro fundamental para a afirmação dos nossos interesses. Mas é preciso que os nossos parceiros nos vejam como um ator empenhado e participativo, capaz de constituir uma mais-valia.

No segundo semestre do próximo ano, Portugal assumirá, pela terceira vez, a Presidência do Conselho da União Europeia. Teremos, assim, uma oportunidade única para, repetindo o sucesso que foram as presidências anteriores, reforçarmos a imagem de seriedade e credibilidade que temos sabido consolidar.

A construção de uma relação transatlântica saudável é fundamental para Portugal e para a União Europeia. Enquanto Estados democráticos abertos ao confronto de ideias estamos todos, de cada um dos lados do Atlântico, particularmente bem posicionados para compreender a naturalidade da divergência de opiniões e até a riqueza que pode advir dessa divergência. Mas, enquanto Estados responsáveis, tudo devemos fazer para evitar que aquilo que nos une e que é o essencial se veja sacrificado no altar daquilo que circunstancialmente nos divide.

Esta é uma preocupação estratégica de Portugal a que nos conduzem as nossas circunstâncias geográficas, o nosso legado histórico, a presença de grandes comunidades portuguesas na outra margem do Atlântico e, não o esqueçamos, uma comunhão de princípios e de valores.

Durante a campanha eleitoral assumi um conjunto de compromissos políticos que faço questão de reafirmar nesta cerimónia solene.

Os portugueses sabem que sempre considerei a estabilidade o pressuposto essencial do bom funcionamento das instituições e da realização das mudanças necessárias ao desenvolvimento do País.

No entanto, entendo que a estabilidade política não é um valor em si mesmo. A estabilidade é uma condição, não um resultado. E para que a estabilidade não se confunda com imobilismo, é necessário imprimir-lhe um sentido dinâmico e reformista.

De acordo com a leitura que faço dos poderes presidenciais inscritos na Constituição, considero que o Presidente da República deve acompanhar com exigência a ação governativa e deve empenhar-se decisivamente na promoção de uma estabilidade dinâmica no sistema político democrático.

Julgo, por outro lado, que os desafios que Portugal enfrenta neste momento histórico exigem uma magistratura presidencial que favoreça consensos alargados em torno dos grandes objetivos nacionais.

É em torno do muito que nos une que o Presidente da República pode exercer uma ação relevante no seu relacionamento com os demais órgãos de soberania, especialmente com o Governo.

Julgo que o País necessita de mais do que a mera cooperação institucional, que os portugueses têm uma ambição maior em relação àquele que, nos termos da Constituição, representa a República e é o primeiro garante do regular funcionamento das instituições democráticas.

Perante os grandes desafios que se colocam a Portugal, entendo que do Presidente da República não se pode esperar uma simples promessa de lealdade institucional em relação aos demais poderes

do Estado. O Presidente da República deve empenhar-se numa autêntica cooperação estratégica, em torno dos grandes objetivos nacionais, com os restantes órgãos de soberania e, em particular, com o Governo legítimo de Portugal.

Os portugueses sabem que, a par da estabilidade política, sempre valorizei o diálogo entre os diversos agentes políticos, económicos e sociais. Considero, aliás, que existe uma interdependência essencial entre estabilidade e diálogo. Por um lado, só a estabilidade permite um diálogo autêntico e frutuoso. Por outro lado, o diálogo é um dos elementos essenciais da estabilidade política e da paz social.

É esse o sentido da cooperação estratégica do Presidente da República com os outros órgãos de soberania. Trata-se, em palavras simples, de fazer obra em comum, de todos fazermos obra em comum. Ouvindo os portugueses, escutando o País, o Presidente da República pode ser um interlocutor privilegiado dos anseios e legítimas preocupações da sociedade civil sem se assumir como porta-voz de interesses corporativos e sem interferir na esfera própria de competências de cada órgão de soberania.

Além do respeito pela separação de poderes, assumo igualmente um compromisso político de isenção. No exercício das funções em que fui investido, tratarei por igual todas as forças políticas e sociais representativas da nossa sociedade. Serei o Presidente de Portugal inteiro.

No exercício das funções de Comandante Supremo das Forças Armadas, que a Constituição atribui ao Presidente da República, considero da maior relevância o reforço da coesão e do prestígio da instituição militar, objetivo que, em permanência, deve merecer a atenção prioritária de todos os responsáveis políticos.

Importa que a população portuguesa saiba que as nossas Forças Armadas têm demonstrado um profissionalismo exemplar nas missões externas em que têm estado envolvidas, prestigiando o País e contribuindo para o reforço da sua posição no plano internacional. Acompanharei de perto, em articulação com os demais órgãos de soberania, o processo de reestruturação e modernização das Forças Armadas e estimularei o trabalho conjunto dos ramos, por forma a reforçar a operacionalidade das forças e a promover uma adequada racionalização dos meios.

Saúdo as autonomias regionais dos Açores e da Madeira, realizações frutuosas da nossa democracia, como o testemunha o progresso económico e social registado nessas regiões nas duas últimas décadas.

Como garante da unidade do Estado e como defensor da coesão nacional, procurarei contribuir para um clima de bom relacionamento e diálogo leal e construtivo entre os órgãos de governo regionais e da República e para que as especificidades das regiões sejam devidamente tidas em conta, no quadro da solidariedade entre as diferentes partes do todo nacional.

Faz hoje precisamente 506 anos que partiu a frota de Pedro Álvares Cabral para a sua viagem imortal de aventura e descoberta. O embarque tinha ocorrido com grande pompa no dia 8 de Março, data fixada para a partida. Todas as condições pareciam reunidas, mas faltou qualquer coisa. O vento mudou, e a frota de Cabral teve de aguardar no estuário do Tejo pelo dia seguinte, 9 de Março de 1500. Foi só então que zarparam todas as naus e caravelas, com as brisas propícias por fim enfunando as suas velas. E dali a 44 dias arribaram a uma angra do outro lado do oceano. Porto Seguro, assim a batizou o Capitão-Mor. Foi aí que desembarcaram em segurança no Novo Mundo.

Quando hoje, tantos séculos volvidos, invocamos a memória coletiva, não pretendemos tão-somente celebrar o nosso passado. Pelo contrário! Uma Pátria viva oferece-nos inúmeros episódios exemplares que, sobretudo, servem de inspiração para o presente e nos dão esperança quanto ao futuro.

Desejo que a minha eleição para Presidente da República fique associada a bom tempo para a vida do País, que brisas favoráveis o conduzam no rumo certo, que os portugueses reavivem a esperança e ganhem o ânimo e a crença que permitam conduzir a nau coletiva para além da distância, da incerteza e do desconhecido, até porto seguro.

Não tenho dúvidas de que os tempos são difíceis. Mas temos à nossa frente um enorme espaço para o otimismo, que é o espaço da vontade, da coragem e do querer.

Tenho orgulho no meu País e na sua história. Por tudo passámos, como povo. Momentos altos, e até de glória, e momentos de dificuldade e mesmo de angústia. Mas estamos aqui. Quando fez falta - e tantas vezes fez falta - mobilizámos o melhor de nós próprios e conseguimos. Estou certo de que vamos conseguir mais uma vez.

Hoje, como ontem, vamos provar que somos capazes de vencer a tirania da resignação e o espartilho do pessimismo. Pela minha parte, estou profundamente convicto de que a nossa determinação é maior do que qualquer melancolia, de que a nossa esperança é mais forte do que qualquer resignação, de que a nossa ambição supera qualquer desânimo. Sei que os portugueses, tal como eu, não se resignarão a um destino menor.

Na história dos povos nunca é demasiado tarde para realizar o sonho e cumprir a esperança. Nunca é tarde desde que saibamos ser fortes e unidos, desde que tenhamos orgulho no que somos e desde que saibamos o que queremos ser.

O que os momentos altos da nossa história nos ensinam é que somos um povo marcado pela insatisfação. Que nos marca a ambição de fazer mais e melhor. Marca-nos a ideia de que somos agentes da história, senhores do nosso destino. Somos um povo capaz de superar as dificuldades nas horas de prova.

Os portugueses podem contar comigo. É para servir os portugueses e servir Portugal que estou aqui.

Cavaco Silva (2011)

Presidente	Cavaco Silva
Data	09 de março de 2011
Período	Democracia
Sigla	CS2011
Localizado em	Assembleia da República I (legislatura 11, sessão legislativa 2, número 61, data da sessão 09-03-2011, data do diário 10-03-2011) http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&diary=s1111sl2n61-0012&type=texto

Sr. Presidente da Assembleia da República,
Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo,
Sras. e Srs. Deputados,
Minhas Senhores e Meus Senhores,

Ao iniciar funções como Presidente da República, quero começar o meu mandato saudando o povo português de uma forma muito calorosa.

Saúdo todos os Portugueses, quer os que vivem no nosso País, no Continente e nas Regiões Autónomas, quer os que engrandecem o nome de Portugal nas comunidades da Diáspora.

Saúdo os Portugueses que me ouvem, mas também aqueles que, através da língua gestual, acompanham a palavra fraterna que lhes quero dirigir neste dia.

De todos serei Presidente. Serei Presidente dos Portugueses que me honraram com o seu voto, mas também daqueles que o não fizeram. É perante todos, sem exceção, que aqui assumo o compromisso solene de cumprir e fazer cumprir a Lei Fundamental da nossa República! Ao Sr. Presidente da Assembleia da República, que desempenha com grande sentido de Estado a exigente missão de presidir à instituição onde a democracia e o pluralismo se realizam todos os dias, agradeço as palavras que me dirigiu.

Assumo perante vós, Srs. Deputados, o firme e sincero propósito de colaborar com a Assembleia da República na certeza de que o momento que o País atravessa exige uma especial cooperação entre as diversas instituições democráticas.

Ao Governo e ao Sr. Primeiro-Ministro reitero o compromisso de cooperação que há cinco anos assumi perante os Portugueses. Pela minha parte, pode contar o Governo com uma magistratura ativa e firmemente empenhada na salvaguarda dos superiores interesses nacionais.

Enquanto Presidente da República cumprirei escrupulosamente os compromissos que assumi perante os Portugueses no meu manifesto eleitoral. No quadro de todos os poderes que me são conferidos pela Constituição, serei rigorosamente imparcial no tratamento das diversas forças políticas, mantendo neutralidade e equidistância relativamente ao Governo e à oposição.

Irei cooperar com os demais órgãos de soberania para que Portugal ultrapasse as dificuldades do presente e atuarei como elemento moderador das tensões da vida política e como fator de equilíbrio do nosso sistema democrático.

Agradeço a presença nesta cerimónia dos representantes de países amigos, em particular dos países de língua oficial portuguesa. Reconheço no vosso gesto um sinal de apreço por uma nação soberana de muitos séculos, orgulhosa do seu passado e confiante no seu futuro.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sras. e Srs. Deputados: Como sempre tenho afirmado, só um diagnóstico correto e um discurso de verdade sobre a natureza e a dimensão dos problemas económicos e sociais que Portugal enfrenta permitirão uma resposta adequada, quer pelos poderes públicos quer pelos agentes económicos e sociais e pelos cidadãos em geral. A informação

objetiva sobre a situação económica e social do País é um bem público que beneficia a sociedade no seu conjunto, porque estimula comportamentos favoráveis à resolução das dificuldades.

Os indicadores conhecidos são claros: Portugal vive uma situação de emergência económica e financeira, que é já, também, uma situação de emergência social, como tem sido amplamente reconhecido.

Acredito que conseguiremos ultrapassar os problemas atuais se formos capazes de dar uma resposta verdadeiramente coletiva aos desafios que temos à nossa frente, o que exige transparência e um conhecimento rigoroso e completo da situação em que nos encontramos. Como em tudo na vida, para delinear o melhor caminho para atingirmos o futuro que ambicionamos temos de saber de onde partimos.

Nos últimos 10 anos, a economia portuguesa cresceu a uma taxa média anual de apenas 0,7%, afastando-se da dos nossos parceiros da União Europeia. Esta divergência foi ainda mais evidente no caso do rendimento nacional bruto, que constitui uma medida aproximada do rendimento efetivamente retido pelos Portugueses. O rendimento nacional bruto per capita, em termos reais, cresceu apenas 0,1% ao ano, refletindo na prática uma década perdida em termos de ganhos de nível de vida.

De acordo com as últimas estimativas do Banco de Portugal, o crescimento potencial da economia portuguesa, o qual determina a capacidade futura de reembolso do endividamento presente, é atualmente inferior a 1% e, em 2010, o valor real do investimento ficou cerca de 25% abaixo do nível atingido em 2001.

O défice externo de Portugal tem permanecido em valores perto de 9% do produto, contribuindo, por força do pagamento de juros ao exterior, para a deterioração do saldo da balança de rendimentos, cujo deficit anual, de acordo com o Banco de Portugal, se aproxima rapidamente dos 10 000 milhões de euros, privando a nossa economia de recursos fundamentais para o seu desenvolvimento.

Simultaneamente, a taxa de poupança nacional tem vindo a decair, passando de cerca de 20% do produto, em 1999, para menos de 10%, nos últimos dois anos.

Em 2010, o desemprego atingiu mais de 600 000 pessoas, o que contrasta com cerca de 215 000, em 2001. Nestes 10 anos, a taxa de desemprego subiu de 4% para um valor de 11%.

Os dados publicados pela Comissão Europeia indicam que, em 2008, o número de residentes em Portugal que se encontravam em risco de pobreza ou de exclusão social superava os 2 milhões e 750 mil, o que equivale a cerca de 26% da nossa população. De acordo com as informações qualitativas disponibilizadas pelas instituições que operam no terreno, esta situação ter-se-á agravado nos últimos dois anos.

A margem de manobra do Estado português para acudir às necessidades de crescimento da economia e para combater os problemas de natureza social encontra-se severamente limitada, como o provam os níveis da despesa pública, da dívida pública e do endividamento do Sector Empresarial do Estado, a que acrescem os encargos futuros com as parcerias público-privadas.

Também a capacidade de os agentes nacionais acederem ao crédito e de financiarem quer as suas necessidades de capital quer o crescimento da economia está cada vez mais dificultada. O saldo devedor da Posição de Investimento Internacional, que corresponde ao grau de endividamento líquido da economia, é superior a 100% do produto.

Os mercados continuam a limitar fortemente o recurso ao financiamento por parte do sistema bancário nacional, o que se reflete num agravamento das restrições de acesso ao crédito por parte das famílias e das empresas e num aumento das taxas de juro.

Além disso, o financiamento do Estado continua a ser feito a taxas anormalmente elevadas, condicionando o funcionamento do sistema financeiro português e da nossa economia. É elementar perceber que, como escreve o Banco de Portugal no seu último Boletim Económico (e cito), «o atual contexto de elevados prémios de risco da dívida soberana para Portugal implica um serviço da dívida externa acrescido». Existe, assim, um risco sério de o pagamento de juros ao exterior travar a

indispensável redução do desequilíbrio externo, mesmo no caso de um comportamento positivo das exportações.

Vários outros indicadores podiam ser apresentados para confirmar que Portugal se encontra numa situação particularmente difícil.

Neste contexto, surpreende que possa ter passado despercebido nos meios políticos e económicos o alerta lançado pelo Governador do Banco de Portugal, em Janeiro passado, de que (e cito) «são insustentáveis tanto a trajetória da dívida pública como as trajetórias da dívida externa e da Posição de Investimento Internacional do nosso País».

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sras. e Srs. Deputados: Portugal está hoje submetido a uma tenaz orçamental e financeira — o orçamento apertando do lado da procura e o crédito apertando do lado da oferta. Este quadro afetará negativamente o crescimento económico e a qualidade de vida das famílias, a não ser que os responsáveis políticos, económicos e financeiros correspondam, com firmeza e sem ambiguidades, à obrigação que têm de libertar o País desta situação.

Esta é a realidade que não deve ser ignorada e que é minha obrigação deixar bem clara no início do meu segundo mandato, como contributo para que a urgência de atuar seja por todos apreendida. A resolução dos problemas exige plena consciencialização da situação em que estamos. É urgente encontrar soluções, retomar o caminho certo e preparar o futuro. Esta é uma tarefa que exigirá um esforço coletivo, para o qual todos somos chamados a contribuir.

Ao Estado cabe definir com clareza as linhas estratégicas de orientação, as prioridades e os principais desígnios para o todo nacional. Estas serão referências essenciais não apenas para o sector público mas também para a iniciativa privada.

Além disso, é imperativo melhorar a qualidade das políticas públicas. Em particular, é fundamental que todas as decisões do Estado sejam, devida e atempadamente, avaliadas em termos da sua eficiência económica e social, do seu impacto nas empresas e na competitividade da economia, e das suas consequências financeiras presentes e futuras. Não podemos correr o risco de prosseguir políticas públicas baseadas no instinto ou em mero voluntarismo.

Só com políticas públicas objetivas, consistentes com uma estratégia orçamental sustentável e com princípios favoráveis ao florescimento da iniciativa privada, poderemos atrair investimento para a economia portuguesa e ambicionar um crescimento compatível com as nossas necessidades. Sem crescimento económico, os custos sociais da consolidação orçamental serão insuportáveis.

Neste contexto difícil, impõe-se ao Presidente da República que contribua para a definição de linhas de orientação e de rumos para a economia nacional que permitam responder às dificuldades do presente e encarar com esperança os desafios do futuro.

Em coerência com o que tenho defendido e com o que está inscrito no meu manifesto eleitoral, entendo que há princípios muito claros de orientação estratégica que Portugal deve assumir. Face à situação em que o País se encontra, há que atuar simultaneamente no domínio estrutural, visando a resolução dos desequilíbrios que têm afetado a economia portuguesa, e no domínio conjuntural, visando mitigar o impacto negativo da atual crise sobre o emprego, sobre as empresas e sobre os Portugueses mais carenciados.

A nível estrutural, e como há muito venho a insistir, temos de apostar de forma inequívoca nos sectores de bens e serviços transacionáveis. Só com um aumento da afetação de recursos para a produção competitiva conseguiremos iniciar um novo ciclo de desenvolvimento. Este é um desafio que responsabiliza, em primeiro lugar, o Estado e o sistema financeiro. De resto, é fundamental que os Portugueses assimilem de forma convicta a necessidade de produzir mais bens que concorram com a produção estrangeira. Um défice externo elevado e permanente é, por definição, insustentável! Ainda no âmbito da afetação de recursos, é necessário estimular a poupança interna e travar a concessão indiscriminada de crédito, em especial para fins não-produtivos e para sustentar gastos públicos. É

imperioso reafectar o crédito disponível para as pequenas e médias empresas criadoras de valor económico e de emprego e para as exportações.

Em paralelo, é essencial traçar um caminho que permita o reforço da nossa competitividade e o aumento da produtividade do trabalho e do capital. A perda de competitividade da economia portuguesa é talvez o sintoma mais grave das nossas fragilidades.

Neste contexto, é crucial a realização de reformas estruturais destinadas a diminuir o peso da despesa pública, a reduzir a presença excessiva do Estado na economia e a melhorar o desempenho e a eficácia da nossa Administração Pública.

Só com uma gestão rigorosa, determinada e transparente das contas públicas será possível um crescimento económico duradouro, a criação de novos e melhores empregos e a consolidação da credibilidade externa. A sustentabilidade das finanças públicas portuguesas é uma questão iniludível para a confiança dos investidores internacionais. Quando a taxa de juro da dívida pública é superior à taxa de crescimento nominal da economia aumenta a exigência em relação ao saldo primário das contas públicas.

É preciso valorizar a iniciativa empresarial e o conceito de empresa como espaço de diálogo e cooperação entre gestores e trabalhadores, captar e manter investimento de qualidade e aproveitar as vantagens comparativas de que Portugal dispõe.

É crucial aprofundar o potencial competitivo de sectores como a floresta, o mar, a cultura e o lazer, as indústrias criativas, o turismo e a agricultura, onde detemos vantagens naturais diferenciadoras. A redução do défice alimentar é um objetivo que se impõe levar muito a sério, tal como a remoção dos entraves burocráticos ao acesso da iniciativa privada à exploração económica do mar.

O futuro da economia portuguesa depende bastante da capacidade de acrescentar valor, de inovar e de incorporar mais conteúdo tecnológico nos nossos produtos. A interligação entre as empresas e os estabelecimentos de ensino superior e centros de investigação é da maior relevância! Ainda no plano estrutural, é necessário garantir uma fiscalidade mais simples, transparente e previsível, melhorar a qualidade do investimento em formação e qualificação dos recursos humanos, assim como assegurar mais eficiência, credibilidade e rapidez no funcionamento do sistema de justiça. A justiça desempenha um papel crucial no desenvolvimento económico, como fonte de segurança e de previsibilidade, e funciona como referência para a captação de investimento internacional.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sras. e Srs. Deputados: Na atual situação de emergência impõem-se, também, medidas de alcance conjuntural, que permitam minorar os efeitos imediatos da crise e criar o suporte económico e social necessário às transformações estruturais. Exige-se, em particular, um esforço determinado no sentido de combater o flagelo do desemprego! A expectativa legítima dos Portugueses é a de que todas as políticas públicas e decisões de investimento tenham em conta o seu impacto no mercado laboral, privilegiando iniciativas que criem emprego ou que permitam a defesa dos postos de trabalho.

Por outro lado, é essencial valorizar o papel das empresas e do empreendedorismo da mesma forma que se celebra, por exemplo, o sucesso dos nossos atletas na obtenção de títulos internacionais! É importante reconhecer as empresas e o valor por elas criado, em vez de as perseguir com uma retórica ameaçadora ou com políticas que desincentivam a iniciativa e o risco!

No atual contexto, são elas que podem criar novos empregos e dar esperança a uma geração com formação ampla e diversificada e que não consegue entrar no mercado de trabalho. São as empresas que podem dinamizar as exportações e contribuir para a contenção do endividamento externo! Não podemos assistir de braços cruzados à saída de empresas do nosso País. Pelo contrário, temos de pensar seriamente no que é que podemos fazer para atrair mais empresas! O essencial do investimento rentável e virado para os sectores transacionáveis vem das empresas privadas! Precisamos de valorizar, em particular, quem tem vontade e coragem de inovar e de investir sem precisar dos apoios do Estado.

É especialmente decisivo atrair os jovens para a iniciativa empresarial! O empreendedorismo jovem é hoje uma realidade em desenvolvimento no nosso País que deve ser apoiada para que surjam muitos mais casos de sucesso. Portugal precisa de uma nova vaga de empreendedores! Empreendedores com autonomia do poder político, que não esperem qualquer tipo de proteção ou de favores, cidadãos empenhados na qualidade e na inovação, dispostos a assumir riscos e a competir no mercado global! Os nossos autarcas, que saúdo nesta ocasião solene, já compreenderam que o poder local adquiriu um novo perfil, a que correspondem novas exigências.

As autarquias podem assumir um papel fulcral na valorização da iniciativa empresarial, na criação de emprego e, genericamente, na resposta às dificuldades económicas e sociais das respetivas regiões! Para além do contributo em iniciativas de apoio aos mais carenciados, tenho constatado que existe um número crescente de autarcas que estão a reorientar as suas prioridades para o tecido produtivo e para a valorização económica das suas regiões e dos seus recursos. Este é um caminho de futuro e também aquele que poderá ter um impacto mais rápido na economia nacional! As iniciativas locais de emprego e os investimentos de proximidade são aqueles que podem produzir resultados de forma mais imediata e que melhor podem ser avaliados, reformulados e reproduzidos.

Urge remover os obstáculos à reabilitação urbana, cujas potencialidades de criação de emprego e de promoção turística, embora há muito reconhecidas, permanecem em larga medida desaproveitadas.

Não podemos privilegiar grandes investimentos que não temos condições de financiar, que não contribuem para o crescimento da produtividade e que têm um efeito temporário e residual na criação de emprego!

Não se trata de abandonar os nossos sonhos e ambições, trata-se de sermos realistas!

As políticas ativas de emprego desempenham também um papel importante no combate ao desemprego.

A concertação social tem uma responsabilidade particular na definição de políticas de rápido efeito, avaliando resultados, corrigindo erros e servindo a criação efetiva de emprego.

A inovação e a incorporação de conteúdo tecnológico nos bens que produzimos são essenciais. Contudo, não podemos deixar de ver o potencial e a importância dos chamados sectores tradicionais. As vantagens competitivas adquiridas e aprofundadas por estes sectores, bem como a experiência que já têm do mercado internacional, não podem ser desaproveitadas nem vítimas de preconceitos. Estão em causa sectores tipicamente criadores de emprego, contribuintes positivos para a nossa balança externa e que são, além disso, elementos essenciais de coesão social e territorial! Aumentar a eficiência e a transparência do Estado e reduzir o peso da despesa pública são prioridades não apenas de natureza estrutural, mas também conjuntural! Realismo, avaliação rigorosa das decisões, justiça na distribuição dos sacrifícios e melhoria do clima de confiança são exigências impostas pelo presente, mas que devemos também às gerações futuras! O caminho é possível, mas não será fácil nem rápido.

Reitero a minha convicção de que está em causa um esforço coletivo. É importante, por isso, que Governo, Assembleia da República e demais responsáveis políticos assumam uma atitude inclusiva e cooperante, que seja também fator de confiança e de motivação para os nossos cidadãos. A estabilidade política é uma condição que deve ser aproveitada para a resolução efetiva dos problemas do País. Seria desejável que o caminho a seguir fosse consubstanciado num programa estratégico de médio prazo, objeto de um alargado consenso político e social.

Espero que todos os agentes políticos e poderes do Estado e os agentes económicos e financeiros estejam à altura das dificuldades do momento e deem sentido de futuro aos sacrifícios exigidos aos Portugueses.

Da União Europeia devemos esperar não apenas que assegure a estabilidade e a sustentabilidade da zona euro, mas também que desenvolva uma estratégia comum e solidária que promova o crescimento, o emprego e a coesão.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Senhoras e Senhores: A nossa sociedade não pode continuar adormecida perante os desafios que o futuro lhe coloca! É necessário que um sobressalto cívico faça despertar os Portugueses para a necessidade de uma sociedade civil forte, dinâmica e, sobretudo, mais autónoma perante os poderes públicos! O País terá muito a ganhar se os Portugueses, associados das mais diversas formas, participarem mais ativamente na vida coletiva, afirmando os seus direitos e deveres de cidadania e fazendo chegar a sua voz aos decisores políticos. Este novo civismo da exigência deve construir-se, acima de tudo, como um civismo de independência face ao Estado! Em vários sectores da vida nacional, com destaque para o mundo das empresas, emergiram nos últimos anos sinais de uma cultura altamente nociva, assente na criação de laços pouco transparentes de dependência com os poderes públicos, fruto em parte das formas de influência e de domínio que o crescimento desmesurado do peso do Estado propicia. É uma cultura que tem de acabar!

Deve ser clara a separação entre a esfera pública das decisões coletivas e a esfera privada dos interesses particulares!

O Sr. Presidente da República: — Os cidadãos devem ter a consciência de que é preciso mudar, pondo termo à cultura dominante nas mais diversas áreas. Eles próprios têm de mudar a sua atitude, assumindo de forma ativa e determinada um compromisso de futuro que traga de novo a esperança às gerações mais novas!

É altura de os Portugueses despertarem da letargia em que têm vivido e perceberem claramente que só uma grande mobilização da sociedade civil permitirá garantir um rumo de futuro para a legítima ambição de nos aproximarmos do nível de desenvolvimento dos países mais avançados da União Europeia! Esta é uma tarefa de todos, cada um tem de assumir as suas próprias responsabilidades. É essencial que exista uma união de esforços, em que cada português se sinta parte de um todo mais vasto e realize o quinhão que lhe cabe! Necessitamos de recentrar a nossa agenda de prioridades, colocando de novo as pessoas no fulcro das preocupações coletivas. Muitos dos nossos agentes políticos não conhecem o país real, só conhecem um país virtual e mediático!

Precisamos de uma política humana, orientada para as pessoas concretas, para famílias inteiras que enfrentam privações absolutamente inadmissíveis num país europeu do século XXI! Precisamos de um combate firme às desigualdades e à pobreza que corroem a nossa unidade como povo! Há limites para os sacrifícios que se podem exigir ao comum dos cidadãos!

A pessoa humana tem de estar no centro da ação política! Os Portugueses não são uma estatística abstrata, os Portugueses são pessoas que querem trabalhar, que aspiram a uma vida melhor para si e para os seus filhos! Numa República social e inclusiva, há que dar voz aos que não têm voz! No momento que atravessamos, em que à crise económica e social se associa uma profunda crise de valores, há que salientar o papel absolutamente nuclear da família!

A família é um espaço essencial de realização da pessoa humana e, em tempos difíceis, constitui o último refúgio e amparo com que muitos cidadãos podem contar. A família é o elemento agregador fundamental da sociedade portuguesa e, como tal, deve existir uma política ativa de família que apoie a natalidade, que proteja as crianças e garanta o seu desenvolvimento, que combata a discriminação dos idosos, que aprofunde os elos entre gerações! O exercício de funções públicas deve ser prestigiado pelos melhores, o que exige que as nomeações para os cargos dirigentes da Administração sejam pautadas exclusivamente por critérios de mérito e não pela filiação partidária dos nomeados ou pelas suas simpatias políticas!

A coesão entre as gerações representa um importante ativo de que Portugal ainda dispõe. Os jovens não podem ver o seu futuro adiado devido a opções erradas tomadas no presente! É nosso dever impedir que aos jovens seja deixada uma pesada herança, feita de dívidas, de encargos futuros, de desemprego ou de investimento improdutivo! O exemplo que temos de dar às gerações mais novas é o exemplo de uma cultura onde o mérito, a competência, o trabalho e a ética de serviço público sejam valorizados. Entre as novas gerações, Portugal dispõe de recursos humanos altamente qualificados. Se

nada fizermos, os nossos melhores jovens irão fixar-se no estrangeiro, processo que, aliás, já começa a tornar-se visível.

É fundamental que a sociedade portuguesa seja despertada para a necessidade de um novo modo de ação política que consiga atrair os jovens e os cidadãos mais qualificados. O afastamento dos jovens em relação à atividade política não significa desinteresse pelos destinos do País; o que acontece, isso sim, é que muitos jovens não se reveem na atual forma de fazer política nem confiam que, a manter-se o atual estado de coisas, Portugal seja um espaço capaz de realizar as suas legítimas ambições. Precisamos de gestos fortes que permitam recuperar a confiança dos jovens nos governantes e nas instituições!

Seria extremamente positivo que os jovens se assumissem como protagonistas da mudança, participando de forma construtiva, e que as instituições da nossa democracia manifestassem abertura para receber o seu contributo. A geração mais jovem deve ser vista como parte da solução dos nossos problemas!

Numa sociedade que valorize o mérito, a educação é o elemento-chave da mobilidade social. Aqueles que dispõem de menores recursos, mas que reveem méritos e capacidades, têm de ser apoiados, para que não se aprofundem situações intoleráveis de desigualdade entre os Portugueses.

Temos de despertar toda a sociedade para a importância do investimento na excelência da nossa educação! Todos os estabelecimentos de ensino que se destaquem pelos seus resultados têm de merecer o reconhecimento da sociedade e do Estado!

Só assim se cumprirá o ideal de premiar o mérito que norteou a nossa República centenária.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sras. e Srs. Deputados: Ao tomar posse como Presidente da República, estou firmemente convicto de que existem razões de esperança para o nosso País.

Ao longo da sua História, Portugal viveu dificuldades e, com coragem, determinação e vontade de vencer, foi capaz de ultrapassá-las.

Logo a seguir à revolução do 25 de Abril, a sociedade civil deu uma prova excepcional da sua vitalidade na forma como acolheu, sem convulsões, quase um milhão de Portugueses que regressaram de África, em condições extremamente difíceis. Graças ao apoio das famílias e de diversas instituições, a sua integração no País processou-se sem sobressaltos de maior, apoiada naquela que é uma das melhores qualidades do nosso povo: a capacidade que revela para, nas horas difíceis, dar provas de um espírito de solidariedade e de entreatajuda que é absolutamente extraordinário. Esse espírito é nosso, é único, é o espírito de Portugal! Todos os dias, encontramos esse espírito solidário nas diversas campanhas de apoio aos mais desfavorecidos. Os jovens participam nessas campanhas como voluntários, aos milhares, sem nada pedirem em troca, sem pensarem em cargos ou proveitos para si próprios! Aos jovens, que nos dão tantas lições de vida, quero deixar aqui, neste dia, o testemunho da minha admiração mais profunda.

Temos jovens talentosos que ombreiam com os melhores do mundo em inovação empresarial, em qualidade académica e científica, em criatividade artística e cultural. Há uma nova geração que ganha sucessivos prémios nas mais diversas áreas da investigação, que assume papéis de liderança nos mais variados projetos, que participa com grande entusiasmo e admirável generosidade em ações de voluntariado social e nas campanhas de defesa do ambiente! Os nossos jovens movem-se hoje à escala planetária com uma facilidade que nos surpreende. Cidadãos do mundo, familiarizados com as novas tecnologias e a sociedade em rede, dispõem de um capital de conhecimento e de uma vontade de inovação que são admiráveis! Muitos dos académicos, investigadores, profissionais de sucesso e jovens empresários que trabalham no estrangeiro aspiram a regressar ao seu país, desde que possuam condições para aqui fazerem florescer as suas capacidades. Temos de aproveitar o enorme potencial desta nova geração, é nela que deposito a esperança de um Portugal melhor! Foi especialmente a pensar nos jovens que decidi recandidatar-me à Presidência da República. A eles dediquei a vitória que os

Portugueses me deram. Agora, no momento em que tomo posse como Presidente da República, faço um vibrante apelo aos jovens de Portugal: ajudem o vosso País! Façam ouvir a vossa voz, este é o vosso tempo! Mostrem a todos que é possível viver num País mais justo e mais desenvolvido, com uma cultura cívica e política mais sadia, mais limpa, mais digna! Mostrem às outras gerações que não se acomodam nem se resignam! Sonhem mais alto, acreditem na esperança de um tempo melhor! Acreditem em Portugal, porque esta é a vossa terra. É aqui que temos de construir um País à altura das nossas ambições! Estou certo de que, todos juntos, iremos vencer! Obrigado.